



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1660

Segunda-feira - 12 de Janeiro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Alto Bela Vista.....	2
Anchieta.....	3
Antônio Carlos.....	14
Arroio Trinta.....	15
Balneário Rincão.....	15
Bela Vista do Toldo.....	16
Biguaçu.....	17
Blumenau.....	24
Bom Jesus do Oeste.....	27
Bom Retiro.....	30
Braço do Trombudo.....	37
Brunópolis.....	39
Brusque.....	40
Caçador.....	42
Campo Alegre.....	75
Campos Novos.....	77
Canoinhas.....	87
Capinzal.....	92
Catanduas.....	96
Chapadão do Lageado.....	98
Cocal do Sul.....	102
Concórdia.....	103
Cordilheira Alta.....	106
Coronel Freitas.....	114
Coronel Martins.....	116
Curitibanos.....	118
Dionísio Cerqueira.....	127
Fraiburgo.....	129
Frei Rogério.....	133
Garopaba.....	137
Governador Celso Ramos.....	139
Guaraciaba.....	140
Guarujá do Sul.....	160
Herval d'Oeste.....	161
Ibiam.....	162
Ilhota.....	166
Imbituba.....	166
Iomerê.....	169
Ipumirim.....	172
Irineópolis.....	172
Itá.....	179
Itaiópolis.....	184
Itapiranga.....	185
Itapoá.....	186
Joaçaba.....	187
Lages.....	295
Lebon Régis.....	297
Leoberto Leal.....	308

Lindóia do Sul.....	309
Luzerna.....	309
Macieira.....	352
Mafra.....	396
Maracajá.....	399
Maravilha.....	400
Meleiro.....	400
Modelo.....	403
Monte Carlo.....	405
Navegantes.....	407
Ouro.....	410
Paial.....	411
Passo de Torres.....	412
Penha.....	412
Peritiba.....	420
Pinheiro Preto.....	420
Porto Belo.....	423
Pouso Redondo.....	423
Presidente Castello Branco.....	424
Rio do Sul.....	425
Salto Veloso.....	427
Santa Rosa do Sul.....	431
Santa Terezinha do Progresso.....	432
São Bento do Sul.....	441
São Domingos.....	443
São João do Sul.....	445
São Joaquim.....	446
São José.....	448
São José do Cedro.....	458
São Lourenço do Oeste.....	460
São Miguel do Oeste.....	465
São Pedro de Alcântara.....	466
Serra Alta.....	468
Sombrio.....	469
Tigrinhos.....	469
Timbó.....	475
Trombudo Central.....	478
Tunápolis.....	484
Vargem Bonita.....	502
Videira.....	503
Xavantina.....	503

CIMVI.....	507
CIS Nordeste.....	516
Consórcio CVC.....	517

Associações

AMMVI.....	504
------------	-----

Consórcios

ARIS.....	504
CIGA.....	504
CIMCATARINA.....	505

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº912012

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 91/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Construcórdia Construções LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório 83/2012 Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 12/2012.

OBJETO : Execução de obra de melhorias da infraestrutura do parque de exposições.

PRAZO : O prazo do presente aditivo, será até o dia 26/03/2015

DATA : 26/12/2014.

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Rosemar Marmitt pela contratada.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº512014

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51/2014

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Quark Engenharia LTDA EPP

PROCESSO: Processo Licitatório 44/2014 - Tomada de preços 3/2014.

OBJETO: O objeto desta licitação trata-se da realização de despesa pública para Mudança de padronização do Preventivo Contra Incêndio do Centro Educacional Municipal Frei Silvano do Município de Água Doce

PRAZO: O prazo do presente aditivo, será até o dia 26/02/2015

DATA: 26/12/2014.

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Hoylson Trevisol pela contratada.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A INSCRIÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES E PARA A ATUALIZAÇÃO CADASTRAL - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A INSCRIÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES E PARA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

A Administração Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, para o conhecimento dos interessados, que, de acordo com o art. 34 e seguintes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita, para o registro cadastral, ou para sua atualização, para os fornecedores da administração do Município de Alto Bela Vista. Íntegra do Edital e informações, junto à Gerência de Administração e Gestão, à Rua do Comércio, 1015, ou pelo telefone (49) 3455-9022, ou e-mail: compras@altobelavista.sc.gov.br. Íntegra do edital, também, no sítio: <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), 08 de janeiro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal.

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2015

PORTARIA Nº. 001/2015
De, 05 de Janeiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a servidora Pública Municipal Thais Regina Garlet, ocupante do cargo de Bioquímica, lotada na Secretaria da Saúde - FMS, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 05 de Janeiro de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 002/2015

PORTARIA Nº. 002/2015
De, 05 de Janeiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 003/2013;
Considerando o requerimento datado em 26/12/2014;
Considerando a súmula nº 244 do TST;
Considerando o estado gravídico provados no exame laboratorial e atestado médico,

R E S O L V E:

Reintegrar ao cargo anteriormente ocupado de Professora de Educação Infantil,

Art. 1º - Fica reintegrada a senhora Fernanda Bottega Bordignon, retornando ao cargo de Professora de Educação Infantil - ACT, Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.
Art. 2º - O período da reintegração/contratação se dará do período gestacional até o término do gozo da Licença maternidade.
Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão

a conta dos respectivos créditos orçamentários.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 006/2015

PORTARIA Nº. 006/2015
De, 05 de Janeiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a servidora Pública Municipal Eliane dos Santos Ortolan, ocupante do cargo de Auxiliar de Laboratório, lotada na Secretaria da Saúde - FMS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 05 de Janeiro de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 007/2015

PORTARIA Nº. 007/2015
De, 05 de Janeiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o servidor Público Municipal Sdney Godinho, ocupante do cargo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, relativas ao período de 2012/2013, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 05 de Janeiro de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 008/2015

PORTARIA Nº. 008/2015
De, 05 de Janeiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o servidor Público Municipal Guiomar Antônio Prevedello, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2011/2012, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/01/2015 à 21/01/2015, sendo convertido 10 (dez) dias em pecúnia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 05 de Janeiro de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 009/2015

PORTARIA Nº. 009/2015

De, 05 de Janeiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o servidor Público Municipal Ademir José Facco, ocupante do cargo de Operador II, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 05 de Janeiro de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 10/2015

PORTARIA nº. 10/2015

De, 05 de Janeiro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº. 949/94 de 24/08/1994,

R E S O L V E:

Conceder Vantagem Horizontal,

Art. 1º - Fica concedida Vantagem Horizontal mensal de até 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, em caráter circunstancial ao Servidor Público Municipal Guiomar Antônio Prevedello, ocupante do cargo de Motorista (Transporte Escolar) por prestar e realizar outros serviços e/ou tarefas além das cometidas em razão de suas atribuições normais que lhe são conferidas pelo cargo.

Art. 2º - O período de Concessão da Vantagem Horizontal será de 02/01/2015 à 31/12/2016, ocasião em que cessa definitivamente os efeitos desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 11/2015

PORTARIA nº. 11/2015
De, 05 de Janeiro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 - Plano de Carreira,

R E S O L V E,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 3 - Chefe de Setor ao servidor Carlinhos Cali, o qual desempenhará funções de Chefe de Setor, sendo responsável para coordenar o controle de prestação de serviços aos contribuintes.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 3 concedida, se dará no período de 05/01/2015 à 31/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 12/2015

PORTARIA nº. 12/2015
De, 05 de Janeiro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 - Plano de Carreira,

R E S O L V E,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 1 - Chefe de Setor, ao servidor Cleomar Antonio Cesca, à qual desempenhará funções junto ao Setor de Tributação e Tesouraria.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 1 concedida,

se dará no período de 02/01/2015 à 31/12/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 13/2015

PORTARIA nº. 13/2015
De, 05 de Janeiro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 - Plano de Carreira,

R E S O L V E,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 1 - Chefe de Setor ao servidor George Luiz Teixeira, o qual desempenhará funções de Chefe de Setor, sendo responsável pelas vitórias dos empreendimentos/agroindústrias do Município de Anchieta (SC) convênio com CONSAD - Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 1 concedida, se dará no período de 02/01/2015 à 31/12/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 14/2015

PORTARIA nº. 14/2015

De, 05 de Janeiro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 - Plano de Carreira,

R E S O L V E,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 3 - Coordenadora de Serviços, à servidora Gessi Fátima Meneghini, à qual coordenará os serviços da Sala de Vacinas na Unidade Sanitária da Saúde.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 3 concedida, se dará no período de 02/01/2015 à 31/12/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 15/2015

PORTARIA nº. 15/2015

De, 05 de Janeiro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 - Plano de Carreira,

R E S O L V E,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 1 - Chefe de Setor, à servidora Idenes Maria Fiorentin Schena, à qual desempenhará funções junto ao Setor de Empenhos, na Contabilidade Geral, sendo Município, Fundos e Autarquia.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 1 concedida, se dará no período de 02/01/2015 à 31/12/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 16/2015

PORTARIA nº. 16/2015

De, 05 de Janeiro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 - Plano de Carreira,

R E S O L V E,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 3 - Coordenadora de Serviços, à servidora Lucimara Davi, à qual desempenhará funções junto ao Programa Saúde Bucal..

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 3 concedida, se dará no período de 02/01/2015 à 31/12/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 17/2015

PORTARIA nº. 17/2015

De, 05 de Janeiro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 - Plano de Carreira,

R E S O L V E,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 1 - Chefe de Setor, à servidora Luiza Bortolotto Baggio, à qual desempenhará funções junto ao Setor de Alimentação Escolar e Suprimentos, sendo responsável pela Merenda Escolar, entrega, conservação, controle, dentre outras atividades inerentes ao Setor.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 1 concedida, se dará no período de 02/01/2015 à 31/12/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 18/2015

PORTARIA nº. 18/2015
De, 05 de Janeiro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 - Plano de Carreira,

R E S O L V E,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 2 - Coordenadora de Programa à servidora Paula Andreia Braun Jabornik, à qual desempenhará funções como Coordenadora e responsável pelos exames Eletrocardiograma da Unidade Sanitária de Saúde.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 2 concedida, se dará no período de 02/01/2015 à 31/12/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 19/2015

PORTARIA nº. 19/2015
De, 05 de Janeiro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 - Plano de Carreira,

R E S O L V E,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 1 - Chefe de Setor, à servidora Rosangela Dondoerfer Teixeira, à qual desempenhará funções junto aos Programas relativos à Saúde Pública, digitalização das informações, acompanhamento e alimentação das informações nos Sistemas e Programas .

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 1 concedida, se dará no período de 02/01/2015 à 31/12/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 20/2015

PORTARIA nº. 20/2015
De, 05 de Janeiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o afastamento da servidora efetiva Noeli Guerini Santin que se encontra em Auxílio Doença;

Considerando que as famílias pertencentes às áreas devem ser visitadas mensalmente;

R E S O L V E:

Contratar Agente Comunitária de Saúde ACT, em substituição à Titular,

Art. 1º - Fica contratada a senhora Marlete Mattana Slaviero, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. Inciso V, no período de 05/01/2015 até a data definida pela Perícia Médica.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
Nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze - Secretário da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 21/2015

PORTARIA Nº. 21/2015

De, 05 de Janeiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o servidor Público Municipal Carlos Augusto Antonietti, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura, relativas ao período de 2012/2013, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 06/01/2015 à 04/02/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 05 de Janeiro de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 22/2015

PORTARIA nº. 22/2015

De, 08 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Janice Treviso, portadora do CPF nº. 056.931.839-47 e CI nº. 4.897.184 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Agente de Combate a Endemia, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde Pública - FMS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 08 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 23/2015

PORTARIA nº. 23/2015

De, 08 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Daniela Paula Foletto, portadora do CPF nº. 040.267.159-73 e CI nº. 4.016.125 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Auditor de Tributos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Fazenda, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 08 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 24/2015

PORTARIA nº. 24/2015

De, 08 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Marlise Beatriz Dall'acqua Mondini, portadora do CPF nº. 025.280.179-28 e CI nº. 4.043.894 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação inicial junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 08 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 25/2015

PORTARIA nº. 25/2015

De, 08 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Daiane Sehnem, portadora do CPF nº. 059.647.759-77 e CI nº. 4.255.331 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de

Auditor de Controle Interno, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto ao Gabinete do Prefeito, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 08 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 26/2015

PORTARIA nº. 26/2015

De, 08 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor pública municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Marciel Rodrigues França, portadora do CPF nº. 082.758.419-92 e CI nº. 5.361.047 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação inicial junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 08 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 27/2015

PORTARIA nº. 27/2015

De, 09 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Patricia Campana, portadora do CPF nº. 077.299.559-11 e CI nº. 4.897.303 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 28/2015

PORTARIA nº. 28/2015

De, 09 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Kyndia Pasqualon, portadora do CPF nº. 076.742.819-65 e CI nº. 5.408.064 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 29/2015

PORTARIA nº. 29/2015

De, 09 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Sandra Guardini Gritti, portadora do CPF nº. 037.005.719-84 e CI nº. 4.084.820 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 30/2015

PORTARIA nº. 30/2015

De, 09 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Adriano Mezzaroba, portador do CPF nº. 066.038.579-10 e CI nº. 5.057.464 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Mecânico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 31/2015

PORTARIA nº. 31/2015

De, 09 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Silvana de Gois Snigura, portadora do CPF nº. 047.662.169-03 e CI nº. 4.897.183 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Monitora de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais

aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 32/2015

PORTARIA nº. 32/2015

De, 09 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Lijane Teresinha Provin, portadora do CPF nº. 016.069.199-03 e CI nº. 3.381.800 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Monitora Social, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 33/2015

PORTARIA nº. 33/2015

De, 09 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Adriana Rodrigues Somavilla, portadora do CPF nº. 078.209.989-03 e CI nº. 5.361.653 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Monitora Social, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 34/2015

PORTARIA nº. 35/2015

De, 09 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Valdionara Alves de Moraes Putton, portadora do CPF nº. 078.775.469-20 e CI nº. 5.333.553 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 13, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 35/2015

PORTARIA nº. 35/2015

De, 09 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Valdionara Alves de Moraes Putton, portadora do CPF nº. 078.775.469-20 e CI nº. 5.333.553 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 13, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 36/2015

PORTARIA nº. 36/2015

De, 09 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Monica Schaeffer, portadora do CPF nº. 103.611.659-00 e CI nº. 5.865.915 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Fiscal de Tributos e Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Fazenda, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 37/2015

PORTARIA nº. 37/2015

De, 09 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Guilherme Tiago Flach, portador do CPF nº. 070.233.619-01 e CI nº. 4.041.140 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 38/2015

PORTARIA nº. 38/2015

De, 09 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Diany Lunardi, portadora do CPF nº. 069.426.459-82 e CI nº. 4.828.795 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

Antônio Carlos**PREFEITURA****15 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014**

15º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 09/01/2015 a 09/02/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 09 de janeiro de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MEDICO - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
09º	LILIAM CRISTINI GERVASI	1676
10º	MAYARA BRASIL MACHADO	0634

PORTARIA N 010/2015

PORTARIA Nº 010/2015
Concede Auxilio Funeral.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Artigo nº 86 de Lei nº 845 de 21 de dezembro de 1999,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, AUXILIO FUNERAL, a família do servidor JOÃO VICENTE DA COSTA, Aposentado, no valor equivalente a 01 (um) mês de remuneração, falecido em 30 de dezembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de janeiro de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2015.

PORTARIA N 011/2015

PORTARIA Nº 011/2015
Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a servidora ROSANGELA LINO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, a partir de 12 de janeiro de 2015, referente ao período aquisitivo de abril/2007 a abril/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de janeiro de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2015.

Arroio Trinta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0001/2015.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - PRÉDIO DA PREFEITURA E MATERIAL DE LIMPEZA PARA O SETOR DE URBANISMO, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 23/01/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 23/01/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 07 de janeiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 002/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 22/01/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustíveis, para manter a frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencente à Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde (Secretarias de Infraestrutura e Serviços Públicos, Educação e Cultura e Saúde), durante o exercício de 2015.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 09 de Janeiro de 2015.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

ATA DE PROCESSO LICITATÓRIO 039/SAMAE/BALNEÁRIO RINCÃO

QUARTA ATA DO PROCESSO DE CONVITE Nº. 039/SAMAE/2014, DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA DE ESGOTO - SAMAE, RETIFICANDO A TERCEIRA ATA QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO PERTINENTE, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SAMAE NO EXERCÍCIO DE 2015.

Às dezesseis horas do dia oito de janeiro de dois mil e quinze, no setor de licitações do Samae Balneário Rincão, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, para retificar a terceira ata da presente licitação. Na ata anterior, fora informado que apenas estava presente na abertura das propostas de preços das empresas licitantes o representante da empresa ELIAS E INÁCIO COMERCIO E SERV. DE ELE. E TEL. LTDA ME. No entanto, a empresa ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA -EPP, enviou a proposta para alguns itens, assim como a empresa RSA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA. A empresa ELIAS E INÁCIO COMERCIO E SERV. DE ELE. E TEL. LTDA ME apresentou proposta apenas para o item 09, a empresa ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA -EPP apresentou proposta para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, a empresa RSA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA apresentou proposta para os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 12. No entanto, por se tratar de um convite, e ter a necessidade de no mínimo três propostas válidas, a Comissão decidiu cancelar o certame, uma vez que não foram apresentadas propostas suficientes. Portanto, restou FRACASSADA a presente licitação. Em virtude de a Licitação ter sido FRACASSADA, entende-se que a melhor solução é a revogação do procedimento licitatório nos termos do art.49 da Lei 8666/93. A lei de licitações e contratos administrativos em seu art. 49, caput, prevê que o processo licitatório poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente

para justificar tal conduta, e ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. O resultado foi encaminhado à Diretoria do Samae que solicitou o processo, para que sejam tomadas as medidas próprias para resguardar o interesse público. Nada mais havendo a tratar determinou-se que fosse lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por ela e pela equipe de apoio.

Balneário Rincão - SC, 08 de janeiro de 2015.

Antônio Carlos Ghisi

Presidente da Comissão de Licitações

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

CONVÊNIO 27/2014 -

CONVÊNIO Nº. 27/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS E O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, centro, Canoinhas/SC, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, brasileiro, casado, médico veterinário, portador do RG nº. 482.932 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº. 477.740.299-15, residente e domiciliado nesta cidade de Canoinhas/SC, doravante denominado CONVENIENTE, e de outro lado o MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo/SC, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade nº 2.318.341, inscrito no CPF sob o nº 754.056.019-34, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, 1.100, no município de Bela Vista do Toldo/SC, doravante denominado de CONVENIADO nos termos da Lei Municipal de Canoinhas nº. 5.382, de 10 de setembro de 2014 e da Lei Municipal de Bela Vista do Toldo nº 1.061, de 01 de setembro de 2014, resolvem firmar o presente convênio segundo as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a prestação de serviços médicos, em plantão de 24 (vinte e quatro) horas, de forma ininterrupta, durante todos os dias do mês, inclusive sábado, domingos e feriados, na (s) unidade de PRONTO ATENDIMENTO do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) visando atender os usuários do Sistema Único de Saúde do município de BELA VISTA DO TOLDO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

O CONVENIENTE se obriga a atender a demanda de usuários do sistema único de saúde do CONVENIADO conforme legislação vigente e normas emanadas do Ministério da Saúde e o CONVENIADO se obriga a repassar ao CONVENIENTE os valores previstos neste instrumento de convênio no prazo ora estabelecido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O CONVENIADO repassará a CONVENIENTE mensalmente até o dia 30 de cada mês o valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), oriundo da seguinte dotação orçamentária: Orçamento 08.01 - Fundo Municipal de Saúde, elemento da despesa 3.3.90.00.00.00.00.00.0702 e complementado pelo elemento 3.3.90.39.99.00.00.00.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência a partir de 28 de novembro de 2014, até 28 de novembro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido de pleno direito por qualquer uma das partes, no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nela estipuladas, mediante notificação formal e por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento

legal ou administrativo, que o torne materialmente inexecutável.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução do presente convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente entre as partes, serão processadas e julgadas no foro desta Comarca de Canoinhas/SC.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presente das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
PREFEITO DE CANOINHAS

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
PREFEITO DE BELA VISTA DO TOLDO

Biguaçu

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 10.146/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.146/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLÍNICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR.

Fornecedor: ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 28.783,07 (vinte e oito mil setecentos e oitenta e três reais e sete centavos)

Vigência: 15/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.169/2014 PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.169/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA.

Valor: R\$ 272.000,00 (Duzentos e setenta e dois mil reais).

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.182/2014 - PROCESSO: INEXIGIBILIDADE 93/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Extrato Contrato nº 10.182/2014
Processo: Inexigibilidade 93/2014 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM E CARDIOLÓGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: TOP IMAGE DIAGNÓSTICOS MÉDICOS LTDA

Vigência: 01/01/2015 A 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 10.152/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Extrato do Primeiro Aditivo ao Contrato 10.152/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLICLÍNICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.148/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Extrato do Primeiro Aditivo ao Contrato nº 10.148/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLICLÍNICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS

PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: JET-MED COMÉRCIO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS LTDA. - EPP

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.149/2014 -PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Extrato do Primeiro Aditivo ao Contrato nº 10.149/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLICLÍNICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.078/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 33/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.078/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 33/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ELMO PAPELARIA LTDA. - EPP

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.080/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 33/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.080/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 33/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.082/2014 PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.082/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ADVENTURE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA EPP

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.093/2014PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.093/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA. ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.095/2014PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 46/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.095/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 46/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA O PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, POLICLÍNICA E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA (DST) DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Fornecedor: STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.098/2014 PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.098/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA EPP

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.099/2014 PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.099/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: RENASCER IND. COM. DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.100/2014 PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.100/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.108/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 46/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.108/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 46/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA O PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, POLICLÍNICA E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA (DST) DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Fornecedor: METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.112/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 64/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.112/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 64/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRO-ELETRÔNICO PARA ATENDER AS SALAS DE VACINAÇÃO E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: COMP1 INFORMÁTICA LTDA EPP

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.134/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.134/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.135/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.135/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELLI ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.144/2014 PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.144/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLÍNICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: CELIA REGINA W.SANI ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.158/2014 PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.158/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELLI EPP.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.164/2014 PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.164/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.165/2014 PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.165/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: MAGNAMED TECNOLOGIA MÉDICA S/A.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.169/2014PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.169/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.170/2014PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.170/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL

DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: RENASCER IND. COM. DE MÓVEIS HOSPITALARES - EIRELI.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.172/2014 PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.172/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 012/2015

PORTARIA nº 012 de 08 de janeiro de 2015

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Torna sem efeito o ato de prorrogação dos seguintes servidores detentores de cargo de provimento temporário na Secretaria Municipal de Educação:

Nome	Ato de Prorrogação
ALAIDE FELICIO GUEDES	2880/2014
ALCIONEIA SOUZA FARIAS	2822/2014
ANA CLAUDIA ANDRADE	2862/2014
ANA CLAUDIA MULLER	2838/2014
ANDREIA SELMA DE SOUZA	2805/2014
ANGELA CATARINA SILVA DA COSTA	2938/2014
CATARINA JULIA LEITE	2804/2014
CATIA DAS NEVES OURIQUES	2866/2014
CINTIA CRISTINA MACHADO	2885/2014

DALVANA ARAUJO PEREIRA	2877/2014
DIEGO ROBERTO PEDROSO	2797/2014
EDNA DE SOUZA	2891/2014
ELIANE ANA DA SILVA CORREA	2860/2014
ELISA MARIA GUEDES ROSA	2946/2014
FABIANA CONRADO	2849/2014
FABRICIO ROSINI	2918/2014
GERALDINA APARECIDA RIBEIRO	2810/2014
GIANI VILMA PEREIRA	2855/2014
GIOVANA AMORIM	2940/2014
HELENA MARIA LIMA	2837/2014
HELOISA BETTE BITTENCOURT	2842/2014
IOLANDA BARBOSA	2813/2014
IRMA FRANCISCO	2833/2014
IVANIR KRACZINSKI ALIONÇO	2868/2014
JANE DE FARIA	2883/2014
JANETE LUIZ	2818/2014
JAQUELINE DE SOUSA RIBEIRO	2882/2014
JOSE CARLOS ROSINI	2799/2014
JUÇARA MARTINS	2816/2014
JUCILENE DOS SANTOS TEODORO	2824/2014
JUDITH RAMOS KOCHÉ	2814/2014
JULIA KARYNE TELLECHEA DE MELLO	2827/2014
KAMILLA BITTENCOURT	2788/2014
KELLY CRISTINA SALAMY CABRAL	2861/2014
LUCIA MARIA FLORES	2809/2014
LUCIANA NOCETTI FEIJO	2939/2014
LUCIANE CRISTINA CAMUZZATO	2817/2014
LUCIANE HOFFMANN DA SILVA	2941/2014
LUCIMARA DA SILVA	2943/2014
MARCELO DOS SANTOS	2955/2014
MARCELENA CUSTODIO ALVES	2811/2014
MARIA LUZINETE DO NASCIMENTO	2803/2014
MARILENE DA SILVA	2947/2014
MARISA PEREIRA	2881/2014
MARIZETE MARIA PIRES NIENKOTTER	2942/2014
MARLI DE JESUS FERNANDES DO ROSARIA	2823/2014
MARLI MABONI MOREIRA	2954/2014
MARLI NUNES GONÇALVES	2871/2014
NEOSITA APARECIDA CAMPOS	2890/2014
ORIVALDA CUSTODIA MEDEIROS	2889/2014
PERPETUA DO SOCORRO RIBEIRO ADRIANO	2884/2014
ROSA DE FATIMA VIEIRA DE SOUZA	2869/2014
ROSANE GORGES	2906/2014
ROSARIA JUDESIA ADRIANO	2936/2014
ROSELI DOS SANTOS CORREIA	2852/2014
ROSELI FATIMA CARDOSO DE OLIVEIRA	2806/2014
ROSELI FATIMA TOMAZI	2919/2014
ROSILEIA KUCHERT	2867/2014
SILVANA SOUZA ARCENO	2872/2014
SILVANIA HERONDINA DE JESUS	2826/2014
SIRLEI DE SIQUEIRA	2854/2014
SIRLEY ROSA DE OLIVEIRA	2944/2014
SOLANGE FIDELIS ROSA	2934/2014
SONIA MARIA SILVA CAMPOS	2844/2014
SONIA TEERESINHA DE MELO FIRMO	2888/2014
TAMARA FIGUEIREDO DOS SANTOS	2851/2014

TATIANY MARIA PEREIRA FELIPE	2812/2014
TEREZINHA DO NASCIMENTO	2846/2014
VALMIR PEDROSO	2802/2014
VANESSA DA SILVA THIVES	2933/2014
VANIA PEREIRA DAMASIO AZEVEDO	2937/2014
WELLINTON DEBRANDO DE SOUZA	2907/2014

Art. 2º Volta a vigorar os atos de admissão, cujo término de contrato é em 19/12/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/12/2014.

Biguaçu, 08 de janeiro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PP 275/2014 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 275/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CENTÍMETRO DE COLUNA EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL, COM PUBLICAÇÃO NO MÍNIMO DE 04 VEZES POR SEMANA, OBJETIVANDO AS PUBLICAÇÕES DOS AVISOS DE LICITAÇÃO, BEM COMO: CONVOCAÇÕES, CONTRATOS, DECRETOS E PORTARIAS DESTA MUNICIPALIDADE NO ANO DE 2015.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 26 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 26 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 12 de janeiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 1/2015 PMB

OBJETO: TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR QUE ATENDERÁ OS ALUNOS DAS COMUNIDADES QUE ESTUDAM NA EEB PROF. JOSÉ BRASÍLIO, EEM MARIA DA GLÓRIA, EEB AVELINO MULLER, EEB TEÓFILO TEODORO REGIS, EBM DONATO ALÍPIO DE CAMPOS

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 26 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 26 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante

a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 12 de janeiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 2206/14 E OUTROS - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2206/14

OBJETO: Aquisição de Materiais Hidráulicos para Manutenção de Redes de Água, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

CONTRATADA(s):

ITEM 01: Tigre S/A Tubos e Conexões. CNPJ: 84.684.455/0001-63. Valor unitário R\$ 10,49 (dez reais e quarenta e nove centavos) e valor total R\$ 31.470,00 (trinta e um mil quatrocentos e setenta reais).

ITEM 02: Asperbrás Tubos e Conexões Ltda. CNPJ: 02.271.201/0001-59. Valor unitário R\$ 17,00 (dezesete reais) e valor total R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais).

ITEM 03: Tigre S/A Tubos e Conexões. CNPJ: 84.684.455/0001-63. Valor unitário R\$ 5,18 (cinco reais e dezoito centavos) e valor total R\$ 20.720,00 (vinte mil setecentos e vinte reais).

ITEM 04: C.E Macedo & Cia Ltda. CNPJ: 07.965.552/0001-83. Valor unitário R\$ 80,00 (oitenta reais) e valor total R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

ITEM 05: C.E Macedo & Cia Ltda. CNPJ: 07.965.552/0001-83. Valor unitário R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e valor total R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

ITEM 06: Sul Ar e Água Equipamentos Ltda. CNPJ: 80.706.492/0001-74. Valor unitário R\$ 17,70 (dezesete reais e setenta centavos) e valor total R\$ 88,50 (oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

ITEM 07: Tigre S/A Tubos e Conexões. CNPJ: 84.684.455/0001-63. Valor unitário R\$ 4,70 (quatro reais e setenta centavos) e valor total R\$ 141,00 (cento e quarenta e um reais).

ITEM 08: C.E Macedo & Cia Ltda. CNPJ: 07.965.552/0001-83. Valor unitário R\$ 28,00 (vinte e oito reais) e valor total R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais).

ITEM 09: C.E Macedo & Cia Ltda. CNPJ: 07.965.552/0001-83. Valor unitário R\$ 80,00 (oitenta reais) e valor total R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

ITEM 10: Tigre S/A Tubos e Conexões. CNPJ: 84.684.455/0001-63. Valor unitário R\$ 18,80 (dezoito reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 188,00 (cento e oitenta e oito reais).

ITEM 11: Bermo Válvulas e Equipamentos Industriais Ltda. CNPJ: 82.662.263/0001-20. Valor unitário R\$ 57,50 (cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 5.750,00 (cinco mil e setecentos e cinquenta reais).

ITEM 12: Startubo Comercial Eireli - EPP. CNPJ: 17.191.995/0001-17. Valor unitário R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais) e valor total R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

ITEM 13: Marka Fornecedora de Materiais Serviços Ltda. CNPJ: 71.089.320/0001-08. Valor Unitário R\$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais) e valor total R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais).

ITEM 14: Marka Fornecedora de Materiais Serviços Ltda. CNPJ: 71.089.320/0001-08. Valor Unitário R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais) e valor total R\$ 2.625,00 (dois mil seiscentos e vinte e cinco reais).

ITEM 15: Startubo Comercial Eireli - EPP. CNPJ: 17.191.995/0001-17. Valor unitário R\$ 969,00 (novecentos e sessenta e nove reais) e valor total R\$ 9.690,00 (nove mil seiscentos e noventa reais).

ITEM 16: Startubo Comercial Eireli - EPP. CNPJ: 17.191.995/0001-17. Valor unitário R\$ 1.448,00 (hum mil, quatrocentos e quarenta e oito reais) e valor total R\$ 7.240,00 (sete mil duzentos e quarenta reais).

ITEM 17: Marka Fornecedora de Materiais Serviços Ltda. CNPJ: 71.089.320/0001-08. Valor Unitário R\$ 169,00 (cento e sessenta e nove reais) e valor total R\$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos

reais).

ITEM 18: Startubo Comercial Eireli - EPP. CNPJ: 17.191.995/0001-17. Valor unitário R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) e valor total R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

ITEM 19: Tigre S/A Tubos e Conexões. CNPJ: 84.684.455/0001-63. Valor unitário R\$ 1,08 (hum real e oito centavos) e valor total R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais).

ITEM 20: Tigre S/A Tubos e Conexões. CNPJ: 84.684.455/0001-63. Valor unitário R\$ 1,93 (hum real e noventa e três centavos) e valor total R\$ 5.790,00 (cinco mil setecentos e noventa reais).

ITEM 21: Bermo Válvulas e Equipamentos Industriais Ltda. CNPJ: 82.662.263/0001-20. Valor unitário R\$ 38,00 (trinta e oito reais) e valor total R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais).

ITEM 22: Bermo Válvulas e Equipamentos Industriais Ltda. CNPJ: 82.662.263/0001-20. Valor unitário R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais).

ITEM 23: Sul Ar e Água Equipamentos Ltda. CNPJ: 80.706.492/0001-74. Valor unitário R\$ 115,00 (cento e quinze reais) e valor total R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

ITEM 24: Bermo Válvulas e Equipamentos Industriais Ltda. CNPJ: 82.662.263/0001-20. Valor unitário R\$ 188,00 (cento e oitenta e oito reais) valor total R\$ 5.640,00 (cinco mil seiscentos e quarenta reais).

ITEM 25: Bermo Válvulas e Equipamentos Industriais Ltda. CNPJ: 82.662.263/0001-20. Valor unitário R\$ 13,00 (treze reais) e valor total R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais).

ITEM 26: Bermo Válvulas e Equipamentos Industriais Ltda. CNPJ: 82.662.263/0001-20. Valor unitário R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais) e valor total R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

ITEM 27: Startubo Comercial Eireli - EPP. CNPJ: 17.191.995/0001-17. Valor unitário R\$ 337,00 (trezentos e trinta e sete reais) e valor total R\$ 1.685,00 (hum mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).

ITEM 28: Startubo Comercial Eireli - EPP. CNPJ: 17.191.995/0001-17. Valor unitário R\$ 197,00 (cento e noventa reais) e valor total R\$ 1.970,00 (hum mil, novecentos e setenta reais).

ITEM 29: Marka Fornecedora de Materiais Serviços Ltda. CNPJ: 71.089.320/0001-08. Valor unitário R\$ 200,00 (duzentos reais) e valor total R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

ITEM 30: Italy Válvulas e Metais Ltda. CNPJ: 01.149.960/0001-80. Valor unitário R\$ 17,00 (dezesete reais) e valor total R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

ITEM 31: Italy Válvulas e Metais Ltda. CNPJ: 01.149.960/0001-80. Valor unitário R\$ 18,00 (dezoito reais) e valor total R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

ITEM 32: Sul Ar e Água Equipamentos Ltda. CNPJ: 80.706.492/0001-74. Valor unitário R\$ 1.890,00 (hum mil, oitocentos e noventa reais) e valor total R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

ITEM 33: Startubo Comercial Eireli - EPP. CNPJ: 17.191.995/0001-17. Valor unitário R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) e valor total R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais).

ITEM 34: Marka Fornecedora de Materiais Serviços Ltda. CNPJ: 71.089.320/0001-08. Valor unitário R\$ 965,00 (novecentos e sessenta e cinco reais) e valor total R\$ 1.930,00 (hum mil, novecentos e trinta reais).

ITEM 35: Startubo Comercial Eireli - EPP. CNPJ: 17.191.995/0001-17. Valor unitário R\$ 515,00 (quinhentos e quinze reais) e valor total R\$ 5.150,00 (cinco mil cento e cinquenta reais).

ITEM 36: Startubo Comercial Eireli - EPP. CNPJ: 17.191.995/0001-17. Valor unitário R\$ 344,00 (trezentos e quarenta e quatro reais) e valor total R\$ 6.880,00 (seis mil oitocentos e oitenta reais).

ITEM 37: Startubo Comercial Eireli - EPP. CNPJ: 17.191.995/0001-17. Valor unitário R\$ 309,00 (trezentos e nove reais) e valor total R\$ 9.270,00 (nove mil duzentos e setenta reais).

ITEM 38: Sul Ar e Água Equipamentos Ltda. CNPJ: 80.706.492/0001-74. Valor unitário R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais) e valor total R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

ITEM 39: Startubo Comercial Eireli - EPP. CNPJ: 17.191.995/0001-17.

Valor unitário R\$ 2.020,00 (dois mil e vinte reais) e valor total R\$ 4.040,00 (quatro mil e quarenta reais).

ITEM 40: Startubo Comercial Eireli - EPP. CNPJ: 17.191.995/0001-17. Valor unitário R\$ 291,00 (duzentos e noventa e um reais) e valor total R\$ 14.550,00 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta reais).

ITEM 41: Bermo Válvulas e Equipamentos Industriais Ltda. CNPJ: 82.662.263/0001-20. Valor unitário R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) e valor total R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

ITEM 42: Marka Fornecedora de Materiais Serviços Ltda. CNPJ: 71.089.320/0001-08. Valor unitário R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) e valor total R\$ 1.060,00 (hum mil e sessenta reais).

ITEM 43: Marka Fornecedora de Materiais Serviços Ltda. CNPJ: 71.089.320/0001-08. Valor unitário R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) e valor total R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais).

ITEM 44: Bugatti Brasil Válvulas Ltda. CNPJ: 00.469.688/0001-53. Valor unitário R\$ 331,80 (trezentos e trinta e um reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 1.659,00 (hum mil, seiscentos e cinquenta e nove reais)

ITEM 45: Bugatti Brasil Válvulas Ltda. CNPJ: 00.469.688/0001-53. Valor unitário R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais) e valor total R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).

ITEM 46: Bugatti Brasil Válvulas Ltda. CNPJ: 00.469.688/0001-53. Valor unitário R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais) e valor total R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

ITEM 47: Bugatti Brasil Válvulas Ltda. CNPJ: 00.469.688/0001-53. Valor unitário R\$ 98,00 (noventa e oito reais) e valor total R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais).

ITEM 48: Bugatti Brasil Válvulas Ltda. CNPJ: 00.469.688/0001-53. Valor unitário R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) e valor total R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

ITEM 50: Sul Ar e Água Equipamentos Ltda. CNPJ: 80.706.492/0001-74. Valor unitário R\$ 206,50 (duzentos e seis reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 2.065,00 (dois mil sessenta e cinco reais).

ITEM 51: Bugatti Brasil Válvulas Ltda. CNPJ: 00.469.688/0001-53. Valor unitário R\$ 16,00 (dezesseis reais) e valor total R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais).

ITEM 52: Bugatti Brasil Válvulas Ltda. CNPJ: 00.469.688/0001-53. Valor unitário R\$ 23,00 (vinte e três reais) e valor total R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais).

ITEM 53: Italy Válvulas e Metais Ltda. CNPJ: 01.149.960/0001-80. Valor unitário R\$ 308,00 (trezentos e oito reais) e valor total R\$ 4.620,00 (quatro mil, seiscentos e vinte reais).

ITEM 54: Italy Válvulas e Metais Ltda. CNPJ: 01.149.960/0001-80. Valor unitário R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais) e valor total R\$ 3.880,00 (três mil, oitocentos e oitenta reais.)

ITEM 55: Sul Ar e Água Equipamentos Ltda. CNPJ: 80.706.492/0001-74. Valor unitário R\$ 13,20 (treze reais e vinte centavos) e valor total R\$ 66,00 (sessenta e seis reais).

ITEM 56: Italy Válvulas e Metais Ltda. CNPJ: 01.149.960/0001-80. Valor unitário R\$ 22,00 (vinte e dois reais) e valor total R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais).

ITEM 57: Italy Válvulas e Metais Ltda. CNPJ: 01.149.960/0001-80. Valor unitário R\$ 77,00 (setenta e sete reais) e valor total R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais).

ITEM 58: Italy Válvulas e Metais Ltda. CNPJ: 01.149.960/0001-80. Valor unitário R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais) e valor total R\$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais).

ITEM 59: Italy Válvulas e Metais Ltda. CNPJ: 01.149.960/0001-80. Valor unitário R\$ 14,00 (quatorze reais) e valor total R\$ 700,00 (setecentos reais).

ITEM 60: C.E Macedo & Cia Ltda. CNPJ: 07.965.552/0001-83. Valor unitário R\$ 110,00 (cento e dez reais) e valor total R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

ITEM 61: C.E Macedo & Cia Ltda. CNPJ: 07.965.552/0001-83. Valor unitário R\$ 23,00 (vinte e três reais) e valor total R\$ 115,00 (cento e quinze reais).

ITEM 62: C.E Macedo & Cia Ltda. CNPJ: 07.965.552/0001-83.

Valor unitário R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais) e valor total R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais).

ITEM 63: C.E Macedo & Cia Ltda. CNPJ: 07.965.552/0001-83. Valor unitário R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) e valor total R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).

ITEM 64: C.E Macedo & Cia Ltda. CNPJ: 07.965.552/0001-83. Valor unitário R\$ 72,00 (setenta e dois reais) e valor total R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

ITEM 65: C.E Macedo & Cia Ltda. CNPJ: 07.965.552/0001-83. Valor unitário R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais) e valor total R\$ 775,00 (setecentos e setenta e cinco reais).

BASE LEGAL: De acordo com o Pregão Presencial 2213/2014, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2216/2014 - Aquisição de produtos químicos para uso no tratamento de água para abastecimento do município.

Contratada: HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. (CNPJ: 46.481.156/0001-32)

Item 01

Valor Total R\$ 546.480,00

Item 07

Valor Total R\$ 31.436,40

Contratada: AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (CNPJ: 78.668.969/0001-22)

Item 03

Valor Total R\$ 138.600,00

Item 05

Valor Total R\$ 1.651.200,00

Contratada: DRYLLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE HIDRÓXIDOS LTDA. (CNPJ: 08.444.204/0002-04)

Item 04

Valor Total R\$ 418.440,00

Contratada: MAZZAROLLO INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. (CNPJ: 05.963.469/0002-20)

Item 06

Valor Total R\$ 211.200,00

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2217/2014 - Aquisição de equipamentos (data-loggers, mini-estação de tratamento, módulo de aquisição de registro de dados, talha elétrica, geofone manual e eletrônico) e ferramentas diversas (chaves, alicates, jogo de brocas, talhadeira, punção, caixa de ferramentas e afins) para uso das equipes operacionais do SAMAE.

Contratada: LAMON PRODUTOS LTDA. (CNPJ: 26.014.795/0001-80)

Item 01

Valor Total R\$ 19.000,00

Item 02

Valor Total R\$ 36.000,00

Contratada: COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS DO VALE LTDA. (CNPJ: 83.542.381/0001-68)

Item 05

Valor Total R\$ 13.300,00

Item 08

Valor Total R\$ 95,73

Item 09

Valor Total R\$ 223,77
Item 10
Valor Total R\$ 84,09
Item 11
Valor Total R\$ 135,00
Item 12
Valor Total R\$ 166,76
Item 13
Valor Total R\$ 38,36
Item 14
Valor Total R\$ 25,89
Item 15
Valor Total R\$ 178,48
Item 16
Valor Total R\$ 256,55
Item 17
Valor Total R\$ 97,00
Item 18
Valor Total R\$ 112,40
Item 19
Valor Total R\$ 90,76
Item 20
Valor Total R\$ 102,80
Item 21
Valor Total R\$ 34,35
Item 22
Valor Total R\$ 39,72
Item 23
Valor Total R\$ 750,00
Item 24
Valor Total R\$ 18,90
Item 25
Valor Total R\$ 26,76
Item 26
Valor Total R\$ 54,99
Item 27
Valor Total R\$ 54,99

Item 28
Valor Total R\$ 43,32
Item 29
Valor Total R\$ 110,28
Item 30
Valor Total R\$ 54,00
Item 31
Valor Total R\$ 53,55
Item 32
Valor Total R\$ 83,22
Item 34
Valor Total R\$ 24,45
Item 35
Valor Total R\$ 20,10
Item 36
Valor Total R\$ 13,95
Item 37
Valor Total R\$ 54,72
Item 38
Valor Total R\$ 56,73
Item 39
Valor Total R\$ 48,60
Item 40
Valor Total R\$ 112,05
Item 41
Valor Total R\$ 19,00
Item 42
Valor Total R\$ 304,35
Item 43
Valor Total R\$ 6,72
Item 44

Valor Total R\$ 10,68
Item 45
Valor Total R\$ 12,04
Item 46
Valor Total R\$ 10,68
Item 47
Valor Total R\$ 14,92
Item 48
Valor Total R\$ 22,60
Item 51
Valor Total R\$ 579,96
Item 52
Valor Total R\$ 25,80
Item 53
Valor Total R\$ 31,04
Item 55
Valor Total R\$ 49,66
Item 56
Valor Total R\$ 7,37
Item 57
Valor Total R\$ 8,34
Item 58
Valor Total R\$ 9,31
Item 59
Valor Total R\$ 10,09
Item 60
Valor Total R\$ 10,76
Item 61
Valor Total R\$ 11,45
Item 62
Valor Total R\$ 48,15
Item 63
Valor Total R\$ 48,90

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2216/2014 - Aquisição de produtos químicos para uso no tratamento de água para abastecimento do município.

Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, revoga-se o item 02 da licitação acima epigrafada.

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2217/2014 - Aquisição de equipamentos (data-loggers, mini-estação de tratamento, módulo de aquisição de registro de dados, talha elétrica, geofone manual e eletrônico) e ferramentas diversas (chaves, alicates, jogo de brocas, talhadeira, punção, caixa de ferramentas e afins) para uso das equipes operacionais do SAMAE.

Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, revogam-se os item 03, 04, 06, 07, 33, 49, 50, 54, 64, 65 e 66 da licitação acima epigrafada.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADM Nº 009/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 009/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: INFOPOINT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.-EPP.

Licitação: Dispensa por valor

Objeto: Locação de Software AKER.

Valor: R\$ 6.420,00 (Seis mil, quatrocentos e vinte reais).

Vigência: 09 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 09 de janeiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO LEGISLATIVO Nº95-15 DE 08 DE JANEIRO DE 2015 DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CHARLAINE KREUZ PARA O CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº095/15, DE 08 DE JANEIRO DE 2015. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CHARLAINE KREUZ PARA O CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANIARA KELLER CECCON, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção II (Atribuições da Câmara Municipal) artigo 13, inciso III da Lei Orgânica, cominado com o inciso XXX, do artigo 44 do Regimento Interno e a Lei Complementar Legislativa Nº 01/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada, CHARLAINE KREUZ portadora do CPF nº 047. 758.069-63, nascida em 21/04/1984, para o cargo de Diretora Executiva da Câmara Municipal de Vereadores com lotação na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo II da tabela de cargos e salários, nível CC2, código 31.02, conforme Lei Complementar Legislativo nº 001/2013 de 08 de Janeiro de 2013.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal da Câmara.

Art. 3. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 08 de Janeiro de 2015.

JANIARA KELLER CECCON

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra

Hari Schmidt

1º Secretário da Mesa Diretora

TERMO DE POSSE

Aos oito (08) dias do mês de JANEIRO do ano de dois mil e treze (2015), na Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, perante a Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Sr. JANIARA KELLER CECCON, compareceu o(a) Sr(a), CHARLAINE KREUZ portadora do CPF nº047.758.069-63, nascida em 21/04/1984, afim de tomar posse no cargo de DIRETOR EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Câmara Municipal de Vereadores a partir de 08 de janeiro de 2015, nomeado (a) pelo Decreto nº 095/15 de 08 de janeiro de 2015, o qual satisfaz as exigências legais contidas em Lei, e prestou o seguinte compromisso: "POR MINHA HONRA E PELA PÁTRIA, JURO CUMPRIR COM EXATIDÃO E HONRA, RESPEITO, HONESTIDADE, DEDICAÇÃO OS DEVERES INERENTES AO CARGO DE DIRETORA EXECUTIVA DA CÂMARA ACEITANDO AS ATRIBUIÇÕES, RESPONSABILIDADES E PROIBIÇÕES RELATIVAS AO EXERCÍCIO DO CARGO, PROMETENDO CUMPRIR-LAS COM DEDICAÇÃO E ZELO EM RESPEITO A LEI, O BEM DO MUNICÍPIO E DOS MEUS CONCIDADÃOS. DECLARANDO, QUE NÃO EXERÇO OUTRO CARGO PÚBLICO E QUE NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE LEGAL PARA EXERCÍCIO DO CARGO". E, PARA CONSTAR EU, HARI SCHMIDT, OCUPANTE DO CARGO DE 1º SECRETÁRIO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE, LAVREI E ASSINEI A PRESENTE, QUE VAI ASSINADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E A PARTE INTERESSADA.

HARI SCHMIDT

1º SECRETÁRIA DA MESA DIRETORA

JANIARA KELLER CECCON

PRESIDENTE DA CÂMARA

CHARLAINE KREUZ

DIRETOR EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 4644/2014

DECRETO Nº 4644/15 DE 06 DE JANEIRO DE 2015.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 942/14 de 15.10.2014 (LDO) e 943/14 de 15.10.2014 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, cria desdobramento de fonte de recursos dentro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no valor de R\$ 367.959,71 (Trezentos e sessenta e sete mil, novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos).

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manut. Do Ensino Básico do

Município.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (437)

Valor R\$ 62.501,85 (Sessenta e dois mil, quinhentos e um reais e oitenta e cinco centavos).

Fonte: 03.36 - Salário Educação.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100142.021 - Manut. Do transporte Escolar do Ensino Fundamental.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (376)

Valor R\$ 2,72 (Dois reais e setenta e dois centavos).

Fonte: 03.37 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE.

Detalhamento da Fonte: 1035 - Transporte Escolar Federal.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 123060015.2.016 - Manutenção da Merenda Escolar.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (341)

Valor R\$ 2.731,65 (Dois mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos).

Fonte: 03.37 - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Detalhamento da Fonte: 1034 - Programa Merenda Escolar.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100142.021 - Manut. Do Transporte Escolar do Ensino Fundamental.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (374)

Valor R\$ 48,73 (Quarenta e oito reais e setenta e três centavos).

Fonte: 03.62 - Transf. de Convênio - Programa Estadual Transporte Escolar.

Detalhamento da Fonte: 1006 - Transporte Escolar Estadual.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manut. Do Ensino Básico do Município.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas. (1347)

Valor R\$ 11.430,84 (Onze mil, quatrocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos).

Fonte: 03.19 - Transferências FUNDEB - 40%.

Órgão: 07 - Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.

Unidade Orçamentária: 07.01 - Estradas e Rodagem.

Proj/Ativ.: 2678200262.029 - Manutenção Do Parque Rodoviário Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (1062)

Valor R\$ 7.634,24 (Sete mil, seiscentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Fonte: 03.39 - Fundo Especial do Petróleo - FEP.

Detalhamento da Fonte: 1037 - FEP.

Órgão: 07 - Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.

Unidade Orçamentária: 07.01 - Estradas e Rodagem.

Proj/Ativ.: 2678200262.029 - Manutenção Do Parque Rodoviário Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (1348)

Valor R\$ 1.197,64 (Um mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Fonte: 03.07 - Contribuição da CIDE.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 10301002332.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (715)

Valor R\$ 1.409,47 (Um mil, quatrocentos e nove reais e quarenta e sete centavos).

Fonte: 03.63 - Transferências de Convênio Estado/Saúde.

Detalhamento da Fonte: 1002 - Farmácia Básica Estadual.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 10301002332.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (713)

Valor R\$ 9.451,08 (Nove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e oito centavos).

Fonte: 03.63 - Transferências de Convênio Estado/Saúde.

Detalhamento da Fonte: 1031 - Programa MAC Estadual.

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (728)

Valor R\$ 18.955,45 (Dezoito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Fonte: 03.38 - Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.

Detalhamento da Fonte: 0008 - Piso de Atenção Básica (PAB).

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (730)

Valor R\$ 6,64 (Seis reais e sessenta e quatro centavos).

Fonte: 03.38 - Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.

Detalhamento da Fonte: 0013 - Farmácia Básica Federal.

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas. (646)

Valor R\$ 29,68 (Vinte e nove reais e sessenta e oito centavos).

Fonte: 03.38 - Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.

Detalhamento da Fonte: 0014 - Programa PMAQ.

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (724)

Valor R\$ 59.623,31 (Cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e um centavos).

Fonte: 03.38 - Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.

Detalhamento da Fonte: 001021 - MAC Próteses Dentárias.

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (588)

Valor R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

Fonte: 03.00 - Superavit do Exercício Anterior

Detalhamento da Fonte: Sem detalhamento.

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824300492.052 - Manutenção das Ativ. do Programa Peti.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (907)

Valor r\$ 2.443,11 (Dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e onze centavos).

Fonte: 03.35 - Transferência do Sistema Único de A. Social SUAS/ União.

Detalhamento da Fonte: 1033 - PETI.

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.027 - Manutenção das Ativ. de Assistência Social no Município.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (909)

Valor r\$ 2.185,90 (Dois mil, cento e oitenta e cinco reais e noventa centavos).

Fonte: 03.35 - Transferência do Sistema Único de A. Social SUAS/ União.

Detalhamento da Fonte: 1032 - Benefícios Eventuais

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.027 - Manutenção das Ativ. de Assistência Social no Município.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (949)

Valor r\$ 299,31 (Duzentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos).

Fonte: 03.35 - Transferência do Sistema Único de A. Social SUAS/ União.

Detalhamento da Fonte: 1008 - Piso Social Básico

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.027 - Manutenção das Ativ. de Assistência Social no Município.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (953)

Valor r\$ 25.072,42 (Vinte e cinco mil, setenta e dois reais e quarenta e dois centavos)

Fonte: 03.35 - Transferência do Sistema Único de A. Social SUAS/ União.

Detalhamento da Fonte: 1036 - Bolsa Família.

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.027 - Manutenção das Ativ. de Assistência Social no Município.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas. (921)

Valor r\$ 24.190,15 (Vinte e quatro mil, cento e noventa reais)

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (943)

Valor r\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Fonte: 03.35 - Transferência do Sistema Único de A. Social SUAS/ União.

Detalhamento da Fonte: 1015 - Programa Piso Social Fixo - Cras

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.027 - Manutenção das Ativ. de Assistência Social no Município.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (945)

Valor r\$ 1.000,00 (Um mil reais).

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas. (1350)

Valor r\$ 4.404,71 (Quatro mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e um centavos).

Fonte: 03.35 - Transferência do Sistema Único de A. Social SUAS/ União.

Detalhamento da Fonte: 1012 - Programa IGD - Suas

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.027 - Manutenção das Ativ. de Assistência Social no Município.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (1349)

Valor r\$ 11.977,72 (Onze mil, novecentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos).

Fonte: 03.61 - Transferência de Convênios Estado/Assistência Social.

Detalhamento da Fonte: 1026 - Programa Cras Estadual.

Órgão: 03 - Secretaria de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades e Administração Geral.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas. (112).

Valor r\$ 1.363,09 (Um mil, trezentos e sessenta e três reais e nove centavos).

Fonte de Recursos: 02.89 - Alienação de Bens.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do superávit financeiro do exercício de 2014, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 06 de janeiro de 2015 .

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 006/2015 DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 006/2015, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SR. PREFEITO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento ao Sr. Prefeito Municipal AIRTON ANTONIO REINEHR, matrícula nº 597-5, portador do CIC sob nº 569.504.709-91, sendo o período de concessão de 09 de janeiro de 2015 a 23 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 09 de janeiro de 2015.

ELTON HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Bom Retiro

PREFEITURA

001.01.15 - P. LIC. VENCIMENTO EVERALDO GOEDERT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 001/15 de 05.01.2015
Concede Licença Sem Vencimento

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 80 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 002/2015 de 05.01.2015, Licença Sem Vencimento pelo período de 03 (Três) anos, para tratar de assuntos particulares, o funcionário EVERALDO GOEDERT, ocupante do cargo de Motorista - Padrão I - Nível 04 - do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde. A contar do dia 05 de Janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de Janeiro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Dário Cesar de Lins
Secretário Munic. De Adm e Fazenda

002.01.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE CELI ALVES HINCKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 002/15 de 05.01.15
Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 12 de fevereiro de 2014, a funcionária Celi Alves Hinckel, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

003.01.15 - P. APOSENTADORIA ANDREA S. HEINZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 003/15 de 05.01.15
Concede Aposentadoria por Invalidez por Acidente do Trabalho

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC;

Resolve:

Conceder Aposentadoria por Invalidez por Acidente do Trabalho, conforme Benefício 608.786.350-1, Espécie: 92 a servidora municipal Andrea Simone Heinz - ocupante do cargo de Agente de Saúde - Padrão I - Nível 1, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - Entrada, enquadrado no Regime Geral de Previdência Social Cfe. Leis Municipais n.ºs 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data, bem como fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

004.01.15 - P. DES. PROF. JANETE AP. P. JESUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 004/15 de 05.01.15
Designa Professora Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Janete Aparecida Paim de Jesus, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira, no período de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública 07/2014 para Contratação de Professor ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Titular em Férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

005.01.15 - P. DES. PROF. MARIZETE AP. B. M. BARRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 005/15 de 05.01.15

Designa Professora Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Marizete Aparecida Benke Mena Barreto, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira, no período de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Chamada Pública 07/2014 para Contratação de Professor ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Titular em Férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

006.01.15 - P. DES. PROF. MAGDA SPAVIERI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 006/15 de 05.01.15

Designa Professora Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Magda Spavieri, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Municipal Irmã Paula, no período de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Chamada Pública 07/2014 para Contratação de Professor ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Titular em Férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

007.01.15 - P. DES. PROF. MARIANA DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 007/15 de 05.01.15

Designa Professora Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Mariana Deucher, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Municipal Irmã Paula, no período de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015, em virtude de sua classificação em 9º lugar na Chamada Pública 07/2014 para Contratação de Professor ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Titular em Férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

008.01.15 - P. DES. PROF. PATRÍCIA M. HOFFMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 008/15 de 05.01.15

Designa Professora Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Patrícia Michels Hoffmann, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Municipal Patrícia Deucher, no período de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015, em virtude de sua classificação em 5º lugar na Chamada Pública 07/2014 para Contratação de Professor ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Titular em Férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

009.01.15 - P. DES. PROF. MAGDALENA M. AP. TAVARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 009/15 de 05.01.15
Designa Professora Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Magdalena Magali Aparecida Tavares, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Municipal Patrícia Deucher, no período de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015, em virtude de sua classificação em 7º lugar na Chamada Pública 07/2014 para Contratação de Professor ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Titular em Férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

010.01.15 - P. FÉRIAS JEFERSON U. NUNES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 010/15 de 05.01.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) ao funcionário Jeferson Ulisses Nunes, Ocupante do cargo de Assessor Gabinete do Prefeito Padrão I - Nível 36, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Gabinete do Prefeito, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 001/2015 de 05 de janeiro de 2015, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

011.01.15 - P. FÉRIAS ERMENE L. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 011/15 de 05.01.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 3º item II da Lei n.º 2168/13 de 27.03.13;

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) a Conselheira Tutelar Ermene Lucia Schlemper, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

012.01.15 - P. FÉRIAS IVANIR B. NECKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 012/15 de 05.01.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil Treze) a funcionária Ivanir de Brida Neckel, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

013.01.15 - P. FÉRIAS MARIO L. SCHLICHTING

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 013/15 de 05.01.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente

ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) ao funcionário Mario Luiz Schlichting, ocupante do cargo de Secretário Adjunto de Turismo - Padrão I - Nível 33, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

014.01.15 - P. FÉRIAS MARCIA D. S. GRUDTNER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 014/15 de 05.01.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) a funcionária Marcia Denize Schiestl Grudtner, ocupante do cargo de Assistente Social - Padrão I - Nível 09, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

015.01.15 - P. FÉRIAS FERNANDA B. O. NUNES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 015/15 de 05.01.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) a funcionária Fernanda Bollmann Oleskovicz Nunes, ocupante do cargo de Psicóloga - Padrão I - Nível 09, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

016.01.15 - P. FÉRIAS SIRLEI T. R. NUNES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 016/15 de 05.01.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) a funcionária Sirlei Terezinha Rossini Nunes, ocupante do cargo de Secretária Adjunta da Saúde - Padrão I - Nível 33, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

017.01.15 - P. FÉRIAS JOSE A. ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 017/15 de 05.01.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) ao funcionário José Artur Rovaris, ocupante do cargo de Pedagogo - Padrão I - Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

018.01.15 - P. FÉRIAS FERNANDA R. GORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 018/15 de 05.01.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) a funcionária Fernanda Rosa Gorges, ocupante do cargo de Recepcionista - Padrão I - Nível 3, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

019.01.15 - P. FÉRIAS ANGELITA AP. S. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 019/15 de 05.01.15

Concede Férias Antecipadas

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, ocupante do cargo de Pedagoga - Padrão I - Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

020.01.15 - P. FÉRIAS VERA L. C. CLAUMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 020/15 de 05.01.15

Concede Férias Antecipadas

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores

Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Vera Lucia da Cruz Claumann, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

021.01.15 - P. FÉRIAS ROZANA D. PICKLER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 021/15 de 05.01.15

Concede Férias Antecipadas

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Rozana Dias Pickler, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

022.01.15 - P. FÉRIAS ELI T. P. HEMKEMAIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 022/15 de 05.01.15

Concede Férias Antecipadas

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Eli Terezinha Perroni Hemkemaier, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

023.01.15 - P. FÉRIAS ELISIANE L. MENEGAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 023/15 de 05.01.15

Concede Férias Antecipadas

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Elisiane de Lins Menegaz, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

024.01.15 - P.DES. SERV. IZAURA C. H. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 024/15 de 05.01.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Izaura Cristina Heidercheid da Silva, para atuar como Servente ACT na Creche Municipal Patrícia Deucher, a partir do dia 05 de janeiro de 2015 com término no dia 28 de fevereiro de 2015 percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

025.01.15 - P. EXON. SANDRA M. V. PRÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 025/15 de 06.01.15

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

R e s o l v e:

Exonerar a servidora Sandra Mara Vieira Prá, do Cargo de Diretor de Departamento - Padrão I - Nível - 32, do Quadro de Pessoal Nomeada em Caráter Comissionado do Município, através da Portaria n.º 679/14 de 24.07.14, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 06 de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 06 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

026.01.15 - P. NOM. SANDRA M. V. PRÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 026/15 de 06.01.15

Nomeia em Comissão

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

R e s o l v e:

Nomear Sandra Mara Vieira Prá brasileira, casada, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Adjunto de Educação, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 06 de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 06 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

027.01.15 - P. NOM. BARBARA A. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 027/15 de 06.01.15

Nomeia em Comissão

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

R e s o l v e:

Nomear Bárbara Althoff da Cruz brasileira, casada, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Departamento - Nível 32, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício no Gabinete do Prefeito, a contar do dia 06 de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 06 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

028.01.15 - P. FÉRIAS LUCIANI P. SCHILISTING

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 028/15 de 07.01.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) a funcionária Luciani dos Passos Schilisting, ocupante do cargo de Chefe de Serviços - Padrão I - Nível 30, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda - Posto Correio Canoas, para gozá-las a contar de 07 de janeiro com término no dia 05 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 07 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

110.14 - DEC. EXCESSO ARREC. FUNDO ESPECIAL

Decreto N.º 110/14 de 17 de dezembro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

03.01 - SECR. MUN. DE ADM E FAZENDA	
04.122.014.2008 - MANUTENÇÃO DA SECR. DE ADM. E FAZENDA	
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00 - Aplicações Diretas	
Recurso 01.44 - Recursos Fundo Especial Petróleo	
R\$ 6.150,00	
Total	
..... R\$ 6.150,00	

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o recurso do Cota -parte do fundo especial do petróleo - FEP, fonte de Recurso 01.44 - Fundo Especial Petróleo, receita: 17212270 - Cota -parte do fundo especial do petróleo - FEP no valor de R\$ 6.150,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 17 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

111.14 - DEC. ANULAÇÃO EDUCAÇÃO 01.01

Decreto N.º 111/2014 de 17.12.2014

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2204/2013 de 12 de dezembro de 2013;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar na Prefeitura Municipal de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE	
12.365.018.2016 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	
3.3.90.00 - Aplicações Diretas	
Recurso 01.01 - Recursos 25% Educação	R\$ 30.000,00
SubTotal R\$ 30.000,00	
Total da Suplementação	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.01- SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE	
12.365.018.2016 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	
3.1.90.00 - Aplicações Diretas	
Recurso 01.01 - Recursos 25% Educação	R\$ 30.000,00
SubTotal R\$ 30.000,00	
Total Geral da Anulação	R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 17 de dezembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MINUTA EDITAM PP 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 03/2015 para Fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede estadual e rede municipal para o exercício de 2015, dentro dos padrões exigidos por lei. A abertura dos envelopes será dia 26/01/15 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 12 de janeiro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

Braço do Trombudo**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 07/2015**

EXTRATO DE CONTRATO 07/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA

CNPJ 01.602.498/0001-25, sito a Rua Alberto Muller, 50000

Cidade de Brusque - SC

Objeto: óleo diesel comum e óleo diesel S10

Valor: R\$ óleo diesel comum, com o valor de R\$ 2,48 por litro e óleo diesel S10, com o valor de R\$ 2,62 por litro

Vigência até 31.12.2015.

Data da assinatura: 05.01.2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 08/2015

EXTRATO DE CONTRATO 08/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: TECER PEDAGOGICO AMBIENTAL LTDA ME-ME

CNPJ 10.455.375/0001-08, sito a Rua Tuíuti, 181, sala 02,

Cidade de Rio do Sul - SC

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de Assessoria Pedagógica Ambiental

Valor: 7.800,00 (sete mil oitocentos reais)

Vigência até 31.12.2015.

Data da assinatura: 05.01.2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001/2015

PORTARIA Nº 001/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, Art. 63 e Lei Complementar 118/2013 de 05.06.2013...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para repouso a gestante, a servidora Kátia Freundel ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 26.12.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 26.12.2014.

Braço do Trombudo, em 08 de janeiro de 2015
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 002/2015

PORTARIA Nº 002/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Sonia Aparecida Batista Ribeiro Marconi, ocupante do cargo de Assistente Social., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 0130/2014 de 01.08.2014, a partir de 08.01.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 08 de janeiro de 2015
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 003/2015

PORTARIA 003/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base no Artigo 52, Inciso I da Lei Orgânica Municipal e amparado no artigo 6º da Lei Complementar 008/99 de 17/11/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jean Christian Weiss, para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 12 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 3º da Lei 0597/2008 de 09 de julho de 2008.

Braço do Trombudo, 08 de janeiro de 2015
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 004/2015

PORTARIA Nº 004/2015

DESIGNA SERVIDOR

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º- Designar as servidoras, Alair Franz Hein e Juliana do Nascimento, para responder pelo Setor de Compras efetuando e assinando as Autorizações de Fornecimento, e pelo Setor de Licitações e Contratos a partir de 12.01.2015.

Art. 2º - Fica revogada a portaria 008/2014 de 15.01.2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 08 de janeiro de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO 01/2015

DECRETO Nº 01/2015

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE

Art. 1º. No exercício 2015, a Comissão Permanente de Licitações será composta pelos seguintes servidores:

ROSA MARIA BETIOLO, atuando como Presidente;

CLEOMAR DE OLIVEIRA, exercendo o encargo de Secretário; e

JANE FERREIRA DA SILVA, Vogal.

Art. 2º. Eventual ausência de qualquer um dos membros titulares acima indicados será suprida pela atuação do servidor ADEJAI-ME JOSÉ KERN, que terá as mesmas atribuições dos substituídos quando em exercício das funções.

Art. 3º - Os titulares farão jus, durante a vigência do presente Decreto, ao recebimento da gratificação prevista na Lei Complementar nº 33/2010, salvo se já recebiam outra gratificação ou exerçam função de confiança.

Parágrafo único. Ao suplente, quando no efetivo desempenho da função, se aplica o disposto no caput.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 01/2014.

Brunópolis, 02 de janeiro de 2015.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

DECRETO 02/2015

DECRETO Nº 02/2015

DESIGNA PREGOEIRO

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE

Art. 1º. No exercício 2015, a função de PREGOEIRO será exercida pelo servidor JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO.

Art. 2º. Eventual ausência, impedimento ou impossibilidade do PREGOEIRO será suprida pela atuação do JOÃO WEBER FILHO, nomeado PREGOEIRO SUBSTITUTO.

Art. 3º. A Comissão Permanente de Licitações auxiliará o PREGOEIRO nas atividades incumbidas pelo presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 02/2014.

Brunópolis, 02 de janeiro de 2015.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 124/2014 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 124/2014

ESPÉCIE: Fornecimento e Instalação de Ar Condicionados na Sede Administrativa do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 055/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2014 e 2015 80.001.04.122.300.2291.44900000000.2 0000/60000; VIGÊNCIA: 04 meses. DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2014; VALOR: R\$ 40.900,00. CONTRATADA: CLIMA SERVICE REFRIGERAÇÃO LTDA. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 19 de dezembro de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 082/2012 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 08 AO CONTRATO 082/2012

ESPÉCIE: Serviço de telefonia móvel. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 027/2012. VALOR ESTIMADO: R\$ 36.000,00. PRAZO EXECUÇÃO: até 30/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 10/12/2014; CONTRATADA: 14 Brasil Telecom Celular S/A. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 10 de dezembro de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 82/2014 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 82/2014

ESPÉCIE: Serviço de Arrecadação de Faturas de Serviço do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade PROCESSO LICITATÓRIO: 001/2014. VALOR UNITÁRIO: R\$ 8.000,00. PRAZO EXECUÇÃO: até 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 01/12/2014; CONTRATADA: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 01 de dezembro de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 107/2014 SAMAE

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 107/2014 - ADITIVO 01 TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E CLARO S/A, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ N.º 82.985.003/0001-96, estabelecida na Rua Doutor Penido, 297, centro, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato pelo seu Diretor

Presidente, Sr. ROGÉRIO RISTOW, brasileiro, casado, CPF nº 887.304.259-72, residente e domiciliado na Rua Rodrigues Alves, nº 292, apto. 401, Edifício Fernando, bairro Centro, Brusque/SC, e, a empresa CLARO S/A, pessoa Jurídica de direito privado com sede à Rua Florida, 1970, Bairro Monções, São Paulo, SP, inscrita sob CNPJ nº 40.432.544/0001-47, neste ato representada pelos Srs. JOSÉ ROLANDO PEDRO SILVA OLMOS, portador(a) do CPF nº 231.835.848-67 e JACINTO LUIS MIOTTO NETO, portador(a) do CPF nº 743.791.866-87, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista a lei 8.666/93 e suas alterações, celebram o presente Termo Aditivo do Contrato n.º 107/2014, decorrente do Processo Licitatório 035/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

Em conformidade com artigo 57, inciso II, da Lei 8666/93, prorrogar-se o referido contrato pelo período de até a data de 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: RECURSOS FINANCEIROS

As despesas provenientes do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 2015.80.001.17.512.030 1.2291.339039580000.20000

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor estimado do presente Contrato pela execução de todo o seu objeto é de R\$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais), nele já incluídos os preços dos materiais, tributos, contribuições sociais, previdenciárias e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas, no que não colidirem as demais cláusulas e condições pactuadas no termo primitivo e posterior alterações. E por estarem assim certas e ajustadas, e de pleno acordo com as cláusulas aditivas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta os efeitos legais desejados.

Brusque, SC, 10 de dezembro de 2014.

Pelo SAMAE:

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Pela CLARO S/A:

José Rolando Pedro Silva Olmos Diretor	Jacinto Luis Miotto Neto Diretor
---	-------------------------------------

TESTEMUNHAS:

Lenomir de Faria	Leandro Bolognini
------------------	-------------------

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015/2011 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 015/2011

ESPÉCIE: Serviço de telefonia fixa. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 057/2010. VALOR ESTIMADO: R\$ 72.000,00. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 02/12/2014; CONTRATADA: Brasil Telecom S/A - OI. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 02 de dezembro de 2014.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2013 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 012/2013

ESPÉCIE: serviço de vigilância humana e monitoramento eletrônico no SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 060/2012. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 12/12/2014; CONTRATADA: Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 12 de dezembro de 2014.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 111/2013 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 111/2013

ESPÉCIE: prestação de serviço de conectividade (internet). MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 042/2013. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 02/12/2014; CONTRATADA: TPA Telecomunicações Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 02 de dezembro de 2014.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2012 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 012/2012

ESPÉCIE: serviço de manutenção dos sistemas de radiocomunicação e telemetria do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 045/2011. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 09/12/2014; CONTRATADA: DRJ Radiocomunicação Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 09 de dezembro de 2014.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 098/2012 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 098/2012

ESPÉCIE: Serviço de locação de equipamentos de informática - Tablets. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 038/2012. PRAZO EXECUÇÃO: ate 30/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 02/12/2014; CONTRATADA: Digiprint Tecnologia da Informação Ltda ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 02 de dezembro de 2014.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 001/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 001/2015

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 001/2015, na modalidade de Tomada de Preços, para fabricação, transporte e montagem de suportes metálicos para travessia de tubulação DEFOFO DN400, na ponte Mario Olinger em Brusque/SC. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 28 de janeiro de 2015, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.273

DECRETO nº 6.273, de 09 de janeiro de 2015.

Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio, para procedimentos referentes à realização de licitação na modalidade pregão, para todos os órgãos da Administração Direta do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeado para exercer a função de pregoeiro, na realização de pregões de todos os órgãos da Administração Direta do Município de Caçador, para aquisição de bens e serviços comuns no Município de Caçador o Servidor Público Municipal ANTONIO CARLOS CASTILHO.

Art. 2º Ficam também nomeados, para Equipe de Apoio do pregoeiro, os Servidores Públicos Municipais EDIMAR SCAMBARA, JULIANA NURILLES GARBOZZA e ROMAIANE DAL PONTE.

Parágrafo único. Na ausência do pregoeiro qualquer membro da equipe de apoio assumirá a função temporariamente.

Art. 3º O pregoeiro solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de pregão, sempre que se fizerem necessários.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos nºs 5.884, de 16 de janeiro de 2014 e 6.007, de 21 de maio de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de janeiro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.274

DECRETO nº 6.274, de 09 de janeiro de 2015.

Designa Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem durante o exercício de 2015 a Comissão Permanente de Licitações, da Prefeitura Municipal de Caçador, a contar desta data:

Membros Efetivos: ANTONIO CARLOS CASTILHO

JULIANA NURILLES GARBOZZA
ROMAIANE DAL PONTE

Membros Suplentes: LIZIANE PRANDINI
EDIMAR SCAMBARA

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitações reunir-se-á sempre que houver licitações para serem analisadas e julgadas, e, desde que não tenha sido nomeada comissão especial para análise das propostas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os Decretos nºs 5.885, de 17 de janeiro de 2014 e 6.006, de 21 de maio de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de janeiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Caçador/SC, no uso das atribuições legais e a fim de dar cumprimento ao artigo 39 da Lei Federal nº 8.666/1993 e ao artigo 11 da Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, informa a todos os interessados que em 03 de Fevereiro de 2015, no horário das 09h00 às 12h00, na Rua Fernando Machado, nº 139, Centro, Cidade de Caçador/SC, CEP 89500-000, ocorrerá a abertura de Processo de Audiência e Consulta Pública das minutas do Edital, Contrato e Termo de Referência para a Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no município de Caçador/SC. A Audiência e Consulta Pública realizar-se-ão com a finalidade de apresentação, divulgação e discussão das minutas do Edital, Contrato e Termo de Referência para a Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no município de Caçador/SC, resguardando os princípios da transparência e do controle social. Os documentos submetidos a Audiência e Consulta Pública estarão no Portal Eletrônico do Município junto à rede mundial de computadores (internet), com acesso gratuito.

Caçador/SC., 12 de janeiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito de Caçador

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 27 - EMPREGO PÚBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 27, de 07 de Janeiro de 2014.

Convoca aprovada em Concurso Público para o preenchimento dos cargos existentes e formação de Cadastro de Reserva na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF,

Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências,

C O N V O C A:

A cidadã, a seguir relacionada, aprovada em Concurso Público para o preenchimento do cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, para formação da Equipe de Estratégia da Saúde da Família - ESF Taquara Verde e atuar junto a Unidade Básica de Saúde de Taquara Verde, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 5.189, de 04/04/12, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, conforme sequência de classificação:

ENFERMEIRA

Cheila Karei Siega

a) A Cidadã deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perder o direito ao Concurso.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de Janeiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.936

PORTARIA Nº 24.936, de 11 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

REMOVER por permuta a Servidora Pública Municipal ANDREIA ANCIUTTI, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, lotada na EMEB Nossa Senhora da Salette, 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Irmão Venâncio José e desta para aquela a Servidora Pública Municipal MARIA LIDIA VIEIRA DE MEDEIROS, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a contar de 09 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Dezembro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.967

PORTARIA nº 24.967, de 19 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 01/11/2014 a 30/11/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1964	Adelar Geraldo Piran	60h
13369	Adilso da Silva	60h
7982	Adriana Bento Grobe	23h
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	24h e 30 min.
1836	Aldecir Barp	60h
95	Alessandro Luis Ribeiro	60h
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	47h e 19 min.
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	40h
1453	Alvaro Santos de Castro	60h
13453	Antonio Amarildo de Mello	60h
13368	Antonio Rogério Nhaia	60h
10775	Cândice Valeida Goltz	28h
10940	Carla Andressa Vierz-bicki	25h
831	Clarice Abraão	40h
8413	Claudete Maria Bento Corrente	30h
13472	Daniela Susin	37h e 33 min.
364	Delma Letícia Dri Ficagna	40h
12794	Doraci de Jesus Soares	36h e 49 min.
2027	Edezio Recalcatti	60h
11217	Edinéia Aparecida da Silva Batista	05h
13451	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	40h
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	27h
7744	Elizandra Driedrich	14h
830	Eloir do Carmo Antunes	37h e 43 min.
3745	Erenilda Americano	36h e 30 min.
13524	Franciele Carline Zenaro	32h e 30 min.
3278	Frenezi de Oliveira	15h
13367	Gean Carlos Camargo	60h
769	Geni Aparecida dos Santos	07h

10485	Hélio Luiz Wirschum	40h
7707	Ivanir Weber	36h
12454	Jair de Azeredo	60h
3361	Janete Lisboa Velasques	30h
11890	Jorge Jair de Moura Borges	39h
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	16h
10831	Katia Possamai	30h
645	Klayton Strey	60h
1307	Laura Henrique de Andrade	24h
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	40h
12858	Leandro Medeiro	60h
11851	Leticia Maria Rostirolla	12h
12590	Loraine Maria Rostirolla	20h
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	36h
11032	Luiz Antônio Wanciw	40h
7824	Maicon Sgarbossa	60h
3852	Marcia de Araújo Mattia	12h
1214	Marcio Bassani	60h
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	60h
9385	Maria Eva Martins	40h
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	40h
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	07h
8331	Mônica Michele Witiuk	40h
7683	Nara Teske	23h
731	Odete Crivilatti	40h
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	12h
10102	Rosa Meri Coluzzi	23h e 30 min.
10764	Sandra Aparecida Correa	40h
1720	Sandro José Neres da Rocha	60h
3437	Sayonara Galina	30h
135	Sueli Terezinha Bueno	27h
10785	Vagner Gonçalves	40h
1376	Veroni Salete Dalaqua	33h
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	40h
1535	Vilmar Miguel Dobner	60h
10790	Willian Cardoso Ribeiro	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de Dezembro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.968

PORTARIA nº 24.968, de 19 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 01/11/2014 a 30/11/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1964	Adelar Geraldo Piran	29h e 32 min.
13369	Adilso da Silva	23h e 03 min.
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	07h
1836	Aldecir Barp	23h e 30 min.
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	21h e 04 min.
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	07h
1453	Alvaro Santos de Castro	06h e 45 min.
13368	Antonio Rogério Nhaia	10h e 16 min.
831	Clarice Abraão	77h
8413	Claudete Maria Bento Corrente	14h
364	Delma Leticia Dri Ficagna	07h
2027	Edézio Recalcatti	49h e 10 min.
11217	Edinéia Aparecida da Silva Batista	10h
13451	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	08h e 44 min.
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	08h
7744	Elizandra Driedrich	12h
13367	Gean Carlos Camargo	30h e 54 min.
7707	Ivanir Weber	21h
11890	Jorge Jair de Moura Borges	77h
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	14h
645	Klayton Strey	29h e 58 min.
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	10h
12858	Leandro Medeiro	25h e 36 min.
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	21h

11032	Luiz Antônio Wanciw	77h
7824	Maicon Sgarbossa	01h e 59 min.
1214	Marcio Bassani	42h e 17 min.
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	57h e 16 min.
9385	Maria Eva Martins	24h e 30 min.
13465	Marilei Dallagnol	70h
731	Odete Crivilatti	09h
10764	Sandra Aparecida Correa	82h
1720	Sandro José Neres da Rocha	45h e 12 min.
3437	Sayonara Gallina	07h
10785	Vagner Gonçalves	70h
1376	Veroni Salete Dalaqua	10h
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	12h e 30 min.
1535	Vilmar Miguel Dobner	29h e 03 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de Dezembro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.969

PORTARIA nº 24.969, de 19 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/11/2014 a 30/11/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	09h e 30 min.
3421	Adriana Aparecida Pavloski	05h e 41 min.
7982	Adriana Bento Grobe	03h e 50 min.
10941	Arlete Terezinha Benjamini Alves dos Santos	96h e 00 min.
711	Antônio de Oliveira Segundo	09h e 21 min.

3512	Clotilde Gonçalves de Souza Oliveira	06h e 42 min.
7743	Dilva Rejane Niewinski Figueiredo de Mattos	03h e 29 min.
11937	Dirce Teresinha Mantovani	04h e 05 min.
10766	Edina Ferreira Lopes	01h e 34 min.
11217	Edinéia Aparecida da Silva Batista	07h e 00 min.
12021	Eliane Gouveia	03h e 50 min.
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	01h e 41 min.
395	Elisabeth Mary Kinceler	03h e 38 min.
12614	Graziele Avila de Oliveira	03h e 50 min.
12589	Iara Aparecida Speggiorin	04h e 43 min.
12058	Jessica Coradi	01h e 01min.
11946	Jucinei Pires do Prado	04h e 49 min.
932	Juracema Teodoro	01h e 05 min.
11850	Larissa Strapasson Binder	04h e 48 min.
5635	Luciano Caregnato	09h e 03 min.
11812	Marcia de Oliveira Guedes	07h e 08 min.
637	Marcia Regia Mostiak	05h e 32 min.
10461	Mirian Ficagna	01h e 46 min.
11876	Miriane Aparecida Galvão Kunzel	22h e 35 min.
883	Mirna Mingotti	30h e 00 min.
7674	Patricia Kirschner	02h e 10 min.
1074	Pedro Roman Ross	10h e 30 min.
12059	Rodolfo Lorenzo da Rosa	01h e 03 min.
1053	Rosemaria Combin	19h e 40 min.
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	03h e 50 min.
11951	Silvana Maria Cristaldo	04h e 49 min.
3272	Silmara Baseggio Radaeli	91h
11871	Tatiana Moraes	04h e 43 min.
11970	Tatiana Santos de Oliveira Lyra	03h e 55 min.
890	Vildamina Prado dos Santos	01h e 29 min.
10477	Viviane Kuster	03h e 24 min.
11814	Wania Aline Figura	01h e 46 min.
12035	Zoraide Neto da Silva	08h e 00 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de Dezembro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.970

PORTARIA Nº 24.970, de 22 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
51	Adair Ferreira da Luz	40 horas
76	Adriano de Oliveira Lourenço	15 horas
71	Antonio Adelir da Silva	30 horas
1384	Antonio Vanderlei Pires	10 horas
94	Cecilia Aparecida dos Santos	12 horas
72	David Rodrigues Rocha	24 horas
1240	Dirceu Ferreira da Luz	15 horas
11076	Edina Aparecida Domingues	15 horas
78	Gilberto de Oliveira	15 horas
1026	Ilário Bachi	35 horas
10050	João Antonio dos Santos	38 horas
93	Jocelim Gonçalves de Freitas	06 horas
1311	Joel Monteiro	30 horas
1451	José Vandir Mroz	15 horas
56	Loreli Aparecida Varella	40 horas
90	Luiz Carlos Nica	06 horas
10482	Luiz Carlos Teixeira	15 horas
70	Marcio Silveira Pinto	06 horas
87	Marco Antonio dos Santos	06 horas
11140	Maria Aparecida Matos de Oliveira	15 horas
83	Mauri Bueno de Oliveira Andrade	40 horas
82	Nilson Roberto Goes	06 horas e 40 min.
11138	Noeli Gonçalves de Queiroz	30 horas
60	Roseli Aparecida Gribinski	40 horas
61	Solange Vieira da Silva	40 horas
3416	Valcir Nedival Vasconcelos	06 horas
609	Valsir Gribinski	15 horas
786	Vilmar Moreira dos Santos	40 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de Dezembro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

PORTARIA Nº 24.971

PORTARIA Nº 24.971, de 22 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
674	Joventino Rodrigues dos Passos	144
1242	José Aldo Moraes da Silva	144

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de Dezembro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

PORTARIA Nº 24.972

PORTARIA Nº 24.972, de 22 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, em razão de faltas injustificadas no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de falta, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
10484	Vinicius Alexandre Soares	12 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de Dezembro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

PORTARIA Nº 24.977

PORTARIA Nº 24.977, de 22 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

RETIFICAR a Portaria nº 24.469, de 01 de Setembro de 2014, que contratou diversos servidores, com relação a Servidora Pública Municipal MARISANGELA ALVES RIBEIRO, somente no que se refere ao nome da servidora, que passa a ser MARISANGE ALVES RIBEIRO.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 22 de Dezembro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.978

PORTARIA Nº 24.978, de 22 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

REMOVER por permuta a Servidora Pública Municipal DEBORA JANE ZARUR, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, lotada na EMEB Hilda Granemann de Sousa, 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Padre José Chamot e desta para aquela a Servidora Pública Municipal CLARISSE DE ALBUQUERQUE, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a contar de 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de Dezembro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.979

PORTARIA Nº 24.979, de 22 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

REMOVER por permuta a Servidora Pública Municipal VARDELEI FURLAN, ocupante do cargo de Professor de 1º ao 5º ano, lotada na EMEB Hilda Granemann de Sousa, 40 (quarenta) horas semanais, para a EMEB Padre José Chamot e desta para aquela a Servidora Pública Municipal CLEMARE APARECIDA COELHO, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos a contar de 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de Dezembro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.999

PORTARIA Nº 24.999, de 05 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos,

R E S O L V E:

PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias o prazo previsto para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo nº 005/2014, instaurado pela Portaria nº 24.875, de 27 de Novembro de 2014, em virtude do recesso administrativo e férias concedidas aos servidores nomeados.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de Janeiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.001

PORTARIA Nº 25.001, de 06 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO, do cargo em comissão de Secretária Municipal de Administração, do "Grupo Ocupacional"- Comissão, referência CC-1, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de Janeiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.002

PORTARIA Nº 25.002, de 06 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e Lei Complementar nº 237, de 22/03/2012, que altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 209, que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal, e dá outras providências,

R E S O L V E:

CESSAR TODOS OS EFEITOS da Portaria nº 24.268, de 24 de Julho de 2014, que designou a Servidora Pública Municipal ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO, para responder interinamente pelo Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Saúde, a contar de 09 de Janeiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de Janeiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.003

PORTARIA Nº 25.003, de 06 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências,

R E S O L V E:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO, no cargo em comissão de Secretária Municipal de Saúde, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-1, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 12 de Janeiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de Janeiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.004

PORTARIA Nº 25.004, de 06 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências,

R E S O L V E:

NOMEAR o cidadão JOVANI SCRIMIN, no cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-1, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 12 de Janeiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de Janeiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.005

PORTARIA Nº 25.005, de 06 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências

R E S O L V E

NOMEAR a cidadã JUCIELE MARTA BALDISSARELLI, no cargo em comissão de Secretária Executiva do Gabinete do Prefeito, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-5, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 12 de Janeiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de Janeiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

IPASC

POLITICA DE INVESTIMENTOS 2015 DO IPASC

POLÍTICA DE INVESTIMENTO
2015

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO	3
II - META DE RENTABILIDADE	4
III - MODELO DE GESTÃO	5
IV - INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	5
A) Segmento de Renda Fixa - Art. 7	6
B) Segmento de Renda Variável Art. 8	7
C) Segmento de Imóveis - Art. 9	8
V - LIMITES DE ALOCAÇÃO	9
VI - VEDAÇÕES	10
VII - SELEÇÃO DE ATIVOS	11
VIII -POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	12
IX - DISPOSIÇÕES GERAIS	14
Anexo I-Cenário Econômico	15
A) Cenário econômico internacional	15
B) Cenário Econômico – Brasil	18
Anexo II-Lista de <i>Ratings</i>	20

I - INTRODUÇÃO

Objetivando cumprir a legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, com foco na Resolução CMN Nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, o **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC**, apresenta a versão final de sua Política de Investimento para o ano de 2015, devidamente aprovada pelo Conselho de Administrativo em 16 de dezembro de 2014, disciplinada pela Resolução CMN nº 3.922/2010 e complementada pela Portaria 519/2011, e suas alterações.

A Política de Investimento estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros. No documento foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com foco na Resolução CMN 3.922/2010 e na Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS 170, de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS 440, de 09 de outubro de 2013, levando em consideração os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.

A Política de Investimento traz em seu contexto principal os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável e do segmento de imóveis, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam a dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. A Política de Investimento deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2015, conforme entendimento da Diretoria, Comitê de Investimentos, Conselho de Administrativo e demais órgãos responsáveis pela gestão dos investimentos. A vigência desta Política de Investimento compreende o período entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Ao aprovar a Política de Investimento 2015, será possível identificar principalmente que:

Página 3

*As alocações em produtos e ativos financeiros buscarão obter resultados compatíveis à meta atuarial e, risco adequado ao perfil do RPPS;

*Órgãos reguladores, gestores, segurados, terceirizados, entre outros, terão ciência dos objetivos e restrições acerca dos investimentos;

*O processo de investimento é decidido pelo corpo técnico, que baseado nos relatórios de análise dos produtos realizados ou não por empresa de consultoria, tomará decisão acerca das alocações.

*O RPPS seguirá os princípios da ética e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimento, na Resolução CMN 3.922/2010 e na Portaria MPS 519/2011, e suas alterações.

II - META DE RENTABILIDADE

Atuarial

Em linha com sua necessidade atuarial, o **IPASC** estabelece como meta que a rentabilidade anual da carteira de investimentos alcance, no mínimo, desempenho equivalente a 6% (seis por cento) acrescida da variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo IBGE. Em outubro de 2014, a expectativa desta meta atuarial para o final de 2015 era de 12,84%, podendo variar 0,50% para mais ou para menos dependendo das pressões inflacionárias. Em outubro de 2014, a SELIC média prevista para o ano de 2015 era de 11,97%. Com base nisso, fica entendido que parte dos recursos do RPPS precisa assumir algum grau de risco para que a carteira alcance o seu objetivo final.

Página 4

II - MODELO DE GESTÃO

Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, o **IPASC** adota o modelo de gestão própria, em conformidade com o artigo nº 15, parágrafo 1º inciso I da Resolução CMN 3.922/2010, definindo que a macro estratégia será elaborada pela Diretoria ou pelo Comitê de Investimentos.

IV - INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

Na gestão dos recursos serão adotados critérios para os investimentos e desinvestimentos. Embora o RPPS busque investimentos no longo prazo, os gestores poderão realizar movimentos com objetivo de obter retorno financeiro de curto prazo, procurando distorções de preços em excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros.

No cumprimento dos preceitos estabelecidos nos segmentos de RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL, deverão ser observadas as seguintes regras:

*No processo de investimento, entende-se por novas alocações, as aplicações realizadas em fundos que não compuserem a carteira do RPPS.

*O processo de desinvestimento poderá não ocorrer quando a cota do fundo for inferior à cota de aplicação, a fim de não gerar prejuízo para a carteira.

*Os fundos com histórico de rentabilidade menor do que doze meses poderão receber recursos desde que a rentabilidade esteja enquadrada nos limites estabelecidos nos segmentos RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL, logo abaixo. Para este fim, poderão ser excluídos os 15 primeiros dias de andamento de cota do fundo, já que podem ocorrer distorções nas cotas iniciais do fundo;

*Quando solicitado os *ratings* de agência de risco internacional, serão utilizados exclusivamente os níveis e agências descritos no Anexo II.

Página 5

*As regras de investimentos e desinvestimentos poderão ser flexibilizadas nos seguintes casos: quando há poucos produtos semelhantes entre as instituições credenciadas junto ao RPPS; quando os recursos forem caracterizados como de curto prazo; quando os recursos forem referentes à taxa de administração.

De acordo com a Resolução CMN 3.922/2010 os segmentos de investimentos serão classificados como Renda Fixa, Renda Variável e Imóveis.

a) SEGMENTO DE RENDA FIXA - art. 7º

Títulos Públicos

Os títulos públicos deverão ser negociados através de plataforma eletrônica e marcados a mercado conforme a Resolução CMN 3.922/2010 e a Portaria MPS 519/2011. A negociação se dará pelo lançamento de ordens de compra e venda em sistema eletrônico, com duração **mínima de trinta minutos**, a fim de dar transparência ao processo.

Fundos de Renda Fixa - Art. 7º

No segmento de fundos de renda fixa, a fim de valer-se de distorções nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas estratégias de curto prazo. Contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDkA. Nas operações de curto prazo não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

***Incisos I b e III - Investimento:** Para novas alocações em fundos de **renda fixa** com *benchmark* **IMA ou IDkA**, a *performance* em doze meses do fundo poderá ser de no máximo 0,70 p.p. abaixo da *performance* do índice de referência. **Desinvestimento:** poderá ocorrer o desinvestimento parcial 50% (cinquenta por cento) ou total dos recursos investidos quando: a rentabilidade acumulada em doze meses, do fundo for 0,85p.p. menor que a rentabilidade do benchmark,

6

Página

durante três meses consecutivos 50% (cinquenta por cento) ou cinco meses consecutivos (resgate total);

***Incisos IV e VII b** - Investimento: para novas alocações em fundos de **renda fixa com benchmark CDI**, a *performance* mínima em doze meses poderá ser igual ou superior a 100% (cem por cento) deste indicador, quando sua carteira for composta por ativos de crédito privado, além de outros. Desinvestimento: poderá ocorrer o desinvestimento dos fundos com crédito, quando a rentabilidade acumulada em doze meses ser inferior a 99% (noventa e nove por cento) do CDI, durante três meses consecutivos (aplica-se a mesma regra do item anterior para o desinvestimento total, ou seja, cinco meses).

a)SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL art. 8º

Fundos de Renda Variável e Multimercados

***Inciso I, II, III** - Nos fundos de renda variável as estratégias de investimentos e desinvestimentos estarão diretamente ligadas às análises dos fundos e do cenário econômico no momento da tomada de decisão. Desta forma, entende-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS. Neste sentido, não haverá diretriz estabelecida para resgates e aplicações em fundos de renda variável, ficando a Diretoria/Comitê de Investimentos responsável pela conduta dos processos de investimentos e desinvestimentos, observando os limites da Resolução CMN 3.922/2010 e desta Política de Investimento;

***Inciso IV** - Para novas alocações em fundos: **multimercados CDI** - a *performance* mínima em doze meses buscará ser igual ou superior a 101% do *benchmark*. Para novas alocações em fundos **multimercados IMA ou IDkA** - O fundo poderá apresentar retorno de no mínimo de 100%(cem por cento) do

Página 7

benchmark no acumulado de doze meses. Desinvestimento (CDI, IMA ou IDkA): Os fundos multimercados cuja rentabilidade em doze meses for abaixo do *benchmark* por três meses consecutivos poderão ter sua posição reduzida em 50% (cinquenta por cento). Se a rentabilidade em doze meses persistir abaixo do *benchmark* por cinco meses consecutivos, todo o recurso poderá ser resgatado.

Fundos Imobiliários e Participações

Nos FII's (Fundos de Investimentos Imobiliários) e nos FIPs (Fundos de Investimentos em Participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, poderá ser realizada análise criteriosa, evidenciando a formatação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a iliquidez, e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de *Due Diligence*.

c) SEGMENTO DE IMÓVEIS - art. 9º

Conforme a Resolução CMN 3.922/2010, as aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis vinculados por lei ao Regime Próprio de Previdência Social. Desta forma, em razão da complexidade do ativo e, para que não exista descasamento entre os fluxos de recebimento e desembolsos, será realizada rígida análise da sua estrutura e viabilidade financeira.

Tabela de Critérios para Investimentos e Desinvestimentos

Enquadramento	Investimentos	Desinvestimentos
Renda Fixa	Rentabilidade Mínima em 12 meses	Rentabilidade em 12 meses
7- Ib,III	(-0,70) do benchmark	3-5 meses consecutivos <(-0,85%)do benchmark
7- IV - Com Crédito	100% do CDI	3-5 meses consecutivos < 99% do CDI
7 - VII b	100% do CDI	3-5 meses consecutivos < 99% do CDI
Renda Variável		
8 - IV	100% IMA ou IDkA	3 - 5 meses consecutivos < 100% do IMA ou IDkA
8 - IV	101% do CDI	3 - 5 meses consecutivos < 100% do CDI

Página 8

V - LIMITES DE ALOCAÇÃO

A Resolução CMN 3.922/2010, estabelece que os recursos em moeda corrente possam ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e de Imóveis. Neste sentido, cumprindo com o disposto pelo Conselho Monetário Nacional, as aplicações do RPPS serão realizadas obedecendo aos seguintes limites:

Tabela de enquadramento

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 3.922/2010	Limite PI (%)
Artigo 7º - Renda Fixa 100%		100%
I (a) Títulos do Tesouro Nacional - SELIC	100%	30%
I (b) - Cotas dos Fundos de Investimentos TTN 100%		100%
II - Operações Compromissadas 0%		15%
III - Cotas Fls classificadas como RF ou Referência em IMA ou IDKA 50%		80%
IV - Cotas Fls classificadas como RF ou Ref. Em indicadores de RF	30%	30%
V - Depósitos em Poupança 0%		20%
VI - Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios-Abertos 15%		15%
VII*(a) - Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - Fechados 5%		5%
VII*(b) - Cotas Fls Renda Fixa ou Referenciados -Crédito Privado 5%		5%
Artigo 8º - Renda Variável 30%		30%
I - Cotas de Fundos de Investimentos Referenciados em Ações		30%

10%		
II - Cotas de Fundos de Investimentos em Fundos de Índice de Ações	20%	
7%		
III - Cotas de Fundos de Investimentos em Ações	15%	9%
IV - Cotas de Fundos de Investimentos Multimercado - Aberto	5%	5%
V - Cotas de Fundos de Investimentos em Participações - fechado		5%
5%		
VI - Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliário - cotas negociadas em bolsa		5%
5%		

*Desde que o total aplicado nos incisos VI e VII não ultrapasse 15% do Patrimônio Líquido do RPPS.

Página 9

VI - VEDAÇÕES

Além das vedações impostas nesta Política de Investimento, o IPASC deverá obedecer todas as diretrizes e normas citadas na Resolução CMN 3.922/2010. As definições e classificações dos produtos de investimentos também devem seguir os padrões da Resolução CMN 3.922/2010. As aplicações realizadas pelo RPPS deverão obedecer as seguintes vedações:

***Fundos Renda Fixa e Multimercado** - Serão efetuadas aplicações apenas em fundos que compuserem suas carteiras exclusivamente com ativos classificados como de baixo risco de crédito, com classificação mínima (A) por agência estrangeira. No caso dos **DPGEs e, CDBs** que represente até R\$ 250.000,00 de um mesmo emissor, a classificação de risco deverá ser no mínimo (BB) por agência de risco nacional. Os ativos não enquadrados nas classificações de risco deste item poderão representar no máximo 3% (três por cento) do patrimônio do fundo, na soma de todos;

***FIPs e FIs** - Será vedada a aplicação de recursos em fundos de participações ou fundos imobiliários cujos gestores possuem patrimônio sob gestão inferior a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), de preferência comprovados pelo ranking da ANBIMA. Além disso, apesar de não obrigatória, é recomendada a segregação, também por empresa controladora, entre as atividades de gestão e administração do fundo, visando às melhores práticas de governança;

***Multimercados** - É vedada a aplicação em fundos Multimercados que aloquem mais de 5% (cinco por cento) do patrimônio em FIPs e FIs ou mais de 20% (vinte por cento) em FIDC. Neste último, a nota mínima emitida por agência de risco estrangeira deve ser AA (duplo A) ou superior;

***FIDC** – Somente poderão ocorrer aplicações em FIDC cuja nota de risco for no mínimo AA, emitidas por agência de risco estrangeira.

***ETFs** - É vedado o aluguel de cotas de fundos de índices, dado que não há dispositivo legal para tal modalidade.

VII - SELEÇÃO DE ATIVOS

A seleção dos produtos para discussão no Comitê de Investimento é de competência da Diretoria do **IPASC**. Para tanto, deverá ser elaborado relatório técnico com as seguintes características e nos seguintes casos:

*Nos segmentos de **Renda Fixa e Renda Variável**, todos os fundos que gerem liquidez superior ou igual a 15 dias, deverão passar por avaliação escrita e conclusiva, com parecer emitido por empresa de consultoria, ou pelo comitê de investimento quando não houver consultoria contratada. Portanto, fica vedada a aplicação sem parecer nestes casos.

*Os fundos compostos exclusivamente por títulos públicos federais, e que tenham esta premissa em regulamento, independem de análise completa para aplicação;

*O parecer completo emitido deverá conter no mínimo os seguintes critérios de avaliação:

A. Análise das medidas de risco;

B. Análise dos índices de *performance*;

C. Análise de índices de eficiência;

D. Análise do regulamento evidenciando as características, natureza, enquadramento do produto e análise do relatório de agência de risco (se houver);

E. Análise da carteira do fundo com relação à carteira do *benchmark*. Quando se tratar de ativos de créditos, verificar a concentração por emissor, notas de risco dos ativos e vencimento dos títulos;

Página 11

F. Informações claras que permitam a identificação dos fatores positivos e negativos do investimento, quando se tratar de FIPs FIs e FIDCs. As informações servirão de apoio à decisão acerca das alocações por parte do Comitê de Investimento.

*Para os demais produtos, quando julgar necessário, o Comitê de Investimento solicitará à consultoria parecer técnico sobre o produto antes de efetuar a aplicação, ou realizará ele mesmo parecer técnico no caso de não haver empresa de consultoria contratada. Ainda assim, deverá ser verificado se o fundo está enquadrado à Resolução 3.922 e à Política de Investimento, bem como, verificar junto à consultoria contratada se o fundo está adequado a receber aportes do RPPS.

VIII - POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

O **IPASC** busca, através da sua Política de Investimento, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Desta forma, foram definidos procedimentos para o credenciamento das instituições financeiras, criadas rotinas para as informações periodicamente enviadas por estas instituições.

A diretoria realizará dentro do possível reuniões com os participantes envolvidos no processo de gestão do RPPS, com o objetivo de avaliar a *performance* das aplicações financeiras, discutir eventuais alternativas de novos investimentos e mudanças de cenário econômico. Para isso, também poderá ser chamada a consultoria de investimento ou os gestores e representantes das instituições onde os recursos são alocados.

Credenciamento das Instituições Financeiras e Agentes Autônomos

Poderão credenciar-se junto ao RPPS as instituições financeiras, outras instituições autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação em vigor para o exercício

Página 12

profissional de administração de recursos financeiros, sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e agentes autônomos de investimentos, que estejam devidamente autorizados, e em situação regular, pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários a atuar no Sistema Financeiro Nacional. Estas Instituições Financeiras e seus profissionais serão submetidos a uma série de quesitos que tratam das questões inerentes à rentabilidade, segurança, solvência, liquidez e transparência das Instituições e dos produtos oferecidos, os quais serão examinados pela Diretoria e levados ao Comitê de Investimento. O modelo de credenciamento a ser seguido pelas instituições que desejarem se credenciar será definido exclusivamente por este RPPS, e não constituirá compromisso de que ocorrerão investimentos na instituição credenciada. Além disso, as instituições gestoras que desejarem receber recursos do RPPS deverão ser signatárias do código ANBIMA, assim como os administradores dos fundos contratados pelo gestor.

Abertura das Carteiras e do *Rating* dos Ativos

As Instituições credenciadas, das quais o RPPS adquirir cotas de fundos - independentemente do segmento - deverão remeter as carteiras de investimentos de forma aberta, no mínimo mensalmente, em que deverá ser possível examinar, ao menos o nome dos ativos, seus vencimentos, taxas de negociação, o valor de mercado dos ativos, bem como o percentual de distribuição. Ainda em relação à composição das carteiras, mensalmente, as Instituições credenciadas remeterão ao RPPS arquivo no formato XML para que o risco da carteira possa ser apurado.

Disponibilização dos Resultados

Além das informações com divulgação obrigatória disciplinada pela portaria MPS 519/2011 e atualizada pela portaria MPS 440/2013, é de competência da Diretoria do RPPS:

13

Página

1. Disponibilizar em sítio eletrônico ou por meio físico a íntegra desta Política de Investimento, bem como quaisquer alterações que vierem a ser efetuadas;
2. **Mensalmente** disponibilizar em sítio eletrônico ou por meio físico um relatório sintético que permita ao ente e aos servidores acompanhar a distribuição da carteira por instituição;
3. **Bimestralmente** enviar o relatório de gestão ao Conselho de Administrativo, que evidencie detalhadamente a carteira de investimentos.

IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimento foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2015, consideradas as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas. As estratégias macro, definidas nesta Política de Investimento, deverão ser integralmente seguidas pelo Comitê de Investimentos, que seguindo critérios técnicos, estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial. A Política de Investimento do **IPASC** foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administrativo em 16 de dezembro de 2014, disciplinada pela Resolução CMN n° 3.922/2010 e complementada pela Portaria 519/2011, e suas alterações.

Anexo I - Cenário Econômico

a) Cenário econômico internacional

Estados Unidos

Na maior economia do mundo, a grande tônica de 2015 será o início do processo de normalização da taxa de juros. O processo denomina-se “normalização”, pois consiste em tornar “normal” a taxa básica de juros americana, atualmente em 0,25% a.a. em termos nominais, mas negativa em termos reais (a inflação ao consumidor nos Estados Unidos está em 1,67%). Desta forma, o processo de normalização deve levar a taxa de juros americano para algo próximo a 4% a.a. de maneira gradual, isto é, deve ocorrer ao longo de três ou quatro anos.

O processo de elevação dos juros dependerá fundamentalmente da evolução da atividade econômica, especialmente do mercado de trabalho norte americano, conforme reiterado diversas vezes nos comunicados e Atas do FOMC, além dos discursos de sua Presidente, Janet Yellen. Acreditamos que os resultados divulgados no primeiro e segundo trimestres de 2015 serão muito positivos, com melhora da confiança de agentes, crescimento, redução do desemprego, aumento moderado dos salários, o que, em conjunto, deve estimular o FOMC a elevar os Fed Funds no final do segundo trimestre do ano.

Em que pese o crescimento encontrar-se em patamar confortável, é muito provável que a inflação permaneça em um nível relativamente baixo - isto é, abaixo da meta de longo prazo do Fed de 2% a.a. Desta forma, a taxa de juros deve ser vagarosamente elevada até 1% ao final de 2015. Posto que temos perspectivas boas de crescimento dos Estados Unidos, vemos que a elevação dos juros acabará mantendo o crescimento econômico em um percentual próximo a 2,5%.

Europa

A situação da Zona do Euro é bastante diferente da situação econômica americana: enquanto os Estados Unidos estão em uma trajetória de crescimento moderado e devem passar por uma redução importante da liquidez de sua economia, na Zona do Euro, a situação inspira cuidados.

Os dados de meados de novembro de 2014 mostram que o crescimento econômico dos países da Zona do Euro no ano corrente deverá ser – finalmente – positivo, assim como em 2015 e em 2016. Ainda assim, não se pode excluir as chances de uma nova perda de força sobre a economia da região.

A situação da Zona do Euro é frágil, em primeiro lugar, porque o desemprego se encontra em um nível muito elevado, e deve levar ao menos mais dois anos para que possa ser reduzido de maneira consistente: afinal, quando o mercado de trabalho entrar em trajetória positiva, as pessoas que nos últimos anos saíram da população economicamente ativa (pessoas que querem trabalhar) porque acreditavam que não encontrariam emprego, deverão voltar ao mercado de trabalho, motivadas pelas novas vagas que serão criadas. Assim, a redução da taxa de desemprego não poderá ocorrer muito rapidamente, pois à medida que as vagas forem criadas, mais pessoas desejarão preenchê-las.

Em segundo lugar, a inflação na região encontra-se extremamente baixa, e deverá permanecer assim nos próximos dois anos. O maior problema da inflação muito baixa é que as famílias adiam o consumo, dado que não acreditam que os preços possam subir (ou pior, porque esperam que os preços caiam).

Em terceiro lugar, os países da região encontram-se extremamente endividados, o que lhes impede de utilizar uma política fiscal altamente expansionista para estimular o crescimento.

Em quarto lugar, o sistema bancário encontra-se ainda muito pouco ativo, dado que os balanços dos bancos comerciais encontram-se imobilizados - em grande medida, devido à recuperação de recursos destinados a compras de imóveis, o que não deixa os bancos

confortáveis a emprestar recursos às empresas e famílias. Por fim, a utilização de uma

Página 16

moeda comum, o euro, é o último ponto que agrava a situação dos países – dado que ao entrar na união monetária, os países abrem mão de fazer política monetária de acordo com seus próprios objetivos.

Neste contexto, é de se esperar que o Banco Central Europeu encontre uma forma de alinhar os interesses dos países (ou da maioria deles), e utilize políticas monetárias não convencionais para estimular o crescimento econômico da região e o aumento da inflação. Existem duas medidas com probabilidade relevante de serem tomadas: a criação de uma linha de refinanciamento para os bancos, obrigando-os a emprestar tais recursos, e a compra direta de títulos dos tesouros nacionais dos países europeus (opção de implementação muito mais difícil, pois o risco soberano varia entre os países), de maneira semelhante ao que foi executado nos Estados Unidos. Tais medidas inevitavelmente manterão o euro em tendência de depreciação.

Em suma, esperamos que os juros na região mantenham-se em 0,05% ao longo de 2015, e que o crescimento da região seja de 1%.

Ásia

O maior desafio da economia chinesa, ao longo de 2015, será de ajustar-se a um crescimento menor, sem brusca perda de ímpeto. A desaceleração chinesa não é uma novidade, e sua trajetória será fundamental na determinação dos preços de commodities ao longo de 2015, o que impactará de forma relevante os produtores de commodities do Brasil e do resto do mundo. Como a inflação está fraca na China, sem qualquer risco relevante de ficar acima da meta de 2%, o espaço para a colocação de novos estímulos por parte de seu governo é relevante, tanto de cunho fiscal (como aumento de gastos via construção de ferrovias e rodovias), quanto de cunho monetário (colocação de recursos

diretamente sobre os bancos chineses). Para 2015, acreditamos que a meta de crescimento deverá ser reduzida dos 7,5% de 2014 para um percentual entre 6,5% e 7%, em vista do cenário de clara desaceleração.

Página

17

b) Cenário Econômico - Brasil

Os desafios para os condutores da política econômica do Brasil – que em meados de novembro ainda estão desconhecidos – serão muitos no ano de 2015.

Inflação elevada, déficit recorde em conta corrente, aumento dos juros nos Estados Unidos (o que causa tendência de apreciação do dólar), atividade totalmente sem força, perda de confiança de empresários e consumidores, diminuição da quantidade de vagas de emprego sendo geradas, diminuição dos preços das commodities (o que prejudica a agricultura, mineração e a balança comercial brasileira), risco de racionamento de energia elétrica, risco de racionamento de água, grande detrimento da credibilidade da política econômica, gastos do Governo crescendo de maneira inequívoca, e, por fim, risco grande de corte do nível de rating soberano, com possibilidade inclusive de perda do investment grade.

A solução para os desafios brasileiros passa por uma série de ajustes a serem realizados, a começar pela obtenção de superávits primários, elevação da taxa de juros básica da economia (processo já iniciado) e fim do swap cambial, o que, em conjunto, colaboraria para evitar uma deterioração mais intensa da credibilidade brasileira, melhoraria o nível de confiança dos agentes econômicos e adiaria o risco de rebaixamento do rating soberano. Além disso, para o médio prazo, a tendência seria de voltarmos a uma trajetória de crescimento positivo, minimizando a perda de emprego. Alguns fatores exógenos estão fora do controle do governo e devem se materializar inevitavelmente, como os racionamentos (ainda que não ocorram de forma explícita), a apreciação do dólar e a diminuição dos preços das commodities.

Assim, acreditamos que se a taxa Selic for elevada até 12,5%, o governo obtiver um superávit primário de 1,5% do PIB em 2015 e o programa de swap cambial parar de ser feito, haverá uma recuperação importante da confiança interna, da credibilidade

internacional, e a inflação poderá convergir para a meta a partir de 2016, embora em 2015 permaneça entre 6% e 6,5%. Além disso, seria improvável a perda de algum nível da nossa nota de risco. A partir do final do próximo ano, já seria possível termos reduções sobre a Taxa Selic, dada

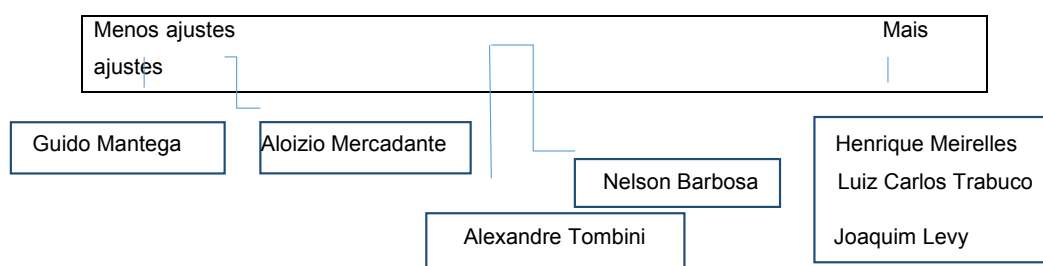
Página 18

a menor pressão inflacionária. Este é o cenário com mais ajustes.

Por outro lado, no cenário oposto, se tivermos uma elevação da Selic em magnitude reduzida, levando-a a 11,75%, o superávit primário em 0,5% do PIB e a manutenção do programa de swap cambial, os problemas atuais de baixa confiança e credibilidade continuarão ao longo dos próximos anos, o que minará a capacidade de crescimento do Brasil até o final desta década. A inflação permanecerá elevada, marginalmente abaixo do teto da meta de inflação (6,5%) em 2015, e continuará neste patamar nos anos seguintes.

Neste contexto, a definição do nome do próximo Ministro da Fazenda é fundamental para se conhecer a trajetória da política econômica. O diagrama abaixo apresenta os nomes atualmente mais prováveis, e suas respectivas propensões a conduzir os ajustes necessários. Nos cenários de ajustes intermediários, os resultados também serão menos positivos em relação ao cenário em que todos os ajustes são realizados, mas mais positivos em comparação ao cenário com pouquíssimos ajustes sendo feitos.

Propensão de Possíveis Ministros da Fazenda à Realização de Ajustes



Página 19

Anexo II - Lista de Ratings

Moody's	Standard & Poor's	Fitch Ratings	Significado
Aaa.br	AAA	AAA	Risco baixíssimo. O emissor é confiável.
Aa	AA	AA	Alta qualidade, com pequeno aumento de risco ao longo prazo.
A	A	A	Entre alta e média qualidade, mas com vulnerabilidade às mudanças das condições econômicas.
Baa	BBB	BBB	Média qualidade, mas com incertezas no longo prazo.
Ba	BB	BB	Qualidade moderada, mas não totalmente seguro.
B	B	B	Capacidade de pagamento atual, mas com risco de inadimplência no futuro.
Caa	CCC	CCC	Baixa qualidade com real possibilidade de inadimplência.
Ca	CC	-	Qualidade especulativa e com histórico de inadimplência.
C	C	-	Baixa qualidade com baixa possibilidade de pagamento.
-	D	DDD	Inadimplente Default
		DD	
		D	

Os sinais de mais (+) ou de (-), equivalente, são utilizados para especificar uma posição melhor ou pior dentro de uma mesma nota, e assim não são considerados nos limites desta política.

Página 20

RESOLUÇÃO 01 DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Resolução nº 01, de 16 de dezembro de 2014.

Aprova a Política de Investimentos Anual dos recursos financeiros do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

A Presidente do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, em cumprimento ao inciso III, do art. 25 da Lei Complementar nº 93, de 29 de dezembro de 2014, torna público que o Conselho Administrativo em reunião realizada em 16 de dezembro de 2014, na sala de reuniões do Instituto,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do inciso III, do art. 25 da Lei Complementar nº 93, de 29 de dezembro de 2006, a Política de Investimentos Anual, relativo ao exercício de 2015, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, que fica fazendo parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, em 16 de dezembro de 2014.

Edina Carla Bressan - Conselheira Presidente.

Adriana Carneiro Schmitz - Conselheira Secretária.

Alcedir Ferlin - Conselheiro.

Joceli Cristiane Martins - Conselheira.

Juliana Maciel Kohl - Conselheira.

Ivonete Maria Bazanella - Conselheira.

Iria Lezan Ribeiro - Conselheira.

Marilene Boscari - Conselheira.

Roselaine Almeida Périco - Conselheira.

Campo Alegre**PREFEITURA****ADITIVO CONTRATUAL Nº 7/2014 - IPRECAL**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 7/2014

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa BETHA SISTEMAS LTDA, contratada pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL, através do Contrato nº 6/2014 (firmado através do Processo Licitatório nº 41/2014, modalidade Pregão - Prefeitura);

Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço contínuo;

Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e no contrato superior,

Resolve,

Prorrogar o contrato nº 6/2014 até 31/12/2015.

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 6/2014 até 31 de dezembro de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 6/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 2014.

IPRECAL

Jefferson Jean Duvoisin

Diretor Executivo

Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA

Contratada

TAÍS CRISTINA HEYSE

Assessora Jurídica

OAB/SC 13.692

DECRETO Nº 8.774 DE 09 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.774 DE 09 DE JANEIRO DE 2015

REAJUSTA O VALOR DE REFERÊNCIA, PARA CÁLCULOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelos Incisos VII e XVI, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 2.293, de 23 de Dezembro de 1997 "Código Tributário Municipal", alterada pela Lei Municipal nº 2.793, de 28 de Outubro de 2003;

DECRETA:

Art.1º) O valor referente a Unidade de Padrão deste Município (UPM), fixado pelo Decreto nº 8.132 de 13 de Janeiro de 2014, passa a ser de R\$ 2,64 (dois reais vírgula sessenta e quatro centavos).

Art.2º) Este Decreto entra em vigor a partir de 12 de Janeiro de 2015.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 8.132 de 13 de Janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ERRATA - EXTRATO DE CONTRATO 101/2014

Considerando erro de digitação no valor total do contrato, segue texto correto:

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2014

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra, para ampliação e reforma do prédio da Escola Bela Vista, Rua das Azaleias, Bairro Cascatas, neste Município, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Tomada de Preços, nº 109/2014.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.06	Serviço de manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	0013	Salário Educação
Projeto	1.045	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações

Vigência: 08/12/2014 a 07/04/2015.

Do valor total: R\$ 137.522,89 (Cento e trinta e sete mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos)

Contratado: LN CONSTRUÇÕES LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO - PP 80/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
AVISO DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 19 de janeiro de 2015 às 13:45 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, a abertura da documentação da segunda colocada na fase de lances do Pregão Presencial Nº 80/2014 devido a desclassificação do vencedor do certame.

A sessão será pública para todos os interessados.

Campos Novos, 09 de janeiro de 2015.
Prefeito Municipal
Nelson Cruz

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 01/2015 PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 21 de janeiro de 2015 às 14 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO EM UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E OUTRAS ENTIDADES, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 09 de janeiro de 2015.
Nelson Cruz
Prefeito Municipal

AVISO DISP LICITAÇÃO Nº 01/2014 - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Nº 04/2015
Dispensa nº 01/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 08/01/2015 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, COM ÁREA DE 128,00 M2, SITUADA NA RUA SÃO JOÃO BATISTA, Nº 1026, NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE UM POSTO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SANTO ANTONIO..O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 08 de janeiro de 2.015.
Nelson Luiz de Paula
Secretario Municipal de Saúde

AVISO DISP LICITAÇÃO Nº 02/2014 - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Nº 05/2015
Dispensa nº 02/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 08/01/2015 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UMA SALA EM ALVENARIA, COM ÁREA DE 140,00 M2, SITUADA NA RUA CEL. LUCIDORO, Nº 2032 NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE UM POSTO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SÃO SEBASTIÃO.O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 08 de janeiro de 2.015.
Nelson Luiz de Paula
Secretario Municipal de Saúde

AVISO DISP LICITAÇÃO Nº 03/2014 - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Nº 06/2015
Dispensa nº 03/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 08/01/2015 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESCRITO JUNTO A MATRICULA Nº 39.038 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DESTA, SITUADA NA RUA CORONEL LUCIDORO Nº 439, CENTRO, NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CAPS..O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 08 de janeiro de 2.015.
Nelson Luiz de Paula
Secretario Municipal de Saúde

AVISO DISP LICITAÇÃO Nº 04/2014 - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Nº 07/2015
Dispensa nº 04/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 08/01/2015 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESCRITO JUNTO A MATRICULA Nº 9.499 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA, SITUADA NA RUA SÃO JOÃO BATISTA, CENTRO, NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA FARMÁCIA BÁSICA CENTRAL.O Edital que está amparado na lei de

licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 08 de janeiro de 2.015.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

AVISO PP 01/2015 - F.H.J.A.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 21/01/2015 às 15h 30m na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor preço por item, tendo como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUVAS DE PROCEDIMENTOS, FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ALCOOL IODADO, PARA UTILIZAÇÃO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 13h às 19h diariamente.

Campos Novos, 12 de janeiro de 2015.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Iracema Trucolo Wilpert

Administradora

PORTARIA N 1638/14

PORTARIA Nº 1638/14 de 22/12/2014

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA BRUNA GUZZI DE COSTA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido a servidora BRUNA GUZZI DE COSTA do cargo de Diretor de Departamento. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 01/2015

PORTARIA Nº 01/2015 de 05/01/2014

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA DAIANE RAIZEL DE MEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido a servidora DAIANE RAIZEL DE MEIRA do cargo de Conselheira Tutelar. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,05 de Janeiro de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1635/14

PORTARIA Nº 1935/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) PATRICIA BALESTRIN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) PATRICIA BALESTRIN o cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 16 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,22 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1636/14

PORTARIA Nº 1636/14 de 11/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CLAUDIO HENRIQUE GOMES DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CLAUDIO HENRIQUE GOMES DA SILVA do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,11 de Dezembro de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1637/14

PORTARIA Nº 1637/14 de 22/12/2014

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR JOÃO MARCOS TESSARO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Dispensar sem justa causa o servidor JOÃO MARCOS TESSARO, retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1639/14

PORTARIA Nº 1639/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EVA LUCIANA DE OLIVEIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EVA LUCIANA DE OLIVEIRA do cargo de Professor. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1640/14

PORTARIA Nº 1640/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JANAINA PAGANINI DE MATTOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JANAINA PAGANINI DE MATOS do cargo de Auxiliar Administrativo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1645/14

PORTARIA Nº 1645/14 de 22/12/2014

EFETIVA EM CARGO PÚBLICO SERVIDORES QUE MENCIONA Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, considerando o relatório final da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 1171/2009,

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam efetivados no serviço público, no cargo em que foram avaliados, os servidores que ingressaram por concurso público realizado pelo Edital nº 001/2009.

Art. 2º - Os servidores efetivados que cumpriram todas as fases do Estágio Probatório são os seguintes:

EDUCAÇÃO FÍSICA

Nome do Profissional	CARGO
Edson Ricardo Maximiniano	Professor

Art. 3º - O Departamento De Pessoal anotará na ficha funcional do servidor a efetividade do cargo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2014.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1676/14

PORTARIA Nº 1676/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EDSON RICARDO MAXIMINIANO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EDSON RICARDO MAXIMINIANO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1677/14

PORTARIA Nº 1677/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ADELIR AMERICANO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ADELIR AMERICANO do cargo de Pedreiro. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1678/14

PORTARIA Nº 1678/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ALBERTINA DA CONCEIÇÃO JACINTO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ALBERTINA DA CONCEIÇÃO JACINTO do cargo de ATENDENTE DE FARMÁCIA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1679/14

PORTARIA Nº 1679/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ALESSANDRA CASTRO DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ALESSANDRA CASTRO DE SOUZA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1680/14

PORTARIA Nº 1680/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ALESSANDRA DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ALESSANDRA DA SILVA do cargo de Enfermeiro. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1681/14

PORTARIA Nº 1681/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ALINE MAYRA PEREIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ALINE MAYRA PEREIRA do cargo de Auxiliar de Odontologia. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1682/14

PORTARIA Nº 1682/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA RUBIA JACOMEL

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA RUBIA JACOMEL do cargo de Fonoaudióloga. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1683/14

PORTARIA Nº 1683/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA SAURIN GRAEFF

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA SAURIN GRAEFF do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1684/14

PORTARIA Nº 1684/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANDRÉ GRANZOTTO MACHADO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANDRÉ GRANZOTTO MACHADO do cargo de Auxiliar Administrativo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1685/14

PORTARIA Nº 1685/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANDREIA DAUTINA KUNEN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANDREIA DAUTINA KUNEN do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1686/14

PORTARIA Nº 1686/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANGELA MARIA DA SILVA GONÇALVES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANGELA MARIA DA SILVA GONÇALVES do cargo de Auxiliar Administrativo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1687/14

PORTARIA Nº 1687/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANGELICA NELCI COLLE

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANGELICA NELCI COLLE do cargo de Agente de Serviços Operacionais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1688/14

PORTARIA Nº 1688/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CAMILA SIDELY CORREA GAUER

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CAMILA SIDELY CORREA GAUER do cargo de Atendente de Farmacia. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1689/14

PORTARIA Nº 1689/14/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CLAIR APARECIDA MUNARI DOS SANTOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CLAIR APARECIDA MUNARI DOS SANTOS do cargo de Auxiliar de Enfermagem. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1690/14

PORTARIA Nº 1690/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) DAIANE APARECIDA DOS SANTOS DA COSTA SERPA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DAIANE APARECIDA DOS SANTOS DA COSTA SERPA do cargo de Auxiliar de Enfermagem. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1691/14

PORTARIA Nº 1691/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) DALTRO JOSÉ WALTER

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DALTRO JOSÉ WALTER do cargo de Engenheiro Agrônomo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1692/14

PORTARIA Nº 1692/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) DIOGO THACIANO ALMEIDA DA COSTA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DIOGO THACIANO ALMEIDA DA COSTA do cargo de Fiscal de Tributos. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1693/14

PORTARIA Nº 1693/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EDILSON BATISTA FAGUNDES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EDILSON BATISTA FAGUNDES do cargo de Motorista. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1694/14

PORTARIA Nº 1694/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) TATIANA SERPA CORREA BECKER

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) TATIANA SERPA CORREA BECKER do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 16 de dezembro de 2014.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1695/14

PORTARIA Nº 1695/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FABIANO BUFFON COELLI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FABIANO BUFFON COELLI do cargo de Auxiliar de Obras. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1696/14

PORTARIA Nº 1696/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FATIMA GONÇALVES WALTER

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FATIMA GONÇALVES WALTER do cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2014.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1697/14

PORTARIA Nº 1697/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FRANCIELE MARA CAVICHON CASSIANO DE ALMEIDA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCIELE MARA CAVICHON CASSIANO DE ALMEIDA do cargo de Técnico em Apoio Administrativo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1698/14

PORTARIA Nº 1698/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FRANCISCA ILIAMAR DA SILVA SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCISCA ILIAMAR DA SILVA SOUZA do cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1699/14

PORTARIA Nº 1699/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FRANCISMAR DE MIRANDA SCHMIDT

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCISMAR DE MIRANDA SCHMIDT do cargo de MÉDICO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1700/14

PORTARIA Nº 1700/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) GABRIELA DAS GRAÇAS BOEIRA CHELLI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) GABRIELA DAS GRAÇAS BOEIRA CHELLI do cargo de Auxiliar Administrativo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1701/14

PORTARIA Nº 1701/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) GENECY CANDIAGO WAGNER

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) GENECY CANDIAGO WAGNER do cargo de Técnico em Apoio Administrativo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1702/14

PORTARIA Nº 1702/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) GENTILA DE FATIMA RISSARDI MIGUEL

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) GENTILA DE FATIMA RISSARDI MIGUEL do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1703/14

PORTARIA Nº 1703/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) IDAIANE APARECIDA ANDRADE

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) IDAIANE APARECIDA ANDRADE do cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1704/14

PORTARIA Nº 1704/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) IVANIA CRISTINA COUTO DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) IVANIA CRISTINA COUTO DA SILVA do cargo de ENFERMEIRO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1705/14

PORTARIA Nº 1705/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JAIR RIBEIRO DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JAIR RIBEIRO DA SILVA do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1706/14

PORTARIA Nº 1706/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JAISON FAGUNDES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JAISON FAGUNDES do cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1707/14

PORTARIA Nº 1707/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JOÃO FRANCISCO FELICIDADE DA COSTA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JOÃO FRANCISCO FELICIDADE DA COSTA do cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1708/14

PORTARIA Nº 1708/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JURACI PINTO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JURACI PINTO do cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1709/14

PORTARIA Nº 1709/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JUSSARA SANTIN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JUSSARA SANTIN do cargo de TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1710/14

PORTARIA Nº 1710/14 de 22/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) KARISE DEBASTIANI CHIOQUETTA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) KARISE DEBASTIANI CHIOQUETTA do cargo de TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Dezembro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

REPUBLICADO DECRETO Nº. 7.215/2014 DE 19/12/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REPUBLICADO

DECRETO Nº 7.215/2014 DE 19/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013(Lei Orçamentaria Anual)

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 80.779,93 (Oitenta mil, setecentos e setenta e nove mil e noventa e três centavos) nos seguintes projetos/atividades: 17.512.0036.1.040 - Obras, Reformas e Ampliação do Sistema de Esgoto e Tratamento de Resíduos.

4.4.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 71,38

17.512.0036.2.058 - Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE.

3.1.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 51.251,92.

3.3.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 1.000,00

17.512.0036.2.059 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água

3.1.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 8.752,96

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto.

3.1.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 19.703,67

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no montante de R\$ R\$ 80.779,93 (Oitenta mil, setecentos e setenta e nove mil e noventa e três centavos).

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-11/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-11/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 09/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-11/2014 referente ao contrato n.º FMS 11/2014. Data do Aditivo: 23/12/2014. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS NA ESQUINA DA RUA BASÍLIO HUMENHUK COM RUA ANTÔNIO LILLER, NO BAIRRO TRICOLIN COM ÁREA DE 489,48 M2, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA - EPP, CNPJ: 09.080.541/0001-41. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O prazo de vigência deste Contrato que era até 31/12/2014 passará a ser de até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-12/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-12/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 12/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-12/2014 referente ao contrato n.º FMS 12/2014. Data do Aditivo: 23/12/2014. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE PINHEIROS, AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE FELIPE SCHMIDT, AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE ARROIOS E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE PAULA PEREIRA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: J. LUMA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O prazo de vigência deste Contrato que era até 31/12/2014 passará a ser de até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-13/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-13/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 12/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-13/2014 referente ao contrato n.º FMS 13/2014. Data do Aditivo: 23/12/2014. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE PINHEIROS, AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE FELIPE SCHMIDT, AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE ARROIOS E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE PAULA PEREIRA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA Contratada: J. LUMA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O prazo de vigência deste Contrato que era até 31/12/2014 passará a ser de até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-15/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-15/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 12/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-15/2014 referente ao contrato n.º FMS 15/2014. Data do Aditivo: 31/12/2014. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA AGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O prazo de vigência do Contrato desta Licitação que era até 31/12/2014 passará a ser até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-22/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-22/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 12/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-22/2014 referente ao contrato n.º FMS 22/2014. Data do Aditivo: 16/12/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I. Contratada: ACIPRASC CONTROLE SANITÁRIO LTDA ME, CNPJ: 10.842.415/0001-66. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. Dá-se à este contrato o valor de R\$ 19.358,40 (treze mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), referente ao valor total do serviço prevista na cláusula primeira e para sua totalidade do período mencionado na cláusula quarta. O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 11.292,40 (onze mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), passará a ser de R\$ 30.650,80 (trinta mil seiscentos e cinquenta reais e oitenta centavos), em virtude do acréscimo supracitado.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-30/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-30/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-30/2014 referente ao contrato n.º FMS 30/2014. Data do Aditivo: 10/12/2014. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMÓVEL. Contratado: Haroldo Ferreira Filho, CNPJ: CPF 319.761.829-72. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 31.389,96 (trinta e um mil trezentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos), sendo o valor mensal de R\$ 2.615,83 (dois mil seiscentos e quinze reais e oitenta e três centavos). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 31.389,96 (trinta e um mil trezentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos) passará a ser de R\$ 62.779,92 (sessenta e dois mil setecentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-31/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-32/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-32/2013 referente ao contrato n.º FMS 32/2013. Data do Aditivo: 12/12/2014. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMÓVEL. Contratado: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CNPJ sob n.º 83.192.096/0001-64. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O prazo de vigência deste Contrato que era até 31/12/2014 passará a ser de até 31/12/2015. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 149.633,16 (cento e quarenta e nove mil seiscentos e trinta e três reais e dezesseis centavos), sendo o valor mensal de R\$ 12.469,43 (doze mil quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 149.633,16 (cento e quarenta e nove mil seiscentos e trinta e três reais e dezesseis centavos), passará a ser de R\$ 299.266,32 (duzentos e noventa e nove mil duzentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-31/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-31/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-31/2013 referente ao contrato n.º FMS 31/2013. Data do Aditivo: 10/12/2014. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMÓVEL. Contratado: Orival Adolfo Witt, CPF 124.057.019-87. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 18.308,16 (dezoito mil trezentos e oito reais e dezesseis centavos), sendo o valor mensal de R\$ 1.525,68 (hum mil quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 18.308,16 (dezoito mil trezentos e oito reais e dezesseis centavos) passará a ser de R\$ 36.616,32 (trinta e seis mil seiscentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-33/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-33/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-33/2013 referente ao contrato n.º FMS 33/2013. Data do Aditivo: 10/12/2014. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMÓVEL. Contratado: SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA EPP, CNPJ sob n.º 83.189.084/0001-80. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 31.675,08 (trinta e um mil seiscentos e setenta e cinco reais e oito centavos), sendo o valor mensal de R\$ 2.639,59 (dois mil seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 31.675,08 (trinta e um mil seiscentos e setenta e cinco reais e oito centavos) passará a ser de R\$ 63.350,16 (sessenta e três mil trezentos e cinquenta reais e dezesseis centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-34/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-34/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-34/2013 referente ao contrato n.º FMS 34/2013. Data do Aditivo: 10/12/2014. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMÓVEL. Contratado: WILSON SELEME, CPF 131.632.339-68. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 1.450,00 (hum mil quatrocentos e cinquenta reais). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais) passará a ser de R\$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-56/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-56/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº FMS 25/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-56/2014 referente ao contrato n.º FMS 56/2014. Data do Aditivo: 31/12/2014. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMÓVEL. Contratado: J. LUMA CONSTRUÇÃO LTDA - ME, CNPJ/MF sob o nº 08.969.679/0001-33. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O prazo de vigência do Contrato desta Licitação que era até 31/12/2014 passará a ser até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-59/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-59/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº FMS 39/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMS 04/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-59/2014 referente ao contrato n.º FMS 59/2014. Data do Aditivo: 05/12/2014. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: ATENDIMENTO COM INTERNA-MENTO E TRATAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (AMBOS OS SEXOS) DEPENDENTES QUÍMICOS. Contratado: CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, CNPJ/MF sob o nº 76.839.588/0001-33. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O prazo de vigência do Contrato desta Licitação que era até 31/12/2014 passará a ser até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 2-04/2013

EXTRATO DO ADITIVO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 2-04/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 2-04/2013 referente ao contrato n.º FMS 04/2013. Data do Aditivo: 04/12/2014. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE MENSALIDADE DE INTERNET, COM VELOCIDADE DE 1 MBPS, DESTINADOS À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COHAB III. Contratado: SITSC INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ/MF sob o nº 08.944.427/0001-50. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. Fica acrescido ao contrato, em virtude da prorrogação do

prazo abaixo descrita, o valor de R\$ 634,80 (seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos). Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 1.593,67 (mil quinhentos e noventa e três reais e sessenta e sete centavos) passará a ser de R\$ 2.228,47 (dois mil duzentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos). A vigência do presente contrato que era até 31/12/2014 passará a ser até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 2-08/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-08/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 2-08/2013 referente ao contrato n.º FMS 08/2013. Data do Aditivo: 04/12/2014. Objeto Contratado: CONTROLE BIOLÓGICO ATRAVÉS DE VERIFICAÇÃO DA ESTERILIZAÇÃO DE AUTOCLAVES E ELETROCARDIOGRAMAS, DESTINADOS AO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. Contratado: VIDEIRAMED COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, CNPJ/MF sob o nº 10.825.308/0001-20. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. Fica acrescido ao contrato, em virtude da prorrogação de prazo abaixo descrita, o valor de R\$ 28.980,00 (vinte e oito mil novecentos e oitenta reais). O Município pagará a Contratada, o valor total de R\$ 41,40 (quarenta e um reais e quarenta centavos) por hora de trabalho efetivamente realizado/prestado durante o prazo do presente instrumento. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 57.960,00 (cinquenta e sete mil novecentos e sessenta reais) passará a ser de R\$ 86.940,00 (oitenta e seis mil novecentos e quarenta reais). O prazo de vigência do presente contrato que era até 31/12/2014 passará a ser até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 2-09/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-09/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 2-09/2013 referente ao contrato n.º FMS 09/2013. Data do Aditivo: 04/12/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA MANUTENÇÃO E CONserto DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS. Contratado: VIDEIRAMED COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, CNPJ/MF sob o nº 10.825.308/0001-20. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. Fica acrescido ao contrato, em virtude da prorrogação de prazo abaixo descrita, o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). O

Município pagará a Contratada, o valor total de R\$ 40,00 (quarenta reais) por hora de trabalho efetivamente realizado/prestado durante o prazo do presente instrumento. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) passará a ser de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). A vigência do presente contrato, que era até 31/12/2014 passará a ser até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 007/2015 - EXONERA ASSESSOR DE APOIO PARLAMENTAR

PORTARIA Nº 07/2015

EXONERA ASSESSOR DE APOIO PARLAMENTAR

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Fica exonerado do cargo de Assessor de Apoio Parlamentar, do quadro de Pessoal do Poder Legislativo, o servidor Sergio Moreira, a partir de 12 de janeiro de 2015, contratado através da Portaria número 33 /2014.

Art. 2º - As despesas constantes da presente Portaria correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 12 de janeiro de 2015.

Gilmar Martins
Presidente

Cris Arrabar
1º Secretária

Neno Pangratz
2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 12 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº 008/2015 - NOMEIA ASSESSORA DE APOIO PARLAMENTAR

PORTARIA Nº 08/2015

NOMEIA ASSESSORA DE APOIO PARLAMENTAR EM CARATER EM COMISSÃO

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Fica nomeada Ana Paula de Lima, a partir de 12 de janeiro de 2015, para exercer o cargo de Assessora de Apoio Parlamentar em comissão do quadro de pessoal do Poder Legislativo, de acordo com a Lei Complementar 042/2013 .

Art. 2º As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 12 de janeiro de 2015.

Gilmar Martins
Presidente

Cris Arrabar	Neno Pangratz
1º Secretária	2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 12 de janeiro de 2015.

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO 202/2014

DECRETO No 202, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 169.800,00 (cento e sessenta e nove mil e oitocentos reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 169.800,00 (cento e sessenta e nove mil e oitocentos reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31901300-006	Obrigações patronais	1002	00	R\$	26.000,00
33903900-012	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1002	00	R\$	135.600,00
0801.10.303.0150.2082	MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	FTE	R\$	R\$	0,00
33903000-036	Material de consumo	1002	00	R\$	8.200,00
	Total			R\$	169.800,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 169.800,00 (cento e sessenta e nove mil e oitocentos reais), na forma do quadro a seguir.

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-010	Material de consumo	1002	00	R\$	10.000,00
33903900-014	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1064	08	R\$	10.000,00
44905200-053	Equipamentos e material permanente	1064	60	R\$	95.600,00
33903000-060	material de consumo	1023	55	R\$	46.000,00
0801.10.303.0150.2082	MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	FTE	R\$	R\$	0,00
33903000-037	Material de consumo	1064	60	R\$	8.200,00
	Total			R\$	169.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 22 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

FMAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0001/2015

Pregão Presencial Nº 0001/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos de panificação destinados às atividades desenvolvidas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e ACESSUAS Trabalho, para o ano de 2015. Com Recursos Próprios, Federais e Estaduais.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 30/01/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8716 e 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 12 de Janeiro de 2015.

FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0001/2015

Pregão Presencial Nº 0001/2015

OBJETO: Contratação de empresa Especializada na Prestação dos seguintes serviços: Atendimentos em Grupos Familiares; Atendimento individualizado à família; Atendimento psicoterápico; Atividades comunitárias; Suporte social; Oficinas; Desintoxicação ambulatorial; Consultas psiquiátricas, para atendimento aos pacientes do Município de Capinzal/SC, durante o ano de 2015. Com Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 23/01/2015.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 12 de Janeiro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0002/2015

Pregão Presencial Nº 0002/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal/SC durante o ano de 2015. Com Recursos Próprios e da Atenção Básica.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 26/01/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 12 de Janeiro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0003/2015

Pregão Presencial Nº 0003/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de itens para composição do Kit completo do PROJETO PEQUENO CAPINZALENSE, desenvolvido pela Secretaria da Saúde.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 29/01/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 12 de Janeiro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0003/2015

Pregão Presencial Nº 0003/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para manutenção elétrica e eletrônica nos semáforos do município de Capinzal/SC, para o exercício de 2015. Com Recursos Próprios.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00, para abertura da Seção às 09:05 do dia 27/01/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 12 de Janeiro de 2015 .

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0004/2015

Pregão Presencial Nº 0004/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição fracionada de CAUQ faixa "C" do DNIT - Concreto Asfáltico Usinado à Quente, para construção de lombadas, restauração da camada asfáltica e tapa buracos em vias urbanas do Município de Capinzal/SC, para o exercício de 2015. Com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 27/01/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 12 de Janeiro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0005/2015

Pregão Presencial Nº 0005/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Massa Asfáltica usinada à quente (CBUQ) para aplicação à frio, utilizada na manutenção de pavimentos (aplicação em tapa buracos) em vias urbanas do município de Capinzal/SC, para o exercício de 2015. Com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 28/01/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 12 de Janeiro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0006/2015

Pregão Presencial Nº 0006/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para o fornecimento fracionado de produtos de artefato de cimento (tubos de concreto e meio fio), para utilização da Secretaria de Infraestrutura, na execução de drenagem pluvial em ruas a serem pavimentadas, conserto de tubulações já existentes, conserto de bocas de lobo, em bueiros de estradas vicinais e em passeios públicos, para o exercício de 2015. Com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 28/01/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 12 de Janeiro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2015 -
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0007/2015

Pregão Presencial Nº 0007/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da manutenção de redes do sistema de iluminação pública do município de Capinzal/SC, para o exercício de 2015. Com Recursos do COSIP.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 15:00, para abertura da Seção às 15:05 do dia 29/01/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 12 de Janeiro de 2015 .

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

SIMAE

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº
CAO/01/2015**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/01/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0019/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de serviços técnicos a serem aplicados na coleta e realização de análises mensais, trimestrais e semestrais da água bruta e tratada, e do esgoto, em cumprimento a Portaria 2914/11, do Ministério da Saúde e Resolução nº 357/2005 do CONAMA, durante o exercício de 2015.

TIPO: Menor Preço Global

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 22 de janeiro de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 12 de janeiro de 2015.

Francieli A. da Rosa

Pregoeira

Catanduvras

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 0001/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 0001/2015 - MENOR PREÇO

Objeto: Contratação de serviços em pronto atendimento com plantão e emergência, serviços 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas todos os dias da semana, para manter Serviços Hospitalares em Pronto Atendimento com Plantão e Sobreaviso de Especialidades Médicas, para o atendimento de pacientes do Município de Catanduvras.

Informações: Maiores informações poderão ser obtidas no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC, das 13:00 às 19:00, de segunda a sexta feira, ou pelo telefone (49) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvras - SC, 09 de janeiro de 2015.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0028/2014

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0028/2014

PREGÃO Nº 0063/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2014).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: POSTO CARRETÃO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis, lubrificantes e filtros para o ano de 2015, visando o desenvolvimento das secretarias de: Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura, Saúde e Desenvolvimento Social e Assistência Social e Administração (Conselho Tutelar).

VALOR: R\$ 30.200,00 (trinta mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 18 de dezembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Catanduvras - SC

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0064/2014

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0064/2014

PREGÃO Nº 0063/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: POSTO CARRETÃO LTDA

OBJETO: Constitui o objeto deste instrumento a contratação de empresa para fornecimento de combustíveis, lubrificantes e filtros para o ano de 2015, visando o desenvolvimento das secretarias de: Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura, Saúde e Desenvolvimento Social e Assistência Social e Administração (Conselho Tutelar).

VALOR: R\$ 246.968,00 (duzentos e quarenta e seis mil novecentos e sessenta e oito reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 18 de dezembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Catanduvras - SC

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0097/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0097/2014

PREGÃO Nº 0063/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS

CONTRATADO: POSTO CARRETÃO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis, lubrificantes e filtros para o ano de 2015, visando o desenvolvimento das secretarias de: Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura, Saúde e Desenvolvimento Social e Assistência Social e Administração (Conselho Tutelar).

VALOR: R\$ 504.056,00 (quinhentos e quatro mil cinquenta e seis reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 18 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0075/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0075/2013

Pregão nº 0017/2013 - Processo Licitatório nº 0028/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS

CONTRATADA: GOVERNANÇABR S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 27 de maio de 2013.

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2015, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2015.

Catanduvras - SC, 30 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0022/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0022/2013

Pregão nº 0017/2013 - Processo Licitatório nº 0028/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

CONTRATADA: GOVERNANÇABR S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 27 de maio de 2013 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2015, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2015.

Catanduvas - SC, 30 de dezembro de 2014.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0002/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0002/2013

Pregão nº 0017/2013 - Processo Licitatório nº 0028/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo de Reequipamento do Bombeiro - FUNREBOM
CONTRATADA: GOVERNANÇABR S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 27 de maio de 2013.

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2015, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2015.

Catanduvas - SC, 30 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0058/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0058/2013
Pregão nº 0017/2013 - Processo Licitatório nº 0028/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
CONTRATADA: GOVERNANÇABR S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 27 de maio de 2013.

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2015, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2015.

Catanduvas - SC, 30 de dezembro de 2014.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
Elizete Cardoso da Silva

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PL 0001/2015 - IL 0001/2015

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico o ato do(a) Senhor(a),, que declarou inexigível a licitação, com fundamento do art. 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, face ao disposto no art. 26 do mesmo diploma legal, nestes termos:

Processo Licitatório nº 0001/2015
Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2015

Objeto: Contratação de serviços em pronto atendimento com plantão e emergência, serviços 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas todos os dias da semana, para manter Serviços Hospitalares em Pronto Atendimento com Plantão e Sobreaviso de Especialidades

Medicas, para o atendimento de pacientes do Município de Catanduvas.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Valor Total: R\$ 101.655,24 (cento e um mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

Catanduvas/SC, 09 de janeiro de 2015.
Gisa Aparecida Giacomini
PREFEITA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº PL/70/2015 DE 02 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº PL/70/2015 de 02 de janeiro de 2015.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA ESTATUTÁRIA GELCI APARECIDA AGUILERA.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias à Servidora Gelci Aparecida Aguilera, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Câmara Municipal de Vereadores, nos dias 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 02/02/2013 a 01/02/2014.

Art. 2º Havendo necessidade, a servidora será convocada do gozo de férias para reassumir os trabalhos, sendo que o período a que se refere a presente convocação, será gozado a critério da Servidora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas, 02 de janeiro de 2015.
SALETE RIBEIRO CHIARELLO
Presidente

Registra-se e Publica-se em 02.01.2014.

Salette Ribeiro Chiarello
Presidente

Cheila Adriana Guerra Fabris
1ª Secretária

PORTARIA Nº PL/71/2015 DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº PL/71/2015 de 09 de janeiro de 2015.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA ESTATUTÁRIA NEUSA REGINA CHINATO.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias à Servidora Neusa Regina Chinato, ocupante do Cargo de Secretária, lotada na Câmara Municipal de Vereadores, nos dias 12/01/2015 a 10/02/2015, referente ao período aquisitivo de 01/08/2013 a 31/07/2014.

Art. 2º Havendo necessidade, a servidora será convocada do gozo de férias para reassumir os trabalhos, sendo que o período a que se refere a presente convocação, será gozado a critério da Servidora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas, 09 de janeiro de 2015.
SALETE RIBEIRO CHIARELLO
Presidente

Registra-se e Publica-se em 09.01.2014.

Salette Ribeiro Chiarello
Presidente

Cheila Adriana Guerra Fabris
1ª Secretária

Chapadão do Lageado

PREFEITURA**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este Edital os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 02/2014, a seguir relacionados, a comparecer no setor de pessoal, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a fim de tomar posse no respectivo cargo.

Qualquer Dúvida entrar em contato através do telefone (47) 3537 00 72 ou por meio do e-mail: administracao@chapadaodolageado.sc.gov.br

NOME	CARGO
Marcia Maciel	Agente de Serviços Gerais – 40 horas
Daiani André Meurer	Agente de Serviços Gerais – 40 horas
Solange S. Seemann	Agente de Serviços Gerais – 40 horas
Dirce de Souza	Atendente de Consultório Dentário – 40 horas
Diego Fernando Chiquio	Fiscal de Obras - 40 horas
Alessandro de Souza	Operador de Equipamento – 40 horas
Edésio Valdemiro Chiquio	Operador de Equipamento – 40 horas
Rosildo José Pereira	Operador de Equipamento – 40 horas
Luan Filipe Freitas	Operário – 40 horas
Allan Júnior Ferreira	Operário – 40 horas
Arlindo de Liz Padilha	Operário – 40 horas
Eloi Momm	Operário – 40 horas
Elisangela Sebold Maciel	Professor Anos Iniciais – 40 horas
Josiani Machado de Pinho	Professor Anos Iniciais – 40 horas
Julie Mara de Oliveira	Professor de Artes – 20 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado,
09 de janeiro de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015 - SRP

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 22 de janeiro de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para contratação de serviços de pedreiro para manutenção, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas (pontes, pontilhões, muros...),

localizadas no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 12 de janeiro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 011/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e Lei Complementar nº. 0030 de 09.07.2007,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15/01/2014 à 14/01/2015, a servidora DAIANA DE SOUZA PASSIG Matriculada sob o nº 1858/06, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde - 40 (quarenta) horas, no Programa de Saúde da Família-PSF, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30(trinta) dias no período de 07.01.2015 à 05.02.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 07.01.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de janeiro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 012/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 012/2015

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da servidora pública ZULEIDE DIEL SCHNEIDER, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, pelo período de 07.01.15 a 31.01.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a partir de 07.01.2015.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de janeiro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 013/2015

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da servidora pública LUCÉLIA KEMPNER INÁCIO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 07.01.15 a 31.01.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07.01.2015.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de janeiro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 014.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 014/2015

- CONSIDERANDO, que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo quando eivados de vícios que os tornam ilegais;

- CONSIDERANDO, o princípio da autotutela administrativa permite à Administração reapreciar seus atos.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado, bem como, de acordo com as informações e considerações apensadas aos autos,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 004/2015, de 05 de janeiro de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares de 30 (trinta) dias, no período de 07.01.2015 à 05.02.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, aos servidores municipais abaixo relacionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
Marcelo de Souza	2013/2014	Gabinete do Prefeito
Adriana Martins	2013/2014	Secretaria de Assistência Social
Claudirene Ferreira	2013/2014	Secretaria de Assistência Social
Deize Regina dos Santos Cruz	2014/2015	Secretaria de Assistência Social
Luciani Paul Kerschbaum	2013/2014	Secretaria de Assistência Social
Simone Iara da Silveira	2013/2014	Secretaria de Assistência Social
Zilá de Souza	2013/2014	Secretaria de Assistência Social
Alceu Pereira	2013/2014	Secretaria da Saúde
Jaciara Rode Assing	2013/2014	Secretaria da Saúde
Leandro Macário Correia	2013/2014	Secretaria da Saúde
Mauricio de Andrade	2013/2014	Secretaria da Saúde
Sinara Regina Prim de Mello	2013/2014	Secretaria da Saúde
Charles Rodrigo Michels	2013/2014	Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.
Jaques Ernani Bezerra	2013/2014	Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.
Sandra Regina Chiquio	2013/2014	Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio
Geraldo Schneider	2013/2014	Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
Ângela da Silva Paul	2013/2014	Secretaria de Administração e Planejamento
Claudia Adriana Amorim	2013/2014	Secretaria de Administração e Planejamento
Cleusa Francisco Schneider	2013/2014	Secretaria de Administração e Planejamento
Jaqueline Francisco	2013/2014	Secretaria de Administração e Planejamento
Sirley Chiquio Medeiros	2013/2014	Secretaria de Administração e Planejamento
Ademir França	2013/2014	Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Carlos Roberto Goedert	2013/2014	Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Evaristo Franzen	2014/2015	Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Fabio Franz	2013/2014	Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Joelcio Carlos Cabral	2013/2014	Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Mauricio Jasper	2013/2014	Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Santos Avelino da Silva	2013/2014	Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais para 05/01/2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de janeiro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 015.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 015/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 12.03.2013 à 11.03.2014, a FRANCINEI LONGEN, matriculado sob o nº 2528/04, ocupante do cargo em Comissão da Chefe de Divisão de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 12.01.2015 à 31.01.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de janeiro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 016.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 016/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99, e Lei Complementar nº. 0030 de 09.07.2007,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15/01/2014 à 14/01/2015, a servidora CLEIDE JOANITA FRANZEN MACHADO - Matriculada sob o nº2273/05, ocupante do Emprego Público de Técnico de Enfermagem - 40 (quarenta) horas, no Programa de Saúde da Família-PSF, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 12.01.2015 à 31.01.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de janeiro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 017.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 017/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, c/c com as Leis Complementares nº. 007 de 23.12.99 e 008 de 23.12.99, e tendo em vista a homologação do Resultado do Concurso Público nº. 02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos aprovados no Concurso Público nº. 02/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo, conforme Anexo Único, adjunto a esta Portaria, e disposições do art. 8º, Anexos I, II, III e IV da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.99 e art. 13 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de até trinta dias contados da publicação deste ato nos meios oficiais de publicação, com apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 3º O presente ato tornar-se-á sem efeito, se no decorrer do prazo fixado no art. 2º desta Portaria, o candidato não tomar posse, conforme determina o art. 14, §2º da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de janeiro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CLAS.	NOME	CARGO
1º	Marcia Maciel	Agente de Serviços Gerais – 40 horas
2º	Daiani André Meurer	Agente de Serviços Gerais – 40 horas
3º	Solange S. Seemann	Agente de Serviços Gerais – 40 horas

CLAS.	NOME	CARGO
1º	Dirce de Souza	Atendente de Consultório Dentário – 40 horas

CLAS.	NOME	CARGO
1º	Diego F. Chiquio	Fiscal de Obras – 40 horas

CLAS.	NOME	CARGO
-------	------	-------

1º	Alessandro de Souza	Operador de Equipamento – 40 horas
2º	Edésio V. Chiquio	Operador de Equipamento – 40 horas
3º	Rosildo José Pereira	Operador de Equipamento – 40 horas

CLAS.	NOME	CARGO
1º	Luan Filipe Freitas	Operário – 40 horas
2º	Allan Júnior Ferreira	Operário – 40 horas
3º	Arlindo de L. Padilha	Operário – 40 horas
4º	Eloi Momm	Operário – 40 horas

CLAS.	NOME	CARGO
1º	Elisangela S. Maciel	Professor anos Iniciais – 40 horas
2º	Josiani M. de Pinho	Professor anos Iniciais – 40 horas

CLAS.	NOME	CARGO
1º	Julie Mara de Oliveira	Professor de Artes

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 09 de janeiro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.º01-2014

TERMO ADITIVO N.º01-2014.

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N.º03/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, inscrita no CNPJ sob o n.º02.030.843/0001-66, neste ato representada por seu Presidente Sr. Alcides Francisco Montibeller, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º. 00.456.865/0001-67, representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Júnior e Daniela Ramos Silva, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de n.º03/2014 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 18/01/2015 término em 17/01/2016.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados a partir de 17/03/2015 pelo IGP-M (FGV) acumulado no período.

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Chapadão do Lageado, 30 de dezembro de 2014.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva
CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/PMCS/2014

CONTRATO Nº: 157/PMCS/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/PMCS/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/PMCS/2014

Objeto: Fornecimento de material de serviço para construção de Creche, no Bairro Jardim Elizabeth, no Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 22/12/2014

Vigência: Início: 22/12/2014 Término: 17/12/2015

Valor: R\$ 872.676,62 (oitocentos e setenta e dois mil seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e dois centavos)

Dotação Orçamentária: 0701.1002.4490 (28).

Concórdia

PREFEITURA

1º CHAMADA ANUAL PARA ATUALIZAÇÃO E INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS NO CADASTRO DE LICITANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

CHAMADA ANUAL PARA ATUALIZAÇÃO E INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS NO CADASTRO DE LICITANTES

A Prefeitura Municipal de Concórdia, SC, em obediência ao § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunica aos inscritos no Cadastro Geral de Licitantes desta Municipalidade para que procedam à atualização de seus documentos cadastrais, bem como a todos os interessados em cadastrar-se para que compareçam e apresentem os documentos previstos nos artigos 27 a 31 da Lei supra citada. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Concórdia, sito à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, de Segunda à Sexta-feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, através do e-mail nair@concordia.sc.gov.br ou pelo telefone (0**49) 3441-2167 e pelo telefone/fax (0**49) 3441-2106.

Concórdia, SC, 05 de janeiro de 2015.

NEIVA DALLA ROSA SULENTA

Presidente da Comissão Permanente de Registro Cadastral

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2015- FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2015 - FMAS

Objeto: Credenciamento de emissoras de rádio do Município de Concórdia, com o objetivo de divulgação do programa ACESSUAS TRABALHO, conforme especificações constantes no Edital do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Data da realização: 19 de janeiro de 2015 até o dia 03 de fevereiro de 2015.

Horário: das 08:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, situada à Rua Leonel Mosele, nº 285, 2º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (049) 3442-0118 e 3442-1532.(com Silvana ou Camila)

Concórdia, SC, 09 de Janeiro de 2015.

NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA

Gestora do FMAS, em exercício

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do FNDE SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 251.599,00 (duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e noventa e nove reais).

Concórdia SC, 05 de janeiro de 2015.

Elisa Tebaldi Borsatti

Secretária Municipal de Finanças, em exercício

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do FNDE MERENDA ESCOLAR, no valor de R\$ 89.676,00 (oitenta e nove mil seiscentos e setenta e seis reais).

Concórdia SC, 05 de janeiro de 2015.

Elisa Tebaldi Borsatti

Secretária Municipal de Finanças, em exercício

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do FNDE PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR, no valor de R\$ 24.138,35 (vinte e quatro mil cento e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos).

Concórdia SC, 05 de janeiro de 2015.

Elisa Tebaldi Borsatti

Secretária Municipal de Finanças, em exercício

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 1/2015 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato do senhor Vilson Anivo Haeffliger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso X, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 08 de janeiro de 2015, locação de imóvel com localização a Rua Leonel Mosele, 285, Centro, para o funcionamento do almoxarifado de medicamentos, salas para arquivo morto, sala para o Conselho Municipal de Saúde e para equipe da Dengue, a favor da empresa BONATO CORRETOR DE SEGUROS E IMÓVEIS LTDA, no valor de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do FMS

BALANÇO FINANCEIRO DEZEMBRO DE 2014- IPRECON

**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCORDIA**
Balanco Financeiro para Publicação
Período de Referência: Dezembro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	2.835.651,99	24.650.088,90	ORÇAMENTÁRIA	691.076,19	7.248.016,40
Receitas Orçamentárias	2.835.651,99	24.650.088,90	Despesas Correntes	689.286,19	7.221.191,40
Receitas Correntes	1.333.163,66	16.071.810,97	Pessoal e Encargos Sociais	40.928,24	317.695,28
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	643.198,46	4.128.280,93	Outras Despesas Correntes	656.888,69	6.854.826,86
Receita Patrimonial	594.179,93	11.153.518,83	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	(8.530,74)	48.669,26
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Despesas de Capital	1.790,00	26.825,00
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	1.790,00	26.825,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	95.785,27	790.011,21	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.502.488,33	8.578.277,93			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(6.772,45)	1.261.602,05	EXTRAORÇAMENTÁRIA	3.045.630,70	4.179.294,87
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	102.626,21	1.217.893,71	Depósitos	102.626,21	1.217.893,71
Consignações	17.495,55	166.230,02	Consignações	17.495,55	166.230,02
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	85.130,66	1.051.663,69	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	85.130,66	1.051.663,69
Restos a Pagar	(109.398,66)	42.120,43	Restos a Pagar	0,00	18.396,67
Obrigações a Pagar	(109.398,66)	42.120,43	Obrigações a Pagar	0,00	18.396,67
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	1.587,91	Decréscimos Patrimoniais	2.943.004,49	2.943.004,49
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	78.993.919,30	63.601.712,27	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	78.086.091,95	78.086.091,95
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	6.328,56	19.603,60	Bancos Conta Movimento	42.476,13	42.476,13
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	83.006.514,94	70.069.609,09	Investimentos do RPPS	84.531.116,24	84.531.116,24
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	(4.018.924,20)	(6.487.500,42)	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	(6.487.500,42)	(6.487.500,42)
TOTAL	81.822.798,84	89.513.403,22	TOTAL	81.822.798,84	89.513.403,22

Notas:

ONEIDE BERTOLINI
Contadora

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 012/2015

DECRETO Nº 012/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 628/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto Nº 628/2014 no seguinte termo:
ONDE SE LÊ:

CM		MESES
	Cota Única (10% de Desconto)	30/01/2015

LEIA-SE:

CM		MESES
	Cota Única (10% de Desconto)	30/01/2016

Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados e em pleno vigor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de janeiro de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 013/2015

DECRETO Nº 013/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE VALORES PARA COBRANÇA DE TAXA DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no inciso IV do art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a tabela de valores das taxas e serviços de fornecimento de água do município, utilizando-se como fator de correção o IGP-M de 3,65 % (três virgula sessenta e cinco por cento acumulados nos últimos 12 meses, aplicado sobre os valores cobrados em dezembro de 2014, conforme estabelece o Anexo Único conexo ao presente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o

Decreto Nº 010 de 08 de janeiro de 2014.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta SC, 08 de janeiro de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 013/2015
TABELA DE VALORES DE TAXA DE CONSUMO DE ÁGUA E SERVIÇOS RELACIONADOS

Consumo	Preço por m³
Até 10 m³	R\$ 3,25
Até 20 m³	R\$ 3,50
Até 30 m³	R\$ 5,28
Até 40 m³	R\$ 5,70
Até 50 m³	R\$ 6,77
Acima de 50 m³	R\$ 7,34

TAXA MÍNIMA DE CONSUMO: R\$ 18,38

TAXA RURAL POR M³: R\$ 1,44

Outros Serviços:

a)Restabelecimento de água:
- Serviços de Ligação : R\$ 11,28
- Custo por Falta de Pagamento: R\$ 11,28

b)Desligamento:
- Por solicitação do usuário: R\$ 21,32

c)Consumo de água por circos, parques e outros:
- Custo fixo até 15 dias: R\$ 150,00
- Custo fixo acima de 15 dias: R\$ 182,00+12,00 por dia

d)Aferição de Hidrômetro:
- Por solicitação do Usuário: R\$7,30

e)Taxa de expediente:
- Emissão de 2ª via da fatura de água: R\$3,60

Cordilheira Alta, 08 de janeiro de 2015.

DECRETO N. 014/2015

DECRETO Nº 014/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. JULCIONIR CUNICO , ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente , por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria de Agricultura determinadas pelo Secretário, a partir do mês

de janeiro de 2015.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta SC, 08 de janeiro de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 015/2015

DECRETO Nº 015/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. MAICON ADÃO DEFILTRO ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria de Agricultura determinadas pelo Secretário, a partir do mês de janeiro de 2015.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta SC, 08 de janeiro de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 016/2015

DECRETO Nº 016/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. ADEMIR PEDRO GROLLE, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria municipal de Infraestrutura, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria de Infraestrutura determinadas pelo Secretário, a partir do mês de janeiro de 2015.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta SC, 08 de janeiro de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 017/2015

DECRETO Nº 017/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE DECRETO Nº 469/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o percentual concedido a título de Função de Confiança na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado para 40 %, à Servidora Municipal, Sra. ANDRÉIA REGINA DI DOMÊNICO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, para responder cumulativamente com suas funções, pelo gerenciamento do serviço de organização do Mural Público da Prefeitura Municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta SC, 08 de janeiro de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 018/2015

DECRETO Nº 018/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FINS DE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal, atendendo o Art. 16 , da Lei Complementar nº 093/2013 e art. 6º ,§ 1º da Lei Complementar nº 100/2013,

DECRETA

Art 1º - Fica instituída e nomeada a Comissão Municipal de Avaliação dos Servidores Municipais para fins de Concessão de Adicional de Progressão por Mérito, composta pelos seguintes representantes:

I - Presidente: Sonia Cristina Della Torres Briancini

II -Membros

Kátia Rosy Grando

Madian Gleicon Romanini

Valdinei Garbozza

Sydiane Maria Dabastiani Zamiani

Art. 2º A Comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao Setor de pessoal, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações a pontuação obtida.

Art. 3º os servidores serão avaliados, mediante o preenchimento de formulário específico, levando em conta os seguintes fatores:

I - Assiduidade e pontualidade;

II - produtividade;

III - responsabilidade;

IV - disciplina;

V - dedicação ao serviço público;

VI - cooperação;

VII - criatividade;

VIII - organização e planejamento;

IX - conhecimento do trabalho;

X - bom senso e iniciativa;

Art. 4º Os trabalhos da Comissão serão considerados relevantes ao Município, não atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de janeiro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 019/2015

DECRETO Nº 019/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015

“INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal, atendendo o Art. 17, § 1º da Lei Complementar nº 092/2013 e art. 6º, § 1º e 2º da Lei Complementar nº 100/2013,

DECRETA

Art 1º - Fica instituída e nomeada a Comissão Municipal de Avaliação dos Profissionais da Educação para fins de Concessão de Adicional de Progressão por Mérito, composta pelos seguintes representantes:

I-Representante da Secretaria Municipal da Educação
Kátia Ana Di Domenico

II-Representante dos Profissionais da Educação
Sonia Fátima Cenci

III -Representante da Secretaria Municipal de Administração
Madian Gleicon Romanini

IV - Representante do Conselho Municipal de Educação
Emanuelle Cella Tozzo

V - Representante do Departamento Pessoal
Kely Cristina Ranzan

Art. 2º A Comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao Setor de pessoal, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações a pontuação obtida.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão serão considerados relevantes ao Município, não atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de janeiro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 020/2015

DECRETO Nº 020/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015

“INSTITUI EXCEPCIONALMENTE TURNO ÚNICO À SERVIDORES MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica instituído, horário especial de 09/01/2015 a 30/01/2015, aos Servidores Municipal, Srs. ITAMAR ZAMIANI, JULCIONIR CÚNICO e ADEMIR PEDRO GROLLE, das 7 às 13 h, e Srs. EDSON MIORELLI, LEANDRO SALVADOR E MAICON ADÃO DE FILTRO das 14 às 20 h, excepcionalmente, visando suprir necessidades da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, para executar serviços de silagem.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de janeiro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 021/2015

DECRETO N. 21/2015

Nomeia Comissão de Processo Seletivo para acompanhamento, fiscalização e avaliação do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta - Edital nº 001/2015.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Processo Seletivo para acompanhamento, fiscalização e avaliação do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, Edital nº 001/2015.

Art. 2º Compete à Comissão acompanhar os procedimentos e coordenar as atividades necessárias para o bom andamento do Processo Seletivo.

Art. 3º Ficam nomeados como membros da Comissão de Processo Seletivo os seguintes servidores: Marcia Dalagasperina Boff; Nilvete Aparecida Sartor Atuatti; Dirceu Cesar Guolo.

Parágrafo único. A Comissão de Processo Seletivo será presidida pela servidora Marcia Dalagasperina Boff.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 08 de janeiro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2015
ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO,
DEFINE SUAS NORMAS E DÁ OUTRS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a abertura das inscrições do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2015, destinado para preenchimento de vagas em caráter temporário e emergencial para os cargos de Professor de Educação Infantil e Professor de Anos Iniciais, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos e nas condições do presente edital e sob a responsabilidade da empresa CURSIVA - Assessoria e Consultoria.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Este Processo Seletivo é destinado ao preenchimento de vagas para atender necessidade temporária e emergencial, sendo que a contratação será realizada de acordo com a necessidade futura do Município, conforme os cargos que constam no quadro abaixo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS	HABILITAÇÃO
Professor de Anos Iniciais Habilitado	04	20h	R\$ 1.072,65	Curso superior de licenciatura de graduação plena, com habilitação específica na área de atuação.
Professor de Anos Iniciais Não Habilitado			R\$ 858,12	Comprovante de matrícula e frequência em curso superior na área de atuação, a partir do início do 4º semestre.
Professor de Educação Infantil Habilitado	01	20h	R\$ 1.072,65	Curso superior de licenciatura de graduação plena, com habilitação específica na área de atuação.
Professor de Educação Infantil Não Habilitado			R\$ 858,12	Comprovante de matrícula e frequência em curso superior na área de atuação, a partir do início do 4º semestre.

1.2. Considera-se cadastro positivo (reserva técnica), o quantitativo de pessoal classificado para ocupação de vagas que venham a surgir no decorrer do prazo de validade deste Processo Seletivo.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições estarão abertas de 12 a 26 de janeiro 2015, somente via internet, no endereço eletrônico www.cursivani.com.br

2.2. O candidato poderá inscrever-se para os 02 (dois) cargos que trata este Edital.

2.2.1. Caso o candidato opte por se inscrever nos dois cargos precisará realizar duas inscrições (uma para cada cargo).

2.2.2. As provas serão realizadas conforme item 4 deste Edital.

2.2.3. O candidato que realizar a sua inscrição deve estar ciente que no momento de assumir a vaga deve ter a habilitação específica para a função.

2.3. A inscrição neste Processo Seletivo implicará desde logo, no conhecimento e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

2.4. Para realizar a inscrição, o candidato deverá:

2.4.1 Preencher o requerimento de inscrição no site da empresa.

2.4.2. Imprimir o boleto bancário e efetuar seu pagamento, de acordo com o valor previsto no item 2.5 deste Edital, até o dia 26 de janeiro 2015.

2.5. A taxa para inscrição neste Processo Seletivo é de R\$ 50,00

(cinquenta reais) por cargo.

2.6. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a aplicação da prova escrita deverá solicitar a condição especial no dia da prova e levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local onde a prova estiver sendo realizada.

2.6.1. A amamentação acontecerá nos momentos necessários, sem a presença do acompanhante.

2.6.2. Não será concedido nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dedicado à amamentação.

2.6.3. A ausência do acompanhante para a guarda da criança impossibilitará a candidata de ausentar-se da prova escrita para amamentar.

2.7. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme subitem 2.4.2 deste Edital. O comprovante de pagamento servirá como confirmação da inscrição do candidato.

2.8. O candidato que efetuar o pagamento da inscrição com cheque sem provisão de fundos ou outra irregularidade que impossibilite sua compensação terá sua inscrição indeferida.

2.8.1. O Município de Cordilheira Alta, SC não devolverá o valor da inscrição paga em nenhuma hipótese.

2.9. As despesas relativas à participação neste Processo Seletivo são única e exclusivamente de responsabilidade dos candidatos.

2.10. O Município de Cordilheira Alta, SC não se responsabilizará por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do boleto bancário.

2.11. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, não terá sua inscrição homologada, e, em consequência, serão anulados todos os atos decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.12. A inscrição neste Processo Seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

2.13. Os documentos exigidos para o exercício do cargo deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para a contratação do candidato.

2.14. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

2.14.1. São reservadas às pessoas portadoras de deficiência, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido ou das que vierem a surgir no prazo de validade do Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

2.14.2. O candidato portador de deficiência participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos deste Edital.

2.14.3. No ato de inscrição, o candidato portador de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado, as condições especiais que necessitar para realizar as provas.

2.14.4. A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para exercer as atribuições do cargo.

2.14.5. O candidato portador de deficiência deverá, após viabilizar os procedimentos do item 2.14 deste Edital e, antes de encerrado o prazo para as inscrições, apresentar à Comissão Especial do Processo Seletivo, através de requerimento protocolizado na prefeitura municipal de Cordilheira Alta:

a) Atestado médico, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital, que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças

- CID e a provável causa da mesma;

b) Anexo II deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém declaração de que a deficiência não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo e declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação.

c) O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, a exame perante comissão interdisciplinar credenciada pelo Município de Cordilheira Alta, SC, que verificará a existência da deficiência declarada na Ficha de Inscrição, bem como, de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

2.15.6. A publicação do Resultado Final deste Processo Seletivo ocorrerá em duas listas:

a) A primeira conterá a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência;

b) A segunda conterá somente a pontuação dos candidatos portadores de deficiência.

2.15.7. Não havendo candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, esta será preenchida pelos demais candidatos classificados.

2.15.8. Em razão do número de vagas em alguns cargos/funções (1 vaga), torna-se juridicamente impossível a reserva de vagas aos portadores de necessidades especiais, razão pela qual participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

2.15.9. A Comissão do Processo Seletivo adotarà as providências necessárias ao acesso das pessoas com deficiência aos locais de realização das provas, mas incumbirá a estas trazer os equipamentos e instrumentos de que dependam, mediante prévia autorização do Presidente da Comissão.

2.15.10. O candidato fica, desde já, ciente que pedidos efetuados fora do prazo serão indeferidos.

3.1 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pelo Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no prazo previsto no cronograma constante no Anexo III deste Edital, e estarão disponíveis no site www.cursivani.com.br.

3.1.1. Somente será divulgada a relação das inscrições deferidas.

3.2. Os candidatos que tiverem suas inscrições não homologadas terão prazo de 1 (um) dia útil, contados a partir da publicação, para querendo, impetrar recurso a ser endereçado ao Município de Cordilheira Alta, aos cuidados da Comissão do Processo Seletivo.

3.2.1. Os recursos movidos pelos candidatos deverão obrigatoriamente ser protocolados na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, direcionados à Comissão do Processo Seletivo.

3.2.2. A Comissão imediatamente após o recebimento enviará o recurso à empresa Cursiva, sendo que a mesma decidirá sobre o deferimento ou indeferimento.

3.3. É de responsabilidade do candidato verificar a relação de inscrições homologadas para confirmar sua inscrição.

3.3.1. Caso a inscrição do candidato não tenha sido homologada, o mesmo não poderá realizar a prova.

4. DAS PROVAS

4.1. Para todos os cargos deste Processo Seletivo será aplicada uma Prova Escrita Objetiva, de acordo com as especificações e disposições deste Edital.

4.2. Os candidatos que se inscreverem para os dois cargos deverão realizar as provas específicas para ambos os cargos no mesmo dia e horário, dentro do tempo disponível para sua realização, conforme apregoado no presente certame.

4.3. Todos os candidatos deverão realizar as provas no mesmo dia, conforme item 4.3.1 deste Edital, não podendo a mesma ser realizada individualmente ou em data, horário ou local que não

seja o especificado neste Edital.

4.3.1. As provas escritas, de caráter obrigatório para todos os candidatos, serão realizadas no dia 30 de janeiro de 2015, das 20h às 23h, nas dependências do auditório da prefeitura municipal, situado no endereço: Rua Celso Tozzo, nº 27, Centro, Cordilheira Alta/SC.

4.3.1.2. Não será permitida a entrada de candidatos no local da prova após o início das provas. Para tanto, recomendando-se que o candidato esteja no local com a devida antecedência, munido de documento de identidade. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas.

4.3.1.3. Sob hipótese alguma será permitido o acesso de candidatos que chegarem após o horário de início das provas.

4.3.1.4. A prova escrita será realizada em etapa única, com 3 (três) horas de duração, incluindo o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

4.3.2. A prova abrangerá os conteúdos que constam no Anexo I deste Edital, será composta de 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas de respostas cada, sendo que apenas 1 (uma) alternativa estará correta, na forma abaixo:

Disciplinas	Nº de Questões	Valor da Questão	Valor por área	Valor total
Língua Portuguesa	10	0,4	4,0	10,0
Matemática e Raciocínio Lógico	05	0,2	1,0	
Conhecimentos gerais e atualidades	05	0,2	1,0	
Conhecimentos Específicos	10	0,4	4,0	

4.3.3. Para a realização da Prova Escrita, o candidato deverá utilizar apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

4.3.4. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

4.3.5. Para a entrada nos locais de prova, o candidato deverá apresentar a cédula de identidade original ou carteira expedida pelo órgão de classe original.

4.3.5.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

4.3.5.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da data marcada para a realização da prova.

4.3.5.3. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

4.3.5.4. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

4.3.5.5. Por ocasião da realização da prova, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida acima, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

4.3.5.6. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

4.3.6. No dia de realização das Provas Escritas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

4.3.7. Durante a realização das Provas Escritas é vedada consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como, o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, ocasionando a eliminação do candidato no Processo Seletivo.

4.3.7.1. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos deverão ser desligados antes do início da prova, sob pena de eliminação do candidato.

4.3.8. Será atribuída nota zero às respostas de questão(ões) que contenha(m):

4.3.8.1. emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;

4.3.8.2. mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;

4.3.8.3. espaço(s) não assinalado(s) no cartão-resposta;

4.3.8.4. cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão;

4.3.8.5. cuja(s) resposta(s) não corresponda com o gabarito oficial deste Processo Seletivo.

4.3.17. É terminantemente proibida a inserção e qualquer forma de sinal ou marca, sobre os cartões-resposta, que possa ser interpretada como identificação de determinado candidato.

4.3.17.1. Se for constatada qualquer inserção de sinal ou marca no cartão-resposta o candidato será automaticamente desclassificado do processo seletivo.

5. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

5.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.

5.2. A nota final será o resultado da nota obtida na prova escrita.

5.3. Ocorrendo empate na classificação, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

5.3.1. idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações - Estatuto do Idoso (sempre o candidato que tiver maior idade);

5.3.2. maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

5.3.3. maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

5.3.4. maior número de acertos na prova de Matemática;

5.3.5. Se, mesmo com a aplicação dos critérios estabelecidos nos subitens 5.3.1 a 5.3.4 deste Edital, persistir o empate, o critério adotado será o sorteio em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

5.4. A data da divulgação da classificação final é a constante no cronograma previsto no Anexo III deste Edital e será divulgada no mural da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, SC, no site da mesma e no site da empresa.

5.4.1. Somente serão divulgados na Classificação Final os nomes dos candidatos aprovados.

5.4.2. Os candidatos que não lograrem aprovação e desejarem saber suas notas poderão enviar solicitação contendo, no mínimo, nome, CPF e data de nascimento, pelo e-mail cursivani@hotmail.com.

6. DA ADMISSÃO

6.1. No ato da admissão do candidato, serão exigidos os seguintes documentos:

- Prova de ser brasileiro nato ou naturalizado, idade mínima 18

anos (cópia identidade);
-Fotocópia do CPF;
-Fotocópia do título eleitoral; Comprovante da última votação;
-Fotocópia Certidão de casamento ou nascimento ou declaração de convivência;
-Fotocópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
-Fotocópia do Diploma ou Certificado de conclusão para comprovar a escolaridade exigida e inscrição no órgão fiscalizador da profissão;
-Fotocópia de inscrição no Pis/Pasep;
-01 foto 3x4;
-Declaração de endereço atualizado;
-Declaração de não- acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;
-No caso de acumulação legal de cargos, funções ou empregos ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
-Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares;
-Declaração de BENS ou IRRF;
-Declaração de dependentes para fins de abatimento no Imposto de Renda na Fonte;
-Fotocópia do certificado militar ou dispensa CDI (masculino);
-Atestado de Aptidão Mental para o exercício do cargo; (psicólogoa);
-Laudo Médico oficial para exercício do cargo;
- Folha Corrida Judicial;
-Conta Corrente - Banco do Brasil;
-Comprovante de frequência escolar, para crianças a partir de 07 (sete) anos;
-Apresentar, caso houver, declaração judicial no qual comprove a dependência de alguém que viva às suas custas.

6.2. O não cumprimento dos requisitos necessários impossibilitará a contratação do candidato.

6.3. A admissão do candidato fica condicionada ainda à observância do art. 37, XVI, da Constituição da República Federativa do Brasil, referentes a acúmulo de emprego, emprego ou funções públicas, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, sendo vedada também a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de emprego, emprego ou função pública, ressalvados os empregos acumuláveis na forma da Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

7. DA ESCOLHA DAS VAGAS

7.1. A escolha de vagas será realizada na Secretaria Municipal de Educação, situada nas dependências da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, com início às 8h30min do dia 09 de fevereiro de 2015, sendo obedecido à ordem de classificação por área de inscrição para a chamada de escolha, envolvendo todas as unidades escolares municipais. Primeiramente serão chamados todos os professores habilitados e esgotando todas as possibilidades destes serão chamados os não habilitados de acordo com a classificação dos mesmos.

7.2. A carga horária dos candidatos classificados é de 20 horas semanais para cada cargo.

7.3. O candidato no momento da escolha da vaga está optando em assumir o compromisso de corresponder com todas as atividades pedagógicas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, independente da carga horária escolhida, sob a pena da aplicação das leis cabíveis, atendendo as convocações da Secretaria.

7.4. Os candidatos aprovados serão classificados com base na tabela constante no item 1 deste Edital - Professores habilitados, discriminada por função, aquela escolhida no ato da realização da

referida inscrição.

7.5. O candidato que no momento da escolha não aceitar a vaga disponível, será reclassificado para o final da lista.

7.6. O candidato que no momento da escolha não estiver presente na Secretaria de Educação para escolher e assumir a vaga disponível será automaticamente reclassificado para o final da listagem de aprovados.

7.7. Será admitida a escolha da vaga por terceiros mediante procuração particular do interessado, reconhecida assinatura em cartório, assumindo este todas as responsabilidades.

7.8. O candidato deverá manter seu endereço, telefone e e-mail sempre atualizado para eventuais contatos junto a Secretaria Municipal de Educação do Município de Cordilheira Alta.

7.9. O candidato que assumir a vaga e, por motivos particulares, não puder mais dar continuidade aos serviços, deverá avisar a Administração Municipal com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

8. DOS RECURSOS

8.1. Será admitido recurso para todas as fases deste Processo Seletivo, que deverá ser interposto pelo candidato através de protocolo na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, aos cuidados da Comissão Especial do Processo Seletivo n. 01/2015, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos constantes do Anexo III deste Edital:

a) quanto a não homologação ou indeferimento da inscrição;

b) quanto ao conteúdo e gabaritos da prova;

c) quanto à lista preliminar de classificação.

8.2. A Comissão imediatamente após o recebimento enviará o recurso à empresa Cursiva, sendo que a mesma decidirá sobre o deferimento ou indeferimento.

8.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique, bem como tiver indicado o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo pretendido, endereço para correspondência e sua assinatura. Os recursos que não atenderem ao disposto nos itens 8.1 e 8.2 serão liminarmente indeferidos.

8.4. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, sendo considerado para tal a data do recebimento.

8.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, protocolo, e-mail ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e indeferidos.

8.6. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer, coletivamente.

8.7. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que realizaram a prova objetiva.

8.8. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída, conforme se verifique ou não erros na conferência.

8.8.1. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos.

8.8.2. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer, coletivamente.

8.9. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

9. DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. A Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo objeto deste Edital, por autoridade competente, será publicada nos sites www.pmcordi.sc.gov.br, no órgão de publicação oficial do Município de Cordilheira Alta, SC e no site www.cursivani.com.br.

10. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

10.1. Fica delegada competência à empresa CURSIVA - Assessoria e Consultoria - para:

a) elaboração do Edital;

b) realização das inscrições;

c) orientar a homologação das inscrições dos candidatos inscritos;
 d) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva;
 e) apreciar os recursos previstos no item 8 deste Edital;
 g) apresentar o relatório final, com a classificação dos candidatos.
 10.2. É de competência do Município de Cordilheira Alta/SC dar ampla divulgação a todos os atos do processo seletivo.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A aprovação neste presente Processo Seletivo não assegura ao candidato sua contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, na ordem de classificação, ficando a contratação condicionada às disposições pertinentes à necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Cordilheira Alta - SC.

11.2. A inexistência das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão a rescisão contratual.

11.3. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa CURSIVA - Assessoria e Consultoria - juntamente com a Comissão Municipal do Processo Seletivo, designada por decreto e pela Administração Municipal de Cordilheira Alta conforme a legislação vigente.

11.4. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.5. As publicações sobre o Processo Seletivo serão feitas por Edital e veiculadas no site www.pmcordi.sc.gov.br e www.cursivani.com.br, e no mural da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, SC.

11.6. Este Processo Seletivo terá validade para o ano letivo de 2015.

11.7. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Chapecó, SC.

11.8. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Conteúdo programático;
- b) ANEXO II - Declaração para Candidatos Portadores de Deficiência;
- c) ANEXO III - Cronograma.

Cordilheira Alta, SC, 08 de janeiro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
 Prefeito Municipal

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDOS COMUNS A TODOS OS PROFESSORES HABILITADOS E NÃO HABILITADOS

Língua Portuguesa: Leitura, análise e interpretação de texto, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras.

Matemática e Raciocínio Lógico: Conjuntos, noções de matemática financeira, juros simples e juros compostos, geometria, Trigonometria, progressão geométrica, progressão aritmética, análise combinatória, probabilidade, operações fundamentais (números inteiros e fracionários), potenciação e radiciação, sistema de medidas (decimais e não decimais), conversão de unidades de medida;

regra de três, porcentagem, equações de primeiro e segundo grau.

Conhecimentos Gerais/Atualidades: Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias; Organização político-administrativa do Brasil; Agronegócios e a economia brasileira; Política, Economia, Contexto internacional; Neoliberalismo e globalização, Mercosul; Questões ambientais; Atualidades relativas ao Mundo, ao País, ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Cordilheira Alta e Região.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Professor de Educação Infantil: Legislação municipal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; Concepção de infância. Processo de desenvolvimento infantil; a relação entre pensamento e linguagem; o lúdico na Educação Infantil.

Professor de Anos Iniciais: Legislação municipal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; Concepção de infância. Processo de desenvolvimento infantil; a relação entre pensamento e linguagem; o lúdico nas séries iniciais.

ANEXO II

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
NOME DO CANDIDATO	
Nº DA INSCRIÇÃO	
CÉDULA DE IDENTIDADE	
CARGO PRETENDIDO	
TIPO DE DEFICIÊNCIA	
CID CORRESPONDENTE	
NOME DO MÉDICO	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme subitem 2.15.6 do Edital de Processo Seletivo Público nº 01/2015, do Município de Cordilheira Alta, SC, e para que surta os efeitos legais que:

- a deficiência que possui não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo de supracitado;
- fico impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Cordilheira Alta, SC, ____ de ____ de 2015.

Assinatura do Candidato

(Observação: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo mioopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

ANEXO III

CRONOGRAMA (sujeito a alterações)

CRONOGRAMA	DATAS
Publicação do Edital de Processo Seletivo	09/01/2015
Prazo para impugnação do Edital	12/01/2015 a 13/01/2015
Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital	14/01/2015
Período de Inscrições	12/01/2015 a 26/01/2015
Data limite para pagamento da inscrição, utilizando o boleto bancário	26/01/2015
Divulgação preliminar dos inscritos	27/01/2015
Recurso do não deferimento da inscrição	28/01/2015
Homologação da lista de inscritos	29/01/2015
Realização das Provas Escritas	30/01/2015
Divulgação dos gabaritos provisórios e do caderno de provas	31/01/2015
Recurso quanto ao conteúdo e gabaritos da prova	02/02/2015
Divulgação dos gabaritos definitivos, notas finais da prova escrita e da lista preliminar de classificados.	03/02/2015
Recurso quanto à lista de classificados	04/02/2015
Homologação do resultado final	05/02/2015
Escolha das vagas	09/02/2015

EXTRATO AO EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2015

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, torna público que realizará o Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2015, destinado para preenchimento de vagas em caráter temporário e emergencial para os cargos de Professor de Educação Infantil e Professor de Anos Iniciais.

A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico: <http://www.cursivani.com.br>, no período compreendido de 12/01/2015 a 26/01/2015.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone 49 - 33589100.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta (SC), em 08 de janeiro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

ERRATA PUBLICAÇÃO CONTRATOS Nº 99 A 104/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 99/2014

Contratado: CELSO CARLOS LEITES

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA DE 1800 M², PROTEGIDO POR CERCA, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, COM BARRAÇÃO DE ALVENARIA ANEXO COM ÁREA DE 300 M².

Valor R\$ 1.594,95 (Um mil e quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos) mensal

Vigência: Onde se lê: 01/01/2014 até 31/12/2015; Leia-se: 01/01/2015 até 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 100/2014

Contratado: JURECY GOLO GRANDO

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SENDO UMA SALA COMERCIAL DE ALVENARIA MEDINDO 200 M² EDIFICADA SOB LOTE Nº 12 DA QUADRA Nº 61, LOCALIZADO NA RUA ALMIRANTE BARROSO, CENTRO, MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR OCUPANDO UM ESPAÇO DE 100 M², E OS OUTROS 100 M² SERÃO UTILIZADOS PARA SALA DE CURSOS QUE A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESENVOLVERÁ DURANTE O ANO E PARA OFICINAS DO CRAS.

Valor R\$ 2.364,80 (Dois mil trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos) mensal

Vigência: Onde se lê: 01/01/2014 até 31/12/2015; Leia-se: 01/01/2015 até 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 101/2014

Contratado: MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ - PARÓQUIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO DE CORONEL FREITAS-SC

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA CASA COLONIAL, EM MADEIRA DE 9 X 11 M EDIFICADO SOB OS LOTES 24-E E 25 DA QUADRA 62, LOCALIZADO NA AV.SANTA CATARINA, CENTRO, CIDADE DE CORONEL FREITAS - SC.

Valor R\$ 670,95 (Seiscentos e setenta reais e noventa e cinco centavos) mensal

Vigência: Onde se lê: 01/01/2014 até 31/12/2015; Leia-se: 01/01/2015 até 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 102/2014

Contratado: PAULO ZOTTIS

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SENDO UM BARRAÇÃO EM ALVENARIA MEDINDO APROXIMADAMENTE 240 M² (DUZENTOS E QUARENTA METROS QUADRADOS) EDIFICADO SOB O LOTE Nº 22 DA SÉRIE M, QUADRA Nº 84, COM ÁREA SUPERFICIAL DE 1000 M², SITUADO NA AVENIDA SANTA CATARINA, CENTRO, CORONEL FREITAS- SC.

Valor R\$ 1.464,00 (Um mil quatrocentos e sessenta e quatro reais) mensal

Vigência: Onde se lê: 01/01/2014 até 31/12/2015; Leia-se: 01/01/2015 até 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 103/2014

Contratado: LUIZ PROVENSI SOBRINHO

Objeto: LOCAÇÃO DO ANDAR TÉRREO DE IMÓVEL DE 155 M² (CENTO E CINQUENTA E CINCO METROS QUADRADOS), SITO A RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 525, EDIFICADA SOBRE

O LOTE Nº 20ª DA QUADRA 51, CENTRO NA CIDADE DE CORONEL FREITAS (SC) PARA O FUNCIONAMENTO DO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR.

Valor R\$ 1.594,95 (Um mil e quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos) mensal

Vigência: Onde se lê: 01/01/2014 até 31/12/2015; Leia-se: 01/01/2015 até 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 104/2014

Contratado: ANTONIO FERNANDES BARRO

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SENDO UM BARRACÃO NOVO COM ESTRUTURAS METÁLICAS MEDINDO APROXIMADAMENTE 238, 88 M², EDIFICADO SOB O LOTE URBANO Nº 02 QUADRA D, COM ÁREA SUPERFICIAL DE 379,26 M², SITUADO NA RUA ANGELO PELIZZA LOTEAMENTO PELIZZA, NA CIDADE DE CORONEL FREITAS.

Valor R\$ 1.528,83 (Um mil e quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e três centavos) mensal

Vigência: Onde se lê: 01/01/2014 até 31/12/2015; Leia-se: 01/01/2015 até 31/12/2015

PUBLICAÇÃO CONTRATOS Nº 01 A 05/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 01/2015

Contratado: IGE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO SISTEMA DE CUSTO OPERACIONAL PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS, E SISTEMA DE CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, IMPLANTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL E TREINAMENTO DE NOVO FUNCIONÁRIO.

Valor R\$ 433,83 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e três centavos) mensal, totalizando R\$ 5.205,96 (cinco mil, duzentos e cinco reais e noventa e seis centavos) pelo período de 12 meses

Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 02/2015

Contratado: LEANDRO PAGLIARI ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVES DE EMPREITADA GLOBAL PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA GARAGEM MUNICIPAL COM AREA TOTAL DE 525,00 M².

Valor R\$ 78.542,64 (Setenta e oito mil quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)

Vigência: 05/01/2015 até 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 03/2015

Contratado: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NUM TOTAL DE 9.285,30 M² SOBRE CALÇAMENTO COM PEDRAS IRREGULARES, NAS SEGUINTE RUAS: TRECHO DA RUA PARAIBA , TRECHO DA RUA RIO GRANDE DO SUL E TRECHO DA RUA SÃO PAULO.

Valor R\$ 382.402,65 (Trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e dois reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência: 05/01/2015 até 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 04/2015

Contratado: ALPHAMED MEDICINA DO TRABALHO LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA MEDICINA E HIGIENE NO TRABALHO.

Valor R\$ 3.560,00 (Três mil quinhentos e sessenta reais) mensal, totalizando R\$ 42.720,00 (Quarenta e dois mil setecentos e vinte reais) durante o ano de 2015

Vigência: 05/01/2015 até 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 05/2015

Contratado: CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA ELETRICA E INSTALAÇÃO DA PARTE ELETRICA DE BARRACÃO INDUSTRIAL.

Valor R\$ 13.579,00 (Treze mil quinhentos e setenta e nove reais)

Vigência: 05/01/2015 até 31/12/2015

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 010 DE 08 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 010 DE 08 DE JANEIRO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO 23º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º Ficam nomeados os munícipes abaixo relacionados para organizarem as festividades alusivas ao 23º aniversário do Município:

I- Evandro Belatto - Chefe de Gabinete - presidente

II- Marcos Cezar Pozzer - Secretário da Administração - vice-presidente

III-Daniela Smaniotto - Acessora de Tributação - secretária

IV-Sandra Mara Bolzan - Diretora Geral de Assistência Social - Secretária

V- Isabel de Almeida Paz - Fisioterapeuta - membro

VI-Lídia de Barba- Técnica em enfermagem- membro

VII-João Paulo Garcia - Diretor Geral de Compras e Licitações- membro

VIII-Sandra Aparecida Scudella - Assistente Social - membro

IX-Alda Carmem Severgnini - Técnico em Contabilidade - membro

X- Rafael Pertussatti - Técnico em Informática - membro

XI-Katia Ramos de Amaral - Secretária de Assistência Social - membro

XII-Neimar Cassol - Agente Administrativo - membro

Parágrafo único. Na ausência do Presidente fica indicado o vice-presidente para substituí-lo.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização das festividades alusivas AO 23º aniversário do Município.

Art. 3º A comissão terá a competência de requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias à consecução do objetivo proposto, mediante autorização do Chefe do Executivo.

Parágrafo único - A Comissão fica responsável pela correta aplicação dos recursos e de efetuar a devida prestação de contas, de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º Às pessoas a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração pelos serviços prestados.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 08 de janeiro de 2015.

JONES EMANUEL MARASCHIN

Prefeito Municipal em exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 012 DE 08 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 012 DE 08 DE JANEIRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, o Servidor Público Municipal abaixo nominado ocupante do Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, a partir de 08 de janeiro de 2015.

Nome Cargo

Gilberto de Oliveira Dir. Geral de Agricultura e Meio Ambiente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 08 de janeiro de 2015.

JONES EMANUEL MARASCHIN

Prefeito Municipal em exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 011 DE 08 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº. 011 DE 08 DE JANEIRO DE 2015.

EXONERA À PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal Vanessa Caroline Ecker, ocupante do Cargo de Nutricionista, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a

partir de 05 de janeiro de 2015, conforme requerimento protocolado sob nº 826 do dia 08/01/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 08 de janeiro de 2015.

JONES EMANUEL MARASCHIN

Prefeito Municipal em exercício

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 2/2015 (SEQUÊNCIA: 8)

ESTADO DE SANTA CATARINA		CONCORRÊNCIA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS		Nr.: 217/2014 - CC		
CNPJ:	83.754.044/0001-34	Processo Administrativo:	217/2014	
Rua Coronel Vidal Ramos, 860		Processo de Licitação:	217/2014	
C.E.P.:	89520-000 - Curitibanos - SC			
		Data do Processo:	07/08/2014	

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Esta Concorrência tem por objeto a delegação, em caráter de exclusividade, de Concessão do Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Curitibanos.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 2/2015 (Sequência: 8)

Ao(s) 9 de Janeiro de 2015, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 070814, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 217/2014, Licitação nº 217/2014 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE APRESENTAÇÃO DE RECURSOS QUANDO A DECISÃO DA CPL, O PROCESSO É ENCAMINHADO PARA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA HOMOLOGAÇÃO.

Participante: 335314 - AUTO VIAÇÃO CURITIBANOS LTDA									
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário		Preço Total	
1	Concessão do Serviço de Transporte Público Coletivo	UN	1,00		0,0000	2,65	2,65		
	Urbano de Passageiros do Município de Curitibanos,								
	conforme edital e anexos.								
				Total do Participante		----->	2,65		
				Total Geral -----		>	2,65		

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

	Curitibanos, 9	de Janeiro de 2015
COMISSÃO:		
DIEGO SEBEM WORDELL	-	- Presidente da Comissão de Licitação
DANIELA RINALDI	-	- SECRETÁRIA
MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO	-	- 1º MEMBRO
CRISTINA MELO MENEGOTTO	-	- 2º MEMBRO
DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA	-	- 3º MEMBRO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014 HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos

Edital de Concurso Público Nº 002/2014

HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito de Curitibanos homologa e torna pública a lista definitiva de candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Concurso Público Nº 002/2014.

As prova serão realizadas no Município de Curitibanos, no dia 08 de fevereiro de 2015, nos seguintes Horários e Locais:

Nome do Cargo	Horário da Prova	Local da Prova
Coveiro (Masculino)	09:00	1 - Núcleo Municipal Prof. Teresa Lemos Preto
Médico Pediatra	09:00	1 - Núcleo Municipal Prof. Teresa Lemos Preto
Motorista II	09:00	1 - Núcleo Municipal Prof. Teresa Lemos Preto
Motorista III	09:00	1 - Núcleo Municipal Prof. Teresa Lemos Preto
Operador de Motoniveladora	09:00	1 - Núcleo Municipal Prof. Teresa Lemos Preto
Operador de Retroescavadeira	09:00	1 - Núcleo Municipal Prof. Teresa Lemos Preto
Professor Informática	09:00	1 - Núcleo Municipal Prof. Teresa Lemos Preto
Servente de Obras (Masculino)	09:00	1 - Núcleo Municipal Prof. Teresa Lemos Preto
Técnico Enfermagem	09:00	1 - Núcleo Municipal Prof. Teresa Lemos Preto
Técnico Enfermagem (SAMU)	09:00	1 - Núcleo Municipal Prof. Teresa Lemos Preto
Terapeuta Ocupacional (CAPS)	09:00	1 - Núcleo Municipal Prof. Teresa Lemos Preto

As prova práticas serão realizadas no Município de Curitibanos, no dia 08 de fevereiro de 2015, nos seguintes Horários e Locais:

Nome do Cargo	Horário da Prova	Local da Prova prática
Motorista II	13:00	2 - Secretaria de Educação (Antigo Cesec)
Motorista III	13:00	2 - Secretaria de Educação (Antigo Cesec)
Operador de Motoniveladora	13:00	3 - Secretaria de Obras
Operador de Retroescavadeira	13:00	3 - Secretaria de Obras
Servente de Obras (Masculino)	13:00	3 - Secretaria de Obras

Endereço do Colégio e das Secretarias Municipais:

Nº do Local	Nome do Colégio	Endereço
1	Núcleo Municipal Prof. Teresa Lemos Preto	Av. Salomão Carneiro de Almeida, Nº 1.675 – Bairro Nossa Senhora Aparecida
2	Secretaria Municipal de Educação	Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427, Bairro São José
3	Secretaria Municipal de Obras	Rua Benjamin Constante, 395, Centro

Rol de Inscritos

CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (REGIME ESTATUTÁRIO)

001 – Coveiro – 01 vaga

<i>Número da Inscrição</i>	<i>Nome do Candidato</i>
48	JEFFERSON LUIZ CARVALHO
Total = 01	

CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (REGIME ESTATUTÁRIO)

002 – Motorista II – 01 vaga

<i>Número da Inscrição</i>	<i>Nome do Candidato</i>
05	JACIR PEREIRA DOS SANTOS
31	ELIDIO MAGAGNIN
41	MARCOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS
51	SERGIO JOSE VIEIRA
68	EDINEI ANTUNES DE CAMPOS
82	VALDEMAR FERREIRA
125	NASIR CASTRO DOS SANTOS
132	HORTENCIO ORTIZ FERREIRA
133	CLAUDEMIR DOUGLAS DOS SANTOS
137	MARCIO SEBASTIAO DE SOUZA
142	ALMIR GONCALVES
143	PAULO SERGIO ORTIZ XAVIER
148	JOSE LEAL
Total = 13	

003 – Operador de Motoniveladora – 01 vaga

<i>Número da Inscrição</i>	<i>Nome do Candidato</i>
4	SEBASTIAO VIDOMAR PADILHA DOS SANTOS
8	ROBSON POSANSKI
26	JOSE LUIS MARCONDES DE LIMA
53	EDSON CARLOS MELO
54	ALSSIS RIBEIRO
65	ANDERSON POTRIKUS
90	JAIR DA SILVA MACHADO
91	ARISTIDES FERREIRA
Total = 08	

004 – Operador de Retroescavadeira – 01 vaga

<i>Número da Inscrição</i>	<i>Nome do Candidato</i>
30	HENRIQUE DE OLIVEIRA FOGAÇA
56	JOSE ANTONIO COHLS
62	EDUARDO GONCALVES DA ROSA
78	NELSON ZANOTTO
Total = 04	

005 – Servente de Obras (Masculino) – 01 vaga

<i>Número da Inscrição</i>	<i>Nome do Candidato</i>
09	ADRIANO ANDRE DE LIMA
17	MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA
24	CLAIR GONCALVES DE OLIVEIRA
27	ORIDES DE OLIVEIRA LIMA
59	SEBASTIAO DA SILVA
63	JOSE TADEU COUTO
100	DAVI PEREIRA DE LIMA
111	VANDERLEI ALVES LEODORO
Total = 08	

CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (REGIME ESTATUTÁRIO)**006 – Médico Pediatra – 01 vaga**

<i>Número da Inscrição</i>	<i>Nome do Candidato</i>
147	RAFAELLA CARVALHO MAGALHAES SANTOS
Total = 01	

007 – Técnico de Enfermagem – 01 vaga

<i>Número da Inscrição</i>	<i>Nome do Candidato</i>
01	ALESSANDRA DOS SANTOS RIBEIRO DE SOUZA
02	ANDRESSA MONTEIRO PROENÇA
03	TERESINHA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS
06	PAMELA FRANTIELY FERNANDES
14	LUCIMARA FERRAREZI
18	TATIANA RODRIGUES FERREIRA
19	ELIZETE DA SILVA RIBEIRO
21	ANA MARIA BELOTO

28	DANIELA KARINA DA SILVA
32	MARIELLE BARBOSA
33	MEIRE HELEN FERNANDES DORNELES
34	TATIANA FERREIRA LECIM
35	CRISTINA DAS GRAÇAS SANTOS RODRIGUES
37	JENNYFER CRISTINE FARIAS BORGES
39	TERESINHA FATIMA DE SOUZA FERREIRA
40	LUCIMARA APARECIDA NUNES BELOTTO
42	LINDAMAR FREITAS COUTO DE OLIVEIRA
43	MARCIA DAIANA DE CHAVES
45	LUIS CARLOS MATOS
46	SONIA SALETE ROSA
47	ANITA CARVALHO
50	MARCIA APARECIDA DE LIMA ALVES
52	JAQUELINE DOS SANTOS ALVES
55	TERESINHA APARECIDA DE SOUZ
57	JOSOEL BORBA DA SILVA
58	MARILICE APARECIDA ROSA GARCIA
60	MARINA FATIMA MANDELLI
66	ANNA PAULA ORTIZ
67	KARILENE RIBEIRO DO PRADO
69	ROSELI TEREZINHA PETROLI
70	ROSANE ALBANO PEREIRA
71	ADRIANA OLIVEIRA
72	JAQUELAINE FARIAS DOS SANTOS
73	ROSANGELA ORTIZ XAVIER
74	SANDRO PALHANO FERREIRA
76	ROSANE PALHANO FERREIRA
79	FABIANA JULIANA APARECIDA DIAS GONCALVES
80	SIRLEI APARECIDA DA ROSA FABRICIO
81	ANELIZE FUCKS ORTIZ
83	ANA PAULA LECIM
85	ANDREIA DOS SANTOS FERREIRA
87	LAIS SIQUEIRA
88	MARIA APARECIDA DA SILVA
89	GESSIA SANTOS DE OLIVEIRA
92	PAULA SILVA FRANÇA
93	ELIANE APARECIDA FERNANDES
94	LILIAN CRISTINA RIGHES MAGAGNIN
97	ELVIRA ANDREA APARECIDA GOMES
98	DANIELA GOMES
99	CLAUDETE FATIMA DE SOUZA
101	CLEUSELI VIEIRA GATNER
102	NADIR TERTULIANO
103	ISABELA CAROLINE XAVIER
106	JANAINA LEISMANN DE LIMA
110	MONICA REGINA DUARTE RODRIGUES
114	ANA CLAUDIA DE PAULA
115	FABIO PEREIRA DE SOUZA
116	TAMARA RODRIGUES

117	ANGELA MARIA DE SOUZA
118	AMANDA SUZI QUAESNER BARBOSA
119	SONIA APARECIDA MATOS
121	EDNILCE APARECIDA DOS SANTOS PRANDI
122	CAMILA ROSA
123	ELIZABETH GLONIKA PEREIRA
124	RICARDO ALBERTO ANTUNES
126	DAIANE NEVES
128	FERNANDA NOGUEIRA FERNANDES
129	DAIANE GLONIKA STOLL
134	NADIR APARECIDA FOGACA ALMEIDA
135	SUZETE APARECIDA DE ALMEIDA
136	ALESSANDRA KOEKE
138	ELIANE FATIMA FERRARI
139	ADRIANGELA AYRES MACANEIRO ALMEIDA
140	LINESIA FATIMA BANASZEWSKI
141	AMELIA FRANCISCA ORTIZ
144	ANA MARIA GOETTEN
146	EDIANES DO AMARAL DE AZEVEDO
150	VERGINIA WOLLINGER STEFEN
152	DENISE CRISTINA PELLE
Total = 79	

008 – Técnico de Enfermagem (Samu) – 01 vaga

<i>Número da Inscrição</i>	<i>Nome do Candidato</i>
23	JOAO RODRIGUES GONCALVES
29	ROMILDO RODRIGUES
36	RODRIGO WELLINGTON MOTTER
38	FERNANDA LAZZARINI
44	HELIO TADEU LIZ DOS SANTOS
49	LUIS CARLOS TRINDADE DE OLIVEIRA
61	LUCIANE APARECIDA RIBEIRO GRASSI
64	JESSICA APARECIDA BERNARDI
84	ROSEMERI DOS SANTOS FERNEDA
86	GESSE PACHECO FONSECA VIEIRA
95	TAYAN DE PAULA GASPARIN RIBEIRO
104	ADRIANA DE ALMEIDA
107	SERGIO DE OLIVEIRA
108	FERNANDO DE MATIAS
109	OLIVIA APARECIDA DE SOUZA LIMA ORTIZ
120	MAURICIO RICARDO LOPES
130	FRANCIS PAULO ALVES
149	DANIEL LOURENCO
151	BRUNA DO PRADO
153	JULIANO RODRIGUES BORGES
155	EDSON ALVES RAMOS
157	JOSE GUILHERME RIBEIRO CHAVES
Total = 22	

009 – Terapeuta Ocupacional (CAPS) – 01 vaga

<i>Número da Inscrição</i>	<i>Nome do Candidato</i>
127	THAYSE DELFES DE JESUS
145	ELISANA BRANCO
Total = 02	

CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (REGIME ESTATUTÁRIO)**010 – Professor de Informática – 01 vaga**

<i>Número da Inscrição</i>	<i>Nome do Candidato</i>
77	FRANCO FOSCARINI
131	GABRIEL TRAUTMANN TOSI
Total = 02	

004 – Motorista III – 01 vaga

<i>Número da Inscrição</i>	<i>Nome do Candidato</i>
07	CELSO MACIEL DE SOUZA
10	MAICON FRANCA DE ALMEIDA
11	ELISEU DA ROSA
12	MARCOS ROGERIO CORREIA DE OLIVEIRA
13	SALETE APARECIDA PIRES
15	ALMIRANTE CORDEIRO LEAO
16	JOSE GILBERTO MARTIN JUNIOR
20	ADEMIR MACIEL DE SOUZA
22	LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS
25	JOAO MARIA BARBOSA DOS SANTOS
75	CLAIR ROSSDEUTSCHER
96	SERGIO ANTONIO ARAUJO
105	EDSON ADÃO JUSTINO DOS SANTOS
112	JOAO VALDEZIR MORAIS
113	JONIL FRANÇA ROCHA
154	FABIO RIBEIRO DE ANDRADE
156	EVANIR DE SOUZA
Total = 17	

Curitiba-SC, 07 de janeiro de 2015.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para registro de preços destinados a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA QUE SERÃO UTILIZADOS PELOS POLICIAIS QUE ATUAM NO GRUPO PPT. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 26/01/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 26/01/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 09 de Janeiro de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS PMDC 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 002/2014.

Errata de valor e nº do Contrato

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira

Contratado: Irineu Tressoldi Cia Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para realização de transporte de pacientes encaminhados pelo Fundo Municipal de Saúde para tratamento de saúde fora do Município. Origem: Processo 003/2014 Modalidade: Pregão: 003/2014 PMDC. Aditivo: Vigência: 01/01/2015 à 31/12/2015. onde se lê Valor R\$ 156.750,00. o correto é valor R\$ 222.750,00 - Dionísio Cerqueira 30/12/2014
João Stahl - Gestor do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 004/2012.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira

Contratado: Valdir Antônio Scalco.

Objeto Locação de imóvel para instalação da secretaria da saúde e Departamento de vigilância e Farmácia básica. Valor R\$ 21,180,00 Origem: DL 005/2012 FMS Vigência: 01/01/15 à 31/12/2015.
Dionísio Cerqueira 30/12/2014
João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 003/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira

Contratado: Terezinha Irene Cazuni

Objeto Locação de casa em alvenaria para funcionamento do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).. Valor R\$ 13.200,00 Origem: DL 007/2014 FMS Vigência: 01/01/15 à 31/12/2015.

Dionísio Cerqueira 30/12/2014

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 001/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: ITMS do Brasil Ltda.

Objeto Prestação dos serviços de monitorização eletrocardiográfica e comodato de equipamentos médicos. Origem: IL 001/2014 R\$ 9.183,60- Vigência: 30/12/2013 à 31/12/2013.

Dionísio Cerqueira 30/12/2014.

Deliziane L. dos Santos - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 006/2014.

Errata de valor de contrato

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira

Contratado: Reunidas Turismo S/A

Objeto: Aquisição de passagens de ônibus destinado a pacientes com tratamento de saúde especializado fora do domicílio. Origem: Processo 006/2014 Modalidade: Pregão: 006/2014 PMDC. Aditivo: Vigência: 01/01/2015 à 31/12/2015. onde se lê Valor R\$ 99.300,00 o correto é R\$ 96.572,00 - Dionísio Cerqueira 30/12/2014
João Stahl - Gestor do FMS

CONVOCAÇÃO CONCURSO

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar 4.253/2013 e Lei 4.263/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso para emprego Público, Edital de 02/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

NUTRICIONISTA NASF

EDINA MARIA STURM SERAFINI

Dionísio Cerqueira - SC, 22 de dezembro de 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO CONCURSO

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso Público Edital de 01/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

MONITORES DE CRECHE

Joseane Ramalho

Ivanilde L. Mees Liesenfeld

Taliani Silveira Marczinski

Dionísio Cerqueira -SC, 05 de janeiro de 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO CONCURSO

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar 4.254/2013 e Lei 4.300/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Teste Seletivo Edital de 01/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

ENFERMEIRA PADRÃO ASSISTENCIAL

Jussara Fátima Rech

Dionísio Cerqueira -SC, 15 de dezembro de 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO ESCOLHA DE VAGAS EDITAL PS 003/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Marilene de Mello Chitolina, vem por meio deste, CONVOCAR aos interessados, inscritos e aprovados no Processo Seletivo nº 003/2014, para a realização da 2ª CHAMADA para a escolha de vagas, a qual se dará conforme abaixo:

A escolha de vagas acontecerá:

- Dia 15 de janeiro de 2015 (quinta-feira);

- Às 8h na Sala da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira-SC, localizada na Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, para os Professores de Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Dionísio Cerqueira-SC, 09 de janeiro de 2015.

MARILENE DE MELLO CHITOLINA

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura

RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Errata de publicação -Correção de valores

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 124/2014, Objeto: Aquisição de moveis, equipamentos eletrônicos e aparelhos eletrodomésticos, e materiais de informática para as Escolas Municipais. Vencedores: L.M Móveis Ltda, Valor R\$ 30.261,50 Bianchini Móveis Ltda. Valor R\$ 30.895,00- Elisabete P. Salla Valor R\$ 80.986,20 -Dionísio Cerqueira 23/12/2014.

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação IL nº 131/2014, Objeto: Aquisição de cadernos pedagógicos e jornais de produção técnico-científica exclusiva para serem utilizados nas escolas em trabalhos pedagógicos com os alunos da rede Municipal de ensino. Vencedor: Editora Uma Luz no Fim do Túnel - Valor R\$ 78.200,00.

Dionísio Cerqueira 31/12/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO - CHAMAMENTO 0001/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 0001/2015 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, torna público para conhecimento de todos os interessados, que receberá, junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Fraiburgo, inscrições para novos fornecedores e atualização dos já existentes, conforme previsto no art. 34, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações. Informações através do telefone: (49) 3256-3039/3023. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 08 de janeiro de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0093/2015

PORTARIA Nº 0093, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0062/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora HELENA SILVA FRIGOTTO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 737.641.249-20, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0094/2015

PORTARIA Nº 0094, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0061/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do servidor ACIR RIBEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 201.869.919-91, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL

MAGISTÉRIO, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0095/2015

PORTARIA Nº 0095, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 003/2015 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CRISTIANE PRUNNER, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 938.396.349-20, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de janeiro de 2015 até 11 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0096/2015

PORTARIA Nº 0096, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0091/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALINE JISSELA ROSA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 020.080.589-48, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0097/2015

PORTARIA Nº 0097, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0072/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DENELIZE APARECIDA MATTEUCCI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 067.531.719-32, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA INGLESA, com carga horária de 12 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0098/2015

PORTARIA Nº 0098, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0069/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NARCISO PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 055.020.499-73, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, com carga horária de 22 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0099/2015

PORTARIA Nº 0099, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0070/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLEUSA ALVES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.160.749-25, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, com carga horária de 31 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0100/2015

PORTARIA Nº 0100, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0071/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARITANA LUCIMÉIA PASQUALIN GHELLER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 754.642.769-04, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, com carga horária de 36 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0101/2015

PORTARIA Nº 0101, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0065/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 27 horas semanais o servidor FREDERICO IDALCIR COLOMBELLI, que foi cedido para Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VERA LUCIA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 004.965.279-67, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0102/2015

PORTARIA Nº 0102, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0065/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 13 horas semanais o servidor FREDERICO IDALCIR COLOMBELLI, que foi cedido para Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DONIZETE APARECIDA MEIRELLES, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 799.794.679-91, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0103/2015

PORTARIA Nº 0103, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0067/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PATRICIA APARECIDA GUEDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.330.479-97, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 13 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0104/2015

PORTARIA Nº 0104, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0073/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GELSON CARLOS RODRIGUES LOPES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 023.172.729-10, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - FILOSOFIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0105/2015

PORTARIA Nº 0105, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0074/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PAULO ROBERTO RAMPON CENDRON, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 010.057.889-60, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - FILOSOFIA, com carga horária de 24 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0106/2015

PORTARIA Nº 0106, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0081/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 28 horas semanais a servidora SIRLEI DE FÁTIMA CRUZ DOS PASSOS, que assumiu a direção da EMEF Eurico Pinz;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVETE CORREA MAXIMILIANO KOENE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 633.118.529-15, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0107/2015

PORTARIA Nº 0107, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0082/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JUSSARA GONÇALVES SEÍSL SOLANHA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 043.313.359-76, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0108/2015

PORTARIA Nº 0108, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de JOSÉ CICERO FERREIRA DE CARVALHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 134.335.714-49, contratado em caráter temporário na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

CONTRATO 06/2015

CONTRATO Nº 06/20154

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA.

SESEG SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA

Por este instrumento particular de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, as partes adiante qualificadas têm ajustado e contratado segundo as cláusulas e condições a seguir aduzidas.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no MF, sob o CNPJ nº 01.616.039/0001-09, com sede administrativa na Rua Adolfo Solleti, 750, FREI ROGÉRIO - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON.

CONTRATADA: SESEG SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no MF, sob o CNPJ nº 09.651.273/0001-70, estabelecida na Av. Salomão Carneiro de Almeida, 788 - Centro na cidade de Curitiba - SC, por seu representante legal senhor, SELVINO ANTONIO NADAL JUNIOR, CPF nº 008.945.189-92.

1- OBJETO:

1.1 - O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETIVO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS À SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO DOS EMPREGADOS DA CONTRATANTE, A SEREM PRESTADOS PELA CONTRATADA, CONSISTENTES NA IMPLEMENTAÇÃO DOS SEGUINTE TRABALHOS: PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS - PPR (CF. NR-9 DA PORTARIA 3.214/78, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM EMPREGO), LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (CF. NR-15 E 16 DA PORTARIA 3.214/78 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM EMPREGO), IMPLANTAÇÃO DAS FICHAS DE EPIS, ORDENS DE SERVIÇO DE SEGURANÇA (CF. PORTARIA 3.214/78 E NR-1, ITEM 1.7, LETRA B), IMPLANTAÇÃO DA CIPA, PPP (PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO) SERÁ IMPLANTADO PARA TODOS OS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA CONFORME DETERMINA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSS / DC Nº 99/2003, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL) CONFORME DETERMINA A NORMA REGULAMENTADORA Nº 7, 160 (cento e sessenta) EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, PERIÓDICOS, ADMISSIONAIS, DEMISSIONAIS, RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO CONFORME DETERMINA A NORMA REGULAMENTADORA Nº 7, 15 (quinze) EXAMES AUDIOMÉTRICOS, , , 3 (três) PALESTRAS OU TREINAMENTO, SENDO UM PARA A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, SOBRE O USO DOS EPIS E PREVENÇÃO DE ACIDENTES, UM CURSO DE 20 HORAS - CIPA E UM CURSO SOBRE PREVENÇÃO DE ACIDENTES PARA OS SERVIDORES DA SAÚDE.

2 - CONDIÇÕES ESPECIAIS:

2.1 - os serviços objeto deste contrato serão prestados pela CONTRATADA, à CONTRATANTE, nas dependências da contratante e nos escritórios da contratada;

2.2 - a execução dos serviços, quanto ao tempo e forma, será feita de comum acordo entre as partes contratantes, segundo o que exigem as normas legais que prevêm.

3 - PREÇO DOS SERVIÇOS/PAGAMENTO:

3.1 - pela prestação dos serviços relacionados no OBJETO, deste, a CONTRATANTE pagará, à CONTRATADA, o valor de R\$ 7.980,00

(Sete mil e novecentos e oitenta reais), dividido em 10 parcelas mensais de R\$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais) cada uma e serão efetuados até a 10º dia do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a emissão e entrega da nota fiscal e boleto bancário correspondente, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

4 - VIGÊNCIA

4.1 - o presente contrato terá sua vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2015, e somente será renovado com a manifestação por escrito das partes.

5 - RESCISÃO:

5.1 - A ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 78, da Lei nº 8.666/93 ensejará na rescisão do presente Contrato, observando-se:

5.1.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.1.2 - Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

5.1.3 - Em caso de inadimplemento de obrigações aqui pactuadas, por qualquer uma das partes, o presente será rescindido ou suspenso.

5.1.4 - A CONTRATADA, reconhece os direitos do MUNICÍPIO em caso de rescisão, na forma do art. 55, IX, c/c art. 77, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

6.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do(s) recurso(s) orçamentário(s) e financeiro(s) garantidos no orçamento vigente.

6.1.1- Órgão 02 - Chefia do Executivo

Unidade 02 - Secretaria de Administração e Finanças.

Projeto Atividade 2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0110

Código Reduzido - 15

6.1.2- Órgão 02 - Chefia do Executivo

Unidade 04 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Projeto Atividade 2.015 - Manutenção da Educação Básica.

Elemento:

3.3.90.00.00.00.00.0186

Código Reduzido - 42

14.1.3 - Órgão 02 - Chefia do Executivo

Unidade 06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto Atividade 2.074 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0110

Código Reduzido - 135

7 - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

7.2 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1 - efetuar o pagamento ajustado, e

7.2.1 - dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

7.3 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

7.3.1 - prestar os serviços na forma ajustada;

7.3.2 - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

7.3.3 - manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.4 - apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do

Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

8 - CASOS OMISSOS

8.1 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

9 - FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de CURITIBANOS- SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Frei Rogério-SC 05 de janeiro de 2015
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
Contratante

SESEG SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA.
Contratada

Testemunhas:

1) Genesio Rinaldi
384 587 809 68

2)

CONTRATO 07/2015

CONTRATO Nº 007/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE, POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM:
O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO E A EMPRESA
FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Administrativa na Rua Adolfo Soletti, 750, Centro na cidade de Frei Rogério-SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01 616 039 0001 09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, doravante identificado apenas como CONTRATANTE; e de outro lado a empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua da Consolação, 317, Bairro Matinho, na cidade de Xanxerê (SC), inscrição no CNPJ/MF nº 07.753.029/0001-93, neste ato representa pelo sócio gerente senhor PAULO CELSO DE QUADROS FERREIRA, doravante identificada apenas como CONTRATADA; ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam, na forma estabelecida, tudo de acordo com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS OBJETIVOS DO CONTRATO:

1.1. O presente Contrato tem por objeto:

1.1.1. A locação de SOFTWARE de informática, denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, contemplando a disponibilização do Módulo "Controle Interno";

1.1.2. A prestação de serviços técnicos especializados de adequação, instalação, suporte e treinamento operacional do SISTEMA locado, conforme cronograma anexo, ou de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. A execução do presente instrumento contratual dar-se-á sob a forma de contratação direta.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA:

3.1. O presente contrato tem a vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2015, podendo ser aditivado por mais 12 meses, por interesse das partes, sempre nas mesmas condições.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1. O Município pagará o valor total de R\$ 3.018,00 (três mil e dezoito reais) que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 251,50 (duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos) vencíveis sempre no dia 10 do mês imediatamente posterior ao de referência, mediante a apresentação da nota fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. Para cobrir as despesas do item I da CLÁUSULA QUARTA, fica a contabilidade autorizada à efetuar o empenhamento prévio na seguinte dotação orçamentária da legislação vigente:

5.1. Órgão 02 - Chefia do Executivo

Unidade 02 - Secretaria de Administração e Finanças

Projeto atividade 2.007 - manutenção do controle interno

3.3.90.00.00.00.0110

Código reduzido 19

CLÁUSULA SEXTA - DA LICITAÇÃO:

6.1. Conforme preceitua o artigo 24 da Lei 8.666/93, atualizada, este contrato fica dispensado do processo licitatório por não atingir o limite mínimo exigível.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1. Pela supervisão, gerência e controle de utilização dos SISTEMAS, incluindo:

7.1.1. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos SISTEMAS;

7.1.2. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha das máquinas; e

7.1.3. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização dos equipamentos da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. Caberá à CONTRATADA:

8.1.1. Instalar os SISTEMAS objeto deste Contrato e treinar pessoal da CONTRATANTE na utilização dos mesmos.

8.1.2. Prestar suporte por telefone, fax, ou Internet, durante a vigência contratual.

8.1.3. Manter informado o técnico da CONTRATANTE encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhes as informações necessárias.

8.1.4. Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos SISTEMAS, causadas por problemas originados das fontes dos seus programas.

8.1.5. Tratar como confidenciais as informações e dados contidos nos SISTEMAS da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante a terceiros.

CLÁUSULA NONA - DO TREINAMENTO:

9.1. A didática do treinamento de utilização do software ao usuário ficará à critério da CONTRATADA, devendo ser observados as seguintes condições básicas:

9.1.2. O MUNICÍPIO apresentará à CONTRATADA a relação de usuários diretos do Software, a serem treinados, sendo que não mais de dois representantes de cada uma das unidades interessadas.

9.1.3. O MUNICÍPIO apresentará à CONTRATADA a relação de responsáveis indiretos, cujo objetivo será de dar suporte direto

do local de execução dos serviços públicos, sendo que não mais de dois representantes de cada uma das unidades interessadas.

9.1.4. Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA poderá realizar o treinamento, em uma única etapa, sem obrigações de repetição, sempre comprovadamente com relatório circunstanciado do treinamento.

9.1.5. O treinamento constará de apresentação geral dos SISTEMAS, acompanhamento de toda a documentação ao nível de usuário.

9.1.6. O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios, sua respectiva análise e finalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO:

10.1. Entendida manutenção como a obrigação da CONTRATADA manter os SISTEMAS de acordo com as especificações a seguir:

10.1.1. Corrigir eventuais falhas dos SISTEMAS, desde que originados por erro ou defeito dos mesmos, transferindo versões e correções via internet.

10.1.2. Alterações de SISTEMAS em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação, desde que tais mudanças não influenciem na estrutura básica dos SISTEMAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DOS SISTEMAS:

11.1. As alterações dos SISTEMAS, não cobertas pela manutenção; entendendo-se por alterações:

11.1.1. Mudanças de qualquer natureza em programas já definidos e elaborados para atender as necessidades do MUNICÍPIO após a aceitação do termo de implantação.

11.1.2. Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE para atender suas necessidades legais ou operacionais.

11.1.3. Alterações dos SISTEMAS em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica dos mesmos.

11.1.4. Auxílio na recuperação dos SISTEMAS em possíveis problemas originados por erros de operação, queda de energia, falha dos equipamentos, desde que não existam backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança.

11.1.5. Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização dos SISTEMAS, em função da substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos e outras ocorrências pertinentes.

11.1.6. Assessoria, consultoria ou elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos SISTEMAS após a implantação e utilização de cada uma das rotinas dos SISTEMAS.

11.1.7. Substituição dos sistemas por versões mais atualizadas, em função do aprimoramento técnico e/ou operacional.

11.2. As solicitações de manutenções ou alterações nos programas, serão enviadas pela CONTRATANTE, através de pessoa ou área responsável, à CONTRATADA em seu domicílio, via fax, correio eletrônico (E-mail), acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução dos serviços, a CONTRATADA repassará o programa alterado em sua forma executável, via Internet, para os endereços pactuados da CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários dos SISTEMAS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MIGRAÇÃO DOS DADOS:

12.1. A migração dos SISTEMAS existentes para o sistema objeto deste contrato, será mediante arquivos em formato texto gerados pela CONTRATANTE, após a assinatura deste Instrumento contratual, desde que necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

13.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tornadas expressamente em Termo Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer

parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO:

14.1. A ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 78, da Lei nº 8.666/93 ensejará na rescisão do presente Contrato, observando-se:

14.1.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.2. Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

14.1.3. Em caso de inadimplemento de obrigações aqui pactuadas, por qualquer uma das partes, o presente será rescindido ou suspenso.

14.1.4. A CONTRATADA, reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão, na forma do art. 55, IX, c/c art. 77, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de CURITIBANOS-SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda do presente.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, em (4) quatro vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Frei Rogério, 05 de janeiro de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Contratada

Testemunhas:

Genesio Rinaldi

CPF: 384 587 809 68

2) alguém ai da empresa

CONTRATO 08/2015

CONTRATO PARTICULAR DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS Nº 08/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, através Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Adolfo Soletti, n.º 750, centro, na cidade de FREI ROGÉRIO - SC, inscrito no CNPJ n.º 01 616 039 0001 09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 569 572 629 87, doravante denominado simplesmente contratante e do outro lado a empresa INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA, estabelecida a Rua Fernando Ferrari, 35, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Joaçaba - SC. inscrita no CNPJ Nº 00.867.301/0002-06 e inscrição estadual, isenta doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela Senhora ANA CRISTINA LINCK, CIC. Nº 774.833.599-00, Gerente Administrativa, ajustam entre si o presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objetivo a locação e manutenção de software e assessoria técnica de sistemas concedida por parte da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES COMERCIAIS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Os sistemas cobertos por este contrato, o preço e as condições de pagamento devidas pela CONTRATANTE estão relacionados no anexo 1. A inclusão ou exclusão de sistemas a serem cobertos por este contrato serão feitos pela substituição do citado anexo.

2.2 - O presente contrato tem seu valor expresso em Real.

CLÁUSULA TERCEIRA - ENCARGOS DA CONTRATADA

3.1 - Cabe a Contratada, além de manter atualizada a versão do Sistema, esclarecer as suas alterações, mantendo-o em pleno funcionamento, dentro das características da concessão.

3.1.1 - Corrigir eventuais defeitos nos programas em uso.

3.1.2 - Alterar os Sistemas, quando solicitado pelo usuário, para adaptação a normas legais.

3.1.3 - Esclarecer se consultada por via telefônica, carta, memorando, telex, modem, Internet, etc. dúvidas de operação do Sistema, excluindo os problemas relacionados com operação de equipamento ou dos utilitários quando a Contratante deverá recorrer a empresa vendedora.

3.1.4 - A responsabilidade da Contratada estará limitada ao complemento das obrigações aqui assumidas com a Contratante não lhe cabendo qualquer outra inclusive por perdas e danos ou lucros cessantes cujas causas possam ser atribuídas direta ou indiretamente à utilização do sistema.

CLÁUSULA QUARTA - ENCARGOS DA CONTRATANTE

4.1 - Efetuar os pagamentos, conforme cláusula 2ª, na apresentação, pela contratada, da nota fiscal de prestação de serviços correspondente e respectiva fatura e duplicata, mais despesas de viagens, estadias, descritos no anexo I deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - MUDANÇA DE CONFIGURAÇÃO OU DO EQUIPAMENTO

5.1 - A modificação do equipamento ou de sua configuração não obriga a Contratada a fornecer novo sistema, que poderá ser efetuado mediante prévio acordo.

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA

6.1. - O presente contrato terá duração de doze meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado, se nenhuma das partes se manifestarem contrário com antecedência mínima de 30 dias da data do vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

7.1 - O presente contrato poderá ser rescindido com 30 dias de antecedência mínima por ambas as partes, em ambos os casos a contratada fará jus a sua remuneração pelos serviços já realizados.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta dos recursos financeiros conforme dotações classificadas e codificadas descritas abaixo:

8. 1.1 - Órgão 03 - Fundos Municipais

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade 2.076 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0153

Código Reduzido - 2

CLÁUSULA NONA - FORO

9.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, fica eleito o foro da cidade de Curitiba Estado de Santa Catarina.

E por assim terem ajustados, assinam as partes o presente instrumento em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo:

Frei Rogério-SC, 05 de janeiro de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

Contratada

Testemunha Testemunha

Genésio Rinaldi

ALINE

CPF: 384 58 7 809 68

ANEXO I

SISTEMA (S) COBERTO (S) PELO CONTRATO

GEMUS - GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

MÓDULOS:

1.1 - GEMUCAD - Gestão Municipal de Cadastro de Pacientes (CNS)

1.2 - GEMUEST - Gestão Municipal de Controle de Estoque (PADRÃO ANVISA)

1.3 - AGEND- Agendamento de Consultas

1.4 - GEMUPRON - Prontuário Eletrônico

1.5 - GEMUPAM - Gestão Municipal de Produção Ambulatorial

1.6 - GEMUEXA - Gestão Municipal de Exames

1.7 - GEMUVAC - Controle de Vacinas

1.8 - GEMUBEN - Gestão Municipal de Benefícios

1.9 - GEMUTRAN - Gestão Municipal de Transportes

1.10 - GEMUODON- Odontologia

1.11 - GEMUCON - Gestão Municipal de Consulta Geral

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1.1 - O valor do presente contrato é de R\$ 6.732,00 (seis mil setecentos e trinta e dois reais) que serão pagos em 12 parcelas mensais de R\$ 561,00 (quinhentos e sessenta e um reais) e serão efetuados até o 10º (décimo) dia do mês subsequente a prestação dos serviços, mais o valor de R\$ 100,00 (cem reais) de deslocamento diário para atendimento na sede do Município, se for o caso.

Obs. Na implantação do sistema não será cobrado o treinamento, somente o valor da diária.

1.2 - O presente contrato terá reajuste anual baseado no IGPM/FGV, ou qualquer outro índice que o substitua.

Frei Rogério-SC, 05 de janeiro de 2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratante

INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

Contratada

Testemunha Testemunha

Genésio Rinaldi

ALINE

CPF: 384 58 7 809 68

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 008/2015; DL nº. 001/2015; Contratada: Geraldo Soares de Moraes; CPF: 507.310.509-59; Objeto: Locação de imóvel no bairro Campo D'una para funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social, conforme orientações do Estado de Santa Catarina. O imóvel fica situado na Rua Geral do Ouvidor, bairro Campo D'una.; Valor Total: R\$ 19.796,77 (dezenove mil setecentos e noventa e seis reais e setenta e sete centavos). Data da Assinatura: 12/01/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PE096/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 096/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia industrial para lavagem de roupa hospitalar, com o fornecimento de todos os insumos necessários para a execução dos serviços. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 17h00min do dia 27/01/2015. A sessão pública será realizada a partir das 17h10min do dia 27/01/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 14 de janeiro de 2015.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR001/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2015

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando o Registro de Preço pelo período de 12 meses para aquisição de areia de aterro, para uso da Secretária de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a

Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 28/01/2015.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 28/01/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 14 de janeiro de 2015.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 005/2015

DECRETO N.º 005, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, O BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 1.860 de 23 de dezembro de 2014, e considerando a prescrição normativa descrita no Decreto-Lei n.º 3.365/41, de 21 de junho de 1.941.

DECRETA,

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, de bem imóvel de domínio ou posse do Senhor JOSÉ RICARDO DOS SANTOS, brasileiro, portador da carteira de identidade n.º 7057073079/SS-P-RS, emissão da SSP/RS 29/01/1991, inscrito no CPF/MF sob nº 636.622.999-68, residente e domiciliado na Rua Prof. Antonio José Botelho, s/n, bairro Centro, Município e Comarca de Garopaba, assim especificado:

I - Cadastro imobiliário nº 01.05.001.6096.001(15785) da Prefeitura Municipal de Garopaba/SC: UM TERRENO urbano situado no Centro, neste município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, tem acesso por uma servidão que encontra-se à 50m(-cinquenta metros) da rua Prof. Antonio José Botelho. Sua forma é retangular é delimitada pela construção da residência e muros de alvenaria; sua topografia é considerada como plana, com as seguintes medidas confrontações: lado norte (Frente) extremado com terras de Nelson Hermógenes dos Santos, numa extensão de 17,89m (dezessete metros e oitenta e nove décimos); lado leste (Lateral) extremado com terras de Arlindo Marques Gonçalves, numa extensão de 7,14m(sete metros e quatorze décimos); lado oeste (Lateral) extremado com terras da Prefeitura de Garopaba; numa extensão de 6,43(seis metros e quarenta e três décimos); lado Sul (fundos) extremado com terras da Prefeitura de Garopaba, numa extensão de 19,65m(dezenove metros e sessenta e cinco décimos). Que perfazem um perímetro de 50,22m (cinquenta metros e vinte e dois décimos), gerando uma área total de 116,00m² (cento e dezesseis metros quadrados), conforme coordenadas UTM demonstradas em projeto e quadro anexo;

QUADRO DE DIMENSÕES

PONTO	ÂNGULO INTERNO	DISTÂNCIA	COORDENADAS UTM
01	75°	19,65m	734248.8944 , 6897572.9523
02	89°	7,14m	734230.5948 , 6897579.9727
03	91°	17,89m	734234.6228 , 6897586.0340

04	105°	6,43m	734251.3313 , 6897579.6536
----	------	-------	-------------------------------

Art. 2º. A declaração de Utilidade Pública objetiva a desapropriação do imóvel referido no artigo anterior, destina-se à ampliação do espaço pertencente ao Município de Garopaba destinado a construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA, em consonância com o permissivo legal disposto na alínea "m", do art. 5º, do Decreto-Lei n.º 3.365/41.

Art. 3º. A Municipalidade disporá, nos termos do art. 10, do Decreto-Lei n. 3.365/41, do prazo de 05 (cinco) anos, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado, ficando a Assessoria Jurídica do Município autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, as medidas necessárias para desapropriação prevista na presente Lei, assim como as medidas necessárias a transferência do referido imóvel.

Art. 4º. O valor da indenização estabelecida na presente Lei é de R\$ 59.292,24 (cinquenta e nove mil, duzentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos), decorrente de avaliação elaborada por Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis, instituída através da Portaria n.º 132/2014.

Art. 5º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas às disposições em contrário

Garopaba, 09 de janeiro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/01/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 031/2015.

PORTARIA N.º 031, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.
DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, o Servidor MARCOS ALEXANDRE DE CAMPOS, Diretor Administrativo de Tesouraria, CPF n.º 007.436.769-20, para responder interinamente e com ônus, pelas atribuições do cargo de SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 12/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de janeiro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/01/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 036/2015.

PORTARIA N.º 036, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, GERALDO LAUDELINO DE SENNA FILHO, CPF n.º 343.234.069-91, do cargo de BIOQUÍMICO, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 01/01/2015.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2015.

Garopaba, 09 de janeiro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12 /01/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 037/2015.

PORTARIA N.º 037, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, BENEVAL MANOEL PONCIANO, CPF n.º 432.918.729-91, do cargo de MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 01/01/2015.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2015.

Garopaba, 09 de janeiro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/ 01/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Governador Celso Ramos**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 04/2015**

PORTARIA Nº 04/2015

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 13, inciso III, alínea "a", do regimento interno, e considerando os termos da Lei Municipal nº 439 de 10 Junho de 2005 e demais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor IVO JOÃO SIQUEIRA NETO, brasileiro, CPF 009.622.379/06, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR JURÍDICO da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 06 de Janeiro 2015.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
1º Secretário

PORTARIA Nº 05/2015

PORTARIA Nº 005/2015

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do regimento interno, e considerando os termos da Lei Municipal nº 816 de 01 abril de 2013 alterada pela lei 918/2013, e demais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor RAFAEL VANDO COSTA, brasileiro, CPF 032.371.119/70, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR ADMINISTRATIVO DA MESA DIRETORA, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo.

Art. 2º - Vencimentos correspondentes ao nível CC2 definido pela lei Municipal nº 816 de 01.04.2013 e suas alterações conforme lei 918/2013.

Art. 3º - Esta portaria entra vigor na data de publicação.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 07 de Janeiro 2015.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
1º Secretário

SAMAE**PORTARIA Nº 001/2015**

PORTARIA Nº 001/2015

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Prorrogar o Contrato nº 001/2014, por mais 1 (um) ano, conforme Processo Seletivo nº 001/2013 o Sr.: ELIO DENI FERNANDES para o Cargo de AUXILIAR DE OPERAÇÕES do SAMAE.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 08 de Janeiro de 2015.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

PORTARIA Nº 002/2015

PORTARIA Nº 002/2015

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Prorrogar o Contrato nº 002/2014, por mais 1 (um) ano, conforme Processo Seletivo nº 001/2013 o Sr.: ERDINANDO COELHO para o Cargo de AUXILIAR DE OPERAÇÕES do SAMAE.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 08 de Janeiro de 2015.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

PORTARIA Nº 003/2015

PORTARIA Nº 003/2015

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Prorrogar o Contrato nº 003/2014, por mais 1 (um) ano, conforme Processo Seletivo nº 001/2013 o Sr.: EDUARDO OSMAR REINALDO para o Cargo de ENCANADOR do SAMAE.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 08 de Janeiro de 2015.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

Guaraciaba**PREFEITURA****EDITAL CONCURSO PUBLICO 01.2015**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA CONTRATAÇÃO/ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA.

O Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEZHINI, no uso de suas atribuições, com base nas Leis Municipais nº 1.940/06 de 27 de novembro de 2006, nº 1.645/01 de 27 de dezembro de 2001, nº 2764/2014 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, torna público aos interessados, que estarão abertas as inscrições para CONCURSO PÚBLICO destinado para contratação/admissão, de servidores para o quadro da administração direta do município, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS**1.1. Disposições preliminares:**

1.1.1. O presente Edital do CONCURSO PÚBLICO é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.1.2. O CONCURSO PÚBLICO será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO do Município de Guaraciaba - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao CONCURSO PÚBLICO serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no CONCURSO PÚBLICO implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1. do edital e demais determinações referentes ao CONCURSO PÚBLICO para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.6. O presente CONCURSO PÚBLICO é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.1.7. São condições para participação no presente CONCURSO PÚBLICO:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).
- b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do CONCURSO PÚBLICO.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.2 Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimen- to R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Professor II Nível I (Artes)	*CR	R\$ 1.235,75	20h/ semanais	Formação superior especifica na área de Artes.	Objetiva
Professor II Nível I (Educação Física)	*CR	R\$ 1.235,75	20h/ semanais	Formação superior especifica na área de Educação Física.	Objetiva
Professor Nível I (Séries Iniciais)	*CR	R\$ 1.235,75	20h/ semanais	Formação superior especifica com habilitação em Séries Iniciais.	Objetiva
Nutricio- nista	01	R\$ 972,00	20h/ semanais	Diploma de conclusão de ensino superior em Nutrição e registro no órgão de classe da profissão	Objetiva
Engenheiro Agrônomo	*CR	R\$ 3.674,86	40h/ sema- nais	Diploma de conclusão de ensino superior em Agro- nomia e registro no órgão de classe da profissão	Objetiva
Assistente Administra- tivo	*CR	R\$ 1.107,94	40h/ sema- nais	Porta- dor de Diploma de Conclusão do Ensino Médio	Objetiva

Telefonista	*CR	R\$ 823,50	40h/ sema- nais	Porta- dor de diploma de conclusão do Ensino Fundamen- tal	Objetiva
Serviços Gerais (Masculino – serviços braçais)	*CR	R\$ 789,50	40h Semanais	Alfabeti- zado	Objetiva
Pedreiro/ Carpinteiro	*CR	R\$ 1.902,14	40h Semanais	Alfabeti- zado	Objetiva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site www.ameosc.org.br no período das 08h00min do dia 12/01/2015 às 23h59min do dia 10/02/2015.

2.2. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.

b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição.

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

e) Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento até as 23h59min do dia 11/02/2015.

2.2.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado equipamento com acesso à Internet na biblioteca pública municipal, localizada junto ao Centro de Múltiplo Uso Armando Domingos Montagna ao lado da Prefeitura de Guaraciaba - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

2.2.2. O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo que o candidato é o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.3. A Prefeitura de Guaraciaba - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.4. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.4.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.2. A inscrição somente será confirmada mediante confirmação bancária da quitação do respectivo boleto de pagamento até a data do respectivo vencimento.

2.5. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.5.1. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fac-símile.

2.5.2. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.6. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço

que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/SC quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.7. O candidato poderá inscrever-se para apenas 01 cargo. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais RECENTE.

2.8. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, nos seguintes valores:

Valor R\$	Escolaridade
R\$ 180,00	Ensino Superior
R\$ 100,00	Ensino Médio
R\$ 60,00	Ensino Fundamental

2.9. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do CONCURSO PÚBLICO, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.10. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.10.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.10.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Considerando-se que o presente CONCURSO PÚBLICO destina-se também a cadastro de reserva, e não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, e que por lei são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição, deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Administração, sito à Rua Ademar Barros, 85, Centro de Guaraciaba em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Administração somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Guaraciaba/SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Secretaria Municipal de

Administração do Município de Guaraciaba, sito na Rua Ademar de Barros, 85, Centro do Município de Guaraciaba, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem do dia 10/02/2015.

3.3. A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. Da prova objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A prova objetiva será aplicada no dia 28/02/2015, às 09h, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua REINOLDO RITTER, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba - SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09hrs e término às 12hrs.

5.1.3. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, e terá a duração de 03hrs, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão- resposta e na 2ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de conhecimentos específicos, português e matemática.

5.1.4.2. A prova será composta de 35 (trinta e cinco) questões inéditas.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) - Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para os cargos de: Professores, Nutricionista, Engenheiro Agrônomo, Assistente Administrativo, Telefonista, Serviços Gerais e Pedreiro/Carpinteiro, especificados no item 1.2.1 deste edital, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto das Provas 1, 2 e 3.
1-Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00	5,00
2-Português	10	0,20	2,00	
3- Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,00 (cinco pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.3. Normas para a realização da PROVA OBJETIVA:

5.3.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.3.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.3.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.3.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do CONCURSO PÚBLICO.

5.3.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.3.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um ou dois cadernos de questões, um ou dois cartões resposta e um ou dois cartões identificação, de acordo com sua inscrição.

5.3.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Identificação, em local próprio, seu nome legível, cargo/função pleiteado e assinatura, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.3.4.2. O candidato deverá apor no Cartão Resposta as suas respostas por questão, PREENCHENDO POR COMPLETO O CAMPO QUE SE REFERE À QUESTÃO CORRETA, conforme a forma correta, exemplificada no cartão de identificação do candidato e na primeira folha do caderno de questões, para propiciar a correção com leitura ótica.

5.3.4.3. O Cartão Resposta não poderá conter assinatura do candidato, somente sua digital no verso do cartão, a qual será coletada durante a realização da prova pelos fiscais de sala.

5.3.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.3.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. AS PROVAS DE CADA CARGO SERÃO IDENTIFICADAS PELOS NÚMEROS 1, 2, 3 E 4 E É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A MARCAÇÃO CORRETA, SENDO QUE A NÃO MARCAÇÃO CORRETA INVALIDARÁ O CARTÃO RESPOSTA.

5.3.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):

- ■

5.3.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.3.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.3.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO.

5.3.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.3.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.3.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.3.13. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura óptica, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Câmara de Vereadores, sito à Rua Ademar de Barros nº 85, Centro, Guaraciaba - SC, às 09h30min do dia 03/03/2015, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão Identificação).

5.3.13.1. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença constando o horário de entrada e saída.

5.3.14. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.3.15. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.3.16. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.3.17. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.3.18. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta e o cartão identificação ao mesmo tempo.

5.3.18.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão apor no verso dos cartões respostas e cartões de identificação suas assinaturas.

5.3.18.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de

Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.3.18.3. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.3.18.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.3.18.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta e cartões identificação, separadamente, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.3.19. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.3.20. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.3.21. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.4. Materiais permitidos no local de prova:

5.4.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.4.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.4.3. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.5. É vedado durante a realização das provas:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.6. Poderá ser excluído do certame o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;

k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.6.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6. DO EMPATE NA NOTA FINAL

6.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

6.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste CONCURSO PÚBLICO na forma do disposto no parágrafo único do art.27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

6.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

6.4. Maior número de acertos na prova de Português;

6.5. Maior número de acertos na prova de Matemática;

6.6. Maior Idade;

6.8. Sorteio Público.

7. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

7.1. O gabarito preliminar será divulgado até às 18 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

7.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

8 - DOS RECURSOS

8.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;

b) na formulação das questões da prova objetiva;

c) no gabarito preliminar divulgado;

d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do CONCURSO PÚBLICO, para cada cargo/função.

8.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

8.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

8.4. Para a interposição dos mesmos o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.

b) Acessar a "Área do Candidato".

c) Clicar em "recursos e requerimentos".

d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

8.4.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

8.4.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido Cargo, independente de terem recorrido.

8.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do CONCURSO PÚBLICO.

8.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados por

fax, correio eletrônico, ou qualquer outra forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

8.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

8.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da Ameosc.

8.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

8.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da Ameosc é irrecorrível na esfera administrativa.

8.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo decreto de resultado final será publicada.

9. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

9.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

9.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- e) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

9.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

9.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC.

9.5. O presente CONCURSO PÚBLICO é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

9.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A aprovação no CONCURSO PÚBLICO não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC.

10.2. As publicações sobre o CONCURSO PÚBLICO serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Guaraciaba - SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

10.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

10.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao CONCURSO PÚBLICO em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, conforme a legislação vigente.

10.5. O Prefeito do Município de Guaraciaba - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o CONCURSO PÚBLICO mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos

candidatos nenhum direito a reclamações.

10.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente CONCURSO PÚBLICO é o da Comarca de São Miguel do Oeste (SC).

10.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I - Cronograma;

ANEXO II - Conteúdo Programático;

ANEXO III - Portaria que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO IV - Decreto que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

Guaraciaba (SC), 09 de Janeiro de 2015.

ROQUE LUIZ MENEHINI

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

Edina G. T. Spironello

OAB/SC 21448

Assessora Jurídica Ameosc

ANEXO I

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	09/01/2015	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Guaraciaba - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC.
Inscrições	12/01/2015 a 10/02/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	13/02/2015	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	14 à 17/02/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	20/02/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Publicação do Ensaio	25/02/2015	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas

Prova Objetiva	28/02/2015	A prova objetiva será realizada na Escola Municipal Padre Alfredo Kasper, sito na Rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba/SC - A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h. - O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. - A prova terá início às 09hrs e término às 12hrs
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	02/03/2015	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	03 e 04/03/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	03/03/2015	Às 09h30min, na Câmara de Vereadores, sito na rua Ademar de Barros, 85, Centro, Guaraciaba - SC
Publicação do Resultado Preliminar	04/03/2015	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC. A partir das 17 horas.
Prazo de recurso referente a Classificação Preliminar	05 a 06/03/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a Classificação Preliminar e Gabarito Preliminar	18/03/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	19/03/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas.
Publicação da Classificação/Resultado Final	20/03/2015	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC. A partir das 17 horas.

ANEXO II
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR
I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR SERIES INICIAIS:

LDB. Leis nº 5692/71 e 9.394/96. Alfabetização. Metodologia de ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Psicomotricidade. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Projeto Político Pedagógico do Município. Estatuto da Criança e do Adolescente.

PROFESSOR DE ARTES:

Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: artes e conteúdo específico. O significado da arte no processo de transformação do homem com os outros homens e com a natureza através do trabalho; Arte-educação como representação e organização do real; Educação Artística na formação da percepção e da sensibilidade do aluno. Pressupostos Metodológicos - Alfabetização Estética: leitura, conhecimento e trabalho artístico. Música: Elemento formal da expressão musical. Música: popular, erudita, folclórica. Teatro - O teatro na Educação. Elementos formais da representação cênica, texto, corpo e espaço cênico.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: ciências e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física.

Condicionamento físico, legislação, metodologia. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica. Fisiologia do esforço e socorros de urgência. Efeitos fisiológicos dos exercícios, regulação hormonal durante o exercício, controle cardiovascular durante o exercício, termorregulação e relação entre atividade física e doenças cardiovasculares e respiratórias. Recreação, ginástica e dança. Atividade lúdica. Jogos e técnicas de jogos infantis organizados. Desenvolvimento infantil. Psicomotricidade e atividades psicomotoras. Pedagogia do movimento na escola da primeira e da segunda infância. Práticas desportivas, modalidades e regamentos.

NUTRICIONISTA:

Políticas Públicas de Saúde: Bases de Estratégia da Saúde da Família (ESF); Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Controle Social em Saúde. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Código de ética do nutricionista. Educação Alimentar e Nutricional: Objetivos e possibilidades de ação; Guias alimentares; Promoção e educação em saúde; Alimentação saudável; Hábitos e práticas alimentares. Avaliação Nutricional de coletividades: Vigilância Nutricional - SISVAN; Métodos e técnicas de avaliação do estado nutricional e consumo alimentar de populações; Determinantes sócio-culturais do estado nutricional do consumo de alimentos. Nutrição básica: Conceitos e propriedades; Nutrientes (definição, função, digestão, absorção, metabolismo, interação, biodisponibilidade e fontes alimentares). Nutrição humana nos ciclos de vida: Avaliação Nutricional (critérios e métodos); DRI's - Recomendações nutricionais; Crianças (Pré-escolar e escolar); Adolescentes; Distúrbios do metabolismo (diabetes mellitus e obesidade); Distúrbios do trato digestório; Doenças cardiovasculares; Câncer; Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS); Doenças hepáticas.

ENGENHEIRO AGRONOMO:

Silvicultura e botânica. Pedologia. Administração e extensão rural. Defesa e combate a incêndios florestais. Entomologia e uso de agrotóxico. Cartografia e sistemas de informação geográfica. Implantação, gestão e administração de áreas protegidas. Caracterização dos principais ecossistemas e biomas do Estado de Santa Catarina. Recuperação de áreas degradadas. Recomposição florestal de áreas de recarga hídrica de matas ciliares. Poluição das águas, do Ar, do Solo, e Subsolo. Hidráulica, Agricultura irrigada e Drenagem. Topografia. Agrometeorologia. Manejo e conservação de solos e água. Agroecologia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS NÍVEL MÉDIO

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; encontros vocálicos e consonantais; Ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise Sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação dos pronomes oblíquos átonos; homônimos e parônimos.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º grau. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO:

Redação de Expedientes (Manual de Redação Oficial da Presidência da República); Noções de Administração Pública: Princípios da Administração Pública; Entidades Componentes; Constituição da República Federativa do Brasil: Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5.º ao Art. 17 da CF); Organização do Estado (Art. 18 ao Art. 43 da CF); Noções de Direito Administrativo: Organização Administrativa do Estado; Licitações (Lei Federal n.º 8.666/93); Informações gerais sobre informática e sistema operacional Windows. Microcomputadores, periféricos, dispositivos de armazenamento de dados, aplicativos, arquivos. Ícones, botões, caixas de diálogo, barra de rolagem. Windows Explorer (conceito e organização de arquivos: pastas/diretórios). Editor de texto Microsoft Word e Write do BrOffice. Planilhas de cálculo Microsoft Excel e Calc do BrOffice. Conceitos de Redes (Internet e Intranet, Internet Explorer 7, Mozilla Firefox, compartilhamento de arquivos e impressoras). Correio eletrônico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TELEFONISTA:

Relações humanas no trabalho. Atendimento ao público e ao telefone. Manuseio de listas telefônicas: listas de assinantes por nomes, listas de assinantes por ordem de endereço, lista classificada. Ligações Urbanas, interurbanas, nacionais: discagem via telefonista, classes de chamadas, tarifas, discagens diretas (DDD, DDI etc.). Termos técnicos em telecomunicações. Ética no exercício profissional. A imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura. Organização: conceitos, finalidade e utilidades. Manuais, regulamentos, normas. Noções de segurança e higiene do trabalho. Noções de Qualidade e aproveitamento racional do tempo e recursos. Princípios fundamentais da administração pública - Art. 37 da Constituição Federal da República de 1988 e suas alterações.

SERVIÇOS GERAIS:

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo; Boas Maneiras; Comportamento no ambiente de trabalho; Organização do local de trabalho; Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral; Serviços de capina em geral; Limpeza de vias públicas e praças municipais; Tarefas de construção; Instrumentos agrícolas; Serviços de lavoura; Aplicação de inseticidas e fungicidas; Lavagem de máquinas e veículos; Limpeza de peças e oficinas; Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação; Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral; Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios; Coleta de lixo e tipos de recipientes; Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade; Noções de segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros.

PEDREIRO/CARPINTEIRO:

Equipamentos e materiais utilizados na atividade. Execução de trabalhos de alvenaria e concretos. Diferentes processos de execução. Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos. Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção; normas de segurança; conceito de proteção e equipamentos de proteção. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de pedreiro. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de carpinteiro. Noções básicas de atendimento ao público.

ANEXO III**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015****PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE GUARACIABA****PORTARIA Nº 019/2015, DE 08 DE JANEIRO DE 2015**

ROQUE LUIZ MENECHINI, prefeito municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Graciele Mara Maldaner, Talita Guerini, Michele Kunzler e Adriana Omizzollo, brasileiros(as), servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital nº 001/2015.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaraciaba, 08 de janeiro de 2015.

ROQUE LUIZ MENECHINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO IV**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015****DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC****PORTARIA Nº 023/2015****DE 08 DE JANEIRO DE 2015**

ROQUE LUIZ MENECHINI, prefeito municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zanchettin e Edina Trema Spironello, brasileiros, representantes da AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº. 001/2015.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito

Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba, 08 de janeiro de 2015.

ROQUE LUIZ MENECHINI

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL PROCESSO SELETIVO 02.2015**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015****ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PARA ATUAR NAS MICRO ÁREAS 24 E 13 - CIDADE E INTERIOR EM VIRTUDE DE AFASTAMENTO DOS TITULARES DO CARGO.**

O Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENECHINI, no uso de suas atribuições, com base nas Leis Municipais nº 1.940/06 de 27 de novembro de 2006, nº 1.651/2002 de 09 de janeiro de 2002, nº 1.705/2002 de 11 de dezembro de 2002, nº 1.824/2005 de 25 de fevereiro de 2005 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, torna público aos interessados, que estarão abertas as inscrições para Processo Seletivo para preenchimento de vagas para admissão de Agente Comunitário de Saúde em caráter temporário, sob o Regime Celetista, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS**1.1. Disposições preliminares:**

1.1.1. O presente Edital do Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.1.2. O PROCESSO SELETIVO será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO do Município de Guaraciaba - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao PROCESSO SELETIVO serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no PROCESSO SELETIVO implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1. do edital e demais determinações referentes ao PROCESSO SELETIVO para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da

nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.6. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.1.7. São condições para participação no presente PROCESSO SELETIVO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do PROCESSO SELETIVO.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.2 Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento	Carga Horária	Habilitação
Agente Comunitário de Saúde (*micro área 24)	01	R\$ 1.014,00	40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão do Ensino Médio, domiciliado na área de atuação.
Agente Comunitário de Saúde (*micro área 13)	01	R\$ 1.014,00	40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão do Ensino Médio, domiciliado na área de atuação.

1.2.1.1. Localidades compreendidas na Micro área 24: Parte das Ruas: Do Comércio, 1º de Maio, 13 de Maio, Ademar de Barros, Presidente Vargas, General Osório, 13 de Outubro, Pedro Werlang, Cruz e Souza, Padre Bernardo Gemin, Cristóvão Colombo, Santos Dumont, Presidente Kennedy, Ermindo Anschau, Nossa Senhora de Fátima e Padre Feijó.

1.2.1.2. Localidades compreendidas na Micro área 13: Linha Olimpio e Linha São Luiz.

1.2.1.3. Conforme o Art. 6º, incisos I e II, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. Nos termos da lei Municipal 2728/2014 a habilitação exigida para o cargo é a conclusão do ensino médio.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site www.ameosc.org.br no período das 08h00min do dia 12/01/2015 às 23h59min do dia 10/02/2015.

2.2. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.

b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição.

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

e) Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento até as 23h59min do dia 11/02/2015.

2.2.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado equipamento com acesso à Internet na biblioteca pública municipal, localizada junto ao Centro de Múltiplo Uso Armando Domingos Montagna ao lado da Prefeitura de Guaraciaba - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

2.2.2. O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo que o candidato é o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.3. A Prefeitura de Guaraciaba - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.4. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.4.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.2. A inscrição somente será confirmada mediante confirmação bancária da quitação do respectivo boleto de pagamento até a data do respectivo vencimento.

2.5. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.5.1. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fac-símile.

2.5.2. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.6. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/SC quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.7. O candidato poderá inscrever-se para apenas 01 cargo. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais RECENTE.

2.8. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, nos seguintes valores:

Valor R\$	Escolaridade
R\$ 40,00	Ensino Médio

2.9. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do PROCESSO SELETIVO, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.10. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.10.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.10.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Em face do número limitado de vagas oferecidas neste Processo Seletivo não haverá reserva de vagas para os candidatos portadores de necessidades especiais.

3.2. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.3. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. Da prova objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A prova objetiva será aplicada no dia 28/02/2015, às 09h, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua REINOLDO RITTER, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba - SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09h e término às 11h30min.

5.1.3. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 02h30min, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão- resposta e na 2ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de conhecimentos específicos, português e matemática.

5.1.4.2. A prova será composta de 20 (vinte) questões inéditas.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) - Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para todos os cargos, especificados no item 1.2.1 deste edital, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1-Conhecimentos Específicos	12	0,60	7,20	3,00
2-Português	05	0,35	1,75	
3-Matemática	03	0,35	1,05	
TOTAL	20	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 3,00 (três pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.3. Normas para a realização da PROVA OBJETIVA:

5.3.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.3.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.3.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.3.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do PROCESSO SELETIVO.

5.3.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.3.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um ou dois cadernos de questões, um ou dois cartões resposta e um

ou dois cartões identificação, de acordo com sua inscrição.

5.3.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Identificação, em local próprio, seu nome legível, cargo/função pleiteado e assinatura, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.3.4.2. O candidato deverá apor no Cartão Resposta as suas respostas por questão, **PREENCHENDO POR COMPLETO O CAMPO QUE SE REFERE À QUESTÃO CORRETA**, conforme a forma correta, exemplificada no cartão de identificação do candidato e na primeira folha do caderno de questões, para propiciar a correção com leitura ótica.

5.3.4.3. O Cartão Resposta não poderá conter assinatura do candidato, somente sua digital no verso do cartão, a qual será coletada durante a realização da prova pelos fiscais de sala.

5.3.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.3.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. **AS PROVAS DE CADA CARGO SERÃO IDENTIFICADAS PELOS NÚMEROS 1, 2, 3 E 4 E É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A MARCAÇÃO CORRETA, SENDO QUE A NÃO MARCAÇÃO CORRETA INVALIDARÁ O CARTÃO RESPOSTA.**

5.3.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):

- ■

5.3.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.3.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.3.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO.

5.3.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.3.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.3.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.3.13. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura óptica, em **SESSÃO PÚBLICA** a ser realizada na Câmara de Vereadores, sito à Rua Ademar de Barros nº 85, Centro, Guaraciaba - SC, às 09h00min do dia 03/03/2015, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão Identificação).

5.3.13.1. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença constando o horário de entrada e saída.

5.3.14. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.3.15. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.3.16. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de

um fiscal.

5.3.17. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.3.18. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta e o cartão identificação ao mesmo tempo.

5.3.18.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO deverão apor no verso dos cartões respostas e cartões de identificação suas assinaturas.

5.3.18.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.3.18.3. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.3.18.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.3.18.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta e cartões identificação, separadamente, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.3.19. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.3.20. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.3.21. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.4. Materiais permitidos no local de prova:

5.4.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.4.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.4.3. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.5. É vedado durante a realização das provas:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.6. Poderá ser excluído do certame o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.6.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6. DO EMPATE NA NOTA FINAL

6.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

- 6.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste PROCESSO SELETIVO na forma do disposto no parágrafo único do art.27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- 6.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;
- 6.4. Maior número de acertos na prova de Português;
- 6.5. Maior número de acertos na prova de Matemática;
- 6.6. Maior Idade;
- 6.8. Sorteio Público.

7. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

7.1. O gabarito preliminar será divulgado até às 18 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

7.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

8 - DOS RECURSOS

8.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva;
- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do PROCESSO SELETIVO, para cada cargo/função.

8.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

8.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

8.4. Para a interposição dos mesmos o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos,
- b) Acessar a "Área do Candidato".
- c) Clicar em "recursos e requerimentos".
- d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.
- e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma

questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

8.4.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

8.4.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido Cargo, independente de terem recorrido.

8.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do PROCESSO SELETIVO.

8.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados por fax, correio eletrônico, ou qualquer outra forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

8.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

8.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da Ameosc.

8.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

8.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da Ameosc é irrecorrível na esfera administrativa.

8.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo decreto de resultado final será publicada.

9. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

9.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

9.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- e) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

9.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

9.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC.

9.5. O presente processo seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

9.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

9.7. Conforme o Art. 6º, incisos I e II, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. Nos termos da lei Municipal 2728/2014 a habilitação exigida para o cargo é a conclusão do ensino médio.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A aprovação no PROCESSO SELETIVO não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC.

10.2. As publicações sobre o PROCESSO SELETIVO serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Guaraciaba - SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

10.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

10.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao PROCESSO SELETIVO em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, conforme a legislação vigente.

10.5. O Prefeito do Município de Guaraciaba - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o PROCESSO SELETIVO mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

10.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente PROCESSO SELETIVO é o da Comarca de São Miguel do Oeste (SC).

10.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I - Cronograma;

ANEXO II - Conteúdo Programático;

ANEXO III - Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV - Portaria que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO V - Decreto que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

Guaraciaba (SC), 09 de Janeiro de 2015.

ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei
Edina G. T. Spironello
OAB/SC 21448
Assessora Jurídica Ameosc

ANEXO I
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015
CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	09/01/2015	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Guaraciaba - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC.
Inscrições	12/01/2015 a 10/02/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br

Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	13/02/2015	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	14 à 17/02/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	20/02/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Publicação do Ensaio	25/02/2015	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	28/02/2015	A prova objetiva será realizada na Escola Municipal Padre Alfredo Kasper, sito na Rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba/SC - A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h. - O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. - A prova terá início às 09h e término às 11h30min
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	02/03/2015	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	03 e 04/03/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	03/03/2015	Às 09h, na Câmara de Vereadores, sito na rua Ademar de Barros, 85, Centro, Guaraciaba - SC
Publicação do Resultado Preliminar	04/03/2015	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC. A partir das 17 horas.
Prazo de recurso referente a Classificação Preliminar	05 a 06/03/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br

Publicação do parecer dos recursos referente a Classificação Preliminar e Gabarito Preliminar	18/03/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	19/03/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas.
Publicação da Classificação/Resultado Final	20/03/2015	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

ANEXO II**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CARGOS DE NÍVEL MÉDIO****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de texto. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia: classes de palavras. Classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal. Fonética, semântica, análise sintática, figuras de linguagem em geral. Emprego dos "porquês". Homônimos e parônimos. As novas regras fazem parte deste Edital.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º grau. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:**

Lei Orgânica do Município. Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria GM nº 648/2006 - Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família - ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção Da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adultos e idoso. Aleitamento materno. Doenças transmissíveis: vetores, vias de transmissão, sintomas, cuidados e tratamento. O Agente comunitário inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: Tuberculose, Hipertensão,

Diabetes, DST/AIDS. Atenção à saúde da mulher, da criança e do recém-nascido (RN), do adolescente, do homem e do idoso. Normas de biossegurança. Humanização e ética na atenção à saúde. Doenças de notificação compulsória. Educação em saúde e acolhimento na Estratégia Saúde da Família. Atribuições do cargo/função. Noções Básicas de informática.

ANEXO III**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015****ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ACORDO COM A LEI FEDERAL 11.350/2006****AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:**

Tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade;

II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e

VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

ANEXO IV**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015****PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE GUARACIABA****PORTARIA Nº 020/2015**

De 08 de janeiro de 2015

ROQUE LUIZ MENECHINI, prefeito municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Graciele Mara Maldaner, Talita Guerini, Michele Kunzler e Adriana Omizzollo, brasileiros(as), servidores públicos municipais, residentes e domiciliadas no município, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO TESTE SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital nº 002/2015.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaraciaba, 08 de janeiro de 2015.

ROQUE LUIZ MENECHINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO V

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015
DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC
PORTARIA Nº 024/2015
De 08 de janeiro de 2015

ROQUE LUIZ MENEHINI, prefeito municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zanchettin e Edina Trema Spironello, brasileiros, representantes da AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO TESTE SELETIVO que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº. 002/2015.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba, 08 de janeiro de 2015.

ROQUE LUIZ MENEHINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 01.2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 01/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA
Contratada...: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA
Valor : 12.880,00 (doze mil oitocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE SERÁ UTILIZADO NOS VEÍCULOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, CONSELHO TUTELAR E, CRAS, SENDO ESTES UTILIZADOS PARA SERVIÇOS QUE SE FAZEM NECESSÁRIOS DURANTE O ANO DE 2015.

EXTRATO CONTRATO 01.2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 01/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA
Contratada...: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA
Valor : 127.640,00 (cento e vinte e sete mil seiscentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA E ÓLEO DIESEL) PARA VEÍCULOS UTILIZADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2015.

EXTRATO CONTRATO 01.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 01/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
Contratada...: POSTO BALBINOT LTDA
Valor : 810.900,00 (oitocentos e dez mil novecentos reais)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 132/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2015.

EXTRATO CONTRATO 02.2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 02/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA
Contratada...: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIR
Valor : 28.860,00 (vinte e oito mil oitocentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO

EXTRATO CONTRATO 02.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 02/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: AUTO POSTO BALBINOT LTDA

Valor : 125.120,00 (cento e vinte e cinco mil cento e vinte reais)

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 132/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO

DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2015.

EXTRATO CONTRATO 03.2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 03/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA

Contratada...: MARCIANE CARLA SCHULTZ

Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE ALMOÇO, BUFÊ

LIVRE, COM CARDÁPIO DIVERSIFICADO, SERVIDO EM ESTABELECIMENTO, DESTINADO A EQUIPE DE PROFISSIONAIS QUE EXERCE SUAS FUNÇÕES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE LINHA OURO VERDE, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC. ESTIMATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

EXTRATO CONTRATO 03.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 03/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA

Valor : 95.360,00 (noventa e cinco mil trezentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 132/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2015.

EXTRATO CONTRATO 04.2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 04/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA

Contratada...: REUNIDAS TURISMO S.A

Valor : 16.390,93 (dezesesseis mil trezentos e noventa reais)

e noventa e
três centavos)

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DESTINO FLORIANÓPOLIS

SC, CHAPECÓ SC, CURITIBA PR E SÃO PAULO SP, DESTINADO AOS

PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA COM TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO (TFD)

EXTRATO CONTRATO 04.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 04/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: Ass. Central de Desenv. das Microb. Hidrog. de Gba

Valor : 349.405,00 (trezentos e quarenta e nove mil quatrocentos e cinco reais)

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 133/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE 3500 HORAS DE TRATOR DE PNEUS

EQUIPADO COM ENSILADEIRA E CARRETÃO BASCULANTE, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA AUXILIAR A SECRETARIA DA AGRICULTURA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE SILAGEM, QUE SE FAZ NECESSÁRIO DEVIDO A GRANDE DEMANDA

POR ESTE TIPO DE SERVIÇO, PARA O ANO DE 2015.

EXTRATO CONTRATO 05.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 05/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: HELIO AUTO PECAS LTDA

Valor : 10.598,00 (dez mil quinhentos e noventa e oito reais)

Vigência : Início: 07/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 134/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS (CAIXA SATÉLITE, COROA PINHÃO, ROLAMENTO BERÇO E OUTROS), E SERVIÇOS PARA SUBSTITUIR PEÇAS DANIFICADAS NO CAMINHÃO MB 1513 PLACAS

LZR8937, UTILIZADO PARA PRESTAR SERVIÇOS NA PATRULHA AGRÍCOLA, PELA QUEBRA DE DENTES DO PINHÃO ACABOU AFETANDO DEMAIS PEÇAS DO SISTEMA DO DIFERENCIAL.

EXTRATO CONTRATO 06.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 06/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: EDITORA POSITIVO LTDA

Valor : 224.122,40 (duzentos e vinte e quatro mil cento

e vinte e
dois reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 09/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO APRENDE
BRASIL(ENSINO FUNDAMENTAL I(1º AO 5º ANO)E ENSINO
FUNDAMENTAL II(6º AO 9º ANO)) P/ 2015,CONTENDO LIVRO
DIDÁTICO INTEGRADO,PORTAL APRENDE BRASIL,ASSESSORIA
PEDAGÓGICA,SIMEB-SISTEMA DE MONITORAMENTO EDUCACIONAL
DO BRASIL E O HÁBIL-SISTEMA DE AVALIAÇÃO POSITIVO, SERÁ
PARA 698 ALUNOS- ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL.

HOMOLOGAÇÕES DE PROCESSOS NA DATA DE 05.01.2015 FMAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2015
PROCESSO Nº 1/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA (CELESC) DESTINADO AO CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL,PETI (PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, (CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA - ESTIMATIVO PARA O ANO DE 2015.

CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2015
PROCESSO Nº 2/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR , CRAS, PETI, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC - ESTIMATIVO PARA O ANO DE 2015.

CONTRATADO: OI S.A.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.500,00 (onze mil quinhentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2015
PROCESSO Nº 3/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA POTÁVEL ENCANADA (CASAN) DESTINADO AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS; PETI (PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL); CRAS (CENTRO DE REFERENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL), E SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC - ESTIMATIVO PARA O ANO DE 2015.

CONTRATADO: CASAN - COMP. CATAR. DE AGUAS E SANEAM.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.300,00 (dez mil trezentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014
PROCESSO Nº 27/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL QUE SERA UTILIZADO NOS VEICULOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, CONSELHO TUTELAR E, CRAS, SENDO ESTES UTILIZADOS PARA SERVIÇOS QUE SE FAZEM NECESSÁRIOS DURANTE O ANO DE 2015.

CONTRATADO: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.880,00 (doze mil oitocentos e oitenta reais)

HOMOLOGAÇÕES DE PROCESSOS NA DATA DE 05.01.2015 FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2015
PROCESSO Nº 1/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA (CELESC) DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA E DEMAIS ESFS (SECRETARIA DE SAÚDE E UNIDADES BÁSICAS) PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2015
PROCESSO Nº 2/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONE FIXO DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA E DEMAIS ESFS. ESTIMATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

CONTRATADO: OI S.A.
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2015
PROCESSO Nº 3/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA POTÁVEL (CASAN) DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA E DEMAIS ESFS PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

CONTRATADO: CASAN - COMP. CATAR. DE AGUAS E SANEAM.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2015
PROCESSO Nº 4/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DESTINO FLORIANÓPOLIS SC, CHAPECÓ SC, CURITIBA PR E SÃO PAULO SP, DESTINADO AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA COM TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO (TFD) EM OUTROS MUNICÍPIOS E ESTADOS PARA O ANO DE 2015.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.390,93 (dezesseis mil trezentos e noventa reais e noventa e três centavos)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

PROCESSO Nº 47/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA E ÓLEO DIESEL) PARA VEÍCULOS UTILIZADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2015.

CONTRATADO: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS GUARACIABA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 127.640,00 (cento e vinte e sete mil seiscentos e quarenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

PROCESSO Nº 48/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO

CONTRATADO: INOVADORA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIR

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.860,00 (vinte e oito mil oitocentos e sessenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

PROCESSO Nº 49/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
OBJETO: ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE ALMOÇO, BUFÊ LIVRE, COM CARDÁPIO DIVERSIFICADO, SERVIDO EM ESTABELECIMENTO, DESTINADO A EQUIPE DE PROFISSIONAIS QUE EXERCE SUAS FUNÇÕES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE LINHA OURO VERDE, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC. ESTIMATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

CONTRATADO: MARCIANE CARLA SCHULTZ

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

HOMOLOGAÇÕES DE PROCESSOS NA DATA DE 05.01.2015 PMGBA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2015

PROCESSO Nº 1/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do Município de Guaraciaba
- SC para o ano de 2015, em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 8.666/93.

CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 263.200,00 (duzentos e sessenta e três mil

e duzentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2015

PROCESSO Nº 2/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de fornecimento de água potável encanada, segundo previsão de gastos do Município de Guaraciaba - SC, para o exercício de 2015, em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 8.666/93.

CONTRATADO: CIA CATARINENSE AGUAS E SANEAM - CASAN

VALOR DA DESPESA: R\$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2015

PROCESSO Nº 3/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de telefonia fixa, segundo previsão de gastos do Município de Guaraciaba - SC, para o exercício de 2015, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93.

CONTRATADO: OI S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2014

PROCESSO Nº 167/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2015.

CONTRATADO: POSTO BALBINOT LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 810.900,00 (oitocentos e dez mil novecentos reais)

CONTRATADO: AUTO POSTO BALBINOT LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 125.120,00 (cento e vinte e cinco mil cento e vinte reais)

CONTRATADO: COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS GUARACIABA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 95.360,00 (noventa e cinco mil trezentos e sessenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2014

PROCESSO Nº 168/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 3500 HORAS DE TRATOR DE PNEUS EQUIPADO COM ENSILADEIRA E CARRETÃO BASCULANTE, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA AUXILIAR A SECRETARIA DA AGRICULTURA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE SILAGEM, QUE SE FAZ NECESSÁRIO DEVIDO A GRANDE DEMANDA POR ESTE TIPO DE SERVIÇO, PARA O ANO DE 2015.

CONTRATADO: Ass. Central de Desenv. das Microb. Hidrog. de Gba
 VALOR DA DESPESA: R\$ 349.405,00 (trezentos e quarenta e nove mil quatrocentos e cinco reais)

HOMOLOGAÇÕES DE PROCESSOS NA DATA DE 07.01.2015 PMGBA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2015
 PROCESSO Nº 1/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
 OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do Município de Guaraciaba - SC para o ano de 2015, em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 8.666/93.

CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 263.200,00 (duzentos e sessenta e três mil e duzentos reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2015
 PROCESSO Nº 2/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
 OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de fornecimento de água potável encanada, segundo previsão de gastos do Município de Guaraciaba - SC, para o exercício de 2015, em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 8.666/93.

CONTRATADO: CIA CATARINENSE AGUAS E SANEAM - CASAN
 VALOR DA DESPESA: R\$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2015
 PROCESSO Nº 3/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
 OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de telefonia fixa, segundo previsão de gastos do Município de Guaraciaba - SC, para o exercício de 2015, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93.

CONTRATADO: OI S.A.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2014
 PROCESSO Nº 167/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O

ANO DE 2015.

CONTRATADO: POSTO BALBINOT LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 810.900,00 (oitocentos e dez mil novecentos reais)

CONTRATADO: AUTO POSTO BALBINOT LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 125.120,00 (cento e vinte e cinco mil cento e vinte reais)

CONTRATADO: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 95.360,00 (noventa e cinco mil trezentos e sessenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2014
 PROCESSO Nº 168/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE 3500 HORAS DE TRATOR DE PNEUS EQUIPADO COM ENSILADEIRA E CARRETÃO BASCULANTE, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA AUXILIAR A SECRETARIA DA AGRICULTURA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE SILAGEM, QUE SE FAZ NECESSÁRIO DEVIDO A GRANDE DEMANDA POR ESTE TIPO DE SERVIÇO, PARA O ANO DE 2015.

CONTRATADO: Ass. Central de Desenv. das Microb. Hidrog. de Gba
 VALOR DA DESPESA: R\$ 349.405,00 (trezentos e quarenta e nove mil quatrocentos e cinco reais)

HOMOLOGAÇÕES DE PROCESSOS NA DATA DE 09.01.2015 PMGBA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2015
 PROCESSO Nº 10/2015 HOMOLOGAÇÃO: 09/01/2015
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL(ENSINO FUNDAMENTAL I(1º AO 5º ANO)E ENSINO FUNDAMENTAL II(6º AO 9º ANO)) P/ 2015,CONTENDO LIVRO DIDÁTICO INTEGRADO,PORTAL APRENDE BRASIL,ASSESSORIA PEDAGÓGICA,SIMEB-SISTEMA DE MONITORAMENTO EDUCACIONAL DO BRASIL E O HÁBIL-SISTEMA DE AVALIAÇÃO POSITIVO, SERÁ PARA 698 ALUNOS- ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL.

CONTRATADO: EDITORA POSITIVO LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 224.122,40 (duzentos e vinte e quatro mil cento e vinte e dois reais e quarenta centavos)
 FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO ADMINISTRATIVO 02 E 03

Decreto Administrativo nº. 002/2015.

Fixa o Valor das diárias, para o exercício de 2015, e adota outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em especial o Art. 3º da Lei Municipal 2.296/2013 de 09 de setembro de 2013:

R E S O L V E:

Art. 1º Os valores das diárias que tem como desígnio cobrir despesas de alimentação e pousada dos servidores públicos municipais, para o Exercício de 2015, fica acrescido um percentual de 3,6749, decorrente da variação do IGP-M, acumulada no Exercício de 2014, entre os meses de janeiro a dezembro, conforme Tabela de Valores, em anexo, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 02 de janeiro de 2015.
63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Administrativo 002/2015.

TABELA PARA BASE DE CÁLCULO QUE FIXA VALORES DAS DIÁRIAS EXERCÍCIO 2015

CARGOS	Distrito Federal	Capitais de Estados	Até 150 km	Acima de 150Km
Prefeito e Vice Prefeito	R\$ 663,38	R\$ 391,21	R\$ 101,95	R\$ 306,15
Secretários Municipais, Cargos Comissionados e de Confiança, Contador e Tesoureiro	R\$ 459,25	R\$ 238,11	R\$ 64,58	R\$ 153,03
Demais Funcionários	R\$ 289,14	R\$ 153,03	R\$ 47,59	R\$ 119,03

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 02 de janeiro de 2015.
63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Administrativo nº 003/2015.

Finda Turno único e contém outras providências.

José Carlos Foiatto, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, de acordo com o Inciso VII, Art. 63, Seção II da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990, e Art. 222 da Lei Municipal nº 1.048/91 de 11 de dezembro de 1991 (Estatuto Unificado dos Servidores Públicos Cíveis do Município):

D E C R E T A:

Art. 1º A partir de 12 de janeiro de 2015, finda o Turno Único adotado através do Decreto nº 0175/2014 de 25/10/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 07 de janeiro de 2015 - 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária de Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3387/2015

DECRETO Nº. 3.387/2015.

"FIXA DATA DE VENCIMENTO PARA PAGAMENTO DA TAXA DE ALVARÁ DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS DE OFÍCIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. O vencimento da Taxa de Alvará de Licença, Localização e Funcionamento, parcela única, referente ao exercício de 2015, será dia 27/02/2015.

Art. 2º. O Imposto Sobre Serviços - ISS de Ofício, referente ao exercício de 2015, terá o vencimento da 1ª parcela no dia 27/02/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de janeiro de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito

DECRETO Nº 3388/2015

DECRETO Nº 3.388/2015.

PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, PREVISTO NO EDITAL Nº. 001/2013/SMECE/HO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Edital nº 001/2013/SMECE/HO;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado até dia 03 de fevereiro de 2016, o prazo de validade do Processo Seletivo para contratação temporária, previsto pelo Edital nº. 001/2013/SMECE/HO.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 09 de janeiro de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito

LICITAÇÃO FRACASSADA CONCORRÊNCIA Nº 002/2014

Processo Licitatório nº 056/2014
Concorrência Pública nº 002/2014

Objeto: CONCESSÃO, conforme definido na Lei Federal nº 8.987, de 1995, e autorizado pelo art. 1º Lei Municipal nº 3007/2013 de

12 setembro de 2013, do serviço público de remoção, recolhimento e guarda de veículos automotores apreendidos em razão de infrações ao Código de Trânsito Brasileiro em pátio automatizado, conforme as especificações técnicas.

DESPACHO

Tendo em vista que a empresa participante do certame licitatório em epígrafe, não apresentou toda a documentação requerida no edital pela administração municipal, muito embora a comissão tenha concedido o prazo legal para regularização dos documentos de habilitação .

Declaro o Processo Licitatório nº 0056/2014, na modalidade de Concorrência nº 002/2014, como "Fracassado".

Determino aos setores competentes que sejam revistas as condições editalícias, em especial verificar os apontamentos do Ofício nº 919/2014/PJ/HER do MPSC, e que tomem-se as providências necessárias para novo processo Licitatório.

Publique-se
Registre-se
Cumpra-se.

Herval d'Oeste, 06 de janeiro de 2015.
Assinado no Original
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 053/2015

PORTARIA Nº 053/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 09 de janeiro de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora LEONICE MARIA GRAEF DE SOUZA (Matr. 3745), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 2, Referência "E", 20 horas semanais, Anexo XI da LC nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Janeiro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO 2738

DECRETO Nº 2738, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301- Atenção Básica

Programa: 1001 - Saúde com Qualidade

Atividade: 2039 - Manutenção das Atividades da Saúde

Modalidade de Aplicação: 31900000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0302 - Exer.Anterior Recursos Ordinários

Valor R\$ 5.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiam.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO 2739**DECRETO N.º 2739, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.*****“ESTABELECE CRONOGRAMA, FIXANDO DATAS PARA O DESEMBOLSO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2015 REFERENTE AOS CREDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”***

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições dos seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VII, XVI e XXIV, do art. 88, da Lei Orgânica do Município, e tendo presentes razões de conveniência e oportunidades públicas,

DECRETA:

Art. 1.º O presente decreto disciplina o cronograma de pagamentos para os credores municipais, de acordo com as disponibilidades financeiras.

Art. 2.º Fica estabelecido o cronograma de pagamentos, para os credores municipais de créditos resultantes de compras e de prestações, de serviços, conforme consta nos anexos I e II, que integra este decreto.

Art. 3.º Fica estabelecido que o pagamento para os credores municipais pessoa física resultante de prestações de serviços, será até o último dia útil do mês da prestação do serviço.

Art. 4.º Para o disposto neste decreto, o departamento de licitações e compras, deverá ajustar as datas dos pagamentos fixados em decorrência de processos licitatórios, de acordo com o cronograma aqui estabelecido.

Art. 5.º Este decreto obriga a todas as secretarias e demais órgãos públicos do município o cumprimento dos cronogramas estabelecidos, ressalvadas as citações especiais decorrentes de recursos conveniados ou transferidos que ficarão vinculadas às disponibilidades financeiras do mesmo convênio, ou a seu ingresso no município, bem como as respectivas contrapartidas, despesas com pessoal, diárias, adiantamentos, serviços de terceiros- pessoa física, amortização e encargos da dívida.

Art. 6.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02 de janeiro de 2015.

Art. 7.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETARIO DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

ANEXO I**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA COMPRAS E SERVIÇOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS**

O Município é obrigado a obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Para atender o art.5º da Lei Federal 8.666/96, as compras e serviços deverão seguir o cronograma conforme tabela abaixo, com observação das datas para o seu pagamento.

Nº	DATA DA LIQUIDAÇÃO DAS COMPRAS	MÊS PGTO	DATA DIA
01	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JANEIRO	JANEIRO	20
02	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE JANEIRO	FEVEREIRO	11
03	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE FEVEREIRO	FEVEREIRO	26
04	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 28 DE FEVEREIRO	MARÇO	10
05	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE MARÇO	MARÇO	24
06	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE MARÇO	ABRIL	14
07	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE ABRIL	ABRIL	23
08	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE ABRIL	MAIO	12
09	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE MAIO	MAIO	23
10	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE MAIO	JUNHO	11
11	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JUNHO	JUNHO	26
12	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE JUNHO	JULHO	09
13	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JULHO	JULHO	23
14	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE JULHO	AGOSTO	11
15	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE AGOSTO	AGOSTO	26
16	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE AGOSTO	SETEMBRO	11
17	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE SETEMBRO	SETEMBRO	24
18	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE SETEMBRO	OUTUBRO	08
19	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE OUTUBRO	OUTUBRO	23
20	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE OUTUBRO	NOVEMBRO	11
21	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE NOVEMBRO	NOVEMBRO	26
22	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE NOVEMBRO	DEZEMBRO	11
23	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 10 DE DEZEMBRO	DEZEMBRO	14

OBSERVAÇÃO: O servidor que não seguir as presentes instruções, será devidamente responsabilizado.

ANEXO II**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA COMPRAS E SERVIÇOS PREFEITURA MUNICIPAL**

O Município é obrigado a obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Para atender o art.5º da Lei Federal 8.666/96, as compras e serviços deverão seguir o cronograma conforme tabela abaixo, com observação das datas para o seu pagamento.

Nº	DATA DA LIQUIDAÇÃO DAS COMPRAS	MÊS PGTO	DATA DIA
01	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JANEIRO	JANEIRO	19
02	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE JANEIRO	FEVEREIRO	10
03	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE FEVEREIRO	FEVEREIRO	23
04	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 28 DE FEVEREIRO	MARÇO	11
05	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE MARÇO	MARÇO	25
06	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE MARÇO	ABRIL	13
07	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE ABRIL	ABRIL	24
08	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE ABRIL	MAIO	11
09	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE MAIO	MAIO	22
10	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE MAIO	JUNHO	10
11	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JUNHO	JUNHO	25
12	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE JUNHO	JULHO	10
13	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JULHO	JULHO	24
14	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE JULHO	AGOSTO	10
15	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE AGOSTO	AGOSTO	25
16	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE AGOSTO	SETEMBRO	10
17	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE SETEMBRO	SETEMBRO	25
18	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE SETEMBRO	OUTUBRO	09
19	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE OUTUBRO	OUTUBRO	23
20	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE OUTUBRO	NOVEMBRO	10
21	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE NOVEMBRO	NOVEMBRO	25
22	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE NOVEMBRO	DEZEMBRO	10
23	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 10 DE DEZEMBRO	DEZEMBRO	15

OBSERVAÇÃO: O servidor que não seguir as presentes instruções, será devidamente responsabilizado.

Ilhota**PREFEITURA****AVISO LICITAÇÃO PRG 003 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - MATERIAIS DE COPA E COZINHA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E GÁS ENGARRAFADO**

PROCESSO 003/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015 – MULTIENTIDADES

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Educação

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Esporte

Fundação Municipal Cultural

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO POR LOTE
OBJETO	Registro de Preço para aquisição de Materiais de Copa e Cozinha, Gêneros Alimentícios e Gás engarrafado, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 23/01/2015 às 09:00 hs (nove horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 23/01/2015 às 09:00 hs (nove horas), após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA
PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 12 de janeiro de 2015.

Imbituba**PREFEITURA****EXTRATO: PMI SETUR 2015/05 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETUR 2015/05 A00

Contratada: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA

C.N.P.J: 08.158.865/0001-32

Objeto: EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS DURANTE O 16º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO DE 16 Á 18 DE JANEIRO DE 2015 EM IMBITUBA/SC.

Valor: R\$ 11.700,00 Prazo: 31/01/2015

Fundamento: Processo nº. 180/2014 Pregão 108/2014

Imbituba, 07 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal Interino de Turismo

Contratante

Multiban Locações de Bens Móveis Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SETUR 2015/06 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETUR 2015/06 A00

Contratada: LIND GUIMAR MACHADO ME

C.N.P.J: 18.010.737/0001-50

Objeto: EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E GERADORES PARA OS SHOWS NACIONAIS E REGIONAIS DO 16º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO DE 16 Á 18 DE JANEIRO DE 2015 EM IMBITUBA/SC.

Valor: R\$ 40.500,00 Prazo: 31/03/2015

Fundamento: Processo nº. 179/2014 Pregão 107/2014

Imbituba, 08 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal Interino de Turismo

Contratante

Lind Guimar Machado Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SETUR 2015/08 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETUR 2015/08 A00

Contratada: ADONAI COBERTURA ESTRUTURAL E EVENTOS EIRELI EPP

C.N.P.J: 04.943.356/0001-10

Objeto: EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA SER UTILIZADA NO 16º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO DE 16 Á 18 DE JANEIRO DE 2015 EM IMBITUBA/SC.

Valor: R\$ 57.990,00 Prazo: 31/03/2015

Fundamento: Processo nº. 182/2014 Pregão 110/2014

Imbituba, 08 de janeiro de 2015.
Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal Interino de Turismo
Contratante

Adonai Cobertura Estrutural e Eventos Eireli Epp
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SETUR 2015/09 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SETUR 2015/09 A00
Contratada: ADONAI COBERTURA ESTRUTURAL E EVENTOS EIRELI EPP
C.N.P.J: 04.943.356/0001-10
Objeto: EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA A ÁREA GASTRONOMICA DO 16º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO DE 16 Á 18 DE JANEIRO DE 2015 EM IMBITUBA/SC.
Valor: R\$ 127.990,00 Prazo: 31/03/2015
Fundamento: Processo nº. 183/2014 Pregão 111/2014

Imbituba, 08 de janeiro de 2015.
Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal Interino de Turismo
Contratante

Adonai Cobertura Estrutural e Eventos Eireli Epp
Representante Legal
Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 23/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 23, de 08 de janeiro de 2015.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Joelma do Nascimento Ovídio	Servente Merendeira	024.133.409-80	09/01/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de janeiro de 2015.
Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 24/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 24, de 08 de janeiro de 2015.
Dispõe sobre a admissão de Instrutor de Dança, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Renan Castro da Silva	Instrutor de Dança	030.715.060-74	09/01/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de janeiro de 2015.
Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PUBLICAÇÃO DE COMUNICADO DE CONCORRÊNCIA 02/2014(SANEAMENTO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO
PROCESSO Nº 03/2014
CONCORRÊNCIA Nº 02/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba através do Fundo Municipal de Saneamento comunica, que devido a um erro identificado na planilha do Excel, houve alteração dos valores referente ao Item 1.1. da planilha de composição de custos para a planilha orçamentária I anexo III do edital de concorrência 02/2014 do Fundo Municipal de Saneamento.

Imbituba, 12 de janeiro de 2015
Dilson Petrassem Junior
Presidente da Comissão Especial de Licitações

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA Nº 01/2015 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 01/2015
DISPENSA Nº 01/2015

Objeto: Locação de imóvel para implantação do programa lapidar talentos.
Locador: Zinata Serviços Ltda Me.
Valor Mensal: R\$ 10.000,00
Prazo: 12 meses

Valor Total: 120.000,00
Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 12 de janeiro de 2015.
Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Interino Municipal de Esporte e Lazer

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA Nº 01/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO Nº 01/2015
DISPENSA Nº 01/2015

Objeto: locação de imóvel para instalação da unidade de saúde do bairro centro.

Locatário: João Pereira Barbosa.

Valor Mensal: R\$ 1.700,00 Prazo: 12 meses

Valor Total: R\$ 20.400,00

Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 12 de janeiro de 2015.
Daniel Vinício Arantes Neto
Secretario Interino Municipal de Saúde

PUBLICAÇÃO DE SORTEIO DA SUB COMISSÃO TÉCNICA DA CONCORRÊNCIA 15/2014(PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 170/2014
CONCORRÊNCIA Nº 15/2014
Sorteio da Subcomissão Técnica.

Comunicamos aos interessados que será realizado sorteio, de modo a formar a Subcomissão Técnica, atendendo o estabelecido no art. 10 da lei 12.232/2010. Os nomes que comporão o sorteio nos moldes dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 10 da lei 12.232/2010, são os seguintes: Ana Luiza Vargas, João Batista Coelho Junior, Licariane de Andrade Martins, João Floriano, Leonardo Fraga Teixeira e Emanuelle Querino Alves. Desta relação, serão sorteados 03 (três) integrantes para compor a Subcomissão Técnica, sendo que pelo menos 01 (um) deles não poderá manter nenhum vínculo, funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Prefeitura Municipal de Imbituba. Para os fins do cumprimento do disposto no § 5º do art. 10 da Lei 12.232/2010, até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar nomes participantes desta relação. A sessão pública, para sorteio dos integrantes da Subcomissão Técnica, acontecerá no dia 23/01/2015, às 13:30 horas, na sede da Diretoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Imbituba, na Ernani Cotrin, 601, Centro.

Imbituba, 09 de janeiro de 2015.
Milene Ribeiro da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

Iomerê

PREFEITURA

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO EM METAS MENSAL DE DESEMBOLSO – EXERCÍCIO 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)

EXERCÍCIO 2015						
ENTRADAS						
BIMESTRAL	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE
(+) METAS BIMESTRAIS DE ARRECADACÃO	2.309.502,00	2.212.048,00	2.256.504,00	2.256.504,00	2.256.504,00	2.256.504,00
(+) SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) SALDO BIM. ANTERIOR	0,00	346.330,68	302.445,36	302.445,36	302.445,36	302.445,36
(=) DISPONIBILIDADES (A)	2.309.502,00	2.558.378,68	2.558.849,36	2.558.849,36	2.558.849,36	2.558.849,36
SAÍDAS						
SEMESTRAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
DESPESAS CORRENTES	911.000,00	916.000,00	1.001.000,00	1.052.000,00	1.121.000,00	1.111.000,00
> Pessoal e Encargos Soc.	500.000,00	500.000,00	500.000,00	530.000,00	530.000,00	530.000,00
> Juros e Enc. Da Dívida	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
> Outras Despesas Corr.	410.000,00	415.000,00	500.000,00	521.000,00	590.000,00	580.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	63.104,66	73.066,66	87.266,66	115.666,66	116.666,66	129.866,66
> Investimentos	18.438,00	28.400,00	42.600,00	71.000,00	72.000,00	85.200,00
> Inversões Financeiras			0,00	0,00		
> Amortização da Dívida	44.666,66	44.666,66	44.666,66	44.666,66	44.666,66	44.666,66
TOTAL DAS DESPESAS	974.104,66	989.066,66	1.088.266,66	1.167.666,66	1.237.666,66	1.240.866,66
(=) EXIGIBILIDADES (B)	1.963.171,32		2.255.933,32		2.478.533,32	
SUPERÁVIT = (A - B)		346.330,68		302.445,36		80.416,04

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)

EXERCÍCIO 2015						
ENTRADAS						
BIMESTRAL	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE			
(+) METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO	2.298.604,00	2.275.504,00	2.663.532,00			
(+) SALDO BIMEST. ANTERIOR	80.416,04	26.886,72	125.557,40			
(=) DISPONIBILIDADES (A)	2.379.020,04	2.302.390,72	2.789.089,40			
SAÍDAS						
SEMESTRAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	1.101.000,00	1.111.000,00	1.021.000,00	1.031.000,00	1.071.000,00	1.564.156,00
> Pessoal e Encargos Soc.	530.000,00	530.000,00	530.000,00	530.000,00	530.000,00	1.036.781,00
> Juros e Enc. Da Dívida	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
> Outras Despesas Corr.	570.000,00	580.000,00	490.000,00	500.000,00	540.000,00	526.375,00
DESPESAS DE CAPITAL	88.366,66	51.766,66	58.866,66	65.966,66	73.066,70	58.866,70
> Investimentos	42.600,00	7.100,00	14.200,00	21.300,00	28.400,00	14.200,00
> Inversões Financeiras	1.100,00					
> Amortização da Dívida	44.666,66	44.666,66	44.666,66	44.666,66	44.666,70	44.666,70
TOTAL DAS DESPESAS	1.189.366,66	1.162.766,66	1.079.866,66	1.096.966,66	1.144.066,70	1.623.022,70
(=) EXIGIBILIDADES (B)		2.352.133,32		2.176.833,32		2.767.089,40
SUPERÁVIT = (A - B)		26.886,72		125.557,40		22.000,00

OBS- O superávit previsto não inclui a reserva de contingência e a suficiência financeira do exercício anterior.

IOMERÊ, SC 08 de Janeiro de 2015

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Sirlei Altenhofen
Cont.GRC/SC

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS DE ARRECAÇÃO EM METAS BIMESTRAIS - EXERCÍCIO 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE

IOMERÊ

UNIDADE:

MUNICÍPIO/CONSOLIDADO

METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO - EXERCÍCIO 2015 (ART. 13, DA LEI 101/2000)

DESCRIÇÃO	%	ORÇADO	%	1º BIMESTRE	%	2º BIMESTRE	%	3º BIMESTRE	%	4º BIMESTRE	%	5º BIMESTRE	%	6º BIMESTRE
RECEITAS ORÇAMENT.		14.015.694		2.309.502		2.212.048		2.256.504		2.298.604		2.275.504		2.663.532
RECEITAS CORRENTES		14.015.676,00		2.309.500,00		2.212.045,00		2.256.500,00		2.298.600,00		2.275.500,00		2.663.531,00
- RECEITA TRIBUTÁRIA	0	574.200,00		75.000,00		75.000,00		150.000,00		110.000,00		90.000,00		74.200,00
- RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0	71.500,00		11.900,00		11.900,00		11.900,00		11.900,00		11.900,00		12.000,00
- RECEITA PATRIMONIAL	0	75.655,00		12.600,00		12.600,00		12.600,00		12.600,00		12.600,00		12.655,00
- RECEITA AGROPECUÁRIA	0	1.100,00	0	-	0	500,00		-		600,00		-		-
RECEITA INDUSTRIAL	0	-		-		-		-		-		-		-
- RECEITA DE SERVIÇOS	0	20.900,00		3.000,00		3.500,00		4.000,00		4.500,00		4.000,00		1.900,00
- TRANSFERÊNCIAS COR.	0	13.224.776,00		2.200.000,00		2.100.000,00		2.070.000,00		2.150.000,00		2.150.000,00		2.554.776,00
- OUTRAS RECEITAS COR.	0	47.545,00		7.000,00	0	8.545,00		8.000,00		9.000,00		7.000,00		8.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		18,00		2,00		3,00		4,00		4,00		4,00		1,00
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	-		-		-		-		-		-		-
- ALIENAÇÃO DE BENS	0	-		-		-		-		-		-		-
- AMORTIZ. DE EMPRÉST.	0	-		-		-		-		-		-		-
- TRANSF. DE CAPITAL	0	18,00		2,00		3,00		4,00		4,00	0	4,00		1,00
TRANSF. FIN. DO MUN.	0			-		-		-		-		-		-
TOTAIS		14.015.694		2.309.502		2.212.048		2.256.504		2.298.604		2.275.504		2.663.532

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

SIRLEI CRISTINA ALTENHOFEN
CONTADORA CRC32379/O-4

Ipumirim**PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 23/01/2015, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 23/01/2015. Objeto da licitação: contratação de sistema pedagógico de ensino com treinamento de docentes, fornecimento de material didático pedagógico impresso e conteúdo digital para os alunos, professores e equipe de apoio pedagógico (coordenadores pedagógicos) do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, conforme especificações anexadas ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 09/01/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº02 - 2015**

Portaria Nº 2/2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Conceder a Servidora, SORAIA LOPES BINDER, Assessora Parlamentar, o gozo das férias pelo período de 12/01/2015 à 31/01/2015, de acordo com o artigo 101 da Lei Complementar nº 001/97, retornando as atividades normais em 01/02/2015, convertendo 1/3 em abono pecuniário.

Referente ao período aquisitivo de 13/05/2013 à 13/05/2014.

Gabinete da Presidência, em 08 de Janeiro de 2015.

Sandra Renate Piekarzewicz Maydl

Presidente da Mesa

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	735.226,80	0,00
Pessoal Ativo	735.226,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	735.226,80	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	735.226,80	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	22.493.861,03	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,27	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	1.349.631,66	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.282.150,08	
FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

IRINEOPOLIS, 09/01/2015

Cleusa Clarice de Lima
Presidente da Camara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	60.677,03	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	60.771,03	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	94,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-60.677,03	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	453,68	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.133,65	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00

FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

IRINEOPOLIS, 09/01/2015

Cleusa Clarice de Lima
Presidente da Camara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

IRINEOPOLIS, 09/01/2015

Cleusa Clarice de Lima
Presidente da Camara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

IRINEOPOLIS, 09/01/2015

Cleusa Clarice de Lima
Presidente da Camara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

DEMONSTRATIVO DE SIMPLIFICADO DE RELATORIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	735.226,80	3,27
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.349.631,66	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.282.150,08	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.948.649,43	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.599.017,76	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.574.570,27	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	0,00	0,00

FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
IRINEOPOLIS, 09/01/2015

Cleusa Clarice de Lima
Presidente da Camara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

Itá

PREFEITURA

EDITAL 006 PROCESSO SELETIVO 017/2014

EDITAL 006 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 017/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" torna público, para o conhecimento dos interessados, a Classificação Final do Processo Seletivo 017/2014 de Classificação por Títulos e Tempo de Serviço, objetivando a contratação em caráter temporário para atuação na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Classificação Final

Professor Educação Infantil , Séries Iniciais e
Finais do Ensino Fundamental

Pedagogia (20h) - 21 vagas

Pós Graduação

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	061	Cecilia Mocellin Gritti	429	6,11	435,11
2º	133	Lurdes Genuefa Von Frihauf	321	5,27	326,27
3º	001	Eunilce Porn Zamboni	317	4,35	321,35
4º	069	Delci Teresinha G Beltrame	294	1,3	295,30
5º	071	Helena Resmini	282,50	7,5	290
6º	009	Francisco de Picoli	275,5	3,2	278,7
7º	060	Marinês Vortmann Bender	252	6,1	258,1
8º	053	Luciane Fátima Fantinelli	156	6,77	162,77
9º	020	Adelaide Fátima Fedrizzi	154,5	6,27	160,77
10º	044	Elizane Regina D Zotti	150	7,32	157,32
11º	030	Dionei Teresinha dos S Dinnebier	151	5	156
12º	096	Márcia Dinnebier Porn	125	7,5	132,5
13º	081	Silvana Brand	126,5	5,1	131,6
14º	031	Márcia Roy Bavaresco	112	5,45	117,45
15º	010	Geci Bortoncello	110,5	3,75	114,25
16º	091	Emanuela Cristina Sartoretto	107	5,98	112,98
17º	104	Juliane Salete Canal	98	7,5	105,5
18º	117	Jussará Aparecida Figueiró	91	4,97	95,97

19º	004	Adiles Celesta Cerutti Dalle Laste	78	4,5	82,50
20º	107	Ana Paula Soccol	70,5	4,65	75,15
21º	009	Salete Maria Martinelli	68	4,25	72,25
22º	153	Elisete Ilha	57	5,92	62,92
23º	146	Clarice Drexler	54	7,5	61,5
24º	094	Rosana Dos Santos Canal	56,5	4,67	61,17
25º	188	Fabiana Regina S Capelecho	53,5	3,75	57,25
26º	080	Clarice Koch Covatti	51,5	5,6	57,1
27º	022	Ivone Teresinha N Bevilaqua	51	5,85	56,85
28º	137	Simone Patricia Salvi Klein	51	5,4	56,40
29º	106	Elis Cristina Danner Gritti	49	7,08	56,08
30º	121	Janice Lurdes V Gusatto	50	5,97	55,97
31º	202	Silvana Zanco	47,5	3,75	51,25
32º	194	Lisiane Frozza Hoff	42	7,5	49,5
33º	110	Michele Gonçalves Martini	44,5	4,97	49,47
34º	015	Simone Analice Brand	40,5	7,5	48
35º	046	Sandra Mara dos S Taffarel	42	5,85	47,85
36º	012	Frida Cecilia Petry	41,5	3,25	44,75
37º	161	Leila Cristina K Grooders	40	4,25	44,26
38º	059	Simone Ingrid B Dalle Laste	36,5	6,32	42,82
39º	019	Talita Canei	38	4,03	42,03
40º	006	Denise Simon	37	4,78	41,78
41º	027	Justina Ines Bresiani Taffarel	34	6,6	40,6
42º	017	Joane Camila S Nicoden	32,5	5,32	37,85
43º	018	Eliane Salete S Brand	33	4,25	37,25
44º	131	Cliciane Ines dos S Pereira	33	4,21	37,21
45º	088	Kelin Cristine Artifon	31,5	4,55	36,05
46º	175	Janete Martins da Silva Rodrigues	31	3,75	34,75
47º	193	Simone Poganski	30,5	3,75	34,25
48º	114	Tamara Tonello	29,5	3,31	32,81
49º	190	Eliane Neves Burin	28,5	3,75	32,25
50º	124	Maria Sueli Toniolo	28	3,75	31,75
51º	086	Roseli Fatima Golo Dalle Laste	26	5,43	31,43
52º	007	Suelen Cristina Dos Santos	27,5	3,75	31,25
53	112	Solange Viacelli D Biondo	28,5	2,62	31,12

54°	113	Fabiane Bueno	25,5	3,85	29,36
55°	055	Sandra Aparecida Antunes	26,3	2,25	28,55
56°	062	Eliane Teresinha K Schaedler	22,5	3,75	26,25
57°	028	Vanessa Pessoa de Chaves	20,5	5,67	26,17
58°	105	Cleci Toniolo	22	3,75	25,75
59°	101	Valdenisia Adeline de M Souza	19	5,45	24,45
60°	045	Susana Maria P Mutzemberg	15,5	3,75	19,25
61°	199	Julien Aparecida S Barbieri	15	3,25	18,25
62°	119	Carla Leila da Rocha Hermes	15	3,23	18,23
63°	198	Elenita Gehn	14,5	3,66	18,16
64°	074	Araceli Baroni	14	3,75	17,15
65°	102	Elaine Rocha da Silva	14	3,37	17,37
66°	068	Luane Betlinski	12,5	3,75	16,25
67°	035	Adriana Martiori	9	3,17	12,17
68°	174	Margô Marizete Rodrigues	10,5	1,36	11,86
69°	011	Maria Dreon Langaro	4,5	3,75	8,25
70°	033	Elisete Fátima Theobald	4,5	3,75	8,25
71°	166	Maiara Carla Valmorbida	6	1,42	7,42
72°	126	Noimi Lurdes Schonell	0	4,93	4,93
73°	021	Ieda Maria Simon	0	3,82	3,82

Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
74°	087	Elisa Teresinha Sartoretto	55	0,85	55,85
75°	085	Aduci Libera Berticelli	40	1,4	41,4
76°	064	Rejane Inês Steffen	23	3,75	26,75
77°	042	Diana Brito Oliveira	20,5	3,75	24,25
78°	176	Giovane Barpi	16,5	3,75	20,25
79°	041	Clecir Padilha	8,5	3,5	12
80°	040	Gizielle Battistella	3	3	6
81°	197	Juliana Maria G Ticz	2	3,75	5,75

Não- Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
82° *	139	Vanessa Dall Bello	25,5	6	31,50
83°	067	Ivete Aparecida Gollo	26	3,75	29,75
84°	077	Gisele Melania Scussel	15,5	0,35	15,85

85°	144	Vera Lucia de Santi	9	6,56	15,56
86°	014	Eliandra Aparecida Horn Vani	8	3,85	11,85
87°	171	Vanessa Paula Piquetti	8	3,75	11,75
88°	038	Tatiane Marcolino de O Gomes	6	4,49	10,49
89°	036	Sirlei Maria Stringui	8	1,07	9,07
90°	168	Daniela Nadia Ferreira	8	0,5	8,5
91°	097	Analice Malvina Soares	4	3,75	7,75
92°	078	Luana Mariani	7,5	0	7,5
93°	039	Iassane Gecica Spagnolo	2	3,75	5,75
94°	098	Danisetete Fatima S Brust	0,5	3,25	3,75
95°	016	Eliz Regina Wollmann	0	3,75	3,75
96°	065	Talita Tartaro	0	3,75	3,75
97°	170	Diana Jéssica de Oliveira	0,5	3	3,5
98°	043	Francice Taís Battistella	0	1,5	1,5
99°	075	Chaiana Paula Fantin	0	1,43	1,43
100° **	066	Vanusa Neris Perin	22	3,75	25,75
101°	032	Iane Mara Fontana Simon	9	3,75	12,75
102°	191	Regina Maria B Forest	9	3,75	12,75
103° ***	130	Claudia Maria dos Santos	0	4,65	4,65
104°	005	Fabiola Paula Lombardi	0	3,83	3,83
105°	013	Rozani Peruzzo	0	3,75	3,75
106°	070	Silizane Padilha dos Santos	0	3,75	3,75
107°****	122	Roseclei Ilha	4	4,57	8,57
108°	026	Sônia da Silva	1,5	5,19	6,69
109°	108	Odete M Haboski Resmini	0	4,95	4,95
110°	167	Guimara Gomes Marcanzoni	0	4,55	4,55
111°	192	Gislaine Marcanzoni	0	0,92	0,92
112°*****	120	Vanderleia P Tibolla	4	3,75	3,75
113°	155	Diana Carla do Araujo	0	0,07	0,07
114°	136	Fabiane Palkewich	4	0	4

*8° Semestre;
 **7° Semestre;
 ***6° Semestre;
 ****5° Semestre;

*****4º Semestre e/ou Magistério

Arte (20h) - 1 vaga

Pós Graduação

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	196	Vera Marta Wehebrink	41	3,3	44,3
2º	023	Cristiane Dutkewicz	37,5	3,82	41,32

Arte (10h) - 1 vaga

Pós Graduação

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	129	Andréia Paravisi	109	1,95	110,95

Informática (40h) - 1 vaga

Não Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	063	Betemari Regina Bianchi	85	3,9	88,9
2º	154	Evandro Carlos Kuhn	23	3,75	26,75
3º	148	Jacilaine Lais Bordignon	20	3,75	23,75
4º	172	Victor Lermen	4,5	0	4,5

Informática - Projeto Inclusão Digital (40h) - 1 vaga

Pós Graduação

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	082	Tânia Carla Freyer	44,5	5,4	49,9

Não Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
2º	143	Jacilaine Lais Bordignon	20	3,75	23,75
3º	173	Victor Lermen	4,5	0	4,5

Informática (20h) - 1 vaga

Não Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	164	Marçal Francisco Canal	19	3,52	22,52

Inglês (20h) - 1 vaga

Pós Graduação

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	123	Vanessa Alves Pereira	115	2,8	117,8

Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
2º	163	Thales Andrigo Tumelero	0	0	0

Português (20h) - 1 vaga

Pós Graduação

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	127	Vanessa Alves Pereira	115	2,8	117,8
2º	034	Caciana Cauduro	83	4,66	87,66
3º	057	Ediandra Mascarello de Prá	58,5	5,65	64,15
4º	073	Fátima Caumo R dos Santos	46,5	2,25	48,75
5º	125	Noimi Lurdes Schonell	0	4,93	4,93

Não Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
6º	158	Kawana dos S P Wathier	9	1,22	10,22

Música (20h) - 1 vaga

Não Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	157	Luan Hochwart	42	4,22	46,22

Música (15h) - 1 vaga

Não Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	157	Luan Hochwart	42	4,22	46,22

Educação Física (20h) - 9 vagas

Pós Graduação

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	135	Alessandra Martiori	113	0	113

2º	052	Naira Salete Zach	92,5	1,6	94,1
3º	079	Mauricio Viott	65,5	3,9	69,4
4º	002	Alessandra Martini Gu-satto	58,5	4,61	63,11
5º	184	Cintia Benelli Sacomori	52	3,75	55,75
6º	111	Eluana Fontana	31,5	4,55	36,05
7º	134	Vaneça Regina Johann	30,5	3,82	34,32
8º	195	Veroni Werebrink	28	3,3	31,3
9º	132	Regina Miriam Hoch	24,5	3,75	28,25
10º	092	Adilson Luis Spagnol	21	4,1	25,1
11º	054	Joice Cristina Marafon	8,5	3,75	12,25
12º	116	Naiá Mattiello	8,5	3	11,5
13º	186	Daniel Lauri Schneider	9,5	1,85	11,35

Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
14º	201	Fabiana Saa-tkamp	72	4,4	76,4
15º	141	Lucas Alberto Barros	16	1,35	17,35
16º	025	Mateus Fellippe	8,5	0	8,5
17º	103	Miriam Minella	7	0	7
18º	160	Márcia Alves dos Santos	0	3,75	3,75
19º	049	Kátia Karina Weirich	0	3,05	3,05
20º	145	Duan Deitos	0	0,76	0,76

Não Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
21º	151	Luana Fátima dos Santos	12,5	2,47	14,97
22º	090	Luana Kellen Bedin	6	1,27	7,27
23º	138	Tales Vieira Winke	2	0,75	2,75
24º	169	Wuilton Luiz Anselmini	0	0	0
25º	178	Ana Paula Bergmann	0	0	0

Educação Física (15h) - 1 vaga

Não Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	152	Luana Fátima dos Santos	12,5	2,47	14,97

Ensino Médio

Letras/Português 27h - 1 vaga

Pós Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	058	Ediandra Mascarello de Pra	58,50	5,65	64,15
2º	076	Fátima Caumo R dos Santos	46,5	2,25	48,75

Não Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
3º	109	Janile de Fátima S de Bonna	14	3,75	17,75

Letras/Inglês (12h) - 1 vaga

Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	162	Thales Andriago Tumlero	0	0	0

História (12h) - 1 vaga

Pós-Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	189	Fabiana Regina S Capelecho	56,5	3,82	60,32
2º	048	Giane Martello	19	4,4	23,4
3º	099	Neusa Capellaro Petry	15	3,92	18,92

Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
4º	165	Analice Barufke	4	3,95	7,95

Não-Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
5º	089	Samara Carina Vortmann	0,00	3,75	3,75

Geografia (12h) - 1 vaga**Pós-Graduado**

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	204	Marilete Dallelaste	170	0,90	170,9
2º	048	Giane Martello	19	4,4	23,4

Não-Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
3º	150	Dalila Benetti	4	0	4

Matemática (23h) - 1 vaga**Pós-Graduado**

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	095	Natieli Ana Martini	68,5	0	68,5

Não-Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
2º	118	Juciele Carine Decezare	17,5	3,75	21,25
3º	183	Marili Cristina Minella	7	3,82	10,82
4º	083	Tauane Bruna Gritti	0	3,75	3,75

Física (18h) - 1 vaga**Pós-Graduado**

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	050	Leodecir Vedovatto	107,27	0,35	107,62

Não-Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
2º	093	Andrei Fernando Stenzler	15,5	1,97	17,47

Química (18h) - 1 vaga**Pós-Graduado**

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	050	Leodecir Vedovatto	107,27	0,35	107,62
2º	205	Judite Fátima Zagonel	91	3,85	94,85

Biologia (10h) - 1 vaga**Pós-Graduado**

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	149	Thaiane Tramontina	19	3,61	22,61
2º	037	Monica Magnólia Bezerra	20	2,1	22,1
3º	179	Juciane Regina Finger	0	0	0

Filosofia/ Sociologia (05h) - 1 vaga**Não Habilitado**

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	177	Ivanete Denis W Burnier	0	3,75	3,75

Arte (05h) - 1 vaga**Pós Graduado**

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	024	Cristiane Dutkewicz	37,5	3,82	41,32

Educação física (12h) - 1 vaga**Pós Graduado**

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
1º	003	Alessandra Martini Gusatto	58,5	4,61	63,11
2º	185	Cintia Benelli Sacomori	52	3,75	55,75
3º	159	Vaneça Regina Johann	30,5	3,82	34,32

Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
4º	203	Fabiana Saatkamp	72	4,4	76,4
5º	056	Kátia Karina Weirich	0	3,05	3,05

Não Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
6º	140	Tales Vieira Winke	2	0,75	2,75

Itá, 09 de janeiro de 2015
 Jairo Luiz Sartoretto
 Prefeita Municipal em Exercício

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 61/2014

EXTRATO DE CONTRATO - Processo Licitatório nº 78/2014 - Pregão Presencial nº 61/2014. Objeto: aquisição de 3.250 (três mil duzentas e cinquenta) marmitas (almoço) para os Servidores Públicos da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas. CONTRATO nº 01/2015. CONTRATADA: Julia Nair Humeniuk ME. VALOR: R\$ 9,00 (nove reais) a marmita, total de R\$ 29.250,00. PRAZO: 30/09/2015. Itaiópolis, 05/01/2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

EXTRATO DO EDITAL - PR Nº 3/2015

Processo Licitatório nº 3/2015 - Pregão Presencial nº 3/2015 - Objeto: registro de preços para contratação de empresa para prestar serviços de máquina com equipamento. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 23 de janeiro de 2015, até às 09hs20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 23 de janeiro de 2015, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 09 de janeiro de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 10/2014

Nº ADITIVO: 1º
Nº CONTRATO: 10/2014
CONTRATANTE: Município de Itaiópolis/FIA
CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.
OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2015.
Itaiópolis, 29/12/2014 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 11/2014

Nº ADITIVO: 1º
Nº CONTRATO: 11/2014
CONTRATANTE: Município de Itaiópolis/FRHI
CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.
OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2015.
Itaiópolis, 29/12/2014 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 113/2012

Nº ADITIVO: 3º
Nº CONTRATO: 113/2012
CONTRATANTE: Município de Itaiópolis
CONTRATADA: Serrana Engenharia Ltda.
OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2015.
Itaiópolis, 29/12/2014 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 18/2014

Nº ADITIVO: 1º
Nº CONTRATO: 18/2014
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Itaiópolis
CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.
OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2015.
Itaiópolis, 29/12/2014 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 41/2014

Nº ADITIVO: 1º
Nº CONTRATO: 41/2014
LOCATÁRIO: Município de Itaiópolis
LOCADORA: Ileuza Terezinha Hubner
OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2015.
Itaiópolis, 29/12/2014 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 42/2014

Nº ADITIVO: 2º
Nº CONTRATO: 42/2014
CONTRATANTE: Município de Itaiópolis
CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.
OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2015.
Itaiópolis, 29/12/2014 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 69/2013

Nº ADITIVO: 3º
Nº CONTRATO: 69/2013
LOCATÁRIO: Fundo Municipal de Assistência Social de Itaiópolis
LOCADORA: Karla Cristiane Klemke
OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2015.
Itaiópolis, 29/12/2014 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 82/2014

Nº ADITIVO: 1º
Nº CONTRATO: 82/2014
CONTRATANTE: Município de Itaiópolis
CONTRATADA: Rubiane Cherobin Martins
OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/03/2015.
Itaiópolis, 29/12/2014 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 49/2014

Nº ADITIVO: 1º
Nº CONTRATO: 49/2014
CONTRATANTE: Município de Itaiópolis
CONTRATADA: Controller Tecnologia e Sistemas de Informação Ltda. EPP
OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2015.
Itaiópolis, 29/12/2014 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 08/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PARA CREDENCIAMENTO Nº 08/2015

O Município de Itapiranga - SC, torna público que encontra-se aberto o Edital de Chamamento Publico para Credenciamento nº 08/2015 para recebimento de propostas e habilitação para contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação de atos oficiais e institucionais desta municipalidade, para o ano de 2015. Entrega da documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 23 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: [www: http://www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC., 09 de janeiro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO Nº 04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 04/2015
REPUBLICADO

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 04/2015 cujo objeto é a aquisição de mudas e sementes de hortaliças e outros materiais e equipamentos destinados para manutenção das hortas das Escolas da rede Municipal de Ensino do Município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até as 14:00 horas dia 22 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br>

Itapiranga - SC., 09 de janeiro de 2015
Milton Simon
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO Nº 10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 10/2015, cujo objeto é a contratação de seguros para veículos de propriedade do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 23 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 09 de janeiro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO Nº 9/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 09/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 09/2015, cujo objeto é a contratação de serviços de radiofusão para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da administração municipal, para o ano de 2015. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 23 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 09 de janeiro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 11/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 11/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 11/2015, cujo objeto é a contratação de serviços de motoniveladora para manutenção e recuperação da malha viária municipal, com amparo na Lei nº 2.047/2002 Entrega da documentação e proposta até às 15:30 horas do dia 23 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC. 09 de janeiro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO E ANÁLISE DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº17/14

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO E ANÁLISE DE HABILITAÇÃO

Data	07/01/2015	Horário início: 12h00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 017/2014 Nº 160/2014

OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de serviço técnico para revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e formatação de Plano Integrado de Saneamento Básico, conforme Termo de Referência, parte integrante do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014 para análise e julgamento da documentação de habilitação (segundo pareceres técnico e jurídico solicitados) das empresas participantes do presente certame, visto que na sessão anterior surgiram dúvidas quanto à documentação apresentada em razão de habilitação técnica, conforme descrito em Ata de Sessão publicada na data de 22/12/2014. Em conformidade com CI nº 01/2014 emitida pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo apesar da empresa SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ter apresentado número menor de profissionais, as atribuições dos mesmos preenchem os requisitos para a execução do objeto a ser contratado, e, de acordo com Parecer Jurídico nº 01/2015 com a finalidade de ampliar a competitividade e sabendo que a empresa SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA apresentou atestados demonstrando sua capacidade técnica para execução do objeto, é recomendada a habilitação das duas empresas. Desta forma a CPL considerou as empresas SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA e MPB SANEAMENTO LTDA HABILITADAS para o certame. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	SOLAMIR COELHO MEMBRO
--	--------------------------

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao nono dia de janeiro de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe

de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo(a) , para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 75/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE TONERS ORIGINAIS PARA A DEMANDA DE IMPRESSÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, CONFORME ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
A A DA SILVA CARTUCHOS	ALEXANDRE AUGUSTO DA SILVA
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	BRUNO SANTOS
STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA.ME	CLAUDEMIR ZANGHELINI VIEIRA
SMI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA ME	MARCOS AURELIO STRAUBE
JCT MONTEIRO COMERCIAL ME	VICTOR VILHA
JORDAO PEREIRA EIRELI ME	FABIO DE OLIVEIRA DE SOUZA
EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME	EVANDRO MARCOS FERREIRA
SUELEN CRISTINA PROVENSÍ ME	WELLINGTON AUGUSTO MACHADO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. Todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo HABILITADAS para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganhadoras	Itens/Lotes	Valor Total
STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA.ME	1 e 2	R\$ 42.374,75

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se

devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 9 de janeiro de 2015.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro		JULIANA CRISTINA SOARES SPECK Membro
A A DA SILVA CARTUCHOS ALEXANDRE AUGUSTO DA SILVA		INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP BRUNO SANTOS
EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME EVANDRO MARCOS FERREIRA		JORDAO PEREIRA EIRELI ME FABIO DE OLIVEIRA DE SOUZA
JCT MONTEIRO COMERCIAL ME VICTOR VILHA		SMI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA ME MARCOS AURELIO STRAUBE
STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA.ME CLAUDEMIR ZANGHELINI VIEIRA		SUELEN CRISTINA PROVENSI ME WELLINGTON AUGUSTO MACHADO

Joaçaba

PREFEITURA

CONTRATO 209/2014

Contrato nº 209/2014 PMJ
Alteração Fiscal

Conforme Memorando nr. 01/2015 de 06/01/2015 Da Secretaria Municipal de Educação, foram alterados os fiscais do contrato em referencia, conforme segue:

Servidora Jessica Dias de Amaral Rinaldi foi nomeada em substituição as fiscais Gabriela Pratto e Daniela Dalla Lasta.

OBJETO: a contratação de empresa especializada para o fornecimento e a montagem de equipamentos destinados à instalação de parque infantil no Centro de Educação Infantil Rita Costenaro Petry, neste Município.

Joaçaba, 09/01/2015.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO TP 1/2014/IMPRES - PL 1/2014/IMPRES

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2014/IMPRES

A diretora-presidente do PLASS, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 1/2014/IMPRES, nos seguintes termos:

- Modalidade: TOMADA DE PREÇO nº 1/2014/IMPRES.

- Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria relativa ao mercado financeiro, destinada ao suporte às decisões da Diretoria Executiva e do Comitê de Investimentos do IMPRES.

Empresa Vencedora:

- SMI PRIME - Consultoria de Investimentos Ltda.

- Valor total: R\$ 34.200,00, sendo R\$ 2.850,00 mensais.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 09 de janeiro de 2015.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora-presidente do IMPRES

EXTRATO PL 25/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2014/FMS

O Secretário de Saúde Marcos Weiss, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 25/2014/FMS - PP 20/2014 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais aquisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do

Fundo Municipal de Saúde.
Empresas Vencedoras:
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA
VALOR R\$ 117.531,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
VALOR R\$ 113.806,34
BALLKE PROD. HOSP. LTDA-FILIAL
VALOR R\$ 39.546,85
CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA
VALOR R\$ 4.322,85
CIRURGICA CERON EQ. HOSP. E VET. LTDA
VALOR R\$ 31.005,00
DAMEDI DAMBROS COM. DE MED. LTDA
VALOR R\$ 15.031,89
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
VALOR R\$ 14.672,75
FUFA-SC DISTRIB. HOSPITALAR LTDA
VALOR R\$ 47.625,00
LOGITEX DISTRIB. LTDA
VALOR R\$ 32.826,00
MAXI-DISTRIB. PROD. HOSPITALARES LTDA
VALOR R\$ 25.269,20
MC CIRURGICAL PROD. MED. HOSP. LTDA
VALOR R\$ 10.010,00
METROMED COM MAT MED HOSP LTDA
VALOR R\$ 82.951,80
ML COMERCIO, IMP. E EXP. DE MAT. MED. HOSP.
VALOR R\$ 916,00
ODONTOMEDI PROD. ODONTOL E HOSP LTDA
VALOR R\$ 11.396,52
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
VALOR R\$ 44.335,25
PLASMEDIC COM MAT P/ USO MED./LABORATORIAL LTDA
VALOR R\$ 95.898,18
QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA
VALOR R\$ 12.479,50
STARMED ARTIGOS MED. E HOSP. LTDA
VALOR R\$ 32.047,15
SULMEDIC COM. DE MEDIC. LTDA
VALOR R\$ 32.500,00
FISCAIS: MARCOS ANTONIO MARTINAZZO e MARIANA ZOPELETO
2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 07 de janeiro de 2015.
Marcos Weiss
Secretario- FMS

PORTARIA N.º 3622

PORTARIA Nº 3.622 DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELISABETE MARQUART DORL, Médica, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 05 de janeiro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de janeiro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3623

PORTARIA Nº 3.623 DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LUCIANO DE MATOS, Farmacêutico, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando deferido da Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) e 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 05 de janeiro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3624

PORTARIA Nº 3.624 DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SONIA MARIA POZZA, Auxiliar de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 22 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 22 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3625

PORTARIA Nº 3.625 DE 08 DE JANEIRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ARIELA AUGUSTIN, Cirurgião Dentista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 03 de setembro de 2013 a 02 de setembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 05 de janeiro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 05 de janeiro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3626

PORTARIA Nº 3.626 DE 08 DE JANEIRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) CLAUBERTO SLONGO, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 05 de janeiro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 05 de janeiro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3627

PORTARIA Nº 3.627 DE 08 DE JANEIRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JOSE ELUI DOS SANTOS, Cirurgião Dentista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao

período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 08 de janeiro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3628

PORTARIA Nº 3.628 DE 08 DE JANEIRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) VERONICA SALETE ALVES PEREIRA, Auxiliar de Saúde Bucal, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 08 de janeiro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3629

PORTARIA Nº 3.629 DE 08 DE JANEIRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) VANIA BRANDALIZE, Advogada, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando da Procuradoria Jurídica, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 05 de janeiro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de janeiro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3630

PORTARIA Nº 3.630 DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 42 (quarenta e dois) dias, sendo 30 (dias) conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003 e 12 (dias) em função da suspensão no período do recesso instituído pelo Decreto n.º 4.667/2014, para conclusão dos trabalhos do processo administrativo instaurado pela portaria n.º 3.353/2014 com a finalidade de que se apure possível infração disciplinar por parte da servidora Deise Cristina Crippa, diante de relatório encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3631

PORTARIA Nº 3.631 DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 42 (quarenta e dois) dias, sendo 30 (dias) conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003 e 12 (dias) em função da suspensão no período do recesso instituído pelo Decreto n.º 4.667/2014, para conclusão dos trabalhos do processo administrativo instaurado pela portaria n.º 3.447/2014 com a finalidade de que se apure fatos e possíveis infrações disciplinares ocorridos no Centro de Educação Infantil Clara Zomkowski, narrados no memorando n.º 471/2014, acompanhado de parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de

2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3632

PORTARIA Nº 3.632 DE 08 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ANTENOR FERNANDES DA SILVA, Pedreiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando da Gerência de Habitação e Regularidade Fundiária, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias), por um período de 24 dias, a partir de 04 de fevereiro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3633

PORTARIA N.º 3.633 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE REMOÇÃO/LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO da(o) Sr(a). MIRIAN DOLZAN, Professor da Fundação, em função revogação da Lei Complementar n.º 53/2001 que instituiu a Fundação Municipal de Esportes e Eventos do Município de Joaçaba.

Art. 2º. CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). MIRIAN DOLZAN, Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Educacional Frei Bruno, de acordo com os critérios do art. 37, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o resultado do Edital n.º 03/2014/SME de remoção de professores da rede municipal de ensino, publicado em 08/01/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08

de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3634

PORTARIA N.º 3.634 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE REMOÇÃO/LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribui-
ções que lhe são conferidas pelo art. 37 § 3º da Lei Complementar
nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO da(o) Sr(a). PAULO HENRIQUE
STROHER, Professor da Fundação, em função revogação da Lei
Complementar n.º 53/2001 que instituía a Fundação Municipal de
Esportes e Eventos do Município de Joaçaba.

Art. 2º. CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). PAULO HENRIQUE
STROHER, Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas sema-
nais, no Centro Educacional Frei Bruno, de acordo com os critérios
do art. 37, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de
2003 e em conformidade com o resultado do Edital n.º 03/2014/
SME de remoção de professores da rede municipal de ensino, pu-
blicado em 08/01/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08
de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3635

PORTARIA N.º 3.635 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE REMOÇÃO/LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribui-
ções que lhe são conferidas pelo art. 37 § 3º da Lei Complementar
nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO da(o) Sr(a). ELISABETH BARETTA,
Professor da Fundação, em função revogação da Lei Complemen-
tar n.º 53/2001 que instituía a Fundação Municipal de Esportes e
Eventos do Município de Joaçaba.

Art. 2º. CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ELISABETH BARETTA,
Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no
Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com os cri-
térios do art. 37, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de de-
zembro de 2003 e em conformidade com o resultado do Edital n.º
03/2014/SME de remoção de professores da rede municipal de

ensino, publicado em 08/01/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08
de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3636

PORTARIA N.º 3.636 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE REMOÇÃO/LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribui-
ções que lhe são conferidas pelo art. 37 § 3º da Lei Complementar
nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO da(o) Sr(a). DEBORAH APARECIDA
SUFREDINI, Professor da Fundação, em função revogação da Lei
Complementar n.º 53/2001 que instituía a Fundação Municipal de
Esportes e Eventos do Município de Joaçaba.

Art. 2º. CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). DEBORAH APARECIDA
SUFREDINI, Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas
semanais, sendo 20 (vinte) horas na Escola Municipal Anita Lopes
Vieira e 20 (vinte) horas no Núcleo Pedagógico Rural - NUPERAJO,
de acordo com os critérios do art. 37, § 3º da Lei Complementar
nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o re-
sultado do Edital n.º 03/2014/SME de remoção de professores da
rede municipal de ensino, publicado em 08/01/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08
de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3637

PORTARIA N.º 3.637 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE REMOÇÃO/LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribui-
ções que lhe são conferidas pelo art. 37 § 3º da Lei Complementar
nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO da(o) Sr(a). OUMAR CASSOL, Pro-
fessor da Fundação, em função revogação da Lei Complemen-
tar n.º 53/2001 que instituía a Fundação Municipal de Esportes e
Eventos do Município de Joaçaba.

Art. 2º. CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). OUMAR CASSOL,

Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, de acordo com os critérios do art. 37, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o resultado do Edital n.º 03/2014/SME de remoção de professores da rede municipal de ensino, publicado em 08/01/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3638

PORTARIA N.º 3.638 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE REMOÇÃO/LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO da(o) Sr(a). EMERSON VIEIRA, Professor da Fundação, em função revogação da Lei Complementar n.º 53/2001 que instituía a Fundação Municipal de Esportes e Eventos do Município de Joaçaba.

Art. 2º. CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). EMERSON VIEIRA, Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, de acordo com os critérios do art. 37, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o resultado do Edital n.º 03/2014/SME de remoção de professores da rede municipal de ensino, publicado em 08/01/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3639

PORTARIA N.º 3.639 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE REMOÇÃO/LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO da(o) Sr(a). MARIAROSA MENDES FIEDLER, Professor da Fundação, em função revogação da Lei

Complementar n.º 53/2001 que instituía a Fundação Municipal de Esportes e Eventos do Município de Joaçaba.

Art. 2º. CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). MARIAROSA MENDES FIEDLER, Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Núcleo Pedagógico Rural, de acordo com os critérios do art. 37, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o resultado do Edital n.º 03/2014/SME de remoção de professores da rede municipal de ensino, publicado em 08/01/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3640

PORTARIA N.º 3.640 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE REMOÇÃO/LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO da(o) Sr(a). EVERTON LOCATELLI, Professor da Fundação, em função revogação da Lei Complementar n.º 53/2001 que instituía a Fundação Municipal de Esportes e Eventos do Município de Joaçaba.

Art. 2º. CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). EVERTON LOCATELLI, Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com os critérios do art. 37, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o resultado do Edital n.º 03/2014/SME de remoção de professores da rede municipal de ensino, publicado em 08/01/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3641

PORTARIA N.º 3.641 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"CONCEDE REMOÇÃO/LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37 § 3º da Lei Complementar

nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO da(o) Sr(a). JACI TERESINHA FERREIRA, Professor Com Magistério, em função revogação da Lei Complementar n.º 53/2001 que instituía a Fundação Municipal de Esportes e Eventos do Município de Joaçaba.

Art. 2º. CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). JACI TERESINHA FERREIRA, Professor Com Magistério, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os critérios do art. 37, § 1º - I da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3642

PORTARIA Nº 3.642 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR, o(a) Sr(a) JULIO VALECIO FERREIRA, Técnico de Administração, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3643

PORTARIA Nº 3.643 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR, o(a) Sr(a) EDSON BARETTA, Motorista, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei

Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3644

PORTARIA Nº 3.644 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr(a) RONY EDSON LENZ, Diretor de Esportes, nível CC-2, com lotação no Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações, em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3645

PORTARIA Nº 3.645 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR, o(a) Sr(a) FRANCIANI ALICE RIZZI SCHMIDKE, Técnico de Administração, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3646

PORTARIA Nº 3.646 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR, o(a) Sr.(a) ACACIO YSAO YAMAGUTI, Professor da Fundação, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3647

PORTARIA Nº 3.647 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR, o(a) Sr.(a) NEI TESSER, Professor da Fundação, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3648

PORTARIA Nº 3.648 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR, o(a) Sr.(a) RAYLANDER ALVES RIGHI, Professor da Fundação, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3649

PORTARIA Nº 3.649 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR, o(a) Sr.(a) FABRICIA ZUCCHI CASSOL, Professor da Fundação, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3650

PORTARIA Nº 3.650 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR, o(a) Sr.(a) JAIR LEME DA SILVA, Professor da Fundação, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3651

PORTARIA Nº 3.651 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR, o(a) Sr.(a) ANDERSON ANDRES, Professor da Fundação, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3652

PORTARIA Nº 3.652 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR, o(a) Sr.(a) MICHEL PETRY DALAPRIA, Professor da Fundação, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3653

PORTARIA Nº 3.653 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR, o(a) Sr.(a) VALERIA TEREZINHA FERREIRA, Professor da Fundação, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3654

PORTARIA Nº 3.654 DE 09 DE JANEIRO DE 2015
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR, o(a) Sr.(a) CESAR LUIZ JUNQUIERA DE CARVALHO, Professor da Fundação, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3655

PORTARIA Nº 3.655 DE 09 DE JANEIRO DE 2015

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

R E S O L V E ,

1º INSTAURAR "Tomadas de Contas Especial", a fim de que se apure eventual dano ao erário por decisão acatada pelo Prefeito Municipal sugerida pela comissão de processo administrativo instaurada pela portaria n.º 3.047/2014 da qual apurou-se infração disciplinar por parte da servidora Sra. Lizziane Flavia Coelho, diante do memorando encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, bem como, parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3656

PORTARIA Nº 3.656 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

R E S O L V E ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração ao art. 133 da Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações por parte da Sra. Marines Tavares de Jesus Revers.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho

de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de janeiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO 5/2015

RESOLUÇÃO 05/2015

Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN

A AUTORIDADE DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 24 da Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, referente ao uso, localização, instalação e a operação de aparelho, de equipamento ou de qualquer outro meio tecnológico do tipo fixo referente aos medidores de velocidade instalados nos seguintes endereços:

1- JO 011 - Radar Fixo Tipo Lombada Eletrônica no Acesso Adolfo Ziguelli nº 525 próximo a Rua Guilherme Ziguelli, sentido Bairro/Centro.

2- JO 018 - Radar Fixo Tipo Lombada Eletrônica no Acesso Adolfo Ziguelli nº 25 início do Acesso Adolfo Ziguelli, sentido Bairro/Centro.

Considerando que se encontram verificados e aprovados, atendendo todas as exigências do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, homologa e convalida de acordo com a Resolução 146 do CONTRAN/2003, a partir de 15 de janeiro de 2015, às 00:00 hora, a entrada em operação dos Medidores de Velocidade implantados nos endereços citados, no município de Joaçaba-SC.

Joaçaba-SC, 15 de janeiro de 2015.

HAMILTON WOLF JUNIOR

Gerente de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana

01/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 1/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Abaxador de língua em madeira, embalagens em pacote com 100 unidades cada.	PCIE	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	THEOTO	0	2,0500
2	Acido acético 2% - embalagem de 01 litro	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Gemballa	0	25,8700
3	Acido peracético, especialmente indicado para a limpeza, desinfecção e esterilização de artigos críticos, semi críticos e não críticos. Efetivo contra esporos e bactérias (incluindo microbactérias - tbc) e vírus (incluindo hbv e hiv), concentrado. Não danifica artigos plásticos, PVC, silicone, látex. Biodegradável, dispensando tratamento de resíduos. Aprovado pela ANVISA. Embalagem de 01 litro.	L	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Ricie-Wirath-Miyuki	0	60,3900
4	Água destilada - ampola de 10 ml - com 100 unidades	CX	BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	SAMTEC	0	12,1500
5	AGUA DESTILADA - GALAO COM 5 LITROS	GL	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CAITHEC	0	4,5900
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cathec-Dentaltec	0	5,4740
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Cathec	0	5,5300

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 2/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES - embalagem de 1 litro	FR	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	RIOQUIMICA	0	2,7300	1
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	VIC PHARMA	0	2,8300	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	3,0320	3
7	Aguha p/ coleta múltipla de sangue vacuo 0.8x25mm (21G1")-cx c/ 100un	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	15,5000	1
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR	0	15,7800	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid	0	15,7900	3
8	Aguha descartável hipodérmica, calibre 13 x 4,5, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com 100 unidades.	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,9900	1
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	SOLIDOR	0	4,0000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	4,1000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 3/98

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Aguilha descartável hipodérmica, calibre 22 x 5,5, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com 100 unidades.	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	4,0000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	4,1000	2
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR	0	4,9800	3
10	Aguilha descartável hipodérmica, calibre 20 x 5,5, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com 100 unidades.	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,9900	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	4,0000	2
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	SOLIDOR	0	4,2000	3
11	Aguilha descartável hipodérmica, calibre 25 x 6, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com 100 unidades.	CX	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	SOLIDOR	0	3,9800	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	3,9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015			Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
12	Aguilha descartável hipodérmica, calibre 25 x 7, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades.		ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	4,1000	3	
		CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,9500	1	
13	Aguilha descartável hipodérmica, calibre 25 x 8, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades.		PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	SOLIDOR	0	3,9600	2	
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	3,9900	3	
		CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,9500	1	
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	SOLIDOR	0	4,0000	2	
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	4,3000	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Aguilha descartável hipodérmica, calibre 30 x 7, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades.	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,9900	1
15	Aguilha descartável hipodérmica, calibre 30 x 8, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades.		ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	4,3000	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Solidor	0	4,7400	3
		CX	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	4,1000	1
16	Aguilha descartável hipodérmica, calibre 40 x 8, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades.		ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	4,2000	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Solidor	0	4,7400	3
		CX	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EMBRAMAC	0	5,8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015								Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016	
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
17	Agulha descartável hipodérmica, calibre 40 x1 2, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades.	CX	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR	0	6,1800	2				
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	SOLIDOR	0	4,2500	1				
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	4,2900	2				
18	ALCOOL 70 % LITRO	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	4,3000	3				
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EVEREST	0	3,1800	1				
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	MEGA	0	3,1900	2				
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Da Ilha	0	3,2400	3				
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Rioquímica	0	3,2800	4				
19	ALCOOL GEL 70% - LITROS	FR	CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	MEGA	0	3,4600	5				
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	CICLOFARMA	0	4,2900	1				
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	CICLOFARMA	0	6,4900	2				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 7/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cinord Sudeste	0	6,8770
20	Álcool etílico hidratado líquido 96% - litro	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Mega Química	0	4,2000
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Wirath	0	4,2100
			COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA (8016)		0	4,6700
			MF DE ALMEIDA & C/A. LTDA - ME (7486)	CICLOFARMA	0	4,8300
21	Algodão hidrófilo em bolas - Com fibras 100% algodão, altamente absorvente. Pacote com 100 gramas	PCTE	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Euro Med	0	2,2460
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	FAROL	0	2,2900
22	Algodão hidrófilo - Com fibras 100% algodão, altamente absorvente. Rolo com 500 gramas.	RL	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	NÉVOA	0	7,2000
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	NATHALYA	0	7,6700
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Nathalya	0	7,9200
23	Algodão hidrófilo - Com fibras 100% algodão, altamente absorvente. Rolo com 01 quilo.	RL	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	FAROL	0	13,2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 8/98

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Almotolia plástica transparente - 500 ml	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	NATHALYA	0	14,5000	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	NATHALYA	0	15,3400	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	JP	0	1,7500	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	J PROLAB	0	1,7700	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Taylor	0	2,0700	3
25	Almotolia plástica transparente - 250 ml	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	JP	0	1,3500	1
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	J PROLAB	0	1,3500	2
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	J PROLAB	0	1,4500	3
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Taylor	0	1,4600	4
26	Almotolia plástica escura - 250 ml	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	JP	0	1,3500	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	JPROLAB	0	1,5200	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	JPROLAB	0	1,7800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016									
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
27	Aparelho de tricotomia, descartável, tipo comum, devendo conter, no mínimo, duas lâminas fixas, protegidas com capa protetora.	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALMAX	0	0,3990	1		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LORD	0	0,4200	2		
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Vital Max	0	0,4800	3		
29	Aparelho de Nebulização: Motor 50/60 Hz, 1/40HP. Dimensões mínimas: 125x155x170 mm; Pressão: 28 PSI; Taxa de Nebulização: 0,19 ml/min; Peso aproximado: 2,10 kg; Tamanho da Partícula: 1 a 5 micra; Consumo de 130/140 Watts; Composto ainda por 02 máscaras anatômicas em PVC (adulto e infantil), com elásticos reguláveis. Bi volt. Garantia mínima de 12 meses.	UN	MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	DARU	0	99,0000	1		
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	GTECH	0	100,0000	2		
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Daru	0	110,3200	3		
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	G Tech	0	112,2810	4		
			METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	Daru	0	117,0000	5		
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	DARU/ NEBULAR	0	117,0000	6		
30	ARMÁRIO VITRINE 2 PORTAS COM VIDRO- MEDIDAS (M): 1,50 (ALT) 0,65 (LARG) 0,40 (PROF)	UN	MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	CAUMAQ	0	500,0000	1		
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	MACHE	0	508,0000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 10/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	METALIC	0	618,9800
						3
31	ASPIRADOR - APARELHO ASPIRADOR COMPACTO PARA ASPIRAR LÍQUIDOS E SECREÇÕES	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	243,0000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Ns	0	244,0000
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	NSB	0	253,0000
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	NS / ASPIRAMAX	0	254,0000
			QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)	NS	0	256,0000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	NS	0	277,0000
			CIRÚRGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VET. LTDA (8015)	MD/CONFVAC	0	280,0000
			METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	Nevoni	0	280,0000
						8
32	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 6 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 13,3 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO.	PCTE	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Cremer	0	10,5600
						1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 11/98

Número do Registro de Preços: 1/2015								Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

33	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 8 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 17,8 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO.	PCTE	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	BIOTEXTIL	0	3,0000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MB	0	3,1300	3
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Cremer	0	14,2800	1
34	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 10 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 26,09 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO.	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MB	0	3,9800	2
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	BIOTEXTIL	0	4,0000	3
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Cremer	0	14,1600	1
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	BIOTEXTIL	0	4,5900	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MB	0	5,3000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 12/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
35	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 12 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 26,09 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO.	PCTE	METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	Cremer	0	20,4000
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	BIOTEXTIL	0	5,9900
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MB	0	6,3900
36	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 15 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 32,7 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO.	PCTE	METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	Cremer	0	20,3800
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	BIOTEXTIL	0	7,4900
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MB	0	7,7900
37	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 20 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 42,8 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO.	PCTE	METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	Cremer	0	27,3300
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	BIOTEXTIL	0	9,2500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 13/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
38	ATADURA DE RAYON EM ROLO, NÃO ESTÉRIL, 7.5 CM X 5 M. SOLICIT	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MB	0	10,6500
						3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Polar Fix	0	2,9000
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	SANTRIC	0	2,9200
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	POLARFIX	0	2,9300
39	Avental (capote) confeccionado em TNT, gramatura mínima 20, manga longa, punho com elástico, com abertura nas costas e dois pontos com tiras para amarração (um ponto na gola e outro ponto nas costas), resistente, devendo proporcionar barreira antimicrobiana efetiva. Tamanho G	UN	CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	POLARFIX	0	3,0800
			METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	Polar Fix	0	3,1200
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Polar Fix	0	0,9820
						1
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	CLEAN	0	1,0400
40	Avental descartável, confeccionado em TNT, gramatura mínima 20, sem manga. Cor Azul.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Medgauze	0	0,9120
						1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PROTDESC	0	1,0800
			ODONTOESTE LTDA (7736)	LAGROTTA	0	1,1900
						3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 14/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Balança Antropométrica - Adulto. Eletrônica, com régua antropométrica. Para pesar e medir pessoas. Capacidade até 150 kg e de 1,05 à 2,10 m. Estrutura em aço com tratamento antiferruginoso, preferencialmente cor cinza/prata/branca, plataforma de aço com revestimento de borracha antiderrapante; pés reguláveis para nivelamento, coluna de alumínio ou similar.	UN	LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	CAUAMAQ BP200F	0	750,0000	1
			A.P. TORTELLI COM. PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA (8013)	Welmy	0	765,0000	2
			ODONTOESTE LTDA (7736)	WELMY	0	805,0000	3
44	BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL. Capacidade: 150 Kg; Capacidade mínima 2Kg; Graduação: 100 g; Visor de cristal líquido (8,0 x 3,5 cm); Funciona com uma bateria; Garantia 2 anos; Pesa em quilos e libras; Dimensões: 32,0x29,5x4,0cm. Aferida pelo INMETRO.	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Wiso	0	41,4000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	G-TECK	0	41,5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	RELAXMEDIC	0	47,4200	3
45	BALDE DE INOX - TAMANHO GRANDE: 15 LITROS - COM PEDAL	UN	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	BATIKI	0	85,5900	1
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	TRAMONTINA	0	125,2600	2
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	BATIKI	0	128,7500	3
46	BIOMBO TRIPLO PARA DIVISÓRIAS	UN	CIRÚRGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VET. LTDA (8015)	METALIC/MT142PS	0	210,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 15/98

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)	SOLIDMED	0	224,0000	2
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	S.MED	0	225,0000	3
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	METALIC	0	228,0000	4
			ODONTOESTE LTDA (7736)	LM	0	229,0000	5
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	HELTER	0	252,2000	6
47	BIOMBO DUPLO PARA DIVISÓRIAS	UN	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	METALIC	0	154,0000	1
			ODONTOESTE LTDA (7736)	LM	0	155,0000	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Olmedic	0	168,0000	3
48	BOBINAS PAPEL GRAU CIRURGICO 20 CM	RL	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	VEDAMAX	0	25,0000	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	HOSPFLEX	0	26,9000	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	ESTERILCARE	0	37,3100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 16/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
49	BOBINAS PAPEL GRAU CIRURGICO 30 CM	RL	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	VEDAMAX	0	39,5000
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	HOSPFLEX	0	39,6500
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	ESTERILCARE	0	49,4000
50	Bolsa para Gelo Flexível, macia, indicada para aplicação de frio terapêutico. Tamanho Médio	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	SAFTI	0	11,6000
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	THERMAL	0	16,9000
			ODONTOESTE LTDA (7736)	MERCUR	0	20,3000
51	Bolsa Coletora de Urina - Sistema fechado, confeccionada em polietileno transparente com capacidade de 2.000 ml, graduada, com válvula anti refluxo, ventilação para entrada de ar com filtro bacteriológico, expurgo com torneira f, com alça de sustentação e grampo de lençol, esterilizada em óxido de etileno. Embalada individualmente.	UN	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	DESCARPACK	0	2,2000
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	ADVANTIVE	0	2,4100
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	ADVANTIVE	0	2,8200
52	Cabo de bisturi em aço INOX nº 03 e nº 04 (02 de cada)	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	ABC	0	2,0700
			ODONTOESTE LTDA (7736)	PROFESSIONAL	0	4,3400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 17/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	4,3500
53	CAPA DE CHUVA EM PVC, RESISTENTE, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO. MANGA LONGA, COM BOLSO E CAPUZ NA COR AZUL, TAMANHOS GG	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Prevemax	0	22,5500
54	CAPA DE CHUVA EM PVC, RESISTENTE, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO. MANGA LONGA, COM BOLSO E CAPUZ NA COR AZUL, TAMANHOS G.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Prevemax	0	22,5500
55	Campo operatório fenestrado, em tecido 100% algodão, medida mínima de 45 x 50 cm	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ASSAD	0	5,8000
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CR	0	5,9000
			METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	Jung	0	8,9800
56	Campo operatório fenestrado, em tecido 100% algodão, medida mínima de 37 x 39 cm	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CR	0	5,7000
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ASSAD	0	5,9000
			METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	Jung	0	8,8800
57	Campo operatório sem fenestra, em tecido 100% algodão, medida mínima de 30 x 30 cm	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ASSAD	0	2,3000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 18/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
58	Cateter intravenoso periférico nº 14, calibre 14G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vialon ou poliuretano, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com conector luer-lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado a 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Com registro na ANVISA.	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Jung	0	6,7100
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CR	0	7,0000
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,1300
59	Cateter intravenoso periférico nº 16, calibre 16G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vialon ou poliuretano, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado a 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Com registro na ANVISA.	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Med Goldman	0	1,1400
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	POLYMED	0	1,4200
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,1000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 19/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
60	Cateter intravenoso periférico nº 18, calibre 18G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vialon ou poliuretano, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado a 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Com registro na ANVISA.	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	POLYMED	0	1,4200
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	DESCARPACK	0	1,5300
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	POLYMED	0	1,3800
61	Cateter intravenoso periférico nº 20, calibre 20G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vialon ou poliuretano, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado à 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Com registro na ANVISA.	UN	PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	DESCARPACK	0	1,4000
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	VITALGOLD	0	1,4900
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 20/98

Número do Registro de Preços: 1/2015				Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016	
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Cateter intravenoso periférico nº 22, calibre 22G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vialon ou poliuretano, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado a 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Com registro na ANVISA.	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	POLYMED	0	1,4200	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	VITALGOLD	0	1,4900	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,2000	1
63	Cateter intravenoso periférico nº 24, calibre 24G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vialon ou poliuretano, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado à 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Com registro na ANVISA.	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	POLYMED	0	1,4200	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	VITALGOLD	0	1,4900	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Med Goldman	0	1,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 21/98

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Colchonete para Fisioterapia (alongamento) - Confeccionado em material EVA, com superfície confortável e aderente/antiderrapante, sendo leve/flexível e lavável. Com fita para transporte. Medida mínima: 180 x 60 x 1,2 cm. Cor: azul.	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	VITALGOLD	0	1,6000	2
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	ARKTUS	0	73,9000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	ARKTUS	0	74,0000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	lsp	0	80,0000	3
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	ARKUTS	0	82,0000	4
65	Coletor de material perfuro-cortante, produzido de acordo com a NBR 13853, com revestimento para evitar perfurações e vazamentos. Capacidade 07 litros	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMBALAIRE	0	1,7000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Embalaire	0	1,7400	2
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	DESCARBOX	0	1,7500	3
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EMBALAIRE	0	1,9500	4
66	Coletor de material perfuro-cortante, produzido de acordo com a NBR 13853, com revestimento para evitar perfurações e vazamentos. Capacidade 20 litros	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EMBALAIRE	0	2,2800	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMBALAIRE	0	3,2300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 22/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Embalatre	0	3,4900
67	Coletor de Urina Infantil - Em material transparente, para fácil visualização, atóxico, resistente. Com dispositivo que permite a aderência ao corpo do paciente para facilitar/possibilitar a coleta de urina.	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,2700
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MEDSONDA	0	0,3200
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	MARKMED	0	0,3500
68	Catéter tipo óculos adulto - silicone - material descartável	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,6500
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,7060
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDSONDA	0	0,7200
69	Catéter tipo óculos pediátrico - silicone - material descartável	UN	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Medsonda	0	0,9000
			ODONTOESTE LTDA (7736)	BIOSANI	0	0,9400
			MF DE ALMEIDA & C/A. LTDA - ME (7486)	BIOSANI	0	1,1300
70	CÂNULA DE GUEDEL, JOGO COM 6 PEÇAS, PVC FLEXÍVEL, POLIPROPILENO, KIT DO N.º 0 A 5	JOGO	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	11,8400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 23/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	13,1370
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MD	0	17,4000
71	CINTO ARANHA COM FITAS DE NYLON ALTAMENTE RESISTENTE, PRESILHAS EM VELCRO, CINTAS MÓVEIS COM REGULAGEM DE COMPRIMENTO, CAPACIDADE DE CARGA 200KG, COMPRIMENTO TOTAL 1600MM, LARGURA 800MM	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Fibra Resgate	0	42,0000
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Fibra	0	42,0900
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	FIBRA	0	49,9600
72	Colar cervical tamanho G - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	12,9500
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MARIMAR	0	12,9900
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Ortocenter	0	13,4000
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	SP	0	13,8800

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 24/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Colar cervical tamanho INFANTIL - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	12,9900	1
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MARIMAR	0	13,0000	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Ortocenter	0	13,4000	3
			ML COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT (8017)	Ambu Mini Perfit	0	13,5000	4
74	Colar cervical tamanho M - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	13,0000	1
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	SP	0	13,8800	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Ortocenter	0	13,9000	3
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MARIMAR	0	14,5000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 25/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
75	Colar cervical tamanho NEONATAL - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	13,0000
			ML COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT (8017)	Ambu Mini Perfit	0	13,5000
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Ortocenter	0	13,9000
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MARIMAR	0	14,5000
76	Colar cervical tamanho P - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	13,0000
			ML COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT (8017)	Ambu Mini Perfit	0	13,5000
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	SP	0	13,8800
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Ortocenter	0	13,9000
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MARIMAR	0	14,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 26/98

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Colar cervical tamanho PP - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	13,0000	1
			ML COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT (8017)	Ambu Mini Perfitt	0	13,5000	2
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	SP	0	13,8800	3
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Ortocenter	0	13,9000	4
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MARIMAR	0	14,5000	5
78	Conjunto para umidificação oxigenoterapia- Tampa de Nylon injetada, frasco plástico de 250ml, extensão de PVC atóxico de 1,20m, intermediário para máscara, conexão de entrada 9/16 x 18 fios e máscara plástica adulto, com porca de nylon	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Unitec	0	13,4000	1
			ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (7859)	UNITEC	0	13,4600	2
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	UNITEC	0	16,8500	3
79	Conjunto para Aspiração, tampa de nylon injetado com enxerto em metal cromado, botão de controle de aspiração e frasco coletor com rosca, graduado 500 ml. Aspirador para rede canalizada de ar comprimido. Tampa de nylon injetado com enxerto em metal cromado, botão de controle de aspiração e frasco coletor com rosca, graduado 500 ml., frasco de vidro	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Unitec	0	59,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 27/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
80	Compressa cirúrgica 23X25 cm , c/ 13 fios, 08 dobras, pcte c/ 50 um. CAMPO - PSF - PCTE	PCTE	ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (7859)	UNITEC	0	59,4000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	PROTEC	0	68,3400
81	Compressa cirúrgica 45X50 cm, c/ 13 fios, 8 dobras, pcte c/ 50 um. Campo - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PCTE	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	AMERICA	0	24,0000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Biotextil	0	25,4900
82	Compressa de Gase 10 x 10 com 8 dobras, 13 FIOS, pacotes com 500 unidades	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CLEAN	0	39,9900
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	AMÉRICA	0	50,1800
83	CUBA RIM EM AÇO INÓX, 26X12 CM, CAPACIDADE DE 700 ML	UN	PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MB	0	53,0000
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	MEDPLUS	0	18,7000
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	HOSPITEX	0	18,8000
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MDA	0	24,0000
			QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)	LUMINOX	0	23,8600

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 28/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	FAMI 9338	0	23,8700
			CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES L (7704)	FAMI-ITA	0	24,4100
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Fami/Luminox	0	24,9820
			QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)	LUMINOX	0	7,0000
84	Cuba redonda em INOX, para assepsia - tamanho 08 x 04	UN				
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	FORTINOX	0	7,5800
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	LUMINOX	0	7,7900
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	AMERICA	0	1,0000
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDI HOUSE	0	1,0400
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	America	0	1,1230
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	CIEX	0	2,5000
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	2,8500
86	CURATIVO REDONDO PARA POS COLETA DE SANGUE CX. C/ 100 UNID. - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	CX				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 29/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	Curativo de Hidrocolóide e Alginato de Cálcio e Sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbômero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantoina, - conservantes estes de grande importância para manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto- num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida, para cavidades profundas, úlceras de perna - venosa e arterial - pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com ph neutro, com tampa flip top, tubo com 85gr. APRESENTAÇÃO: TUBO COM 85 GR. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	TB	FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA (7119)	Saf Gel 85g	0	49,0000	1
88	Curativo em Gel - Gel hidrolizado, composto a base de colágeno bovino 20%, glicerina 50% e água desmineralizada 30% - Com 30 gramas.	TB	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ALLY GEL	0	33,4000	2
89	Concentrador de Oxigênio Portátil (fácil para deslocamentos). Com nível de ruído abaixo de 40db, distribuição de oxigênio de cinco litros por minuto, OPI opcional (indicador percentual de oxigênio), filtro com baixa manutenção, dois anos. Fluxo por litro: 0.5-5.0 LPM; Dimensões aproximadas: 23 pol (584 mm) x 15 pol (381 mm) x 9.5 pol (241 mm) [A x L x P]. Níveis de alarmes opi: Nível baixo de oxigênio: 82%; Oxigênio muito baixo: 70%; Temperatura de operação: 55º F a 90º F (12º C a 32 ºC); Umidade em operação: até 95% de umidade relativa; Pressão de saída: 5.5 PSI; Altitude em operação: 0 a 7.500 pés (0 a 2.286 m)	UN	BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	DEVILBSS	0	2.990,0000	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Solmedica	0	3.000,0000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Philips	0	3.050,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	Curativo Especial Hidrocolóide, com bordas delgadas, translúcido, com película lisa de baixa fricção, com linha demarcatória que indica o momento da troca do curativo. Curativo estéril composto por gelatina, pectina e carboximetilcelulose, polissobutileno e polímeros elastoméricos com camada externa de poliuretano que oferece barreira bacteriana e viral. Tamanho 14 x 14 cm. Com registro no Ministério da Saúde.	UN	FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA (7119)	Duoderm Signal 14x14	0	47,0000	1
91	CURATIVO DE HIDROFIBRA COMPOSTO DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PRATA IÔNICA EM UMA CONCENTRAÇÃO DE 0,1 A 2% NÃO DISPENSANDO A PRATA NO LEITO DA FERIDA, ALTAMENTE ABSORVENTE, NÃO ADERENTE, ESTÉRIL, QUE INTERAJA COM O EXUDATO DA FERIDA FORMANDO UM GEL MACIO, QUE MANTENHA O MEIO ÚMIDO, COM DRENAGEM VERTICAL, MANTENDO O FLUXO DISTANTE DA FERIDA E PELE CIRCUNDANTE; INDICADO PARA LESÕES PLANAS E/OU CAVITÁRIAS; FERIDAS CRÔNICAS; ÚLCERATIVAS, TRAUMÁTICAS E CIRÚRGICAS, E EM QUEIMADURAS. PARA O TRATAMENTO DE QUEIMADURAS DE ESPESSURA PARCIAL, QUE PERMANEÇA ATÉ 14 DIAS MANTENDO A AÇÃO ANTIMICROBIANA CONTRA UMA AMPLA GAMA DE MICROORGANISMOS INCLUINDO ENTEROCOCCOS RESISTENTES A VANCOMICINA (VRE), STAPHYLOCOCCOS RESISTENTES A METICILINA (MRSA) E PSEUDOMÔNAS. TAMANHOS: 10 X 10 CM	UN	FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA (7119)	Aquacel AG 10x10	0	54,0000	1
92	Curativo de hidrofibra composto de carboximetilcelulose sódica e prata iônica em uma concentração de 0,1 a 2% não dispensando a prata no leito da ferida, altamente absorvente, não aderente, estéril, que interaja com o exudato da ferida formando um gel macio, que mantenha o meio úmido, com drenagem vertical, mantendo o fluxo distante da ferida e pele circundante; indicado para lesões planas e/ou cavitárias, feridas crônicas, ulcerativas, traumáticas e cirúrgicas, e em queimaduras. Para o tratamento de queimaduras de espessura parcial, que permaneça até 14 dias mantendo a ação antimicrobiana contra uma ampla gama de microorganismos incluindo enterococos resistentes a vancomicina (VRE), staphylococos resistentes a meticilina (MRSA) e pseudomônas. Tamanho: 15 x 15 cm.	UN	FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA (7119)	Aquacel AG 15x15	0	88,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	Curativo composto por espuma de poliuretano com ação antimicrobiana impregnado com prata ligada quimicamente a um carregador que, em contato com íons de sódio do exsudato da ferida libera continuamente prata iônica, possui sistema tranca fluido que garante absorção de grande quantidade de exsudato e impede maceração de pele perí lesão podendo permanecer na ferida por até 07 dias. Indicado para feridas crônicas, feridas ulcerativas, traumáticas e cirúrgicas, com grande quantidade de exsudato com odor forte. Apresentação 15 x 15 cm	UN	MC SURGICAL PROD. MÉD. HOSPITALARES LTDA (8020)		0	100,1000	1
94	Detector de batimentos cardio fetal de mesa, com cabo extensor para ouvir, alimentação bi-volts 110/220V., de fácil manuseio, com controle de tonalidade e filtragem de ruídos, suporte lateral para guarda do transdutor, regulagem de volume, condutor a cristal. Auscultação a partir da décima segunda semana de gestação. Registro na ANVISA	UN	MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	MEDPEJ	0	420,0000	1
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MEDPEJ	0	424,0000	2
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	MEDPEJ	0	480,0000	3
96	Dispositivo de punção venosa Scalp nr. 21	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	0,1370	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	PHARMATEX	0	0,1400	2
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	LAMEDID	0	0,1400	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	0,1400	4
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	0,1440	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 32/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
97	Dispositivo de punção venosa Scalp nr. 23	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Lamedid	0	0,1500
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	LAMEDID	0	0,1500
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Solidor	0	0,1500
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	SOLIDOR	0	0,1500
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR	0	0,1500
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	0,1370
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	LAMEDID	0	0,1400
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	LAMEDID	0	0,1400
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	0,1400
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	0,1440
6	PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)		LAMEDID	LAMEDID	0	0,1500
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Lamedid	0	0,1500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 33/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
98	Dispositivo de punção venosa Scalp nr. 25 - P 300	UN	DAMED DMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Solidor	0	0,1500
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	SOLIDOR	0	0,1500
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR	0	0,1500
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	0,1370
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	LAMEDID	0	0,1400
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	LAMEDID	0	0,1400
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	0,1400
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	0,1440
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	LAMEDID	0	0,1500
9	SOLIDOR		METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Lamedid	0	0,1500
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR	0	0,1500
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	SOLIDOR	0	0,1500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 34/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
99	Dispositivo de punção venosa Scalp nr. 27	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	0,1370
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	LAMEDID	0	0,1400
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	LAMEDID	0	0,1400
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	0,1440
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	LAMEDID	0	0,1500
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Lamedid	0	0,1500
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Solidor	0	0,1500
			MF DE ALMEIDA & C/A. LTDA - ME (7486)	LABOR	0	0,1500
100	DISPOSITIVO INCONTINÊNCIA URINÁRIA Nº 4, DE LÁTEX-SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	UROCONTROL	0	0,9000
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	TAYLOR	0	1,0200
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	1,1600

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 35/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	Eletrodo descartável para monitorização cardíaca em adulto, formato quadrado ou redondo, constituído por um dorso de espuma flexível de polietileno, polivinilálcool, impermeável a líquidos, coberto com adesivo acrílico, polietileno coberto com silicone, polímero sintético hidrofílico. Sistema de pino inox e contrapino metálico recoberto de cloreto de prata. Gel sólido. Indicado para monitorização de até 04 dias (96 horas). Procedimentos cirúrgicos, serviços de emergência, UTI, testes ergométricos, ECG. Embalagem contendo externamente dados de identificação, procedência, data da fabricação, validade, número de lote e registro no Ministério da Saúde.	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALCOR	0	0,1790	1
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Solidor	0	0,2200	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Solidor	0	0,2200	3
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	3M	0	0,2300	4
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	0,2300	5
102	Dispositivo intra-uterino de cobre (DIU). Contraceptivo para ser inserido no útero para evitar a gravidez. Corpo formado por um T flexível de polietileno, sendo a haste do T enrolada com fio de cobre e cada braço do T com um cilindro de cobre. Dois fios brancos de polietileno exteriorizam-se através do cana cervical com comprimento de dois a três cm. Método DIU TCU 380A.	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	INJEFLEX	0	30,0000	1
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	INJEFLEX	0	30,9900	2
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	INJEFLEX	0	32,7000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
103	ENCOSTO DE CABEÇA (IMOBILIZADOR DE CABEÇA): CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIURETANA EXPANDIDA E EMBORRACHADA. POSSUI DOIS CINTOS IMOBILIZADORES REGULÁVEIS PARA TESTA E QUEIXO DO PACIENTE A IMOBILIZAR. PRESO EM VELCRO AO TECIDO QUE VESTE A TÁBUA (PRANCHA) DE RESGATE EM QUALQUER LARGURA. BASE FIXADA NA PRANCHA: 40 X 25CM. LATERAIS FIXADAS NA BASE: 25 X 16 X 0,9 CM. ORIFÍCIO AURICULAR PARA VERIFICAR SANGRAMENTO: 80 MM. LAVÁVEL. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)	ORTOCENTER	0	110,0000
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Fibra	0	111,0000
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	SP	0	114,3800
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	119,2980
104	ELETRODOS - PÁS EXTERNAS PARA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO, ADULTO, P/ APARELHO 400 FUTURA - DEA -	KIT	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Connmed	0	191,3830
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	CMOSDRAKE	0	249,9000
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	CMOS DRAKE	0	302,8000
105	Eletrodos - pás externas para desfibrilador externo automático , infantil, p/ aparelho 400 futura - DEA	KIT	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Connmed	0	191,3830
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	CMOSDRAKE	0	279,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 37/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	CMOS DRAKE	0	302,8000
106	Eletrocautério - Unidade montada em aço antiferruginoso, potência de 100 watts para corte e 50 watts para coagulação, seletor de regulação de potência, saída para pedal, 01 caneta (adaptador de eletrodo), 01 pedal, 01 placa em aço, 01 cabo conexão reforçado, 06 pontas esféricas, sendo: 01 grande, 03 médias, 02 pequenas. Alimentação 110/220 V selecionável.	UN	QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)	EMAI	0	799,0000
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	TRANSMAI	0	800,0000
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	EMAI	0	1.029,1000
107	Equipo p/ infusão solução parenteral macrogotas de plástico descartável	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	FARMATEX	0	0,7400
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EQFLEX	0	0,7500
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR	0	0,7800
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Tkl	0	0,8420
108	Equipo p/ infusão solução parenteral macrogotas de plástico descartável - com respiro	UN	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	DESCARPACK	0	0,8400
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR	0	0,8600
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Tkl	0	0,9820

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 38/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
109	Equipo p/ infusão solução parenteral microgotas de plástico descartável -	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	LABOR IMPORT	0	0,9500
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,9700
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	MEDPLAST	0	0,9900
110	Escada com dois degraus: padrão hospitalar com piso antiderrapante, em metal esmaltado na cor branca.	UN	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	M MOVEIS	0	47,0000
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Olimedic	0	47,5000
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	MARCOS MOVEIS	0	50,4000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marcos Moveis	0	50,5260
111	Escova ginecológica descartável para exames de citologia e de secreções em geral, caixas com 100 unidades, esterilizada	CX	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	KOLPLAST	0	13,1000
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	KOLPLAST	0	14,9000
112	Esparadrapo impermeável, composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante. Nele é aplicada massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Deve ser fácil de rasgar e de excelente flexibilidade, sendo indicado para diversos usos, tais como: afixação de curativos, ataduras, sondas, drenos, cateteres, entre outros. 10 cm x 4,5 m, com capa. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	RL	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	MISSNER	0	3,4000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 39/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015			Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
113	Esparadrapo impermeável composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante. Nele é aplicada massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Deve ser fácil de rasgar e de excelente flexibilidade, sendo indicado para diversos usos, tais como: afixação de curativos, ataduras, sondas, drenos, cateteres, entre outros. 05 cm x 4,5 m, com capa. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	RL	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	ADPELE	0	3,4400	2	
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MISSNER	0	3,9900	3	
			DAMEDIM DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Ciex	0	2,2900	1	
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	MISSNER	0	2,3000	2	
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MISSNER	0	2,3800	3	
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MISSNER	0	2,4700	4	
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cral	0	2,5260	5	
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MISSNER	0	2,5600	6	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 40/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO, RESISTENTE À QUEDAS E LIVRE DE LÁTEX. VISOR COM UMA LETURA FÁCIL E PRECISA. PÉRA E MANGUITO ISENTO DE LÁTEX. BRAÇADEIRA COM FECHAMENTO EM VELCRO RESISTENTE E LAVÁVEL. MANÔMETRO EM LIGA TERMOPLÁSTICA PROPORCIONANDO DURABILIDADE E ABSORÇÃO A IMPACTOS COM GRANDE ABSORÇÃO DE CHOQUES. LAUDO TÉCNICO DO IPEM (INMETRO) COM CERTIFICAÇÃO DE AFERIÇÃO INDIVIDUAL. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CALIBRAÇÃO E MATERIAIS POR PERÍODO NÃO INFERIOR A 5 ANOS APÓS A DATA DE COMPRA, CONFORME MANUAL REGISTRADO NA ANVISA. AS INFORMAÇÕES TAMBÉM DEVEM SER COMPROVADAS ATRAVÉS DO CATÁLOGO ORIGINAL DO PRODUTO. DEVERÁ ACOMPANHAR OS SEGUINTES ACESSÓRIOS: 01 BRAÇADEIRA COM MANGUITO ADULTO, 01 BOLSA COM ZÍPER PARA ACONDICIONAMENTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS.	UN	AL TERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Nissei	0	232,5000	1
			CIRÚRGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VET. LTDA (8015)	NISSEI/HT1500	0	240,0000	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Nissei	0	264,0000	3
115	ESFIGMOMANÔMETRO OBESO RESISTENTE ÀS QUEDAS E LIVRE DE LÁTEX. VISOR COM UMA LETURA FÁCIL E PRECISA. PÉRA E MANGUITO ISENTO DE LÁTEX. BRAÇADEIRA COM FECHAMENTO EM VELCRO RESISTENTE E LAVÁVEL. MANÔMETRO EM LIGA TERMOPLÁSTICA PROPORCIONANDO DURABILIDADE E ABSORÇÃO A IMPACTOS COM GRANDE ABSORÇÃO DE CHOQUES. LAUDO TÉCNICO DO IPEM (INMETRO) COM CERTIFICAÇÃO DE AFERIÇÃO INDIVIDUAL. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CALIBRAÇÃO E MATERIAIS POR PERÍODO NÃO INFERIOR A 5 ANOS APÓS A DATA DE COMPRA, CONFORME MANUAL REGISTRADO NA ANVISA. AS INFORMAÇÕES TAMBÉM DEVEM SER COMPROVADAS ATRAVÉS DO CATÁLOGO ORIGINAL DO PRODUTO. DEVERÁ ACOMPANHAR OS SEGUINTES ACESSÓRIOS: 01 BRAÇADEIRA COM MANGUITO ADULTO, 01 BOLSA COM ZÍPER PARA ACONDICIONAMENTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS.	UN	CIRÚRGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VET. LTDA (8015)	NISSEI/HT1500	0	250,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 41/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1116	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL RESISTENTE À QUEDAS LIVRE DE LÁTEX. VISOR COM UMA LETURA FÁCIL E PRECISA. PÊRA E MANGUITO ISENTO DE LÁTEX. BRAÇADEIRA COM FECHAMENTO EM VELCRO RESISTENTE E LAVÁVEL. MANÔMETRO EM LIGA TERMOPLÁSTICA PROPORCIONANDO DURABILIDADE E ABSORÇÃO A IMPACTOS COM GRANDE ABSORÇÃO DE CHOQUES. LAUDO TÉCNICO DO IPEM (INMETRO) COM CERTIFICAÇÃO DE AFERIÇÃO INDIVIDUAL. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CALIBRAÇÃO E MATERIAIS POR PERÍODO NÃO INFERIOR À 5 ANOS APÓS A DATA DE COMPRA, CONFORME MANUAL REGISTRADO NA ANVISA. AS INFORMAÇÕES TAMBÉM DEVEM SER COMPROVADAS ATRAVÉS DO CATALOGO ORIGINAL DO PRODUTO. DEVERÁ ACOMPANHAR OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: 01 BRAÇADEIRA COM MANGUITO ADULTO, 01 BOLSA COM ZIPER PARA ACONDICIONAMENTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Nissei	0	261,5860	2
			MF DE ALMEIDA & C/A. LTDA - ME (7486)	NISSEI	0	280,0000	3
			CIRÚRGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VET. LTDA (8015)	NISSEI/HT1500	0	240,0000	1
1117	Espéculo vaginal descartável tamanho médio - PSF - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Nissei	0	247,0600	2
			MF DE ALMEIDA & C/A. LTDA - ME (7486)	NISSEI	0	260,0000	3
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	KOLPLAST	0	0,7800	1
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	KOLPLAST	0	0,7900	2
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	ADLIN	0	0,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 42/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
118	Espéculo vaginal descartável tam. Grande-PSF - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES L (7704)	ADLIN	0	0,9000
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ADLIN	0	0,9900
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	ADLIN	0	1,0200
			CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES L (7704)	ADLIN	0	1,1000
119	Espelho vaginal descartável tamanho P - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	Adlin	0	1,2000
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	ADLIN	0	0,6800
			CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES L (7704)	ADLIN	0	0,7000
120	ESTETOSCOPIO, em aço inox com auscultador duplo, projetado para obter uma captação precisa dos mínimos ruídos pulmonares e arteriais. Provido de tubo de "Y", condutores flexíveis de borracha ou vinil, anel não frio. Hastes de metal providas de mola flexíveis, proporcionando articulação perfeita durante o uso. Oliva isenta de rebarbas, provida de rosca para adaptação na haste ou perfeitamente afunilada, proporcionando segurança durante o uso do aparelho. Tubos de borracha c/ diâmetro compatível c/ a haste de metal, sendo um provido de adaptação p/ o auscultador. Deverá ser leve e resistente e vir acompanhado de dois pares de olivas, sobressalentes, de plástico c/ formato anatômico, c/ ajuste confortável e perfeita vedação contra ruídos ambientais. O estetoscópio deverá ser provido de auscultador tipo diafragma modelo adulto. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	36,8000
ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)				Spirit	0	49,4600

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 43/98

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
121	Estetoscópio, em aço inox com auscultador duplo, projetado para obter uma captação precisa dos mínimos ruídos pulmonares e arteriais. Provisto de tubo de "Y", condutores flexíveis de borracha ou vinil, anel não frio. Hastes de metal providas de mola flexíveis, proporcionando articulação perfeita durante o uso. Oliva isenta de rebarbas, provida de rosca para adaptação na haste ou perfeitamente afunilada proporcionando segurança durante o uso do aparelho. Tubos de borracha c/ diâmetro compatível c/ a haste de metal, sendo um provido de adaptação p/ o auscultador. Deverá ser leve e resistente e vir acompanhado de dois pares de olivas, sobressalentes, de plástico c/ formato anatômico, c/ ajuste confortável e perfeita vedação contra ruídos ambientais. O estetoscópio deverá ser provido de auscultador tipo diafragma modelo infantil. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	DYASIST	0	53,9000	3		
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	36,8000	1		
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Spirit	0	49,4600	2		
122	EXTENSÃO PARA OXIGÊNIO EM SILICONE, MANGUEIRA EM SILICONE COM ESTRUTURA INTERNA EM FORMA DE "ESTRELA" EVITANDO A INTERRUPÇÃO TOTAL DA PASSAGEM DE OXIGÊNIO CASO A MESMA SEJA DOBRADA OU AMASSADA ACIDENTALMENTE. MINIMO 01 METRO	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	DIASYST	0	53,9000	3		
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	KINNER	0	4,3500	1		
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	TAYLOR	0	5,8400	2		
123	Fio Mono nylon nr. 2.0 embalagem c/ 24 unid.	CX	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Ideatex	0	8,4200	3		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROCARE	0	16,9000	1		
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	PROCARE	0	17,9400	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 44/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	19,1040
124	Fio Mono nylon nr. 3.0 embalagem c/ 24 unid	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROCARE	0	16,9000
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	PROCARE	0	17,9400
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	19,1040
125	FIO MONO NYLON NR. 4.0 EMBALAGEM C/24 UNIDADES	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROCARE	0	16,9000
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	PROCARE	0	17,9400
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	19,1040
126	Fio Mono nylon nr. 5.0 embalagem c/ 24 unid	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROCARE	0	16,9000
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	PROCARE	0	17,9400
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	19,1040
127	FIO MONO NYLON NR. 6.0	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROCARE	0	16,9000
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	PROCARE	0	17,9400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 45/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	19,1040
128	FORMOL A 10%	L	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Ricie-Wirath-Miyuki	0	32,4600
129	FITA MÉTRICA PARA ENFERMAGEM DE 1,5 MT	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CORRENT	0	2,0000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Macrolife	0	2,6390
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	MACROSUL	0	2,9000
130	Fita adesiva autoclave termo-sensível, indicadora esterilização de embalagens, rolo de 19mmX30m.	RL	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	CieX	0	2,0900
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	CIEX	0	2,1000
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	MASTERFIX	0	2,1200
131	Fita adesiva hipoalérgica, p/ pele porosa, composta para fixação de curativos, composta por dorso de viscosse não tecido recoberto por um adesivo de base acrílica e comprovadamente hipoalérgico / cor branca / validade 02 anos / medida mínima 100 mm x 4,5 m. Com 20 rolos. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	CX	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Missner	0	46,5000
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	CRAL	0	47,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 46/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	COPERTINA	0	58,0000
132	Fita hipoaérgica, suave, p/ pele, porosa, composta de rayon de viscose, não tecido, c/ adesivo acrílico hipoaérgico, rolo 25X4,5 cm, com capa plástica, PCTE c/ 12 unidades cada.	PCTE	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	CRAL	0	12,4000
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MISSNER	0	12,4900
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cral	0	13,8120
133	Fita hipoaérgica, suave, p/ pele, porosa, composta de rayon de viscose, não tecido, c/ adesivo acrílico hipoaérgico, rolo 50X4,5 cm, com capa plástica, pacote c/ 12 unidades cada.	PCTE	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	CRAL	0	19,9200
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cral	0	21,9000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	COPERTINA	0	22,3200
134	Fita hipoaérgica, suave, p/ pele, porosa, composta de viscose, não tecido, c/ adesivo acrílico hipoaérgico- medida mínima 12 mm x 4,5 cm, com capa plástica. Com 12 unidades. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	CRAL	0	8,0000
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALPORE	0	8,1000
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MISSNER	0	12,3000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 47/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
135	Fixador para lâminas, frasco c/ 100 ml.	FR	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VAGISPEC	0	4,9000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Adlin	0	5,3330	2
136	FOCO PARA LUZ. ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO; HASTE FLEXÍVEL CROMADA E REFLETOR PINTADO; ALTURA REGULÁVEL ATRAVÉS DE MANIPULO LATERAL.; ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ; ALTURA MÁX. 1,60M X MÍN. 1,10M;	UN	LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	RENASCE	0	210,0000	1
			QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)	FLEXNEW	0	214,0000	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	VAGALUMY	0	237,1000	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Vagalumi	0	238,5970	4
137	FRASCO PLÁSTICO 300 ML P/ ALIMENTAÇÃO ENTERAL NÃO ESTÉRIL - FRACIONADOR	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Biobase	0	0,6600	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biobase	0	0,7200	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	BIOBASE	0	0,7280	3
138	GAZE EM ROLO TIPO QUEIJO COM 8 DOBRAS DE 91CMX91M- C/13 FIOS SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	RL	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	MEDPLUS	0	20,0000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	TEXCARE	0	21,9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 48/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Clean	0	23,1000
139	Gel neutro para uso em aparelho de eletrocardiograma / ultrassom - 100 ml	FR	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Cathec	0	1,3500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cathec-Dentaltec	0	1,4490
140	GERMI-RIO 5000 ML - DESINFETANTE HOSPITALAR	GL	MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	RICIE	0	19,9800
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Ricie-Wirath-Miyuki	0	21,0530
141	HAMPER CROMADO COM SACO E RODAS	UN	QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)	SOLIDMED	0	68,0000
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	M MOVEIS	0	113,1000
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	S.MED	0	178,8000
142	Hastes flexíveis de algodão (cotonetes) CX c/ 75 unidades	CX	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Cotton	0	0,6800
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	COTTON	0	0,7100
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	COTTON	0	0,7400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
143	Hastes flexíveis descartável modelo "swab" para coleta de secreção , 150mm de comprimento, com algodão hidrófilo enrolado automaticamente na ponta da haste de modo firme. Apresentado em embalagem unitária termoselada e esterilizada, pcte c/ 100 unid	PCTE	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	LABOR IMPORT	0	8,3000
			ODONTOESTE LTDA (7736)	SWAB	0	8,3900
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	LABOR IMPORT	0	8,6000
144	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTOCONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPÓROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA), A TIRA CONTENDO ESPÓROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMORRESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICROORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPA MARRON PERFORADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBO. CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO, QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS. CAIXA COM 100 AMPOLAS. PRAZO DE VALIDADE: 2 ANOS.	CX	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Clean Up	0	510,0000
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	CLEAN TEST	0	540,4000
			CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES L (7704)	3M	0	580,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 50/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015			Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
145	KIT PARTO	KIT	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SERMEDICAL	0	31,0000	1	
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	MARIMAR	0	42,6500	2	
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MARIMAR	0	42,6600	3	
146	KIT P/ APARELHO DE NEBULIZAÇÃO COMPLETO ADULTO, CONTEUDO MASCARA, COPINHO E EXTENSÃO (MANGUEIRA), SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	KIT	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DARU	0	4,6300	1	
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	DARU	0	5,6200	2	
			ODONTOESTE LTDA (7736)	NS	0	6,9600	3	
147	KIT P/ APARELHO DE NEBULIZAÇÃO COMPLETO INFANTIL CONTEUDO MASCARA, COPINHO, EXTENSÃO (MANGUEIRA), SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	KIT	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DARU	0	4,6300	1	
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	DARU	0	5,6200	2	
			ODONTOESTE LTDA (7736)	NS	0	6,9600	3	
148	KIT CITOLOGIA: 01 ESCOVA CERVICAL ESTÉRIL COM SERDAS MACIAS COM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO E 1 ESPÁTULA DE AYRE DE MADEIRA ESTÉRIL EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM ENVELOPE DE PAPEL CIRÚRGICO COM FILME DE POLIÉSTER EM ENVELOPE DE POLIETILENO . PCT COM 100 UNIDADES. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	KIT	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VAGISPEC	0	38,4300	1	
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	ADLIN	0	41,1000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 51/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
149	LÂMINA PARA BISTURI Nº 11 CAIXA COM 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	12,3900
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	14,9000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Solidor	0	15,8200
150	LÂMINA PARA BISTURI Nº 24 CAIXA COM 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	12,3900
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	14,9000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	MAXICOR	0	16,4200
151	LÂMINA PARA BISTURI ESTERILIZADA Nº 15 - COM 100 UNIDADES	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	12,3900
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	14,9000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Maxicor	0	15,8200
152	Lâmina para microscópio, com extremidade fosca, não lapidada, tamanho 26/76 mm e com espessura 1,2 a 1,4 mm, CX com 50UNI	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VAGISPEC	0	2,4800
			ODONTOESTE LTDA (7736)	VISION GLASS	0	2,6000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Global Trade	0	2,6670

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 52/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
153	LANTERNA CLÍNICA PUPILAR, À PILHA, CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO.	UN	CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	MD	0	6,9000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Premium	0	8,3400
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	PREMIUN	0	8,6700
154	LANTERNA RECARREGÁVEL, LÂMPADA HALOGÊNIA DE 200 LUMENS PARA MAIS DE 1 HORA E MEIA DE USO CONTÍNUO, BOTÃO LIGA/DESLIGA E MODO PISCANTE, CONSTRUÍDA EM ALUMÍNIO ANODIZADO. A PROVA D'ÁGUA;	UN	LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MD	0	50,7500
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	SPIRIT	0	75,0000
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	TATICA	0	169,0000
155	Lençol descartavel c/ elástico, medida mínima 1,80x0,60m, pcte c/ 10 unid	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	M.GAUSE	0	6,8000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Medgauze	0	6,8900
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	SKY	0	7,1900
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Impacta	0	7,3200
156	Lençol hospitalar de papel, rolo 50x50 cm.	RL	BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	FLEXPELL	0	3,4300
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	FLEXPEL	0	4,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 53/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	CLEAN	0	4,2000
157	LIXEIRA DE INOX COM PEDAL E TAMPA - 30 LITROS	UN	CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	TRAMONTINA	0	180,6800
			CIRÚRGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VET. LTDA (8015)	ARTINOX/727	0	180,0000
158	Lupa manual redonda com três vezes de aumento, lente de vidro com cabo e proteção lateral em pvc. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Maquira	0	141,9900
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	CIVIAN	0	142,0000
159	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína c/ pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico número 8,5 - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PAR	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MAXITEX	0	0,6500
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SANRO	0	0,6600
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	NEW HAND	0	0,7700
160	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, baixa proteína, lubrificadas c/ pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nr. 6,5. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PAR	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MAXITEX	0	0,6600
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SANRO	0	0,6900

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 54/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	NEW HAND	0	0,7700
						3
161	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína, lubrificadas com pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico, número 7,0- SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PAR	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MAXITEX	0	0,6500
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SANRO	0	0,6600
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	NEW HAND	0	0,7700
						3
162	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína, lubrificadas com pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nº 7.5. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PAR	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MAXITEX	0	0,6600
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SANRO	0	0,6900
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	NEW HAND	0	0,7700
						3
163	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína, lubrificadas com pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nº 8.0. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PAR	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SANRO	0	0,6900
						1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	NEW HAND	0	0,7700
						2
164	Luvas látex, hipo alérgica ambidestras, tamanho extra-pequeno, com pó bioabsorvível, baixa proteína, para atendimento clínico descartáveis, caixa com 100 unidades.	CX	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	NUGARD	0	12,9900
						1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 55/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	EMBRAMAC	0	13,0000
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	DESCARPACK	0	13,2000
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	NUGARD	0	12,9900
165	Luas látex, hipo alérgica, ambidestras, tamanho grande, com pó bioabsorvível, baixa proteína, para atendimento clínico, descartáveis, caixa com 100 unidades.	CX	PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	EMBRAMAC	0	13,0000
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	DESCARPACK	0	13,2000
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	NUGARD	0	12,9900
166	Luas látex, hipo alérgica, ambidestras, tamanho médio, com pó bioabsorvível, baixa proteína, para atendimento clínico, descartáveis, caixa com 100 unidades.	CX	PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	EMBRAMAC	0	13,0000
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	DESCARPACK	0	13,2000
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	NUGARD	0	12,9900
167	Luas látex, hipo alérgica, ambidestras, tamanho pequeno, com pó bioabsorvível, baixa proteína, para atendimento clínico, descartáveis, caixa com 100 unidades	CX	PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	EMBRAMAC	0	13,0000
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	DESCARPACK	0	13,2000
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	NUGARD	0	12,9900
168	MACA FIXA COM CABECEIRA AJUSTÁVEL	UN	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	METALIC	0	225,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
169	MACA RÍGIDA DE RESGATE EM POLIETILENO; PARA IMOBILIZAÇÃO E TRANSPORTE MANUAL DE VÍTIMAS DE ACIDENTES, EM QUALQUER TERRENO; RESISTENTE A IMPACTOS; COM REFORÇOS INTERNOS DA ESTRUTURA; SUPORTE DE PACIENTES DE ATÉ 180 KG; RÍGIDA, LEVE, CONFORTÁVEL E LAVÁVEL, COM PEGA-MÃOS COM SISTEMA ANATÔMICO E PASSADORA DE CINTOS NAS BORDAS COM MEDIDAS IGUAIS E AMPLAS; DESIGN EM ÂNGULO PARA MELHOR ACOMODAÇÃO DO PACIENTE, EVITANDO O SEU DESLIZAMENTO; TRANSPARENTE PARA USO EM RAIO-X E DEMAIS EQUIPAMENTOS; ABERTURAS OBLONGAS NAS PARTES CENTRAL E INFERIOR, PARA VÁRIAS IMOBILIZAÇÕES DO CORPO, CABECA, TRONCO, BRAÇOS OU PERNAS, FLUTUANTE IDEAL PARA O RESGATE EM ÁGUAS, PISCINAS, RIOS E MARES; NÃO CONDUZ ELETRICIDADE. DIMENSÕES: COMPRIMENTO ABERTA: 1900 MM, PESO LÍQUIDO ENTRE 8,0 E 10 KG.	UN	QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)	OLIMEDIC	0	229,0000
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Olimedic	0	270,0000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Rotovale	0	345,0000
170	Máscara descartáveis branca, c/ elástico, atóxica, hipoalergênica, 100% polipropileno, não estéril, não inflamável, isenta de de fibra de vidro, sem látex, uso único. Caixa c/ 50 unid.	CX	LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MARIMAR	0	348,0000
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	SP	0	375,0600
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	OLIMED	0	3,4000
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	INNOVA	0	3,4500
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Talge	0	3,8100

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 57/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
171	Máscara Laringea nº 1, descartável, forma estéril, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos).	UN	BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	RMDESC	0	3,8800
	" Máscara deverá ser constituída por:					
	" Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO);		DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	DESCARPACK	0	4,0000
	" Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente;		ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Talge	0	4,0700
	" Manguito pneumático;					
	" Válvula de retenção unidirecional;		ML COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT (8017)	Ambu	0	22,9000
	" Balão Piloto;					
	" Tubo de Enchimento;					
	" Linha de Referência.					
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	MD	0	42,8000
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MD	0	43,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 58/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
172	Máscara Laringea nº 1,5 descartável, forma estéril, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: " Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO); " Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente; " Manguito pneumático; " Válvula de retenção unidirecional; " Balão Piloto; " Tubo de Enchimento; " Linha de Referência	UN	ML COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT (8017)	Ambu	0	22,9000	1
173	Máscara Laringea nº 2, descartável, forma estéril, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: " Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO); " Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente; " Manguito pneumático; " Válvula de retenção unidirecional; " Balão Piloto; " Tubo de Enchimento; " Linha de Referência	UN	MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864) LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014) ML COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT (8017)	MD MD Ambu	0 0 0	42,8000 43,5000 22,9000	2 3 1
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	MD	0	42,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
174	Máscara Laríngea nº 2,5, descartável, forma estéril, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: " Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO); " Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente; " Manguito pneumático; " Válvula de retenção unidirecional; " Balão Piloto; " Tubo de Enchimento; " Linha de Referência	UN	ML COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT (8017)	Ambu	0	22,9000	1
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MD	0	43,5000	3
175	Máscara Laríngea nº 3, descartável, forma estéril, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: " Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO); " Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente; " Manguito pneumático; " Válvula de retenção unidirecional; " Balão Piloto; " Tubo de Enchimento; " Linha de Referência	UN	ML COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT (8017)	Ambu	0	22,9000	1
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MD	0	43,5000	3
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	MD	0	42,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 60/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
176	Máscara Laringea nº 4, descartável, forma estéril, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: " Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO); " Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente; " Manguito pneumático; " Válvula de retenção unidirecional; " Balão Piloto; " Tubo de Enchimento; " Linha de Referência	UN	MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	MD	0	42,8000	2
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MD	0	43,5000	3
			ML COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT (8017)	Ambu	0	22,9000	1
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	MD	0	42,8000	2
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MD	0	43,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016

Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
177	Máscara Laringea nº 5, descartável, forma estéril, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: " Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO); " Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente; " Manguito pneumático; " Válvula de retenção unidirecional; " Balão Piloto; " Tubo de Enchimento; " Linha de Referência	UN	ML COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT (8017)	Ambu	0	22,9000	1
178	Máscara Laringea nº 6, descartável, forma estéril, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: " Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO); " Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente; " Manguito pneumático; " Válvula de retenção unidirecional; " Balão Piloto; " Tubo de Enchimento; " Linha de Referência	UN	ML COMÉRCIO, IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT (8017)	Ambu	0	22,9000	1
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	MD	0	42,8000	2
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MD	0	43,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 62/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015			Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
179	MASCARA DE VENTURI COM RESERVATÓRIO ADULTO E INFANTIL, TRANSPARENTE, DE VINIL MACIO PARA CONFORTO DO PACIENTE E AVALIAÇÃO VISUAL COMPLETA, COM TUBO DE SUPRIMENTO DE OXIGÊNIO DE 21CM. PRESILHA AJUSTÁVEL DE NARIZ QUE ASSEGURA UMA FIXAÇÃO CONFORTÁVEL (05 ADULTO E 03 INFANTIL)	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	10,7510	1	
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MDA	0	10,8600	2	
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	MD	0	12,2000	3	
180	Máscara de alta concentração de ox. c/ balão reservatório , adulto-	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	8,4630	1	
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	MD	0	9,9300	2	
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MD	0	10,1500	3	
181	Máscara de alta concentração de ox. c/ balão reservatório, pediátrico -	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	8,4630	1	
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	MD	0	9,9300	2	
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	MD	0	10,1500	3	
182	MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, particulado, com eficácia mínima de filtração de 95% de partículas de até 0,3u, tipo nr95, contra bacilo da tuberculose, c/ camadas filtrantes sintéticas, com elástico, de ótima qualidade,	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Aldesc	0	1,4040	1	
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	KSN	0	1,8300	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 63/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
183	MESA INOX COM 1 PRATELEIRA E RODAS	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	BEST FABRIL	0	2,0500	3
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	OLIMEDIC	0	200,1000	1
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	S.MED	0	208,0000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	LM Moveis	0	245,6140	3
184	MOCHO HOSPITALAR COM ENCOSTO E RODAS	UN	CIRÚRGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VET. LTDA (8015)	SOLIDMED/SM09004	0	113,0000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	RENASCKER	0	114,0000	2
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	RENASCKER	0	124,0000	3
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	FERREIRA MOLD	0	2,6400	1
185	Óculos de proteção, cor cristal, lentes de Policarbonato incolor, Proteção contra impactos de partículas volantes e contra luminosidade intensa, radiação ultravioleta ou radiação infravermelha , proteção nas laterais.	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	FENIX	0	4,0500	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Prevemax	0	4,2110	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
186	Otoscópio - Lente de visão ampla para visualização com magnificação. Sistema vedado para otoscopia pneumática. Cabeça altamente resistente a impactos. Conexão para otoscopia pneumática. Espéculos autoclaváveis ou descartáveis. Transmissão da luz por fibra óptica. Acionamento através de botão liga/desliga. Acompanha kit com 14 espéculos e uma lâmpada adicional para pronta substituição, cabo metálico alimentado para 2 pilhas alcalinas "AA"; estojo para guardar e proteger o Otoscópio, clipe de bolso.	UN	CIRÚRGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VET. LTDA (8015)	MD/OMNI3000	0	230,0000
187	Papel para Eletrocardiograma na medida mínima 216 x 16 x 30 m - Para ECG CardioCare 2000	BOB	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	FOUR STAR	0	16,4000
188	Papel termossensível para eletrocardiograma - bobina de 58x30	BOB	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Bionet	0	16,5000
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	TECNOPRINT	0	21,2700
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biomed	0	2,2460
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	TECNOPRINT	0	2,7000
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	CONTI	0	3,4500
189	Papel para esterilização - Branco - 20 cm	RL	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	VEDAMAX	0	26,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 65/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
190	Papel para esterilização - Branco - 30 cm	RL	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	HOSPEFLEX	0	26,9000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Harbo	0	37,7680
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	VEDAMAX	0	39,5000
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	HOSPEFLEX	0	39,6500
191	TESOURA PARA RETIRADA DE PONTOS PEQUENA .	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Harbo	0	56,6600
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Abc	0	8,3400
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	PROFESSIONAL	0	8,3500
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	8,8000
192	Pinça Scheron descartável	UN	METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	ABC	0	9,1800
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VAGISPEC	0	0,7300
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Adlin	0	0,8420
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	VAGISPEC	0	0,8600

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 66/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
193	PINÇA ALIS GINECOLÓGICA FABRICADO EM AÇO INOX MEDINDO 14CM	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Adlin	0	13,7900
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	PROFESSIONAL	0	13,8000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	ABC	0	14,2900
			METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	ABC	0	15,0600
194	PINÇA ALIS GINECOLÓGICA FABRICADO EM AÇO INOX MEDINDO 16CM	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Adlin	0	13,8400
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	PROFESSIONAL	0	13,8500
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	ABC	0	14,0900
195	PINÇA ALIS GINECOLÓGICA FABRICADO EM AÇO INOX MEDINDO 20CM	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Adlin	0	19,3000
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	PROFESSIONAL	0	22,0000
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	GOLGRAN	0	27,4300
196	POLIFIX 02 VIAS COM TAMPA COMPLETO (EQUIPO C/ TAMPA COMPLETO) -	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	0,4520
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport	0	0,5470

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 67/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	VITAL	0	0,5600
197	Ponta de Eletro cauterío - Ponta Bola EM 09	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMAI	0	15,0000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	EMAI	0	15,2200
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	EMAI	0	17,0100
198	Ponta de Eletro cauterío - Ponta Bola EM 11	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMAI	0	15,0000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	EMAI	0	15,2200
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	EMAI	0	17,0100
199	Ponta de Eletro cauterío - Ponta Alça EM 12	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMAI	0	15,0000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	EMAI	0	15,2200
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	EMAI	0	17,0100
200	Ponta de Eletro cauterío - Ponta Faca Reta EM 13	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMAI	0	15,0000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	EMAI	0	15,2200
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	EMAI	0	17,0100

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 68/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
201	Ponta de Eletro cauterio - Ponta Bola EG 14	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMAI	0	15,0000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	EMAI	0	15,2200
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	EMAI	0	17,0100
202	Ponta de Eletro cauterio - Ponta alça redonda EG 20	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMAI	0	15,0000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	EMAI	0	15,2200
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	EMAI	0	17,0100
204	Povedini Degermante, frasco c/ 1 litro	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	13,2630
			METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	Vic Pharma	0	14,1700
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Cristalia	0	14,8500
205	Povedini tópico frasco c/ 01 litro.	FR	BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	VIC PHARMA	0	11,7000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	13,2630
			METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	Vic Pharma	0	14,1700
206	Porta agulha de aço inoxidável com 12 cm de comprimento	UN	CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	ABC	0	13,2500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 69/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
207	Saco p/ lixo hospitalar, branco, 30 litros	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	ABC	0	13,5000
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	ABC	0	13,9300
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	NEKPLAST	0	0,1300
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	ARAKEN	0	0,1300
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	EREPLAST	0	0,1400
208	SACO P/ LIXO HOSPITALAR-BRANCO-CAPAC. 100 LITROS	UN	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	EREPLAST	0	0,2200
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	NEKPLAST	0	0,2900
209	Saco para vômito - tamanho único - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES L (7704)	RAVA	0	0,3500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Descarpack	0	0,5400
210	SELADORA COM CONTROLE DA TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO; ACIONAMENTO ATRAVÉS DE PEDAL; MESA DE APOIO COM CONTROLE DE ALTURA;COMPRIMENTO DA SOLDA 350 MM(SEM LIMITAÇÕES LATERAIS);LARGURA DA SOLDA 12 MM;ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO 18 ;PINTURA EPOXI;VOLTAGEM: 110V OU 220V;DIMENSÕES: 350X250X940; GARANTIA: 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: PERMANENTE PELO FABRICANTE.	UN	DAMEDIMAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Alt	0	274,9900

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 70/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Metal Brey	0	275,0000
			CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VET. LTDA (8015)	STERMAX/SELADB110	0	400,0000
211	Seringa descartável sem agulha - 60 ml	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SR	0	1,1400
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	1,1500
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ADVANTIVE	0	1,6390
212	Seringa descartável sem agulha de 20ml.	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Vital Gold	0	0,2800
			ODONTOESTE LTDA (7736)	SR	0	0,2900
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SR	0	0,3500
213	Seringa descartável sem agulha, com dispositivo de segurança - 10 ml - conforme NR 32	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DESCARPACK	0	0,2400
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	DESCARPACK	0	0,2500
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	BD	0	0,2700

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 71/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
214	Seringa descartável sem agulha, com dispositivo de segurança - 03 ml - conforme NR 32	UN	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	BD	0	0,2100
215	Seringa descartável sem agulha, com dispositivo de segurança - 05 ml - conforme NR 32	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DESCARPACK	0	0,2170
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DESCARPACK	0	0,1800
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	BD	0	0,2100
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	FARMATEX	0	0,2300
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	PHARMATEX	0	0,2300
216	SERINGA PARA INSULINA 1 ML	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DESCARPACK	0	0,1100
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	SOLIDOR	0	0,1130
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	DESCARPACK	0	0,1140
			AL TERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	SR	0	0,1290
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EMBRAMAC	0	0,1300

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 72/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016									
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	DESCARPACK	0	0,1400	6		
217	Solução de Schiller iodo-iodetada com 5,0 g de iodo, 10 g de iodeto de potássio e 250 ml de água destilada. Frasco 1.000 ml	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Gemballa	0	79,8800	1		
218	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 08	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Medsonda	0	0,5740	1		
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,5750	2		
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,5890	3		
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MED SONDA	0	0,6200	4		
219	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 10	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Medsonda	0	0,5800	1		
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,6180	2		
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,6350	3		
220	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 12	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Medsonda	0	0,5800	1		
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,6180	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 73/98

Número do Registro de Preços: 1/2015							Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,6600	3				
221	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 14	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Medsonda	0	0,6170	1				
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,6180	2				
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,6690	3				
222	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 16	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Medsonda	0	0,6200	1				
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,7580	2				
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,8280	3				
223	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 18	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Medsonda	0	0,6800	1				
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,8340	2				
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,8420	3				
224	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 20	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Medsonda	0	0,6800	1				
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,9400	2				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 74/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
225	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 04	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,9520	3
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,3830	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4210	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,4400	3
226	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 06	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,3600	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,3990	2
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDSONDA	0	0,4000	3
227	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 08	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,3700	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,4190	2
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDSONDA	0	0,4200	3
228	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 10	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,4200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 75/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
229	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 12	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,4300	2
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDSONDA	0	0,4400	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4630	4
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,4540	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,4600	2
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDSONDA	0	0,4600	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4630	4
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	MEDSONDA	0	0,4800	5
230	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 14	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,4630	1
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDSONDA	0	0,4700	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4770	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,4900	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 76/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
231	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 16	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,5000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,5050
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,5300
232	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 18	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,5470
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,5500
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,5840
233	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02 VIAS NR. 22	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6700
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	1,8200
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,8600
234	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02 VIAS NR. 20	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6700
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,6800

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 77/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
235	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02(DUAS) VIAS NR. 10	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	1,8200
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,6800
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	1,8200
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	SOLIDOR	0	1,8900
236	SONDA FOLEY ESTERIL 02 VIAS NR. 12	UN	BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	SOLIDOR	0	1,1900
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6700
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,6800
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6700
237	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02(DUAS) VIAS NR. 14	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,6800
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	1,8200
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,6800
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6700
238	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02(DUAS) VIAS NR. 16	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6300
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,6800
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	1,8200
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6300

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 78/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
239	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02(DUAS) VIAS NR. 18	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,6380
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	1,8200
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6700
240	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02(DUAS) VIAS, NR. 08	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,6800
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	1,8200
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6700
241	Sonda p/ alimentação naso enteral adulto, 120 cm. Políuretano, flexível, acompanhada fio-guia em aço inox, conforme normas ANVISA, esterilizada em óxido de etileno	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,6800
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	SOLIDOR	0	1,8900
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SOLOMED	0	8,0000
242	Sonda p/ alimentação naso enteral adulto, 120 cm. Políuretano, flexível, acompanhada fio-guia em aço inox, conforme normas ANVISA, esterilizada em óxido de etileno	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EQFLEX	0	8,0500
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	SOLUMED	0	8,0900

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 79/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
242	Sonda p/ alimentação naso enteral infantil. 60 cm. Silicone, flexível, acompanha fio-guia em aço inox e em nylon, conforme normas ANVISA, esterilizada em óxido de etileno	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EQFLEX	0	8,0000
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	SOLUMED	0	8,0500
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SOLOMED	0	8,1000
243	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR 06	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,1000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	MEDGOLDMAN	0	1,8900
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	WELL LEAD	0	3,8000
244	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR. 04	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,1000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	MEDGOLDMAN	0	1,8900
245	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR. 08	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,1000
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	MEDGOLDMAN	0	1,8900
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,9800
246	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR. 10	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,1000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 80/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016									
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
247	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR. 12	UN	CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	MEDGOLDMAN	0	1,8900	2		
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,9800	3		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,1000	1		
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6700	2		
248	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR. 14	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	1,8820	3		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,1000	1		
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6700	2		
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	1,8820	3		
249	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR. 16	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,1000	1		
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6700	2		
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidor-Proc	0	1,8820	3		
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,6700	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 81/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
250	SONDA URETRAL ESTÉRIL NR. 08	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,3850
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,4100
251	SONDA URETRAL ESTÉRIL NR. 10	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,3960
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,4200
252	SONDA URETRAL ESTÉRIL NR. 12	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,4290
			CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES L (7704)	EMBRAMED	0	0,4000
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	MEDSONDA	0	0,4400
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,4500
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	MEDSONDA	0	0,4600
253	SONDA URETRAL ESTÉRIL NR. 14	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,4200
			CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES L (7704)	EMBRAMED	0	0,4100

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 82/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
254	SONDA URETRAL ESTÉRIL NR. 16	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4350
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,4600
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,4500
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDSONDA	0	0,4590
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,4600
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4690
			CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES L (7704)	EMBRAMED	0	0,4900
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EQFLEX	0	8,3700
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Solumed	0	9,5440
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLUMED	0	10,3800
255	SONDA NASOENTERAL ADULTO	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EQFLEX	0	8,3700
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Solumed	0	9,5440
256	SONDA NASOENTERAL INFANTIL	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EQFLEX	0	8,3700
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Solumed	0	9,5440

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 83/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLUMED	0	10,3800
						3
257	Soro fisiológico 0,9%, frasco - bolsa com facil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 500ml	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Segmenta-Eurofarma	0	2,5390
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EUROFARMA	0	2,5400
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Sanobiol	0	2,8300
						3
258	Soro fisiológico 0,9%, frasco - bolsa, com facil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 125ml	FR	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Sanobiol	0	1,8900
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	EUROFARMA	0	2,0000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Segmenta-Eurofarma	0	2,2180
			METROMED COM MAT MED HOSPLTDA (6243)	Eurofarma	0	2,3700
						4
259	Soro Glico-Fisiológico A 0,9% -frasco - bolsa, com fácil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, 250 ml	FR	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	EUROFARMA	0	2,1700
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Sanobiol	0	2,3600
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Segmenta-Eurofarma	0	2,3860
						3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2015

Página: 84/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
260	SORO GLICO-FISIOLÓGICO A 0,9% -frasco - bolsa, com fácil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, 250 ml	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Segmenta-Eurofarma	0	2,3500
			DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Sanobiol	0	2,3600
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	KABIPAC	0	2,5400
261	SORO GLICOSADO 0,5%, frasco - bolsa, com fácil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 250 ml	FR	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	EUROFARMA	0	2,1700
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EUROFARMA	0	2,2800
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Fresenius Kabi Brasi	0	2,3860
262	SORO GLICOSE 0,5%, frasco - bolsa, com fácil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 500 ml	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Fresenius Kabi Brasi	0	2,5500
			PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	EUROFARMA	0	2,5600
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EUROFARMA	0	2,6900
263	SORO RINGER 500 ML - BOLSA	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EUROFARMA	0	2,5700
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Jp	0	3,0040

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 85/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	JP	0	3,3000
264	SUPORTE METALICO PARA COLOCAÇÃO DE SORO	UN	PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD (7696)	METALIC	0	44,0200
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marcos Moveis	0	54,7370
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MR	0	56,0000
265	Tala de papelão tamanho mínimo 90X20 cm	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	TECNIMED	0	2,1200
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MARIMAR	0	2,4300
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	TECNIMED	0	2,6800
266	TALA DE PAPELÃO 30X20 CM	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	TECNIMED	0	1,1600
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MARIMAR	0	1,3200
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	TECNIMED	0	2,0200
267	TALA DE PAPELÃO 50X20 CM	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	TECNIMED	0	1,4600
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MARIMAR	0	1,7400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 86/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	TECNIMED	0	1,9000	3
268	TALA RÍGIDA, CONFECCIONADA EM TELA ARAMADA, MALEÁVEL PODENDO SER USADA COM FITA CREPE, BANDAGEM OU GAZE PARA UMA IMOBILIZAÇÃO, COMPLETA. USADA PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS. TAMANHO PP - 30 X 08 CM.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	4,9120	1
			DAMED1 DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Bivimed	0	6,4600	2
			ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (7859)	VNO	0	7,2500	3
269	Tala rígida, Confeccionada em tela aramada, maleável podendo ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze para uma imobilização, completa. Usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Tamanho P - 53 x 08 cm.	UN	DAMED1 DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Bivimed	0	9,3600	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	9,6840	2
			ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (7859)	VNO	0	11,0000	3
270	Tala rígida, Confeccionada em tela aramada, maleável podendo ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze para uma imobilização, completa. Usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Tamanho M - 63 x 09 cm	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	10,5260	1
			DAMED1 DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Bivimed	0	11,4000	2
			ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (7859)	VNO	0	12,7500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 87/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
271	Tala rígida, Confeccionada em tela aramada, maleável podendo ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze para uma imobilização, completa. Usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Tamanho G - 86x 10 cm	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	13,6140
272	TAMPÃO OCULAR ADULTO	UN	ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (7859)	VNO	0	15,0000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Bivimed	0	15,3600
		UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cral	0	0,3510
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	OFTAM	0	0,6000
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	OFTAM	0	0,6500
273	TAMPÃO OCULAR INFANTIL	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cral	0	0,2810
			CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES L (7704)	3M	0	0,5500
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	OFTAM	0	0,6000
274	Termômetro Digital clínico	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	STAR	0	5,8600
			ODONTOESTE LTDA (7736)	GERATHERM	0	6,2700
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDEOCO	0	7,3000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 88/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
Classif.						
275	Termômetro para geladeira, com dois displays, que permita visualizar a temperatura mínima e máxima, interna e externa da geladeira, bem como a temperatura do momento. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Supermedy	0	40,5000
			DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Incoterm	0	44,9800
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	JPROLAB	0	49,5000
276	TERMÔMETRO PARA GELADEIRA, INTERNO, TIPO CAPELINHA - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	JPROLAB	0	19,5000
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	J. Prolab	0	21,6400
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	INCONTERM	0	25,9400
277	TESOURA PONTA ROMBA, TESOURA ESPECIAL PARA APH, DESTINADO AO CORTE DE ROUPAS, COM LÂMINAS PONTA ROMBA E COM CORTE LISO. A SEGUNDA LÂMINA CONTEM APOIO PARA O CORTE SEMICIRCULAR E CORTE MICRO-SERRILHADO. POSSUI OLEAIS DE EMPUNHADURA. CONFECIONADA EM PLÁSTICO PARA POLEGAR SUPERIOR E INFERIOR PARA DEDOS MÍNIMOS, ANELAR E MÉDIO AMBIDESTRA	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	MD	0	11,8500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	12,1680
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MD	0	14,0000
278	TESOURA 9 CM, RETA PARA RETIRADA DE PONTOS	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Abc	0	8,3400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 89/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	9,9800
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	ABC	0	10,4000
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	ABC	0	8,9500
			DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	Abc	0	8,9700
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	8,9800
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Embramac	0	5,0530
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Talge	0	6,0300
			PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	DESCARPACK	0	6,4100
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CR	0	29,7900
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	ESPUMA LEVE	0	29,8000
			MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	ZEDAMED	0	29,8500
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	LEMGRUBER	0	0,8670

279 Tesoura reta para retirada de pontos - 12 cm.

280 TOUCA DESCARTAVEL COM TIRAS- COR BRANCA - CX C/ 100 UN.

281 Travesseiro de espuma c/ capa plástica fixa, tam. 50X70cm - comum

282 Tubo cirúrgico nº 200 (Garrote) de látex de 15 metros

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 90/98

Número do Registro de Preços: 1/2015							Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016	
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
					OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	LEMGRUBER	0	1,1500	2	
					ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	1,3050	3	
283	TUBO P/ COLETA DE SANGUE A VÁCUO - TIPO SEM ADITIVO - 10 ml		UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR		0	0,3790	1	
				PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPORT		0	0,3800	2	
				ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport		0	0,4770	3	
284	Tubo p/ coleta de sangue a vácuo K2 EDTA (K2E) 7.2, tampa rocha- 4 ml		UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR		0	0,3400	1	
				ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport		0	0,3450	2	
285	TUBO P/ COLETA DE SANGUE A VÁCUO K2 - COM GEL SEPARADOR - 5 ML		UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport		0	0,5890	1	
286	Tubo p/ coleta de sangue a vácuo K2 - com gelseparador -8 mL		UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport		0	0,7790	1	
287	TUBO P/ COLETA DE SANGUE A VÁCUO K3 EDTA - 2 ML		UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR		0	0,3300	1	
				PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPORT		0	0,3300	2	
				ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport		0	0,4180	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 91/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015			Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
288	Tubo Orotraqueal tamanho nº 3,5 - Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico.	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Solidor	0	2,2600	1	
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	2,6800	2	
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	2,9300	3	
289	Tubo Orotraqueal tamanho nº 4,0 - Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico.	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Solidor	0	2,2600	1	
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	2,6800	2	
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	2,9300	3	
290	Tubo Orotraqueal tamanho nº 4,5 - Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico.	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Solidor	0	2,2600	1	
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	2,6800	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 92/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	2,9300
291	Tubo Orotraqueal tamanho nº 5,0 - Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico.	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Soldor	0	2,2600
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	2,6800
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	2,9300
292	Tubo Orotraqueal tamanho nº 5,5 - Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico.	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Soldor	0	2,2600
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	2,6800
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	2,9300
293	Tubo Orotraqueal tamanho nº 6,0 - Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico.	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Soldor	0	2,2600

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 93/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016						
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
294	Tubo Orotraqueal tamanho nº 6,5 - Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico.	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	2,6800
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	2,9300
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Solidor	0	2,2600
295	Tubo Orotraqueal tamanho nº 7,0 - Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico.	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	2,6800
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	2,9300
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Solidor	0	2,2600
296	Tubo Orotraqueal tamanho nº 8,0 - Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico.	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITALGOLD	0	2,6800
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Solidor	0	2,2600

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 94/98

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 07/01/2015 Válido até: 07/01/2016
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
297	Oxímetro de dedo uso adulto - Aparelho de medição da porcentagem de oxigênio no sangue e a frequência cardíaca. Aparelho com medições precisas, de peso leve, compacto, portátil, de fácil manuseio, e baixo consumo de energia. Funcionamento a base de 02 (duas) pilhas AAA (palito). Sistema de auto desligamento. Indicador de bateria fraca. Faixa de leitura de SpO2: de, no mínimo, 30 a 99%. Faixa de leitura de pulsação de, no mínimo, 30 a 255 bpm (batimento por minuto). Precisão de SpO2 (70 a 99%); +/- 2%. Precisão da pulsação: +/- 2 bpm (batimento por minuto) ou +/- 2%.	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITAL GOLD	0	2,6800	2
			LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA (8014)	CONTEC 50D	0	204,9000	1
298	Umificador de oxigênio, frasco plástico de 250 ml, boca larga, rosca de metal	CX	CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	SOLMEDICA	0	223,6000	2
			CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA (7534)	PROTEC	0	10,8700	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PROTEC	0	11,5200	2
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	PROTEC	0	11,8600	3
299	Vaselina Líquida frasco de 01 litro	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	16,3650	1
			BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL) (8021)	VIC PHARMA	0	17,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 95/98

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
0300	Laringoscópio com 03 lâminas curvas em aço inox - Diasyst. Características técnicas: " Cabo metálico, para 02 pilhas médias Lâminas curvas, em aço inoxidável tipo Macintosh, com acabamento fosco, sendo: nº 01 = 70 mm - nº 02 = 78 mm - nº 03 = 108 mm. " Perfeito encaixe das roscas " Excelente contato elétrico do conjunto " Lâmpadas de alto desempenho e foco centrado para perfeita visualização. Acompanha 01 bolsa em nylon com zíper e compartimentos separados para cabo e lâminas.	UN	MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7864)	MD	0	230,0000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	239,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 96/98

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CIRÚRGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VET. LTDA (8015)	MD/CONVENCIONAL	0	300,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015
PROCESSO Nº 25/2014

- (6243) - METROWMED COM MAT MED HOSP LTDA
- (6410) - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA
- (6665) - OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- (6671) - PRODUALE PROD.HOSPITALARES LTDA
- (6772) - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA
- (6941) - DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA
- (7119) - FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
- (7386) - DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA
- (7486) - MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME
- (7534) - CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA
- (7556) - SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
- (7598) - QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA
- (7696) - PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MÉDICO/LABORATORIAL LTD
- (7704) - CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES L
- (7720) - STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
- (7736) - ODONTOESTE LTDA
- (7738) - ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L
- (7859) - ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
- (7864) - MAXI - DISTRIB. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (8013) - A.P. TORTELLI COM. PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA
- (8014) - LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA
- (8015) - CIRÚRGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VET. LTDA
- (8016) - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 07/01/2015		Válido até: 07/01/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015
PROCESSO Nº 25/2014
(8017) - ML COMÉRCIO IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MÉD. HOSPIT
(8020) - MC SURGICAL PROD. MÉD. HOSPITALARES LTDA
(8021) - BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)

Joaçaba, 7 de Janeiro de 2015.

PLASS**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2014/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2014/PLASS

O Diretor-executivo do PLASS, JULIO CESAR BISSANI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR a Dispensa de licitação nº 01/2014/PLASS nos seguintes termos:

- Modalidade: Dispensa de Licitação nº 01/2014/PLASS.

- Objeto: locação de software do sistema de saúde, para o Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2015.

- Valor total mensal: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 02 de janeiro de 2015

JULIO CESAR BISSANI

Diretor-executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 06 CONTRATO 27/2011

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 06

CONTRATO Nº 27/2011/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 27/2011, celebrado em 27 de dezembro de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 05/2011, instaurado através do Edital nº 02/2011, homologado no dia 27 de dezembro de 2011, que tem como objeto o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação de Compras e Licitações, em ambientes windows, utilizando banco de dados relacional, para o Plano Municipal de Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS, conforme descrito no anexo 1 do Termo de Dispensa de Licitação nº 02/2011/PLASS, no qual se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, nos seguintes termos: CLÁUSULA TERCEIRA - Fica reajustado o valor do contrato original pelo índice IGP-M (FGV) acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 3,6749% passando a vigorar no valor de R\$ 165,13 (cento, sessenta e cinco reais e treze centavos) mensais.

DATA DA ASSINATURA: 08/01/2014.

Joaçaba (SC), 08 de janeiro de 2015

JULIO CESAR BISSANI

Diretor-executivo do PLASS

Lages**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 08/2015 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 08/2015 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC

CONTRATADO: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 93.988.921/0001-95, estabelecida na Av. Cavalhada, 3489 - Cavalhada, Porto Alegre/RS - CEP. 91.740-001

Processo Licitatório nº 256/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 95/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores para consumo nos veículos e Máquinas pertencentes a Frota do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Garagem da PML, à Rua Ministro Pedro de Toledo nº 07, Bairro Coral, CEP 88509-220, Fone (49) 3223-3449, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 376.655,00 (trezentos e setenta e seis mil seiscentos e cinquenta e cinco reais),

Lages 09 de Janeiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 09/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 09/2015 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC

CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 73.730.129/0001-29, estabelecida na Rua. Apararicio Borges, 535 - Térreo - Centro, Frederico Westphalen/RS - CEP. 98.400-00.

Processo Licitatório nº 256/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 95/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores para consumo nos veículos e Máquinas pertencentes a Frota do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Garagem da PML, à Rua Ministro Pedro de Toledo nº 07, Bairro Coral, CEP 88509-220, Fone (49) 3223-3449, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 9.752,00 (nove mil setecentos e cinquenta dois reais)

Lages 09 de Janeiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 10/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 10/2015 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC

CONTRATADO: COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 88.197330/0001-60, estabelecida na Av. 7 de Setembro, 236 - Ed Itália - Centro, Tapejara - CEP. 99.950-000

Processo Licitatório nº 256/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 95/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores para consumo nos veículos e Máquinas pertencentes a Frota do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Garagem da PML, à Rua Ministro Pedro de Toledo nº 07, Bairro Coral, CEP 88509-220, Fone (49) 3223-3449, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 89.258,00 (oitenta e nove duzentos e cinquenta e oito reais).

Lages 09 de Janeiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 11/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 11/2015 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 94.510.682/0001-26, estabelecida na Rua. Mal. H. de Alencar Castelo Branco, 56 - Planalto, Bento Gonçalves/RS - CEP. 95.700-00. Processo Licitatório nº 256/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 95/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores para consumo nos veículos e Máquinas pertencentes a Frota do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Garagem da PML, à Rua Ministro Pedro de Toledo nº 07, Bairro Coral, CEP 88509-220, Fone (49) 3223-3449, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais).

Lages 09 de Janeiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 423/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0423/2014 de 08 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, ao Servidor, ALESSANDRO TEODORO, ocupante do cargo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA, do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 27/12/2013 a 28/06/2014 e período de gozo de 08/12/2014 a 27/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 08 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 424/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0424/2014 de 12 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, a Servidora GILVANE GUESSER BELLI, ocupante do cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 10/08/2012 a 09/08/2013 e período de gozo de 12/12/2014 a 10/01/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 12 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 425/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0425/2014 de 12 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 91 caput. da Lei Complementar nº 0076 de 12/01/2012.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, para a servidora, ODAIR GUEDES DA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM á partir da data de 01/12/2014, sem prejuízo a sua remuneração.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 12 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 426/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0426/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, ELAINE GRANEMANN SOUZA, ocupante do cargo de ENFERMEIRA do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 427/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0427/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR O FUNCIONÁRIO, IDINEI JOSÉ GUEDES, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 428/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0428/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR O FUNCIONÁRIO, VILMAR JOSÉ DE MIRANDA, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 429/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0429/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, IRONI R. CAVALHEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 430/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0430/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital

e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR O FUNCIONÁRIO, AMAURI ANTONIO GRAZZIOTIN ocupante do cargo de ASSESSOR FINANCEIRO, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 431/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0431/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, KELLY FERNANDA DURDYN, ocupante do cargo de DIRETORA ADMINISTRATIVA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 432/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0432/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR O FUNCIONÁRIO, VILMAR JOÃO PIERDONÁ, ocupante do cargo de CHEFE DE SERVIÇOS CONTÁBEIS do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 433/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0433/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR O FUNCIONÁRIO, ANDERSON LUIZ PRESSES, ocupante do cargo de VIGIA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 434/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0434/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, SANDRA PAES DE LIMA, ocupante do cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 435/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0435/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, EDNA FERREIRA DE PAULA DE SOUZA, ocupante do cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 436/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0436/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, LAÍSA GABRIELLA PRADO DE LIMA, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 437/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0437/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, MARCELI GUEDES MOREIRA, ocupante do cargo de COZINHEIRA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 438/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0438/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, ALYSSA OHANNA SOARES, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 439/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0439/2014 de 31 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital

e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, IDINÉIA RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 440/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0440/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO O FUNCIONÁRIO, ALESSANDRO TEODORO, ocupante do cargo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02/01/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 441/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0441/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - NOMEAR A FUNCIONÁRIA, KELLY FERNANDA DURDYN, para ocupar o cargo de DIRETORA ADMINISTRATIVA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 442/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0442/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - NOMEAR O FUNCIONÁRIO, VILMAR JOÃO PIERDONÁ, para ocupar o cargo de CHEFE DE SERVIÇOS CONTÁBEIS do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 443/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0443/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - NOMEAR O FUNCIONÁRIO, AMAURI ANTONIO GRAZZIOTIN, para ocupar o cargo de ASSESSOR FINANCEIRO do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 444/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0444/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § III, e de conformidade com a lei nº 065/ de 03/11/2010.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, IDINÉIA RODRIGUES DOS SANTOS, para ocupar o cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 445/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0445/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § I , em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, MARCELI GUEDES MOREIRA, para ocupar o cargo de SERVENTE do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015.(Em substituição a Rose Maria Paes Gomes por motivo de Auxílio Doença).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 446/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0446/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § I , e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03.11.2010.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, LAÍSA GABRIELLA PRADO DE LIMA, para ocupar o cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015.(Em substituição a Funcionária Cecília de Almeida França por motivo de exoneração da mesma).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 447/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0447/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º , §I e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, EDNA FERREIRA DE PAULA DE SOUZA, para ocupar o cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015.(Em substituição a funcionária Vilma Cavalheiro por motivo de aposentadoria previdenciária).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 448/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0448/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º, §I e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, IRONI R. CAVALHEIRO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de COPEIRA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015.(Em substituição a funcionária Ivanir Aparecida Rauen, por motivo de aposentadoria previdenciária).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 449/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0449/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

R E S O L V E:

ART. 1º - NOMEAR A FUNCIONÁRIA, ELAINE GRANEMANN SOUZA, para ocupar o cargo de CHEFE DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 450/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0450/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § I, e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, LUCIANA PAES DE MELLO, para ocupar o cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015.(Em substituição a funcionária Leonir Terezinha de Souza por motivo da mesma estar em Auxílio Doença).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 451/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0451/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § III, e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, SAMARA DA SILVA CORREIA, para ocupar o cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 452/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0452/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § III, e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONTRATAR O FUNCIONÁRIO, JEAN CARLOS TELES DE SOUZA, para ocupar o cargo de VIGIA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 453/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0453/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § I, e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONTRATAR O FUNCIONÁRIO, VILMAR JOSÉ DE MIRANDA, para ocupar o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015. (Em Substituição a funcionária Clarice Alves dos Santos por motivo de aposentadoria previdenciária).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 454/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0454/2015 de 02 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § I, e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONTRATAR O FUNCIONÁRIO, IDINEI JOSÉ GUEDES, para ocupar o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02 de Janeiro de 2015. 20 horas (Em Substituição a funcionária Cirlei Alves dos Santos por motivo de aposentadoria previdenciária).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 455/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0455/2015 de 05 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § I, e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONTRATAR O FUNCIONÁRIO, EDERSON LUIZ CARNEIRO, para ocupar o cargo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 05 de Janeiro de 2015.(Em Substituição ao titular Alessandro Teodoro por motivo de pedido de Exoneração do mesmo).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 05 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 456/2015 - HMMSA6

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0456/2015 de 05 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012. em seu artigo 68.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONCEDER, FÉRIAS NORMAIS a servidora, ANA MARIA WERNER, ocupante do cargo de FARMACÊUTICA, relativo ao período aquisitivo de 01/06/2013 a 01/06/2014 e período de gozo de 05/01/2015 a 03/02/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 05 de janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 457/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0457/2015 de 05 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

R E S O L V E:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, ao Servidor, VENCESLAU ANTUNES DE SOUZA, ocupante do cargo de VIGIA, do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 01/06/2012 a 31/05/2013 e período de gozo de 05/01/2015 a 03/02/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 05 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 458/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0458/2015 de 05 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º., Alínea "f" do Regimento Interno desta instituição do Hospital, de 14 de Maio de 1979. e Lei 8.666/93.

R E S O L V E:

ART. 1º/ NOMEAR à partir desta data a COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES do Hospital Santo Antonio, composta pelos seguintes membros:

-KELLY FERNANDA DURDYN - Presidente
 -VILMAR JOÃO PIERDONÁ - Secretário
 -ELAINE GRANEMANN SOUZA - Membro
 -ANA MARIA WERNER - Membro

ART. 2º. - A investidura da referida comissão terá validade por 31/12/2015.

ART. 3º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 05 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
 Presidente

PORTARIA Nº 459/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0459/2015 de 05 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

R E S O L V E:

ART. 1º - APROVAR E DIVULGAR A ESCALA DE FÉRIAS NORMAIS dos servidores efetivos do Hospital Santo Antonio, relativo ao exercício de 2014, de acordo com o artigo 68 da LC no. 76 de 12/01/2012, conforme discriminação que consta:

FÉRIAS NORMAIS

NOME DO SERVIDOR PERÍODO AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO

ANA MARIA WERNER	01/06/2013 à 31/05/2014	05/01/2015 á 03/02/2015
VENCESLAU A. DE SOUZA	01/06/2012 à 31/05/2013	05/01/2015 á 03/02/2015
VITAL A. PALHANO	01/04/2012 à 31/03/2013	05/01/2015 á 03/02/2015
ALBERTH H. C. BAR- RETO	07/11/2013 à 06/11/2014	02/03/2015 á 31/03/2015
ZENILDA AP. GOMES	31/08/2012 à 30/08/2013	02/02/2015 á 03/03/2015
NEIVA MACIEL ROSA	01/06/2012 á 31/05/2013	02/03/2015 á 31/03/2015
LEONILDA DIAS DOS REIS	02/07/2012 à 01/07/2013	03/04/2015 á 03/05/2015
GILVANE G. BÉLLI	10/08/2012 à 09/08/2013	15/12/2014 a 13/01/2015
CLAUDTE G. DA SILVA	03/05/2013 á 02/05/2014	01/05/2015 á 30/05/2015

ROSELI PAES DE MELLO	02/06/2013á 31/05/2014	01/05/2015 á 30/06/2015
ELAINE AP. RISSON	20/04/2013 á 19/04/2014	01/07/2015 á 30/07/2015
ODETE T. DA SILVA	03/05/2013 á 02/05/2014	01/07/2015 á 30/07/2015
VOLNEY A. WEBBER	12/06/2014 á 11/06/2015	03/08/2015 á 01/09/2015
IRACENI M. DA SILVA	20/06/2014 á 19/06/2015	03/08/2015 á 01/09/2015
MAYARA DE F. CARLIN	03/02/2014 á 03/02/2015	01/09/2015 á 30/09/2015

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 05/01/2015
 MOACIR GALENO VARELA FURTADO
 Presidente

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO N.º 004/2014 - IPRELL

CONTRATO Nº 004/2014

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2014 - Aditivo de Prazo.

Contrato que entre si celebram INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - IPRELL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20 - Centro - Leoberto Leal/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.916.700/0001-19, neste ato representada por sua Diretora Executiva a Senhora Silvana Capistrano Lopes, brasileira, portadora do RG nº 3.361.399 e CPF/MF nº 017.410.949-09, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e Andrea Cristine Krause, com endereço na Rua Fernando Ferreira de Melo, n. 204, Bl. A, Conj. 303 - Bom Abrigo - Florianópolis - SC, registrada no CPF sob o nº 864.073.419-49, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório CONVITE nº 001/2014, homologado em 16 de janeiro de 2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

Considerando, a necessidade de o IPRELL ter um representante judicial, em processos em que o mesmo seja parte, Réu ou Autor ou Interessado, comparecendo a audiências e tomando sua defesa para pleitear uma decisão favorável;

Considerando que, o IPRELL necessidade da continuação dos serviços de Consultor Jurídico para orientar nos processos administrativos de concessão ou revisão de benefícios, e em outros decorrentes de regulamentos administrativos, elaborando pareceres de forma a orientar o Diretor-Executivo do IPRELL, quanto a questões atuarias, e análise de projetos de lei que envolvam a autarquia previdenciária municipal, entre outros;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 001/2014, homologado em 16 de janeiro de 2014, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2014 - Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 002/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso II, com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:
II - Fica o Contrato nº 002/2014 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2015, a partir de 02 de janeiro de 2015, através do aditivo de Contrato nº 004/2014, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 002/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, IPRELL e Contratado assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias

de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação nos meios oficiais.

Leoberto Leal/SC, 30 de dezembro de 2014.

INSTIT. DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - IPRELL

Contratante

ANDREA CRISTINE KRAUSE

Contratada

Testemunhas:

WORLD JOSÉ KREUSCH

CPF: 471.603.309-00

LIZANDRO KREUSCH

CPF n.º 023.728.959-82

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de lâminas para os tratores da Secretaria Municipal da Agropecuária e Meio Ambiente, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 001/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 22 de janeiro de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 09/01/2015.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal e.e.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO 04/2015 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em exercício, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de Transporte Escolar em Linha do Interior do Município para o ano letivo de 2015, no dia 23 de janeiro de 2015 as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, na Secretaria Geral de Governo, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.1177.

Lindóia do Sul - SC, 07 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti

Prefeito Municipal em exercício

Luzerna

PREFEITURA

1º TA - CA FMS Nº 0040.14 - PL FMS Nº 0076.13 - PP RP FMS Nº 0054.13 – CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO SUS - GESTÃO SAÚDE LTDA ME

PRIMEIRO TERMO ADITIVO [1º TA]

CONTRATO ADMINISTRATIVO - FMS Nº 0040.2014

PROCESSO LICITATÓRIO - FMS Nº 0076.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - FMS Nº 0054.2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo FMS nº 0040.2014, oriundo do Processo Licitatório FMS nº 0076.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço FMS nº 0054.2013, que entre si celebram, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e GESTÃO SAÚDE LTDA ME, com o fito de prorrogar até 31.03.2015 o prazo de vigência do contrato.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC (89609-000), neste ato representado seu Gestor Público Municipal, o Sr. WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, brasileiro, solteiro, odontólogo, inscrito no CPFF sob o nº 007.630.159-11 e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R 4.092.312, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 476, Bairro São Francisco, neste Município de Luzerna/SC (89609-000); e de outro GESTÃO SAÚDE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.556.416/0001-04, com sede administrativa na Rua Mário Lobo, nº 61, sala 1.112, Centro, no Município de Joinville/SC (89.201-330), neste ato representado por seu sócio administrador, o Sr. NORIVAL RAULINO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, maior, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 027.027.569-62, e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 2/C 3651026, expedido pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Hofmann, nº 62, Bairro Saguazu, na cidade de Joinville/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência do instrumento contratual outrora firmado até 31.03.2015.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e no instrumento editalício convocatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que

o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, terça-feira, 30 de dezembro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS CONTRATANTE

NORIVAL RAULINO DA SILVA JUNIOR
GESTÃO SAÚDE LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

**1º TA - CA PML Nº 0169.A.14 - PL PML Nº 0073.13
- PP RP PML Nº 0053.13 – ASFALTO C.A.U.Q. - VIGA
PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA**

1º TEMO ADITIVO [1º TA]

CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0169-A.2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0132.2013.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0073.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0053.2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PML nº 0169-A.2014, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0073.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0053.2013, que entre si celebram, o MUNICÍPIO DE LUZERNA e VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, com o fito de prorrogar o prazo de vigência do contrato.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.223.659/0001-81, com sede administrativa na Av. XV de novembro, nº 468, 1º andar, em Joaçaba/SC, neste ato representada por seu sócio-administrador, o Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 008.482.959-19, e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 3.538.752, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, nº 1800, apto 301, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA PRORROGAÇÃO DO
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

1.1. O presente instrumento tem por objeto aditar o contrato susomencionado para prorrogar até 31.12.2015 o seu prazo de

vigência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, terça-feira, 30 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

1º TA CONTRATO FMS Nº 058.13

PRIMEIRO TEMO ADITIVO - [1º TA].

CONTRATO ADMINISTRATIVO - FMS Nº 0058.2013.

PROCESSO LICITATÓRIO - FMS Nº 0088.2013.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - FMS Nº 0005.2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo FMS nº 0058.2013, oriundo do Processo Licitatório FMS nº 0088.2013, Inexigibilidade de Licitação FMS nº 0005.2013, que entre si celebram a o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC através de seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, com o fito de prorrogar o prazo de vigência do contrato em mais doze meses e repactuar o seu valor, majorando-o em 8% (oito pontos percentuais).

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, através de seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.574.092/0001-77, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Gestor, o Sr. WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, brasileiro, solteiro, Secretário Municipal e Odontólogo, inscrito no CPF sob o nº 007.630.159-11, e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R

4.092.312, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, nº 476, Bairro São Francisco, neste Município de Luzerna/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 84.592.369/0009-88, com sede administrativa na Travessa Domingos Floriani Bonato, nº 37, em Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Diretor Geral, o Sr. ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT, brasileiro, divorciado, cirurgião dentista, inscrito no CPF sob o nº 003.141.299-87, e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R-1.704.628, residente e domiciliado na Travessa Carlos Zimmermann, nº 14, aptº 201, no Município de Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA REPACTUAÇÃO DO PREÇO DO CONTRATO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto inicial prorrogar em 12 (doze) meses o prazo de vigência do contrato susomencionado, que passa a ter vigência até 31.12.2015.

1.2. O presente instrumento possui também por objeto a repactuação do valor do contrato, majorando-o em 8% (oito pontos percentuais), o que representa um acréscimo de R\$ 617,76 (seiscentos e dezessete reais e setenta e seis centavos) no valor de cada parcela mensal, que, em função da aludida majoração passará de R\$ 7.722,00 (sete mil setecentos e vinte e dois reais) para R\$ 8.339,76 (oito mil trezentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos).

1.2.1. A repactuação se dá em função da alteração do equilíbrio econômico financeiro do contrato alhures firmado.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato Administrativo original, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, terça-feira, 30 de dezembro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS
CONTRATANTE

ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA
Nome Legível:
RG:
CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:
RG:
CPF:

1º TA CONTRATO PML Nº 169A.14

1º TEMO ADITIVO [1º TA]

CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0169-A.2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0132.2013.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0073.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0053.2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PML nº 0169-A.2014, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0073.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0053.2013, que entre si celebram, o MUNICÍPIO DE LUZERNA e VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, com o fito de prorrogar o prazo de vigência do contrato.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.223.659/0001-81, com sede administrativa na Av. XV de novembro, nº 468, 1º andar, em Joaçaba/SC, neste ato representada por seu sócio-administrador, o Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 008.482.959-19, e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 3.538.752, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, nº 1800, apto 301, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto aditar o contrato susomencionado para prorrogar até 31.12.2015 o seu prazo de vigência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, terça-feira, 30 de dezembro de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC
CONTRATANTE

FELIPE RAMOS D'AGOSTINI
VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

1º TA CONTRATO PML Nº 172A.14

PRIMEIRO TERMO ADITIVO [1º TA]

CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0172-A.2014

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0077.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0055.2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PML nº 0172-A.2014, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0077.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0055.2013, que entre si celebram, o MUNICÍPIO DE LUZERNA e DIGIMAQ MULTIMARCAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA EPP, com o fito de prorrogar em 07 (sete) meses o prazo de vigência do contrato.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro DIGIMAQ MULTIMARCAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Getúlio Dornelles Vargas, nº 1661-N, Bairro Centro, na cidade de Chapecó/SC (89805-000), inscrita no CNPJ sob o nº 01.974.813/0001-45, neste ato representado por seu sócio administrador, o Sr. RUI TAETI LAMAISON, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 408.290490-53 e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 89802130, residente e domiciliado à Rua Pinheiros, nº 290-D, Bairro Palmital, no município de Chapecó/SC, doravante denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência do instrumento contratual outrora firmado em mais 07 (sete) meses.

1.2. O instrumento outrora firmado passará então, após a assinatura do presente Aditivo, a ter vigência até 31 de julho de 2015.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e no instrumento editalício convocatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, terça-feira, 30 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

RUI TAETI LAMAISON

DIGIMAQ MULTIMARCAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA EPP CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2º TA CONTRATO FMS Nº 009.14

2º TERMO ADITIVO [2º TA]

CONTRATO - FMS Nº 0009.2014.

PROCESSO LICITATÓRIO - FMS Nº 0036.2014.

TOMADA DE PREÇO - FMS Nº 0003.2014.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato FMS nº 0009.2014, oriundo do Processo Licitatório FMS nº 0036.2014, Tomada de Preço FMS nº 0003.2014, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, com o fito de prorrogar em 120 (cento e vinte) dias o prazo de execução da obra.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC (89609-000), neste ato representado seu Gestor Público Municipal, o Sr. WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, brasileiro, solteiro, odontólogo, inscrito no CPF sob o nº 007.630.159-11 e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R 4.092.312, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 476, Bairro São Francisco, neste Município de Luzerna/SC (89609-000), doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.234.560/0001-85, com sede na Rua Pedro Kuns, nº 20, Bairro Santa Tereza, na cidade de Joaçaba/SC (89600-000), representada por seu sócio administrativa, o Sr. JUNIOR DE MATTOS, brasileiro, maior, administrador, portador documento de identidade do tipo RG, de nº 11/C 3.652.085, inscrito no CPF sob o nº 040.937.649-30, residente e domiciliado na Rua Jorgelino Ribeiro

dos Santos, nº 75, Centro, na cidade de Joaçaba/SC (89600-000), doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA:

1.1. O presente instrumento tem por objeto aditar o contrato susomencionado para prorrogar em mais 120 (cento e vinte) dias o prazo previsto para a execução da obra.

1.2. O prazo de execução do objeto licitado fica então prorrogado, após a assinatura do presente instrumento, até 25 de abril de 2015.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, terça-feira, 23 de dezembro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS
CONTRATANTE

JUNIOR DE MATTOS
CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2º TA CONTRATO PML Nº 021.13

SEGUNDO TERMO ADITIVO [2º TA]

CONTRATO ADMINISTRATIVO- PML Nº 0021.2013

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0004.2013.

CARTA CONVITE - PML Nº 0001.2013.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PML nº 0021.2013, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0004.2013, Carta Convite PML nº 0001.2013, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC - PML e RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO URBANO DESENVOLVIMENTO, com o fito de prorrogar em 12

(doze) meses o prazo de vigência do contrato e aplicar ao preço contratado a correção inflacionária do acumulado do INPC dos últimos 12 (doze) meses.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO URBANO DESENVOLVIMENTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.665.060/0001-02, com sede administrativa na Avenida São João Sul, nº 580, sala 201, Centro, no Município de Faxinal dos Guedes/SC, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. RAFAEL BENDER, brasileiro, solteiro, empresário, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 3.815.493, inscrito no CPF sob o nº 009.584.779-06, residente e domiciliado na Rua Barra Grande, s/n, Casa, Centro, no Município de Faxinal dos Guedes/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA APLICAÇÃO DA CORREÇÃO INFLACIONÁRIA:

1.1. O presente instrumento tem por objeto inicial a prorrogação da vigência do instrumento contratual outrora firmado em mais 12 (doze) meses.

1.2. O instrumento outrora firmado passará então, após a assinatura do presente Aditivo, a ter vigência até 31 de dezembro de 2015.

1.3. O presente instrumento possui ainda como objeto secundário a aplicação de correção inflacionária sobre valor atualmente praticado, aplicando-lhe, portanto, a majoração do acumulado do INPC, dos últimos 12 (meses), que equivale a 6,33% (seis pontos e trinta e três décimos percentuais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, terça-feira, 30 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC
CONTRATANTE

RAFAEL BENDER
RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO URBANO DESENVOLVIMENTO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2º TA CONTRATO PML Nº 079.12

SEGUNDO TERMO ADITIVO [2º TA]

CONTRATO ADMINISTRATIVO- PML Nº 0079.2012

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0103.2012.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PML Nº 0015.2012.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PML nº 0079.2012, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0103.2012, Dispensa de Licitação PML nº 0015.2012, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC e FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME, com o fito de prorrogar em 12 (doze) meses o prazo de vigência do contrato.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.753.029/0001-93, com sede administrativa na Rua Victor Konder, nº 1005, sala 303, Centro, na cidade de Xanxerê/SC, representada neste ato por seu sócio-diretor, o Sr. EDSON ANTÔNIO VALGOI, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 579.791.039-04 e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 1.783.138, residente e domiciliado às margens da BR 282, Bairro Três Barras, na cidade de Xanxerê/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência do instrumento contratual outrora firmado em mais 12 (doze) meses.

1.2. O instrumento outrora firmado passará então, após a assinatura do presente Aditivo, a ter vigência até 31 de dezembro de 2015.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, terça-feira, 30 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

EDSON ANTÔNIO VALGOI

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2º TERMO ADITIVO - CONTRATO FMS Nº 0009.2014 - PL FMS Nº 0036.2014 - TP FMS Nº 003.2014 - UBS - CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

2º TERMO ADITIVO [2º TA]

CONTRATO - FMS Nº 0009.2014.

PROCESSO LICITATÓRIO - FMS Nº 0036.2014.

TOMADA DE PREÇO - FMS Nº 0003.2014.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato FMS nº 0009.2014, oriundo do Processo Licitatório FMS nº 0036.2014, Tomada de Preço FMS nº 0003.2014, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, com o fito de prorrogar em 120 (cento e vinte) dias o prazo de execução da obra.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC (89609-000), neste ato representado seu Gestor Público Municipal, o Sr. WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, brasileiro, solteiro, odontólogo, inscrito no CPFF sob o nº 007.630.159-11 e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R 4.092.312, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 476, Bairro São Francisco, neste Município de Luzerna/SC (89609-000), doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.234.560/0001-85, com sede na Rua Pedro Kuns, nº 20, Bairro Santa Tereza, na cidade de Joaçaba/SC (89600-000), representada por seu sócio administrativo, o Sr. JUNIOR DE MATTOS, brasileiro, maior, administrador, portador documento de identidade do tipo RG, de nº 11/C 3.652.085, inscrito no CPF sob o nº 040.937.649-30, residente e domiciliado na Rua Jorgelino Ribeiro dos Santos, nº 75, Centro, na cidade de Joaçaba/SC (89600-000), doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao

Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA:

1.1. O presente instrumento tem por objeto aditar o contrato susomencionado para prorrogar em mais 120 (cento e vinte) dias o prazo previsto para a execução da obra.

1.2. O prazo de execução do objeto licitado fica então prorrogado, após a assinatura do presente instrumento, até 25 de abril de 2015.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, terça-feira, 23 de dezembro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS CONTRATANTE

JUNIOR DE MATTOS

CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

4º TA - CA PML Nº 0045.2010 - PL PML Nº 0079.2010 – CP PML Nº 0003.2010 – PERMISSÃO DE USO – QUIOSQUE DA PRAÇA – APLICA CORREÇÃO INFLACIONÁRIA

QUARTO TERMO ADITIVO [4º TA]

CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0045.2010

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0079.2010.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA - PML Nº 0003.2010.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PML nº 0045.2010, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0079.2010, Concorrência Pública PML nº 0003.2010, que entre si celebram, o MUNICÍPIO DE LUZERNA e MAGLANE APARECIDA ZAMBIAZZI - MEI, com o fito de majorar o valor do contrato, aplicando-lhe correção inflacionária representada pelo acumulado do INPC dos últimos 12 (doze) meses.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº

01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente PERMITENTE; e de outro MAGLANE APARECIDA ZAMBIAZZI - MEI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 12.542.235/0001-94, com sede na Rua da Represa, nº 374, Centro, em Luzerna/SC, representada neste ato por sua titular, a Sra. MAGLANE APARECIDA ZAMBIAZZI, brasileira, casada, microempreendedora individual, inscrita no CPF sob nº 671.236.439-68, e portadora de documento de identidade do tipo RG, de nº 2.140.864, residente e domiciliada na Rua da Represa, nº 374, Centro, em Luzerna/SC, doravante simplesmente denominada PERMISSONÁRIA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA APLICAÇÃO DA CORREÇÃO INFLACIONÁRIA:

1.1. O presente instrumento tem por objeto majorar o valor do contrato, aplicando-lhe correção inflacionária representada pelo acumulado do INPC dos últimos 12 (doze) meses, o qual corresponde a 6,5881% (seis pontos e cinco mil oitocentos e oitenta um décimos percentuais).

1.2. O valor do contrato outrora firmado passará então, após a assinatura do presente instrumento, ao importe de R\$ 77,84 (setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)/mês.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e no instrumento editalício convocatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, terça-feira, 04 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

PERMITENTE

MAGLANE APARECIDA ZAMBIAZZI

MAGLANE APARECIDA ZAMBIAZZI - MEI

PERMISSONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

4º TA CONTRATO PML Nº 045.10

QUARTO TERMO ADITIVO [4º TA]

CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0045.2010

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0079.2010.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA - PML Nº 0003.2010.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PML nº 0045.2010, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0079.2010, Concorrência Pública PML nº 0003.2010, que entre si celebram, o MUNICÍPIO DE LUZERNA e MAGLANE APARECIDA ZAMBIAZZI - MEI, com o fito de majorar o valor do contrato, aplicando-lhe correção inflacionária representada pelo acumulado do INPC dos últimos 12 (doze) meses.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente PERMITENTE; e de outro MAGLANE APARECIDA ZAMBIAZZI - MEI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 12.542.235/0001-94, com sede na Rua da Represa, nº 374, Centro, em Luzerna/SC, representada neste ato por sua titular, a Sra. MAGLANE APARECIDA ZAMBIAZZI, brasileira, casada, microempreendedora individual, inscrita no CPF sob nº 671.236.439-68, e portadora de documento de identidade do tipo RG, de nº 2.140.864, residente e domiciliada na Rua da Represa, nº 374, Centro, em Luzerna/SC, doravante simplesmente denominada PERMISSONÁRIA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA APLICAÇÃO DA CORREÇÃO INFLACIONÁRIA:

1.1. O presente instrumento tem por objeto majorar o valor do contrato, aplicando-lhe correção inflacionária representada pelo acumulado do INPC dos últimos 12 (doze) meses, o qual corresponde a 6,5881% (seis pontos e cinco mil oitocentos e oitenta um décimos percentuais).

1.2. O valor do contrato outrora firmado passará então, após a assinatura do presente instrumento, ao importe de R\$ 77,84 (setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)/mês.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e no instrumento editalício convocatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, terça-feira, 04 de novembro de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC
PERMITENTE

MAGLANE APARECIDA ZAMBIAZZI
MAGLANE APARECIDA ZAMBIAZZI - MEI
PERMISSONÁRIA

TESTEMUNHAS:**1ª TESTEMUNHA**

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

CONTRATO FMS Nº 039.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 039/2014

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 111/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 067/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2014, presentes de um lado, PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito de Luzerna/SC MOISÉS DIERSMANN e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2014, Pregão Presencial nº 067/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1 - ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, no Município de Joinville/SC CEP 89.201-095, inscrita no CNPJ sob o nº 79.283.065/0001-41, neste ato representado por seu representante legal JOSÉ MIGUEL PUNDECK, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº 1.156.870-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 157.139.709-49, doravante denominado FORNECEDOR 1;

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1. A presente Ata tem como objeto a contratação, de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação dos ambientes do ESF'S e da Secretária Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC, conforme normas e especificações contidas no Edital e em seus anexos. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização da licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Contratação de serviços com funcionário destinado à limpeza, higienização e conservação, com mão de obra especializada, equipamentos, materiais e todos os insumos a serem utilizados para a realização dos serviços.	Meses	12	3.514,40	42.172,80
2	Contratação de serviços com funcionário destinado à limpeza, higienização e conservação, com mão de obra especializada, equipamentos, materiais e todos os insumos a serem utilizados para a realização dos serviços.	Meses	12	3.514,40	42.172,80
3	Contratação de serviços com funcionário destinado à limpeza, higienização e conservação, com mão de obra especializada, equipamentos, materiais e todos os insumos a serem utilizados para a realização dos serviços.	Meses	12	3.514,40	42.172,80

O FORNECEDOR 1 - ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, responsável pelo fornecimento do item descrito na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 126.518,40 (cento e vinte e seis mil quinhentos e dezoito reais e quarenta centavos);

1.2. Os serviços, objeto da licitação, deverão ser executados segundo os quantitativos e locais correspondentes e a descrição das atividades básicas a serem desenvolvidas, constantes do Anexo I do Edital.

1.3. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.4. Após a emissão da Autorização de Fornecimento, o FORNECEDOR terá o prazo de até 10 (dez) dias para iniciar os serviços.

1.5. Para o início dos serviços, a empresa contratada deverá disponibilizar os seguintes documentos:

a) Carta de apresentação do responsável pela execução dos serviços, que responderá também perante o Fundo Municipal de Saúde por todos os atos e comunicações formais;

1.6. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.7. O FORNECEDOR deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho.

1.8. Os serviços deverão ser prestados pelo FORNECEDOR para o Setor de Saúde (Unidades: ESF Vila Alemanha; EFS São Francisco e Secretária Municipal de Saúde) em tempo integral com treinamento para trabalhar em serviços de saúde, sem custos.

1.9. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, contratados pelo FORNECEDOR, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC.

1.10. Os profissionais utilizados devem ser educados, apresentar-se corretamente vestidos (uniformizados e com crachá de identificação), ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e ser

responsáveis para com as atividades que executam.

1.11. O FORNECEDOR é responsável pelos equipamentos de proteção individual e coletivo dos funcionários, não será permitida a presença do funcionário sem que esteja devidamente trajado para a execução dos serviços.

1.12. O FORNECEDOR é responsável por todos os materiais de limpeza e equipamentos destinados aos funcionários na execução dos serviços.

1.13. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer momento, exigir a troca de material de limpeza e/ou equipamentos ou que não atenda às exigências dos serviços.

1.14. O transporte do pessoal para a execução dos serviços será de responsabilidade do FORNECEDOR;

1.15. O FORNECEDOR será responsabilizada por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem ao Fundo Municipal de Saúde ou a terceiros, sendo descontado no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, o valor correspondente ao dano ou prejuízo causado.

1.16. O Fundo Municipal de Saúde C solicitará que seja afastado imediatamente do posto de serviço o profissional que não se portar convenientemente ou que não atender a execução dos serviços.

1.17. A inclusão ou substituição de profissionais que exercerão os serviços é condicionada à prévia solicitação por escrito do Fundo Municipal de Saúde.

1.18. Todos os materiais de limpeza e equipamentos utilizados para a execução dos serviços de limpeza, higienização e conservação dos ambientes serão fornecidos pelo FORNECEDOR, assim como, a manutenção, transporte e o armazenamento dos mesmos, serão de responsabilidade da empresa contratada, em caso de desaparecimento de algum item fica o FORNECEDOR responsável pela imediata reposição do bem sem ônus adicional para a contratante. Ao término do contrato os materiais de limpeza e equipamentos, mesmo que sem condições de uso deverão ficar de posse do FORNECEDOR.

1.19. O controle de frequência deverá ser definido pelo FORNECEDOR sendo de sua responsabilidade o seu acompanhamento.

1.20. Os serviços serão executados de segunda-feira a sexta com carga horária de 08 (oito) horas diárias com descanso de 02 (duas) horas para o almoço.

1.21. A jornada de trabalho poderá ser estendida sempre que a necessidade do serviço o exigir.

1.22. Os profissionais quando solicitada deverão prestar os serviços para atender situações fortuitas com dias de eventos; campanhas de saúde; detetizações e em demais eventos programados (sem alteração no valor a ser pago pela diária, com posterior compensação de carga horária), deverão ser prestados os serviços nos eventos e festividades no período integral, ou posterior aos mesmos.

1.23. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho quando da execução dos serviços, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.24. Por ocasião da execução dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.25. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela execução do serviço, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.26. O aceite dos serviços executados não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações

estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.27. Caso o serviço seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.28. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.29. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pelo FORNECEDOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Atender ao disposto nesta Ata, no Edital e seus anexos;

4.1.2. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.3. Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;

4.1.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundo do processo licitatório;

4.1.6. Exigir documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata

de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7 Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.3. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações

posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade de Aplicação - Outras Despesas Correntes

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do FMS

Elemento: 3.3.90.00.00

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	JOSÉ MIGUEL PUNDECK ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA FORNECEDOR 1
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO FMS Nº 040.14

TERMO DE CONVERSÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO EM CONTRATO ADMINISTRATIVO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO - FMS Nº 0040.2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - FMS Nº 0057.2013.

PROCESSO LICITATÓRIO - FMS Nº 0076.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - FMS Nº 0054.2013.

Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços FMS nº 0057.2013, oriunda do Processo Licitatório FMS nº 0076.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço FMS nº 0054.2013, em Contrato Administrativo (FMS nº 0040.2014), que entre si celebraram, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e GESTÃO SAÚDE LTDA ME, com o fito de, nos termos da lei, através da conversão, prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC (89609-000), neste ato representado seu Gestor Público Municipal, o Sr. WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, brasileiro, solteiro, odontólogo, inscrito no CPFF sob o nº 007.630.159-11 e portador de documento de identidade de tipo RG, de nº 11/R 4.092.312, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 476, Bairro São Francisco, neste Município de Luzerna/SC (89609-000); e de outro GESTÃO SAÚDE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.556.416/0001-04, com sede administrativa na Rua Mário Lobo, nº 61, sala 1.112, Centro, no Município de Joinville/SC (89.201-330), neste ato representado por seu sócio administrador, o Sr. NORIVAL RAULINO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, maior, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 027.027.569-62, e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 2/C 3651026, expedido pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Hofmann, nº 62, Bairro Saguauçu, na cidade de Joinville/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto a conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos da legislação pátria vigente, com o fito de assim prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Termo de Conversão de Ata de Registro de Preços em Contrato Administrativo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, quinta-feira, 18 de dezembro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS CONTRATANTE
NORIVAL RAULINO DA SILVA JUNIOR
GESTÃO SAÚDE LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:**1ª TESTEMUNHA**

Nome Legível:

RG:

CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

CONTRATO PML Nº 169A.14

TERMO DE CONVERSÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO EM CONTRATO ADMINISTRATIVO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0169-A.2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0132.2013.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0073.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0053.2013.

Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços PML nº 0133.2013, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0073.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0053.2013, em Contrato Administrativo (PML nº 0169-A.2014), que entre si celebram, o MUNICÍPIO DE LUZERNA e VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, com o fito de, nos termos da lei, através da conversão, prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.223.659/0001-81, com sede administrativa na Av. XV de novembro, nº 468, 1º andar, em Joaçaba/SC, neste ato representada por seu sócio-administrador, o Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 008.482.959-19, e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 3.538.752, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, nº 1800, apto 301, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto a conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos da legislação pátria vigente, com o fito de assim prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Termo de Conversão de Ata de Registro de Preços em Contrato Administrativo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, quinta-feira, 27 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:**1ª TESTEMUNHA**

Nome Legível:

RG:

CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

CONTRATO PML Nº 171.14

CONTRATO PML 171/2014

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua da Limeira, 680, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, associação pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, GILSONI LUNARDI ALBINO, doravante denominado CONTRATADO, tem

justo e acertado o presente CONTRATO DE RATEIO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIGA, da Lei Municipal nº 776 de 20/3/2008, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CIGA nº 25/2009.

Cláusula Segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, conforme Dispensa de Licitação nº 140/14 de 05/12/2014.

DO OBJETO

Cláusula Terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Luzerna ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 25/2009, ou seja, a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pela Unidade Gestora Central - Prefeitura Municipal de Luzerna e seus Fundos Especiais no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DO RATEIO

Cláusula Quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 295,00 (duzentos e oitenta reais), totalizando o valor de R\$ 3.540,00 (três mil, quinhentos e quarenta reais).

Cláusula Quinta - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Sexta - A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.70.00 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.70.00 (transferência a consórcio público para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.70.00 (transferência a consórcio público para suporte a investimentos), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 1311 de 11 de novembro de 2014.

Parágrafo Único. A despesa total deverá ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

Despesas correntes:

60% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.70

30% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.70

Despesas de capital:

10% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 4.4.71.70

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula Sétima - Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Cláusula Oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio,

de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula Nona - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula Décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula Décima Primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração. DA VIGÊNCIA

Cláusula Décima Segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula Décima Terceira - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Luzerna/SC, 05 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADO
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

CONTRATO PML Nº 172.14

CONTRATO PML 172/2014

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA ENVOLVENDO OS SEGUINTE ACESSOS: REGIM E SIMPLES NACIONAL

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua da Limeira, 680, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, associação pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, GILSONI LUNARDI ALBINO, doravante denominado CONTRATADO, tem justo e acertado o presente CONTRATO DE RATEIO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIGA, da Lei Municipal nº 776 de 20/3/2008, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CIGA nº 25/2009.

Cláusula Segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, conforme Processo Licitatório nº 141/14 Dispensa de Licitação nº 017/14 de 08/12/2014.

DO OBJETO

Cláusula Terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Luzerna ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 25/2009, ou seja, a contrato de rateio celebrado entre o município de Luzerna e o Consórcio De Informática Na Gestão Pública Municipal - CIGA, objetivando a contratação dos serviços de tecnologia da informação no âmbito do programa de gestão tributária envolvendo os seguintes acessos: REGIN e Simples Nacional.

DO RATEIO

Cláusula Quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

Cláusula Quinta - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Sexta - A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.70.00 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.70.00 (transferência a consórcio público para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.70.00 (transferência a consórcio público para suporte a investimentos), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 1311 de 11 de novembro de 2014.

Parágrafo Único. A despesa total deverá ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

Despesas correntes:

60% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.70

30% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.70

Despesas de capital:

10% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 4.4.71.70

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula Sétima - Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Cláusula Oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula Nona - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula Décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula Décima Primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração. DA VIGÊNCIA

Cláusula Décima Segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula Décima Terceira - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Luzerna/SC, 05 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADO
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

CONTRATO PML Nº 173.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 173/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 136/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 083/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - GRÁFICA AMÉRICA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Avenida Irmãos Piccoli, nº 338, Bairro Centro, no Município de Tangará/SC, CEP 89.642-000, inscrita no CNPJ sob o nº 82.827.627/0001-85, neste ato representada por seu sócio administrador LUCIANO ROSSATO GRASSI, brasileiro, maior, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.822.556 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.036.579-67, residente e domiciliado a Rua XV de Novembro, nº 636, Ap. 40, Bairro Centro, na cidade de Videira/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 136/2014, Pregão Presencial nº 083/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de brinquedos educativos, de forma parcelada, destinados a Secretária de Educação, Esporte e Cultura e ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Luzerna, conforme especificações e quantidades constantes do anexo I, parte integrante do processo.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
4	1,00	UN	Jogo da velha - tabuleiro costurado medindo de 2,20mt x 2,20mt confeccionado em bagum, em forma de jogo da velha com 10 peças costuradas de espuma maciça revestidas em bagum medindo 30cm x 30cm x 04cm na densidade 18 sendo 05 peças em forma de „x” e 05 peças em forma de círculo, com bolsa em bagum costurada e com alça, para guardar. Com certificado do Inmetro.	210,00	210,00
5	1,00	UN	Jogo da tartaruga - composto por um tapete confeccionado em bagum medindo 70 cm de largura por 2mt de comprimento com aplicações costuradas em formato de números com recheio em isomanta de espuma de 04 mm, acompanha um dado costurado de pontos de 1 a 6 no tamanho de 10 cm x 10 cm x 10 cm na densidade 18 e 3 tartarugas costuradas no tamanho de 25 cm x 25 cm. Com bolsa em bagum costuradas e com alça para guardar. Com certificado do Inmetro.	138,00	138,00
6	1,00	UN	Jogo de contatos - tapete de contato medindo 2mt x 2mt em formato circular com aplicações costuradas em formas geométricas nos modelos de triângulo, quadrado, estrela, círculo, retângulo e pentágono e 03 dados de 15 cm x 15 cm x 15 cm na densidade 18 com aplicações. Com bolsa em bagum e alça para guardar. Com certificado do Inmetro.	196,00	196,00

8	1,00	UN	Jogo de ludo - tabuleiro medindo 120 cm x120cm, confeccionado em bagum com recheio de isomanta de 04 mm Com bolsa para guardar. Contém também um dado de pontos medindo 08 cm x 08 cm x 08 cm com espuma maciça densidade 18 e pirâmides de 06 cm x 06 cm: 04 verdes, 04 vermelhas, 04 azuis e 04 amarelas de espuma de flocos. Com certificado do Inmetro.	175,00	175,00
10	1,00	UN	Jogo de trilha - tabuleiro de trilha medindo 120 cm x 120 cm confeccionado em bagum com recheio de isomanta, com 18 peças sendo 09 amarelas e nove vermelhas, com bolsa para guardar. Com certificado do Inmetro.	175,00	175,00
17	8,00	UN	Calça de estimulação - calça confeccionada em malha com recheio de espuma em flocos recoberta com capa em bagum costurado, medindo: 120 cm x 50 cm x 30 cm. Com acabamento em zíper para a possibilidade de remoção da capa em bagum.	99,00	792,00
21	2,00	UN	Conjunto de estimulação gigante - conjunto composto por uma escada de 1m x 60 cm em espuma maciça e na densidade 28, uma rampa de 1m x 60 cm em espuma maciça e na densidade 28 e um cubo de 60 cm x 60 cm. Todos recobertos cm bagum e seu fechamento em zíper. Com certificado do Inmetro.	1.195,00	2.390,00

O FORNECEDOR 1 GRÁFICA AMÉRICA LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 4.076,00 (quatro mil e setenta e seis reais);

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

1.3. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo a FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto

1.5. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante - não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em

suas características originais;

1.6. Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.7. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esporte, nas dependências da Prefeitura de Luzerna, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.8. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pelo FORNECEDOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores

aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou E-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via Fax: (049) 3551-4700 ou via E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS DOTAÇÕES

4.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação – 3.3.90.00.00 – Outras despesas correntes

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção da Educação Básica - Infantil

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

5.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

5.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

5.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

5.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais

solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa;

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

6.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

6.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

6.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

6.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

6.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

6.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

6.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

6.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

6.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

6.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem

de serviços.

6.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

6.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

6.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

6.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, alínea b e inciso II, alíneas c e d, observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

8.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

8.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

8.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

8.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 8.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

8.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

8.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

8.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

8.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das

penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

8.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

8.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

8.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata terá vigência de 12 meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 16 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	LUCIANO ROSSATO GRASSI GRÁFICA AMÉRICA LTDA ME FORNECEDOR 1
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

CONTRATO PML Nº 174.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 174 /2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 136/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 083/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - WALDEMIRO STEFFEN ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Ronco d'Água nº 125, Bairro Itinga, no Município de Joinville/SC, CEP 89.266-740, inscrita no CNPJ sob o nº 00676629/0001-56, neste ato representada por seu administrador/

proprietário WALDEMIRO STEFFEN, brasileiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.053.542 e inscrito no CPF/MF sob o nº 604.089.289-72, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 136/2014, Pregão Presencial nº 083/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de brinquedos educativos, de forma parcelada, destinados a Secretária de Educação, Esporte e Cultura e ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Luzerna, conforme especificações e quantidades constantes do anexo I, parte integrante do processo.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	1,00	UN	Dominó gigante - dominó de 17 cm x 9 cm x 4 cm, todo costurado, confeccionado em bagum com serigrafia de pontos e recheio de espuma macia densidade 20, com bolsa para guardar, Com certificado do Inmetro	193,00	193,00
2	1,00	UN	Jogo de atributos - contem 01 dado de espuma, costurados e revestidos com bagum, tabuleiro medindo 2m x 1m, todo o material com sinais, sendo: maior/menor/ cores e formas geométricas, com bolsa para guardar. Com certificado do Inmetro.	188,00	188,00
3	2,00	UN	Amarelinha - tapete em bagum medindo 1,40m x 3,30m com aplicações todas costuradas em forma de amarelinha em diversas cores, com bolsa para guardar. Com certificado do Inmetro.	206,00	412,00
7	1,00	UN	Tiro ao alvo - tapete medindo 170 cm x 140 cm confeccionado em Piquiri espelhado podendo jogar dos dois lados, sendo um lado um alvo gigante no tamanho de 75 cm de diâmetro em veucro costurado, com ilhoses para poder fixar o jogo, com 05 peças brancas e 05 pretas. Com bolsa em bagum com alça para guardar. Com certificado do Inmetro.	305,00	305,00

9	1,00	UN	Jogo de dama e xadrez - tabuleiro de dama e xadrez medindo 120 cm x 120 cm confeccionados em bagum com recheio de isomanta com 32 peças sendo 16 pretas e 16 brancos com um lado com aplicações das peças de xadrez. Com bolsa para guardar. Com certificado do Inmetro.	259,00	259,00
11	2,00	UN	Tapete de alfabeto tapete formado por quadrados medindo 30 cm x 30 cm cada todo costurado, cores variadas com aplicação de vogais e consoantes na cor preta que são costuradas, formando um tapete de 1,80m x 1,50cm com recheio de isomanta e com fundo em uma cor só com bolsa para guardar. Com certificado do Inmetro.	274,00	548,00
12	1,00	UN	Jogo da joaninha - tabuleiro confeccionado em bagum, medindo 120 cm de largura x 120 de comprimento com aplicações de joaninhas de 55 cm de comprimento x 30 cm de largura, acompanha 01 dado de tamanho 15 cm x 15 cm x 15 cm na densidade 18 a 05 joaninhas de 55 cm de comprimento x 30 cm de espessura confeccionada em bagum. Com bolsa em bagum e alça para guardar. Com certificado do Inmetro.	138,50	138,50
13	1,00	UN	Boliche gigante - composto por 05 pinos medindo aproximadamente 59 cm e uma bola, todos confeccionados em bagum e com alça para guardar.	297,00	297,00

14	4,00	UN	Blocos lógicos - composto por 48 peças, sendo 12 triângulos nas cores vermelha, amarela e azul, 12 quadrados nas cores vermelha, amarela e azul, 12 retângulos nas cores vermelha, amarela e azul, 12 círculos. Sendo todas as peças em espuma maciça, costuradas e confeccionadas em bagum. Com bolsa plástica 0,20 e alça mais zíper. Segue abaixo as descrições das peças do jogo: triângulos: 19 x 16 x 04 triângulo densidade 18 19 x 16 x 02 triângulo densidade 20. 10 x 10 x 04 triângulo densidade 18 10 x 10 x 02 triângulo densidade 20 quadrados: 15 x 15 x 04 densidade 18 15 x 15 x 02 densidade 20 08 x 08 x 04 densidade 18 08 x 08 x 02 densidade 20 retângulos: 20 x 15 x 04 densidade 18 20 x 15 x 02 densidade 20 10 x 06 x 04 densidade 18 10 x 06 x 02 densidade 20 círculos: 15 x 15 x 04 em forma de círculo densidade 18 15 x 15 x 02 em forma de círculo densidade 20 08 x 08 x 04 em forma de círculo densidade 18 08 x 08 x 02 em forma de círculo densidade 20 com certificado do Inmetro.	126,00	504,00
----	------	----	---	--------	--------

15	1,00	UN	Kit imagem educação formado por 03 jogos, sendo o primeiro: Jogo educativo de domino de frutas composto por 28 peças no tamanho de 18 cm x 10 cm x 04 cm, confeccionado em bagum e costurado com aplicação digital de fotos de frutas, com recheio em espuma maciça na densidade 20. Com bolsa em plástico superflex 20 mm, com fechamento em zíper e com alça para guardar. Com certificado do Inmetro. Segundo: Jogo educativo de domino de vegetais composto por 28 peças no tamanho de 18 cm x 10 cm x 04 cm, confeccionado em bagum e costurado, com aplicação digital de fotos de vegetais, com recheio em espuma maciça na densidade 20. Com bolsa em plástico superflex 20 mm, com fechamento em zíper e com alça para guardar. Com certificado do Inmetro. Terceiro: Jogo educativo de memória de bichos composto por 20 peças no tamanho de 16 cm x 16 cm x 02 cm, confeccionado em bagum e costurado com aplicação digital de fotos de bichos, com recheio em espuma maciça na densidade 20. Com bolsa em plástico superflex 20 mm, com fechamento em zíper e com alça para guardar. Com certificado do Inmetro.	528,00	528,00
16	1,00	UN	Domino de transito - domino medindo 17 cm x 09 cm x 04 cm, espuma maciça na densidade 20 confeccionado em bagum, todo costurado com impressão digital com placas de advertência de transito. Com bolsa em plástico superflex 20 mm, com fechamento em zíper e com alça para guardar. Com certificado do Inmetro.	199,00	199,00
18	6,00	UN	Dados de aviamentos - 02 dados em espuma maciça densidade 20, medindo 15 cm x 15 cm x 15 cm, revestido em bagum com 08 atividades. Com embalagem. Com certificado do Inmetro	70,00	420,00
19	8,00	UN	Encosto de estimulação - medindo 60 cm x 50 cm x 15 cm, em espuma maciça na densidade 20, sendo revestido com Piquiri espelhado na cor azul ou vermelho. Todo costurado e seu fechamento com zíper.	92,00	736,00

20	3,00	UN	Conjunto de atividade para berçário 02 rampa no tamanho 45 cm de comprimento x 45 cm de largura x 20/5 cm de altura. 01 escada no tamanho 45 cm de comprimento x 45 cm de largura x 20/5 de altura. 02 ondas no tamanho 45 cm de comprimento x 45 cm de largura x 20/5 cm de altura. 05 triângulos no tamanho 55,5 cm de comprimento x 36,5 cm de largura x 05 cm de altura. 01 pentágono no tamanho 70 cm de comprimento x 74,5 cm de largura x 20 cm de altura. Medida total do conjunto montado 1.65MT x 1.65MT x 0,20cm. Todos em espuma maciça na densidade 23 revestida em bagum 0,38. Com certificado do Inmetro.	959,00	2.877,00
22	2,00	UN	Conjunto de estimulação de 11 peças - composto por 03 túneis medindo 0,65cm x 0,62cm x 0,60cm na densidade 20, 02 rampas medindo 0,30cm x 0,35cm na densidade 20, 02 rampa medindo 0,40 x 0,40 x 0,301 na densidade 20, 01 arco medindo 0,30 x 0,60 x 0,30 na densidade 20 e 03 cilindros medindo 0,38cm x 0,38cm x 0,30 na densidade 20. Todos em espuma maciça revestidas com bagum e costuradas com fechamento em zíper e com veucro sendo assim podendo uma fixar nas outras. Com certificado do Inmetro.	1.300,00	2.600,00
23	6,00	UN	Rolo de estimulação - rolo de espuma maciça densidade 28, medindo aproximadamente 1m x 30 cm de diâmetro, revestido em bagum costurado com zíper.	210,00	1.260,00

O FORNECEDOR 2 - WALDEMIRO STEFFEN ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 11.464,50 (onze mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos);

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

1.3. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo a FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto

1.5. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante - não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais;

1.6. Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.7. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esporte, nas dependências da Prefeitura de Luzerna, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.8. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pelo FORNECEDOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente

comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou E-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via Fax: (049) 3551-4700 ou via E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS DOTAÇÕES

4.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação – 3.3.90.00.00 – Outras despesas correntes

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção da Educação Básica - Infantil

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

5.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

5.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

5.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

5.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo

setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa;

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

6.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

6.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

6.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

6.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

6.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

6.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

6.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

6.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

6.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

6.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete)

dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

6.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

6.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

6.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

6.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, alínea b e inciso II, alíneas c e d, observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

8.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

8.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

8.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

8.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 8.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

8.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

8.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

8.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

8.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60

(sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

8.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

8.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

8.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata terá vigência de 12 meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 16 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	WALDEMIRO STEFFEN WALDEMIRO STEFFEN ME FORNECEDOR 2
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

CONTRATO PML Nº 175.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 175/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 143/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 087/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - AUTO POSTO LUZERNA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida 16 de Fevereiro, 5549, na cidade de Luzerna/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.588.656/0001-67, neste ato representada pelo Senhor VALDEMIR LAMP, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 11/R 742.476 e

inscrito no CPF/MF sob nº 250.368.239-15, residente e domiciliado na Rua Dois Irmãos, 222, Município de Luzerna/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Processo Licitatório nº pml 143/2014, Pregão Presencial nº pml 087/2014, observando-se fielmente as disposições daquele certame, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, PREÇO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços o fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes e serviço de lavagem para manutenção de veículos oficiais das diversas Secretarias do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela abaixo discriminando a marca e valor:

Item	Quant.	UN	Especificação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	75.000	LT	Diesel S10	2,97	222.750,00
2	50.000	LT	Gasolina comum	3,25	162.500,00
3	12.000	LT	Álcool hidratado	2,72	32.640,00
4	50	UN	Prestação de serviços em lavagem para a categoria de veículo constantes do lote 1 veículos leves.	34,00	17.000,00
6	60	UN	Prestação de serviços de lavagem para categoria de veículos do lote 3 – caminhões	130,00	7.800,00
7	60	UN	Prestação de serviços de lavagem para categoria de veículo constantes do lote 4- máquina pesadas	205,00	12.300,00

1.2. O FORNECEDOR 1 - AUTO POSTO LUZERNA LTDA responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 454.990,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e noventa reais).

1.3. O item, objeto desta licitação, deverá ser fornecido de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujo quantitativo total estimado será dividido proporcionalmente pelo número de meses da contratação.

1.4. O combustível deverá ser fornecido no estabelecimento do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.5. O diesel S10 deverá ser fornecido no estabelecimento do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.6. As lavagens deverão ser fornecidas nos estabelecimentos do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.7. O álcool hidratado deverá ser fornecido no estabelecimento da proponente vencedora, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

18. Os lubrificantes e óleos deverão ser entregues, conforme solicitação no prazo máximo de 10 (dez) dias, no Parque de Máquinas da Prefeitura de Luzerna.

1.9. A adjudicação do objeto ao FORNECEDOR e a contratação com o mesmo, ficará restrita à comprovação pelo Município, da

distância máxima prevista nos subitens 1.4. ao 1.7.

1.10. O produto deverá ser original e corresponder à bandeira da companhia representada pelo FORNECEDOR.

1.11. Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada;

1.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.13. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pelo FORNECEDOR, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

1.14. Os itens deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.15. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.16. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observado os prazos contratuais.

1.17. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.18. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.19. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.20. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.21. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.22. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão

gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da mercadoria, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) - email: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira desta Ata e de acordo com os prazos do Edital;

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.5. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;

4.6. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço, para que proceda ao início da execução do objeto;

4.7. Submeter-se à fiscalização do Município, durante toda a vigência do contrato;

4.8. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do Município.

4.9. Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de

qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo - ANP;
4.10. Fornecer produtos originais.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação – 3.3.90.00.00 – Outras despesas correntes Estado de Santa Catarina

Município de Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02 - GABINETE DO PREFEITO

Atividade 0201. 04.122.0004.2002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

06 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Atividade 0601.06.181.0010.2010 – Manutenção do Convênio da Radio Patrulha

07- SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Atividade 0701.08.243.0022.2081 – Manutenção do Conselho Tutelar

08-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Atividade 0801.12.361.0031.2031 – Manutenção do Transporte Escolar

09- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 0901.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

11- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Atividade 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal dessaúde

Atividade1301.10.304.0016.2018 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

Atividade1301.10.305.0016.2019 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Epidemiológica

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Atividade 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contar de da data de publicação da mesma;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

10.2.Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, serão desconsiderados pela Pregoeira, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

VALDEMIR LAMP

AUTO POSTO LUZERNA LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO PML Nº 176.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 176/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 143/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 087/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - GUSTAVO RAHMEIER ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rodovia BR 470, Galpão 4A e 2A, nº 5350 Valada Itoupava, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89162-870 inscrita no CNPJ sob o nº 12.940.890/0001-09 e IE nº 256.268.690, neste ato representada por sua procuradora DÉBORA ADRIANA ZWICKER, brasileira, solteira, maior, auxiliar administrativa, portadora da cédula de identidade nº 5.720.810 SSPSC e inscrita no CPF/MF sob nº 093.730.769-65, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Processo Licitatório nº pml 143/2014, Pregão Presencial nº pml 087/2014, observando-se fielmente as disposições daquele certame, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, PREÇO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços o fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes e serviço de lavagem para manutenção de veículos oficiais das diversas Secretarias do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela abaixo discriminando marca e valor:

Item	Quant.	UN	Especificação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
22	30	BLD	Óleo torque - fluido de transmissão c/ 20 litros DEXTRON II	261,00	7.830,00

1.2. O FORNECEDOR 2 - GUSTAVO RAHMEIER ME - responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 7.830,00 (sete mil e oitocentos e trinta reais).

1.3. O item, objeto desta licitação, deverá ser fornecido de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujo quantitativo total estimado será dividido proporcionalmente pelo número de meses da contratação.

1.4. O combustível deverá ser fornecido no estabelecimento do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.5. O diesel S10 deverá ser fornecido no estabelecimento do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.6. As lavagens deverão ser fornecidas nos estabelecimentos do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.7. O álcool hidratado deverá ser fornecido no estabelecimento da proponente vencedora, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.8. Os lubrificantes e óleos deverão ser entregues, conforme solicitação no prazo máximo de 10 (dez) dias, no Parque de Máquinas da Prefeitura de Luzerna.

1.9. A adjudicação do objeto ao FORNECEDOR e a contratação com o mesmo, ficará restrita à comprovação pelo Município, da distância máxima prevista nos subitens 1.4. ao 1.7.

1.10. O produto deverá ser original e corresponder à bandeira da companhia representada pelo FORNECEDOR.

1.11. Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada;

1.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.13. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pelo FORNECEDOR, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

1.14. Os itens deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.15. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.16. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observado os prazos contratuais.

1.17. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que

regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.18. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.19. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.20. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.21. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.22. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da mercadoria, importando os valores conforme

os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) - email: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira desta Ata e de acordo com os prazos do Edital;

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.5. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;

4.6. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço, para que proceda ao início da execução do objeto;

4.7. Submeter-se à fiscalização do Município, durante toda a vigência do contrato;

4.8. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do Município.

4.9. Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo - ANP;

4.10. Fornecer produtos originais.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto

na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato

decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação – 3.3.90.00.00 – Outras despesas correntes Estado de Santa Catarina

Município de Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02 - GABINETE DO PREFEITO

Atividade 0201. 04.122.0004.2002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

06 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Atividade 0601.06.181.0010.2010 – Manutenção do Convênio da Radio Patrulha

07- SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Atividade 0701.08.243.0022.2081 – Manutenção do Conselho Tutelar

08-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Atividade 0801.12.361.0031.2031 – Manutenção do Transporte Escolar

09- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 0901.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

11- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Atividade 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal dessaúde

Atividade1301.10.304.0016.2018 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

Atividade1301.10.305.0016.2019 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Epidemiológica

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Atividade 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

CLÁUSULA NONA

DAS VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contar de da data de publicação da mesma;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

10.2.Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, serão desconsiderados pela Pregoeira, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

DÉBORA ADRIANA ZWICKER

GUSTAVO RAHMEIER ME

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO PML Nº 177.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 177/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 143/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 087/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - LUZERNA AUTO PEÇAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rodovia SC 303 KM 55 S/N, na cidade de Luzerna/SC, CEP 89609-000 inscrita no CNPJ sob o nº 84.585.173/0001-09, neste ato representada por seu sócio administrador LAURO NITZ, brasileiro, casado, maior, portador da cédula de identidade nº 2.820.310 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob nº 947.438.359-68, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Processo Licitatório nº pml 143/2014, Pregão Presencial nº pml 087/2014, observando-se fielmente as disposições daquele certame, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO, PREÇO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços o fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes e serviço de lavagem para manutenção de veículos oficiais das diversas Secretarias do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela abaixo discriminando marca e valor:

Item	Quant.	UN	Especificação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
11	50	LAT	Graxa - rolamento c/ 20kg	220,00	11.000,00
12	150	BLD	Óleo 15w40 API/SG - motor diesel com 20 litros	140,00	21.000,00
14	70	BLD	Óleo de transmissão SAE 140 - balde c/ 20 litros	140,00	9.800,00
16	170	LT	Óleo lubrificante semi-sintético API SM SAE 15w 40	15,00	2.550,00
17	200	LT	Óleo lubrificante semi-sintético 10w 40 API/SM	15,00	3.000,00
18	40	BLD	Óleo SAE 30 API/CF com 20 litros	158,00	6.320,00

20	20	BLD	Óleo SAE cf-50 , balde com 20 litros	185,00	3.700,00
23	30	BLD	Óleo 15w 40 API/SG - motor diesel c/ 20 litros	139,50	4.185,00

1.2. O FORNECEDOR 3 - LUZERNA AUTO PEÇAS LTDA ME - responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 61.555,00 (sessenta e um mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais).

1.3. O item, objeto desta licitação, deverá ser fornecido de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujo quantitativo total estimado será dividido proporcionalmente pelo número de meses da contratação.

1.4. O combustível deverá ser fornecido no estabelecimento do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.5. O diesel S10 deverá ser fornecido no estabelecimento do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.6. As lavagens deverão ser fornecidas nos estabelecimentos do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.7. O álcool hidratado deverá ser fornecido no estabelecimento da proponente vencedora, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

18. Os lubrificantes e óleos deverão ser entregues, conforme solicitação no prazo máximo de 10 (dez) dias, no Parque de Máquinas da Prefeitura de Luzerna.

1.9. A adjudicação do objeto ao FORNECEDOR e a contratação com o mesmo, ficará restrita à comprovação pelo Município, da distância máxima prevista nos subitens 1.4. ao 1.7.

1.10. O produto deverá ser original e corresponder à bandeira da companhia representada pelo FORNECEDOR.

1.11. Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada;

1.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.13. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pelo FORNECEDOR, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

1.14. Os itens deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.15. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.16. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observado os prazos contratuais.

1.17. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.18. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.19. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico

dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.20. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.21. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.22. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da mercadoria, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de

Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) - email: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira desta Ata e de acordo com os prazos do Edital;

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.5. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;

4.6. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço, para que proceda ao início da execução do objeto;

4.7. Submeter-se à fiscalização do Município, durante toda a vigência do contrato;

4.8. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do Município.

4.9. Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo - ANP;

4.10. Fornecer produtos originais.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as

circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do

instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação – 3.3.90.00.00 – Outras despesas correntes Estado de Santa Catarina

Município de Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02 - GABINETE DO PREFEITO

Atividade 0201. 04.122.0004.2002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

06 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Atividade 0601.06.181.0010.2010 – Manutenção do Convênio da Radio Patrulha

07- SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Atividade 0701.08.243.0022.2081 – Manutenção do Conselho Tutelar

08-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
Atividade 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar
09- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
11- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Atividade 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos
Atividade 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal dessaúde
Atividade 1301.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária
Atividade 1301.10.305.0016.2019 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Epidemiológica
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
Atividade 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral
Atividade 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contar de da data de publicação da mesma;
9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
10.2.Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, serão desconsiderados pela Pregoeira, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de dezembro de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONTRATANTE

LAURO NITZ
LUZERNA AUTO PEÇAS LTDA ME
FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO PML Nº 178.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 178/2014
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 143/2014
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 087/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Ezilda Schmidt Coelho, nº 01, Loteamento Suvec Barreiros na cidade de São José/SC, CEP 88.113.115 inscrita no CNPJ sob o nº 80.954.555/0001-01, neste ato representada por seu sócio administrador MAURICIO ANSELMO COELHO, brasileiro, casado, maior, portador da cédula de identidade nº 5.001.5940 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob nº 2563.012.259-87, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Processo Licitatório nº pml 143/2014, Pregão Presencial nº pml 087/2014, observando-se fielmente as disposições daquele certame, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, PREÇO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços o fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes e serviço de lavagem para manutenção de veículos oficiais das diversas Secretarias do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela abaixo discriminando a marca e valor:

Item	Quant.	UN	Especificação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
8	80,00	UN	Líquido de freio dot 3 com 500 ml	5,77	461,60
10	60	LT	Óleo 15 w 40 API/SG - motor diesel CG4	8,71	522,60
13	150	LT	Óleo 20 W 50 SJ - litro	8,12	1.218,00
15	100	BLD	Óleo hidráulico 68 - balde c/ 20 litros	103,28	10.328,00
19	20	BLD	Óleo SAE 90 GLS c/ 20lts	142,10	2.842,00
21	22	BLD	Óleo THF 11 c/ 20 litros	159,00	3.498,00
24	200	UN	ÁRLA	38,12	7.624,00

1.2. O FORNECEDOR 4 - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, - responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 26.494,20 (vinte e seis mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos).

1.3. O item, objeto desta licitação, deverá ser fornecido de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor

municipal requisitante, cujo quantitativo total estimado será dividido proporcionalmente pelo número de meses da contratação.

1.4. O combustível deverá ser fornecido no estabelecimento do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.5. O diesel S10 deverá ser fornecido no estabelecimento do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.6. As lavagens deverão ser fornecidas nos estabelecimentos do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.7. O álcool hidratado deverá ser fornecido no estabelecimento da proponente vencedora, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

18. Os lubrificantes e óleos deverão ser entregues, conforme solicitação no prazo máximo de 10 (dez) dias, no Parque de Máquinas da Prefeitura de Luzerna.

1.9. A adjudicação do objeto ao FORNECEDOR e a contratação com o mesmo, ficará restrita à comprovação pelo Município, da distância máxima prevista nos subitens 1.4. ao 1.7.

1.10. O produto deverá ser original e corresponder à bandeira da companhia representada pelo FORNECEDOR.

1.11. Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada;

1.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.13. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pelo FORNECEDOR, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

1.14. Os itens deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.15. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.16. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observado os prazos contratuais.

1.17. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.18. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.19. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.20. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.21. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.22. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de

Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da mercadoria, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) - email: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira desta Ata e de acordo com os prazos do Edital;
- 4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 4.5. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;
- 4.6. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço, para que proceda ao início da execução do objeto;
- 4.7. Submeter-se à fiscalização do Município, durante toda a vigência do contrato;
- 4.8. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do Município.
- 4.9. Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo - ANP;
- 4.10. Fornecer produtos originais.

CLÁUSULA QUINTA**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços

- ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
- 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- 5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.
- 5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
- 5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA**DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:
- 7.1.1. Pela Administração, quando:
- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
 - b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
 - c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
 - d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
 - e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
- 7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.
- 7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação – 3.3.90.00.00 – Outras despesas correntes Estado de Santa Catarina

Município de Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02 - GABINETE DO PREFEITO

Atividade 0201. 04.122.0004.2002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

06 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Atividade 0601.06.181.0010.2010 – Manutenção do Convênio da Radio Patrulha

07- SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Atividade 0701.08.243.0022.2081 – Manutenção do Conselho Tutelar

08-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica Fundamental

Atividade 0801.12.361.0031.2031 – Manutenção do Transporte Escolar

09- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 0901.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

11- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Atividade 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação

das Estradas Vicinais do Município

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal dessaúde

Atividade1301.10.304.0016.2018 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

Atividade1301.10.305.0016.2019 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Epidemiológica

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Atividade 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contar de da data de publicação da mesma;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

10.2.Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, serão desconsiderados pela Pregoeira, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

MAURICIO ANSELMO COELHO

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO PML Nº 179.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 179/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 143/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 087/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

5 - REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. 16 de fevereiro, 8-A, Box 1, Centro, no Município de Luzerna(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 05.610.041/0004-66, neste ato representada por seu procurador, LAURI NITZ, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.625.659-70, portador da cédula de identidade nº 1.516.661-SESP/SC, residente e domiciliado no Município de Luzerna(SC), doravante denominado FORNECEDOR 5;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Processo Licitatório nº pml 143/2014, Pregão Presencial nº pml 087/2014, observando-se fielmente as disposições daquele certame, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO, PREÇO E FORMA DE EXECUÇÃO**

1.1.A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços o fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes e serviço de lavagem para manutenção de veículos oficiais das diversas Secretarias do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela abaixo discriminando a marca e valor:

Item	Quant.	UN	Especificação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
5	400	UN	Prestação de serviços em lavagem para categoria de veículos constantes do lote 2 - ambulância e micro ônibus	60,00	24.000,00
9	150.000	LT	Óleo diesel	2,77	415.500,00

1.2. O FORNECEDOR 5 - REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 439.500,00 (quatrocentos e trinta e nove reais e quinhentos reais).

1.3. O item, objeto desta licitação, deverá ser fornecido de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujo quantitativo total estimado será dividido proporcionalmente pelo número de meses da contratação.

1.4. O combustível deverá ser fornecido no estabelecimento do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.5. O diesel S10 deverá ser fornecido no estabelecimento do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.6. As lavagens deverão ser fornecidas nos estabelecimentos do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

1.7. O álcool hidratado deverá ser fornecido no estabelecimento da proponente vencedora, cuja distância máxima deverá ser de até 15 (quinze) quilômetros do prédio da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC.

18. Os lubrificantes e óleos deverão ser entregues, conforme solicitação no prazo máximo de 10 (dez) dias, no Parque de Máquinas da Prefeitura de Luzerna.

1.9. A adjudicação do objeto ao FORNECEDOR e a contratação com o mesmo, ficará restrita à comprovação pelo Município, da distância máxima prevista nos subitens 1.4. ao 1.7.

1.10. O produto deverá ser original e corresponder à bandeira da companhia representada pelo FORNECEDOR.

1.11. Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada;

1.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.13. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pelo FORNECEDOR, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

1.14. Os itens deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.15. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.16. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observado os prazos contratuais.

1.17. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.18. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.19. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.20. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.21. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.22. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA**DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de

vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3.Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da mercadoria, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) - email: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira desta Ata e de acordo com os prazos do Edital;

4.2.Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.5.Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do

contrato;

4.6.Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço, para que proceda ao início da execução do objeto;

4.7.Submeter-se à fiscalização do Município, durante toda a vigência do contrato;

4.8.Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do Município.

4.9.Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo - ANP;

4.10.Fornecer produtos originais.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo

Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação – 3.3.90.00.00 – Outras despesas correntes Estado de Santa Catarina

Município de Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02 - GABINETE DO PREFEITO

Atividade 0201. 04.122.0004.2002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

06 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Atividade 0601.06.181.0010.2010 – Manutenção do Convenio da Radio Patrulha

07- SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Atividade 0701.08.243.0022.2081 – Manutenção do Conselho Tutelar

08-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Atividade 0801.12.361.0031.2031 – Manutenção do Transporte Escolar

09- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 0901.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

11- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Atividade 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal dessaúde

Atividade1301.10.304.0016.2018 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

Atividade1301.10.305.0016.2019 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Epidemiológica

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Atividade 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

**CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contar de da data de publicação da mesma;
9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA DÉCIMA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
10.2.Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, serão desconsiderados pela Pregoeira, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de dezembro de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONTRATANTE

REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA
LAURI NITZ
FORNECEDOR 5

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

DECRETO 1981

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

DECRETO Nº 1981, de 31 de dezembro de 2014.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no montante de R\$ 13.195,48 (treze mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavos), em favor da Prefeitura Municipal de Luzerna, à conta dos recursos do Excesso de Arrecadação, ocorrida

até esta data, na fonte 00 - Recursos Ordinários, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Projeto 1101.15.451.0061.1053 - Pavimentação de Ruas e Passeios Públicos
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 13.195,48

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 31 de dezembro de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA 001/15

PORTARIA Nº 001/15 de 02 de janeiro de 2015.
"PROMOVE SERVIDORA QUE ESPECIFICA".

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC) em exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 035/04 de 18 de março de 2004,

RESOLVE:

Art.1º- PROMOVER, por mérito, a servidora NEIDES TEREZINHA TURRA RIBEIRO, lotada no emprego público de Auxiliar de Sala, Classe "A", do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08/12/2003 e alterações posteriores, para a Classe "B", do mesmo Grupo que ocupa, referente ao período de 07 de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2012, 1º de agosto de 2012 a 05 de dezembro de 2012 e 23 de abril de 2013 a 24 de dezembro de 2014, por ter cumprido os requisitos dos arts. 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035 de 18 de março de 2004, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC).

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Luzerna(SC), 02 de janeiro de 2015.
JULIANO SCHNEIDER
Prefeito de Luzerna em exercício

PORTARIA 002/15

PORTARIA Nº 002/15 de 06 de janeiro de 2015.
"ALTERA PORTARIA QUE ESPECIFICA".

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC) em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR a PORTARIA Nº 139/13 de 16 de maio de 2013, que CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, ROSEMARY SCHUMAUTZ SCHEURMANN, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços

Gerais, 44 horas semanais, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, em substituição à servidora ROSANE MARIA GELLER MATTES, afastada por Auxílio Doença, quanto ao motivo da contratação para, em substituição a INEIVA IRENA SPIER, em licença saúde, a partir de 06 de janeiro de 2015 até o retorno da titular.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de janeiro de 2015.

Luzerna(SC), 06 de janeiro de 2015.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito de Luzerna em exercício

TERMO DE CONVERSÃO DE ARP EM CA - CA FMS Nº 0040.14 - ARP FMS Nº 0057.13 - PL FMS Nº 0076.13 - PP RP FMS Nº 0054.13 – CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO SUS - GESTÃO SAÚDE LTDA ME

TERMO DE CONVERSÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO EM CONTRATO ADMINISTRATIVO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO - FMS Nº 0040.2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - FMS Nº 0057.2013.

PROCESSO LICITATÓRIO - FMS Nº 0076.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - FMS Nº 0054.2013.

Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços FMS nº 0057.2013, oriunda do Processo Licitatório FMS nº 0076.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço FMS nº 0054.2013, em Contrato Administrativo (FMS nº 0040.2014), que entre si celebram, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e GESTÃO SAÚDE LTDA ME, com o fito de, nos termos da lei, através da conversão, prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC (89609-000), neste ato representado seu Gestor Público Municipal, o Sr. WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, brasileiro, solteiro, odontólogo, inscrito no CPF sob o nº 007.630.159-11 e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R 4.092.312, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 476, Bairro São Francisco, neste Município de Luzerna/SC (89609-000); e de outro GESTÃO SAÚDE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.556.416/0001-04, com sede administrativa na Rua Mário Lobo, nº 61, sala 1.112, Centro, no Município de Joinville/SC (89.201-330), neste ato representado por seu sócio administrador, o Sr. NORIVAL RAULINO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, maior, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 027.027.569-62, e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 2/C 3651026, expedido pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Hofmann, nº 62, Bairro Saguaguá, na cidade de Joinville/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto a conversão da Ata de

Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos da legislação pátria vigente, com o fito de assim prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Termo de Conversão de Ata de Registro de Preços em Contrato Administrativo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, quinta-feira, 18 de dezembro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS CONTRATANTE

NORIVAL RAULINO DA SILVA JUNIOR

GESTÃO SAÚDE LTDA ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

TERMO DE CONVERSÃO DE ARP EM CA - CA PML Nº 0169.A.14 - ARP PML Nº 0132.13 - PL PML Nº 0073.13 - PP RP PML Nº 0053.13 - ASFALTO C.A.U.Q. - VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - DOM

TERMO DE CONVERSÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO EM CONTRATO ADMINISTRATIVO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0169-A.2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0132.2013.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0073.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0053.2013.

Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços PML nº 0133.2013, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0073.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0053.2013, em Contrato Administrativo (PML nº 0169-A.2014), que entre si celebram, o MUNICÍPIO DE LUZERNA e VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, com o fito de, nos termos da lei, através da conversão, prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada

simplesmente CONTRATANTE; e de outro VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.223.659/0001-81, com sede administrativa na Av. XV de novembro, nº 468, 1º andar, em Joaçaba/SC, neste ato representada por seu sócio-administrador, o Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 008.482.959-19, e portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 3.538.752, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, nº 1800, apto 301, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto a conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos da legislação pátria vigente, com o fito de assim prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Termo de Conversão de Ata de Registro de Preços em Contrato Administrativo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, quinta-feira, 27 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

FELIPE RAMOS D'AGOSTINI
VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

TERMOS DE CONVOCAÇÃO Nº 001 E 002/15

Luzerna(SC), 09 de janeiro de 2015.

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015

Prezada Senhora:

Vimos pelo presente, CONVOCAR Vossa Senhoria, devido ao término do período de sua licença sem vencimento em 31 de janeiro de 2015, concedida pelo prazo de 02 (dois) anos, para retornar as suas atividades como Professora III, Classe "E", 40 horas semanais, na Educação Infantil, na Escola Municipal São Francisco, em 1º de fevereiro de 2015 ou o primeiro dia útil subsequente, conforme art.29, inciso IV, da Lei Complementar nº 033/03 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores.

Cordialmente

Juliano Schneider

Prefeito de Luzerna em exercício

Ilustríssima Senhora

SHEILA SIMONE ROSSA ALMAGRO

Nesta

Recebi em: ____/____/____

Assinatura

Luzerna(SC), 09 de janeiro de 2015.

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015

Prezada Senhora:

Vimos pelo presente, CONVOCAR Vossa Senhoria, devido ao término do período de sua licença sem vencimento em 31 de janeiro de 2015, concedida pelo prazo de 02 (dois) anos, para retornar as suas atividades como Professora III, Classe "B", 10 horas semanais, na disciplina de Geografia, no Ensino Fundamental de 6º a 9º ano, na Escola Municipal São Francisco, em 1º de fevereiro de 2015 ou o primeiro dia útil subsequente, conforme art.29, inciso IV, da Lei Complementar nº 033/03 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores.

Cordialmente

Juliano Schneider

Prefeito de Luzerna em exercício

Ilustríssima Senhora

MARINÊS PICK DE ARAÚJO

Nesta

Recebi em: ____/____/____

Assinatura

Macieira

PREFEITURA

PORTARIA 3285

PORTARIA N.3285, de 07 de janeiro de 2015.

"INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, DO ANEXO I DO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO 02/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal em exercício de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal c/c Artigo 51, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, e, de conformidade com a Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída Comissão de Avaliação para análise das especificações, atestando a compatibilidade das amostras, com o especificado no Anexo I do edital de processo licitatório 02/2015, por meio de elaboração de parecer pedagógico:

I - Mara Regina Szaliga - Presidente e Pregoeira

II - Giovana Betineli - Secretário

III - Nadir Zimmer Telegen - Membro

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Fica revogada as disposições em contrario.

Macieira, SC, 07 de janeiro de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 10/2014 - ATA DE RP 08/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0009/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº0006/2014
REGISTO DE PREÇO Nº 0003/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para os serviços de recauchutagem e recapagem de pneus destinados á manutenção dos veículos e máquinas pertencentes á frota municipal do Órgão Gerenciador (o Município de Macieira), durante o exercício de 2014, conforme especificações da Ata de Registro de Preços

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 08/2014.

Contratada: FM PNEUS LTDA.

Vigência: Fica prorrogado a vigência da presente Ata por mais 60 (sessenta) dias, ou seja de 1º janeiro de 2015 até 1º (primeiro) de março de 2015.

Valor registrado: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 08/2014.

Pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 08/2014

Macieira - SC, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 11/2014 - ATA DE RP Nº 09/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0009/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº0006/2014
REGISTO DE PREÇO Nº 0003/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para os serviços de recauchutagem e recapagem de pneus destinados á manutenção dos veículos e máquinas pertencentes á frota municipal do Órgão Gerenciador (o Município de Macieira), durante o exercício de 2014, conforme especificações da Ata de Registro de Preços

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 09/2014.

Contratada: RECAUCHUTADORA RODA LTDA.

Vigência: Fica prorrogado a vigência da presente Ata por mais 60 (sessenta) dias, ou seja, de 1º janeiro de 2015 até 1º (primeiro) de março de 2015.

Valor registrado: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 09/2014.

Pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 09/2014

Macieira - SC, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 12/2014 - ATA DE RP Nº14/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº0016/2014
REGISTO DE PREÇO Nº 0007/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para aquisição de lubrificantes, graxas e detergentes destinados a manutenção da frota de veículos e máquinas pertencentes ao Órgão Gerenciador (o Município de Macieira) e aos Órgãos Participantes (FMAS e FMS), durante o exercício de 2014, conforme especificações da Ata de Registro de Preços.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 14/2014.

Contratada: AUTO POSTO RODAGEM LTDA.

Vigência: Fica prorrogado a vigência da presente Ata por mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 1º janeiro de 2015 até 31 de março de 2015.

Valor registrado: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 14/2014.

Pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 14/2014

Macieira - SC, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 13/2014 - ATA DE RP Nº 10/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2014
REGISTO DE PREÇO Nº 0004/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações, para os serviços de publicação dos Atos Oficiais, Institucionais e de interesse público (em mídia impressa), relativos ao Município de Macieira, e fornecimento de exemplares a serem entregues nos locais solicitados, durante o exercício de 2014, de acordo com as especificações abaixo:

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 10/2014.

Contratada: ARTE EDITORA JORNALÍSTICA LTDA EPP.

Vigência: Fica prorrogada a vigência da presente Ata de Registro de Preços para mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2015.

Valor registrado: Conforme Ata de Registro de Preços nº 10/2014.

Pagamento: Conforme Ata de Registro de Preços nº 10/2014.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 14/2014 - ATA DE RP Nº 11/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2014
REGISTO DE PREÇO Nº 0004/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações, para os serviços de publicação dos Atos Oficiais, Institucionais e de interesse público (em mídia impressa), relativos ao Município de Macieira, e fornecimento de exemplares a serem entregues nos locais solicitados, durante o exercício de 2014, de acordo com as especificações abaixo:

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 11/2014.

Contratada: FOLHA ALTO VALE EDITORA JORNALÍSTICA LTDA EPP.

Vigência: Fica prorrogada a vigência da presente Ata de Registro de Preços para mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2015.

Valor registrado: Conforme Ata de Registro de Preços nº 11/2014.

Pagamento: Conforme Ata de Registro de Preços nº 11/2014.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 22/2014 - VALGOI E FIN ADVOGADOS ASSOCIADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0039/2014.

Pregão Presencial nº 0028/2014.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0042/2014.

ADITIVO Nº 22/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria especializada em gestão pública, compreendendo apoio na instauração e acompanhamento dos procedimentos licitatórios indispensáveis à administração municipal, bem como apoio em demais procedimentos específicos, de acordo com as especificações e condições do Anexo I do Edital.

Contratada: VALGOI E FIN ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, ou seja, até 31/12/2015.

Valor do Contrato: Conforme Contrato Original nº 0042/2014.

Pagamento: Conforme Contrato Original nº. 0042/2014.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão de Licitações.

TERMO ADITIVO Nº 23/2014 - NATALINA DOS SANTOS ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0008/2011.

Pregão Presencial nº 0003/2011.

8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0019/2011.

ADITIVO Nº 23/2014.

ADITIVO DE REAJUSTE E PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: NATALINA DOS SANTOS ME.

Valor: Fica reajustado o valor em 6,16% de acordo com o índice de INPC acumulado no período, passando de R\$ 2,32 (dois reais e trinta e dois centavos) para o valor de R\$ 2,46 (dois reais e quarenta e seis centavos) o km rodado.

Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 0019/2011 para mais 60 (sessenta) dias, ou seja, até 1º de março de 2015, podendo ainda ser prorrogado, conforme previsto no art. 57, II da Lei 8.666/93, havendo interesse de ambas as partes, ou ainda podendo ser rescindido, caso haja o não cumprimento do Contrato.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0019/2011 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 25/2014 - ALAIANE TRANSPORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2013.

Pregão Presencial nº 0001/2013

3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0007/2013.

ADITIVO Nº 25/2014.

ADITIVO DE REAJUSTE E PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME.

Valor: Fica reajustado o valor em 6,16% de acordo com o índice

de INPC acumulado no período, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) para o valor de R\$ 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos) o km rodado.

Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 0040/2011 para mais 60 (sessenta) dias, ou seja, até 1º (primeiro) de março de 2015, podendo ainda ser prorrogado, conforme previsto no art. 57, II da Lei 8.666/93, havendo interesse de ambas as partes, ou ainda podendo ser rescindido, caso haja o não cumprimento do Contrato.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0007/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 26/2014 - INOVA TRANSPORTES LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2013.

Pregão Presencial nº 0001/2013.

4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0008/2013.

ADITIVO Nº 26/2014.

ADITIVO DE REAJUSTE E PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: INOVA TRANSPORTES ESCOLARES LTDA ME.

Valor: Fica reajustado o valor em 6,16% de acordo com o índice de INPC acumulado no período, passando de R\$ 2,32 (dois reais e trinta e dois centavos) para o valor de R\$ 2,46 (dois reais e quarenta e seis centavos) o km rodado.

Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 0040/2011 para mais 60 (sessenta) dias, ou seja, até 1º (primeiro) de março de 2015, podendo ainda ser prorrogado, conforme previsto no art. 57, II da Lei 8.666/93, havendo interesse de ambas as partes, ou ainda podendo ser rescindido, caso haja o não cumprimento do Contrato.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0008/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 27/2014 - MACIOESTE LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2013.

Pregão Presencial nº 0001/2013

3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0009/2013.

ADITIVO Nº 27/2014.

ADITIVO DE REAJUSTE E PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: MACIOESTE LTDA ME.

Valor: Fica reajustado o valor em 6,16% de acordo com o índice de INPC acumulado no período, passando de R\$ 2,32 (dois reais e trinta e dois centavos) para o valor de R\$ 2,46 (dois reais e quarenta e seis centavos) o km rodado.

Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência do Contrato

Administrativo nº 0040/2011 para mais 60 (sessenta) dias, ou seja, até 1º (primeiro) de março de 2015, podendo ainda ser prorrogado, conforme previsto no art. 57, II da Lei 8.666/93, havendo interesse de ambas as partes, ou ainda podendo ser rescindido, caso haja o não cumprimento do Contrato.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0009/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 28/2014 - PORTALMED - SST SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0007/2014.

Dispensa de Licitação nº 0001/2014

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0009/2014.

ADITIVO Nº 28/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de prestação dos serviços específicos abaixo listados:

- ASO: ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS, PERIÓDICOS, RETORNO AO TRABALHO, MUDANÇA DE FUNÇÃO E DEMISSIONAIS).

- LTCAT - LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO.

- PPRA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS.

- PPP - PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO.

- PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL.

- EXAMES DE AUDIOMETRIA, QUE SERÃO REALIZADOS CONFORME AVALIAÇÃO MÉDICA.

Contratada: BRANDALISE CLÍNICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, (PORTALMED-SST SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO).

Vigência do Contrato: Considerando a necessidade dos serviços prestados e observando a obrigatoriedade disposta na Legislação Federal, fica prorrogada a vigência do Contrato por 10 (dez) meses, ou seja, até 30 de outubro de 2015.

Valor e pagamento: Conforme Contrato Original nº. 0009/2014.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão de Licitações.

TERMO ADITIVO Nº 3/2014 - F.M. DE SAÚDE - ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA - HOSPITAL MAÍCE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0001/2014.

Dispensa de Licitação nº 0001/2014.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0001/2014.

ADITIVO Nº 3/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE.

Objeto: Prestação de serviços através do convênio de cooperação entre as partes, compreendendo a manutenção dos serviços em regime de: Plantão médico presencial 24 horas/dia de obstetrícia; e Sobreaviso das seguintes especialidades: pediatria, traumatologia, anestesiologia, radiologia, cirurgia geral, cirurgia vascular (média complexidade) e clínica médica, a serem prestados conforme condições contratuais.

Contratado: ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA - HOSPITAL MAICÉ.

Vigência do Contrato: Fica prorrogado a vigência do contrato até 31 de dezembro de 2015.

Valor do contrato: Fica reajustado em 4,07% (quatro virgula zero sete por cento) o valor do presente contrato passando para o valor de R\$ 5.482,93 (cinco mil quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa e três centavos) mensais, conforme índice de IGP-DI acumulado em 12 meses.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente de Comissão

TERMO ADITIVO Nº 4/2014 - F.M. DE SAÚDE - LABORATÓRIO TREZE TÍLIAS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2014.

Pregão Presencial nº 0001/2014.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0008/2014.

ADITIVO Nº 4/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa com profissional qualificado para realização serviços de exames laboratoriais, com coleta de material e entrega de resultado nas unidades de saúde do município, destinados ao atendimento dos munícipes, conforme quantitativos e descrições do edital e seus anexos.

Contratada: LABORATORIO TREZE TÍLIAS LTDA ME.

Vigência do contrato: Fica prorrogado para 60 (sessenta) dias a vigência do contrato, sendo de 1º de janeiro de 2015 a 1º de março de 2015.

Valor e pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0008/2014.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 5/2014 - F.M. DE SAÚDE - SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0008/2014.

Pregão Presencial nº 0006/2014.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0015/2014.

ADITIVO Nº 5/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa especializada, para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos provenientes da área da saúde, conforme especificações, quantidades e condições do anexo I do Edital.

Contratada: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Vigência do contrato: Fica prorrogado a vigência do contrato por 12 (doze) meses, sendo de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Valor e pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0015/2014.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 7/2014 - ATA DE RP Nº 16/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0027/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº0021/2014

REGISTO DE PREÇO Nº 0009/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.

Objeto: Registro de Preço para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo óleo diesel S10 - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota Municipal Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no Edital.

2º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 16/2014.

Contratada: SAFRA DIESEL LTDA.

Vigência: Fica prorrogada a vigência da presente Ata de Registro de Preços para mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2015.

Valor registrado: Conforme Ata de Registro de Preços nº 16/2014 e seus Aditivos.

Pagamento: Conforme Ata de Registro de Preços nº 16/2014 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 8/2014 - ATA DE RP 13/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº0012/2014

REGISTO DE PREÇO Nº 0006/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.

Objeto: Registro de Preço para contratação futura de empresa especializada, para o fornecimento de combustível - tipo gasolina comum -destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota Municipal do Órgão Gerenciador (Município de Macieira) e dos Órgãos Participantes (FMAS e FMS), conforme quantidades, especificações e condições constantes no anexo I do Edital.

2º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 13/2014.

Contratada: POSTO SERIBA LTDA.

Vigência: Fica prorrogada a vigência da presente Ata de Registro de Preços para mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2015.

Valor registrado: Conforme Ata de Registro de Preços nº 13/2014 e seus Aditivos.

Pagamento: Conforme Ata de Registro de Preços nº 13/2014 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO N°24/2014 - M.S TRANSPORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório n° 0021/2011.

Pregão Presencial n° 0012/2011

5° Aditivo ao Contrato Administrativo n° 0040/2011.

ADITIVO N° 24/2014.

ADITIVO DE REAJUSTE E PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: M.S TRANSPORTES LTDA ME.

Valor: Fica reajustado o valor em 6,16% de acordo com o índice de INPC acumulado no período, passando de R\$ 2,32 (dois reais e trinta e dois centavos) para o valor de R\$ 2,46 (dois reais e quarenta e seis centavos) o km rodado.

Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo n° 0040/2011 para mais 60 (sessenta) dias, ou seja, até 1° (primeiro) de março de 2015, podendo ainda ser prorrogado, conforme previsto no art. 57, II da Lei 8.666/93, havendo interesse de ambas as partes, ou ainda podendo ser rescindido, caso haja o não cumprimento do Contrato.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo n° 0019/2011 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO DE ADITIVO N° 9/2014 - ATA DE RP 15/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0021/2014

PREGÃO PRESENCIAL N°0017/2014

REGISTO DE PREÇO N° 0008/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.

Objeto: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo gasolina comum - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota municipal do Município de Macieira, conforme quantidades, especificações e condições constantes na Ata de Registro de Preços.

1° Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 15/2014.

Contratada: AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA.

Vigência: Fica prorrogada a vigência da presente Ata de Registro de Preços para mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 1° de janeiro de 2015 a 31 de março de 2015.

Valor registrado: Conforme Ata de Registro de Preços n° 15/2014.

Pagamento: Conforme Ata de Registro de Preços n° 15/2014.

Macieira, 30 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

RGF 2º SEMESTRE 2014

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.471.253,44	0,00
Pessoal Ativo	5.459.053,44	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	12.200,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.471.253,44	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.471.253,44	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		11.018.973,69
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		49,65
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%		6.611.384,21
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%		6.280.815,00
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%		5.950.245,79

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	321.296,77	215.165,59	109.034,41
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	321.296,77	215.165,59	109.034,41
Interna	321.296,77	215.165,59	109.034,41
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	938.139,54	2.554.233,68	1.586.962,48
Disponibilidade de Caixa Bruta	938.139,54	2.695.702,75	1.586.962,48
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	141.469,07	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-616.842,77	-2.339.068,09	-1.477.928,07
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.014.014,75	10.142.066,09	11.018.973,69
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,56%	2,12%	0,99%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-6,84%	-23,06%	-13,41%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	10.816.817,70	12.170.479,31	13.222.768,43
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	9.735.135,93	10.953.431,38	11.900.491,59

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	321.296,77	215.165,59	109.034,41
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	321.296,77	215.165,59	109.034,41

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	6.163,32	10.847,20	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.262.627,17	409.954,37

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	4.978.947,30	4.978.947,30	4.978.947,30
Passivo Atuarial	4.978.947,30	4.978.947,30	4.978.947,30
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	1.764.925,73	2.067.598,05	2.475.975,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.507.773,72	1.744.730,20	2.194.308,79
Investimentos	257.152,01	323.114,43	281.666,43
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	246,58	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	1.470,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	3.214.021,57	2.911.349,25	2.502.972,08

Macleira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

FONTE:

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	9.014.014,75	10.142.066,09	11.018.973,69
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.983.083,25	2.231.254,54	2.424.174,21
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	1.784.774,92	2.008.129,09	2.181.756,79

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.018.973,69	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.763.035,79	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.586.732,21	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	771.328,16	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	63.239,16	0,00	63.239,16
Alienação de Bens Moveis (saúde)	468,21	0,00	468,21
Assist. Farm. Básica	3.180,71	0,00	3.180,71
Bolsa Família - IGD-PBF	4.528,14	0,00	4.528,14
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	495,80	0,00	495,80
Convênio Trânsito - Civil	4.160,67	0,00	4.160,67
Convênio Trânsito - Militar	4.225,22	0,00	4.225,22
Convênio Trânsito - Prefeitura	4.565,27	0,00	4.565,27
Fundo Especial do Petróleo	7.782,78	0,00	7.782,78
MAC	1.645,20	0,00	1.645,20
Piso de Atenção Básica - PAB	125.941,56	0,00	125.941,56
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	185,53	0,00	185,53
Programa Nacional de Alimentação Escolar	41,51	0,00	41,51
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	399,14	0,00	399,14
Salário Educação	28.160,26	0,00	28.160,26
Transf. Rec. Fundo de Assist. Social - FNAS/CRAS	41.879,89	0,00	41.879,89
Transferencia de Convenios - Assistencia Social	27.598,64	0,00	27.598,64
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde)	364.476,21	0,00	364.476,21
Transferências de Convênios Saúde	8.222,70	0,00	8.222,70
Transferências FUNDEB/FUNDEF(Aplic. na remun. dos profis. Magistér. em ef)	7.217,35	0,00	7.217,35
Vigilância em Saúde	19.771,53	0,00	19.771,53
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	718.185,48	0,00	718.185,48
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	169,13	0,00	169,13
Receita de Impostos e Transf. de Impostos Saúde	10.896,80	0,00	10.896,80
Recursos Ordinários	857.661,67	0,00	857.661,67
Transferências de Convênios - Educação	49,40	0,00	49,40
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	868.777,00	0,00	868.777,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.586.962,48	0,00	1.586.962,48
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	2.475.975,22	0,00	2.475.975,22

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienação de Bens Destinados a Outros Progra	0,00	0,00	0,00	0,00	63.239,16	0,00
Alienação de Bens Moveis (saude)	0,00	0,00	0,00	0,00	468,21	0,00
Assist. Fam. Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	3.180,71	0,00
Bolsa Família - IGD-PBF	0,00	0,00	0,00	0,00	4.528,14	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econô	0,00	0,00	0,00	0,00	495,80	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	4.160,67	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	4.225,22	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	4.565,27	0,00
Fundo Especial do Petroleo	0,00	0,00	0,00	0,00	7.782,78	0,00
MAC	0,00	0,00	0,00	0,00	1.645,20	0,00
Piso de Atenção Básica - PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	125.941,56	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -	0,00	0,00	0,00	0,00	185,53	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	41,51	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Esc	0,00	0,00	0,00	0,00	399,14	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	28.160,26	0,00
Transf. Rec. Fundo de Assist. Social - FNAS/Cf	0,00	0,00	0,00	0,00	41.879,89	0,00
Transferencia de Convenios - Assistencia Socie	0,00	0,00	0,00	0,00	27.598,64	0,00
Transferências de Convênios - Outros (não rela	0,00	0,00	0,00	61.400,00	364.476,21	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	8.222,70	0,00
Transferências de Convênios Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	8.222,70	0,00
Transferências FUNDEF/FUNDEF(Aplic. na rer	0,00	0,00	0,00	0,00	7.217,35	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	19.771,53	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	0,00	61.400,00	726.408,18	0,00
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Públi	0,00	0,00	0,00	0,00	169,13	0,00
Receita de Impostos e Transf. de Impostos Sa	0,00	0,00	0,00	0,00	10.896,80	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Educ	0,00	0,00	0,00	229,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	103.825,37	857.661,67	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	244.500,00	49,40	0,00

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

RGF -ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		R\$ 1,00				
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOSA PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Transferências de Convênios Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	49,40	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	348.554,37	866.826,40	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	409.954,37	1.595.234,58	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.471.253,44	49,65
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.611.384,21	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.280.815,00	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.477.928,07	-13,41
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.222.768,43	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.424.174,21	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.763.035,79	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	771.328,16	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	409.954,37	1.595.234,58

FONTE:

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

RREO 6º BIMESTRE 2014

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.223.418,00	10.223.418,00	2.580.211,81	25,24	13.263.924,37	129,74
RECEITAS CORRENTES	10.223.400,00	10.223.400,00	2.133.450,01	20,87	11.249.437,93	110,04
RECEITA TRIBUTÁRIA	310.000,00	310.000,00	58.293,31	18,80	280.608,69	90,52
IMPOSTOS	276.000,00	276.000,00	57.983,31	21,01	270.049,31	97,84
TAXAS	14.000,00	14.000,00	300,00	2,14	10.559,38	75,42
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	168.000,00	168.000,00	56.183,83	33,44	258.344,35	153,78
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	138.000,00	138.000,00	53.503,69	38,77	230.464,24	167,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	30.000,00	30.000,00	2.680,14	8,93	27.880,11	92,93
RECEITA PATRIMONIAL	455.900,00	455.900,00	90.106,83	19,76	721.667,95	158,30
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	455.900,00	455.900,00	90.106,83	19,76	721.667,95	158,30
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	29.000,00	29.000,00	9.233,15	31,84	34.567,25	119,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.199.600,00	9.199.600,00	1.913.436,87	20,80	9.853.189,76	107,10
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.119.600,00	9.119.600,00	1.880.955,71	20,63	9.297.742,67	101,95
Transf. de Conv.	80.000,00	80.000,00	32.481,16	40,60	555.447,09	694,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57.900,00	57.900,00	6.206,02	10,72	101.059,93	174,54
Multas e Juros de Mora	13.000,00	13.000,00	1.150,47	8,85	8.501,72	65,40
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.000,00	14.000,00	3.623,98	25,89	26.523,22	189,45
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	3.995,87	39,96
RECEITAS DIVERSAS	20.900,00	20.900,00	1.431,57	6,85	62.039,12	296,84
RECEITAS DE CAPITAL	18,00	18,00	446.761,80	010,00	2.014.486,44	591,33
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	285.000,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	285.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	446.761,80	010,00	1.729.486,44	258,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNÍOS	18,00	18,00	446.761,80	010,00	1.729.486,44	258,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	277.000,00	277.000,00	108.415,36	39,14	438.755,25	158,40
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	277.000,00	277.000,00	108.415,36	39,14	438.755,25	158,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	277.000,00	277.000,00	108.415,36	39,14	438.755,25	158,40
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	277.000,00	277.000,00	108.415,36	39,14	438.755,25	158,40
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.500.418,00	10.500.418,00	2.688.627,17	25,60	13.702.679,62	130,50
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	10.500.418,00	10.500.418,00	2.688.627,17	25,60	13.702.679,62	130,50
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	10.500.418,00	10.500.418,00	2.688.627,17	25,60	13.702.679,62	130,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	785.046,23	—	—	729.995,22	—
Superávit Financeiro	—	785.046,23	—	—	729.995,22	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g + h) / f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.223.418,00	4.545.562,18	14.768.980,18	1.478.901,04	11.913.626,65	2.196.086,93	11.503.672,28	409.954,37	80,67
DESPESAS CORRENTES	9.097.500,00	608.696,75	9.706.196,75	1.253.773,41	8.939.113,11	1.739.779,58	8.938.926,41	186,70	92,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.369.000,00	167.608,52	5.536.608,52	1.125.077,71	5.250.416,21	1.134.136,18	5.250.416,21	0,00	94,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	43.000,00	0,00	43.000,00	852,23	19.585,78	852,23	19.585,78	0,00	45,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.685.500,00	441.088,23	4.126.588,23	127.843,47	3.669.111,12	604.791,17	3.668.924,42	186,70	88,91
DESPESAS DE CAPITAL	440.918,00	4.043.363,43	4.484.281,43	225.127,63	2.974.513,54	456.307,35	2.564.745,87	409.767,67	66,33
INVESTIMENTOS	194.718,00	3.994.363,43	4.189.081,43	207.439,10	2.697.251,18	438.618,82	2.287.483,51	409.767,67	84,39
INVERSOES FINANCEIRAS	16.200,00	49.000,00	65.200,00	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00	0,00	99,69
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	230.000,00	0,00	230.000,00	17.688,53	212.262,36	17.688,53	212.262,36	0,00	92,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	685.000,00	-106.478,00	578.522,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	277.000,00	201.600,00	478.600,00	106.186,61	451.970,68	106.936,59	451.970,68	0,00	94,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	277.000,00	201.600,00	478.600,00	106.186,61	451.970,68	106.936,59	451.970,68	0,00	94,44
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.500.418,00	4.747.182,18	15.247.600,18	1.585.087,65	12.365.597,33	2.303.023,52	11.955.642,96	409.954,37	81,10
									2.882.002,85

Continua 2/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%	
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.500.418,00	4.747.182,18	15.247.600,18	1.585.087,65	12.365.597,33	2.303.023,52	11.955.642,96	409.954,37	81,10	2.882.002,85
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.337.082,29	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.500.418,00	4.747.182,18	15.247.600,18	1.585.087,65	12.365.597,33	2.303.023,52	13.702.679,62	89,87	2.882.002,85	2.882.002,85

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.092.050,40

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	396.969,07	69.069,18	327.899,89	5.371.147,48
2014	410.286,65	288.022,89	122.263,76	5.493.411,24
2015	396.912,16	331.968,43	64.943,73	5.558.354,97
2016	405.154,87	368.968,08	36.186,79	5.594.541,76
2017	418.805,75	415.234,11	3.571,64	5.598.113,40
2018	438.284,12	461.233,76	-22.949,64	5.575.163,76
2019	424.524,28	505.746,72	-81.222,44	5.493.941,32
2020	439.610,06	541.366,17	-101.756,11	5.392.185,21
2021	437.954,51	568.328,20	-130.373,69	5.261.811,52
2022	457.491,79	595.671,96	-138.180,17	5.123.631,35
2023	461.188,64	632.696,42	-171.507,78	4.952.123,57
2024	465.238,16	680.494,27	-215.256,11	4.736.867,46
2025	472.410,27	732.553,85	-260.143,58	4.476.723,88
2026	484.475,45	774.936,58	-290.461,13	4.186.262,75
2027	486.165,48	813.424,20	-327.258,72	3.859.004,03
2028	487.993,91	851.743,41	-363.749,50	3.495.254,53
2029	506.951,72	901.187,68	-394.235,96	3.101.018,57
2030	521.787,39	953.364,44	-431.577,05	2.669.441,52
2031	518.093,77	1.008.966,87	-490.873,10	2.178.568,42
2032	516.728,55	1.054.357,89	-537.629,34	1.640.939,08
2033	522.426,80	1.087.630,44	-565.203,64	1.075.735,44
2034	535.712,71	1.113.649,88	-577.937,17	497.798,27
2035	527.538,06	1.139.708,28	-612.170,22	-114.371,95
2036	529.590,01	1.168.614,81	-639.024,80	-753.396,75
2037	526.563,46	1.191.140,77	-664.577,31	-1.417.974,06
2038	535.699,87	1.206.855,64	-671.155,77	-2.089.129,83
2039	533.371,59	1.222.440,32	-689.068,73	-2.778.198,56
2040	526.746,57	1.232.900,76	-706.154,19	-3.484.352,75
2041	525.306,65	1.240.100,86	-714.794,21	-4.199.146,96
2042	528.279,25	1.246,87	527.032,38	-3.672.114,58
2043	530.199,13	1.260.116,03	-729.916,90	-4.402.031,48
2044	522.130,90	1.269.466,61	-747.335,71	-5.149.367,19
2045	273.255,59	1.270.883,63	-997.628,04	-6.146.995,23
2046	268.222,65	1.260.679,76	-992.457,11	-7.139.452,34
2047	262.834,48	1.241.250,39	-978.415,91	-8.117.868,25
2048	257.532,94	1.216.441,07	-958.908,13	-9.076.776,38
2049	251.645,51	1.189.181,57	-937.536,06	-10.014.312,44
2050	245.614,24	1.160.743,37	-915.129,13	-10.929.441,57
2051	239.436,21	1.131.550,60	-892.114,39	-11.821.555,96
2052	233.076,79	1.101.497,10	-868.420,31	-12.689.976,27
2053	226.553,10	1.070.666,80	-844.113,70	-13.534.089,97
2054	219.892,50	1.039.189,49	-819.296,99	-14.353.386,96
2055	213.125,37	1.007.208,75	-794.083,38	-15.147.470,34
2056	206.280,24	974.859,35	-768.579,11	-15.916.049,45
2057	199.402,82	942.357,35	-742.954,53	-16.659.003,98
2058	192.455,11	909.523,21	-717.068,10	-17.376.072,08
2059	185.406,78	876.213,52	-690.806,74	-18.066.878,82
2060	178.246,53	842.374,88	-664.128,35	-18.731.007,17
2061	171.002,65	808.141,07	-637.138,42	-19.368.145,59
2062	163.694,88	773.605,27	-609.910,39	-19.978.055,98
2063	155.575,57	735.234,24	-579.658,67	-20.557.714,65
2064	148.363,92	701.152,72	-552.788,80	-21.110.503,45
2065	141.184,34	667.222,80	-526.038,46	-21.636.541,91
2066	134.085,12	633.672,59	-499.587,47	-22.136.129,38
2067	127.079,18	600.563,22	-473.484,04	-22.609.613,42
2068	120.152,08	567.826,45	-447.674,37	-23.057.287,79
2069	113.319,67	535.537,18	-422.217,51	-23.479.505,30
2070	106.639,43	503.967,08	-397.327,65	-23.876.832,95
2071	100.163,44	473.362,21	-373.198,77	-24.250.031,72
2072	93.950,38	443.999,90	-350.049,52	-24.600.081,24

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	87.959,90	415.689,52	-327.729,62	-24.927.810,86
2074	82.195,29	388.446,55	-306.251,26	-25.234.062,12
2075	76.648,73	362.234,06	-285.585,33	-25.519.647,45
2076	71.393,17	337.396,83	-266.003,66	-25.785.651,11
2077	66.426,64	313.925,54	-247.498,90	-26.033.150,01
2078	61.800,31	292.061,94	-230.261,63	-26.263.411,64
2079	57.505,93	271.767,14	-214.261,21	-26.477.672,85
2080	53.500,59	252.838,35	-199.337,76	-26.677.010,61
2081	49.762,16	235.170,87	-185.408,71	-26.862.419,32
2082	46.297,09	218.795,33	-172.498,24	-27.034.917,56
2083	43.149,90	203.922,02	-160.772,12	-27.195.689,68
2084	40.293,58	190.423,36	-150.129,78	-27.345.819,46
2085	37.677,32	178.059,17	-140.381,85	-27.486.201,31
2086	35.334,79	166.988,62	-131.653,83	-27.617.855,14
2087	33.242,32	0,00	33.242,32	-27.584.612,82

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	285.000,00	-285.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	285.000,00	-285.000,00
TOTAL	0,00	285.000,00	-285.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	285.000,00	221.292,63	0,00	63.707,37
Investimentos	285.000,00	221.292,63	0,00	63.707,37
TOTAL	285.000,00	221.292,63	0,00	63.707,37

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	63.707,37	63.707,37

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	287.000,00	287.000,00	274.045,18	95,49
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	20.000,00	20.000,00	29.206,41	146,03
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	49.050,09	122,63
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	80.000,00	80.000,00	45.553,53	56,94
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	136.000,00	136.000,00	146.239,28	107,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	9.000,00	9.000,00	3.995,87	44,40
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.297.000,00	9.297.000,00	9.287.503,72	99,90
Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	5.653.737,70	94,23
Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	10.777,60	71,85
Cota-Parte IPVA	90.000,00	90.000,00	112.163,51	124,63
Cota-Parte ICMS	2.900.000,00	2.900.000,00	3.197.741,10	110,27
Cota-Parte IPI-Exportação	46.000,00	46.000,00	48.932,77	106,38
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	246.000,00	246.000,00	264.151,04	107,38
Desoneração ICMS (LC 87/96)	16.000,00	16.000,00	13.377,48	83,61
Outras	230.000,00	230.000,00	250.773,56	109,03
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.584.000,00	9.584.000,00	9.561.548,90	99,77

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	515.800,00	515.800,00	540.639,00	104,82
Provenientes da União	515.800,00	515.800,00	540.639,00	104,82
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	12.100,00	12.100,00	52.301,95	432,25
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	527.902,00	527.902,00	592.940,95	112,32

Continua 1/5

Município de Macieira - SC

Continuação 2/5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	2.272.550,00	2.552.466,22	2.405.674,54	0,00	94,25
Pessoal e Encargos Sociais	1.613.000,00	1.799.000,00	1.738.595,61	0,00	96,64
Outras Despesas Correntes	659.550,00	753.466,22	667.078,93	0,00	88,53
DESPESAS DE CAPITAL	78.602,00	504.769,50	410.235,73	0,00	81,27
Investimentos	78.602,00	504.769,50	410.235,73	0,00	81,27

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL	78.602,00	504.769,50	410.235,73	0,00	81,27
Investimentos	78.602,00	504.769,50	410.235,73	0,00	81,27
TOTAL (IV)	2.351.152,00	3.057.235,72	2.815.910,27	0,00	92,11
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO					
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSA DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	515.902,00	1.000.166,48	797.477,13	0,00	28,32
	515.800,00	785.064,48	632.380,83	0,00	22,46
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	102,00	215.102,00	165.096,30	0,00	5,86
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	-	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	515.902,00	1.000.166,48	797.477,13	0,00	28,32
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [IV(f+g) - V(h+i)]	1.835.250,00	2.057.069,24		2.018.433,14	71,68
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4					
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h+i) - (15 x IIIb)/100]					584.200,80

Continua 3/5

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/5

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Atenção Básica	2.323.752,00	2.963.268,67	2.728.173,66	0,00	96,88
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.200,00	10.659,24	10.627,00	0,00	0,38
Vigilância Sanitária	12.200,00	66.215,41	60.871,72	0,00	2,16
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	17.092,40	16.237,89	0,00	0,58
TOTAL	2.351.152,00	3.057.235,72	2.815.910,27	0,00	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ENCATE.

Continua 4/5

Município de Macieira - SC

Continuação 5/5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNTE.

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Macieira, 09/01/2015

Município de Macieira - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	10.500.418,00	
Previsão Atualizada		—	10.500.418,00	
Receitas Realizadas		2.688.627,17	13.702.679,62	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	729.995,22	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	10.500.418,00	
Créditos Adicionais		—	4.747.182,18	
Dotação Atualizada		—	15.247.600,18	
Despesas Empenhadas		1.585.087,65	12.365.597,33	
Despesas Executadas		2.303.023,52	12.365.597,33	
Liquidadas		2.303.023,52	11.955.642,96	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	409.954,37	
Superavit Orçamentário		—	1.337.082,29	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.585.087,65	12.365.597,33	
Despesas Executadas		2.303.023,52	12.365.597,33	
Liquidadas		2.303.023,52	11.955.642,96	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	409.954,37	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			11.018.973,69	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		232.111,57	1.294.850,98	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		58.113,56	202.800,58	
Liquidadas		58.113,56	202.800,58	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		173.998,01	1.092.050,40	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		-182.000,00	562.262,48	-308,94
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.978.640,32	25%	31,99
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		758.708,29	60%	89,61
Liquidadas		758.708,29		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		2.974.513,54	1.509.767,89	

Continua 1/2

Município de Macieira - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	410.286,65	457.491,79	516.728,55	262.834,48
Despesas Previdenciárias (V)	288.022,89	595.671,96	1.054.357,89	1.241.250,39
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	122.263,76	-138.180,17	-537.629,34	-978.415,91

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	285.000,00	-285.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	221.292,63	63.707,37

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.018.433,14	15,00	21,11
Liquidadas	2.018.433,14		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% (b + c)/ Total (b + c)		
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.223.418,00	14.769.000,18	1.478.901,04	11.913.626,65	2.196.086,93	11.503.672,28	409.954,37	96,34	80,67	2.855.373,53
Legislativa	570.000,00	559.500,00	114.270,49	535.058,15	119.660,26	535.058,15	0,00	4,33	95,63	24.441,85
Ação Legislativa	570.000,00	559.500,00	114.270,49	535.058,15	119.660,26	535.058,15	0,00	4,33	95,63	24.441,85
Administração	1.208.500,00	1.434.450,00	182.504,98	1.378.514,28	265.298,26	1.378.327,58	186,70	11,15	96,10	55.935,72
Administração Geral	1.208.500,00	1.434.450,00	182.504,98	1.378.514,28	265.298,26	1.378.327,58	186,70	11,15	96,10	55.935,72
Segurança Pública	14.680,00	18.158,00	1.170,95	13.746,97	1.180,95	13.746,97	0,00	0,11	75,71	4.411,03
Policimento	14.680,00	18.158,00	1.170,95	13.746,97	1.180,95	13.746,97	0,00	0,11	75,71	4.411,03
Assistência Social	255.501,00	331.774,51	28.113,93	253.264,94	57.824,07	253.264,94	0,00	2,05	76,34	78.509,57
Assistência ao Idoso	43.000,00	43.000,46	2.476,79	29.734,63	3.504,54	29.734,63	0,00	0,24	69,15	13.265,83
Assistência à Criança e ao Adolescente	9.500,00	9.500,00	-131,95	4.268,05	372,07	4.268,05	0,00	0,03	44,93	5.231,95
Assistência Comunitária	203.001,00	279.274,05	25.769,09	219.262,26	53.947,46	219.262,26	0,00	1,77	78,51	60.011,79
Previdência Social	135.000,00	238.000,00	56.559,62	202.800,58	58.113,56	202.800,58	0,00	1,64	85,21	35.199,42
Previdência do Regime Estatutário	135.000,00	238.000,00	56.559,62	202.800,58	58.113,56	202.800,58	0,00	1,64	85,21	35.199,42
Saúde	2.334.653,00	2.939.675,21	349.056,05	2.694.920,41	399.527,57	2.694.920,41	0,00	21,79	91,67	244.754,80
Atenção Básica	2.248.752,00	2.776.268,67	328.488,77	2.544.499,50	372.528,77	2.544.499,50	0,00	20,58	91,65	231.769,17
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.200,00	10.659,24	1.811,00	10.627,00	1.811,00	10.627,00	0,00	0,09	99,70	32,24
Vigilância Sanitária	12.200,00	66.215,41	1.284,60	60.871,72	5.294,39	60.871,72	0,00	0,49	91,93	5.343,69
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	17.092,40	5.450,00	16.237,89	5.590,00	16.237,89	0,00	0,13	95,00	854,51
Alimentação e Nutrição	57.500,00	59.438,49	2.121,68	52.784,30	4.403,41	52.784,30	0,00	0,43	88,80	6.654,19
Abastecimento	1.001,00	10.001,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00	0,00	0,08	98,99	101,00
Educação	2.325.352,00	3.391.737,48	356.651,39	2.828.591,83	526.770,92	2.583.862,83	244.729,00	22,87	83,40	563.145,65
Ensino Fundamental	2.304.352,00	3.368.177,48	353.521,39	2.812.459,51	523.190,92	2.567.730,51	244.729,00	22,74	83,50	555.717,97
Ensino Médio	5.000,00	7.560,00	0,00	6.300,00	0,00	6.300,00	0,00	0,05	83,33	1.260,00
Ensino Superior	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Educação Infantil	5.000,00	5.000,00	2.680,00	4.882,32	2.680,00	4.882,32	0,00	0,04	97,65	117,68
Educação Especial	6.000,00	6.000,00	450,00	4.950,00	900,00	4.950,00	0,00	0,04	82,50	1.050,00
Cultura	85.000,00	5.590,00	0,00	5.170,00	0,00	5.170,00	0,00	0,04	92,49	420,00
Difusão Cultural	85.000,00	5.590,00	0,00	5.170,00	0,00	5.170,00	0,00	0,04	92,49	420,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			Até o Bimestre	No Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/(b + c(a))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Urbanismo	10.223.418,00	14.769.000,18	1.478.901,04	11.913.626,65	2.196.086,93	11.503.672,28	409.954,37	96,34	80,67
Infra-Estrutura Urbana	232.923,00	232.923,00	-16.263,37	193.799,23	44.207,96	193.799,23	0,00	1,57	83,20
Serviços Urbanos	5.002,00	5.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	227.921,00	227.921,00	-16.263,37	193.799,23	44.207,96	193.799,23	0,00	1,57	85,03
Habituação Urbana	10.201,00	201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	700.001,00	1.349.341,77	94.002,02	1.242.343,86	285.726,27	1.173.443,86	68.900,00	10,05	92,07
Promoção da Produção Vegetal	20.001,00	487.553,89	0,00	391.789,80	69.789,80	322.889,80	68.900,00	3,17	80,36
Produção Industrial	680.000,00	861.787,88	94.002,02	850.554,06	195.936,47	850.554,06	0,00	6,88	98,70
Indústria	20.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	20.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.229.103,00	2.550.072,28	180.086,85	1.899.230,13	197.577,56	1.899.230,13	0,00	15,36	74,48
Transporte Rodoviário	1.229.103,00	2.550.072,28	180.086,85	1.899.230,13	197.577,56	1.899.230,13	0,00	15,36	74,48
Desporto e Lazer	27.001,00	754.551,93	106.693,03	336.823,79	222.071,23	240.685,12	96.138,67	2,72	44,64
Desporto Comunitário	27.001,00	754.551,93	106.693,03	336.823,79	222.071,23	240.685,12	96.138,67	2,72	44,64
Encargos Especiais	383.000,00	383.000,00	26.055,10	329.362,48	38.128,32	329.362,48	0,00	2,66	86,00
Outros Encargos Especiais	383.000,00	383.000,00	26.055,10	329.362,48	38.128,32	329.362,48	0,00	2,66	86,00
Reserva de Contingência 1	685.000,00	578.522,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	685.000,00	578.522,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
Legislativa	277.000,00	478.600,00	106.186,61	451.970,68	106.936,59	451.970,68	0,00	3,66	94,44
Ação Legislativa	10.000,00	10.500,00	2.207,49	10.085,75	2.957,47	10.085,75	0,00	0,08	96,05
Administração	10.000,00	10.500,00	2.207,49	10.085,75	2.957,47	10.085,75	0,00	0,08	96,05
Administração Geral	25.000,00	38.800,00	6.079,50	38.766,95	6.079,50	38.766,95	0,00	0,31	99,91
	25.000,00	38.800,00	6.079,50	38.766,95	6.079,50	38.766,95	0,00	0,31	99,91

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% (b + c)/ Total (b + c)		% (b + c)/a
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	277.000,00	478.600,00	106.186,61	451.970,68	106.936,59	451.970,68	0,00	3,66	94,44	26.629,32
Saúde	75.000,00	187.000,00	44.457,68	183.674,16	44.457,68	183.674,16	0,00	1,49	98,22	3.325,84
Atenção Básica	75.000,00	187.000,00	44.457,68	183.674,16	44.457,68	183.674,16	0,00	1,49	98,22	3.325,84
Educação	82.000,00	129.300,00	29.311,65	118.195,23	29.311,65	118.195,23	0,00	0,96	91,41	11.104,77
Ensino Fundamental	82.000,00	129.300,00	29.311,65	118.195,23	29.311,65	118.195,23	0,00	0,96	91,41	11.104,77
Agricultura	25.000,00	53.000,00	13.170,06	48.034,27	13.170,06	48.034,27	0,00	0,39	90,63	4.965,73
Produção Industrial	25.000,00	53.000,00	13.170,06	48.034,27	13.170,06	48.034,27	0,00	0,39	90,63	4.965,73
Transporte	60.000,00	60.000,00	10.960,23	53.214,32	10.960,23	53.214,32	0,00	0,43	88,69	6.785,68
Transporte Rodoviário	60.000,00	60.000,00	10.960,23	53.214,32	10.960,23	53.214,32	0,00	0,43	88,69	6.785,68
TOTAL (III) = (I + II)	10.500.418,00	15.247.600,18	1.585.087,65	12.365.597,33	2.303.023,52	11.955.642,96	409.954,37	100,00	81,10	2.882.002,85

FONTE:

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA	EDEMAR NICOLAU KUHN
PREFEITO MUNICIPAL	CONTABILISTA

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.076.544,90	1.153.159,96	885.867,99	1.053.422,25	1.540.439,75	924.090,58	1.040.745,31	1.030.994,86	898.670,31	978.245,31	1.095.702,96	1.369.773,54	13.056.657,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.359,09	29.284,17	14.996,23	24.398,62	24.020,78	24.800,45	17.356,75	16.310,64	23.229,92	25.593,73	14.710,60	43.572,71	280.608,69
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	10.451,26	11.535,27	2.309,94	2.399,91	67,06	350,59	793,28	0,00	1.279,10	29.206,41
I.R.R.F.	14.029,15	23.173,03	10.704,79	10.725,98	8.426,77	10.229,83	9.696,62	5.656,55	14.100,00	9.765,03	5.305,11	24.426,42	146.239,28
I.S.S.	562,09	3.152,27	1.402,11	1.957,17	2.730,67	2.016,19	4.237,65	4.448,46	4.000,51	5.386,84	7.486,12	8.193,45	46.553,53
I.T.B.I.	5.372,00	1.332,07	1.493,10	652,91	1.188,07	7.741,88	872,57	5.498,57	4.177,23	9.408,58	1.936,37	9.373,74	48.050,09
Outras Receitas Tributárias	2.394,85	1.626,80	1.396,23	551,30	140,00	2.511,61	150,00	640,00	598,59	220,00	0,00	300,00	10.559,38
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	23.274,84	12.637,49	15.893,51	21.512,84	21.356,92	22.625,94	19.921,08	21.340,59	21.740,19	21.757,22	21.511,01	34.672,82	258.344,35
RECEITA PATRIMONIAL	7.053,78	69.156,74	28.917,40	64.751,79	93.861,58	10.171,86	176.044,58	114.417,19	19.406,86	49.779,34	71.684,59	18.422,24	721.687,95
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	482,00	2.115,66	987,61	1.626,84	3.334,74	0,00	824,14	3.707,97	8.330,97	3.944,07	5.881,48	3.351,67	34.587,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.011.466,23	1.038.458,52	767.194,25	939.349,82	1.394.855,81	861.396,52	769.415,37	870.251,01	821.245,06	921.310,60	979.678,88	1.265.784,48	11.660.409,55
Cota-Parte do FPM	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	366.126,63	448.026,05	393.082,94	371.503,84	491.732,79	540.132,51	5.653.737,70
Cota-Parte do I.C.M.S.	268.387,11	254.994,24	257.344,06	252.084,10	256.975,56	256.274,99	244.593,10	252.611,86	270.796,30	279.511,48	307.896,46	296.279,84	3.197.741,10
Cota-Parte do IPVA	4.283,37	6.626,70	9.169,83	14.023,97	14.438,23	11.274,42	13.470,81	10.989,90	10.351,46	6.987,05	6.692,65	4.366,12	112.163,51
Cota-Parte do ITR	0,00	15,45	0,00	0,00	10,93	0,00	0,00	6,45	1.222,88	9.420,98	100,91	0,00	10.777,60
Outras Transferências Correntes	65.960,43	65.859,43	54.742,00	172.157,52	472.793,96	90.756,42	93.711,11	85.654,05	71.591,30	176.332,18	91.877,87	343.063,89	1.784.500,16
Transferências da LC 61/1989	4.216,63	3.571,60	3.489,91	3.802,02	4.135,32	3.781,11	4.046,23	4.170,77	3.924,91	4.203,26	4.826,58	4.762,43	48.932,77
Transferências da LC 87/1996	1.114,79	1.114,79	0,00	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	2.229,58	13.377,48
Transferências do FUNDEB	72.670,54	71.083,41	65.655,16	66.121,32	72.297,72	68.417,80	63.352,70	67.708,14	69.158,48	72.257,02	75.436,83	74.950,11	839.179,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.910,16	1.507,38	59.798,99	1.762,14	3.009,92	5.083,81	46.183,39	4.867,46	4.720,31	-44.109,65	2.236,40	3.969,62	101.059,93
DEDUÇÕES (II)	195.485,41	190.519,72	143.271,22	155.352,87	188.866,63	156.833,31	145.043,83	162.866,87	155.395,01	153.296,98	181.303,61	204.226,57	2.037.684,03
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	20.916,52	10.218,72	13.911,94	19.138,97	18.915,95	18.520,47	18.573,61	18.721,22	19.288,30	18.752,85	18.830,87	34.672,82	230.464,24
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	174.568,89	180.301,00	129.595,28	140.213,90	169.952,68	140.312,84	126.470,22	143.865,65	136.106,71	134.544,13	162.472,74	169.553,75	1.807.219,79
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	881.059,49	962.640,24	742.596,77	898.069,38	1.351.571,12	765.257,27	904.701,48	868.907,99	743.275,30	824.948,33	914.395,35	1.165.546,97	11.018.973,69

FONTE:

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPALEDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
				Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	538.000,00	538.000,00	123.696,21	856.095,73	252.707,98
RECEITAS CORRENTES	538.000,00	538.000,00	123.696,21	856.095,73	252.707,98
Receta de Contribuições dos Segurados	138.000,00	138.000,00	53.503,69	230.464,24	119.240,90
Pessoal Civil	138.000,00	138.000,00	53.503,69	230.464,24	119.240,90
Ativo	130.000,00	130.000,00	52.754,03	229.714,58	114.472,10
Inativo	8.000,00	8.000,00	749,66	749,66	4.768,80
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	400.000,00	400.000,00	70.192,52	625.631,49	133.467,08
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	400.000,00	400.000,00	70.192,52	625.631,49	133.467,08
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	277.000,00	277.000,00	108.415,36	438.755,25	239.749,16
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	815.000,00	815.000,00	232.111,57	1.294.850,98	492.457,14

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	135.000,00	238.000,00	58.113,56	202.800,58	106.158,33	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	49.482,40	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	49.482,40	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	135.000,00	238.000,00	58.113,56	202.800,58	56.675,93	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	51.381,53	182.646,59	56.675,93	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	42.877,12	172.694,18	48.123,74	0,00
Pensões	0,00	0,00	1.689,33	3.137,33	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	6.815,08	6.815,08	8.552,19	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2014		Em 2013		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014			
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	135.000,00	238.000,00	6.732,03	20.153,99	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	135.000,00	238.000,00	6.732,03	20.153,99	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	135.000,00	238.000,00	58.113,56	202.800,58	0,00	106.158,33	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	680.000,00	577.000,00	173.998,01	1.092.050,40		386.298,81	

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Em 2014		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor				577.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	NOVEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
		2.128.279,28	1.507.773,72
		278.332,66	257.152,01

Bancos Conta Movimento	2.128.279,28	2.194.308,79	1.507.773,72
Investimentos	278.332,66	281.666,43	257.152,01

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Em 2014		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	277.000,00	277.000,00	108.415,36	438.755,25	239.749,16
RECEITAS CORRENTES (VIII)	277.000,00	277.000,00	108.415,36	438.755,25	239.749,16
Receita de Contribuições Patronais	277.000,00	277.000,00	108.415,36	438.755,25	239.749,16
Pessoal Civil	277.000,00	277.000,00	108.415,36	438.755,25	239.749,16
Ativo	277.000,00	277.000,00	108.415,36	438.755,25	239.749,16
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
				Até o Bimestre/2013		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	277.000,00	277.000,00	108.415,36	438.755,25	239.749,16	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EDENAR NICOLAU KUHN

CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	321.296,77	126.722,94	109.034,41
DEDUÇÕES (II)	938.139,54	1.387.428,00	1.586.962,48
Disponibilidade de Caixa Bruta	938.139,54	1.532.320,39	1.586.962,48
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	144.892,39	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-616.842,77	-1.260.705,06	-1.477.928,07
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-616.842,77	-1.260.705,06	-1.477.928,07

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	-217.223,01	-861.085,30

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	4.978.947,30	4.978.947,30	4.978.947,30
Passivo Atuarial	4.978.947,30	4.978.947,30	4.978.947,30
DEDUÇÕES (VIII)	1.764.925,73	2.343.483,50	2.475.975,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.507.773,72	2.067.212,18	2.194.308,79
Investimentos	257.152,01	276.271,32	281.666,43
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	3.214.021,57	2.635.463,80	2.502.972,08
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	3.214.021,57	2.635.463,80	2.502.972,08

FONTE:

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		10.044.500,00	2.151.758,54	10.966.525,23	9.190.004,25	
Receita Tributária		310.000,00	58.283,31	280.608,69	205.976,00	
I.P.T.U.		20.000,00	1.279,10	29.206,41	16.017,89	
I.S.S.		80.000,00	15.659,57	45.553,53	37.666,64	
I.T.B.I.		40.000,00	11.313,11	49.050,09	28.359,22	
I.R.R.F.		136.000,00	29.731,53	146.239,28	112.317,01	
Outras Receitas Tributárias		34.000,00	300,00	10.559,38	11.615,24	
Receita de Contribuição		445.000,00	164.599,19	697.099,60	386.370,28	
Receitas Previdenciárias		415.000,00	161.919,05	669.219,49	358.990,06	
Outras Contribuições		30.000,00	2.680,14	27.880,11	27.380,22	
Receita Patrimonial Líquida		0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial		455.900,00	90.106,83	721.667,95	183.000,56	
(-) Aplicações Financeiras		455.900,00	90.106,83	721.667,95	183.000,56	
Transferências Correntes		9.199.600,00	1.913.436,87	9.853.189,76	8.503.152,09	
F.P.M.		4.800.000,00	825.492,46	4.522.990,61	4.219.857,10	
I.C.M.S.		2.320.000,00	483.341,22	2.558.186,36	2.222.430,27	
Convênios		80.000,00	32.481,16	555.447,09	73.589,00	
Outras Transferências Correntes		1.999.600,00	572.122,03	2.216.565,70	1.987.275,72	
Demais Receitas Correntes		89.900,00	15.439,17	135.627,18	94.505,88	
Dívida Ativa		10.000,00	0,00	3.995,87	8.441,26	
Diversas Receitas Correntes		79.900,00	15.439,17	131.631,31	86.064,62	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		18,00	446.761,80	2.014.486,44	254.270,00	
Operações de Crédito (III)		0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Ativos (V)		0,00	0,00	285.000,00	109.500,00	
Transferências de Capital		18,00	446.761,80	1.729.486,44	144.770,00	
Convênios		18,00	446.761,80	1.729.486,44	144.770,00	
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		18,00	446.761,80	1.729.486,44	144.770,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		10.044.518,00	2.598.520,34	12.696.011,67	9.334.774,25	

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.184.796,75	1.846.716,17	9.390.897,09	186,70	7.971.478,11	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.015.208,52	1.241.072,77	5.702.386,89	0,00	4.904.622,58	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	43.000,00	852,23	19.585,78	0,00	38.223,15	0,00
Outras Despesas Correntes	4.126.588,23	604.791,17	3.668.924,42	186,70	3.028.632,38	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.141.796,75	1.845.863,94	9.371.311,31	186,70	7.933.254,96	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.484.281,43	456.307,35	2.564.745,87	409.767,67	632.393,03	0,00
Investimentos	4.189.081,43	438.618,82	2.287.483,51	409.767,67	414.983,00	0,00
Inversões Financeiras	65.200,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	65.200,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	230.000,00	17.688,53	212.262,36	0,00	217.410,03	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.254.281,43	438.618,82	2.352.483,51	409.767,67	414.983,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	578.522,00	-	-	-	-	-

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	578.522,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.974.600,18	2.284.482,76	11.723.794,82	409.954,37	8.348.237,96	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.930.082,18	314.037,58		562.262,48		986.536,29
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		729.995,22		0,00
Superávit Financeiro	-	-		729.995,22		0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-182.000,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA	EDEMAR NICOLAU KUH
PREFEITO MUNICIPAL	CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS		RP NÃO PROCESSADOS				Saldo
	Inscritos	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Macieira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHIN
CONTABILISTA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	288.000,00	288.000,00	57.983,31	274.045,18	95,15
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	31.000,00	31.000,00	1.279,10	33.202,28	107,10
1.1.1- IPTU	20.000,00	20.000,00	1.279,10	29.206,41	146,03
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.000,00	8.000,00	0,00	3.995,87	49,95
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	11.313,11	49.050,09	122,63
1.2.1- ITBI	40.000,00	40.000,00	11.313,11	49.050,09	122,63
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	81.000,00	81.000,00	15.659,57	45.553,53	56,24
1.3.1- ISS	80.000,00	80.000,00	15.659,57	45.553,53	56,94
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	136.000,00	136.000,00	29.731,53	146.239,28	107,53
1.4.1- IRRF	136.000,00	136.000,00	29.731,53	146.239,28	107,53
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.067.000,00	9.067.000,00	1.660.134,66	9.036.730,16	99,67
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	1.031.865,30	5.653.737,70	94,23
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.000.000,00	6.000.000,00	1.031.865,30	5.653.737,70	94,23
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.900.000,00	2.900.000,00	604.176,30	3.197.741,10	110,27
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	16.000,00	16.000,00	3.344,37	13.377,48	83,61
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	46.000,00	46.000,00	9.589,01	48.932,77	106,38
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	100,91	10.777,60	71,85
2.6- Cota-Parte IPVA	90.000,00	90.000,00	11.058,77	112.163,51	124,63
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.355.000,00	9.355.000,00	1.718.117,97	9.310.775,34	99,53
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	112.000,00	112.000,00	0,00	53.084,11	47,40
5.1- Transferências do Salário-Educação	90.000,00	90.000,00	0,00	37.980,11	42,20
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	22.000,00	22.000,00	0,00	15.104,00	68,65
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.002,00	80.002,00	5.803,00	507.787,00	634,72
6.1- Transferências de Convênios	80.002,00	80.002,00	5.803,00	507.787,00	634,72
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	272.500,00	272.500,00	143.633,90	288.326,87	105,81
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	464.502,00	464.502,00	149.436,90	849.197,98	182,82
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.813.400,00	1.813.400,00	332.026,49	1.807.219,79	99,66
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	206.372,84	1.130.747,09	94,23
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	580.000,00	580.000,00	120.835,08	639.554,74	110,27
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.200,00	3.200,00	668,85	2.675,40	83,61
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	9.200,00	9.200,00	1.917,79	9.660,47	105,01
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.000,00	3.000,00	20,18	2.155,48	71,85
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	18.000,00	18.000,00	2.211,75	22.426,61	124,59
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	754.000,00	754.000,00	151.400,69	846.710,61	112,30
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	750.000,00	750.000,00	150.386,94	839.179,23	111,89
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.000,00	4.000,00	1.013,75	7.531,38	188,28
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.063.400,00	-1.063.400,00	-181.639,55	-968.040,56	91,03
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=[(e+f)/d]x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	677.400,00	762.308,52	240.334,23	758.708,29	0,00	99,53	
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
13.2- Com Ensino Fundamental	677.400,00	762.308,52	240.334,23	758.708,29	0,00	99,53	
14- OUTRAS DESPESAS	76.600,00	96.600,00	20.261,17	96.593,49	0,00	99,99	
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.2- Com Ensino Fundamental	76.600,00	96.600,00	20.261,17	96.593,49	0,00	99,99	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	754.000,00	858.908,52	260.595,40		855.301,78	99,58	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—	
16.1 - FUNDEB 60%						—	
16.2 - FUNDEB 40%						—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						855.301,78	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						89,61	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						11,41	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %						-1,01	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						15.808,52	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²						15.808,52	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.338.750,00	2.338.750,00	429.529,49	2.327.693,84		99,53	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS			%	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)		(g)=[(e+f)/d]x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.000,00	5.000,00	2.680,00	4.882,32	0,00	97,65	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.174.350,00	2.248.736,99	479.353,50	2.028.828,34	229,00	90,23	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	754.000,00	858.908,52	260.595,40	855.301,78	0,00	99,58	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.420.350,00	1.389.828,47	218.758,10	1.173.526,56	229,00	84,45	
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.179.350,00	2.253.736,99	482.033,50		2.033.939,66	90,25	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-968.040,56	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 i)						7.531,38	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						15.808,52	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)						—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-944.700,66	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						2.978.640,32	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						31,99	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			%	
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)		(g)=[(e+f)/d]x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	91.000,00	81.060,49	0,00	18.306,50	0,00	22,58	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	194.502,00	1.245.678,49	78.452,48	702.825,20	244.500,00	76,05	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	285.502,00	1.326.738,98	78.452,48		965.631,70	72,78	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.464.852,00	3.580.475,97	560.485,98		2.999.571,36	83,78	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014			

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESCUOS DE IMPOSTOS COM DESPESAS VINCULADAS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (h)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	839.179,23	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.531,38	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	846.710,61	0,00

Macleira, 09/01/2015

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 15.808,52, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.484.281,43	2.564.745,87	409.767,67	1.509.767,89
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.484.281,43	2.564.745,87	409.767,67	1.509.767,89
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.484.281,43	-2.974.513,54		-1.509.767,89

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 79.283.065/0001-41

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Nota Fiscal nº. 44442 R\$ 2.863,09

Nota Fiscal nº. 43815 R\$ 2.863,09

Nota Fiscal nº. 42979 R\$ 2.863,09

Nota Fiscal nº. 42323 R\$ 2.349,09

Nota Fiscal nº. 42324 R\$ 42.946,44

Nota Fiscal nº. 45142 R\$ 40.158,00

Nota Fiscal nº. 45141 R\$ 15.627,77

Nota Fiscal nº. 39483 R\$ 141.452,75

Valor Total: R\$ 251.123,32

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa é a responsável por serviços de limpeza, merenda, jardinagem e serviços gerais da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 12 de janeiro de 2015

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 07.961.465/0001-58

ANINSETO DEDETIZADORA LTDA

Nota Fiscal nº. 1724 R\$ 10.425,34

VALOR TOTAL: R\$ 10.425,34

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pela dedetização e desratização das Escolas Municipais, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 12 de janeiro de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária da Fazenda e Planejamento

EDITAL

Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico de Mafra - COMPPAM.

Eu, Carmen Raquel Paluch, presidente do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico de Mafra - COMPPAM., no uso das atribuições que me são conferidas de acordo com a Lei 3592, cap. III - Processo de Tombamento, Artigo 8 e demais artigos, de 6 de outubro de 2010. INFORMA que como determina a referida Lei, após a realização de todos os Trâmites, decidiu-se favoravelmente pelo Tombamento da Edificação "Casa Centenária - Família Sommer", localizada na Rodovia BR 280, 1 - Campo da Lança - Mafra - SC.

Conforme decisão tomada em reunião extraordinária no dia 20/12/2014, ata nº 07/2014.

Essa decisão entra em vigor após a data da sua publicação Mafra, 08 de janeiro de 2015.

RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº002/2014.

RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 601/2014 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº002/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, o resultado da fase de habilitação do Processo Licitatório acima referenciado.

Empresa habilitada: Após transcorrer o prazo para recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a Comissão Permanente de Licitação concluiu que, a empresa CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA cumpriu integralmente com as exigências editalícias, restando habilitada no certame licitatório.

A data de abertura do envelope de proposta comercial será no dia 13 de janeiro de 2015 às 09h00min no mesmo endereço determinado no edital.

Mafra, (SC) 09 de janeiro de 2.015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 4083/2015

LEI MUNICIPAL Nº 4083, de 8 de janeiro de 2015.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA FIXAÇÃO DE CARTAZES OU PLACAS INFORMATIVAS SOBRE OS PROFISSIONAIS DOS SERVIÇOS MÉDICOS NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, faz saber a todos os habitantes deste Município, que promulga a presente Lei Municipal, na conformidade do artigo 32, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Mafra:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade, em todas as unidades de saúde do Município de Mafra, a fixação de cartaz ou placa informativa na recepção, em local de fácil acesso e visualização.

Parágrafo Único A placa deverá conter as seguintes informações:

I - Nome do responsável pela unidade;

II - Nomes de todos os médicos da unidade, com os respectivos

números do CRM, dias da semana que atendem, bem como suas especialidades.

III - Deverão constar ainda, diariamente, os nomes dos médicos que estarão atendendo nesse dia, e o horário de atendimento.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde terá o prazo de 60 (sessenta) dias para se ajustar a esta lei, a partir da sua publicação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei, poderão ser suplementadas se forem necessárias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 8 de janeiro de 2015.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 02/2015

PORTARIA Nº 02/2015, de 9 de janeiro de 2015

O Vereador Edenilson Schelbauer, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Fabiane Faszank, para o cargo em Comissão de Assessora Legislativa, padrão DAS-3, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mafra, com vencimento de R\$ 1.803,95 (hum mil, oitocentos e três reais e noventa e cinco centavos), a partir do dia 13.01.2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 9 de janeiro de 2015.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

PORTARIA Nº 03/2015

PORTARIA Nº 03/2015, de 9 de janeiro de 2015.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as senhoras, CLEIDIMAR DE CASSIA CHAICOWSKI KAMIENSKI, PRISCILA COLAÇO TEODOROVITZ JANTSCH e VÂNIA LAZARO DA GUARDA, para compor a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Mafra, para as modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência Pública.

Art. 2º Ficam igualmente nomeadas as senhoras MARIA NELI WORELL SCHAFACHECK e SIMONE EVERS DIAS para suplentes dos membros da Comissão Permanente de Licitações, mencionados no artigo anterior.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações, serão presididos pela senhora CLEIDIMAR DE CASSIA CHAICOWSKI KAMIENSKI, o qual terá como suplente a senhora MARIA NELI WORELL SCHAFACHECK e secretariado pela senhora PRISCILA COLAÇO TEODOROVITZ JANTSCH, o qual terá como suplente, a senhora SIMONE EVERS DIAS.

Art. 4º As licitações somente poderão ser abertas e julgadas com

a presença de, no mínimo, 01 (um) membro da comissão.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 26 de 27 de junho de 2014.

Mafra, 9 de janeiro de 2015.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

PORTARIA Nº 04/2015

PORTARIA Nº 04/2015, de 9 de janeiro de 2015.

NOMEIA O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como Pregoeiro e como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão da Câmara Municipal de Mafra, os servidores abaixo relacionados:

PREGOEIRO:

Vânia Lazaro da Guarda

EQUIPE DE APOIO:

Priscila Colaço Teodorovitz Jantsch

Bruna Rafaela Westarb

Art. 2º Os suplentes da equipe de apoio serão os senhores CÉLIO CÉSAR FERNANDES e IVONE DAS GRAÇAS GARCEZ SILVEIRA.

Art. 3º Os trabalhos dos servidores ora nomeados, deverão ser executados conforme as disposições constantes do Decreto Municipal nº 3.089/2008, Lei Federal nº 10.520/2008 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 25 de 27 de junho de 2014.

Mafra, 9 de janeiro de 2015.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

PORTARIA Nº 05/2015

PORTARIA Nº 05/2015, de 9 de janeiro de 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador EDENILSON SCHELBAUER, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias ao servidor EDENILSON FERREIRA, ocupante de cargo de guarda patrimonial, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias refere-se ao período de aquisição de 01 de janeiro de 2014 a 31 dezembro de 2014, que será gozada de 05 de janeiro de 2015 à 24 de janeiro de 2015, voltando dia 26 de

janeiro de 2015.

Art. 2º A Câmara Municipal converteu 10 (dez) dias de férias, em abono pecuniário, conforme solicitação feita através de requerimento, devidamente protocolado junto a Presidência da Câmara Municipal e com base no art. 80, § 6º da lei complementar nº 16 de 28 de dezembro de 2005 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Mafra, das Autarquias e Fundações Municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 9 de janeiro de 2015.
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente

PORTARIA Nº 06/2015

PORTARIA Nº 06/2015, de 9 de janeiro de 2015.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador EDENILSON SCHELBAUER, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias à servidora IVONE DAS GRAÇAS GARCEZ SILVEIRA, ocupante de cargo de assistente de administração e finanças, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias refere-se ao período de aquisição de 01 de janeiro de 2014 a 31 dezembro de 2014, que será gozada de 05 de janeiro de 2015 à 03 de fevereiro de 2015, voltando dia 4 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 9 de janeiro de 2015.
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente

PORTARIA Nº 07/2015

PORTARIA Nº 07/2015, de 9 de janeiro de 2015.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador EDENILSON SCHELBAUER, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias à servidora BRUNA RAFAELA WESTARB, ocupante de cargo de auxiliar de serviços administrativos, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias refere-se ao período de aquisição de 01 de maio de 2013 a 30 de abril de 2014, que será gozada de 26 de janeiro de 2015 à 13 de fevereiro de 2015, voltando dia 19 de fevereiro de 2015.

Art. 2º A Câmara Municipal converteu 10 (dez) dias de férias, em abono pecuniário, conforme solicitação feita através de requerimento, devidamente protocolado junto a Presidência da Câmara Municipal e com base no art. 80, § 6º da lei complementar nº 16 de 28 de dezembro de 2005 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Mafra, das Autarquias e Fundações Municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 9 de janeiro de 2015.
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente

PORTARIA Nº 08/2015

PORTARIA Nº 08/2015, de 9 de janeiro de 2015.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador EDENILSON SCHELBAUER, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias a servidora CLEIDIMAR DE CASSIA CHAI-COWSKI KAMIENSKI, ocupante de cargo de técnica em contabilidade, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias refere-se ao período de aquisição de 01 de janeiro de 2013 a 31 dezembro de 2013, que será gozada de 19 de janeiro de 2015 à 28 de janeiro de 2015, voltando dia 29 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 9 de janeiro de 2015.
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente

PORTARIA Nº 09/2015

PORTARIA Nº 09/2015, de 9 de janeiro de 2015.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador EDENILSON SCHELBAUER, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias a servidora CLEIDIMAR DE CASSIA CHAI-COWSKI KAMIENSKI, ocupante de cargo de técnica em contabilidade, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias refere-se ao período de aquisição de 01 de janeiro de 2014 a 31 dezembro de 2014, que será gozada de 29 de janeiro de 2015 à 02 de fevereiro de 2015, voltando dia 03 de fevereiro de 2015.

Art. 2º A Câmara Municipal converteu 10 (dez) dias de férias, em

abono pecuniário, conforme solicitação feita através de requerimento, devidamente protocolado junto a Presidência da Câmara Municipal e com base no art. 80, § 6º da lei nº 16 complementar de 28 de dezembro de 2005 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Mafra, das Autarquias e Fundações Municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 9 de janeiro de 2015.
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

RESOLUÇÃO Nº 02, de 09 de janeiro de 2015.
ESTABELECE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, no uso de suas atribuições, principalmente em face ao disposto no art. 32, II, IV e XIII da Lei Orgânica Municipal de Mafra,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-alimentação de caráter indenizatório, aos servidores públicos efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Mafra, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) mensais.

Art. 2º O auxílio-alimentação será concedido aos servidores ativos, excetuando-se o pagamento diante das seguintes situações:
I - Licenças superiores a 30 (quinze) dias, exceto à espécie de licença para tratamento de saúde;
II - Afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade;
III - Afastamento para estudo.

Art. 3º Tendo em vista o seu caráter indenizatório, o auxílio-alimentação não será considerado na base de cálculo de qualquer espécie tributária a título de remuneração dos servidores beneficiados, nem será computado para qualquer vantagem que o servidor receba.

Art. 4º As despesas decorrentes do Auxílio-Alimentação correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de janeiro de 2015.

Mafra/SC, 09 de janeiro de 2015.
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 04/2015 PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 04/2015 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de material de higiene e limpeza para a Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Educação, Cultura e Esportes, Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria do Meio Ambiente e Turismo do município de Maracajá, durante o ano de 2015.

Entrega dos Envelopes: até as 13h30min do dia 22/01/2015

Abertura da Sessão: a partir das 13h30min do dia 22/01/2015

Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 13:00 as 18:00 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111, ou através do e-mail licitacao@maracaja.sc.gov.br e no site www.maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 09 de Janeiro de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Maravilha**PREFEITURA****EXTR. PROC. LICITATÓRIO N. 012/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 012/2015 - Modalidade de Concorrência Pública n. 001/2015.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Concorrência Pública, a contratação de empresa especializada para execução de sistema de esgotamento sanitário no Município de Maravilha - SC, atendendo área urbana através de 03 (três) sub-bacias, sendo elas (D, F e I). O sistema contemplará 1.787 ligações prediais, aproximadamente 53 Km de rede coletora, 03 (três) estações elevatórias e uma estação de tratamento composta por "Sistema de Tratamento a Nível Secundário", com capacidade para tratar aproximadamente 30l/s, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 02 de março de 2015, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes de habilitação. Qualquer informação bem como a retirada do Edital e projetos poderão ser obtidas no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 07 de janeiro de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Meleiro**PREFEITURA****PORTARIA N.º 525/2014**

PORTARIA n.º 525/2014

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais do magistério relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 525/2014

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Adair Zanelatto	315
Albina Gomes de Carvalho	1228
Ana Lucia Pereira Carradore	154
Ana Paula de Luca Vieira	96
Andréia Bortolotto Antunes	911
Andréia de Cezaro C. Pasini	359
Andréia Duarte de Oliveira	597
Andréia Rocha Gonçalves	358
Ângela Maria Valnier De Luca	139
Clari de Sousa Marcelino	905
Claudia Casagrande Gonçalves	142
Cleimar Mota	1029
Cleonice G. Pasini Piazza	132
Cristiane Albano Meister	1411
Daniela Benedet Pasini	356
Dulcinéia Martins B. Machado	63
Edenéia Menegon	300
Édna Aparecida S. Silvério	348

Edilenia Macarini Frezza Ronchi	1413
Edson de Oliveira Claro	714
Eleiza Presa M. Dordete	720
Eliane Alexandre C. Pirola	287
Enedir Izé de Souza	10042
Fábia Roberta P. Mendonça	115
Gracia Vanilda M. Schimitis	47
Geovani Scarabelott Hubbe	1033
Hermínia Maria B. Simon	470
Iraci da Glória Silva	471
Ivanir Antunes Cardoso	347
Ivoneite Minato	143
Ivoneite Salvador Cardoso	897
Ivonir de Oliveira Bristot	461
Izabel Matias	67
Jadna Pasini Martinello	100
Jane Zanette Fernandes	286
Jania Cleide Z. Lodete	452

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Jerson da Silva Mota	146
Jorge Luiz Carvalho Coral	456
José Francisco Merêncio	144
Katiúcia Carradore Squizzato	468
Kétny Mezzari Cibien	460
Lenir Antunes C. Nola	76
Lenir Bordignon Fernandes	725
Leoni Albano	1183
Lindomar Francisco Damásio	1182
Lilian Isana G. Rocha Oenning	791
Lucia Mota de Oliveira	133
Luciana Despacia Amboni	44
Lucilena Zavariz	723
Lucemar Coral de Souza	734
Márcia Aparecida D. da Rocha	107
Margarida Zeferino Gomes	161
Maria Adriana D. Trento	280
Maria de Fátima M. Pagnan	727
Maria de Lourdes Dal Pont Colombo	80
Maria de Lourdes B. Bordignon	42
Maria Eliane Tomazzia	69
Maria Paulino Sipinski	284
Maria Rosângela B. Dal Pont	349
Maria Tereza Albano	712
Marisa Arlete Milanez	288
Marisa de Luca Piazza	152
Marlene Aléssio Zanelatto	352
Melissa Boeira Zapala	1223
Michélia Fabris Fernandes	465
Nair Lourdes da Silva Baesso	721
Nialva Nice Mezari Del Moro	1406
Patrícia Matheos Miguel	340
Paula Beatriz Conti Réus	724

Paula Maragno	455
Paulina Scarabelot Macarini	316
Raquel Tiscoski Pasini	469
Romildo Dal Pont	10040

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Rosane Bristot Piazza	285
Rosângela Ramos Pereira	553
Rosilane de Bitencourt M. Magagnin	1409
Rosinéia da Silva Tomazi	993
Rosinha de Souza Alexandre	171
Rozane Pirolla Motta	357
Scheila Serafim F. Freitas	722
Sidenei Schwartz	360
Solange Teresinha de Figueiredo	992
Sonia Elzi Sartori Manfredini	101
Sonir Bordignon Scarabelot	344
Tânia Regina Piazza Rossi	59
Tatiana Amboni	1236
Vanderléia De Luca Antunes	37
Vanderléia Pirola Isé	135
Vanessa Delair T. Scarabelot	103
Vanessa Fernandes Xavier	1410
Vera Lúcia Ronzani Corrêa	104
Zuleide Polla	97

Meleiro, 30 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 526/2014

PORTARIA n.º 526/2014

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos e agentes políticos municipais relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Dezembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 526/2014

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Adair Pasini	554
Agda F. Schneider Scarsanella	118
Aide Grasiela Macarini	1405
Alessandra Peterle Conti	341
Ana da Costa Ostetto	1026
Anabelle de Pelegrini Thome da Silva	1186
Anne Mary Destro	1224
Antonio Simoni de Oliveira	151
José Arilton Demétrio	989
Camila Aparecida Fabri Pagnan	1482
Cristiani Felisberto Scarpari	1150
Daiani Macarini	1258
Daize Mota da Boit	1443
Danilo Flores da Silva	1
Diógenes Pazini Manfredini	89
Édna Vieiro Toreti	314
Erleiarute Corrente Peterle	494
Fernanda Schuvartz Carboni	1179
Francisco Paulo Kruger	503
Geise Recchia	1239
Giovanna Daniel Dal Toé	1251
Jacira Peterle	1160
Jadir Trento	327
Jairo Luiz Canela	996
Janaina Fabris Dal Pont	1222
Janete Dal Molin M. Martins	935
Jardel Xavier de Moura	710
Jetender Singh Kalsi	1400
João André A. dos Santos	472
João Carlos Gabriel	1227
João Dilnei Carminati	155
Joelma Toretti Dordete	711
José Ênio Dal Toé	66
Juarez Polla	150
Lilian Isana G. Rocha Oenning	791
Manoel Rabelo Justino	1234
NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Mariana Bortoluzzi Porto	10085
Marisa da C. Búrigo Fascim	74
Marli da Silva Mafioleti	726
Michele Silvia Wolf Pimentel	1361
Miguel Izé Rosa	1511

Mirian Biz Sasso Minatto	53
Moisés Tomazi	1510
Pedro Aléssio Zanelatto	604
Pedro Costa de Souza	593
Rosemiria Duarte Rocha	1300
Sandra Simon Pereira	708
Sandro Effting	1147
Santina Nicolau dos Santos	317
Silvio Rogério Caldas	10010
Solange Simoni Dordete	56
Tadeu Rogério Bonfante	709
Valdemar Martins	736
Vanoir Machado Berti	1181
Vinício Mucillo Neto	1494
Volnei Antunes Cardoso	1003
Zamir Xavier de Moura	1362

Meleiro, 30 de Dezembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 527/2014

PORTARIA n.º 527/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal ANTONIO JOSÉ MACARINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 01 de maio de 2005 a 29 de abril de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/01/2015.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Dezembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 023/2014

PORTARIA nº 023/2014

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JULIANO FERNANDES - matrícula 09, ocupante do cargo de Operador de Estação (Eta/Ete), referente ao período aquisitivo de 01/10/2013 a 30/09/2014.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****DECRETO Nº 010/2015**

DECRETO Nº 010/2015 de 09.01.2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIRLEI VEIGA HAMERSCHMITT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.132/2014, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido, a partir desta data, a servidora SIRLEI VEIGA HAMERSCHMITT, do cargo efetivo de Auditor Fiscal - Tributário e de Serviços Públicos Municipais, do Município de Modelo/SC e de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 09 de janeiro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Ciente e de acordo:

SIRLEI VEIGA HAMERSCHMITT

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

DECRETO Nº 011/2015

DECRETO Nº 011/2015 de 09.01.2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELYSON JEAN KAMMLER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.132/2014, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 12.01.2015, o servidor ELYSON JEAN KAMMLER, do cargo comissionado de Coordenador Geral - Setor de Tributação, do Município de Modelo/SC e de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 09 de janeiro de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Ciente e de acordo:

ELYSON JEAN KAMMLER

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 002/2015

PORTARIA Nº 002/2015 de 09.01.2015.
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2013, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2013 do Município de Modelo - SC homologado pelo Decreto nº 244/2013 em 21.11.2013, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, no período de 02/02/2015 a 18/02/2015, a Sra. MARLETE RAUBER FENTZKE, aprovada no Concurso Público nº 001/2013 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo mencionado no Art. 1º, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 1º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 09 de janeiro de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: ____ / ____ / ____ .

MARLETE RAUBER FENTZKE

PORTARIA Nº 003/2015

PORTARIA Nº 003/2015 de 09.01.2015.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Albio Schild Filho (mat. 154-6)	03.07.2013 a 02.07.2014	08.01.2015 a 01.02.2015 (25 dias)
Albio Schild Filho (mat. 1717-5)	02.04.2013 a 01.04.2014	08.01.2015 a 27.01.2015 (20 dias)
Jussane M. T. Frandoloso	03.02.2014 a 02.02.2015	12.01.2015 a 21.01.2015 (10 dias)
Lovani Terezinha Baron (mat. 41-8)	20.02.2013 a 19.02.2014	09.01.2015 a 18.01.2015 (10 dias)
Lovani Terezinha Baron (mat. 1333-1)	20.02.2014 a 19.02.2015	09.01.2015 a 18.01.2015 (10 dias)
Nilce Batistti	04.10.2013 a 03.10.2014	12.01.2015 a 31.01.2015 (20 dias) + AP

Art. 2º - Fica registrado nos assentos funcionais, o gozo de férias do Prefeito Municipal no período de 20.01.2015 a 18.01.2015, relativo ao período aquisitivo de 01.01.2014 a 31.12.2014, de conformidade com as Leis Municipais nº 1.810/2008 e 2.037/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 09 de janeiro de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Monte Carlo

PREFEITURA

CONCURSO CONSELHEIRO TUTELAR 01/2015

EDITAL Nº 01/2015

"ABRE INSCRIÇÕES PARA ESCOLHA DOS CANDIDATOS PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSIANE RICHTER, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, com base na Lei n. 8.069/90 e na Lei Municipal nº 23/2007, com suas alterações posteriores, que estão abertas as Inscrições de Candidatos para concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar do Município.

1- DADOS INTRODUTÓRIOS:

- 1.1. Prazo para Inscrição: de 12/01/2015 a 30/01/2015
- 1.2. Local de Inscrição: Prefeitura Municipal - Departamento Tributário
- 1.3. Horário: 12:00 às 17:00 horas.
- 1.4. Número de Cargos: 01 (um) Conselheiro mais cadastro de reserva.
- 1.5. Período do Mandato: até 09/01/2016, conforme art. 139 da lei 8.069/90 e art. 2º, I, da Resolução CONANDA nº 152 de 09/08/2012;
- 1.6. Remuneração: R\$ 788,00 - Conforme estabelecido no art. 22 §1 da Lei Municipal n. 023/2007 e suas alterações.

2- DO CALENDÁRIO ELEITORAL:

2.1. Fica estabelecido o seguinte calendário eleitoral:

- DIA 12/01/2015 - Publicação do Edital;
- DE 12/01/2015 a 30/01/2015 - prazo para inscrição dos Candidatos, até às 17:00 horas;
- DIA 03/02/2015 - Homologação das inscrições, publicadas no mural público municipal e no site do município e da Amplasc - após as 18:00 horas;
- DIA 07/02/2015 - Realização das provas escritas;
- DIA 09/02/2015 - Divulgação Resultado Preliminar;
- DIA 10 e 11/02/2015 - prazo para interposição de recursos da prova escrita;
- DIA 12/02/2015 - Eleição, apuração e proclamação do resultado - na Prefeitura Municipal-sala de reuniões, das 16:00 às 17:00 horas;
- DIA 13 a 18/02/2015 - Prazo de Recurso do resultado e eleição;
- DIA 20/02/2015 - Homologação do Resultado final;
- DIA 23/02/2015 - Posse dos eleitos.

2.2. O CMDCA fará divulgar os editais integrantes do processo de escolha dos conselheiros tutelares e fará a remessa dos mesmos para as seguintes autoridades:

- I. Poderes Executivo e Legislativo do Município.
- II. Juiz de Direito da Vara de Família, da Infância e Juventude da Comarca de Fraiburgo
- III. Promotoria de Justiça da Comarca de Fraiburgo.

3 - DO REGISTRO DOS CANDIDATOS:

3.1 - Poderão concorrer aos cargos os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 anos;
- III - Ensino médio ou superior;
- IV - Residir no Município a mais de 3 (três) anos;
- V - Estar em pleno gozo das aptidões física e mental para o

exercício da função de conselheiro tutelar;

VI - Ser aprovado em prova de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, promovida ou contratada pelo CMDCA;

VII - Conhecimento em informática básica;

3.2 - A inscrição será realizada mediante requerimento do candidato em formulário

próprio, devendo apresentar, no ato da inscrição:

- a) Cédula de identidade (cópia);
- b) Título de eleitor (cópia);
- c) Comprovação de residência no município há pelo menos três anos (cópia);
- d) Certificado de conclusão do ensino médio (cópia);
- e) Certidão negativa de distribuição de feitos criminais expedida pela Comarca onde residiu o candidato nos últimos 5 (cinco) anos;
- f) Uma foto 3x4, colorida.

3.2.1 - Será permitido ao candidato que tiver concluído o Ensino Médio e ainda não estiver de posse do certificado de conclusão, apresentar declaração, emitida pela Instituição onde concluiu o curso. Obriga-se, no entanto, a apresentar o referido certificado até a data estabelecida para a posse, sob pena de não ser empossado.

3.3 - Não será admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições, ressalvado o previsto no parágrafo anterior.

3.4. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com procuração por instrumento público, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição.

3.5 - Ficam impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado (art. 140 da Lei n. 8.069/90).

3.6 - O membro do CMDCA que pretender concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá pedir o seu afastamento da função no ato da inscrição da candidatura.

3.7 - Os atuais membros do Conselho Tutelar que vierem a se candidatar à reeleição, estarão impedidos de usar a máquina administrativa (veículo, telefone, computador, material de expediente e função que exerce) para fins de campanha/promoção individual ou coletiva, sob pena de ser cancelada sua inscrição pelo CMDCA.

4 - DA PROVA:

4.1. Os candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar serão submetidos à prova de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e Adolescente - Lei 8.069/90, e questões de resolução de casos práticos.

4.3. As provas para os cargos de Conselheiro Tutelar previstos neste Edital serão realizadas na seguinte data, local e horário:

DATA: 07 DE FEVEREIRO DE 2015

LOCAL: Escola de Educação Básica Carlos Pisani

Monte Carlo/ SC

Horário: das 09:00 às 12:00 horas.

4.4. A prova objetiva escrita, para os cargos previstos neste Edital, será composta de 20 (vinte) questões de conhecimentos gerais do Estatuto da criança e adolescente e resolução de casos práticos, valendo 0,5 (meio) ponto cada, e redação num total de 10 (dez) pontos, sendo considerado aprovado o candidato que obtiver o mínimo de 7 (sete) pontos.

4.5. Cada questão objetiva será do tipo múltipla escolha, subdividida em 04 (quatro) alternativas, sendo: "a", "b", "c", e "d", sendo que somente uma alternativa poderá ser assinada.

4.6. Consideram-se aprovados na prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente os candidatos que obtiverem pontuação final diferente de zero (0,00);

4.7. As questões da prova escrita serão respondidas no caderno de provas, fornecido ao candidato quando da realização da mesma. Os candidatos utilizar-se-ão, exclusivamente de uma caneta na cor azul ou preta.

4.8. O candidato deverá comparecer no local das provas, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, devidamente munido do documento de identidade e documento de inscrição. Não será permitido a presença na sala da prova, daquele candidato que deixar de apresentar tais documentos.

4.9. O candidato que chegar além do horário fixado para o início das provas, não mais poderá fazê-la e, por conseguinte, estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

4.10. As provas escritas serão realizadas no mesmo dia, com duração máxima de 3 (três) horas.

4.11. O candidato só poderá se ausentar definitivamente da sala da prova após 30 (trinta) minutos do seu início.

4.12. Os três últimos candidatos que restarem na sala de provas deverão aguardar até que o último deles conclua a prova.

4.13. No decurso das provas o candidato só poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas se acompanhado por um fiscal.

4.14. Será passível de exclusão do Processo Seletivo o candidato que se utilizar de qualquer meio no sentido de burlar e/ou fraudar a prova, ou mesmo, valer-se de procedimentos contrários às normas impostas neste Edital.

4.15. No decorrer das provas é vedada qualquer consulta ou a utilização de qualquer meio, equipamento ou aparelho que possibilite o armazenamento de dados, gravação, recepção ou transmissão de mensagens, como telefones celulares, agendas eletrônicas, calculadoras e similares, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

4.16. A elaboração das provas escritas ficarão a cargo da AMPLASC - Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense, podendo, para tal, solicitar o CMDCA para auxiliar nessa tarefa;

5. DA ELEIÇÃO:

5.1. Os dez (dez) primeiros candidatos que preencherem os requisitos e forem aprovados na prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente serão submetidos ao voto facultativo, direto e secreto dos eleitores do Município.

5.2. A eleição será realizada por votação secreta, na qual terá direito ao voto todos os eleitores do município que estejam em dia com suas obrigações eleitorais e será realizada na seguinte data, local e horário:

DATA: 12 DE FEVEREIRO DE 2015

LOCAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo (Sala de Reuniões)

Horário: das 16:00 às 17:00 horas.

5.3. Será utilizada para votação uma Cédula Eleitoral contendo o

nome dos candidatos.

5.4. Os eleitores deverão votar 5 (cinco) candidatos, sob pena de nulidade do voto.

5.5. Nas cabines de votação serão afixadas listas com os nomes dos candidatos.

5.6. Os escrutinadores da votação serão todos os membros do CMDCA presentes na sessão.

6. DA APROVAÇÃO E DO RESULTADO

6.1. Serão considerados aprovados no processo de escolha os cinco (5) candidatos que obtiverem o maior Índice Geral (IG) no processo de escolha, que seguirá as seguintes etapas e diretrizes:

6.1.1. O resultado da prova de conhecimento específico, denominado Índice de Conhecimentos Específicos (ICE), será convertido em percentual e dividido por dois, sendo que a pontuação máxima da prova equivale a 100% (cem pontos percentuais), mediante a seguinte fórmula:

ICE=	($\frac{NAC \times 100\%}{NQT}$)	/2
------	---	--------------------------------	---	----

Onde:

ICE = Índice de Conhecimentos Específicos

NAC = Número de Acertos do Candidato

NQT = Número de Questões Totais da Prova

6.1.2. O resultado da votação, denominado Índice de Votos Recebidos (IVR), será convertido em percentual e dividido por dois, sendo que o total de votos válidos será equivale a 100% (cem pontos percentuais), mediante a seguinte fórmula:

IVR=	($\frac{NVC \times 100\%}{NTV}$)	/2
------	---	--------------------------------	---	----

Onde:

IVR = Índice de Votos Recebidos

NVC = Número de Votos Recebidos pelo Candidato

NTV = Número Total de Votos Válidos da Eleição

6.1.3. O Índice Geral (IG) no processo de escolha, critério de classificação final para escolha dos conselheiros, será obtido pela soma do índice da prova de conhecimentos específicos (ICE) e do índice decorrente dos votos recebidos (IVR), mediante seguinte fórmula:

IG= ICE + IVR

Onde:

IG = Índice Geral

IVR = Índice de Votos Recebidos

ICE = Índice de Conhecimentos Específicos.

6.2. Concluída a apuração do Índice Geral, a presidência do CMDCA proclamará o resultado da escolha, determinando a publicação do resultado em ata.

6.2. Havendo empate na classificação, com o mesmo Índice Geral, será considerado eleito o candidato que tiver obtido maior Índice de Conhecimentos Específicos, obtidos na prova de conhecimentos do estatuto da criança e adolescente.

6.3. Prevalecendo empate, será considerado eleito o candidato com maior idade. Se ainda assim prevalecer empate, o candidato eleito será conhecido por sorteio, realizado no mesmo local da apuração.

6.4. Os candidatos aprovados e não classificados entre os cinco primeiro colocados, ficarão na lista de cadastro reserva, na ordem de classificação, podendo assumir o cargo de conselheiro median-te posterior vacância do cargo.

6.5. O julgamento das eventuais impugnações e dúvidas de qual-quer natureza, serão analisadas e decididas no dia da eleição, pelo CMDCA.

Monte Carlo/SC, 12 DE FEVEREIRO DE 2015
JOSIANE RICHTER
Presidente do CMDCA

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE AMOSTRA (S) PREGÃO PRESENCIAL Nº213/2014.

ATA DE JULGAMENTO DE AMOSTRA (S)

PREGÃO PRESENCIAL Nº213/2014.

Para fins de comprovação junto ao certame licitatório de que trata o Pregão Presencial PMN 213/2014, informamos que a empresa Linear Indústria e Comércio Ltda, CNPJ nº 17.253.233/0002-80, apresentou a apresentou a(s) amostra* (s) referente aos itens abaixo, no prazo determinado em edital.

Item 01 - Aprovado.

Item 02 - Aprovado.

Item 03 - Aprovado.

Item 04 - Aprovado.

Secretaria de Administração / Departamento de Compras e Lici-tações.

Navegantes, 08 de janeiro de 2015.

ATAS PREGÃO PRESENCIAL Nº60/2014 FMS

Atas Pregão Presencial nº60/2014 FMS

Ata I

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES PONTAMED, RIO CLARENSE, CIRURGICA JAW, MARCOFARMA, MAURO MARCIANO, PROSAUDE, ANDROMEDA, CENTERMEDI, CRISTÁLIA, PROMEFARMA, ANGEOMED, AGLON, SULMEDIC, AL-TERMED, WAM-MED, DIMASTER, EXTRA DISTRIB, CIAMED TO-DAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E PRESENTES (A ÚNICA LICITANTE QUE APRESENTOU OS DOCUMENTOS PERTINENTES AO BENEFICIO DE ME/EPP FOI A EXTRA DISTRIB.). NÃO ESTAVAM PRESENTES ENTRETANTO ENCAMINHARAM ENVELOPES VIA CORREIO = LICIMED, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI INFORMADO QUE A VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS OCORRE-RIA ATÉ AS 11:30 E APÓS SERIA SUSPENSO PARA RETORNAR AS 14 HORAS DO MESMO DIA.

FORAM DISPONIBILIZADOS OS DOCUMENTOS DE CREDENCIA-MENTO PARA VERIFICAÇÃO, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS PASSOU PARA PROXIMA FASE, a sessão foi suspensa as 11:30 e comunicado a todos os presentes para retornarem no mesmo dia as 14h para continuação das aberturas de propostas em sessão publica.

08/01/2015

Ata II

Retomada a sessão as 14 horas conforme agendado anteriormen-te, continuou o cadastro das propostas e após foram disponibi-lizados para os licitantes para verificarem as mesmas, não havendo apontamentos passou-se para etapa de lances , foram dados lan-ces até o item 41, sendo suspenso para retornar a partir do item 42 no dia 09/01/2015 as 9 horas no mesmo local.Não havendo apontamentos encerra-se a sessão.

08/01/2015

Ata III

Retomada a sessão as 09 horas conforme agendado anteriormen-te, continuou com a etapa de lances sendo finalizado as 11:20, neste horário foi informado que a abertura dos envelopes de ha-bilitação seria as 14 horas do mesmo dia no mesmo local, e fina-lizando assim a sessão.

Obs.; na etapa de lances não estavam presentes a licitante extra, licital.

Pediram desclassificação dos itens 61,87,123 as licitantes (prome-farma, marco farma)

O pregoeiro cancelou o item 22 pois o descritivo estava errado. Não havendo apontamentos comunicou o encerramento da sessão.

09/01/2015

Ata IV

Retomada a sessão as 14 horas conforme agendado anteriormente, para finalizar a sessão com a abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes vencedores da etapa de lances, nesta fase após a consulta dos membros da comissão e dos licitantes, foi verificado que todas as licitantes foram habilitadas, COM EXCEÇÃO da licitante Centermedi, que foi inabilitada por apresentar certidão de FGTS vencida., não havendo menção de recursos, encerra-se a sessão, encaminha-se para autoridade competente para devida homologação e adjudicação.

09/01/2015

Douglas Lemos
Pregoeiro

CONTRATO Nº 310/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 310/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: SRA. ELAINE CRISTINA DA COSTA.

Objeto: Primeiro termo aditivo para promover alteração do prazo pactuado no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015. Valor anual de R\$ 17.680,00

Navegantes, 12 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

CONTRATO Nº 313/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 313/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: EMPREENDEIMENTOS DAL RI LTDA ME.

Objeto: Quinto termo aditivo para promover alteração do prazo e valor pactuado no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015. Valor anual de R\$ 24.302,28

Navegantes, 12 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

CONTRATO Nº 315/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 315/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: SR. MANOEL LUIZ FERREIRA E ESPOSA OLÍVIA EMÍLIO.

Objeto: Quarto termo aditivo para promover alteração do prazo e valor pactuado no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015. Valor anual de R\$ 53.876,88

Navegantes, 12 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

CONTRATO Nº 318/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 318/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: EQUILIBRIOS INDÚSTRIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA-EPP.

Objeto: Primeiro termo aditivo para promover alteração do prazo e valor pactuado no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Valor anual de

R\$ 37.315,56

Navegantes, 12 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

CONTRATO Nº 351/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 351/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: HELOISA HELENA MACARINI.

Objeto: Quinto termo aditivo para promover alteração do prazo e valor pactuado no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Valor anual de

R\$ 108.587,52

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

CONTRATO Nº 353/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 353/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: IMOBILIÁRIA NAVEGANTES LTDA ME.

Objeto: Primeiro termo aditivo para promover alteração do prazo pactuado no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015. Valor anual de

R\$ 30.800,00

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

CONTRATO Nº 354/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 354/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: SATER INCORPORAÇÕES IMOBILIARIAS LTDA ME.

Objeto: Primeiro termo aditivo para promover alteração do prazo pactuado no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015. Valor anual de

R\$ 24.200,00

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

CONTRATO Nº 355/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 355/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: SRA. NAYARA FREILLER CRISPIM.

Objeto: Primeiro termo aditivo para promover alteração do prazo e valor pactuado no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Valor anual de

R\$ 12.998,28

Navegantes, 21 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

EXTRATO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N.º 18793490000002-34/2014/BNDES/CAIXA (PMAT)

Extrato Contrato de Financiamento n.º 18793490000002-34/2014/BNDES/CAIXA (PMAT)

Contrato de Financiamento n.º 18793490000002-34/2014/BNDES/CAIXA (PMAT) Creditada: Município de NAVEGANTES/SC, CNPJ 83.102.855/0001-50 sediada no endereço Rua João Emílio, nº100, Bairro Centro em Navegantes/SC, Financiador: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, CNPJ 33.657.248/0001-89, Credora: Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04, endereço sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes ¾ em Brasília, DF. Objeto: Modernização da administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (Saúde, Educação e Assistência Social) do Município de Navegantes, conforme projeto aprovado 64060677011, do Departamento de Financiamento a Projetos de Investimentos - DEPIN, no âmbito da linha de financiamento para a Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos BNDES PMAT Automático. Amparo Legal: Leis Municipais de n.º 2.910 de 20/08/2014. Valor do financiamento: R\$ 2.285.758,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito reais) e valor da Contrapartida municipal é de R\$ 253.973,00 (duzentos e cinquenta e três mil, novecentos e setenta e três reais), Prazos do contrato é de 24 para execução e 72 para amortização do financiamento, período total = 96 meses, sendo a vigência do contrato até 15/01/2023. Data da Assinatura: 08/01/2015. Signatários: pela CREDORA: Nome Renato Scalabrin CPF nº 592.401.999-34, cargo: Superintendente Regional; pela CREDITADA: Nome Roberto Carlos de Souza, CPF nº: 573.409.359/91, Cargo: Prefeito Municipal. Navegantes, SC, 09 de Janeiro de 2015

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº365/2014 / 366/2014 / 367/2014.

Extrato Contratual PMN 365/2014

Contrato Nº.: 365/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Governança Brasil S.A.

CNPJ: 00.165.960/0001-01.

Valor: R\$ 5.707,68.

Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015.

Licitação : DL04/2012.

Recursos : Dotação: 2.136 3.3.90.00.00.

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2012 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS.

Navegantes, 22 de dezembro de 2014.

Extrato Contratual PMN 366/2014.

Contrato Nº.: 366/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: SOCIEDADE BALNEENSE LTDA.

CNPJ: 86.998.671/0001-09.

Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015.

Licitação : PP070/2010.

Recursos : Dotação: 2.015 3.3.90.

Objeto : QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 275/2010 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA SOCIEDADE EDITORA BALNEENSE EPP, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2010. Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Extrato Contratual PMN 367/2014.

Contrato Nº.: 367/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CIEE - SC CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

CNPJ: 04.310.564/0001-81.

Valor: R\$ 2.390,16*.

Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 30/06/2015.

Licitação : PP23/2010.

Recursos : Dotação: 2.014 3.3.90.00.

Objeto : QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 298/2010 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CIEE - SC CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

NAVEGANTESPREV**PORTARIA N º 002 DE 12 DE JANEIRO DE 2015 "CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE EM CARÁTER INTEGRAL"**

PORTARIA N º 002 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao servidor ARNOLDO BENTO RODRIGUES JUNIOR, portador da cédula de identidade n.º 749.114-0 SSP/SC, inscrito no CPF sob o n.º 312.300.089/34, efetivo no cargo de CONTADOR, lotado na Secretaria de Governo, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2015.04.00121, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 12 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 12 de janeiro de 2015.

Ouro

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0001/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Concorrência Pública Nº 0001/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 13/02/2014, às 14hs, o Processo Licitatório n.0004/2015, na modalidade Concorrência Pública para Compras e Serviços n. 0001/2015, tipo menor preço global, sob regime de empreitada global. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na realização de Concurso Público. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 09/01/2015.

Vitor João Faccin,
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 23/01/2014, às 09hs, o Processo Licitatório n.0001/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0001/2015, tipo menor preço por item, sob o regime de entrega parcelada. Objeto: contratação de seguro para veículos da frota do Município de Ouro, de acordo com as especificações do Anexo I do edital. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 07/01/2015.

Vitor João Faccin,
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 23/01/2014, às 10hs30min, o Processo Licitatório n.0002/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0002/2015, tipo menor preço por item representado pelo maior desconto ofertado por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de medicamentos genéricos, éticos e similares constantes na tabela da Revista ABC Farma. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 07/01/2015.

Vitor João Faccin,
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 23/01/2014, às 14hs, o Processo Licitatório n.0003/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0003/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de material elétrico para a manutenção da rede de iluminação pública das áreas urbana e rural do município de ouro para o exercício de 2015. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 08/01/2015.

Vitor João Faccin,
Prefeito Municipal.**Paial****PREFEITURA****PREGÃO 01/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2015

Objeto: registro de preços para aquisição de gasolina comum, diesel comum e diesel S10 para veículos e máquinas da frota municipal e do fundo municipal de saúde conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 23/01/2015

Abertura: 23/01/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 09 de janeiro de 2015.

LIDACI LOPES CROMIANSKI

Prefeita Municipal

PREGÃO 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2015

Objeto: seleção da(s) proposta(s) mais vantajosa(s), tipo menor preço por item, para a contratação de serviço de transporte escolar de alunos do ensino infantil, fundamental, médio e especial da rede de Ensino do Município para o ano letivo de 2015, conforme itinerário/percursos identificados e descritos no anexo I do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 13hs30min do dia 23/01/2015

Abertura: 23/01/2015 as 13hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 09 de janeiro de 2015.

LIDACI LOPES CROMIANSKI

Prefeita Municipal

Passo de Torres**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 01/2015**

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 01, de 07 de janeiro de 2015.

"DETERMINA PERÍODO DE FÉRIAS A SERVIDOR"

O cidadão Pedro Paulo Bitencourt, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Conceder férias, à pedido, à Servidora Maria Helena da Rosa Peres, recepcionista, com início no dia 12/01/2015 e término no dia 10/02/2015, referente ao período aquisitivo de 28/06/2013 à 28/06/2014.

As férias de que determina esta Portaria, poderá ser interrompida, se houver necessidade inadiável da presença do servidor ao serviço.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Pedro Paulo Bitencourt
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Ademilson Batista da Silva
1º Secretário

Penha**PREFEITURA****2145**

DECRETO Nº 2145 /2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO VALOR DE R\$ 257.800,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E SETE MIL E OITOCENTOS REAIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Penha, autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 257.800,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e oitocentos reais), de acordo com artigo 41, II e Artigo 43 § 1º, da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964 e autorizado pela Lei Municipal nº 2658/2013 de 19/11/2013, conforme como segue:

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Atividade: 2.056 - PAB Variável - Agentes Comunitários de Saúde

Fonte de Recursos: 0.3.0064.566 - Transferências SUS União - PACS - Superávit Financeiro

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (082) - Aplicações Diretas
..... R\$ 31.000,00

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Administrativo

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.022-Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo

Fonte de Recursos: 0001 - Próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.(064) - Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.023-Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0001 - Próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.(069) - Aplicações Diretas
..... R\$ 125.000,00

Órgão: 15 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 06 - Departamento de Águas e Saneamento

Programa de Trabalho: 17.512.0016

Atividade: 2.049-Funcionamento e manutenção do Departamento de Águas e Saneamento

Fonte de Recursos: 0000 - Próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.(160) - Aplicações Diretas
..... R\$ 41.800,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento da presente Lei de abertura de crédito suplementar correrá por conta das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Atividade: 2.056 - PAB Variável - Agentes Comunitários de Saúde

Fonte de Recursos: 0.3.0064.566 - Transferências SUS União - PACS - Superávit Financeiro

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (105) - Aplicações Diretas

..... R\$ 31.000,00

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 12.361.0009
Atividade: 2.022-Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
Fonte de Recursos: 0001 - Próprios
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.(065) - Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino
Programa de Trabalho: 12.361.0009
Atividade: 2.023-Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental
Fonte de Recursos: 0001 - Próprios
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.(070) - Aplicações Diretas
..... R\$ 125.000,00

Órgão: 15 - Secretaria de Planejamento Urbano
Unidade Orçamentária: 06 - Departamento de Águas e Saneamento
Programa de Trabalho: 17.512.0016
Atividade: 2.049-Funcionamento e manutenção do Departamento de Águas e Saneamento
Fonte de Recursos: 0000 - Próprios
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.(161) - Aplicações Diretas
..... R\$ 41.800,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Penha, 30 de dezembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

ADITIVO 01/2015 FMS

TERMO ADITIVO Nº 01/2015 - FMS
AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 06/2012 - FMS

Processo Licitatório nº 07/2012 - FMS, Dispensa de Licitação nº 01/2012 - FMS.

OBJETO: O imóvel objeto desta locação destina-se exclusivamente ao funcionamento da Vigilância Sanitária, Centro de Referência e Secretaria da Saúde e Saneamento.

Os signatários deste instrumento, de um lado o Sr. MAURO OLIVEIRA RIBEIRO, brasileiro, casado, motorista, portador da carteira de identidade nº RG 1281762 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 446.501.839-87, residente na Estrada Geral, s/nº, Bairro Fundos Albertina, cidade de Rio do Sul/SC, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, representada pelo Sr. Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, têm justo e aditivado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor do aluguel mensal constante da cláusula segunda do

Contrato de Locação nº 06/2012 - FMS fica alterado para R\$ 3.924,15 (três mil, novecentos e vinte e quatro reais e quinze centavos) mensais, corrigido de acordo com o IPCA(IBGE) acumulado no período, constante na alínea "a" da referida cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência constante na cláusula primeira do Contrato de Locação nº 06/2012 - FMS, passa a contar de 06/01/2015 até 06/01/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados, assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 06 de janeiro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Locatário

MAURO OLIVEIRA RIBEIRO
Locador

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

Rafael Celestino
Secretário da Administração

ADITIVO 148/2014 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 148/2014 FMS
AO CONTRATO Nº 78/2014 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 20/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 14/2014 -FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA SER UTILIZADO PELA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 148/2014 ao Contrato Administrativo nº 78/2014, para fornecimento de combustível, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa AUTO POSTO GIROTTTO LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Avenida Eugenio Krause, nº 631, Centro, telefone 47-3345.6706, inscrita no CNPJ sob o nº 04.523792/0001-30, neste ato representada Sérgio José Giroto, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 78/2014 FMS fica prorrogada até o dia 30.06.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

ADITIVO 149/2014 FMS

2º TERMO ADITIVO Nº 149/2014 FMS
AO CONTRATO Nº 09/2014 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 01/14 - FMS., modalidade Con-
vite nº 01/14 - FMS

OBJETO: FORNECIMENTO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, FIRMADO
ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA FAR-
MÁCIA SOPHARMA LTDA.

Pelo presente instrumento de 2º Termo aditivo nº 149/2014 ao
Contrato Administrativo nº 09/2014, por intermédio do FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno,
com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no
CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu
Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, ca-
sado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de
outro lado, a Empresa FARMÁCIA SOPHARMA LTDA, com sede na
cidade de Penha/SC, no bairro Praia Alegre, Rua Av. Nereu Ramos,
nº 1360, 07.292.254/0001-70, neste ato representada pelo Sra.
Sophia Pastuchen, CPF : 036.447.609-50 doravante denominada
simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada o forneci-
mento de Fraldas Geriátricas, mediante às cláusulas e condições
abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo
nº 09/2014 FMS fica prorrogada até o dia 30.06.2015, a contar de
31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, jun-
tamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

ADITIVO 150/2014 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 150/2014 FMS
AO CONTRATO Nº 73/2014 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 19/2014 -FMS, modalidade
Pregão Presencial nº. 13/2014 -FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPA-
MENTOS A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DOS CENTROS
DE ESPECIALIDADES NAM, NASF, CEFIR E PRONTO ATENDIMEN-
TO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 150/2014 ao
Contrato Administrativo nº 73/2014, para fornecimento de mate-
riais e equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por
meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito
público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº
190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato re-
presentada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Nave-
gantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmen-
te de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa Tecnoal Comercial
Distribuidora Ltda, com sede na cidade de Navegantes/SC, na Ave-
nida Santos Dumont, nº 88, Centro, Cep 88375-000, inscrita no
CNPJ sob o nº 03.365.198/0001-03, telefone 47-33424598, neste
ato representada Fernando José Longen, doravante denominada
simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às
cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo
nº 73/2014 FMS fica prorrogada até o dia 30.06.2015, a contar de
31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, jun-
tamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

ADITIVO 151/2014 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 151/2014 FMS
AO CONTRATO Nº 115/2014 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 35/2014 -FMS, modalidade
Pregão Presencial nº. 22/2014 -FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALA-
RES, INSTRUMENTO CIRÚRGICOS E CORRELATOS PARA A SE-
CRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 151/2014 ao
Contrato Administrativo nº 115/2014, para fornecimento de
eletrodomésticos e eletrônicos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE

PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/000196, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na cidade de Jaraguá do Sul/SC, Rua Maria Umbelina da Silva, nº 680, sala 02, 03, telefone 47-3370-4643, inscrita no CNPJ sob o nº 13.365.644/0001-25, neste ato representada Eliane Aparecida Pedrotti, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 115/2014 FMS fica prorrogada até o dia 30.06.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

ADITIVO 152/2014 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 152/2014 FMS
AO CONTRATO Nº 105/2014 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 31/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 20/2014 -FMS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS PARA SEREM INSTALADOS NA SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 152/2014 ao Contrato Administrativo nº 105/2014, para fornecimento de eletrodomésticos e eletrônicos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa Bagatoli Comercio de Imóveis Ltda Me, com sede na cidade de Taió/SC, na rua Cecílio Rodrigues, nº 136, no bairro Seminário, Cep 89190-000, telefone 47-35621878, inscrita no CNPJ sob o nº 09.053.748/0001-27, neste ato representada Sergio Bagatoli, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 105/2014 FMS fica prorrogada até o dia 30.06.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

ADITIVO 153/2014 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 153/2014 FMS
AO CONTRATO Nº 10/2014 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 03/14 - FMS, modalidade Con-
vite nº 03/14 - FMS.
OBJETO: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA USO DA SECRETARIA
DE SAÚDE.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 153/2014 ao Contrato Administrativo nº 10/2014, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa CLEUZA DE OLIVEIRA 04447907992 MEI, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Benjamim Flor, nº 314, bairro Armação, Cep 88385-000, telefone 47-91394426, inscrita no CNPJ sob o nº 14.498.186/0001-65, neste ato representada pelo Sr. Cleuza de Oliveira, CPF nº 044.479.079-92, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a locação de estrutura mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 10/2014 FMS fica prorrogada até o dia 30.06.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

ADITIVO 154/2014 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 154/2014 FMS
AO CONTRATO Nº 66/2014 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 18/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 12/2014 -FMS
OBJETO: EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER COFFEE BREAK PARA EVENTOS REALIZADOS PELA EQUIPE DA SECRETARIA DE SAÚDE DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 154/2014 ao Contrato Administrativo nº 66/2014, para prestação de serviço, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PANIFICAÇÃO E MERCEARIA PATRÍCIA LTDA-ME, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, Av. Getúlio Vargas, nº 588, Cep. 88.380-000 inscrita no CNPJ sob o nº 78.357.167/0001-00, neste ato representada pela Graziella Martins Teixeira, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 66/2014 FMS fica prorrogada até o dia 30.06.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

ADITIVO 155/2014 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 155/2014 FMS
AO CONTRATO Nº 56/2014 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 -FMS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA SEREM UTILIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO PA 24 HRS, NAM, CEFIR, DST/AIDS E NASF DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 155/2014 ao Contrato Administrativo nº 56/2014, para fornecimento de medicamento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉD. E LAB. LTDA, com sede na cidade de Erechim/RS, na Av. Mauricio Cardoso, nº 706, Cep 99.700-000, telefone (54) 3519-1224, e-mail plasmedic@yahoo.com.br, inscrita no CNPJ sob nº 09.200.303/0001-22, neste ato representada Nedio Justino Massochin Junior, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 56/2014 FMS fica prorrogada até o dia 30.06.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

ADITIVO 156/2014 FMS

2º TERMO ADITIVO Nº 156/2014 FMS
AO CONTRATO Nº 56/2014 FMS

Objeto: Prestação de serviço de engenharia com fornecimento de material para reforma e ampliação da unidade de saúde de Santa Lúcia com área total de 276,57m².
Licitação: Processo Licitatório nº 22/2013 - FMS, modalidade Tomada de Preços nº 2/2013 - FMS.

Pelo presente instrumento de 2º Termo Aditivo nº 156/2014 FMS, ao Contrato Administrativo 105/2013 FMS, a PREFEITURA

MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-9, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, Casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA, com sede na cidade de Navegantes/SC, Rua J, nº 177, Loteamento Orquideas, bairro de Gravatá, CEP 88375-000, telefone (47) 3319.0364 ou (47) 9101.9588 inscrita no CNPJ sob o nº 10.786.502/0001-43, neste ato representada pelo Sr Marcelo Rodrigues Nunes, CPF 070.179.278-77, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a prestação de serviço de engenharia, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

O prazo presente na clausula terceira do contrato administrativo 105/2013 FMS, fica prorrogado até 31.03.2014.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 30 de dezembro de 2014.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:
CPF:

De acordo:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

ADITIVO 157/2014 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 158/2014 FMS
AO CONTRATO Nº 21/2014 FMS

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESPECIALIZADO EM REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA GESTANTES.
Licitação: Processo Licitatório nº. 04/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 01/2014 -FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 158/2014 FMS, ao Contrato Administrativo 21/2014 FMS, para fornecimento de medicamento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FAITA LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, na Avenida Eugenio Krause, nº 1310, no bairro Centro, Cep 88385-000, telefone 3345-9036, inscrita no CNPJ sob o nº 02.073.169/0001-05, neste ato representada Luis Carlos Wagner, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

O prazo presente na clausula terceira do contrato administrativo 21/2014 FMS, fica prorrogado até 30.06.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 30 de dezembro de 2014.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:
CPF:

De acordo:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

ADITIVO Nº 136/2014 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 136/2014 FMS
AO CONTRATO Nº 162/2013 FMS

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESPECIALIZADO EM REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA GESTANTES.
Licitação: Processo Licitatório nº. 39/2013 -FMS, modalidade Credenciamento nº. 01/2013 -FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 136/2014 FMS, ao Contrato Administrativo 162/2013 FMS, para fornecimento de medicamento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FAITA LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Av. Eugenio Krause, nº 1310, no bairro Centro, Cep 88385-000, telefone 47-33459036, inscrita no CNPJ sob o nº 02.073.169/0001-05, neste ato representada Luiz Carlos Wagner, CPF 732.790.059-49 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

O prazo presente na clausula terceira do contrato administrativo 162/2013 FMS, fica prorrogado até 30.04.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 16 de dezembro de 2014.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:
CPF:

De acordo:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

CONTRATO Nº 01/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 01/2014 - RH/FMS

Contratado (A): DIOGO WENCZENOVICZ, na função de Médico Plantonista, início em 09/01/2015 e término em 08/01/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 01 de janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CV07/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2014 - FMS

CARTA CONVITE Nº 07/2014 - FMS

Objeto: Prestação de serviço de obras e engenharia, com fornecimento de mão de obra e material, para reforma do Pronto Atendimento 24 hrs, localizado na Rua Alfeu J. Conceição, Centro, conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Abertura do Processo: 09/12/2014 às 16:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

A presente licitação fracassou, pois APÓS A ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO FOI CONSTATADO QUE A EMPRESA TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME NÃO REGULARIZOU O ITEM 3.1 LETRA "D" DESTE EDITAL, ONDE FOI ABERTO PRAZO LEGAL DE 05 DIAS ÚTEIS, ONDE ESTES REFERIDOS PRAZOS NÃO HOUVE REGULARIZAÇÃO DO ITEM CITADO ACIMA E POR SE TRATAR DE LICITAÇÃO MODALIDADE CARTA CONVITE É NECESSÁRIO QUE NO MÍNIMO TRÊS LICITANTES ESTEJAM HABILITADOS PARA SE PROSSEGUIR NA FASE DAS PROPOSTAS, CONFORME LEI 8.666/93.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 09 de janeiro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

CV19/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2014 - PMP

CARTA CONVITE Nº 19/2014 - PMP

Objeto: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para reforma do telhado, pintura e instalação elétrica da Escola Municipal Horacina Soares Francisco, conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Abertura do Processo: 08/12/2014 às 16h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

A presente licitação foi fracassada, pois APÓS A ABERTURA DOS

ENVELOPES DE HABILITAÇÃO FOI CONSTATADO QUE A EMPRESA TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME NÃO REGULARIZOU O ITEM 3.1 LETRA "D" DESTE EDITAL, ONDE FOI ABERTO PRAZO LEGAL DE 05 DIAS ÚTEIS, ONDE ESTES REFERIDOS PRAZOS NÃO HOUVE REGULARIZAÇÃO DO ITEM CITADO ACIMA E POR SE TRATAR DE LICITAÇÃO MODALIDADE CARTA CONVITE É NECESSÁRIO QUE NO MÍNIMO TRÊS LICITANTES ESTEJAM HABILITADOS PARA SE PROSSEGUIR NA FASE DAS PROPOSTAS, CONFORME LEI 8.666/93.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 09 de janeiro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

CV20/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2014 - PMP

CARTA CONVITE Nº 19/2014 - PMP

Objeto: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para reforma do telhado, pintura e instalação elétrica da Escola Municipal Horacina Soares Francisco, conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Abertura do Processo: 08/12/2014 às 16h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

A presente licitação foi fracassada, pois APÓS A ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO FOI CONSTATADO QUE A EMPRESA TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME NÃO REGULARIZOU O ITEM 3.1 LETRA "D" DESTE EDITAL, ONDE FOI ABERTO PRAZO LEGAL DE 05 DIAS ÚTEIS, ONDE ESTES REFERIDOS PRAZOS NÃO HOUVE REGULARIZAÇÃO DO ITEM CITADO ACIMA E POR SE TRATAR DE LICITAÇÃO MODALIDADE CARTA CONVITE É NECESSÁRIO QUE NO MÍNIMO TRÊS LICITANTES ESTEJAM HABILITADOS PARA SE PROSSEGUIR NA FASE DAS PROPOSTAS, CONFORME LEI 8.666/93.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 09 de janeiro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

DECRETO 2162

DECRETO Nº 2162/2015

DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO:

- O Decreto Federal nº 8381, de 29 de dezembro de 2014, que Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo;

DECRETA:

Art. 1º - A partir de 1º de janeiro de 2015 o salário mínimo será de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 26,27 (vinte e seis reais e vinte sete centavos) e o valor horário, a R\$ 3,58 (três reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário com efeito retroativo do dia 01 de janeiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 07 de janeiro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

DECRETO 2163

DECRETO Nº 2163/2015

TORNAR SEM EFEITO DIREITO DE GRATIFICAÇÃO DE REGÊNCIA DE CLASSE

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 3º, da Lei Complementar nº18/2010 Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Tornar sem efeito o Decreto 1974/2014 CONCEDIA DIREITO DE GRATIFICAÇÃO DE REGÊNCIA DE CLASSE.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário com efeito retroativo do dia 01 de janeiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 07 de janeiro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

DECRETO 2164

DECRETO Nº 2164/2015

TORNAR SEM EFEITO CONCEDE DIREITO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 3º, da Lei Complementar nº18/2010 Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Tornar sem efeito o Decreto 1973/2014 CONCEDIA DIREITO DE PRÊMIO DE ASSIDUIDADE.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário com efeito retroativo do dia 01 de janeiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 07 de janeiro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

ERRATA CV22/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2014 - PMP

CARTA CONVITE Nº 22/2014 - PMP

Objeto Prestação de Serviço de empresa especializada para execução de obra de engenharia elétrica para efficientização de iluminação pública na Avenida Nereu Ramos no Município de Penha/SC, com fornecimento de material, equipamentos e mão de obra, conforme memorial descritivo e projeto em anexo.

Onde se lê:

O Município de Penha torna público que fará realizar no dia 13/01/2014, às 16h:00m, na Secretaria da Administração, CONVITE para contratação de serviços de engenharia elétrica, neste Município, sendo regido pela Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações. Incluindo os artigos 1 e 5 do Edital.

Leia-se:

O Município de Penha torna público que fará realizar no dia 13/01/2015, às 16h:00m, na Secretaria da Administração, CONVITE para contratação de serviços de engenharia elétrica, neste Município, sendo regido pela Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações. Incluindo os artigos 1 e 5 do Edital.

Motivo da errata: Houve um erro de digitação apenas do ano de 2014 para o ano de 2015, sendo que não haverá alteração da data do certame.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 09 de janeiro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Peritiba**PREFEITURA****CHAMADA ANUAL PARA ATUALIZAÇÃO E INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS NO CADASTRO DE LICITANTES 01/2015**

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC

CHAMADA ANUAL PARA ATUALIZAÇÃO E INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS NO CADASTRO DE LICITANTES

O Município de Peritiba-SC, em obediência ao § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunica aos inscritos no Cadastro Geral de Licitantes desta Municipalidade para que procedam à atualização de seus documentos cadastrais, bem como a todos os interessados em cadastrar-se para que compareçam e apresentem os documentos previstos nos artigos 27 a 31 da Lei supra citada. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito à Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, de Segunda à Sexta-feira, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, relação de documentos bem com as instruções poderão ser retidas via internet através do site www.peritiba.sc.gov.br ou pelo telefone (0**49) 3453-1122.

Peritiba, SC, 07 de janeiro de 2015.

ELIZANE ASCARI BERVIAN

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Pinheiro Preto**PREFEITURA****PORTARIA Nº.011, DE 05 DE JANEIRO DE 2014.**

PORTARIA Nº.011, DE 05 DE JANEIRO DE 2014.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA JUREMA DA SILVA CAVAZINI OCUPANTE DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92, e ainda a Lei Complementar 155 de 11 de agosto de 2009;

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER, a partir de 26 de Dezembro de 2014, a servidora JUREMA DA SILVA CAVAZZINI, ocupante da função de CONSELHEIRA TUTELAR, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA MATERNIDADE, sendo o gozo de 26 de Dezembro de 2014 a 23 junho de 2014.

Centro Administrativo Municipal, 05 de Janeiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 23/01/2015 licitação modalidade Pregão Presencial nº 005/2015, visando a "AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS"

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 23/01/2015, até às 14:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 09 DE JANEIRO DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 328/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 328/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de CONSERTO VEICULO PLACA LZM-0956 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 209/2014.

EMPRESA CONTRATADA: RETIFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os

serviços no valor de R\$ 1.041,02 (um mil e quarenta e um reais e dois centavos).

DATA DO CONTRATO: 19 de dezembro de 2014
PREFEITO: Euzebio Viecele

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 329/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 329/2014.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto, Aquisição de Materiais Impresso para a Secretaria de Administração, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 210/2014.

EMPRESA CONTRATADA: VISARE EDITORA E ARTES GRÁFICAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: Valor contratado: R\$ 6.721,00 (seis mil, setecentos e vinte e um reais)

DATA DO CONTRATO: 22 de Dezembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecele

DECRETO Nº 4.136, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

DECRETO Nº 4.136, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

ATUALIZA MONETARIAMENTE A PLANTA GENÉRICA DE VALORES, DO MUNICÍPIO PARA EFEITO DE LANÇAMENTO DO IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TSP - TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe Parágrafo Único do Art. 11, da Lei Municipal nº 422/86, de 05 de dezembro de 1986, e Lei Complementar nº 132, de 05/12/2006.

DECRETA

Art. 1º - Fica atualizada monetariamente em 3,67% (três inteiros e sessenta e sete centésimos percentuais), a Planta Genérica de Valores do Município, para efeito de lançamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e TSP - Taxas de Serviços Públicos, para o exercício de 2015.

Parágrafo único - O percentual de reajuste, corresponde ao IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, acumulado, da Fundação Getúlio Vargas, do exercício de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
em 30 de dezembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDER FARINA

Secretário de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000 - Fax: (49) 3562-1460 - E-mail: tributos@ppreto.com.br
89570-000 - PINHEIRO PRETO - SC.

DECRETO Nº 4.137, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

DECRETO Nº 4.137, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

FIXA VALORES VENAIAS DAS CONSTRUÇÕES E DOS TERRENOS URBANOS E RURAIS PARA EFEITO DO ITBI - IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (INTER-VIVOS), PARA SEREM APLICADOS NO EXERCÍCIO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

DECRETA

Art. 1º - Ficam fixados os valores venais das construções, dos terrenos urbanos e rurais, para efeito da cobrança do ITBI - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (Inter-Vivos), conforme os Anexos I, II e III, respectivamente, para serem aplicados no exercício de 2015.

Parágrafo único - O valor fixado foi reajustado em 3,67% (três inteiros e sessenta e sete centésimos percentuais), correspondente ao IGP-M - (Índice geral de Preços de Mercado - Fundação Getúlio Vargas), acumulado, no ano de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
em 30 de dezembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDER FARINA

Secretário de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000 - Fax: (49) 3562-1460 - E-mail: tributos@ppreto.com.br
89570-000 - PINHEIRO PRETO - SC.

DECRETO Nº 4.138, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.138, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 17, da Lei nº 422/86, de 05 de dezembro de 1986 (Código Tributário Municipal);

DECRETA

Art. 1º - Ficam fixados os prazos para recolhimento dos Tributos Municipais, do Calendário Anual de Tributos Municipais, para vigorar no exercício de 2015, conforme segue:

I - IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

T S P - TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

parcela única: 15 de abril (com 10% de desconto);

1ª parcela: 15 de abril;

2ª parcela: 15 de maio;

II - TLL - TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO (ALVARÁ)

parcela única: 10 de abril (com 5% de desconto)

1ª parcela: 15 de abril;

2ª parcela: 15 de maio;

III - ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (FIXO)

parcela única: 15 de abril (sem desconto);

IV - ISS - HOMOLOGADO

pagamento mensal: Dia 20 do mês subsequente em que ocorreu o fato gerador;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
Em 30 de dezembro de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDER FARINA
Secretário de Administração

DECRETO Nº 4.139, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

DECRETO Nº 4.139, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA MUNICIPAL - VRM, PARA VIGORAR NO EXERCÍCIO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

DECRETA

Art. 1º - Fica fixado em R\$ 468,62 (Quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos), o VRM (VALOR DE REFERÊNCIA MUNICIPAL), para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2015.

Parágrafo único - O valor fixado foi reajustado em 3,67% (três inteiros e sessenta e sete centésimos percentuais), correspondente ao IGP-M - (Índice geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas), acumulado, no ano de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
Em 30 de dezembro de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDER FARINA
Secretário de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-1311 - Fax: (49)

3562-1460 - E-mail: tributos@ppreto.com.br
89570-000 - PINHEIRO PRETO - SC.

PRORROGAÇÃO 001/2015

(Ementa)

PRORROGAÇÃO 001/2015

CONTRATO SERVIÇO DE RECICLAGEM Nº: 216/2011

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviço diário de reciclagem, industrialização e destino final do lixo domiciliar,

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS nº 001/2011

EMPRESA CONTRATADA: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR DO CONTRATO: Em razão da prorrogação, o valor a ser pago será de R\$ 8.539,00 (oito mil, quinhentos e trinta e nove reais) mensais, valor este obtido mediante atualização monetária de 3,65% no preço anteriormente praticado (R\$ 8.238,30) na forma apurada através do processo de expediente nº 037/2014.

DATA DO CONTRATO: 02 de janeiro de 2015

PREFEITO: Euzebio Vieceli

TERMO ADITIVO 003/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 003/2015

CONTRATO N.º: 0278/2014

OBJETO: FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS. nº 013/2014

EMPRESA CONTRATADA: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

VALOR ADITADO: 2.1 Considerando de a necessidade de acréscimo na obra, na forma do parecer técnico emitido pelo Arquiteto da AMARP, Jean Marcelo Ziero, cujo custo montará R\$ 2.780,48 (dois mil, setecentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos), faz-se necessário aditar o contrato.

2.2 Considerando também de a necessidade de supressão na obra, na forma do parecer técnico emitido pelo Arquiteto da AMARP, Jean Marcelo Ziero, cujo valor montará R\$ 562,65 (quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), faz-se necessário suprimir o contrato.

2.2 Desta forma, o contrato n. 278/2014 fica aditado em R\$ 2.217,83 (dois mil, duzentos e dezessete reais e oitenta e três centavos), na forma do PARECER TÉCNICO emitido por profissional da AMARP, parte integrante do presente aditamento.

DATA DO CONTRATO: 09 de janeiro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Porto Belo**PREFEITURA****CHAMAMENTO PÚBLICO NO 001/2015-FMEDUCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O Município de Porto Belo (SC), através do Fundo Municipal de Educação torna público o Chamamento Público nº 001/2015-FMEDUCA

Objeto: O objeto do presente Chamamento Público consiste no cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP, por ano civil, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

Data do credenciamento de grupos formais e informais de agricultores familiares a partir de: 02/02/2015 às 13:00 horas até 02/03/2015 às 19:00 horas.

Local de Entrega dos Documentos: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: licitacao@portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 09 de janeiro de 2015.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

DECRETO Nº. 1.305/2015

DECRETO Nº 1.305, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

REVOGA O DECRETO Nº. 1.301, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo José Guerreiro Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº. 1.301, de 29 de dezembro de 2014, que disciplina a apreensão e destinação de animais encontrados nas vias e logradouros públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 09 dias do mês de janeiro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Pouso Redondo**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO 01 2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO
PROCESSO N.º 01/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público o processo de Dispensa/ compras e serviços 01/2015 em conformidade com o Art. 24, X, da lei 8.666/93.

Processo nº. 01/2015

Objeto: Locação de um espaço físico na SOCIEDADE HOSPITALAR COMUNITÁRIA ANNEGRET NEITZKE, de aproximadamente 289 m2 (Duzentos e oitenta e nove metros quadrados), para fins de instalação do Pronto Atendimento do município.

Contratada: SOCIEDADE HOSPITALAR COMUNITÁRIA ANNEGRET NEITZKE.

CNPJ: 83.632.828/0001-90

Valor: R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) MENSAIS.

Prazo Contratual: (12) Doze meses.

Pouso Redondo em 09 de Janeiro de 2015

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

ERRATA EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014

ERRATA

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento de todos, que o Anexo I, relação de preços máximos admitidos por item, "item 03", que compõe o presente Edital, passa a ter a seguinte redação:

Veículo automotor, 0 km, novo, ano de fabricação mínima 2014, modelo 2015, capacidade mínima de 07 (sete) lugares, motor potência mínima de 125 CV, combustível a gasolina ou bicomustível, câmbio automático ou manual, direção hidráulica ou de assistência elétrica, cor sólida ou metálica, com ar condicionado, banco do motorista com regulagem de altura, banco traseiro bipartido e rebatíveis, retrovisores externos com regulagem elétrica, vidros dianteiros e traseiros elétricos com sistema antiesmagamento, air bags frontais, alarme, faróis de neblina, fechamento automático dos vidros por meio de comando de travamento das portas na chave, cintos de segurança dianteiros, reateteis de três pontos, com regulagem de altura, cintos de segurança traseiros, desembaçador do vidro traseiro, freios ABS, com rodas de aro mínimo de 15 polegadas, com preparação de som, jogo completo de tapetes de borracha, sensor de estacionamento traseiro e capacidade mínima do tanque de combustível de 50 litros.

Os demais termos permanecem inalterados.

Presidente Castello Branco (SC), em 08 de janeiro de 2015.
Claudio Sartori
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO NR. 11/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 11/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	JORGE PADILHA DOS SANTOS 79393420963
OBJETO:	Contratação da "Dupla Raiz e Sertão" (nome fantasia), representada pelos Senhores Luís César Dolzan Nunes e Jorge Padilha dos Santos, para apresentação artística durante a Festa da Gruta Nossa Senhora de Lourdes, na Comunidade de Linha Rancho Grande, Município de Presidente Castello Branco/SC, a se realizar no dia 1º de fevereiro de 2015, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.712/2014, de 17 de dezembro de 2014.
VALOR R\$:	R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
VIGÊNCIA:	05/01/2015 a 27/02/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 74/2014

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)
OBJETO:	Este Termo Aditivo prorroga a vigência do Contrato nº 74/2014, cláusula décima segunda deste contrato, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93, firmado em 27 de março de 2014, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2015.
VIGÊNCIA:	30/12/2014 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 98/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 98/2014

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	FS TERRAPLANAGEM LTDA EPP
OBJETO:	O objeto do presente Contrato é a contratação de horas máquina de trator de esteira, com peso operacional de no mínimo 14 toneladas, com escarificador traseiro e lâmina de angulação e inclinação hidráulica, com tamanho/capacidade mínima de 2,9m³ e com potência mínima de 130 HP, atendendo ao Convênio que celebram o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Concórdia e o Município de Presidente Castello Branco (SC), transferência nº 2014 TR 580. Este termo aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 98/2014, firmado em 26 de maio de 2014 até o dia 30 de julho de 2015.
VIGÊNCIA:	30/12/2014 a 30/07/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2013

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 102/2013

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO:	Constitui objeto do presente contrato a disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, a seguir denominado simplesmente de APLICATIVO, de propriedade da CONTRATADA. Fica o presente contrato alterado em sua Cláusula Segunda, que trata a respeito da vigência, sendo esta data estendida para 31 de dezembro de 2015.
VIGÊNCIA:	30/12/2014 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4502, DE 06 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4502, de 06 de janeiro de 2015.
"NOMEIA JOSIANE KOZLOWSKI FONTANA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear JOSIANE KOZLOWSKI FONTANA, para a partir de 06/01/2015, exercer o cargo em comissão de Chefe Imprensa e Jornalismo, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de janeiro de 2015.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito do Município de Rio do Sul em exercício

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Rene, Michele e Bruno Rope-lato	Xxx.532.329-xx	145423
Rolf Stoer Gude	Xxx.181.259-xx	146503
Walmor Scoz	Xxx.068.759-xx	145638
Sergio Steffens	Xxx.462.779-xx	145938
Jose Eduardo Lobato D Agostini	Xxx.169.600-xx	146827
Julian Juca Dumke	Xxx.340.199-xx	146838
Deivis Jean Schlatter	Xxx.391.419-xx	145388
Marcos Savio Zanella	Xxx.370.139-xx	146821

Rio do Sul, 06 de janeiro de 2015

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda Interino

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2015RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Vanio Vandresen	Xxx.546.679-xx	146271
Niwaldo Hennich	Xxx.746.349-xx	146943
Volnei Luiz Mafra	xx.052.479/0001-xx	142779
Adriana Dolzan	Xxx.055.639-xx	149716
Mariele Soares	Xxx.626.759-xx	147403
Marileia Batista	Xxx.011.119-xx	148741/148742
Gloria Beatriz Borges Matuchski	Xxx.267.549-xx	151011
Teodoro Luis da Silva	Xxx.872.300-xx	146935
Eliane Demetrio	Xxx.629.219-xx	147298
Arnilda Tenfen	Xxx.437.749-xx	146442
Oto Hang	Xxx.796.509-xx	145019

Rio do Sul, 08 de janeiro de 2015

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda Interino

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2015RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DA NOTIFICAÇÃO FISCAL REFERENTE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº
IRMA FELDMANN	690.852.269-53	195 E 196/2014
JAIRTON BOEING	812.174.809-78	204/2014
KELITO GENSKE	256.668.519-34	215/2014
JOCEMIR JOAO FERREIRA	727.291.049-68	202/2014
SILVETE DE FATIMA FERREIRA	792.089.599-53	209/2014

OBS: RUA PORTO SEGURO.

Rio do Sul, 23 de Dezembro de 2014.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

Depto Fiscalização Tributária

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal**LEI 5.555**

LEI Nº 5.555, de 06 de janeiro de 2015.

"DISPÕE SOBRE O MOVIMENTO 'NOVEMBRO AZUL' NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, DEDICADO A AÇÕES DE PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PRÓSTATA E À PROMOÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Durante o mês de novembro de cada ano, no município de Rio do Sul, será realizado o movimento "Novembro Azul", dedicado a ações de prevenção ao câncer de próstata e de promoção da saúde do homem.
	§ 1º- Para os fins do caput deste artigo, serão iluminados de azul, quando possível, monumentos, prédios, residências, pontos turísticos e afins, no âmbito municipal.
	§ 2º- Tais ações serão realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com diversos segmentos da sociedade, fazendo parte do calendário anual de realizações da Pasta.
Art. 2º-	A Secretaria Municipal de Saúde realizará, a critério dos gestores, em cooperação com a iniciativa privada, entidades civis e organizações profissionais e científicas, campanhas de esclarecimentos, exames e outras ações educativas e preventivas visando ao esclarecimento e ao incentivo à realização de exames preventivos para a detecção do câncer de próstata, assim como outras doenças que acometam primordialmente a população masculina.
Art. 3º-	As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Art. 4º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

06 de janeiro de 2014.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito de Rio do Sul em Exercício

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015 FMS**
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015 FMS

O PREFEITO do MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item, visando a aquisição de material para exercício físico que será utilizado na Academia de Saúde do Bairro Laranjeiras do Município de Rio do Sul - Santa Catarina.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 3.246/13 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até o dia 22/01/2015 às 08:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 22/01/2015 às 08:15 horas.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 22/01/2015 às 08:30 horas.

CONTATO: Luis Henrique
e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

OBJETO - Aquisição de material para exercício físico que será utilizado na Academia de Saúde do Bairro Laranjeiras do Município de Rio do Sul - Santa Catarina.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, esclarecimentos e maiores informações, poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 12 de janeiro de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Salto Veloso**PREFEITURA****DECRETO MUNICIPAL Nº 001/2015**

DECRETO Nº 001, DE 09 de janeiro de 2015.

Homologa Resolução nº 004/2014, do Conselho Municipal de Assistência Social.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 004/2014, de 18 de dezembro de 2014, do Conselho Municipal de Assistência Social, que dispõe sobre Demonstrativo de Serviços do Programa do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, IGD M e IGD Bolsa Família - 2013.

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 09 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SALTO VELOSO - SC

RESOLUÇÃO N. 04/2014 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Salto Veloso no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal N. 805 de 06/12/1995, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal N. 8.742/93, em seção ordinária:

Resolve:

1) Aprovar o Demonstrativo de Serviços do Programa do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, IGD M e IGD Bolsa Família - 2013, instrumento de Prestação de Contas dos recursos federal.

Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Salto Veloso SC, 18 de Dezembro de 2014.
Dilvana Cesca Rotta
PRESIDENTE DO CMAS

DECRETO MUNICIPAL Nº 120/2014

DECRETO Nº 120 - DE 31 DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40,00 (Quarenta Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4044- MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 01.44

RED: 120

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 31 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 069/2015

PORTARIA Nº. 069/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, ao Sr. NILSON CORRÊA DE ALMEIDA, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA CLASSE II - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, com vencimentos referentes ao código CPE 12, do Anexo II, Tabela II, Grupo IV.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 07 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 067/2015

PORTARIA Nº. 067/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. DÉBORA BARONCHELLO, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, com vencimentos referentes ao código CPE 15, do Anexo II, Tabela I, Grupo I.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 07 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 068/2015

PORTARIA Nº. 068/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. MARINA HARTCOPH, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRA - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com vencimentos referentes ao código CPE 18, do Anexo II, Tabela II, Grupo III.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 07 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 070/2015

PORTARIA Nº. 070/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, ao Sr. PAULO ROBERTO DA SILVA CAMPOS, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA CLASSE II - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com vencimentos referentes ao código CPE 12, do Anexo II, Tabela II, Grupo III.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 07 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 071/2015

PORTARIA Nº. 071/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. RUBIA RODRIGUES ESCANDIEL, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE LIMPEZA - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com vencimentos referentes ao código CPE 02, do Anexo II, Tabela II, Grupo III.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 07 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 072/2015

PORTARIA Nº. 072/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, ao Sr. ZURIEL MARCO AZZOLINI BUSSI, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de TECNICO EM COMPRAS E LICITAÇÕES - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, com vencimentos referentes ao código CPE 15, do Anexo II, Tabela I, Grupo I.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 07 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 073/2015

PORTARIA Nº. 073/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso -SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei nº 1502/2013 de 20/12/2013.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear por emprego público a Sra. BERENICE DAL

PIZZOL, nos termos do artigo 4º da Lei Municipal 1502/2013, para exercer o cargo de Agente de Combate a Endemias, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 074/2015

PORTARIA Nº. 074/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 1502/2013 de 20/12/2013.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear por emprego público a Sra. LUCILÉIA LOCATELLI ZANELLA, nos termos do artigo 4º da Lei Municipal 1502/2013, para exercer o cargo de Agente comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 075/2015

PORTARIA Nº. 075/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 1502/2013 de 20/12/2013.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear por emprego público a Sra. DAIANE NERIS CAMPAGNIN, nos termos do artigo 4º da Lei Municipal 1502/2013, para exercer o cargo de Agente comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 076/2015

PORTARIA Nº. 076/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 1502/2013 de 20/12/2013.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear por emprego público a Sra. ROSEMILDA APARECIDA DE SOUZA PÉRICO nos termos do artigo 4º da Lei Municipal 1502/2013, para exercer o cargo de Agente comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 077/2015

PORTARIA Nº. 077/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 1502/2013 de 20/12/2013.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear por emprego público a Sra. ROSILI PANATTA nos termos do artigo 4º da Lei Municipal 1502/2013, para exercer o cargo de Agente comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 078/2015

PORTARIA Nº. 078/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 1502/2013 de 20/12/2013.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear por emprego público a Sra. SILVANA DE FÁTIMA VIEIRA ALONCIO nos termos do artigo 4º da Lei Municipal 1502/2013, para exercer o cargo de Agente comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 079/2015

PORTARIA Nº. 079/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 1502/2013 de 20/12/2013.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear por emprego público a Sra. ELAINE DE LOURDES LOCATELLI nos termos do artigo 4º da Lei Municipal 1502/2013, para exercer o cargo de Agente comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 08 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 080/2015

PORTARIA Nº. 080/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. MARISA DOS SANTOS, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com vencimentos referentes ao código CPE 10, do Anexo II, Tabela II, Grupo III.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 081/2015

PORTARIA Nº. 081/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 12 de Janeiro de 2015 a 10 de Fevereiro de 2015, totalizando 30 dias de férias ao Servidor JAIME JOSÉ DE BASTIANI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2011 a 30/04/2012, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 12 de Janeiro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 082/2015

PORTARIA Nº. 082/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 20 dias de Férias, no período compreendido de 12 de Janeiro de 2015 a 31 de Janeiro de 2015, totalizando 20 dias de férias ao Servidor RUDINEI MULLER, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 09/03/2012 a 08/03/2013, correspondente a 20 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 12 de Janeiro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 083/2015

PORTARIA Nº. 083/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 12 de Janeiro de 2015 a 10 de Fevereiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor PAULO HOFFELDER, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/01/2013 a 01/01/2014.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 12 de Janeiro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE DECRETOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL
CANCELAMENTO DE DECRETOS

Edição nº 1658, páginas 322 e 323, DECRETOS Nº 002, 004 E 005, DE 05 DE JANEIRO DE 2015, ficam considerado sem efeito.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº. 002/2015 - Dispensa de Licitação 002/2015
Do Objeto: Locação de 01 (um) imóvel urbano, localizado à Rua: Natalino Teixeira da Rosa, nº165, Centro, Município de Santa Rosa do Sul - SC, destinado exclusivamente para o funcionamento da Feira dos Agricultores.
PROPRIETÁRIO: GIOVANI LUMMERTZ DA SILVA.
Valor: R\$ 8.708,64(Oito mil setecentos e oito reais e sessenta e quatro centavos).
Da Justificativa do Preço: Os preços estão de conformidade com os valores de mercado conforme confirma o laudo de avaliação expedido pelo corretor de imóveis Francisco dos Santos Farias, inscrito no CRECI: 010968.
Do Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.
Assinatura: 05/01/2015

Joelson Farias Pereira
Diretor de Compras e Licitações

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº. 001/2015 - Dispensa de Licitação 001/2015
Do Objeto: Locação de 02 (dois) imóvel, localizado à Rua Natalino Teixeira da Rosa nº 246- Edifício Trevisol, apartamentos 101 e 103 - Centro - Santa Rosa do Sul-SC, com área de 98,00m² cada , destinado a moradia. Conforme Lei municipal 934 de 12 de Novembro de 2013, para o "Programa Mais Médicos" disponibilizados no município.
PROPRIETÁRIO: MAURI TREVISOL.
Valor: R\$ 14.929,20(quatorze mil novecentos e vinte e nove reais e vinte centavos)
Da Justificativa do Preço: Os preços estão de conformidade com os valores de mercado conforme confirma o laudo de avaliação expedido pelo corretor de imóveis Francisco dos Santos Farias, inscrito no CRECI: 010968.
Do Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.
Assinatura: 05/01/2015

Joelson Farias Pereira
Diretor de Compras e Licitações

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

TERMO ADITIVO N. 01 - CONTRATO N. 40/2014

TERMO ADITIVO N. 01 - CONTRATO N. 40/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Ernesto Francisco Cardoso, CNPJ n. 11.360.515/0001-19, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e L E G CONSTRUTORA LTDA ME estabelecida na cidade de Pinhalzinho - SC, CNPJ n. 19.347.310/0001-05, neste ato representado pelo Sr. MARILDE FERREIRA, residente e domiciliado em Pinhalzinho, CPF/RG n. 039.421.299-14, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo ADITIVO ao contrato n. 40/2014, Referente ao Processo Licitatório 254/2014 mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o prazo de vigência do contrato para 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato por este aditado permanecem em vigor. Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 31 de Dezembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES MARILDE FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL Contratado Contratante

TERMO ADITIVO N. 01 - CONTRATO N. 88/2014

TERMO ADITIVO N. 01 - CONTRATO N. 88/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e CONSTRUTORA SENHORE LTDA ME estabelecida na cidade de Saltinho - SC, CNPJ n. 07.821.359/0001-79, neste ato representado pelo Sr. FERNADO SENHORE, residente e domiciliado em Saltinho, CPF/RG n. 058.178.759-50, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo ADITIVO ao contrato n. 88/2014, Referente ao Processo Licitatório 718/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o prazo de vigência do contrato para 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato por este aditado permanecem em vigor. Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 31 de Dezembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES FERNADO SENHORE
PREFEITO MUNICIPAL Contratado Contratante

TERMO ADITIVO N. 01 - CONTRATO N. 89/2014

TERMO ADITIVO N. 01 - CONTRATO N. 89/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado GAIA RODOVIAS LTDA estabelecida na cidade de Maravilha - SC, CNPJ n. 03.257.777/0001-24, neste ato representado pelo Sr. RENATO ADRIANO SEIBT, residente e domiciliado em Maravilha, CPF/RG n. 526.393.209-04, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo ADITIVO ao contrato n. 89/2014, Referente ao Processo Licitatório 718/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o prazo de vigência do contrato para 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato por este aditado permanecem em vigor. Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 31 de Dezembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES RENATO ADRIANO SEIBT
PREFEITO MUNICIPAL Contratado Contratante

DECRETO Nº 005/2015

DECRETO Nº 005/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 12 de 27 de Janeiro de 2010;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada em cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora pública municipal:

NOME: THAIS GABRIELA FLUCK ZANIN
CARGO: ASSESSORIA DE GABINETE
NÍVEL: CC-01
CÓDIGO: 1020
LOTAÇÃO: Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 07 de Janeiro de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

DECRETO Nº 003/2015

DECRETO Nº 003/2015

Estabelece às Metas Bimestrais de Arrecadação, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2015, do Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, em atendimento ao que estabelece os artigos 8º e 13, da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, principalmente aquelas previstas no art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida às metas bimestrais de arrecadação (art. 13º da Lei Complementar 101/2000); a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (art. 8º da Lei Complementar 101/2000) para o exercício de 2015, partes integrantes deste Decreto, para todos os fins e efeitos, na forma dos quadros:

I - Demonstrativo das metas de arrecadação consolidado;

II - Demonstrativo da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso consolidado.

Art. 2º. A cota mensal pertencente ao Poder Legislativo será repassada de acordo com o disposto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no efetivo fluxo de recurso de caixa do Tesouro Municipal.

Art. 3º. Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica deverão ser programados pelo órgão a que pertencerem, segundo a perspectiva de ingresso, e serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 4º. Caberá ao Departamento de Finanças propor, se necessário, a revisão bimestral do cronograma a que se refere este Decreto, evidenciando os valores programados e os realizados, e procedendo a sua divulgação através do órgão oficial de divulgação e/ou mural público municipal.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

DECRETO Nº 004/2015

DECRETO Nº 004/2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado, o Servidor Público Municipal Sr. OZORIO MONTEIRO, matrícula nº 77/9, CPF: 460.184.419.34 ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, 40 Horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 05 de Janeiro de 2015, por motivo de aposentadoria conforme comunicado do INSS em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 05 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

PORTARIA Nº 001/2015

PORTARIA Nº 001/2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido licença maternidade à Servidora Pública Municipal Senhora TANIA MARA CINELLI, Matrículas nº 787/0 ocupante do cargo de PROFESSOR, pelo período de 120 dias a contar do dia 02 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 002/2015

PORTARIA Nº 002/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Cenira Pereira de Oliveira, matrícula nº 53/1, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 01/01/2014 a 31/12/2014, a

serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 003/2015

PORTARIA Nº 003/2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Cenira Pereira de Oliveira, matrícula nº 147/3 ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 17/02/2013 a 16/02/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 004/2015

PORTARIA Nº 004/2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Ana Maria Broll, matrícula nº 1032/4 ocupante do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 05/10/2013 a 04/10/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 005/2015

PORTARIA Nº 005/2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Adrieli Jandrey, matrícula nº 1074/0 ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 01/02/2013 a 31/01/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 006/2015

PORTARIA Nº 006/2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Maria Helena Wschenfelder, matrícula nº 52/3 ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 01/12/2013 a 30/11/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 007/2015

PORTARIA Nº 007/2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Marciane Eleni Pinno, matrícula nº 723/4 ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 22/01/2012 a 21/01/2013, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 008/2015

PORTARIA Nº 008/2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Marcia Jacoby, matrícula nº735/8 ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 22/02/2012 a 21/02/2013, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 009/2015

PORTARIA Nº 009/2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Marcia Andreia Becchi, matrícula nº736/6 ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 22/02/2013 a 21/02/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 010/2015

PORTARIA Nº 010/2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Marcia M. W. Schimidt, matrícula nº833/8 ocupante do cargo de Secretaria Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 05/05/2012 a 04/05/2013, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 21/01/2015, sendo 10 dias revertidos em pecúnia.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 011/2015

PORTARIA Nº 011/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Lidia Baungratz Back, matrícula nº352/2 ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 18/02/2013 a 17/02/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 012/2015

PORTARIA Nº 012/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Gesiane Maria Secco, matrícula nº359/0 ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 18/02/2013 a 17/02/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 013/2015

PORTARIA Nº 013/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Fabiane B.S.Zanon, matrícula nº737/4 ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 22/02/2013 a 21/02/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 014/2015

PORTARIA Nº 014/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Janete R. L. Krause, matrícula nº1050/2 ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 01/02/2013 a 31/02/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 015/2015

PORTARIA Nº 015/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Vanilce Ferri Grandi, matrícula nº145/7 ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 17/02/2013 a 16/02/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 016/2015

PORTARIA Nº 016/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Tereza Back Bernardi, matrícula nº788/9 ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 19/02/2013 a 18/02/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 017/2015

PORTARIA Nº 017/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Ivete L. A. De Farias, matrícula nº722/6 ocupante do cargo de Agente De Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 22/01/2013 a 21/01/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 018/2015

PORTARIA Nº 018/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Ivone Perotti Kaler, matrícula nº814/1 ocupante do cargo de Agente De Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 06/03/2013 a 05/03/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 019/2015

PORTARIA Nº 019/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Maria L. L. Dos Santos, matrícula nº516/9 ocupante do cargo de Agente De Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 17/02/2013 a 16/02/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 020/2015

PORTARIA Nº 020/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Natalina D. Da Silva, matrícula nº1100/2 ocupante do cargo de Agente De Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 23/05/2013 a 22/05/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 021/2015

PORTARIA Nº 021/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Roseli Maria Bressler, matrícula nº1080/4 ocupante do cargo de Diretora do Núcleo de Informática, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 07/02/2013 a 06/02/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 022/2015

PORTARIA Nº 022/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidor público municipal Sr. Luiz Carlos Pilloto, matrícula nº275/5 ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 01/02/2013 a 31/01/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 023/2015

PORTARIA Nº 023/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidor público municipal Sr. Dalci Afonso Dalbosco, matrícula nº801/0 ocupante do cargo de Motorista Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 03/03/2013 a 02/03/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 024/2015

PORTARIA Nº 024/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidor público municipal Sr. Selmar Magro, matrícula nº741/1 ocupante do cargo de Motorista Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 12/02/2013 a 11/02/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 025/2015

PORTARIA Nº 025/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidor público municipal Sr. Elizeu Alves da Silva, matrícula nº800/1 ocupante do cargo de Motorista Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 03/03/2013 a 02/03/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 026/2015

PORTARIA Nº 026/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos Servidores Públicos Municipais em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDORES	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
1206/8	Vanilde Joana Guarnieri	01/03/2013 a 28/02/2014	05/01/2015 a 03/02/2015
1142/8	Sidiane Rodrigues	02/05/2013 a 01/05/2014	05/01/2015 a 03/02/2015
1046/4	Marli Karpinski Saling	18/01/2013 a 17/01/2014	05/01/2015 a 03/02/2015
512/6	Margarete Rosa Alves	16/02/2013 a 15/02/2014	05/01/2015 a 03/02/2015
1024/3	Andreia F. Ely Scherer	09/08/2013 a 08/08/2014	05/01/2015 a 03/02/2015
75/2	Ademir Pedro Costa	05/01/2011 a 04/01/2012	05/01/2015 a 03/02/2015
166/0	Adelmir Krause	15/03/2010 a 14/03/2011	05/01/2015 a 03/02/2015
308/5	Danuncio Tonello	03/07/2012 a 02/07/2013	05/01/2015 a 03/02/2015
535/5	Ari Barpp	01/04/2011 a 31/03/2012	05/01/2015 a 03/02/2015

798/6	Antonio Assis Torres Kaler	03/03/2012 a 02/03/2013	05/01/2015 a 03/02/2015
1056/1	Almeri Joao Risso	01/02/2012 a 31/01/2013	05/01/2015 a 03/02/2015
1140/1	Amandio Evalino Kopsel	18/04/2012 a 17/04/2013	05/01/2015 a 03/02/2015
1207/6	Adecir Ribeiro	12/03/2013 a 11/03/2014	05/01/2015 a 03/02/2015
1168/1	Nelson Carlos Liebert	14/01/2013 a 13/01/2014	05/01/2015 a 03/02/2015
1055/3	Valmor Brolo	01/02/2013 a 31/01/2014	05/01/2015 a 03/02/2015
1053/7	Olavio Grunewald	01/02/2012 a 31/01/2013	05/01/2015 a 03/02/2015
872/9	Nolci Antonio Milani	08/09/2011 a 07/09/2012	05/01/2015 a 03/02/2015
813/3	Ilair Wommer	06/03/2013 a 05/03/2014	05/01/2015 a 03/02/2015
774/9	Giovani Luis Benini	28/05/2012 a 27/05/2013	05/01/2015 a 03/02/2015
731/5	Valmir Bertollo	16/02/2013 a 15/02/2014	05/01/2015 a 03/02/2015
523/1	Silvio de Bairros	01/03/2013 a 28/02/2014	05/01/2015 a 03/02/2015
84/1	Idelir Sebastião Secchi	01/04/2013 a 31/03/2014	05/01/2015 a 03/02/2015
1139/8	Romulo Kotz Jung	17/04/2013 a 16/04/2014	05/01/2015 a 03/02/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 05 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 027/2015

PORTARIA Nº 027/2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidor público municipal Sr. Eroni Allebrandt, matrícula nº136/8 ocupante do cargo de Assessoria de Projetos, lotado na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 02/02/2013 a 01/02/2014, a serem gozadas no período de 06/01/2015 a 25/01/2015, sendo 10 dias revertidos em pecúnia.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 06 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 028/2015

PORTARIA Nº 028/2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Solange Detofol, matrícula nº1027/8 ocupante do cargo de Controlador Interno, lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico, carga horária de 30 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 01/09/2013 a 31/08/2014, a serem gozadas no período de 06/01/2015 a 25/01/2015, sendo 10 revertido em pecúnia.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 06 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

PORTARIA Nº 029/2015

PORTARIA Nº 029/2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. Sandra M. E. Dallagnol, matrícula nº806/0 ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 05/03/2013 a 04/03/2014, a serem gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2015.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 06 de Janeiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

TERMO ADITIVO N. 01 - CONTRATO N. 79/2014

TERMO ADITIVO N. 01 - CONTRATO N. 79/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e PULICA ASSESORIA EM CONTABILIDADE E GESTAO EIRELLI ME estabelecida na cidade de Chapecó - sc, CNPJ n. 16.457.852/0001-42, neste ato representado pelo CLAISNEI ANDRE VANI, residente e domiciliado em Chapeco, CPF/RG n. 063.765.529-00, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo ADITIVO ao contrato n. 79/2014, Referente ao Processo Licitatório 571/2014 mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o prazo de vigência do contrato para 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato por este aditado permanecem em vigor.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 31 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES CLAISNEI ANDRE VANI
PREFEITO MUNICIPAL Contratado
Contratante

TERMO ADITIVO N. 01 - CONTRATO N. 81/2014

TERMO ADITIVO N. 01 - CONTRATO N. 81/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e L E G CONSTRUTORA LTDA ME estabelecida na cidade de Pinhalzinho - SC, CNPJ n. 19.347.310/0001-05, neste ato representado pelo Sr. MARILDE FERREIRA, residente e domiciliado em Pinhalzinho, CPF/RG n. 039.421.299-14, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo ADITIVO ao contrato n. 81/2014, Referente ao Processo Licitatório 701/2014 mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o prazo de vigência do contrato para 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato por este aditado permanecem em vigor.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 31 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES MARILDE FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL Contratado
Contratante

São Bento do Sul**PREFEITURA****LISTAGEM DE PORTARIAS 001/2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 7102, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Rosilene Mara Eiselt Tauscheck. Professor Anos Finais - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7103, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe C para Classe D. Ana Cristina Liebl Muhlbauer. Professor Educação Infantil - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7104, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C. Clayton de Lima Silva. Motorista. Grupo Ocupacional 03. Nível I. SEMED.

Portaria nº 7105, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe G para Classe H. Maria Pinto da Luz. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível III. SEMED.

Portaria nº 7106, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C. Michelle Batista Fragoso. Professor Educação Infantil - Licenciatura Plena. Nível I. SEMED.

Portaria nº 7107, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe E para Classe F. Adelita Taschek. Professor Anos Iniciais - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7108, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Desdemona Carmelina Pugliesi Siqueira. Secretária de Escola. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMED.

Portaria nº 7109, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Selma Leontina Planca Botapoff. Atendente Educativo - Ensino Médio. Nível I. SEMED.

Portaria nº 7110, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Rosenilda Alves dos Santos de Souza. Atendente Educativo - Magistério. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7111, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe G para Classe H. Elena Maria Stock Ilg. Professor Anos Finais - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7112, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe G para Classe H. Lucia Maria Rocha. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SECAD.

Portaria nº 7113, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B.

Mario Barabax. Motorista. Grupo Ocupacional 03. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 7114, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Werner Taschek. Fiscal da Fazenda - em extinção. Grupo Ocupacional 05. Nível I. SEFIN.

Portaria nº 7115, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C. Geisa Bianchini. Professor Educação Infantil - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7116, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe F para Classe G. Iris Ruda Kobus. Auxiliar de Serviços. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMED.

Portaria nº 7117, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe E para Classe F. Maria Terezinha Amancio. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 7118, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe F para Classe G. Osorio João Martins Neto. Carpinteiro. Grupo Ocupacional 02. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 7119, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe B para Classe C. Gerson Luiz Favero. Técnico em enfermagem. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 7120, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe G para Classe H. Doroteia Kovalski Martins. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMAN.

Portaria nº 7121, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Ani Mari Loth Pscheidt. Atendente Educativo - Magistério. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7122, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe G para Classe H. Luis Carlos Anton. Fiscal em Vigilância em Saúde. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 7123, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe A para Classe B. Andressa Cristina Brandenburg. Secretária. Grupo Ocupacional 03. Nível I. FMD.

Portaria nº 7124, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe F para Classe G. Ildefonso Santana. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 7125, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe F para Classe G. Cristiane Moura. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SECAD.

Portaria nº 7126, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Classe G para Classe H. Giancarlo Zanon. Médico Clínico Geral. Grupo Ocupacional 08. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 7127, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público, da Classe F para Classe G. João Adilson Lenczuk. Professor

Anos Finais - Mestrado. Nível III. SEMED.

Portaria nº 7128, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público, da Classe G para Classe H. Noeli Regina Novak dos Santos. Professor Anos Iniciais - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7129, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público, da Classe E para Classe F. Dorita Bueno de Oliveira Andrade. Professor Anos Iniciais - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7130, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público, da Classe D para Classe E. Alexandre Zotz. Fiscal em Vigilância em Saúde. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 7131, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público, da Classe D para Classe E. Simone Aparecida Grande. Atendente Educativo - Magistério. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7132, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público, da Classe G para Classe H. Carla Cristina Nicochelli. Professor Anos Iniciais - Licenciatura Plena. Nível I. SEFIN.

Portaria nº 7133, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público, da Classe E para Classe F. Orlanda Muller dos Santos. Professor Anos Iniciais - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7134, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público, da Classe D para Classe E. Lucia Udete Zamboni. Professor Anos Iniciais - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7135, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público, da Classe D para Classe E. Marli Kobus Rudnick. Professor Educação Infantil - Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7136, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público, da Classe D para Classe E. Seoni Angela Bobato. Atendente Educativo - Magistério. Nível II. SEMED.

Portaria nº 7137, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público, da Classe C para Classe D. Adelita Nenevê Kamke. Técnico em Enfermagem. Grupo Ocupacional 04. Nível II. SEMUS.

Portaria nº 7138, de 08 de janeiro de 2015. Promove Servidor Público, da Classe E para Classe F. Sandra Niesukowski Tureck. Professor Anos Iniciais - Licenciatura Plena. Nível I. SEMED.

São Bento do Sul, 09 de janeiro de 2015.

ARILDO GESSER

PREFEITO MUNICIPAL, em exercício.

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO 065 PÁ CAREEGADEIRA

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2014

TERMO ADITIVO: PREFE N. 065 de 30/12/2014 (PRIMEIRO TERMO ADITIVO)

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 125/2014 Pregão Presencial 042/2014

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda - Da Vigência do contrato PREFE n. 078, de 13/11/2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Macromaq Equipamentos Ltda

CNPJ: 83.675.413/0002-84

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 13/02/2015

ADITIVO 066 JORNAL DO POVO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2014

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N 066 DE 30/12/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREFE N. n. 014 de 24/02/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/12/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 028/2011 Modalidade: Pregão Presencial n. 017/2011

DESCRIÇÃO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO, NA IMPRENSA ESCRITA, DOS ATOS E ATIVIDADES OFICIAIS ADMINISTRATIVOS, RELATÓRIOS CONTÁBEIS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) E DE MAIS ATOS DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, COM A PERIODICIDADE MÍNIMA SEMANAL.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: Jornal do Povo Ltda

CPF/CNPJ: 80.076.326/0001-31

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 31/12/2015

CONT. FMS N. 007 NILTON FERRAZ JUNIOR ME - PLANTÃO MÉDICO

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: FMS n. 007 de 23 de dezembro de 2014

VALOR DO CONTRATO: R\$ 90,00 (noventa reais) a hora.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE CLÍNICO(S) - GERAL(IS) PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: NILTON FERRAZ JUNIOR ME

CNPJ n. 19.524.216/0001-84

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

DEC 1790 DE 06 01 15 DESIGNA FABIANO BATISTEL PARA RESPONDER PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 1790, DE 06 DE JANEIRO DE 2015.

Designa servidor público municipal para responder pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 66/11/12 atualizada;

- Considerando que a servidora Ana Claudia Barizon Fontana da Luz, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração e Fazenda estará em gozo de férias no período de 05/01 a 03/02/2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado temporariamente o servidor Fabiano Batistel, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Fazenda, para responder, sem acréscimo de remuneração, pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, podendo para tanto assinar e despachar documentos pertinentes a referida Secretaria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de janeiro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Simone Zanin

Responsável pela Publicação dos Atos Administrativos

Portaria nº 1632/2014

EXTRATO ATA BELLENZIER PNEUS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 135/2014, Modalidade Pregão Presencial n. 045/2014. Objeto AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS. Fornecedor Registrado: BELLENZIER PNEUS LTDA, CNPJ n. 73.730.129/0001-29

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
10	AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS	612.260,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 08/01/2015 a 08/01/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA JOAÇABA PNEUS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 135/2014, Modalidade Pregão Presencial n. 045/2014. Objeto AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS. Fornecedor Registrado: JOAÇABA PNEUS LTDA, CNPJ n. 84.587.245/0010-48

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
41	AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS	981.720,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 08/01/2015 a 08/01/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA MODELO PNEUS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 135/2014, Modalidade Pregão Presencial n. 045/2014. Objeto AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS. Fornecedor Registrado: MODELO PNEUS LTDA, CNPJ n. 94.510.682/0001-26

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
10	AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS	704.840,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 08/01/2015 a 08/01/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA PARANA EQUIPAMENTOS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 135/2014, Modalidade Pregão Presencial n. 045/2014. Objeto AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS. Fornecedor Registrado: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A, CNPJ n. 76.527.951/0001-85

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS	98.600,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 08/01/2015 a 08/01/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO FMS 039/2014

No dia 09 de janeiro de 2015, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório FMS n. 039/2014, Modalidade Tomada de Preços FMS n. 006/2014 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO ESPERANÇA. O processo foi amplamente divulgado, conforme extratos anexados ao processo. Todavia, realizou visita técnica e apresentou envelopes de n. 01 e n. 02 somente a empresa Construtora e Incorporadora Bigolin Ltda, CNPJ 14.494.057/0001-07, a qual não credenciou representante. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelope n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente e membros da Comissão de Licitações. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que o mesmo foi igualmente rubricado pela Presidente e membros

da Comissão. Ato contínuo, foi constatado pela Comissão Permanente de Licitações que a licitante Construtora e Incorporadora Bigolin Ltda cumpriu integralmente com os requisitos editalícios, sendo esta declarada HABILITADA para apresentação da respectiva proposta de preço. Desta feita, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 16 de janeiro de 2015, às 09:00, para a abertura dos envelopes de n. 02. Em caso de interposição de recurso, a participante será comunicada via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. O envelope de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerá em poder da Comissão de Licitações e será mantido intacto. Nada mais.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 001/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 001/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO n. 001/2015

O Prefeito Municipal de São Domingos, com base na Lei 11.947/09, e Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013, vem realizar Chamada Pública para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, que serão destinados ao fornecimento de alimentação (merenda) nas Instituições Educacionais de Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Município, por conta do Programa Nacional de Alimentação Escolas - PNAE. Desse modo, estará efetuando cadastro dos interessados junto a Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal, do dia 22 de janeiro a 13 de fevereiro de 2015. Os produtos alimentícios a serem adquiridos, a forma de fornecimento, bem como a documentação necessária para cadastro estão estabelecidas no edital. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 05 de janeiro de 2015.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal.

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 135 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 135 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 10,96 (dez reais e noventa e seis centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0401 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

28.843.0000.0061 - Serviços da Dívida Interna

4.6.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10,96

TOTAL R\$ 10,96

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos ordinários, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

23 de dezembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 136 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 136 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 6.886,69 (seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0401 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

28.843.0000.0061 - Serviços da Dívida Interna

4.6.90.00.00.00.00.003080 - Aplicações Diretas R\$ 6.886,69

TOTAL R\$ 6.886,69

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos ordinários, verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

23 de dezembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2015

DECRET O Nº 001/2015

"QUE NOMEIA TEMPORARIAMENTE NOVO MEMBRO PARA O CONSELHO TUTELAR"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Municipal Nº 2.783/2007, de 29/06/2007; Fica Nomeada Temporariamente para compor o Conselho Tutelar do Município de São Joaquim - SC., a senhora DANIELA CRISTINA MEDEIROS, para ocupar o Cargo de Conselheira Tutelar, em substituição a conselheira ARIANE CORDOVA MENDES, que encontra-se em gozo de férias, a contar do dia 05/01/2015 até 03/02/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 002/2015

DECRET O Nº 002/2015

"QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora: - DENISE DA SILVA HOSOI, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Orçamento e Finanças, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 088/2013, de 25/02/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 003/2015

DECRET O Nº 003/2015

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO À FUNCIONÁRIA DENISE DA SILVA HOSOI"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido à senhora DENISE DA SILVA HOSOI, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Administrativo, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº

062/2004, de 19/04/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 004/2015

DECRET O Nº 004/2015

"QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO o senhor: - EMERSON OLIVEIRA CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Habitação e Ação Comunitária, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 016/2013, de 18/01/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 001/2015

PORTARIANº 001/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - CLÉDER GUEDES, ocupante da Função de Motorista Socorrista (SAMU), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 02/01/2015 à 31/01/2015. - DINAMAR GOULART LOTIN, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 02/01/2015 à 31/01/2015. - EUGENIO HUGEN PAGANI, ocupante do Cargo de Consultor Jurídico, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 02/01/2015 à 31/01/2015. - IEDA MARIA PEREIRA DA ROSA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 02/01/2015 à 31/01/2015. - LÉA MARAFIGO DE JESUS NUNES, ocupante da Função de Técnico em Enfermagem, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 02/01/2015 à 31/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 02 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 002/2015

PORTARIANº 002/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:

- ADILSON NUNES DOS SANTOS FILHO, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- AGDA IVONETE DE LIMA E SILVA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- ANTONIO DE SOUZA NUNES, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- CLEIDE BORTOLUZZI LOPES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- CRISIANE VENSON, ocupante do Cargo de Fonoaudióloga, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- CRISTIANO CAMPOS ARAUJO, ocupante da Função de Médico (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- CRISTIANO CAMPOS ARAUJO, ocupante do Cargo de Médico, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- CUSTODIA TERESINHA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- DANIEL MATOS DE SOUZA NUNES, ocupante do Cargo de Pedreiro, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- DEIZE DOMINGOS DA ROSA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Oficina CC-2, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- DINAMAR NUNES SILVEIRA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- DONATO PADILHA NETO, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras e Serviços Públicos, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- ELOIZA NUNES DEMESSIANO, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 003/2015

PORTARIANº 003/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:

- FABIO MATOS GOULART, ocupante do Cargo de Advogado, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- FRANCIELE APARECIDA CESCINETTO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- GISLANE RIBEIRO DO AMARAL, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- JOSÉ TEODORO DE SENA AMARAL, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.

- JOSIANE PADILHA OLIVEIRA, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- JULIANA ZILIO BORGES ZANETTE, ocupante do Cargo de Odontóloga, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- LEONEL LEONARDO PORTO, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- LILIANE MACHADO PEREIRA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- LUCIA HELENA GEREMIAS BONGIOLO, ocupante do Cargo de Assistente Social, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- LUCIANA COSTA, ocupante do Cargo de Enfermeira, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- LUIZI MACEDO SILVA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- MARCIO DA SILVA TOMAZ, ocupante do Cargo de Carpinteiro, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- MARILIA RODRIGUES PALMA BETT, ocupante da Função de Odontóloga (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 004/2015

PORTARIANº 004/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:

- MARIZA TEREZINHA DOS SANTOS, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- MARCOS CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria Municipal de Administração CC-3, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- MARCUS PALMA NUNES, ocupante da Função de Odontólogo, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- RENALDA CANDIDO ANSELMO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- RITA MARIA MATOS PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- STELA CANDIDO CHIODELLI, ocupante da Função de Enfermeira, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- TEREZINHA APARECIDA VERTUOSO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.
- VÉRA LUCIA DE LIMA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 005/2015

PORTARIANº 006/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - DAIANA ALVES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 22/12/2014 à 20/01/2015. - ELIS REGINA NUNES DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 22/12/2014 à 20/01/2015. - MARIA OLILIA ARRUDA NUNES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 22/12/2014 à 20/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 22 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 006/2015

PORTARIANº 006/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - DAIANA ALVES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 22/12/2014 à 20/01/2015. - ELIS REGINA NUNES DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 22/12/2014 à 20/01/2015. - MARIA OLILIA ARRUDA NUNES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 22/12/2014 à 20/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 22 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128.2014 – PE 025.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2014 - PE 025/2014 - Processo 088/2014 - Fornecedores: I - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; e II - LOGITEKNICA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE E LOGISTICA EIRELI - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA SEREM UTILIZADOS NO LABORATORIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$34.080,00 (trinta e quatro mil e oitenta reais); e II - R\$599.595,00 (quinhentos e noventa e nove mil quinhentos e cinco reais). Valor Total: R\$633.675,00 (seiscentos e trinta e três mil setecentos e setenta e cinco reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 01 de setembro de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2014 - PR 116/2014 - Processo 301/2014 - Fornecedor: ST GASTRONOMIA LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALMOÇO E LANCHE, DESTINADOS AOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, OFERECIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 1.598.944,76 (um milhão quinhentos e noventa e oito mil novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos) - cento e quarenta mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 26 de novembro de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2014 - PE 067/2014 - Processo 199/2014 - Fornecedores: I - ELISVANDIA MATOS DONINI - ME; e II - HP & E COMERCIAL LTDA - EPP; III - AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO, INFORMATICA E PAPELARIA EIRELI; IV - CETEC COMERCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA - ME; V - ALEXANDRA DOS PASSOS EPP. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EXPEDIENTE DESTINADOS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor por

Fornecedor: I vencedor dos itens: 04,18 ao 21, 26, 35, 60,67, 70 ao 77,84,97 ao 100 os quais somam o valor de R\$ 229.251,70 (duzentos e vinte e nove mil duzentos e cinquenta e um reais e setenta centavos), II vencedor dos itens: 01, 16, 17, 23, 24, 25, 33, 34, 36 ao 59, 64, 65, 68, 78 ao 83, 93 ao 96, 104 ao 114 os quais somam o valor de R\$ 278.948,40 (duzentos e setenta e oito mil novecentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos); III vencedor dos itens: 06 ao 15, 27 ao 32, 66, 85 ao 92, 109 ao 112 os quais somam o valor de 64.278,00(sessenta e quatro mil duzentos e setenta e oito reais); IV vencedoras dos itens: 05, 22, 69, 101 ao 103, 105, 107, 108, 113, 115 ao 120 os quais somam o valor de R\$ 62.699,20 (sessenta e dois mil seiscentos e noventa e nove reais e vinte centavos); V vencedora dos itens: 02, 03, 62 e 63 que somam o valor de R\$ 23.920,00 (vinte e três mil novecentos e vinte reais), sendo o valor total da Ata R\$ 659.097,30 (seiscentos e cinquenta e nove mil e noventa e sete reais e trinta centavos) Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 27 de novembro de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

CONTRATO CT Nº 248.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 248/2014 - TP 022/2014 - Processo 269/2014 - Contratado: ANDRESUL EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA, DESPESA, REFEITORIO/PATIO CBERTO, DIREÇÃO SALA DOS PROFESSORES, LAVANDERIA E SANITARIOS DO CEI JARDIM PINHEIROS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de execução dos serviços será de 180(cento e oitenta) dias contados a partir da sua assinatura e a vigência será de 330 (trezentos e trinta) dias contados da sua assinatura. Valor: R\$ 244.987,89(duzentos e quarenta e quatro mil novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos). Data da Assinatura do Contrato: 25 de novembro de 2014.

CONTRATO CT Nº 257.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 257/2014 - PR 080/2014 - Processo 230/2014 - Contratado: TRIANGULO LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPINAÇÃO, LIMPEZA MANUAL E VARRIÇÃO DE RUAS, ROÇADA, PINTURA DE MEIOS-FIOS, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE ENTULHOS, RASPAGEM E LAVAGEM DE PISOS, DESOBSTRUÇÃO DE BOCAS DE LOBO, PODAS DE ARVORES, LIMPEZA DE RIOS, CORREGOS E VALAS, APLICAÇÃO DE HERBICIDA E SERVIÇOS DE TAPA BURACO NO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12(doze) meses a contar de sua assinatura. Valor: R\$ 8.409.000,00 (oito milhões quatrocentos e nove mil reais). Data da Assinatura do Contrato: 11 de dezembro de 2014.

CONTRATO CT Nº 235.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 235/2014 - PR 047/2014 - Processo 168/2014 - Contratado: W & Z COMERCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA - EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12(doze) meses contados da sua assinatura. Valor: Dá-se a este instrumento o valor de R\$ 207.800,00 (duzentos e sete mil e oitocentos reais) referente ao Lote I. Data da Assinatura do Contrato: 03 de novembro de 2014.

CONTRATO CT Nº 246.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 246/2014 - DL 044/2014 - Processo 306/2014 - Contratado: ROBERTA BELEM DA CRUZ EIRELI ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR, COM LOCAÇÃO DE ENXOVAL, ENVOLVENDO O PROCESSAMENTO DE ROUPAS E TECIDOS EM GERAL, DESDE SUA UTILIZAÇÃO ATÉ SEU RETORNO EM IDEIAS CONDIÇÕES DE REUSO, SOB SITUAÇÕES HIGIENICO-SANITARIAS ADEQUADAS PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual SERÁ DE 03(TRES) MESES. Valor: R\$ 41.175,00 (quarenta e um mil cento e setenta e cinco reais). Data da Assinatura do Contrato: 24 de novembro de 2014.

CONTRATO CT Nº 247.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 247/2014 - DL 063/2014 - Processo 339/2014 - Contratado: TRILHA ENGENHARIA LTDA. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA A RECOMPOSIÇÃO DE TALUDE NO RIO IMARUIM, A MONTANTE NA MARGEM ESAUERDA, EM CARATER EMERGENCIAL. Prazo: O prazo de execução de serviço do objeto será de 01(um) mês, e o prazo de vigência contratual será de 02(dois) meses contados a partir da Autorização de Fornecimento/Serviços. Valor: R\$ 39.310,83 (trinta e nove mil trezentos e dez reais e oitenta e três centavos). Data da Assinatura do Contrato: 24 de novembro de 2014.

CONTRATO CT Nº 258.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 258/2014 - PR 119/2014 - Processo 312/2014 - Contratado: CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELEVADORES DA MARCA OTIS, INSTALADOS NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC COM

FORNECIMENTO DE PEÇAS. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 01 (um) ano contados de sua assinatura. Valor: R\$ 37.596,00 (trinta e sete mil quinhentos e noventa e seis reais). Data da Assinatura do Contrato: 11 de dezembro de 2014.

PORTARIA - SA Nº 22/2015

PORTARIA- SA - Nº 22/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I - Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) IZABEL FERNANDA PAULI, matrícula nº 22204-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico (a) em Enfermagem, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 15.01.2015, referente ao período aquisitivo 2008/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de Janeiro de 2015.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 129/2014/SF

PORTARIA Nº 129/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 32 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 3.353.956,74 (três milhões, trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e quatro centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil

263 - 3.1.90.04.00.00.0081 - Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 1.000.000,00

265 - 3.1.90.11.00.00.0081 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 1.000.000,00

226 - 3.1.90.11.00.00.0098 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,

Recursos da Valorização do Magistério - FUNDEB - 60% R\$ 385.282,74

271 - 3.1.91.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 280.000,00

Total desta Atividade R\$ 2.665.282,74

08.01.12.361.0103.2.030 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

207 - 3.1.91.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais, Recursos Ordinários - Educação R\$ 60.000,00

Total desta Atividade R\$ 60.000,00

08.01.12.361.0103.2.031 -Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

220 - 3.1.90.04.00.00.0099 - Contratação por Tempo Determinado,

Recursos da Valorização do Magistério - FUNDEB - 40% R\$ 4.636,00

Total desta Atividade R\$ 4.636,00

Total do Órgão R\$ 2.729.918,74

13.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01.04.121.0105.2.008 - Funcionamento e Manutenção da SE-PLANGEIO

663 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal

Civil,

Recursos Próprios R\$ 22.000,00

664 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 2.038,00

Total desta Atividade R\$ 24.038,00

Total do Órgão R\$ 24.038,00

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.271.0105.2.075 - Encargos Previdenciários

876 - 3.1.90.13.00.00.0080 Obrigações Patronais,

Recursos Próprios R\$ 600.000,00

Total desta Atividade R\$ 600.000,00

Total do Órgão R\$ 600.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar .. R\$ 3.353.956,74

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 3.353.956,74 (três milhões, trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e quatro centavos) nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.01 - CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete da

Prefeita

2 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 28.000,00

Total desta Atividade R\$ 28.000,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.02 - SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.04.122.0105.2.455 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria De Projeto Especial

32 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 203.000,00
Total desta Atividade R\$ 203.000,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA**02.04 - SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

02.04.04.122.0105.2.453 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Executiva de Articulação Política

51 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 7.500,00
Total desta Atividade R\$ 7.500,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA**02.06 - CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL**

02.06.04.122.0107.2.454 - Funcionamento e Manutenção da Chefia da Ouvidoria Geral

74 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 11.700,00
Total desta Atividade R\$ 11.700,00
Total do Órgão R\$ 250.200,00

03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO**03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO**

03.01.04.122.0105.2.004 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

105 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 7.000,00
Total desta Atividade R\$ 7.000,00
Total do Órgão R\$ 7.000,00

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

119 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 5.000,00
120 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 55.000,00
132 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios R\$ 16.000,00
Total desta Atividade R\$ 76.000,00
Total do Órgão R\$ 76.000,00

05.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS**05.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS**

05.01.04.123.0105.2.014 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Finanças

142 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 63.000,00
143 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 4.000,00
Total desta Atividade R\$ 67.000,00
Total do Órgão R\$ 67.000,00

06.00 - SECRETARIA DA RECEITA**06.01 - SECRETARIA DA RECEITA**

06.01.04.129.0105.2.064 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita

156 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil, Recursos Próprios R\$ 105.000,00
163 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 113.000,00

164 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 4.000,00
165 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 272.000,00
Total do Órgão R\$ 272.000,00

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

08.01.12.361.0103.2.030 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

203 - 3.1.90.04.00.00.0081 - Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Ordinários - Educação R\$ 32.000,00
216 - 3.3.90.46.00.00.0081 - Auxílio - Alimentação,
Recursos Ordinários - Educação R\$ 5.000,00
217 - 4.4.90.52.00.00.0099 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos da Valorização do Magistério - 40% R\$ 282.636,00
Total desta Atividade R\$ 319.636,00

08.01.12.362.0103.2.037 - Funcionamento e Manutenção do Programa de Ensino Médio

257 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 32.000,00
262 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 2.000,00
Total desta Atividade R\$ 34.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil

262 - 3.3.90.46.00.00.0098 - Auxílio - Alimentação,
Recursos da Valorização do Magistério - FUNDEB - 60% R\$ 107.282,74
Total desta Atividade R\$ 107.282,74

08.01.12.363.0103.2.042 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Profissional,

300 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 40.000,00
301 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil, Recursos Próprios R\$ 2.045,58
309 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 4.000,00
Total desta Atividade R\$ 46.045,58
Total do Órgão R\$ 506.964,32

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Social
 411 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 84.000,00
 419 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
 Recursos Próprios R\$ 19.000,00
 425 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios R\$ 23.000,00
 Total desta Atividade R\$ 126.000,00

09.01.06.181.0110.2.261 - Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal
 445 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 32.407,00
 447 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil, Recursos Próprios R\$ 173.000,00
 456 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 114.000,00
 Total desta Atividade R\$ 319.407,00

09.02.14.422.0105.2.260 - Funcionamento e Manutenção ao PROCON

510 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 13.000,00
 Total desta Atividade R\$ 13.000,00
 Total do Órgão R\$ 458.407,00

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
 533 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 159.000,00
 536 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 6.500,00
 547 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação, Recursos Próprios R\$ 8.000,00

549 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios R\$ 25.000,00
 Total desta Atividade R\$ 198.500,00

10.01.08.243.0111.2.438 - Funcionamento e Manutenção do Conselho (CMDCA, Cons. Tutelar)

556 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 22.000,00
 Total desta Atividade R\$ 22.000,00
 Total do Órgão R\$ 220.500,00

11.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 11.01 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.01.23.691.0108.2.277 - Apoiar as Incubadoras de Negócios

597 - 3.3.50.41.00.00.0080 - Contribuições,
 Recursos Próprios R\$ 30.000,00
 Total desta Atividade R\$ 30.000,00
 Total do Órgão R\$ 30.000,00

12.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
 12.01 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.056 - Funcionamento e Manutenção dos Cemitérios Públicos Municipais

606 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 61.000,00
 Total desta atividade R\$ 61.000,00

12.01.15.323.0106.3.906 - Implementação do Novo Plano Diretor

629 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 100.885,42
 Total desta atividade R\$ 100.885,42
 Total do Órgão R\$ 161.885,42

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.540 - Pavimentação de Ruas

771 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
 Recursos Próprios R\$ 201.000,00
 Total desta Atividade R\$ 201.000,00

14.01.15.122.0105.2.015 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

782 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 6.000,00
 Total desta Atividade R\$ 6.000,00

14.01.15.452.0106.2.020 - Serviço de Limpeza Pública

801 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,
 Recursos Próprios R\$ 2.000,00
 Total desta Atividade R\$ 2.000,00

14.01.15.451.0106.2.022 - Construção, Conservação de Estradas Vicinais Pontes e Pontilhões

809 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 25.000,00
 Total desta Atividade R\$ 25.000,00

14.01.15.451.0106.2.023 - Manutenção das Vias Urbanas

813 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 268.000,00
 Total desta Atividade R\$ 268.000,00

14.01.15.451.0106.2.035 - Manutenção da Frota Municipal,

817 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 32.000,00
 Total desta Atividade R\$ 32.000,00
 Total do Órgão R\$ 534.000,00

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.071 - Contribuição da Associação de Municípios da Grande Florianópolis

872 - 3.3.70.41.00.00.0080 - Contribuições,
Recursos Próprios R\$ 25.000,00
Total desta Atividade R\$ 25.000,00

30.01.11.331.0105.2.080 - Vale Transporte - Pessoal Civil

882 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 131.000,00
Total desta Atividade R\$ 131.000,00

30.01.04.123.0105.2.266 - Ressarcimentos e Devoluções Diversas

884 - 3.1.90.96.00.00.0080 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
Recursos Próprios R\$ 112.000,00
Total desta Atividade R\$ 112.000,00

30.01.04.123.0105.2.268 - Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

889 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 163.000,00
Total desta Atividade R\$ 163.000,00

30.01.28.843.0105.2.269 - Administração da Dívida Interna

892 - 4.6.90.71.00.00.0080 - Principal da Dívida Contratual Regatada,
Recursos Próprios R\$ 339.000,00
Total desta Atividade R\$ 339.000,00
Total do Órgão R\$ 770.000,00
Total da Anulação R\$ 3.353.956,74

Art. 4º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 32 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 4.104.000,00 (quatro milhões, cento e quatro mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 - Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

2105 - 3.1.90.04.00.00.0082 - Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 575.000,00
2111 - 3.1.90.11.00.00.0082 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 2.529.000,00
2107 - 3.1.90.04.00.00.0337 - Contratação por Tempo Determinado,
Recursos PSF - FMS - MS R\$ 1.000.000,00
Total desta Atividade R\$ 4.104.000,00
Total do Órgão R\$ 4.104.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 4.104.000,00

Art. 5º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 3º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 4.104.000,00 (quatro milhões, cento e quatro mil reais) nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a

seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA
02.05 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0105.2.005 - Funcionamento e Manutenção da Procuradoria Geral do Município

70 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 34.000,00
Total desta Atividade R\$ 34.000,00
Total do Órgão R\$ 34.000,00

06.00 - SECRETARIA DA RECEITA
06.01 - SECRETARIA DA RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita
163 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 190.000,00
Total desta Atividade R\$ 190.000,00
Total do Órgão R\$ 190.000,00

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.182.0110.2.010 - Ações de Defesa Civil,

394 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 24.400,00
Total desta Atividade R\$ 24.400,00
Total do Órgão R\$ 24.400,00

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
549 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 45.100,00
540 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 24.000,00
546 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 246.000,00
Total desta Atividade R\$ 315.100,00

10.01.08.243.0111.2.438 - Funcionamento e Manutenção do Conselho (CMDCA, Cons. Tutelar)
559 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 1.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.000,00
Total do Órgão R\$ 316.100,00

12.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
12.01 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.323.0106.3.906 - Implementação do Novo Plano Diretor
629 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 37.100,00
Total desta Atividade R\$ 37.100,00

12.01.15.451.0106.2.056 - Funcionamento e Manutenção dos Cemitérios Públicos Municipais
604 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 11.600,00
Total desta atividade R\$ 11.600,00
Total do Órgão R\$ 48.700,00

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.150 - Construção, Recuperação, Manutenção de Canais, Galerias e Macro Drenagem
758 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 29.000,00
759 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 54.500,00
Total desta Atividade R\$ 83.500,00

14.01.15.451.0106.1.540 - Pavimentação de Ruas

771 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 139.000,00
Total desta Atividade R\$ 139.000,00

14.01.15.122.0105.2.015 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
790 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 60.000,00
Total desta Atividade R\$ 60.000,00

14.01.15.451.0106.2.022 - Construção, Conservação de Estradas Vicinais Pontes e Pontilhões
808 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 68.000,00
810 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 34.000,00
Total desta Atividade R\$ 102.000,00

14.01.15.451.0106.2.023 - Manutenção das Vias Urbanas

811 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 11.000,00
813 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 40.000,00
Total desta Atividade R\$ 51.000,00

14.01.15.451.0106.2.217 - Implantação, Manutenção e Conservação de Praças, Parques e Jardins

849 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 111.000,00
Total desta Atividade R\$ 111.000,00
Total do Órgão R\$ 546.500,00

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.11.332.0105.2.076 - Contribuição ao G.R.B.M

878 - 3.3.50.41.00.00.0080 - Contribuições,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 10.000,00

30.01.28.846.0105.2.078 - Sentenças Judiciais,

879 - 3.3.90.91.00.00.0080 - Sentenças Judiciais,
Recursos Próprios R\$ 350.000,00
Total desta Atividade R\$ 350.000,00

30.01.04.123.0105.2.081 - Contribuição a Frente Nacional de Pre-
feitos

883 - 3.3.70.41.00.00.0080 - Contribuições,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 10.000,00
Total do Órgão R\$ 370.000,00

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.1.219 - Construção Unidade Saúde - Campinas, Kobrasol, Centro Martins e Areias

2022 - 4.4.90.51.00.00.0082 - Obras e Instalações,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 8.839,49
Total desta Atividade R\$ 8.839,49

25.01.10.301.0102.2.142 - Programa Saúde da Mulher - FMS

2050 - 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 5.000,00
Total desta Atividade R\$ 5.000,00

25.01.10.301.0102.2.145 - Manutenção do Programa DST / AIDS / Hepatites - FMS

2081 - 3.3.90.32.00.00.0082 - Material de Distribuição Gratuita,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 3.000,00
Total desta Atividade R\$ 3.000,00

25.01.10.301.0102.2.148 - Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

2115 - 3.1.90.13.00.00.0082 - Obrigações Patronais,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 250.000,00
2131 - 3.3.90.34.00.00.0082 - Outras Despesas de Pessoal Decorrente de Contratação de Terceirização,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 177.000,00
2147 - 4.4.90.52.00.00.0082 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 35.367,50
2113 - 3.1.90.11.00.00.0337 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recurso PSF - FMS - MS R\$ 1.000.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.462.367,50

25.01.10.301.0102.2.248 - Programa de Modernização da Gestão - FMS

2227 - 3.3.90.30.00.00.0082 - Material de Consumo,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 1.000,00
2230 - 3.3.90.36.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 1.000,00
2231 - 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 31.000,02
2235 - 4.4.90.52.00.00.0082 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 1.000,00
Total desta Atividade R\$ 34.000,02

25.01.10.301.0102.2.250 - Programa Atenção Domiciliar - FMS

2239 - 3.3.90.30.00.00.0082 - Material de Consumo,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 5.000,00
2241 - 3.3.90.32.00.00.0082 - Material de Distribuição Gratuita,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 5.000,00
2243 - 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 5.000,00
Total desta Atividade R\$ 15.000,00

25.01.10.301.0102.2.251 - Fornecimento de Fraldas Geriátrica e outros

2245 - 3.3.90.32.00.00.0082 - Material de Distribuição Gratuita,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 10.625,15
Total desta Atividade R\$ 10.625,15

25.01.10.301.0102.2.427 - Fornecimentos de Formulas Lácteas e Leites Especiais

2247 - 3.3.90.32.00.00.0082 - Material de Distribuição Gratuita,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 227.240,74
Total desta Atividade R\$ 227.240,74

25.01.10.302.0102.1.227 - Construção de Policlínicas - Forquilha-
Serraria - FMS

2027 - 4.4.90.51.00.00.0082 - Obras e Instalações,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 572.000,00
Total desta Atividade R\$ 572.000,00

25.01.10.302.0102.2.147 - Manutenção de UBS, Policlínicas e UPA - FMS

2094 - 3.3.90.30.00.00.0082 - Material de Consumo,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 17.291,49
2097 - 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 41.494,47
2100 - 4.4.90.52.00.00.0082 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 98.281,77
Total desta Atividade R\$ 157.067,73
Total do Órgão R\$ 2.495.140,63

19.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
19.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01.18.541.0109.2.235 - Manutenção dos Parques - FMMADS

7076 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 79.159,37
Total desta Atividade R\$ 79.159,37
Total do Órgão R\$ 79.159,37
Total da Anulação R\$ 79.159,37

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 130/2014/SF

PORTARIA Nº 130/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 14.500,00 (catorze mil e quinhentos reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Habitação de São José, a seguir especificada:

26.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

26.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

26.01.16.482.0106.2.316 - Promoção de Regularização Fundiária e Urbanística

5026 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 14.500,00
Total desta Atividade R\$ 14.500,00
Total do Órgão R\$ 14.500,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 14.500,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 14.500,00 (catorze mil e quinhentos reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.01 - CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete da Prefeita

10 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 14.500,00
Total desta Atividade R\$ 14.500,00
Total do Órgão R\$ 14.500,00
Total da Anulação R\$ 14.500,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 131/2014/SF

PORTARIA Nº 131/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 25 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 196.200,00 (cento e noventa e seis mil e duzentos reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA
02.08 - SECRETARIA DE GOVERNO

02.08.04.122.0105.2.253 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Governo

99 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias - Civil,
Recursos Próprios R\$ 9.300,00
Total desta Atividade R\$ 9.300,00
Total do Órgão R\$ 9.300,00

06.00 - SECRETARIA DA RECEITA
06.01 - SECRETARIA DA RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita

158 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias - Civil,
Recursos Próprios R\$ 250,00
Total desta Atividade R\$ 250,00
Total do Órgão R\$ 250,00

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Social

414 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias - Civil,
Recursos Próprios R\$ 9.300,00
Total desta Atividade R\$ 9.300,00
Total do Órgão R\$ 9.300,00

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.073 - Contribuição a FECAM

874 - 3.3.70.41.00.00.0080 - Contribuições,
Recursos Próprios R\$ 2.350,00
Total desta Atividade R\$ 2.350,00

30.01.28.846.0105.2.079 - Contribuição ao PASEP

881 - 3.3.90.47.00.00.0080 - Obrigações Tributárias e Contributivas,
Recursos Próprios R\$ 147.000,00
Total desta Atividade R\$ 147.000,00

30.01.04.123.0105.2.268 - Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

890 - 3.3.90.47.00.00.0080 - Obrigações Tributárias e Contributivas,
Recursos Próprios R\$ 28.000,00
Total desta Atividade R\$ 28.000,00
Total do Órgão R\$ 177.350,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 196.200,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 196.200,00 (cento e noventa e seis mil e duzentos reais) nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.0110.2.261 - Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal

456 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 56.000,00
Total desta Atividade R\$ 56.000,00
Total do Órgão R\$ 56.000,00

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

546 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 43.700,00
Total desta Atividade R\$ 43.700,00
Total do Órgão R\$ 43.700,00

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.16.482.0106.1.109 - Implantação do Projeto Habitar Brasil / BID

733 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 64.500,00
Total desta Atividade R\$ 64.500,00

14.01.15.122.0105.2.015 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

790 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 32.000,00
Total desta Atividade R\$ 32.000,00
Total do Órgão R\$ 96.500,00
Total da Anulação R\$ 196.200,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

TERMO ADITIVO 001.2013.02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 001/2013-02 - PR 149/2013 - Processo 339/2013 - Contratado: KHRONOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. Objeto: Prestação de serviços de mão de obra especializada, para atender a secretaria de educação do Município de São José/SC. REPACTUAÇÃO: Fica reajustado o valor do contrato em 8,71%, valor que era de R\$ 5.688.000,00(cinco milhões seiscentos e oitenta e oito mil reais) parará a vigorar com o valor atualizado de R\$ 6.183.432,00(seis milhões cento e oitenta e três mil quatrocentos e trinta e dois reais). Data da assinatura: 02 de outubro de 2014.

TERMO ADITIVO TA Nº 110.2011.04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 110/2011-04 - CC 006/2010 - Processo 313/2010 - Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Execução de serviços de construção da UPA - Unidade de Pronto Atendimento e Policlínica de Forquilha, São José/SC. Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 110/2011 por mais 570 (quinhentos e setenta) dias, a partir de 22/11/2014. Readequação Qualitativa: O Contrato original sofrerá acréscimo qualitativamente mediante supressão do valor de R\$ 2.209.928,97 (dois milhões duzentos e nove mil novecentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos) o que representa um percentual de 37,49% sobre o valor do contrato original. Fica readequado qualitativamente o contrato 110/2011 mediante acréscimo do valor de que somam R\$ 2.407.155,35 (dois milhões quatrocentos e sete mil cento e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) representando um percentual de 40,83% sobre o contrato original. Fica readequado Quantitativamente o contrato mediante acréscimo de R\$ 136.330,04(cento e trinta e seis mil trezentos e trinta reais e quatro centavos), representando um percentual de 2,31% sobre o contrato original. O valor do contrato que era de R\$ 7.098.662,84 (sete milhões noventa e oito mil seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) passa a vigorar no valor de 7.432.219,26 (sete milhões quatrocentos e trinta e dois mil duzentos e dezenove reais e vinte e seis centavos). Data da assinatura: 06 de novembro de 2014.

TERMO DE ACORDO N.º 001/2015/GAB

EXTRATO DE TERMO DE ACORDO

TERMO DE ACORDO N.º 001/2015/GAB. PARTES: Município de São José e a WOA Empreendimentos Imobiliários LTDA. OBJETO: a realização de serviços de urbanização através de implantação e/ou manutenção e conservação pela ADOTANTE, sem ônus para o MUNICÍPIO, dentro do Programa de Adoção de Áreas Públicas no Município de São José, da área situada na Rua Antônio Scherer, no bairro Kobrasol, no Município de SÃO JOSÉ. VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período. LOCAL E DATA: São José, SC, 08 de janeiro de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Fernando Souza, Fernando Artur Raupp e Eduardo Bastos Moreira Lima pelo Município de São José e Walter Silva Koerich pela WOA Empreendimentos Imobiliários LTDA.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2014 – INEXIGIBILIDADE N.º 001/2014**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2014 - INEXIGIBILIDADE N.º 001/2014

CONTRATO Nº 011/2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: MARIA ESTRAZULAS

OBJETO: Prestação de serviços para a elaboração de retrato, na modalidade pintura a óleo sobre tela Eucatex, na dimensão de 32x40cm, em técnica de cavalete, para compor a Galeria Histórica dos Ex-Presidentes da Câmara Municipal de São José, representando a imagem do Presidente Sanderson Almeci de Jesus.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.0103

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: 45 DIAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2013 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2013 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2013

CONTRATO Nº 016/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: BECKER COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS COPIADORAS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas copiadoras multifuncionais e impressoras instaladas na CMSJ

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.0103

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.833,33

VIGÊNCIA: 21/10/2014 - 21/11/2014

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.511, DE 08 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 5.511, DE 08 DE JANEIRO DE 2015

“REVOGA DECRETO QUE CEDE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL AO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado, como revogado está, o Decreto nº 4.933 de 13 de Maio de 2011, que cede a funcionária municipal EILA APARECIDA LABRES POMPERMAYER, ocupante do cargo de Agente Social, Grupo SAL, Nível 06, ao Estado de Santa Catarina, para exercer o cargo de GERENTE DE SAÚDE, Nível DGS/FTG-2, por tempo indeterminado, a partir do dia 13 de maio de 2011, com ônus para o Estado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no decreto elencado no Artigo 1º.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 DE JANEIRO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 08 de janeiro de 2015.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº 5.512, DE 08 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 5.512, DE 08 DE JANEIRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADO o funcionário público municipal, JOEL PRESTES, para exercer o cargo de PEDREIRO, carga horária de 176 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificado em 2º lugar, média final 6,20, a partir de 08 de janeiro de 2015, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de janeiro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 08 de janeiro de 2015.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

EXTRATO DE CONVÊNIO - 002 UNIVERSITÁRIOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 02.2015

Concedente: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Valor dos meses de março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e novembro: R\$10.000,00 (dez mil reais) mensais;
Valor Total Anual: R\$80.000,00 (oitenta mil reais)

Vigência: Início: 01/01/2015 a 31/12/2015

Objeto: concessão de subvenção social pelo Município de São José do Cedro à Associação dos Universitários de São José do Cedro, de recursos financeiros exclusivamente ao custeio de parte dos custos de transporte de universitários associados, cuja instituição de ensino esteja geograficamente localizada num raio de até 40 km de distância da sede do Município, conforme Lei Municipal nº 4.187, de 12 de dezembro de 2013.

EXTRATO DE CONVÊNIO CONVÊNIO Nº 05.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 05.2015

Concedente: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO
Valor do repasse mensal: R\$2.244,02 (dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais e dois centavos) mensais;

Valor Total Anual: R\$26.928,24 (vinte e seis mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos)

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015

Objeto: estabelecer um Sistema de Cooperação Técnico-financeiro entre o Fundo Municipal de Saúde - FMS e a Associação Beneficente Hospitalar de São José do Cedro, visando pequenas.

EXTRATO DE CONVÊNIO CONVÊNIO Nº 06.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 06.2015

Concedente: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO
Valor do repasse mensal: R\$2.955,26 (dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais;

Valor Total Anual: R\$ 35.463,12 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e três reais e doze centavos)

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015

Objeto: pagamento de Unidades de internação hospitalar municipal

- AIHM, serão em número de 10 (dez) autorizações mensais, no valor unitário de R\$ 295,52 (duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos), com internação mínima de 24 horas e no máximo de 48 horas, a serem repassadas mensalmente.

EXTRATO DE CONVÊNIO CONVÊNIO Nº 07.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 07.2015

Concedente: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO
Valor do repasse mensal: R\$ 8.209,08 (oito mil, duzentos e nove reais e oito centavos) mensais;

Valor Total Anual: R\$ 98.508,96 (noventa e oito mil, quinhentos e oito reais e noventa e seis centavos)

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015

Objeto: estabelecer um Sistema de Cooperação Técnico-financeiro entre o Fundo Municipal de Saúde - FMS e a Associação Beneficente Hospitalar de São José do Cedro, visando à manutenção das atividades da Associação Beneficente Hospitalar Cedro, conforme plano de trabalho.

RATIFICAR DECRETO Nº. 5.507/2015, DE 02 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº. 5.507/2015, DE 02 DE JANEIRO DE 2015.

"DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO-SC AFETADAS POR ENXURRADAS - COBRADE: 1.2.2.0.0, CONFORME IN/MI 01/2012".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com os incisos XXVI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que nos dias 31 de dezembro de 2014 e 01 de janeiro de 2015, ocorreram fortes chuvas que atingiram o Município de São José do Cedro;

CONSIDERANDO que o Município disponibilizou toda a estrutura disponível para minimizar os efeitos do desastre, que prejudicou o acesso a propriedades no meio rural e o abastecimento de água do Município;

CONSIDERANDO que concorrem como agravantes da situação de anormalidade: o grande volume precipitado em um pequeno intervalo de tempo que com a precariedade do sistema de drenagem de águas pluviais, resultaram em danos materiais e prejuízos econômicos;

CONSIDERANDO que o parecer do COMDEC - Conselho Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à decretação de Situação de Emergência.

CONSIDERANDO, finalmente, que tal conjuntura impõe a administração municipal adoção de medidas urgentes.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada nas áreas do município contidas no formulário de informações de desastre FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como: 12200 - Enxurradas.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação COMDEC nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução;

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto a comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência a população afetada pelo desastre, sob coordenação do COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação.

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 02 de Janeiro de 2015.
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente decreto foi registrado e publicado em 02 de Janeiro de 2015

Fernando Júlio Will,
Secretário Municipal da Fazenda.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.019, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.019, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

Estabelece o calendário de pagamentos de fornecedores e servidores públicos municipais para o exercício de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 55 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Os pagamentos a fornecedores do Município de São Lourenço do Oeste, a partir do mês de fevereiro do exercício de 2015, serão agrupados por período e serão efetuados pela tesouraria, junto à Contadoria Geral do Município, sendo que quando se referirem a fornecedores das entidades "Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, Comitê Desportivo Municipal e Instituto Cultural", os pagamentos serão efetivados nas datas estabelecidas no Anexo I deste Decreto, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação e a disponibilidade financeira das fontes de recursos. Parágrafo único. Na hipótese das datas constantes no Anexo I deste Decreto recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão prorrogados até o dia útil imediatamente posterior.

Art. 2º Ficam excetuados da previsão constante no art. 1º, os pagamentos relativos a:

I - obrigações com datas de vencimento fixas;

II - repasses de recursos financeiros, a qualquer título, a entidades conveniadas com o Município;

III - obrigações relativas a convênios firmados pelo Município com outros entes da Federação,

IV - auxílios sociais;

V - famílias acolhedoras;

VI - compras on-line de produtos, cujos pagamentos ocorram de forma antecipada;

VII - restituições de tributos pagos a maior ou indevidamente.

Parágrafo único. Os pagamentos das obrigações, previstas nos incisos de I a III, serão levados a efeito nas datas estabelecidas nos respectivos instrumentos, obedecidas as próprias fontes de recursos.

Art. 3º Ficam estabelecidas as datas limites para pagamento da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais e do Vale Alimentação para o exercício de 2015, de acordo com a tabela constante do Anexo II deste Decreto.

§ 1º Na hipótese das datas constantes no Anexo II deste Decreto recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão antecipados para o dia útil imediatamente anterior.

§ 2º A remuneração de servidor admitido após o dia 15 (quinze) do mês, relativamente aos dias trabalhados no mês de admissão, será paga no mês subsequente, de acordo com as datas constantes no Anexo II deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015).

PAGAMENTOS DE FORNECEDORES

RECEBIMENTO E LIQUIDAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS	PREFEITURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COMITÊ DESPORTIVO E INSTITUTO CULTURAL
De 01/01 a 27/01/2015	12/02/2015	10/02/2015	07/02/2015
De 28/01 a 11/02/2015	26/02/2015	24/02/2015	23/02/2015
De 12/02 a 27/02/2015	12/03/2015	10/03/2015	07/03/2015
De 28/02 a 11/03/2015	30/03/2015	26/03/2015	25/03/2015
De 12/03 a 27/03/2015	12/04/2015	10/04/2015	09/04/2015
De 28/03 a 11/04/2015	29/04/2015	27/04/2015	26/04/2015
De 12/04 a 27/04/2015	12/05/2015	08/05/2015	07/05/2015
De 28/04 a 11/05/2015	28/05/2015	26/05/2015	25/05/2015
De 12/05 a 27/05/2015	12/06/2015	10/06/2015	09/06/2015
De 28/05 a 11/06/2015	29/06/2015	26/06/2015	25/06/2015
De 12/06 a 27/06/2015	12/07/2015	09/07/2015	08/07/2015
De 28/06 a 11/07/2015	30/07/2015	28/07/2015	27/07/2015
De 12/07 a 27/07/2015	12/08/2015	10/08/2015	07/08/2015
De 28/07 a 11/08/2015	28/08/2015	26/08/2015	25/08/2015
De 12/08 a 27/08/2015	12/09/2015	10/09/2015	09/09/2015
De 28/08 a 11/09/2015	29/09/2015	26/09/2015	25/09/2015
De 12/09 a 27/09/2015	12/10/2015	08/10/2015	07/10/2015
De 28/09 a 11/10/2015	29/10/2015	27/10/2015	26/10/2015
De 12/10 a 27/10/2015	12/11/2015	10/11/2015	09/11/2015
De 28/10 a 11/11/2015	27/11/2015	25/11/2015	24/11/2015
De 12/11 a 27/11/2015	12/12/2015	10/12/2015	08/12/2015
De 28/11 a 31/12/2015	Até último dia útil de dezembro	Até último dia útil de dezembro	Até último dia útil de dezembro

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015).

DATAS LIMITES PARA PAGAMENTO DA FOLHA DE PESSOAL

MÊS DE REFERÊNCIA	DATA LIMITE PARA PAGAMENTO	DATA LIMITE PARA DEP. VALE ALIMENTAÇÃO
Janeiro	25	15/02/2015
Fevereiro	25	15/03/2015
Março	25	15/04/2015
Abril	25	15/05/2015
Maio	25	15/06/2015
Junho	25	15/07/2015
Julho	25	15/08/2015
Agosto	25	15/09/2015
Setembro	25	15/10/2015
Outubro	25	15/11/2015
Novembro	25	15/12/2015
Dezembro	25	Até 24/12/2015
13º salário	20/12	---xxx---

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 - ICSL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, IX da Lei Orgânica do Município TORNA PÚBLICA a abertura das inscrições e define normas para o Processo Seletivo Público de Títulos visando a contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para o ano de 2015, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 85, de 08 de outubro de 2007, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital,

1 - DAS FUNÇÕES, HABILITAÇÃO, VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL E DO VENCIMENTO:

1.1. - O Processo Seletivo Público destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste Edital e das que ocorrerem dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

1.2. As funções, escolaridade e requisitos para investidura, vagas, carga horária e vencimentos, objeto deste Processo Seletivo, são descritos nas tabelas n.º 1.3 e 1.5, deste Edital.

1.3 Funções de Nível Fundamental:

NOME DA FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	Nº. DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO
Instrutor de Música - 02 instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de Viola Caipira e Guitarra.	01	20	R\$ 838,29
Instrutor de Música - 01 instrumentos	Alfabetizado e conhecimento na área de violão.	*CR	10	R\$ 266,12
Instrutor de Música - 02 instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de bateria e fanfarra	01	20	R\$ 838,29
Instrutor de Música - 01 instrumento	Alfabetizado e Conhecimento na área de Violino.	01	10	R\$ 266,12
Instrutor de Música - 01 instrumento	Alfabetizado e Conhecimento na área de Violoncello.	*CR	10	R\$ 266,12
Instrutor de Música - 02 instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de Gaita e Teclado.	01	20	R\$ 838,29

*CR: Cadastro de Reserva.

1.4 - Atribuições do Instrutor de Música - 01 e 02 instrumentos:

1.4.1 - organizar, coordenar e executar oficinas específicas de Música em Geral nas modalidades de instrumentos eletrônicos, corda, sopro e percussão de acordo, violão e teclado, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos;

1.4.2 - realizar um trabalho que desenvolva no aluno uma prática saudável e bem orientada do tocar através de um método prático e dinâmico;

1.4.3 - explorar os recursos que proporcionam ao aluno o desenvolvimento técnico musical erudito e popular do instrumento.

1.5 Funções de Nível Médio:

NOME DA FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO
Instrutor de Artes Cênicas I	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Teatro.	01	10	R\$ 310,03
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Dança Étnica: italiana.	01	10	R\$ 310,03
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Dança Étnica: alemã.	01	10	R\$ 310,03
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área das seguintes Danças: Hip-Hop, Dança de Rua e Jazz.	01	10	R\$ 310,03
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área das seguintes danças Contemporânea, dança Clássica e Popular.	01	20	R\$ 620,06
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área das seguintes danças Contemporânea, dança Clássica e Popular.	*CR	10	R\$ 310,03
Instrutor de Artes Visuais	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Pintura em Tela.	01	20	R\$ 620,06
Maestro de Canto e Coral	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de atuação.	01	10	R\$ 498,98

*CR: Cadastro de Reserva.

1.6 - Atribuições para Instrutor de Artes Cênicas I:

1.6.1 - organizar, coordenar e executar oficinas específicas de Teatro, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos, promovendo a inserção social e cultural através da história e das teorias sobre o teatro no mundo;

1.6.2 - interpretar textos teatrais e literários.

1.7 - Atribuições para Instrutor de Artes Cênicas II:

1.7.1 - organizar, coordenar e executar oficinas específicas de dança com as modalidades: Dança Popular, Danças Étnicas, Dança Contemporânea, Hip-Hop, Dança de Rua, Dança de Salão, Danças Clássicas e Jazz.

1.7.2 - despertar o potencial interpretativo dos alunos;

1.7.3 - estimular a improvisação e o aperfeiçoamento dos movimentos naturais proporcionando na educação, elementos significativos que favoreçam o desenvolvimento do aluno.

1.8 - Atribuições para Maestro de Canto e Coral:

1.8.1 - Organizar, coordenar e executar oficinas específicas de Canto Coral desenvolvendo o potencial interpretativo do aluno, a sua capacidade de apreciação, criação e interpretação musical através da prática da música em conjunto;

1.8.2 - dar uniformidade a um grande contingente instrumental ou vocal para que todos os alunos sigam o tempo, a dinâmica e o andamento indicado na partitura;

1.8.3 - impor, sempre que necessário, a sua „interpretação“ à obra musical através do cantar coletivo e da expressão corporal, fazendo com que o aluno passe pelo processo de construção da

identidade social individual e coletiva;

1.8.4 - oportunizar as concepções pessoais fundamentadas no meio, desenvolvendo uma prática saudável e bem orientada do cantar.

1.9 - Atribuições para Instrutor de Artes Visuais:

1.9.1 - organizar, coordenar e executar as oficinas específicas de Pintura e Desenho, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos;

1.9.2 - proporcionar a experiência com técnicas diversas de pintura, levando o aluno a desenvolver a capacidade de pesquisa e criação através da arte;

1.9.3 - realizar trabalhos de utilização da pintura como forma de expressão da criatividade e da subjetividade;

1.9.4 - permitir que o aluno manifeste, através da arte, seu modo de perceber o mundo, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e criação, proporcionando a experiência com técnicas diversas;

1.9.5 - proporcionar ao aluno a educação do olhar através da observação, permitindo um criar espontâneo e desenvolvendo o pensar crítico acerca das atividades desenvolvidas;

1.9.6 - proporcionar o aprendizado de diversas técnicas e temáticas sobre desenho.

1.10 - Será acrescido ao valor do vencimento do servidor admitido mediante o presente Processo Seletivo, a seguinte vantagem financeira:

a) Vale Alimentação, no valor de R\$ 280,66 (duzentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) de acordo com o que dispõe a Lei nº 1.978, de 22 de novembro de 2011.

2 - DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - A participação no Processo Seletivo Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

2.2 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e eventuais Termos Aditivos, bem como de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no mural do Centro Administrativo Municipal de São Lourenço do Oeste e no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

2.3 - O candidato poderá fazer sua inscrição pessoalmente ou por procuração, registrada em cartório.

2.4 - No requerimento de inscrição, sob as penas da Lei, o candidato declarará:

a) Ter nacionalidade brasileira;

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

c) Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

d) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos no ato da contratação.

2.5 - A inscrição será efetuada gratuitamente, mediante o preenchimento de Requerimento de Inscrição padronizado, disponibilizado pelo Instituto Cultural de São Lourenço, no período compreendido entre os dias 21/01/2015 a 28/01/2015 das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, horário oficial de Brasília, na sala do Instituto Cultural de São Lourenço, no endereço: rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, anexo ao Centro de Eventos, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, CEP: 89990-000.

2.6 - São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados cadastrais informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição.

2.7 - Para realizar a inscrição, o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

a) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição;

b) conferir atentamente os dados informados;

c) apresentar os seguintes documentos:

2.7.1 - Obrigatoriamente:

a) Cópia da Carteira de Identidade;

b) Cópia do Título de Eleitor e comprovação de quitação eleitoral (comprovante de votação da última eleição ou certidão da Justiça Eleitoral);

c) Cópia do comprovante de quitação militar (quando for o caso);

d) Cópia do CPF;

e) 01 foto 3x4 recente, tirada de frente;

f) para as funções em nível de Ensino Fundamental, apresentar cópia e original do comprovante de escolaridade, que poderá ser: histórico escolar, declaração fornecida pela unidade de ensino que estudou e, no caso de a escola ter sido desativada, declaração do órgão competente;

g) para as funções em nível de Ensino Médio, cópia e original de Histórico Escolar do Ensino Médio devidamente registrado.

2.7.2 - Necessários à comprovação da qualificação do candidato às vagas de Nível Fundamental:

a) Cópia e original dos Certificados de capacitação na área de inscrição, de acordo com o previsto no campo "Habilitação" da tabela nº 1.3 deste Edital;

b) Comprovante de tempo de serviço (Carteira de Trabalho assinada, ou contrato administrativo, certidão de tempo de serviço ou portaria de nomeação com ente público) que comprove a experiência na área de inscrição;

c) Contrato particular, na área de inscrição firmado com instituição(ões) ou empresa(as) (cujo objeto social seja compatível com a área de inscrição), a(s) qual(is) prestou serviços, ou por entidades locais devidamente constituídas, que testemunhem a atuação na área, tais como: LIONS, LEO, Direções de escolas onde houve atuação, dentre outros;

d) Para os candidatos às vagas de Instrutor de Música 1 e 2 instrumentos: Cópia e original dos Certificados ou Declarações de participação em grupos ou bandas musicais, desde que estes grupos ou bandas possuam inscrição no CNPJ, conforme o item 4, II, "d".

2.7.3 - Necessários à comprovação da qualificação do candidato às vagas de Nível Médio:

a) Cópia e original de Certificados de capacitação na área de inscrição, de acordo com o previsto no campo "Habilitação" das tabelas dos itens 1.3 e 1.5 deste Edital;

b) Comprovante de tempo de serviço (Carteira de Trabalho assinada, ou contrato administrativo, certidão de tempo de serviço ou portaria de nomeação com ente público) que comprove a experiência na área de inscrição;

c) Contrato particular, na área de inscrição firmado com instituição(ões) ou empresa(as) (cujo objeto social seja compatível com a área de inscrição), a(s) qual(is) prestou serviços, ou por entidades locais devidamente constituídas, que testemunhem a atuação na área, tais como: LIONS, LEO, Direções de escolas onde houve atuação, dentre outros;

2.8 - Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital.

2.9 - No caso de cancelamento da inscrição, com base no disposto no item 2.8 serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10 - A inscrição não poderá ser feita pelo correio, fac-símile ou por qualquer outro meio não descrito neste Edital.

2.11 - Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.12 - Será permitida a inscrição para, no máximo, duas funções, desde que não ultrapassadas às 40 horas semanais.

2.13 - Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos

de alterações, a não ser o decorrente de mudança de endereço que poderá ser feito por correspondência eletrônica ou correspondência registrada via postal, enviada ao Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, localizado na rua Via Parque, s/n, anexo ao Centro de Eventos, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, CEP: 89.990-000.

2.14 - Todas as funções descritas neste Edital podem ser exercidas por pessoas de ambos os sexos.

2.15 - O inteiro teor do Edital estará disponível no Instituto Cultural de São Lourenço e afixado no mural da Prefeitura Municipal de São Lourenço, sito a rua Duque de Caxias, 789, anexo ao Centro Comunitário, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, a partir do dia 12 de janeiro de 2015.

3 - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

3.1 - As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas pela Comissão de Processo Seletivo a partir do dia 02 de fevereiro de 2015.

3.2 - O candidato que tiver sua inscrição indeferida poderá entrar com pedido de reconsideração, endereçado à Comissão de Processo Seletivo, por meio de requerimento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da divulgação do resultado, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente ao da publicação da lista, no horário: das 07h30m às 11h30min e das 13h30min às 17h30m horas.

3.3 - Após a análise dos eventuais pedidos de reconsideração de inscrição, e havendo alteração nas inscrições deferidas, a Comissão de Processo Seletivo homologará as inscrições.

3.4 - O ato de homologação será divulgado no mural da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste (sito a rua Duque de Caxias, 789), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município (www.saoulourenco.sc.gov.br), e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariodosmunicipios.sc.gov.br), onde estarão indicados o nome do candidato, o número de inscrição e a função para a qual se inscreveu, bem como, serão divulgadas a relação das inscrições indeferidas.

4 - DA PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

4.1 - Da Pontuação:

4.1.1 - Para Instrutor de Música 01 e 02 instrumentos:

a) Serão atribuídos 100 Pontos para Diploma de Graduação em Música (Licenciatura ou Bacharelado);

b) Serão atribuídos 50 Pontos para curso técnico em Música, ou Formação em Conservatório. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída.

c) Serão atribuídos 50 Pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Música (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;

d) Serão atribuídos 50 Pontos para portadores de diploma de pós-graduação em áreas relativas ao ensino de música;

e) Serão atribuídos 05 Pontos para cada 40h de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que comprove grade de estudos do curso nos instrumentos de inscrição, história e teoria musical ou cursos relacionados a área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 400h.

f) Será atribuído 01 ponto para cada 06 (seis) meses de serviços prestados na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho assinada com empresa que atue no ramo musical, Escolas de música ou bandas (com CNPJ), Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição serão computados uma única vez.

4.1.2 - Para Instrutor de Artes Cênicas I:

a) Serão atribuídos 100 Pontos para Diploma de Graduação em Artes Cênicas; (Licenciatura ou Bacharelado);

b) Serão atribuídos 50 Pontos para curso técnico em Teatro, ou Formação em Artes Dramática. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída.

c) Serão atribuídos 50 Pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Artes Cênicas (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;

d) Serão atribuídos 50 Pontos para portadores de diploma de pós-graduação em áreas relativas ao ensino de Artes Cênicas, Contação de Histórias, Cenografia e/ou Literatura Dramática ou Direção de Espetáculos;

e) Serão atribuídos 05 Pontos para cada 40h de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que contenha a grade curricular e disciplinas cursadas na área de Teatro, Contação de Histórias, Cenografia, Literatura Dramática e Direção de Espetáculos ou cursos relacionados a área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 400h.

f) Será atribuído 01 ponto para cada 06 (seis) meses de tempo de serviço prestado na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho assinada com empresa que atue no ramo Teatral, Escolas Técnicas em Artes Dramáticas Circos e Cias de Teatro, (devendo ser apresentado o CNPJ da empresa, dispensando-se este em caso de notório reconhecimento público da mesma), Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição não serão cumulativos.

4.1.3 - Para Instrutor de Artes Cênicas II:

a) Serão atribuídos 100 Pontos para Diploma de Graduação em Dança e/ou Arte-Educação com habilitação em Dança;

b) Serão atribuídos 50 Pontos para curso técnico em Dança, ou Formação em Ballet Clássico. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída.

c) Serão atribuídos 50 Pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Dança (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;

d) Serão atribuídos 50 Pontos para portadores de diploma de pós-graduação em áreas relativas à Dança e/ou Expressão Corporal, Cenografia ou Direção de Espetáculos;

e) Serão atribuídos 05 Pontos para cada 40h de capacitação comprovada mediante Certificado desde que comprove grade de estudos do curso de dança, história e teoria da dança, ou em cursos relacionados à área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 400h.

f) Será atribuído 01 ponto para cada 06 (seis) meses de tempo de serviço prestado na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho assinada com empresa que atue no ramo Teatral, Escolas Técnicas de atuação na área, Cias de Dança, (devendo ser apresentado o CNPJ da empresa, dispensando-se este em caso de notório reconhecimento público da mesma), Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição não serão cumulativos.

4.1.4 - Para Maestro de Canto e Coral:

a) Serão atribuídos 100 Pontos para Diploma de Graduação em Música (Licenciatura ou Bacharelado);

b) Serão atribuídos 50 Pontos para curso técnico em Música, ou Formação em Conservatório. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída.

c) Serão atribuídos 50 Pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Música (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela

instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;

d) Serão atribuídos 50 Pontos para portadores de diploma de pós-graduação em áreas relativas ao ensino de música;

e) Serão atribuídos 05 Pontos para cada 40h de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que comprove grade de estudos do curso nos instrumentos de inscrição, história e teoria musical ou cursos relacionados a área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 400h.

f) Será atribuído 01 ponto para cada 06 (seis) meses de serviços prestados na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho assinada com empresa que atue no ramo musical, Escolas de música ou bandas (devendo ser apresentado o CNPJ da empresa, dispensando-se este em caso de notório reconhecimento público da mesma), Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição serão computados uma única vez.

4.1.5 - Para Instrutor de Artes Visuais:

a) Serão atribuídos 100 Pontos para Diploma de Graduação em Artes-Visuais, Educação Artística, Arte-Educação, (Licenciatura ou Bacharelado);

b) Serão atribuídos 50 Pontos para curso técnico em Desenho Artístico, Pintura em Tela, ou Formação em Artes Visuais por Escola de Artes. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída.

c) Serão atribuídos 50 Pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Artes-Visuais, Educação Artística, Arte-Educação (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;

d) Serão atribuídos 50 Pontos para portadores de diploma de pós-graduação em áreas relativas ao ensino de Artes;

e) Serão atribuídos 05 Pontos para cada 40h de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que contenha a grade curricular e disciplinas cursadas na área de desenho, gravura, pintura, história da arte e/ou cursos relacionados a área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 400h.

f) Será atribuído 01 ponto para cada 06 (seis) meses de serviços prestados na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho assinada com empresa que atue no ramo musical, Escolas de música ou bandas (devendo ser apresentado o CNPJ da empresa, dispensando-se este em caso de notório reconhecimento público da mesma), Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição serão computados uma única vez.

4.2 - Da Classificação:

4.2.1 - A classificação dar-se-á em ordem decrescente, de acordo com o número de pontos obtidos, conforme os critérios estabelecidos no item 4.1.

4.2.2 - No caso de empate, a classificação levará em conta a maior pontuação obtida no critério "capacitação comprovada na área de inscrição"; persistindo o empate, serão utilizados os seguintes critérios:

a) Nível de Formação;

b) Parecer da Comissão Julgadora.

5 - DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

5.1 - O resultado do Processo Seletivo será publicado por Edital, a partir do dia 09/02/2015, no mural da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste (sito a rua Duque de Caxias, nº 789), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br), e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariodospmunicipios.sc.gov.br).

6 - DOS RECURSOS E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

6.1 - Somente haverá revisão dos pontos atribuídos ao candidato, mediante requerimento fundamentado, com protocolo na sede do ICSL, sito na Via Parque, S/N, Pavimento Inferior, Bairro Cruzeiro, anexo ao Centro de Eventos, neste Município, dirigido à Comissão de Processo Seletivo Público, que após análise das justificativas deliberará.

6.2 - O prazo de interposição de recurso será de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de divulgação do resultado, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente.

6.3 - No pedido de recurso deverá constar o nome do candidato, número de inscrição, endereço e a alegação fundamentada do recurso.

6.4 - Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

6.5 - Se dos exames de recursos resultar em alteração de classificação, será publicada nova lista classificatória.

6.6 - Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo.

6.7 - Após a análise de eventuais recursos, o Gerente do Instituto Cultural homologará o resultado final do Processo Seletivo.

6.8 - O ato de homologação será divulgado no mural da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste (sito a rua Duque de Caxias, 789), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br), e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariodospmunicipios.sc.gov.br).

7 - DA ADMISSÃO:

7.1 - A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Instituto Cultural de São Lourenço preencherá as vagas conforme for necessário.

7.2 - Para fins de admissão, o candidato quando convocado para o preenchimento da vaga deverá, no prazo de três dias úteis, apresentar ao setor de Recursos Humanos do município de São Lourenço do Oeste, SC, os seguintes documentos, sob pena de perder a vaga, passando para o chamamento do próximo classificado:

7.2.1 - Cópias:

a) Carteira de Identidade;

b) Título de Eleitor e comprovante da última votação;

c) Comprovante de quitação militar (quando for o caso);

d) Certidão de filhos menores de 14 anos;

e) CPF;

f) Certidão de nascimento ou casamento;

g) Comprovante de habilitação na área de atuação, conforme detalhado no item 2.7.1, "f", para candidatos a vagas de Nível Fundamental e 2.7.1, "g", para candidatos às vagas de Nível Médio;

h) Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);

i) Nº do PIS ou PASEP;

j) Nº Conta na Caixa Econômica Federal (conta salário);

k) Tipagem sanguínea.

7.2.2 - Originais:

a) Atestado de Saúde Física e Mental expedido por médico indicado pelo

Instituto Cultural de São Lourenço;

b) Declaração de Bens;

c) Declaração de não Acumulação de Cargo/Função;

d) Declaração de dependentes (citando o nome e a data de nascimento);

e) Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);

f) 01 foto 3 x 4 recente.

7.3 - Os servidores admitidos mediante o presente processo seletivo serão submetidos ao Regime Jurídico Estatutário do Município de São Lourenço do Oeste, estabelecido pela Lei Complementar nº 118/2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

São Lourenço do Oeste), conforme dispõe o art. 21, §1º, da Lei Complementar nº 81/2007.

8 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - Este Processo Seletivo terá validade até 31 de dezembro de 2015.

8.2 - As contratações de que tratam este Edital terão vigência até 31 de dezembro de 2015, ou até a conclusão do plano de trabalho do respectivo cargo, ou até eventual provimento de referidos cargos mediante concurso público, o que ocorrer primeiro.

8.3 - O Instituto Cultural poderá revogar ou rescindir as contratações oriundas deste Processo Seletivo, a qualquer tempo, na hipótese de verificação de descumprimento das obrigações relativas ao cargo ou ineficácia no exercício das atribuições, ou em eventuais casos de não preenchimento de um número mínimo de alunos interessados nas oficinas, sempre a bem do interesse público, com base em critérios de conveniência e oportunidade.

8.4 - O desaparecimento dos motivos ou o atendimento integral das demandas que justificaram as contratações nos termos deste Edital, ocorridos antes do termo final de vigência dos contratos, implicarão na rescisão do contrato pelo Instituto Cultural de São Lourenço.

8.5 - De acordo com os interesses e/ou necessidades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, o pessoal contratado mediante o presente Edital, poderá ter sua carga horária alterada, para mais ou para menos, bem como a contratação poderá se dar para carga horaria diversa daquela prevista neste Edital, inclusive no caso de Cadastro de Reserva; em qualquer das hipóteses, o vencimento será proporcional à carga horária.

8.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo processo seletivo, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste Edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DESMEMBRAMENTO, DOS LOTES URBANOS Nº51 COM ÁREA DE 136,00M², MATRÍCULA Nº21.001, Nº52 COM 278,30M², MATRÍCULA Nº5.304 E Nº10 COM 1.066,08M², MATRÍCULA Nº19.746, DE PROPRIEDADE DE ZULMIR PELEGRINI, DECRETO Nº 8.227/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO, dos lotes urbanos nº51 com área de 136,00m², matrícula nº21.001, nº52 com 278,30m², matrícula nº5.304 e nº10 com 1.066,08m², matrícula nº19.746, de propriedade de Zulmir pelegri, situados na esquina das Ruas Willy Barth e Osvaldo Aranha, Bairro São Gotardo no município de São Miguel do Oeste SC, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

DESMEMBRAMENTO

Lote urbano nº51 com 136,00m² serão desmembrados 111,33m², confrontando: Ao Nordeste com a Rua Willy Barth, medindo 16,15 metros; Ao Noroeste com o restante do lote urbano nº51, medindo 8,24 metros; Ao Oeste com parte do lote urbano nº10, medindo 5,40 metros; Ao Sul com parte do lote urbano nº52, medindo 18,00 metros.

Lote urbano nº52 com 278,30m² serão desmembrados 35,70m², confrontando: Ao Nordeste com o restante do lote urbano nº52, medindo 5,49 metros; Ao Oeste com parte do lote urbano nº10, medindo 14,13 metros; Ao Sudeste com a Rua Osvaldo Aranha, medindo 13,00 metros.

Lote urbano nº10 com 1.066,08m² serão desmembradas duas áreas sendo uma com 133,15m² e outra com 557,73m², confrontando: a)- Da área de 133,15m²: Ao Noroeste com parte do lote urbano nº10, medindo 21,92 metros; Ao Sudoeste com parte do lote urbano nº10, medindo 10,66 metros; Ao Leste com parte do lote urbano nº52, medindo 19,12 metros e com parte do lote urbano nº51, medindo 5,40 metros. b)- Da área de 557,73m²: Ao Nordeste com a Rua Willy Barth, medindo 12,00 metros; Ao Noroeste com parte do lote urbano nº09, medindo 33,65 metros; Ao Sudoeste com parte do lote urbano nº10, medindo 10,00 metros; Ao Sudeste com parte do lote urbano nº10, medindo 3,50 metros; Novamente ao Sudoeste com parte do lote urbano nº10, medindo 8,15 metros; Novamente ao Sudeste com parte do lote urbano nº10, medindo 21,92 metros; Ao Leste com parte do lote urbano nº51, medindo 10,29 metros.

REMEMBRAMENTOS

Parte do lote urbano nº51 com 111,33m², parte (remanescente) do lote urbano nº52 com 242,60m² e parte do lote urbano nº10 com 133,15m², que juntos formarão um só lote com 487,08m² e será denominado de "lote urbano nº52", confrontando em conjunto: Ao Nordeste com a Rua Willy Barth, medindo 16,15 metros; Ao Noroeste com o lote urbano nº51, medindo 30,16 metros; Ao Sudoeste com parte do lote urbano nº10, medindo 16,15 metros; Ao Sudeste com a Rua Osvaldo Aranha, medindo 30,16 metros.

Parte do lote urbano nº10 com 557,73m² e parte (remanescente)

do lote urbano nº51 com 24,67m², que juntos formarão um só lote com 582,40m² e será denominado de "lote urbano nº51", confrontando em conjunto: Ao Nordeste com a Rua Willy Barth, medindo 18,15 metros; Ao Noroeste com parte do lote urbano nº09, medindo 33,65 metros; Ao Sudoeste com parte do lote urbano nº10, medindo 10,00 metros; Ao Sudeste com parte do lote urbano nº10, medindo 3,50 metros; Novamente ao Sudoeste com parte do lote urbano nº10, medindo 8,15 metros; Novamente ao Sudeste com parte dos lotes urbanos nº52, medindo 30,16 metros.

Parte do lote urbano nº52 com 35,70m² e parte (remanescente) do lote urbano nº10 com 375,20m², que juntos formarão um só lote com 410,90m² e será denominado de "lote urbano nº10", confrontando em conjunto: Ao Nordeste com o lote urbano nº52 e parte do lote urbano nº51, medindo 24,30 metros; Ao Noroeste com parte do lote urbano nº51, medindo 3,50 metros; Novamente ao Nordeste com parte do lote urbano nº51, medindo 10,00 metros; Novamente ao Noroeste com parte do lote urbano nº09, medindo 9,50 metros; Ao Sudoeste com parte do lote urbano nº11, medindo 34,30 metros; Ao Sudeste com a Rua Osvaldo Aranha, medindo 13,00 metros.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 07 de janeiro de 2015.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal em Exercício

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Este Decreto foi publica no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DISPENSA 04.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.202

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br - compras@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos n.º 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, XXVI, da Lei n.º 8.666/1993, dispensável é a licitação com a empresa CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CNPJ 09.427.503/0001-12, para a contratação dos serviços relativos ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina para o exercício de 2015.

O preço que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA será de R\$ 3.540,00 (três mil, quinhentos e quarenta reais), divididos em 12 (doze) parcelas de R\$295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) até 31/12/2015.

E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993, além da justificativa em anexo, expõe-se o que segue:

Contrata-se a Empresa acima descrita para a contratação dos Serviços relativos ao Diário Oficial dos Municípios de Santa, CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, Associação pública com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546 - Estreito - Florianópolis SC- CEP: 88070-101.

Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
- d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
- e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
- f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS (CND);
- g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CND);
- h) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica: 03.01.2.004.3.3.90.00.00.00.00.0000 (15)

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993,

sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 031/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
- Fone: 48-32770122 -
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 031/2015
Concede licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, ocupante do cargo de Operador de Máquina II, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 03/01/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/01/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 032/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
- Fone: 48-32770122 -
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 032/2015
Concede licença para tratamento de saúde ao servidor WAGNER JOSÉ JUNCKES, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor WAGNER JOSÉ JUNCKES, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 16/12/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 033/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 033/2015
REVOGA A PORTARIA Nº. 554/2014.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria 554/2014 que concede férias ao servidor Wagner José Junckes..

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

RECLASSIFICAÇÃO - PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2014 - MAYARA MAFRA BONDAVALLE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.
PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2014
Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de 2014, MAYARA MAFRA BONDAVALLE, foi colocada no final da lista dos aprovados no Processo Seletivo nº. 002/2014, relativo ao cargo de Professora II - Educação Infantil, classificação nº. 05, haja vista, não ter assumido o referido cargo.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 004/2015

DECRETO Nº 004/2015 DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

"Dispõe sobre ANULAÇÃO de Processo Licitatório na modalidade: Pregão Presencial para compras e serviços nº 005/2015, e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica ANULADO por razões de interesse Público nos termos do Art. 49 da lei de Licitações nº 8.666/93, o Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para compras e serviços nº 005/2015, referente à contratação de serviços de Assessoria Jurídica, considerando a futura realização de Processo Seletivo para a vaga de Advogado 20 horas, conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 684 de 13 de dezembro de 2005 - Plano de Cargos e salários do Município de Serra Alta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 09 de Janeiro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ERRATA Nº 001/2015

ERRATA Nº. 001/2015 DO DECRETO Nº. 184/2014 DE 10/11/2014. "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 184/2014 de 10/11/2014 - Dispõe sobre Escala de Férias dos Servidores Públicos Municipais referente ao Exercício de 2014."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº. 184/2014 de 10/11/2014, na forma e nas condições abaixo relacionadas,

ONDE SE LEU:

PEDRO ANTÔNIO ME- NEGAT	01/01/2014 A 31/12/2014	19/02/2015 A 20/03/2015	30 DIAS
----------------------------	----------------------------	----------------------------	---------

LEIA-SE

PEDRO ANTÔNIO ME- NEGAT	01/01/2014 A 31/12/2014	08/01/2015 A 06/02/2015	30 DIAS
----------------------------	----------------------------	----------------------------	---------

Art. 2º Todos os demais itens do Decreto nº. 184/2014 de 10/11/2014 ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata do Decreto 184/2014, entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de janeiro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 001/2015

PORTARIA Nº 001/2015 DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

"Dispõe sobre exoneração do Servidor CARLOS DANIEL GASSEN para o Cargo de Operador de Máquinas, e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/01 de 10/09/01 e Lei Complementar nº 684/05 de 13/12/2005,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o Servidor CARLOS DANIEL GASSEN, CPF nº 061.858.069-75 e RG nº 5.010.941, para o Cargo de Operador de Máquinas, nível 32 do Grupo 3 - SOP, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme Portaria nº 002 de 09 de janeiro de 2014, e conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Janeiro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO 002/2015

DECRETO Nº 002 DE 06 DE JANEIRO DE 2015
TRATA DA NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da atribuição privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado sem ônus para o Município, o Sr. CACIMAR DE OLIVEIRA, como pregoeiro, e os Srs. PAULO HUMBERTO BORGES, MAK JOEL COLARES e MARIA REGINA DE MATOS, para constituírem a Equipe de Apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art.2º. Os serviços prestados pelos membros acima indicados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Fica revogado o Decreto 007, de 02 de janeiro de 2014.

Município de Sombrio - SC, 06 de janeiro de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

004/2015

DECRETO Nº. 004/2015, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a comissão Municipal de Licitação, destinada a efetuar análise acompanhamento e julgamento dos processos licitatórios municipais.

PARAGRAFO ÚNICO - A comissão de avaliação fica constituída pelos seguintes servidores municipais.

1. MAICON BRUXEL - CPF: 066.641.759-83.
2. DEYSE KÁTIA FERREIRA PASQUALOTTO - CPF: 044.352.389-42.
3. BERNARDETE DAS GRACAS A. T. HONNEF - CPF: 642.570.379-20.

Art.2º. Fica nomeado o servidor MAICON BRUXEL como Presidente da Comissão de Licitações.

Art.3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 09 DE JANEIRO DE 2015.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

005/2015

DECRETO Nº. 005/2015, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.
NOMEIA O PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º. Designa para atuar como pregoeiro em Licitações na modalidade, Pregão, no âmbito do Município de Tigrinhos, o servidor:

MAICON BRUXEL.

PARAGRAFO ÚNICO - O edital indicará em cada certame licitatório Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º. Ficam designados para atuar como membros da Equipe de Apoio de licitações na modalidade de pregão no âmbito do Município de Tigrinhos os servidores:

1. DEYSE KÁTIA FERREIRA PASQUALOTTO;
2. BERNARDETE DAS GRACAS A. T. HONNEF;
3. CLEISE HONAISSER;

PARAGRAFO ÚNICO: O edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame com o mínimo de três integrantes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 09 DE JANEIRO DE 2015.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

015/2015

PORTARIA Nº. 015/2015.

EXONERA VOLUNTÁRIAMENTE O SERVIDOR ANGELINO RODRIGUES DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, digníssimo Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido do Servidor Público, o Sr. ANGELINO RODRIGUES DA SILVA, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, cadastrado na matrícula nº. 397/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, que aderiu ao Programa de demissão Voluntária no Município de Tigrinhos, conforme Lei Municipal Nº. 784/2014, contar de 08/01/2015, conforme requerimento do mesmo e seu deferimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE JANEIRO DE 2015.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra e local de costume.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e fazenda.

016/2015

PORTARIA Nº. 016/2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ALDERI PAULO SCHAFFER, Fiscal Tributário, Efetivo, Matrícula nº. 288/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro de 2014 à Janeiro de 2015, pelo período de 30 (trinta) dias a partir de 12 de Janeiro à 10 de Fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE JANEIRO DE 2015.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de janeiro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

017/2015

PORTARIA Nº. 017/2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFFER, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº. 369/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro de 2014 a Janeiro de 2015, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 12 de Janeiro de 2015 à 10 de Fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE JANEIRO DE 2015.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de janeiro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

018/2015

PORTARIA Nº. 018/2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. MATHEUS LUIZ CHITOLINA, Fisioterapeuta, Efetivo, Matrícula nº. 400/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2014, pelo período de 30 dias a partir de 12 de Janeiro à 10 de Fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE JANEIRO DE 2015.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de janeiro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

019/2015

PORTARIA Nº. 019/2015.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. MAICON BRUXEL, Agente de Recursos Humanos, Efetivo, Matrícula nº. 423/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro de 2014 a Janeiro de 2015, pelo período de 20 dias a partir de 12 de Janeiro à 31 de Janeiro de 2015, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE JANEIRO DE 2015.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de janeiro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

020/2015

PORTARIA Nº. 020/2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. CRISTIANI GISLAINE MULLER, Assistente Social do CRAS, Matrícula nº. 477/01, relativo ao período aquisitivo de Fevereiro de 2014 a Fevereiro de 2015, pelo período de 27(vinte e sete) dias, a partir de 15 de Janeiro de 2015 à 10 de Fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE JANEIRO DE 2015.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quinze de janeiro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

EDITAL CHAMAMENTO 001-2015 MERENDA ESCOLAR

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS- EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2015
FORNECEDORES DA AGRICULTURA/ EMPREENDEDOR FAMILIAR

O Município de Tigrinhos Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito Público, representado pelo Senhor NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando INSCRIÇÕES DE FORNECEDORES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR, no Setor de Compras e Licitações em conformidade com as Resolução/SC/FNDE nº 38/2009, Lei n. 11.947/2009 e Lei Federal n. 8666/93.

OBJETO - O presente chamamento tem por objeto à aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinados a manutenção da merenda escolar no ano 2015, conforme os itens abaixo relacionados:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	130,00	KG	24,00	PEIXE: FILÉ DE TILÁPIA COM CORTE EM V: resfriado, limpo, aspecto próprio da espécie, não amolecido nem pegajoso. Cor própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor próprio. Embalagens plásticas próprias para alimentos contendo peso líquido de 01kg, contendo informação nutricional, data de processamento e validade, local de abate e código de inspeção. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.

2	60,00	KG	4,00	CENOURA: o produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa e no ponto de consumo. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como: dano mecânico, deformação grave, injúria por pragas ou doenças, murcha, ombro verde ou roxo, podridão, rachada e radícula. A embalagem deve ser em sacos plásticos transparentes específicos para alimentos, na quantidade em quilo solicitada. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
3	60,00	UN	4,00	REPOLHO VERDE: DE CABEÇA: liso, fresco, firme, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade, sem sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. As unidades deverão pesar aproximadamente de 1,5kg a 1,80kg. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela Nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
4	85,00	KG	4,00	BETERRABA: vermelha para consumo fresco, nova, 1ª qualidade, tamanho miúda menor que 50mm ou tamanho médio com diâmetro médio de 50mm a 90mm. Não serão tolerados defeitos que prejudiquem o consumo como dano profundo, podridão, murcho, passado. O produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas e corpos estranhos. Condições de entrega: conforme cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
5	13,00	PCT	2,99	ALHO NOVO, GRUPO ROXO, SUBGRUPO NOBRE, TIPO ESPECIAL, CLASSE 4, 1ª QUALIDADE, LIMPO. Não deverá apresentar problemas com coloração não característica, estar machucado, perfurado, muito maduro e nem muito verde. O produto deve estar intacto, entregue em embalagens de 100gramas. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.

6	50,00	UN	2,00	TEMPERO VERDE: cheiro verde, com folhas lisas, firmes, viçosas de cor verde brilhante, livre de resíduos, o produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos. A embalagem deverá ser em sacos plásticos transparentes próprios para alimentos. Condições de entrega: conforme o cronograma da nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade. Entrega em MAÇOS.
7	250,00	KG	3,00	LARANJA: grau de maturação que lhes permita manipulação e conservação adequada para consumo imediato, deve apresentar cor e polpa firme e intacta. Embalagem pode ser plástica. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
8	250,00	KG	4,00	BATATA INGLESIA: escovada, grupo I ou II, Classe 2, tipo especial, pesando entre 100 e 200 gramas a unidade. Sem emissão de brotos, 1ª qualidade, nova. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, resistente com etiquetas constando os pesos em quilos e data. Condições de entrega: conforme cronograma encaminhado pelo nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
9	130,00	KG	5,00	TOMATE PAULISTA: grau médio de amadurecimento (colorido), com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho. De 1ª qualidade, não deverá ter frutos estragados. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, dano, murcho, imaturo, passado e feridas. O produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa e no ponto de consumo. A embalagem deverá conter etiqueta com peso em quilos e data. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.

10	110,00	KG	4,00	FEIJÃO PRETO ESCOLHIDO: pacote de 01kg, classe preto, tipo 1, de 1ª qualidade, embalagem plástica, transparente e atóxico, resistente, com solda reforçada e íntegra, não violados, resistentes, com solda reforçada e íntegra, não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados. Sem a presença de grãos mofados, carunchados e torrados. Data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da entrega. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
11	70,00	KG	14,00	BOLACHA CASEIRA: com sabor característico, macio, novo, bem assado, de primeira qualidade. TIPO: manteiga ou rosca com glacê. Embalagens plásticas transparentes específicas para alimentos contendo peso líquido de 01kg em cada embalagem. Na parte externa da embalagem deverá conter nome do fornecedor, data de fabricação e validade, peso líquido e informação nutricional. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
12	76,00	KG	20,00	AGNOLINE: com ovos, novo, com cor característica de 1ª qualidade. Os agnolines deverão conter recheio feito com carne. A embalagem deverá ser em bandejas de isopor recoberta com papel firme, contendo rótulo, com nome do fornecedor, data de fabricação e validade, além de informação nutricional do produto. Cada embalagem com peso líquido de 500 gramas. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
13	38,00	KG	10,00	MASSA PARA LASANHA: com ovos, novo, com cor característica de 1ª qualidade. As massas deverão ser interfolhadas com plástico próprio para alimentos. A embalagem deverá ser em bandejas de isopor recoberta com papel filme, contendo rótulo, com nome do fornecedor, data de fabricação e validade, além de informação nutricional do produto. Cada embalagem com peso líquido de 01kg. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.

14	120,00	KG	10,00	MACARRÃO CASEIRO: com ovos, novo, com cor característica de 1ª qualidade, tipo macarrão furado. A embalagem deverá ser em bandejas de isopor recoberta com papel filme, contendo rótulo, com nome do fornecedor, data de fabricação e validade, além de informação nutricional do produto. Cada embalagem com peso líquido de 01kg. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
15	280	UN	280	MINI PIZZA: sabores variados. Tamanho pequeno. A embalagem deverá ser em bandejas de isopor contendo 8 unidades em cada bandeja, recoberta com papel filme, contendo rótulo, com nome do fornecedor, data de fabricação e prazo de validade, além de informação nutricional do produto. CONDIÇÕES DE ENTREGA: conforme o cronograma encaminhado pela Nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
16	280,00	UN	10,00	ENROLADINHO ASSADO: com ovos, novo, com cor característica de 1ª qualidade. TIPO ENROLADINHO DE PRESUNTO E QUEIJO ASSADO. A embalagem deverá ser em bandejas de isopor recoberta com papel filme, contendo rótulo, com nome do fornecedor, data de fabricação e validade, além de informações nutricionais sobre o produto. Deverá conter 20 unidades em cada bandeja a ser entregue. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pelo nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
17	280,00	UN	10,00	PASTEL ASSADO: com ovos, novo, cor característica, de 1ª qualidade. Tamanho pequeno ASSADO, recheado nos sabores de carne e frango. A embalagem deverá ser em bandejas de isopor recoberta com papel filme, contendo rótulo, com nome do fornecedor, data de fabricação e validade, além de informação nutricional do produto. Deverá conter 20 unidades em cada bandeja a ser entregue. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.

18	110,00	UN	2,00	ALFACE: o produto deverá estar fresco, isento de substâncias tóxicas, sujidades ou corpos estranhos. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo. Deverá ser embalado individualmente em sacos plásticos transparentes próprios para alimentos. CONDIÇÕES DE ENTREGA: conforme o cronograma encaminhado pela Nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
19	250	KG	14,00	MORANGO: limpo, grau médio de amadurecimento. Embalagens contendo 01kg. Condições de entrega: conforme cronograma encaminhado pela Nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
20	96	KG	4,00	MANDIOCA: descascada e limpa, de boa qualidade e nova. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, resistente, contendo 2kg em cada embalagem. Com etiquetas constando peso em kg e data. Condições de entrega: conforme cronograma encaminhado pela Nutricionista, o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.

DO CADASTRAMENTO: Aos fornecedores, interessados, desde que abrangidos pela Resolução nº. 038, de 16 de Julho de 2009 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Conselho Deliberativo, deverão comparecer para fins de cadastramento na Prefeitura Municipal de Tigrinhos no Setor de Compras, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Centro, Tigrinhos/SC, no horário de expediente do dia 13/01/2015 a 03/02/2015 apresentando os documentos abaixo relacionados:

DA DOCUMENTAÇÃO: A documentação a ser apresentada para fins de cadastramento será: I - Para os Grupos Informais de Agricultores Familiares; Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF); Cópia da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante; Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores familiares participantes; II - Para os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar os seguintes documentos para serem avaliados e aprovados; Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas; Comprovante de Regularidade (negativas) junto ao INSS, FGTS, e Receita Federal e Dívida Ativa da União; Cópias do estatuto e ata da posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica; Projeto de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar; Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: I - Será priorizado o fornecedor do âmbito local, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, resguardadas as condicionalidades previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 14 da Lei n. 11.947/2009; II - As

possíveis alterações contratuais para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro serão regidas pela Lei n. 8.666/93; III - Toda e qualquer transação oriunda pelo fornecimento dos gêneros alimentícios deverão ser precedidas da competente Nota Fiscal.

TIGRINHOS/SC, 09 de Janeiro de 2015.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 001-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2015.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de Planos de Acesso a Internet para os Setores da Prefeitura Municipal de Tigrinhos, durante o Exercício de 2015. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 09h00min do dia 23/01/2015, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 09h10min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064.

Tigrinhos, 09 de Janeiro de 2015.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 001-2015 SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2015.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de Plano de Acesso a Internet para o Centro Municipal de Saúde, durante o Exercício de 2015. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 10h00min do dia 23/01/2015, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 10h10min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064.

Tigrinhos, 09 de Janeiro de 2015.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 002-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 002/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2015.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Contratação de Pessoa Jurídica para Fornecimento de Peças e Serviço de Mão de Obra para Reforma do Caminhão Prancha LYP 6088. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 11h00min do dia 23/01/2015, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 11h10min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064.

Tigrinhos, 09 de Janeiro de 2015.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

Timbó**PREFEITURA****SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01 2014 FUNREPOM - FRUTAS E HORTALIÇAS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2014 FUNREPOM

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de frutas, hortaliças e suco natural para integrar a alimentação dos policiais da 2ª Companhia de Polícia Militar em Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 6.843,00 (seis mil e oitocentos e quarenta e três reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 01/07/2015

Timbó, 02/07/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 22 2014 SAMAE - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada em recuperação estrutural de pavimento asfáltico, incluindo fornecimento de material, mão de obra e equipamentos em vias públicas danificadas pelas manutenções e ligações na rede de água.

EMPRESA FORNECEDORA: Radial Engenharia, Construções e Dragagens LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 99.950,25 (noventa e nove mil novecentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 09/07/2015

Timbó, 10/07/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 49 2014 PMT - PUBLICAÇÕES OFICIAIS E LEGAIS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado a contratação de serviços para publicações de atos oficiais/legais em jornal diário de grande circulação no estado de Santa Catarina.

EMPRESA FORNECEDORA: Editora Notícias do Dia LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 12.410,00 (doze mil quatrocentos e dez

reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 08/07/2015

Timbó, 09/07/2014
JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 22 2014 PMT - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.
OBJETO: Registro de preço para aquisição de diversos gêneros alimentícios perecíveis e pouco perecíveis, destinados aos Núcleos de Educação Infantil (NEI), Unidades Pré-Escolares (UPE) e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental, para cumprimento do cardápio no período de abril até dezembro de 2014, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Distrib. Nova Esperança LTDA ME; Frigorífico Menestrina LTDA; Comercial Storinny LTDA ME; Coml. Abelam LTDA; Gizele Regina da Silva - ME; Supermercado Frontal LTDA; e AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA EPP.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 508.742,95 (quinhentos e oito mil setecentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 31/03/2015

Timbó, 01/04/2014
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 23 2014 PMT - FOLHA A4

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.
OBJETO: Registro de preço para aquisição de papel para impressão tamanho a4 destinados à Administração Direta e Indireta.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Dial Departamentos Eireli EPP; e Aquinpel Suprimentos Inform. Escrit. Repres. Coml. LTDA.
TOTAL ESTIMADO: R\$ R\$ 121.365,00 (cento e vinte e um mil trezentos e sessenta e cinco reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 01/04/2015

Timbó, 02/04/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 24 2014 PMT - MATERIAL DE EXPEDIENTE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.
OBJETO: Registro de Preço para aquisição de materiais de expediente destinados a atender as necessidades da Administração Direta e Indireta.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Máxima Papelaria LTDA; Dial Departamentos Eireli - EPP; Blu Distribuidora de Papelaria LTDA; e ADL Comercial Eireli EPP.
TOTAL ESTIMADO: R\$ R\$ 48.884,84 (quarenta e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 03/04/2015.

Timbó, 04/04/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 26 2014 PMT - MANUTENÇÃO GERAL, MECÂNICA E ELÉTRICA PARA TRATORES AGRÍCOLAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.
OBJETO: Registro de preço destinado à contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção geral, mecânica e elétrica para tratores agrícolas conforme especificado nos anexos do edital para atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.
EMPRESA FORNECEDORA: Mecânica Buzzi LTDA.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 271.500,00 (duzentos e setenta e um mil e quinhentos reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 09/04/2015.

Timbó, 10/04/2014
MARCIA DA ROCHA
Secretária de Desenvolvimento Econômico

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 28 2014 PMT - CONSERTOS COM PAVER, LAJOTAS, PARALELEPÍPEDO E ASFALTO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.
OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para a realização de consertos com paralelepípedo, lajota, pavimento intertravado de concreto (paver) e pavimentação asfáltica, em calçadas e vias públicas danificadas pelas manutenções e ligações na rede de água realizadas pelo município.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Blocopav Pavimentação e Serviços LTDA ME; e Multiserv Construtora LTDA ME.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 397.630,00 (trezentos e noventa e sete mil seiscentos e trinta reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 09/04/2015.

Timbó, 10/04/2014
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 32 2014 PMT - VALE GÁS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de Preço para fornecimento de gás liquefeito de petróleo, especificado no anexo I para atender as necessidades de diversas secretarias, fundos, fundações e autarquia deste município (repetição total do pregão presencial nº 18/2014).

EMPRESA FORNECEDORA: Companhia Ultragaz SA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ R\$ 49.232,50 (quarenta e nove mil duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 07/04/2015.

Timbó, 08/04/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 3/2015

Portaria Nº 3/2015

Nomeia Genésio Slomp para cargo de provimento em comissão de Diretor Geral.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no das atribuições que lhe confere o art. 16, III, da Lei Orgânica e o art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Nomear Genésio Slomp para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral - CPC-DG, constante do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Timbó, conforme artigo 7º, inciso II, alínea "a" da Lei Complementar nº 338, de 12 de Novembro de 2007.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 08 de Janeiro de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari
Presidente

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar.
DOM/SC nº _____ de ____/____/2015.

Timbó(SC), ____ de _____ de 2015.

PORTARIA 4/2015

Portaria Nº 4/2015

Nomeia Mary Léa Ferrari para cargo de provimento em comissão de Assessora Parlamentar.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no das atribuições que lhe confere o art. 16, III, da Lei Orgânica e o art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Nomear Mary Lea Ferrari para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessora Parlamentar - CPC-AP, constante do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Timbó, conforme artigo 7º, inciso II, alínea "c" da Lei Complementar nº 338, de 12 de Novembro de 2007.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 08 de Janeiro de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari
Presidente

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar.
DOM/SC nº _____ de ____/____/2015.

Timbó(SC), ____ de _____ de 2015.

PORTARIA 5/2015

Portaria Nº 5/2015

Nomeia servidora para cargo de provimento em comissão.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no das atribuições que lhe confere o art. 16, III, da Lei Orgânica e o art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Nomear Clara Weiss Roncalio para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessora Parlamentar - CPC-AP, constante do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Timbó, conforme artigo 7º, inciso II, alínea "c" da Lei Complementar nº 338, de 12 de Novembro de 2007.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 08 de Janeiro de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari
Presidente

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar.
DOM/SC nº _____ de ____/____/2015.

Timbó(SC), ____ de _____ de 2015.

PORTARIA 6/2015

Portaria Nº 6/2015

Nomeia Patrícia Xavier para o cargo de provimento em comissão de Assessora de Comunicação.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 16, III da Lei Orgânica e o art. 50, § 3º, I do Regimento Interno, Resolve:

Art. 1º Nomear Patrícia Xavier para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessora de Comunicação Social - CPC-AC, constante do quadro de pessoal da Câmara de Vereadores de Timbó, conforme artigo 7º, inciso II, alínea "d" da Lei Complementar nº 338, de 12 de Novembro de 2007.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta

de dotação específica consignada no orçamento vigente.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 08 de Janeiro de 2015.
Marcelo Luiz Ferrari
Presidente

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar.
DOM/SC nº _____ de ____/____/2015.
Timbó(SC), ____ de _____ de 2015.

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 01/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 01/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 01/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE CESTAS BASICAS PARA FORNECIMENTO À POPULAÇÃO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 23 de janeiro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 09 de janeiro de 2015
Silvio Venturi
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2014

PUBLICAÇÃO NO DOM
ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2014

DATA: 19/12/2014.

OBJETO: Locação de imóvel não residencial, para implantação da estrutura legislativa, sendo necessário sala para reunião das comissões, auditório e plenária, banheiros com acesso no auditório, salas para as áreas administrativas, contábeis e jurídicas, recepção, cozinha, espaço para arquivo. Imóvel com acesso a portadores de deficiência, com 218,93 m².

VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

CONTRATADA: Imobiliária Fábio Müller Corretor de Imóveis Ltda.
EMBASAMENTO LEGAL: Inciso X, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, e alterações.

Trombudo Central, em 19/12/2014
GILMAR MACIEL DOS SANTOS
VEREADOR PRESIDENTE

LEI Nº 1861 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014."DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Lei nº 1861 de 15 de Dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Maciel dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina. FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 76, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre alteração da legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II**DAS PRIORIDADES E METAS DA****ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2015 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2014-2017.

Parágrafo único. As prioridades e metas da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro para 2015, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º Será observado na programação da Lei Orçamentária Anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III**A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo

de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Órgão Orçamentário, o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço; .

X - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Legislação Vigente.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º A Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social; ou.

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus.

órgãos, fundos ou entidades, Consórcios Públicos ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - entidade privada sem fins lucrativos (MA 50);

II - consórcios públicos (MA 71);

III - execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (MA 72);

IV - aplicação direta (MA 90); e.

V - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

VI - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades.

Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público

do qual o Ente Participe(MA 93);

VII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades.

Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe (MA 94);

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º Cada ação orçamentária, entendida como sendo atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I - Texto da Lei

II - Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964.

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a qual pertence e a sua natureza financeira (F) ou Primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei 4.320; e b) Despesas discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes nesta Lei.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

II - quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

III - demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde;

V - quadro demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, em 2008, 2009 e 2010;

VI - Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais grupos da receita e da despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO

DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º Os orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos (artigos 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10. Os Fundos Municipais poderão ser constituídos como unidades gestoras ou como unidades orçamentárias, terão suas receitas especificadas em orçamento próprio e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no art. 7º desta Lei.

§1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a seu Servidor.

Art. 11. Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12. Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão os mecanismos da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da

destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 01 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária para 2015 a, no máximo, 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista para o mesmo exercício e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação "00" - ordinários.

Parágrafo Único. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12(doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário - financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, ou junto à Lei municipal que a der causa.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda duas vezes ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 23. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária (artigo 62 da LRF).

Parágrafo único. A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino.

Art. 24. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 25. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Seção II

Das alterações da Lei Orçamentária

Art. 26 As fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso, as metas, os produtos, as unidades de medida e as unidades orçamentárias das ações constantes da Lei Orçamentária de 2015 e dos créditos adicionais, inclusive reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de Execução, se autorizados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2015.

§ 2º Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

Art. 27 A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares criados a partir do provável excesso de arrecadação do exercício de 2015 e do superávit financeiro do exercício anterior, poderão serem feitas através Decreto do Chefe do Poder Executivo. § 1º Considera-se excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados a partir da apuração das metas de arrecadação previstas e a receita efetivamente arrecadada, para cada fonte de recursos.

§ 2º O ato que promova o crédito suplementar usando como fonte de recursos o excesso de arrecadação deverá ser motivado através de exposição de motivos contendo informações relativas a:

- I - previsão Inicial de Receitas, por fonte de recursos,
- II - metas bimestrais de arrecadação da fonte a ser utilizada;
- III - receitas efetivamente arrecadadas até o mês considerado; e
- IV - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação.

§ 3º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta do superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2014, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2015;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, aberto ou em tramitação; e
- IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2014, por fonte de recursos,

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta Lei.

Art. 29. Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Relatório de Metas e Prioridades de Despesas por Programa - anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e janeiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único: Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Seção III

Da destinação de recursos ao setor privado e a pessoas físicas

Art. 31 A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação e preencham uma das seguintes condições:

- I - estejam autorizadas em Lei específica;
- II - tenha inscrição como entidade beneficente de assistência social, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social do município de Trombudo Central; ou
- III - sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 32 A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos, e que preencham uma

das seguintes condições:

- I - estejam autorizadas em lei específica;
- II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2015;
- III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual; ou.
- IV - sejam qualificadas como OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 33 A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6o, da Lei no 4.320, de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais da educação básica estabelecidas no município de Trombudo Central;
- II - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas entidades sem fins lucrativos que sejam cadastradas como entidades beneficentes de assistência social junto ao Conselho Municipal de Assistência Social;
- III - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal;
- IV - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas que representem o município em competições oficiais, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;
- V - voltadas, na área de assistência social, ao atendimento direto e gratuito de pessoas portadoras de deficiência;
- VI - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;
- VII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado que a entidade privada tem melhores condições que o Poder Público local para o desenvolvimento das ações pretendidas, devidamente justificado pelo órgão concedente responsável; e
- VIII - de atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, cadastrada como entidade beneficente de assistência social, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social do município de Trombudo Central.

Art. 34 A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6o, da Lei no 4.320, de 1964.

Art. 35 Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 31, 32, 33 e 34 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997 e da Instrução Normativa nº TC-14/2012 dependerá ainda de:

- I - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;
- II - execução na modalidade de aplicação 50 - entidade privada sem fins lucrativos;

III - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

IV - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, inexistência de prestação de contas rejeitada e pendência de aprovação de no máximo duas prestações;

V - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, emitida no exercício de 2015 por 2 (duas) autoridades locais sob as penas da lei;

VI - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá quando se verificar desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

VIII- manutenção de escrituração contábil regular; e

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pelas Secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal e ainda certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 36 O regime de adiantamento será aplicável exclusivamente nos casos em que se apresente impraticável o pagamento, diretamente pela Unidade Gestora, mediante ordem bancária ou cheque nominativo.

§ 1º O Adiantamento será concedido exclusivamente a servidor do quadro da municipalidade, que deverá movimentar os recursos através de conta-corrente, em banco oficial.

§ Os recursos de adiantamento ou os saldos destes, não aplicados até 31 de dezembro, ou decorrido o prazo de aplicação, deverão ser recolhidos à Tesouraria.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento às despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 38. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 39. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 40. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 41. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 42. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF.

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 43. Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, cujo percentual será definido em Lei específica.

Art. 44. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 45. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 46. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em

dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexecutíveis judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 47. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2012.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 49. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 50. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 51. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, com a devida homologação do Poder Legislativo, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 52. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Trombudo Central, 15 de Dezembro de 2014.

GILMAR MACIEL DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Trombudo Central

Tunápolis

PREFEITURA

EDITAL 001/2015 - LANÇAMENTO DE TRIBUTOS SOBRE ATIVIDADE ECONÔMICA

EDITAL DE LANÇAMENTO n.º 001/2015

TRIBUTOS SOBRE ATIVIDADE ECONÔMICA

Pelo presente Edital, o Chefe do Poder Executivo, ENOÍ SCHERER, Prefeito do Município de Tunápolis - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, para os fins previstos no artigo 145, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988, dos Artigos 32 a 34 da Lei 5.172, de 26.10.1966, Código Tributário Nacional, artigos 9º à 31 do Código Tributário Municipal de Tunápolis - Lei 097/90 de 14 de dezembro de 1990, divulga o presente Edital, demonstrando os lançamentos da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento; Taxa de Fiscalização e Vistoria; Taxa de Alvará Sanitário; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Fixo; Taxa para Funcionamento em Horário Especial para o exercício financeiro de 2015.

1 Do Fato Gerador

O fato gerador é a fiscalização e/ou vistoria ao ordenamento público, ao zoneamento, a higiene, a segurança e ao sossego público, bem como as diligências efetuadas em estabelecimento de qualquer natureza, visando ao exame das condições iniciais de concessão de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos de qualquer natureza localizados no perímetro urbano e rural do município, em face da legislação em vigor.

2 Sujeito Passivo

Contribuinte dos tributos sobre atividade econômica é por pessoa física ou jurídica que tenha se instalado no município para exercer as atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviços de caráter permanente, eventual ou transitório.

3 Relação de cadastros econômicos, com respectivo valor lançado Os tributos serão lançados em nome do contribuinte que constar do cadastro econômico municipal, levando em conta a situação da unidade econômica, a atividade desenvolvida conforme o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ junto à Receita Federal do Brasil.

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
659	ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA - EPP	211-Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 800,25	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
800	ACADEMIA REMPEL LTDA - ME	100604-Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 228,64	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
990	AÇOUGUE E EMBUTIDOS NAUE LTDA - ME	1076-Comércio varejista de carnes - açougues	Tx Func Horário Especial	R\$ 109,93	30/04/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
557	ACRESP - Assoc Cultural Recreativa Esport e Benef São Pedro	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1019	ADEMAR ZOZ	949-Vendedor(a) Autônomo(a)	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
383	ADEMIR NICODEM	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
974	ADENEI RAFAEL FEYH 07657160977	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
893	ADILSON PRASIDO BORBA 77781104900	22-Bares , lanchonetes e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
892	ADRIANA SCHMUCK ME	100902-Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 342,97	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1005	AFONSO ANTÔNIO NICODEM	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
712	AGOSTINHO SCHMITT	953-Taxista autônomo	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
350	AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA ME	935-COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS, MAQUINAS E IMPLEMENTOS PARA A AGRICULTURA - MARTERIAL D	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
956	AGROPEPERI LTDA - ME	935-COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS, MAQUINAS E IMPLEMENTOS PARA A AGRICULTURA - MARTERIAL D	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 342,97	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
638	AGROTUNAS LTDA - ME	1100-Comércio varejista de medicamentos veterinários	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 342,97	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
705	AIRTON LUIS STRIEDER	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
629	AIRTON SEHN	101714-Advocacia	ISS Fixo	R\$ 105,53	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1053	ALCEU JUNGES 00009561048	101411-Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 102,60	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1052	ALCIDES JUNGES 01856272931	101411-Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 102,60	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
266	ALCIDES LUIS HOFER	911-SERVIÇOS DE DESPACHANTE	ISS Fixo	R\$ 105,53	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
945	ALCIDES LUIS HOFER	101714-Advocacia	ISS Fixo	R\$ 105,53	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
996	ALCIONE BOTH - ME	1088-Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
1043	ALEXANDRE HAMMES 07940257900	100705-Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 112,86	27/02/2015
1028	ALEXANDRE LUIS GEISEL 03667435975	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, com	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 190,53	27/02/2015
1038	ALINE KLEIN 10239495985	101401-Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 184,67	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
12	ALOISIO WELCHEN - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
970	ALVER KLEIN INDUSTRIAL LTDA - EPP	1065-Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
803	ALVINO BOURSCHIED	949-Vendedor(a) Autônomo(a)	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
941	ALZIRA ZOZ	945-Serviços de Camping	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
864	ANA MADALENA SEHN ALBAN	99-Profissional Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
947	ARCÁDIO LUIS ORTH	100501-Medicina veterinária e zootecnia	ISS Fixo	R\$ 105,53	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
865	ARLEI JOSÉ MATTHES	100701-Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	ISS Fixo	R\$ 263,82	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
276	ARLINDO FRANZEN - ME	1082-Comércio varejista de artigos de colchoaria	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 342,97	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
23	ARMARINHOS E CONFECÇÕES BECKER LTDA -ME	27-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
975	ARNILDO AFONSO EPPING 47724480982	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, com	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
741	ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA ME	968-Fabricação de artefatos de cimento	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
478	ASSOCIAÇÃO ÁREA DE LAZER MAYER	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
385	ASSOCIAÇÃO ARTESANAL DE TUNÁPOLIS	222-Produtos artesanais	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
844	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE TUNÁPOLIS	1020-Rádio difusão comunitária	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
161	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL CINQUENTENÁRIO SÃO JORGE	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
753	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL NOVO MUNDO	978-Atividades de organizações religiosas	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
165	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA SÃO PEDRO	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
159	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RE-CREATIVA RAIGÃO BAIXO	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
156	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E ESPORTIVA TREZE DE MAIO	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
164	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA ESPORTIVA AIMORÉ	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1007	ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA COOPER A1	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 241,84	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
652	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SANTA HELENA E TUNÁPOLIS	81-Associações Profis. e Entidades de Classe	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
640	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA ALTO DA SERRA	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
166	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA AVANTE DE LINHA BONITA	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
157	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RE-CREAT E CULTURAL DE LINHA PITANGUEIRA	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
160	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RECREATIVA NACIONAL LINHA SETE TOMBOS	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
597	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL BAUMGRATZ	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
162	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA, CULTURAL 25 DE JULHO	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
549	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS	925-FARMÁCIA INTERNA	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
634	ASSOCIAÇÃO RECANTO DO SOSSEGO	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
862	ASSOCIAÇÃO RECKTENVALD	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
170	ASSOCIAÇÃO TUNAS PISCINA CLUBE	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
1016	ASTÉRIA KESSLER DILL 01953602908	100602-Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
764	AUDREI DELAZERI	100501-Medicina veterinária e zootecnia	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
625	AUTO MECÂNICA BERLIN LTDA ME	101401-Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 342,97	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
250	AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA - ME	221-Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 435,30	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
11	AUTO POSTO CANARINHO LTDA - EPP	211-Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 800,25	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
419	AUTO POSTO PITANGA LTDA EPP	211-Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 738,70	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
891	BANCO BRADESCO S.A.	42-Bancos e Estabelecimentos Similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 395,73	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
33	BANCO DO BRASIL S.A.	42-Bancos e Estabelecimentos Similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 395,73	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
845	BAR E LANCHONETE SCHROER LTDA - ME	22-Bares , lanchonetes e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
441	BAUMGRATZ CONFECÇÕES E UTILIDADES LTDA - ME	27-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1015	BEATRIZ TEREZINHA WELTER 68194897904	100602-Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
1061	BENÍCIO BAUMGRATZ 80031314968	22-Bares , lanchonetes e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 65,96	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
930	BERENICE HELENA FERNANDES 89465423904	1053-Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 228,64	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
36	BERNARDO NICOLAU SPIES	100412-Odontologia	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
836	BLÁSIO LUIS STÜLP	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
749	BRASIL TELECOM S/A	981-Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 307,79	27/02/2015
35	BRUNO REINALDO SCHOENBERGER EPP	1039-Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
894	BRUNO REINALDO SCHOENBERGER EPP	1039-Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
953	CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE TUNÁPOLIS-SC	81-Associações Profis. e Entidades de Classe	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
628	CANÍSIO CARLOS REICHERT	959-Mecânico/Chapeador Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
977	CARLISE INÊS GROTH	100416-Psicologia	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 386,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
980	CARMEN FÁTIMA SANDINI DA SILVA 75878828987	1071-Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
593	CAROLINE WERLANG KIST	100412-Odontologia	ISS Fixo	R\$ 105,53	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
794	CECÍLIA SCHMIDT	14- Aparelhamento de Placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
661	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	918-Distribuição de Energia elétrica	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
910	CÉLIO HORN 02704511969	100705-Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
815	CENTRO DE ATEND EDUC ESPECIALIZADO DOCE ESPERANÇA - CAESP	61-Estabelecimentos de Ensino e Cultura	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
756	CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS ÚLTIMA PORTEIRA	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
989	CHAPEAÇÃO STÜLP LTDA - ME	101405-Restauração, condicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 316,58	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
711	CLEDIR ANTÔNIO SANDRI 03734255970	1015-Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
976	CLEITON BERWANGER 05378763916	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
1034	CLEITON SULZBACH - ME	1065-Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
653	CLÉRIA MARIA SCHNEIDERS FLACH - ME	227-Com. Varej. de Carnes e Produtos de Padaria e Confeitaria	Tx Func Horário Especial	R\$ 109,93	30/04/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
854	CLÍNICA FISIOCORPUS S/S LTDA	100408-Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
388	CLÍNICA SANTA MARIA S/S LTDA - EPP	100401-Medicina e biomedicina	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 263,82	27/02/2015
158	CLUBE CULTURAL, RECREATIVO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SORAST	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
55	CLUBE ESP. RECREATIVO DE ASSIST. SOCIAL E CULTURAL REAL	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
739	COMERCIAL E MERCADO PITAN- GA LTDA - ME	936-Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios: minimercados, mercearias e armazéns	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
347	COMERCIAL MÜLLER LTDA - ME	23-Armazens e Generos Alimenticios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 316,58	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
52	COMERCIAL SPIES LTDA	967-Com. varej de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - Supermercados	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 580,40	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
1059	COMÉRCIO & TRANSPORTES EMERSON & RAQUEL LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 263,82	27/02/2015
348	COMÉRCIO DE BEBIDAS PORÃO LTDA - ME	213-Com. de Bebidas	Tx Func Horário Especial	R\$ 109,93	30/04/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 263,82	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
778	COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES NEDEL LTDA	987-Comércio varej especializado de equipamentos e suprimentos de informática	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 263,82	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
606	COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS NAVITAN LTDA	219-Farmacia e Drogaria	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
734	CONFECÇÕES MARIA MODAS LTDA - ME	27-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 307,79	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
218	CONFECÇÕES TUNAPOLITANA LTDA - ME	27-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
284	CONFEITARIA GOSTINHO BOM LTDA - EPP	225-Padaria e Confeitaria	Tx Func Horário Especial	R\$ 109,93	30/04/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 241,84	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
353	COOP DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS ITAPIRANGA	42-Bancos e Estabelecimentos Similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 395,73	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
600	COOP. PRODUTORES RURAIS DA MICROBACIA LAJEADO PERAU COOMILP	1018-Fabricação de Laticínios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 386,94	27/02/2015
43	COOPERATIVA A1	1089-Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 800,25	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 175,88	31/03/2015
458	COOPERATIVA A1 - GRANJA	26-Com. de Produtos Agropecuários	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
1064	CORNÉLIO SCHWENGBER 52657779972	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, com	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 57,16	27/02/2015
45	CPE INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP	12-Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação p/ uso industrial e comercial	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 580,40	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1066	CRISTIANO KONRAD 07829883939	101401-Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 72,55	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1040	DARCI ROQUE SCHERER 73784397972	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, com	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 112,86	27/02/2015
1004	DARCÍSIO ALBANO HOCHSCHEIDT	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
806	DAVI ZOZ	959-Mecânico/Chapeador Autônomo	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
360	DECORAÇÕES E JARDINAGENS FÁVERO & SPIES LTDA - ME	1085-Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1055	DELEI SPIES 06115820901	101405-Restauração, condicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 120,92	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
962	DEOCAR RHODEN 08656846930	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, com	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
883	DESPACHANTE QUATRO RODAS LTDA	911-SERVIÇOS DE DESPACHANTE	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
972	DIEGO AUGUSTO SCHERER 08528759911	100705-Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
982	DIONE LURDES LAWISCH WINK 70246513934	989-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
934	DIONILDO JOSÉ LINHAR 78145635934	1047-Obras de alvenaria	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
866	DIVA SEHN	949-Vendedor(a) Autônomo(a)	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
827	DO SUL ALIMENTOS LTDA - ME	1010-Fabricação de açúcar em bruto	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
684	ECOS COMERCIAL LTDA	936-Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios: minimercados, mercearias e armazéns	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
979	EDERSON DA CRUZ DE LIMA	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
1010	EDINEI SOETHE	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
965	EDO JOÃO GRASEL	952-Comércio varejista de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 263,82	27/02/2015
861	EDUAR RAUBER 02076573941	100601-Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
1060	EDUARDO HENZ 08993526931	101303-Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 70,35	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1063	EGON INÁCIO BIEGER 29609003915	100802-Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 79,15	27/02/2015
743	ELETRÔNICA FLACH LTDA	1079-Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 316,58	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
920	ELISANGELA JOANE BIEGER 03815209943	1041-Atividades de estética e manicure	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
207	ELOI FREY	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
919	ELVIRA SPEHT SCHWENGBER	949-Vendedor(a) Autônomo(a)	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
169	ENGLER TERRAPLANAGENS LTDA - ME	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
939	ENIO ALBERTO REMPEL 02579150951	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
658	EPAGRO- EMPRESA DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS LTDA	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
337	ERNANI GAUER & CIA LTDA - ME	34-Tornearias, Eletrônicas, Manutenção Elétrica, Tipografias, Oficinas Mecânicas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1042	ERNILO REMPEL 69104204972	101413-Carpintaria e serralheria	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 112,86	27/02/2015
404	ERNO ULRICH	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
1020	ESCOLA DE IDIOMAS & BAZAR LUCAS LTDA - ME	100802-Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 342,97	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
338	ESCRITORIO CONTABIL OESTE LTDA	101719-Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
726	ESCRIVANIA DE PAZ DE TUNÁPOLIS	961-Serviços de registros públicos, cartórios e notariais	ISS Fixo	R\$ 105,53	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 263,82	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
811	ESTAMPARIA E TEXTURIZAÇÃO N. S. LTDA ME	101405-Restauração, condicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 316,58	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
874	EVANDRO JOSÉ GEISEL	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
1062	EVANDRO PREIS 0877578796	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 52,76	27/02/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
1023	EVIDENCE ALIMENTAÇÃO LTDA - ME	1104-Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
821	FARMÁCIA ESSÊNCIA SCHNEIDER LTDA ME	219-Farmacia e Drogaria	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 386,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
933	FERNANDO AUGUSTO MÜLLER	100412-Odontologia	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
1065	FERNANDO PREIS	1003-Serviços de inseminação artificial	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
485	FERRARIA E FUNILARIA JUNGES LTDA ME	1093-Produção de artefatos estampados de metal	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 316,58	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
418	FLACH & VOGT LTDA -ME	31-Transporte Rodoviário de Passageiros	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 386,94	27/02/2015
471	FLÁVIO SCHNORRENBURGER	99-Profissional Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
998	FRANCIELE STRIEDER RODRIGUES	919-Cabeleireira(o) Autônoma(o)	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
834	FRANKLIN MEURER 09366175945	22-Bares , lanchonetes e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
254	FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME	969-Comércio varejista de materiais de construção em geral	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 246,23	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
415	FUNERARIA REMPEL LTDA - ME	102501-Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embal	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
943	GALA ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA - ME	968-Fabricação de artefatos de cimento	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1041	GENÉSIO FRANCENER	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
1031	GILBERTO SCHONARTH	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
1050	GILMAR PETZOLD 83343970972	1077-Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
1036	GLICERIO HOFMANN 03864061970	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 128,98	27/02/2015
752	HCL LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA ME	984-Labotarórios Clínicos	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 342,97	27/02/2015
925	HELMUT SCHMIDT 89069510006	1047-Obras de alvenaria	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
922	HENTZ COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E CURSOS LTDA - ME	100802-Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 369,35	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1008	HILÁRIA BECKENKAMP HIPPLER	919-Cabeleireira(o) Autônoma(o)	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
914	HUGO URBANO KONZEN	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
869	IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	1031-Igrejas, Cultos e Reuniões	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
896	IMELDA MARIA FINGER 01937211045	1041-Atividades de estética e manicure	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
1047	INÁCIO JACOB ULRICH 56335075920	100705-Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 96,74	27/02/2015
814	INÁCIO REMPEL	99-Profissional Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
1044	INDIANARA FOLLMANN	100701-Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
715	INDÚSTRIA & COMÉRCIO DE MÓVEIS EIDT LTDA - ME	954-Fabricação de móveis com predominância de madeira	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 228,64	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
937	IRINEU MAYER 71073248968	22-Bares, lanchonetes e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 241,84	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
1002	IVAN CARLOS RAUCH 05948750990	1071-Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
927	IVO AFONSO BRACHT	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
872	IVO ALOISIO HERRSCHAFT	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
639	IVONE MARIA FRANTZ	919-Cabeleireira(o) Autônoma(o)	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
1054	IVONEI MICHELS 02378843992	1064-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
906	JACÓ BAUMGRATZ 88130703068	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, com	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
747	JACÓ LUÍS TOILLIER	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
1049	JAINE GRIEBELER 09033616980	987-Comércio varej especializado de equipamentos e suprimentos de informática	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 120,92	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
978	JAIR MARCOS HENNICKA	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, com	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
582	JANICE JUCHEM - ME	14-Confeção de roupas íntimas e de peças do vestuário	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
973	JEAN CARLO BERWANGER	100501-Medicina veterinária e zootecnia	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
1068	JEFERSON & FILHO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME	101009-Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
1025	JOÃO VICENTE DETERS 52638340987	100705-Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 161,22	27/02/2015
888	JOCEMAR WILBERT	99-Profissional Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
259	JORGE EIDT	101719- Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
944	JOSÉ KAUFMANN	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
718	JOSÉ KIRCHNER	957-SAPATARIA	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
887	JOSÉ NEDEL	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
479	JOSÉ RIVALDO PAULI	953-Taxista autônomo	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
899	JULIANE MALLMANN 02077476958	100601-Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 228,64	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
1026	JULIANE MARIA NICODEM CHRIST 05334231986	1104-Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 266,02	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
1024	KLEIN & MAZZARDO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
957	L.W. EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME	101211-Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
596	LARI ROQUE STAUB	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
115	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	1077-Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
1012	LAURI RODRIGUES DA SILVA 73785849915	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
841	LAURINDO BECKER	1009-Auxiliar de Pedreiro	ISS Fixo	R\$ 28,58	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 43,97	27/02/2015
1067	LEANDRO BORTOLINI EIRELI - ME	1080-Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 369,35	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
1057	LENOIR SCHAAB 06823174978	101401-Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 105,53	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
993	LEONIR ENGLER 02016385928	1077-Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
911	LÍRIA GOSSLER RECKTENVALD	949-Vendedor(a) Autônomo(a)	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
860	LÚCIA BACK BETTIO 02656934974	1026-Confecção sob medida, de peças de vestuário, exceto roupas íntimas.	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
662	LUCIA BOURSHEID STAUB	919-Cabeleireira(o) Autônoma(o)	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
774	LUIS NICKNIG	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
999	LUIS THESSING 93518110004	100705-Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
785	M&M ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME	101701-Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 316,58	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
38	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	1106-Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 492,46	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
129	MADEIREIRA MACACO BRANCO LTDA	14-DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
984	MAGDA STRIEDER	97-BIOMÉDICA ESTETA	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
966	MAIKON ODILON BISCHOFF	100412-Odontologia	ISS Fixo	R\$ 105,53	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
664	MARAVALHA SCHMITT LTDA	915-DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
895	MÁRCIO PIVATTO CALÇADOS - ME	215-Comércio varejista de Calçados	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
928	MARCOS ERNESTO DA SILVA 00096794135	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
1069	MARELI SCHORR BOHNEN 02586987993	100601-Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 35,18	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
816	MARELINE SCHMITT 03556236923	22-Bares , lanchonetes e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 241,84	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
289	MARIA DE LURDES FRAGOSO	919-Cabeleireira(o) Autônoma(o)	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
463	MARILEI MANNRICH & CIA LTDA - EPP	101701-Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
992	MARINO KLEIN	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
680	MÁRIO BAUMGRATZ	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
768	MARIO GASPAR SCHEREN	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
127	MARIO LUIZ BIEGER	953-Taxista autônomo	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
618	MARLENE INÊS DITZ	949-Vendedor(a) Autônomo(a)	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
451	MARLENE STAUB HOCHSCHEID	919-Cabeleireira(o) Autônoma(o)	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
840	MARTINHO REICHERT	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
1048	MATHEUS VINICIUS SODER	100412-Odontologia	ISS Fixo	R\$ 105,53	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
122	MECÂNICA AGRÍCOLA BAUM-GRATZ LTDA - ME	101401-Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
822	MECÂNICA AGRÍCOLA NEI LTDA - ME	101401-Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
119	MERCADO DANI LTDA - ME	22-Bares , lanchonetes e similares	Tx Func Horário Especial	R\$ 109,93	30/04/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
793	MERCADO E LANCHONETE ANGELS LTDA	22-Bares , lanchonetes e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
7	METALÚRGICA FREIBERGER LTDA ME	101413-Carpintaria e serralheria	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 369,35	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1051	MICHAEL LUIZ BERWANGER 09411891985	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 73,28	27/02/2015
969	MILÁSIA DILL GROTH	949-Vendedor(a) Autônomo(a)	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
904	MILTO SOARES FRAGOSO 93323646053	1046-Serviços de montagem de móveis de qualquer material	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
746	MITRA DIOCESANA DE CHAPE-CÓ Paróquia Santíssima Trindade	978-Atividades de organizações religiosas	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
1021	MODA TOP 10 LTDA - ME	1035-Comércio varejista de suvenires, bijutérias e artesanatos	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 342,97	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
112	MÓVEIS GABRIELI LTDA EPP	28-Comércio de móveis e eletrodomésticos	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 395,73	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
482	N.J.S. COMÉRCIO & TRANSPORTES LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
765	NEIVETE MODAS LTDA ME	989-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
897	NESTOR LUIS SCHOENBERGER 54809851087	100601-Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
343	NEUSA MARIA NEISS HAHN - ME	27-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 246,23	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
426	NILSON ANSCHAU	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
1013	NIMFA MARLI SÖTHE WEBER	920-Costureira Autônoma	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
838	NOELI JUSTEN SPECHT	1005-Comércio varejista de artigos de cama, mesa, banho, tecidos, artigos do vestuário e acessórios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
651	NOVA ELETRONICA LTDA - ME	1080-Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 342,97	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
141	OLARIA TUNENSE LTDA	12- Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 527,64	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
796	ORLANDO INÁCIO HOFER	101702-Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
926	PAULO CESAR LOEBENS	101714-Advocacia	ISS Fixo	R\$ 105,53	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 351,76	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
987	PEDREIRA E METALÚRGICA GELLER LTDA - ME	1074-Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 246,23	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1017	PEDRO HECK 09597215926	1065-Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
738	PIZZARIA VIANINI LTDA - ME	22-Bares , lanchonetes e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 263,82	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
200	PONTINHO ELETROELETRÔNICOS LTDA - ME	1103-Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 369,35	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
839	PORTALTEC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	987-Comércio varej especializado de equipamentos e suprimentos de informática	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 342,97	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
847	REJANE MARIA MICHELS 02580938974	22-Bares , lanchonetes e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
997	REMI WENDLING 02359883917	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
823	RENATO JOSÉ SCHEREN	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
130	RENATO PEDRO DILL	99-Profissional Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
1035	REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS PALELIH LTDA - ME	101009-Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
565	RESTAURANTE E CHURRASCARIA FLACH LTDA - ME	22-Bares , lanchonetes e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 241,84	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
708	RESTAURANTE PAULI LTDA - ME	22-Bares , lanchonetes e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 263,82	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
870	ROMITO WUITSCHICK 02401129979	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
1003	ROQUE FRAGOSO 00136092039	100705-Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
1006	ROSALVO GEISEL	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
761	ROSELI STAUB KERKHOFF ME	986-Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	Tx Func Horário Especial	R\$ 109,93	30/04/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
971	RUDINÉIA EIDT GRIEBELER 04174978905	1007-Comércio varej de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 316,58	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
155	SCHROEDER ESQUADRIAS LTDA EPP	970-Fabricação de estruturas metálicas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 246,23	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
916	SCHROEDER ESQUADRIAS LTDA EPP	970-Fabricação de estruturas metálicas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 211,06	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
1058	SÉRGIO LUIS SEHN 02389650902	100705-Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 70,35	27/02/2015
812	SÉRGIO PREIS	1003-Serviços de inseminação artificial	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
940	SIDNEI CICONI	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
1033	SIDNEY EIDT 02114213919	100705-Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 128,98	27/02/2015
464	SIRIA LUCIA KESSLER	919-Cabeleireira(o) Autônoma(o)	ISS Fixo	R\$ 54,96	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 87,94	31/03/2015
983	SLA TRANSPORTES LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
163	SOC.ESP.CULT.REC.ASSIST. BENEF. 19 DE SETEMBRO	68-Sociedades Esportivas e Recreativas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
951	SONIA IRMGARD NAUE SCHNEIDER 43045561933	1060-Confeccões de roupas íntimas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
552	STAUB INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA - ME	933-Instalação e manutenção elétrica - residenciais e comerciais	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
682	SUELI TEREZINHA GOSSLER FREIBERGER ME	225-Padaria e Confeitaria	Tx Func Horário Especial	R\$ 109,93	30/04/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
48	SUPERMERCADO VENEZA LTDA - EPP	25-Com. varej de mercadorias em geral, com pred produtos alimentícios - Supermercados	Tx Func Horário Especial	R\$ 109,93	30/04/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 800,25	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 109,93	31/03/2015
763	TARCÍSIO MATIAS BAUMGRATZ	926-Pedreiro Autônomo	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
683	TARCIZO VIERA	22-Bares , lanchonetes e similares	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 219,85	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
171	TASI CONFECÇÕES LTDA - ME	27-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
679	TELEFÔNICA BRASIL S/A	932-Telefonia móvel celular	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 307,79	27/02/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
792	THEOBALD PINTURAS LTDA ME	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 228,64	27/02/2015
770	THOMAS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA - ME	993-Fabricação e comércio varejista de maravalha	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
881	TIM CELULAR S/A	932-Telefonia móvel celular	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 307,79	27/02/2015
630	TOP SERVICE INDÚSTRIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	1036-Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 228,64	27/02/2015
619	TP TRANSPORTES LTDA ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
231	TRANSPORTADORA ALAIN LTDA	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
567	TRANSPORTES BOHNNI LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
227	TRANSPORTES E MADEIREIRA CAARÓ LTDA - ME	13- Serraria com desdobramento de madeiras	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 422,11	27/02/2015
587	TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS PAMPEIRO LTDA ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
714	TRANSPORTES FLACH LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 228,64	27/02/2015
484	TRANSPORTES HENCAR LTDA ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
546	TRANSPORTES IRMÃOS SPIES LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 386,94	27/02/2015
855	TRANSPORTES JUVER LTDA	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
559	TRANSPORTES KARIEL LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
654	TRANSPORTES MATHEUS LTDA - ME	917-TRANSPORTE ESCOLAR INTERMUNICIPAL	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
830	TRANSPORTES RAMILE LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 386,94	27/02/2015
722	TRANSPORTES RENATA LUIZA LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
489	TUNÁPOLIS TUR LTDA ME	31-Transporte Rodoviário de Passageiros	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 386,94	27/02/2015
843	TUNAS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	952-Comércio varejista de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 290,20	27/02/2015
733	TUNAS LOTERIAS LTDA ME	101901-Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
172	URBANO REMPEL	926-Pedreiro Autônomo	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 342,97	27/02/2015
856	VALDECIR BETTIO - ME	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
175	VALDENOR FLACH ME	13- Frigorífico - abate de bovinos	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
900	VALDIR BOURSCHIED 75321025991	101706-Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
580	VALDIR KAPPAUN	99-Profissional Autônomo	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 246,23	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 386,94	27/02/2015
			ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015

Inscrição Municipal	Nome Contribuinte	Atividade Principal	Receita	Valor Gerado	Data Vencimento
968	VALDOIR ROQUE ANSCHAU	1009-Auxiliar de Pedreiro	ISS Fixo	R\$ 28,58	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 43,97	27/02/2015
1037	VALMOR FRANTZ	1109-Motorista autônomo(a)	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
396	VANDER KERKHOFF - ME	14-Produção de carvão vegetal	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
907	VANDERLEI BAUMGRATZ 06605432908	100705-Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
921	VANDERSON LUFT 05233740974	1047-Obras de alvenaria	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
995	VANESSA WIGGERS 00546703909	1035-Comércio varejista de suvenires, bijutarias e artesanatos	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 342,97	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
1014	VICENTE PAULO RAUCH	912-Massagista autônoma	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
560	VIDRAÇARIA BAUMGRATZ LTDA - ME	224-Com. de Vidros e Molduras	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 21,99	31/03/2015
964	VILSON BERNARDO BERWANGER 98354400930	100702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, con	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
805	VINÍCIUS JOEL BIEGER 06959044936	101412-Funilaria e lanternagem	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 175,88	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
783	VITALLY CENTRO DE ESTETICA E MASSAGEM	912-Massagista autônoma	ISS Fixo	R\$ 52,76	31/03/2015
			Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 87,94	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
686	VIVEIRO TUNENSE LTDA - ME	938-Com Varejista e Plantas e Flores Naturais	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 263,82	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
917	VIVIANE EIDT 03564700919	1005-Comércio varejista de artigos de cama, mesa, banho, tecidos, artigos do vestuário e acessórios	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
913	VOLMIR BERWANGER 00096872039	1047-Obras de alvenaria	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 193,47	27/02/2015
660	WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUÁRIA LTDA - ME	1039-Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 369,35	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015
685	ZOELENE TEREZINHA ZANONI - ME	937-Comércio atacadista de embalagens, brinquedos e Artigos Recreativos	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 263,82	27/02/2015
			Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 65,96	31/03/2015

4 Dos prazos e condições de pagamento

Os impostos e taxas constantes no presente Edital têm vencimento conforme segue:

Taxa de Fiscalização e Vistoria em 27/02/2015 - cota única;

Taxa de Alvará Sanitário em 31/03/2015 - cota única;

Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza alíquota Fixa: 31/03/2015 - cota única;

Taxa de Funcionamento em Horário Especial: 30/04/2015 - cota única

5 Classificação contábil de receita

As receitas provenientes da arrecadação, encargos e cobrança da Taxa de Fiscalização e Vistoria serão classificadas, contabilmente 4.1.1.2.1.25.00.00.00.00; Taxa de Alvará Sanitário: 4.1.1.2.1.17.00.00.00.00; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza: 4.1.1.1.3.05.00.00.00.00; Taxa de Funcionamento em Horário Especial: 4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 do Balanço Geral do Município de Tunápolis, de acordo com a Lei 4.320, de 17.03.1964, e demais legislações complementares.

6 Impugnação do lançamento

O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital de lançamento, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição fundamentada, devidamente protocolada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal, na qual o sócio administrador e/ou profissional autônomo poderá reclamar contra eventuais erros de cálculo sobre a atividade econômica, endereço de localização e funcionamento da atividade, e não terá efeito suspensivo da cobrança dos Tributos sobre a Atividade Econômica.

7 Da entrega das guias para respectivo pagamento

As guias para pagamento poderão ser retiradas pelo contribuinte no Banco Sicoob Creditapiranga, Agência de Tunápolis, localizado na Avenida Cerro Largo, 615, Sala 02, Centro, Tunápolis - SC.

8 Do local de pagamento

O pagamento dos Tributos sobre Atividade Econômica - exercício de 2015 é exclusivo no Banco Sicoob Creditapiranga, Agência de Tunápolis, localizado na Avenida Cerro Largo, 615, Sala 02, Centro, Tunápolis - SC.

9 Da inadimplência

O contribuinte que não efetuar o pagamento no prazo especificado, fica sujeito a incidência de juro e multa conforme Art 185 do Código Tributário Municipal Lei n.º 097/1990 de 14/12/1990 como também desde já notificado do débito que a partir do vencimento do tributo sendo Inscrito em Dívida Ativa conforme Art 186 e posterior cobrança judicial conforme Art 244.

Podendo o Poder Público Municipal realizar o protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa (CDA), sendo este autorizado pela Lei Municipal n.º 1.206/2014 de 15/12/2014, como também pela Lei Federal n.º 9.492/97 alterada pela Lei Federal n.º 12.767/2012.

10 Disposições Finais

A cobrança da taxa independente da concessão da licença.

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento no Centro Administrativo Municipal.

Tunápolis, 09 de janeiro de 2015.

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretária de Administração
Finanças e Planejamento

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO 135.2014

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, através das atribuições legais, torna público que foi deserto o certame denominado como PREGÃO PRESENCIAL Nº 972014, referente ao Processo administrativo 135/2014, cujo objeto é Aquisição de Produtos Químicos" utilizados no tratamento da água da Sede e Interior do Município, em conformidade com as especificações dos Anexos. Ressalta-se que a data de abertura do dia 07 de janeiro de 2015, as 10h não houve nenhum interessado para o certame em questão, motivo pela qual o Presidente declara como LICITAÇÃO DESERTA.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

Edital de Pregão Presencial nº 04/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, para entrega PARCELADA, que tem por objeto aquisição de "Produtos Químicos" utilizados no tratamento da água da Sede e Interior do Município.

Entrega das propostas até às 16h do dia 22 de janeiro de 2015. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 004/2015 PR 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015

PREGÃO Nº 004/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA DE TUBOS PRÉ-MOLDADOS EM CONCRETO, PARA USO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS EXECUTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Abertura dos Envelopes: 23 de janeiro de 2015, às 09h00min.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC., Rua Coronel Vitório, 966 – Centro – fone 49 3548-3000; e-mail compras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 09 de janeiro de 2015.

Lélis Camilo Fiório

Prefeito em Exercício

Videira**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO N. 0664/14**

Extrato do Contrato n. 0664/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROCHANA MENDES

CPF: 005.204.729-69

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 12 de novembro de 2014 a 31 de janeiro de 2015

FUNÇÃO: PSICÓLOGA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.165,38 (três mil, cento e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos)

Xavantina**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO Nº001/2015**

DECRETO nº 001/2015

"DESIGNA OS RESPONSÁVEIS PELO ACESSO E MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

HÉLIO DOMINGOS SORDI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, IV, "f", do Regimento Interno:

Considerando a existência de contas bancárias em nome da Câmara de Vereadores de Xavantina, mais precisamente no Banco do Brasil S/A.;

Considerando a necessidade de indicação de pessoas autorizadas para acessar e movimentar referidas contas bancárias em nome da Câmara de Vereadores de Xavantina;

DECRETA

Art. 1º - Ficam designados como responsáveis pelo acesso e movimentação da conta bancária geral Nº45558-X, agência 4601-9 do Banco do Brasil S/A., o Presidente e o Primeiro Secretário do Poder Legislativo Municipal, Srs. HÉLIO DOMINGOS SORDI e CLAUDI BANBINSKI, respectivamente, os quais ficam dotados de plenos poderes para assinarem, em conjunto ou separadamente, todos os documentos bancários pertinentes, inclusive os títulos de crédito;

Art. 2º - Ficam designados como responsáveis pelo acesso e movimentação da conta bancária de adiantamento Nº48.085-1, agência 4601-9 do Banco do Brasil S/A., o presidente e o Assessor Administrativo do Poder Legislativo Municipal, Srs. HÉLIO DOMINGOS SORDI e LEONORA BRANDELO KIPPER, respectivamente, os quais ficam dotados de plenos poderes para assinarem em conjunto todos os documentos bancários pertinentes, inclusive títulos de crédito;

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 09 de janeiro de 2015.

HELIO DOMINGOS SORDI

Presidente

Associações

AMMVI

LICITAÇÃO NO 010/2014 – ALTERAÇÃO NAS DATAS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES (HABILITAÇÃO E PROPOSTA)

LICITAÇÃO no 010/2014 - Convite

A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI torna público para conhecimento dos interessados que promoveu alteração nas datas de recebimento dos envelopes (habilitação e proposta) e da sessão pública para abertura da Licitação nº 010/2014, na modalidade de Convite para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOVEIS NA SEDE DA AMMVI, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, na forma que segue:

a) Os envelopes contendo "Documentação de Habilitação" e "Proposta de Preços" serão recebidos até o dia 16/01/2014, às 09h00min, na sede da AMMVI, situada à Rua Alberto Stein, 466, 2º andar, sala da Assessoria Jurídica, bairro da Velha, CEP 89.036-200 - Blumenau - SC.

b) A data e horário da sessão de abertura dos envelopes da Licitação nº 010/2014 passa a ser dia 16/01/2015, às 09:00 horas, mantido o mesmo local originariamente definido (sede da AMMVI).

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente na sede da AMMVI, de Segunda a Sexta-Feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, pelo e-mail ammvi@ammvi.org.br ou pelo telefone (47) 3331.5800.

Blumenau (SC), 08 de janeiro de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente da AMMVI

JOSÉ RAFAEL CORREA
Secretário Executivo

Consórcios

ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº 01/2015

Pregão Presencial nº 01/2015

Registro de Preços nº 01/2015

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr, Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 21 de janeiro de 2015, às 13:30h, licitação na modalidade pregão, forma presencial, com a finalidade de selecionar propostas para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 13:00h do dia 21/01/2015.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 13h25min do dia 21/01/2015.
- Limite para impugnação ao edital: 13:00h do dia 19/01/2015.
- Abertura da sessão pública do pregão: 13:30h do dia 21/01/2015.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis 07/01/2015.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIGA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

Ato de Dispensa nº 01/2015

Processo de Licitação nº 01/2015

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços gráficos relativos à impressão de 400 cópias do Relatório do CIGA relativo às atividades e prestação de contas de 2014 e ao plano de trabalho e proposta orçamentária para 2015, o qual será distribuído aos entes consorciados e demais públicos de interesse.

Contratado: ROCHA GRÁFICA E EDITORA LTDA. - EPP

CNPJ: 95.833.307/0001-80

VALOR: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

Florianópolis, 09 de janeiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA Nº 04/2015, DE 12 DE JANEIRO DE 2015

Portaria nº 04/2015, de 12 de janeiro de 2015

Concede provimento do emprego público de Assessor Jurídico do CIGA.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital de Convocação para provimento de vaga referente ao Concurso Público CIGA Nº 03/2014, publicado em 02 de dezembro de 2014, e a Portaria nº 01/2015 de 06 de janeiro de 2015,

Resolve:

Art. 1º Conceder provimento do emprego público de Assessor Jurídico do CIGA a Sra. Thaísa Batista da Costa, CPF nº 052.886.099-26, conforme atribuições definidas no Anexo II do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 12 de janeiro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito de Herval d'Oeste

Presidente do CIGA

PORTARIA Nº 05/2015, DE 12 DE JANEIRO DE 2015

Portaria nº 05/2015, de 12 de janeiro de 2015

Concede provimento do emprego público de Assistente Administrativo do CIGA.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital de Convocação para provimento de vaga referente ao Concurso Público CIGA Nº 03/2014, publicado em 02 de dezembro de 2014, e a Portaria nº 01/2015 de 06 de janeiro de 2015,

Resolve:

Art. 1º Conceder provimento do emprego público de Assistente Administrativo do CIGA a Sra. Fernanda Rosa Socal, CPF nº 769.098.599-87, conforme atribuições definidas no Anexo II do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 12 de janeiro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito de Herval d'Oeste

Presidente do CIGA

PORTARIA Nº 06/2015, DE 12 DE JANEIRO DE 2015

Portaria nº 06/2015, de 12 de janeiro de 2015

Concede provimento do emprego público de Programador do CIGA.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital de Convocação para provimento de vaga referente ao Concurso Público CIGA Nº 03/2014, publicado em 02 de dezembro de 2014, e a Portaria nº 01/2015 de 06 de janeiro de 2015,

Resolve:

Art. 1º Conceder provimento do emprego público de Programador do CIGA ao Sr. Bruno Renan Gelako Santos, CPF nº

369.423.938-35, conforme atribuições definidas no Anexo II do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 12 de janeiro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito de Herval d'Oeste

Presidente do CIGA

CIMCATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS CIMCATARINA 2014_4T

PRESTAÇÃO DE CONTAS 4º TRIMESTRE 2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA

1- INTRODUÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, e com sede na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07).

Tem como finalidade a união dos municípios da região do contestado para a formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Atualmente estão consorciados os Municípios de ABDON BATISTA, ARROIO TRINTA, BRUNÓPOLIS, CAÇADOR, CALMON, FRAIBURGO, FREI ROGÉRIO, IBIAM, IOMERÉ, IRANI, LEBON RÉGIS, MACIEIRA, MATOS COSTA, MONTE CARLO, PINHEIRO PRETO, RIO DAS ANTAS, SALTO VELOSO, TIMBÓ GRANDE, TANGARÁ E VIDEIRA, que ratificaram por Lei o Protocolo de Intenções, que autorizou o ingresso no Consórcio.

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do 4º Trimestre do Exercício de 2014.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Por ser custeado com recursos oriundos de repasses municipais, adotam-se as normas de contabilidade pública para a elaboração dos demonstrativos contábeis.

3 - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Receitas e Despesas são registradas em obediência às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

As Disponibilidades compreendem os valores dos numerários depositados em conta corrente junto às instituições financeiras.

O Imobilizado está demonstrado pelo valor original de aquisição dos bens do consórcio.

As Despesas da instituição são apuradas através de documentos fiscais e contábeis, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

4 - APLICAÇÃO DE RECURSOS

O CIMCATARINA, conforme os objetivos estabelecidos no protocolo de intenções, aplica os recursos da seguinte forma:

- Custeio das Atividades - Pessoal, encargos, material de consumo, serviços de terceiros - pessoa jurídica;

- Investimentos - Quando há necessidade de fazer investimentos em equipamentos, veículos, e outros, utilizam-se os recursos disponíveis para despesas com capital.

Para uma melhor transparência quanto à aplicação dos recursos dividimos os mesmos em Fontes de Recursos conforme demonstrado abaixo:

- 0.1.0200 Recursos Ordinários - São lançadas nesta fonte as arrecadações próprias feitas pelo CIMCATARINA;

- 0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos - São lançadas nesta fonte as transferências municipais estabelecidas pelo contrato de rateio.

5 - SALDO BANCÁRIO

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos das contas bancárias apresentavam os seguintes valores:

Especificação	SALDO
B. BRASIL CIMCATARINA MOVIMENTO 18.520-5	15.229,80
B. BRASIL CIMCATARINA - CTP01/CTR1 - 20.412-9	30.396,85
B. BRASIL CIMCATARINA - CPS/MAQ. - 20.414-5	17.460,54
B. BRASIL CIMCATARINA - CTP1/CTR3 - 20.413-7	36.888,68
B. BRASIL CIMCATARINA - CTP2 PROAMA - 21.525-2	10.553,96
B. BRASIL CIMCATARINA - PROLICITA - 22.436-7	16.327,54
B. BRASIL CIMCATARINA - PROLICITA TELEFONIA - 22.864-8	17.230,85
Total (R\$)	144.088,22

6 - RECEITAS REALIZADAS

As Receitas da Instituição, para Custeio e Investimentos, são auferidas pelos repasses dos municípios estabelecidos no contrato de programa, contrato de rateio e contrato de prestação de serviços.

Receitas Arrecadadas até 31 de dezembro de 2014

Receitas	Valor (R\$)
0.1.0200 Recursos Ordinários	42.122,27
Receita de Serviços	31.028,38
Remuneração Dep. Bancários (não Vinculados)	1.497,18
Taxas de serviços Administrativos	0,00
Outras receitas correntes	9.596,71
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	1.732.577,19
Remuneração Dep. Bancários (vinculados)	9.258,13
Transferências a Consórcios Públicos (Transf. correntes)	1.692.453,19
Transferências a Consórcios Públicos (Transf. de capital)	40.124,00
Total (R\$)	1.783.957,59

7 - DESPESAS

7.1 - Despesas realizadas

As despesas realizadas obedecem as rubricas estabelecidas no orçamento.

Despesas realizadas até 31 de dezembro de 2014.

Despesas	Valor (R\$)
2001 - Manutenção do CINCO	320.646,33
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	318.105,23
Pessoal e Encargos Sociais	204.486,48
Outras Despesas Correntes	60.501,35
Investimentos	53.117,40
0.1.0200 Recursos Ordinários	2.541,10
Outras Despesas Correntes	41,10
Investimentos	2.500,00
2002 - Desenvolvimento e Gestão de Contratações Futuras	172.803,29
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	172.803,29
Pessoal e Encargos Sociais	125.687,10
Outras Despesas Correntes	47.116,19
2005 - Desenv. Serviços Urbanos	1.185.940,92
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	1.185.940,92
Outras Despesas Correntes	8.374,76
Investimentos	1.171.454,16
2008 - Desenv. Extensão Rural	16.278,00
0.1.0200 Recursos Ordinários	16.278,00
Outras Despesas Correntes	16.278,00
0300 - Contribuição ao Pasep	527,03
0.1.0200 Recursos Ordinários	527,03
Outras Despesas Correntes	527,03
Total (R\$)	1.696.195,57

8 - DIREITOS A RECEBER DOS MUNICÍPIOS CONSÓRCIADOS

Referente ao fechamento do exercício de 2012 ficou registrado no ativo do balanço patrimonial um crédito a receber, que em 31 de dezembro de 2014 permanece conforme quadro abaixo:

Município	Rateio	Valor
Matos Costa	Fixo - Iluminação Pública	3.247,62
Matos Costa	Variável - Iluminação Pública	15.499,22
Matos Costa	Fixo - Despesas Administrativas	2.895,24
Timbó Grande	Fixo - Iluminação Pública	1.750,00
Timbó Grande	Variável - Iluminação Pública	41.445,41
Timbó Grande	Fixo - Despesas Administrativas	6.111,11
Total (R\$)		70.948,60

Referente ao fechamento do exercício de 2014 ficou registrado

no ativo do balanço patrimonial um crédito a receber, conforme quadro abaixo:

Município	Rateio	Valor
Calmon	Fixo – Despesas Administrativas	6.880,00
Calmon	Fixo - Prolicita	7.200,00
Matos Costa	Fixo - Prolicita	1.200,00
Matos Costa	Variável – Iluminação Pública	1.960,71
Tangará	Variável – Iluminação Pública	4.482,08
Timbó Grande	Fixo - Prolicita	1.578,00
Timbó Grande	Variável – Iluminação Pública	2.000,26
Total (R\$)		25.301,05

O valor de R\$ 70.948,60 (setenta mil novecentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos) e R\$ 25.301,05 (Vinte e cinco mil trezentos e um reais e cinco centavos), refere-se aos rateios fixos e ou variáveis ainda não transferidos ao consórcio.

Este valor permanece registrado na conta Devedores - Entidades e Agentes no Ativo Permanente, o qual será compensado na data da ocorrência dos créditos transferidos pelos Municípios.

10 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014, na conta "Restos a Pagar processados", consta a obrigação a pagar no valor de R\$ 56.944,63 (cinquenta e seis mil novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos), referente empenhos do Fornecedor Conduvale Eletrificação Ltda.

11 - CERTIDÕES NEGATIVAS

Todas as certidões negativas da entidade estão vigentes. As certidões referem-se a: INSS, FGTS, Receita Federal, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal.

12 - CONTROLE DE RECEBIMENTOS E APLICAÇÃO

Em atendimento a Portaria 72 da Secretaria do Tesouro Nacional STN, que estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal, mensalmente estão sendo repassadas informações aos Municípios Consorciados referente aos valores repassados através dos contratos de rateio, bem como sendo publicados os Demonstrativos Fiscais.

Serão anexadas a esta prestação de contas cópias do controle de recebimentos e aplicação e dos Demonstrativos Fiscais referente ao quarto trimestre.

Fraiburgo, 07 de janeiro de 2015
ALCIR JOSÉ BODANESE
Presidente do CIMCATARINA
Prefeito de Rio das Antas

ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo do CIMCATARINA	LUIZ FERNANDO RALDI Contador CRC/SC nº 029.696/O-0
---	---

CIMVI

CONTRATO RATEIO Nº 2014-01 - EXERCÍCIO 2015 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RECURSOS NATURAIS - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR

CONTRATO DE RATEIO Nº 2014/01

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO AMBIENTAL E DE RECURSOS NATURAIS NO EXERCÍCIO DE 2015.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho SC, doravante denominada simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 004.461.659-72, domiciliado e residente à Rua Belo Horizonte, nº 177, na cidade de Apiúna, neste Estado; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente à Rua Benjamin Constant, nº 174, Apto. 7, na cidade de Ascurra, neste Estado; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, portador do CPF nº 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/ nº, na cidade de Benedito Novo, neste Estado; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sergio Almir dos Santos, brasileiro, casado, portador do CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente à Rua 25 de janeiro, nº 797, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Rolf Nicolodelli, brasileiro, casado, portador do CPF nº 421.393.179-04, domiciliado e residente à Rua Heinrich Kanis, nº 627, na cidade de Pomerode, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Fernando Tomaselli, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida

Tiradentes, nº 1.855, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, portador do CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Laercio Demerval Schuster Júnior, brasileiro, casado, portador do CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Av. Getúlio Vargas, nº 816, Apto. 803, na cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2015, aprovada na 18ª Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2014, e os Contratos de Rateio estabelecidos na 19ª Assembleia Geral Ordinária de 11 de dezembro de 2014, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à Gestão Ambiental e de Recursos Naturais do CONSÓRCIO no exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da igualdade.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo dia) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.304-5, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2015 o valor total de R\$285.660,00 (duzentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e sessenta reais), compreendendo a previsão necessária para consecução do objeto.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da igualdade, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Anual (R\$)	Valor mensal (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Ascurra	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Benedito Novo	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Doutor Pedrinho	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	

Indaial	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Pomerode	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Rio dos Cedros	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Rodeio	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Timbó	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Total	285.660,00	23.805,00		

Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2015.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2015.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato

de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 11 de dezembro de 2014.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Nicanor Morro Município de Apiúna	Moacir Polidoro Município de Ascurra
Jean Michel Grundmann Município de Benedito Novo	Hartwig Persuhn Município de Doutor Pedrinho
Sergio Almir dos Santos Município de Indaial	Rolf Nicolodelli Município de Pomerode
Fernando Tomaselli Município de Rio dos Cedros	Paulo Roberto Weiss Município de Rodeio
Laércio Demerval Schuster Júnior Município de Timbó	

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

CONTRATO RATEIO Nº 2014-02 - EXERCÍCIO 2015 - GESTÃO DE SANEAMENTO - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR

CONTRATO DE RATEIO Nº 2014/02

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO SANEAMENTO BÁSICO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho SC, doravante denominada simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 004.461.659-72, domiciliado e residente à Rua Belo Horizonte, nº 177, na cidade de Apiúna, neste Estado; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente à Rua Benjamin Constant, nº 174, Apto. 7, na cidade de Ascurra, neste Estado; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, portador do CPF nº 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/ nº, na cidade de Benedito Novo, neste Estado; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº

83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sergio Almir dos Santos, brasileiro, casado, portador do CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente à Rua 25 de janeiro, nº 797, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Rolf Nicolodelli, brasileiro, casado, portador do CPF nº 421.393.179-04, domiciliado e residente à Rua Heinrich Kanis, nº 627, na cidade de Pomerode, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Fernando Tomaselli, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 1.855, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, portador do CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Laercio Demerval Schuster Júnior, brasileiro, casado, portador do CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Av. Getúlio Vargas, nº 816, Apto. 803, na cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2015, aprovada na 18ª Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2014, e os Contratos de Rateio estabelecidos na 19ª Assembleia Geral Ordinária de 11 de dezembro de 2014, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à Gestão de Saneamento Básico do CONSÓRCIO no exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da igualdade.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo dia) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.304-5, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2015 o valor total de R\$1.557.120,00 (um milhão e quinhentos e cinquenta e sete mil e cento e vinte reais), compreendendo a previsão necessária para consecução do objeto.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da igualdade, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Anual (R\$)	Valor mensal (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	60.732,00	3190	633,00	5.061,00
		3390	0,00	
		4490	4.428,00	
Ascurra	67.572,00	3190	704,00	5.631,00
		3390	0,00	
		4490	4.927,00	
Benedito Novo	48.432,00	3190	504,00	4.036,00
		3390	0,00	
		4490	3.532,00	
Doutor Pedrinho	14.016,00	3190	146,00	1.168,00
		3390	0,00	
		4490	1.022,00	
Indaial	569.748,00	3190	5.935,00	47.479,00
		3390	0,00	
		4490	41.544,00	
Pomerode	201.648,00	3190	2.101,00	16.804,00
		3390	0,00	
		4490	14.703,00	
Rio dos Cedros	76.296,00	3190	795,00	6.358,00
		3390	0,00	
		4490	5.563,00	
Rodeio	89.532,00	3190	1.006,00	7.461,00
		3390	0,00	
		4490	6.455,00	
Timbó	429.144,00	3190	4.470,00	35.762,00
		3390	0,00	
		4490	31.292,00	
Total	1.557.120,00	129.760,00		

Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2015.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2015.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO

contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as

informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 11 de dezembro de 2014.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Nicanor Morro Município de Apiúna	Moacir Polidoro Município de Ascurra
--------------------------------------	---

Jean Michel Grundmann Município de Benedito Novo	Hartwig Persuhn Município de Doutor Pedrinho
---	---

Sergio Almir dos Santos Município de Indaial	Rolf Nicolodelli Município de Pomerode
---	---

Fernando Tomaselli Município de Rio dos Cedros	Paulo Roberto Weiss Município de Rodeio
---	--

Laércio Demerval Schuster Júnior Município de Timbó	
--	--

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

CONTRATO RATEIO Nº 2014-03 - EXERCÍCIO 2015 - GESTÃO DE TURISMO - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR

CONTRATO DE RATEIO Nº 2014/03

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO DE TURISMO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho SC, doravante denominada simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 004.461.659-72, domiciliado e residente à Rua Belo Horizonte, nº 177, na cidade de

Apiúna, neste Estado; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente à Rua Benjamin Constant, nº 174, Apto. 7, na cidade de Ascurra, neste Estado; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, portador do CPF nº 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/ nº, na cidade de Benedito Novo, neste Estado; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sergio Almir dos Santos, brasileiro, casado, portador do CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente à Rua 25 de janeiro, nº 797, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Rolf Nicolodelli, brasileiro, casado, portador do CPF nº 421.393.179-04, domiciliado e residente à Rua Heinrich Kanis, nº 627, na cidade de Pomerode, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Fernando Tomaselli, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 1.855, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, portador do CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Laercio Demerval Schuster Júnior, brasileiro, casado, portador do CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Av. Getúlio Vargas, nº 816, Apto. 803, na cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2015, aprovada na 18ª Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2014, e os Contratos de Rateio estabelecidos na 19ª Assembleia Geral Ordinária de 11 de dezembro de 2014, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à Gestão de Turismo do CONSÓRCIO no exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da igualdade.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo dia) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015, sob a forma

de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.304-5, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2015 o valor total de R\$307.680,00 (trezentos e sete mil e seiscentos e oitenta reais), compreendendo a previsão necessária para consecução do objeto.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da igualdade, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Anual (R\$)	Valor mensal (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	17.232,00	3190	258,00	1.436,00
		3390	1.149,00	
		4490	29,00	
Ascurra	13.320,00	3190	200,00	1.110,00
		3390	888,00	
		4490	22,00	
Benedito Novo	18.528,00	3190	278,00	1.544,00
		3390	1.235,00	
		4490	31,00	
Doutor Pedrinho	6.468,00	3190	98,00	539,00
		3390	431,00	
		4490	10,00	
Indaial	98.268,00	3190	1.474,00	8.189,00
		3390	6.551,00	
		4490	164,00	
Pomerode	49.812,00	3190	747,00	4.151,00
		3390	3.321,00	
		4490	83,00	
Rio dos Cedros	18.456,00	3190	277,00	1.538,00
		3390	1.230,00	
		4490	31,00	
Rodeio	19.572,00	3190	294,00	1.631,00
		3390	1.305,00	
		4490	32,00	
Timbó	66.024,00	3190	990,00	5.502,00
		3390	4.402,00	
		4490	110,00	
Total	307.680,00	25.640,00		

Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2015.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2015.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de

movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 11 de dezembro de 2014.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Nicanor Morro Município de Apiúna	Moacir Polidoro Município de Ascurra
Jean Michel Grundmann Município de Benedito Novo	Hartwig Persuhn Município de Doutor Pedrinho
Sergio Almir dos Santos Município de Indaial	Rolf Nicolodelli Município de Pomerode
Fernando Tomaselli Município de Rio dos Cedros	Paulo Roberto Weiss Município de Rodeio
Laércio Demerval Schuster Júnior Município de Timbó	

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

CONTRATO RATEIO Nº 2014-04 - EXERCÍCIO 2015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR

CONTRATO DE RATEIO Nº 2014/04

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DE 2015.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica

de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho SC, doravante denominada simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 004.461.659-72, domiciliado e residente à Rua Belo Horizonte, nº 177, na cidade de Apiúna, neste Estado; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente à Rua Benjamin Constant, nº 174, Apto. 7, na cidade de Ascurra, neste Estado; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, portador do CPF nº 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/ nº, na cidade de Benedito Novo, neste Estado; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sergio Almir dos Santos, brasileiro, casado, portador do CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente à Rua 25 de janeiro, nº 797, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Rolf Nicolodelli, brasileiro, casado, portador do CPF nº 421.393.179-04, domiciliado e residente à Rua Heinrich Kanis, nº 627, na cidade de Pomerode, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Fernando Tomaselli, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 1.855, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, portador do CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Laercio Demerval Schuster Júnior, brasileiro, casado, portador do CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Av. Getúlio Vargas, nº 816, Apto. 803, na cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2015, aprovada na 18ª Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2014, e os Contratos de Rateio estabelecidos na 19ª Assembleia Geral Ordinária de 11 de dezembro de 2014, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à Manutenção das Atividades do CONSÓRCIO no exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da igualdade.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo dia) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.304-5, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2015 o valor total de R\$381.480,00 (trezentos e oitenta e um mil e quatrocentos e oitenta reais), compreendendo a previsão necessária para consecução do objeto.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da igualdade, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Anual (R\$)	Valor mensal (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	21.360,00	3190	1.513,00	1.780,00
		3390	231,00	
		4490	36,00	
Ascurra	16.500,00	3190	1.169,00	1.375,00
		3390	179,00	
		4490	27,00	
Benedito Novo	22.920,00	3190	1.624,00	1.910,00
		3390	248,00	
		4490	38,00	
Doutor Pedrinho	8.040,00	3190	570,00	670,00
		3390	87,00	
		4490	13,00	
Indaial	121.980,00	3190	8.640,00	10.165,00
		3390	1.321,00	
		4490	204,00	
Pomerode	61.740,00	3190	4.373,00	5.145,00
		3390	669,00	
		4490	103,00	
Rio dos Cedros	22.920,00	3190	1.624,00	1.910,00
		3390	248,00	
		4490	38,00	
Rodeio	24.240,00	3190	1.717,00	2.020,00
		3390	263,00	
		4490	40,00	
Timbó	81.780,00	3190	5.793,00	6.815,00
		3390	886,00	
		4490	136,00	
Total	381.480,00	31.790,00		

Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2015.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2015.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no

pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 11 de dezembro de 2014.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Nicanor Morro Município de Apiúna	Moacir Polidoro Município de Ascurra
--------------------------------------	---

Jean Michel Grundmann Município de Benedito Novo	Hartwig Persuhn Município de Doutor Pedrinho
---	---

Sergio Almir dos Santos Município de Indaial	Rolf Nicolodelli Município de Pomerode
---	---

Fernando Tomaselli Município de Rio dos Cedros	Paulo Roberto Weiss Município de Rodeio
---	--

Laércio Demerval Schuster Júnior Município de Timbó	
--	--

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

CIS NORDESTE**ATA 2ª ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DE PREFEITOS DO CISONORDESTE/SC**

ATA DA 2ª ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DE PREFEITOS DO CISONORDESTE/SC

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da AMUNESC, sito a Rua Max Colin, nº. 1843, América, reuniram-se em 2ª Assembleia Ordinária de Prefeitos, os seguintes representantes dos municípios consorciados: Mário Fernando Reinke - Prefeito de Massaranduba; Rovani Delmonego - Prefeito de São João de Itaperiú; Moacir Zamboni - Vice-prefeito de Schroeder; Aldo Parker - Vice-prefeito de Rio Negrinho; Lauro Frohlich - Prefeito de Guaramirim; José Chaves - Prefeito de Garuva; Luiz Carlos Tamanini - Prefeito de Corupá; Claudemir Matias Francisco - Prefeito de Barra Velha; Sérgio Ferreira de Aguiar - Prefeito de Itapoá; Dieter Janssen - Prefeito de Jaraguá do Sul, todos convocados dentro dos moldes estatutários. A presente reunião também contou com a participação do Secretário Municipal da Saúde de Joinville - Armando Pereira Dias Júnior, do Secretário Municipal da Saúde de Rio Negrinho - Pablo Ricardo Ribeiro, do Secretário da Saúde de Barra Velha - Ronnye Peterson A. Santos, do Secretário de Saúde de Schroeder - Orlando Tecilla e da equipe técnica do Consórcio. O Presidente, Sr. Mário Fernando Reinke cumprimentou os presentes e de imediato conduziu para os assuntos de pauta: 1º assunto: Eleger entre os Prefeitos os três membros do Conselho Administrativo e três do Conselho Fiscal para o período de 2015/2016: Em conformidade com o Contrato de Consórcio Público em seus Art. 22 Inciso 1º e Art. 25 e, por unanimidade dos presentes, foram eleitos para o período que compreende 1º/01/2015 a 31/12/2016 a seguinte diretoria: Conselho Administrativo: Presidente: Prefeito de Garuva, José Chaves; Vice-presidente: Prefeito de Barra Velha, Claudemir Matias Francisco e Secretário: Prefeito de Rio Negrinho, Alcides Grohskopf. Conselho Fiscal: Prefeito de São João de Itaperiú, Rovani Delmonego; Prefeito de Itapoá, Sérgio Ferreira de Aguiar e Prefeito de Guaramirim, Lauro Frohlich. O prefeito de São João de Itaperiú, Rovani Delmonego foi escolhido Presidente do Conselho-Fiscal entre seus membros. Esclarecido que todas as competências dos prefeitos conselheiros encontram-se descritas no Contrato de Consórcio Público. 2º assunto: Aprovar o nome da Diretoria Executiva para o período 2015/2016: Por unanimidade dos presentes, a Sra. Ana Maria Groff Jansen foi reconduzida a Diretora Executiva do CISONORDESTE/SC para o período que compreende 1º/01/2015 a 31/12/2016. 3º assunto: Aprovar o Plano de Atividades do CISONORDESTE/SC para 2015: A Diretora Executiva do CISONORDESTE/SC tomou a palavra dizendo que devido a transição do consórcio para público não houve tempo hábil para cumprir todas as metas planejadas para 2014. Desta forma para 2015 algumas metas deverão permanecer no planejamento como: normatizar os processos e rotinas operacionais; implantar um sistema de fluxo de documentos e informações entre o consórcio e municípios consorciados por via eletrônica; implantar um sistema de avaliação de desempenho das áreas funcionais e do corpo funcional do consórcio; desenvolver uma nova homepage do consórcio; realizar pesquisas periódicas de satisfação junto aos usuários dos serviços; desenvolver um sistema de Gestão de Custos alicerçado no Custeio ABC - Activity Based Costing; credenciar os serviços do consórcio junto ao SUS; captar recursos na esfera Estadual e Federal; desenvolver ferramentas de avaliação contínua da qualidade dos processos, entre outros. Após análise, o plano foi aprovado pelos presentes (o planejamento detalhado encontra-se anexo a presente ata). 4º assunto: Aprovar a Proposta Orçamentária Anual - Estimativa de Receitas e fixação das Despesas do CISONORDESTE para o exercício de 2015 (inclusive as percentagens e valores de rateio e de administração do Consórcio para 2015: A Gerente

Financeira do CISONORDESTE/SC, Deisi Adriane Schaefer Hilgensliel tomou a palavra e fez a apresentação da estimativa de Receitas e a Fixação das Despesas do CISONORDESTE/SC para o exercício de 2015. As Receitas estimadas e Despesas fixadas estão na ordem de R\$ 8.256.200,76 (oito milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos reais e setenta e seis centavos). Explicou que a despesa será realizada conforme a classificação funcional programática, categorias econômicas e fonte de recursos sendo: Administração - Manutenção das Atividades do Consórcio: R\$ 825.620,08 (oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e vinte reais e oito centavos). Em Saúde - Assistência Hospitalar e Ambulatorial: R\$ 7.430.580,58 (sete milhões, quatrocentos e trinta mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos). Após todos os esclarecimentos, o orçamento e estimativa de despesas foram aprovados para o exercício de 2015. 5º assunto: Homologação da revisão geral anual de salários dos colaboradores do CISONORDESTE/SC: Em detrimento ao Art. 20, Inciso XI do Contrato de Consórcio Público, após análise, os presentes homologaram a Resolução nº 09/2014 (cópia anexa) que trata da revisão geral anual dos empregados públicos do consórcio, concedida no dia 1º/05/2014. Dito que o percentual de reajuste foi de 4,19% (quatro vírgula dezenove por cento), conforme variação do INPC-IBGE no período compreendido entre 31/10/2013, data da transformação do regime Jurídico do Consórcio, até 30/04/2014. A revisão geral se estende ao salário de todos os empregados do Consórcio, independentemente da data de admissão. Dito que o Anexo II e a Tabela de Referências Salariais do Contrato de Consórcio Público ficam atualizados no mesmo percentual. 6º assunto: Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar: Os prefeitos presentes deram "ad referendum" para as seguintes Resoluções do CISONORDESTE/SC aprovadas pelo conselho administrativo na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do CISONORDESTE/SC realizada em 19/08/2014: Resolução nº 12/2014 que autorizou a transferência de função programática no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), retirando das despesas com imobilizado e incluindo nas despesas de folha de pagamento e reflexos dos servidores; Resolução nº 14/2014 que autorizou a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 81.558,33 (oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos) em função da entrada de recursos provenientes de excesso de arrecadação de municípios; Resolução nº 15/2014 que autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em virtude do aumento de despesas administrativas do CISONORDESTE/SC devido a sua transformação em autarquia pública; Resolução nº 20/2014 que autorizou a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.723,84 (vinte e sete mil, setecentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos) em função da entrada de recursos provenientes de excesso de arrecadação de municípios e a Resolução nº 21/2014 que autorizou abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) na função programática de folha de pagamento e reflexos dos servidores, devido a rescisão dos funcionários quando da transformação em autarquia pública. 7º assunto: Prestação de contas do pregão de medicamentos: Ana Maria comentou que o consórcio já lançou dois pregões de compra compartilhada de medicamentos no corrente ano, sendo que no primeiro (nº 01/2014), seis municípios participaram. O resultado foi: 449 itens sendo que 12 foram desertos; 32 fornecedores participantes; 8.691 lances; 4.368 mensagens; 12:43 horas de duração; a ata de registro de preços foi de 72.253.894 unidades no valor total de R\$ 7.643.645,74 (sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos). O segundo pregão, lançado recentemente (nº 02/2014), nove municípios estão participando sendo: 526 itens - 12 desertos; 33 fornecedores participantes; 10.860 lances; 2.114 mensagens; 8:36 horas de duração; finalizando com 294.053.796 unidades. O valor de referência foi R\$ 73.859.675,33 (setenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos) e o valor final da compra foi de

R\$ 42.863.751,89 (quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três mil, setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove centavos) gerando uma economia de 42% = R\$ 30.995.923,44 (trinta milhões, novecentos e noventa e cinco mil, novecentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos.). Ana também esclareceu que com o objetivo de agilizar e acompanhar os processos administrativos da compra de medicamentos através do consórcio, os nove municípios que aderiram ao pregão nº 02/2014 receberam treinamento gratuito da empresa Sistemas STLicita proprietária do sistema específico de controle e compra. Explicou que o consórcio deverá fazer uma licitação para adquirir o programa. 8º assunto: Outros assuntos: a) Apresentação da ferramenta de gestão Weknow da Micromed: Ana Maria apresentou a ferramenta de gestão chamada "Weknow" que tem como objetivo monitorar as atividades e criar indicadores estratégicos. O Weknow pode ser utilizado por usuários de diferentes áreas, formando um sistema único de captação, registro e análise de dados, pode ser utilizado em qualquer segmento de mercado, transformando informações em indicadores estratégicos que poderão auxiliar na tomada de decisões, na otimização de recursos ou para atingir metas. Esta ferramenta é composta por ferramentas individuais integradas entre si. Comentou que a ferramenta está disponível para o consórcio desde início de outubro devendo permanecer até abril/2015 como POC (Proof of Concept) - Projeto Piloto. Explicou que ela se adapta a qualquer banco de dados. Durante as explicações, foram apresentados painéis demonstrativos de como os municípios consorciados estão utilizando as cotas de consultas/exames e procedimentos dentro do que foi programado no mês e em tempo real. Dito que este sistema pode abrir um leque de informações e os municípios poderão solicitar as informações que desejam obter. b) Concurso Público: Ana Maria comentou que nos próximos dias o consórcio deverá lançar edital de concurso público para algumas funções no consórcio. c) Aumento valor per capita: Os prefeitos presentes comentaram que as demandas de consultas e exames vem aumentando consideravelmente e que alguns municípios já vem utilizando o valor máximo do per capita que é de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por habitante. Desta forma solicitaram para que o consórcio altere o valor máximo para R\$ 2,00 (dois reais) per capita. Após análise, ficou definido que o valor mínimo do per capita permanecerá R\$ 0,33 (trinta e três centavos) per capita (por habitante) mensal até o máximo de R\$ 2,00 (dois reais) per capita (por habitante) mensal. Esta deliberação tem validade a partir da publicação da Resolução. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Marcia Regina Ebert lavrei a presente ata.

Joinville, 11 de dezembro de 2014.

Mário Fernando Reinke
Presidente do CISNORDESTE/SC

Marcia Regina Ebert
Coordenadora Administrativa/Financeira do CISNORDESTE/SC

CONSÓRCIO CVC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2015

Edital de Convocação n. 001/2015

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Everaldo Luis Casonatto, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 13 do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC,

Convoca:

Os senhores membros da Diretoria do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como todos os representantes dos municípios associados, para a assembleia geral ordinária, com fundamento no artigo 13 do Protocolo de Intenções do CVC, a ser realizada no dia 20 de janeiro de 2015, na cidade de Coronel Freitas, com a seguinte ordem do dia:

Data: 20 de janeiro de 2015 (terça feira)

Horário: Início às 09:00 (nove horas)

Local: Salão de eventos junto a Paróquia de Coronel Freitas.

Ordem do dia:

- 1º) Apresentação e aprovação do Relatório de Gestão;
- 2º) Apresentação e aprovação do Balanço do Exercício anterior (2014);
- 3º) Apresentação e aprovação do Orçamento para o exercício seguinte (2015);
- 4º) Indicação do Diretor Executivo;
- 5º) Eleição da nova diretoria e conselho fiscal;
- 6º) Aprovação da proposta para a aquisição da área de terra para instalação do Aterro Sanitário;
- 7º) Apresentação do projeto de Planejamento do Ministério da Integração Nacional;
- 8º) Assuntos Gerais.

Coronel Freitas, SC, 08 de janeiro de 2015.

Everaldo Luis Casonatto

Presidente do CVC.